DIÁRIO DO LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais Quinta-feira - 6 de setembro de 2012

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS
1.1 - 62ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
1.2 - Solenidade Realizada na 60ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à realização do ciclo de debates "Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável"
1.3 - 27ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do ciclo de debates "Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável"
1.4 - Evento Realizado na 61ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do ciclo de debates "Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável"
1.5 - 28ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do ciclo de debates "Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável"
1.6 - 29ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do ciclo de debates "Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável"
1.7 - Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
2 - MATÉRIA VOTADA
2.1 - Plenário
3 - ORDENS DO DIA
3.1 - Plenário
3.2 - Comissões
4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE
6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA
7 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/9/2012

Presidência dos Deputados Inácio Franco, Paulo Guedes e Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagens nºs 284 e 285/2012 (encaminhando os Projetos de Lei nºs 3.438 e 3.439/2012, respectivamente), do Governador do Estado - Ofícios e cartões - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.440 e 3.441/2012 - Requerimentos nºs 3.595 a 3.634/2012 - Requerimentos dos Deputados Rogério Correia, Antônio Júlio, Neilando Pimenta, Gilberto Abramo, Rômulo Viegas e outros, Fabiano Tolentino e outros (2), Luiz Henrique e Fabiano Tolentino e outros, Luiz Henrique e outros e Sargento Rodrigues e da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Almir Paraca e João Leite e outros - Comunicações: Comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Cultura, do Trabalho (2), de Administração Pública, de Transporte, de Saúde (2), de Assuntos Municipais, de Direitos Humanos, de Segurança Pública (2), de Defesa do Consumidor e de Turismo e dos Deputados Tiago Ulisses, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada e Adalclever Lopes - Questões de ordem - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Paulo Guedes, Rômulo Viegas, Carlin Moura e Rogério Correia; questões de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência - Designação de Comissões: Comissões Especiais para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2012, sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 21.276, sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 21.281, sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.279 e sobre a Indicação, feita pelo Governador do Estado, dos nomes do Sr. Sérgio Rodrigues Leonardo, da Sra. Vilma Tomaz e dos Srs. Rogério Jorge de Aquino e Silva e Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz para compor o Conselho de Defesa Social - Comunicação da

Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Neilando Pimenta, Gilberto Abramo, Sargento Rodrigues, Fabiano Tolentino e outros (2), Luiz Henrique e Fabiano Tolentino e outros, Luiz Henrique e outros e Rômulo Viegas e outros e da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Almir Paraca e João Leite e outros; deferimento - Questões de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos - Discussão e Votação de Indicações: Indicação nº 68/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Thales Rezende Coelho Alves para o cargo de Diretor-Geral da Agência RMVA; discurso do Deputado João Leite; questões de ordem; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - emcerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarqüínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Paulo Guedes) - Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte
1ª Fase (Expediente)
Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 284/2012*

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à apreciação dessa Egrégia Assembleia, Projeto de lei que propõe a denominação de escola estadual localizada no Município de Verdelândia.

Trata-se de proposta que resulta de pedido formulado pelo Colegiado da Escola Estadual de Ensino Fundamental que, em reunião realizada no dia 20 de abril de 2012, homologou, por unanimidade dos votos dos seus membros, a indicação de novo nome para a referida unidade de ensino, qual seja, Escola Estadual Alice de Jesus Rodrigues, de ensino fundamental.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente Projeto de lei.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 3.438/2012

Dá denominação a escola estadual de ensino fundamental localizada no Município de Verdelândia.

Art. 1° - Fica denominada Escola Estadual Alice de Jesus Rodrigues, de ensino fundamental, a escola estadual de ensino fundamental localizada na Comunidade Barreiro do Rio Verde, no Município de Verdelândia.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 285/2012*

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à apreciação dessa Egrégia Assembleia, Projeto de lei que visa dar a denominação de Escola Estadual Professora Romilda Barbosa, de ensino médio, à Escola Estadual de Ensino Médio, no Município de Senador Cortes.

O projeto em questão objetiva prestar justa condecoração à memória de Romilda Barbosa. A homenageada foi uma educadora que teve atuação significativa como professora tendo permanecido onze anos nessa função sempre com dedicação, dinamismo e

profissionalismo. Admirada pelo seu exemplo de companheirismo, determinação, luta e trabalho pela vida, Romilda nasceu 6 de dezembro de 1968 e faleceu em 17 de junho de 2009.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente Projeto de lei.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 3.439/2012

Dá a denominação a escola estadual de ensino médio localizada no Município de Senador Cortes.

Art. 1º - Fica denominada Escola Estadual Professora Romilda Barbosa, de ensino médio a Escola Estadual de Ensino Médio, localizada na Avenida Antônio de Souza Rabelo, s/nº, no Município de Senador Cortes.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. Aécio Neves, Senador da República, cumprimentando este Legislativo pela iniciativa de instalação da Comissão Especial das Enchentes. (- À Comissão Especial das Enchentes.)

Do Sr. Aldimar Dimas Rodrigues, Superintendente Regional da Codevasf, encaminhando exemplar do trabalho "Cenários Prospectivos para os Vales do São Francisco e do Parnaíba: 2009 a 2028", elaborado por essa Companhia em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas. (- À Comissão de Turismo.)

Do Sr. Aluísio Pimenta, Presidente da Fundação Renato Azeredo, encaminhando o balanço socioambiental referente ao exercício de 2011 dessa Fundação. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Antonio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do FNAS, informando a transferência de recursos ao Fundo Estadual de Assistência Social, destinados ao custeio das ações e dos serviços socioassistenciais de caráter continuado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Saúde e Gestor do SUS, prestando informações relativas ao Requerimento n° 2.017/2011, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Barros Munhoz, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, acusando recebimento de convite para o Encontro Nacional de Comissões de Saúde das Assembleias Legislativas, em 27/8/2012, encaminhado pelo Ofício nº 1.951/2012/SGM, e comunicando sua impossibilidade de participar do evento. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Breno Henrique Avelar de Pinho Simões, Secretário de Saúde em exercício e Gestor do SUS (2), prestando informações relativas aos Requerimentos n°s 2.264/2011, da Comissão de Participação Popular, e 3.051/2012, do Deputado Marques Abreu.

Do Cel. PM Eduardo César Reis, Diretor de Recursos Humanos da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento n° 3.226/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Cel. PM Marcio Martins Sant'Ana, Comandante-Geral da PMMG, encaminhando o documento "Sistema de Gestão Estratégica da Polícia Militar de Minas Gerais". (- À Comissão de Segurança Pública.)

Da Sra. Célia Beatriz Gomes dos Santos, Promotora de Justiça, confirmando sua presença e a da Sra. Claudia Spranger e Silva Luiz Motta em reunião da Comissão de Direitos Humanos de 22/8/2012. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Da Sra. Eneida da Costa, Presidenta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, informando a adesão desse Sindicato à campanha Assine + Saúde. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Filipe Simas de Andrade, Gerente-Geral de Comunicações Pessoais Terrestres, prestando informações relativas ao Requerimento n° 2.752/2012, do Deputado Délio Malheiros.

Do FNDE (350) informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, destinados a garantir a execução de programas desse Fundo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Humberto Viana, Secretário Nacional de Defesa Civil do Ministério de Integração Nacional, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão Especial das Enchentes encaminhado por meio do Ofício nº 1.930/2012/SGM.

Da Sra. Ivanilde Nascimento de Castro, Coordenadora-Geral de Execução Orçamentária e Financeira da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, informando a liberação dos recursos financeiros que menciona em favor da Associação Campo das Vertentes. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Jannayna Martins Sales, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento n° 3.179/2012, do Deputado Elismar Prado.

Do Sr. João Alves da Silva solicitando a intercessão desta Casa relativamente a supostas arbitrariedades cometidas contra si pelo DER-MG e pelo Detran-MG. (- À Comissão de Transporte.)

Do Sr. Joaquim Herculano Rodrigues, Presidente do Tribunal de Justiça, informando a estimativa do impacto financeiro decorrente da aprovação do Projeto de Lei nº 3.342/2012. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.342/2012.)

Do Sr. José Adão da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Frutal, solicitando que esta Casa pleiteie ao Governador do Estado e ao Secretário do Meio Ambiente a adequação do Código Florestal do Estado ao Código Florestal Brasileiro. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Do Sr. José Maria da Cunha, Superintendente Regional do DNIT, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão Especial das Enchentes encaminhado por meio do Ofício nº 1.931/2012/SGM.

Do Sr. Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.419 e 2.865/2012, do Deputado Anselmo José Domingos.

Do Sr. Júlio Delgado, Deputado Federal, acusando recebimento do Ofício nº 2.066/2012/SGM. (- À Comissão Especial das Enchentes.)

Do Sr. Luiz Alberto A. Souza, Chefe de Gabinete do Deputado Federal Aelton Freitas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.508/2012, da Comissão de Direitos Humanos, e ao requerimento da Comissão do Trabalho encaminhado por meio do Ofício 2.142/2012/SGM. .

Do Sr. Luiz Henrique Acquaro Borsari, 6º Promotor de Justiça da Comarca de Uberlândia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.485/2012, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Marcelo Lana Franco, Presidente em exercício da Emater, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.406/2012, da Comissão de Política Agropecuária.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil, prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 2.030, 2.253, 2.265, 2.573/2011, 2.955, 3.071, 3.103, 3.188 e 3.226/2012, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexem-se o ofício e as notas técnicas aos respectivos projetos de lei.)

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (9), prestando informações relativas aos Requerimentos n°s 2.602, 3.119, 3.251 e 3.260/2012, Comissão de Direitos Humanos; 2.813/2012, da Comissão de Segurança Pública; 2.845 e 2.924/2012, da Comissão Saúde; 2.997/2012, do Deputado Carlin Moura; e 3.269/2012, da Comissão de Educação.

Do Sr. Marx Fernandes dos Santos, Superintendente Regional da CEF, informando a celebração de contrato de repasse de recursos que beneficiarão o Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente do Confaz, prestando informações relativas ao Requerimento n° 2.879/2012, da Comissão da Pessoa com Deficiência.

Da Sra. Nívia Mônica da Silva, Coordenadora do CAO-DH, em atenção a convite enviado por meio do Ofício nº 2.140/2012/SGM, dando ciência de sua impossibilidade de participar de reunião da Comissão de Direitos Humanos no dia 22/8/2012. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Da Sra. Noécia Abreu Lemes, Presidenta da Associação dos Moradores dos Bairros Progresso I e II e Vila Juliana, solicitando que o Presidente desta Casa interceda junto à Presidenta da República, ao Ministério dos Transportes e ao DNIT, com vistas à construção de um viaduto sobre a BR-153, na entrada do Município de Prata. (- À Comissão de Transporte.)

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, prestando informações relativas ao Requerimento n° 3.322/2012, da Comissão Especial da Violência contra a Mulher.

Da Sra. Sara Simões Pires, Diretora-Geral do Complexo Penitenciário Dr. Pio Canedo, prestando informações relativas ao Requerimento n° 2.755/2012, do Deputado Antônio Júlio.

Do Sr. Sérgio Duarte de Castro, Secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, encaminhando material de divulgação da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional.(- À Comissão de Turismo.)

CARTÕES

Do Sr. Elmiro Nascimento, Secretário de Agricultura, encaminhando um exemplar do "4º Panorama do Comércio Exterior do Agronegócio de Minas Gerais". (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Da Eliane Parreiras, Secretária de Cultura, encaminhando o relatório anual do "Plug Minas - Centro de Formação e Experimentação Digital". (- À Comissão de Educação.)

2ª Fase (Grande Expediente)
Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.440/2012

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep - do Município de Campos Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep - do Município de Campos Gerais.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Reuniões, 4 de setembro de 2012.

Pompílio Canavez

Justificação: O Conselho de Segurança Pública do Município de Campos Gerias é uma entidade civil sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro na Comarca de Campos Gerais. Tem por finalidade propor soluções na área de

segurança, apoiando os órgãos responsáveis em sua ações e incentivar o espírito cívico e comunitário em sua área de circunscrição, entre outras iniciativas. Seus estatutos estão registrados no 1º Ofício de Notas da Comarca de Campos Gerais.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Segurança Pública, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.441/2012

Declara de utilidade pública a Clinica Nova Aliança, com sede no Município de Espírito Santo do Dourado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Clinica Nova Aliança, com sede no Município de Espírito Santo do Dourado.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de setembro de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A Clinica Nova Aliança, com sede no Município de Espírito Santo do Dourado, é uma associação civil de direito privado, filantrópica, beneficente, caritativa e de assistência social, sem fins lucrativos, de caráter organizacional, de prazo indeterminado e tem por finalidade a assistência social e a promoção humana, visando especificamente à recuperação de usuários através de terapias que possibilitem a eliminação do uso/abuso de drogas e a minimização das consequências, bem como a reintegração social.

A sua diretoria é constituída por pessoas de reconhecida idoneidade, que realizam atividades voluntárias.

Por sua importância e por atender aos requisitos previstos na Lei nº 12.972, 1998, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, contamos com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.595/2012, do Deputado Carlin Moura, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Contagem e à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desse Município pedido de providências para o recapeamento da Rua Dr. Antônio Aleixo, no Bairro Novo Progresso, em Contagem, no trecho entre a Rua Xavantes até a Rua Leni Amaral. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 3.596/2012, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Cap. PM Aloizio Alves Gouveia pelo lançamento do projeto Comunidade Segura, em 29/8/2012. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 3.597/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sgt. PM Wander Aparecido da Silva pelos relevantes serviços prestados à sociedade e à PMMG.

Nº 3.598/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos militares lotados na 127ª Companhia do 22º Batalhão de Polícia Militar e na 1ª Companhia do 1º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar que atuaram no salvamento de vítima de incêndio no Bairro Serra, em Belo Horizonte.

Nº 3.599/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Juízo da 5ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte pedido de providências para a transferência da execução penal decorrente do Processo nº 0024031-10159-5, relativo ao detento Gilmar Souza Lessa, para a Comarca de Itaúna.

Nº 3.600/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para a instalação de um posto policial no Distrito de Torneiros, no Município de Pará de Minas.

Nº 3.601/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais federais lotados na Delegacia da Polícia Federal de Juiz de Fora pelo êxito obtido em sua atuação na operação de combate ao tráfico de drogas denominada Caminho Novo, nesse Município e região.

Nº 3.602/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências com vistas à designação de um Delegado de Polícia para atuar na Delegacia Seccional de Ouro Fino.

Nº 3.603/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Polícia Civil pela investigação e captura da quadrilha especializada nas chamadas saidinhas de banco no Município de Belo Horizonte.

Nº 3.604/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados no 18º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação no Bairro Retiro, no Município de Contagem, que culminou na apreensão de quantia em dinheiro e grande quantidade de drogas, bem como de outros materiais úteis para a fabricação e comercialização de substâncias entorpecentes e a prática de outros crimes.

Nº 3.605/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para que seja utilizado o bafômetro nas saídas das casas noturnas da Capital, bem como nas portas de restaurantes e bares que comercializam bebidas alcoólicas.

Nº 3.606/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao DNIT pedido de providências para que sejam construídas barreiras físicas nos espaços que dividem as pistas do Anel Rodoviário, especialmente embaixo das passarelas e viadutos, e substituídos os radares denominados pardais por lombadas eletrônicas.

Nº 3.607/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados no 19º BPM, pela atuação na operação de combate à caça predatória de animais silvestres na zona rural de Mucuri, Distrito de Teófilo Otoni, que culminou na apreensão de 30 armas e na prisão de vários indivíduos.

Nº 3.608/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados no 22º BPM e na Coordenadoria de Ensino CEFS/EFAS, pela operação que culminou na apreensão de mais de 100kg de drogas durante patrulha de rotina no aglomerado Morro das Pedras, nesta Capital.

Nº 3.609/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para a celebração de convênio com o DNIT, a fim de construir uma rampa de escape próximo ao trevo do Bairro Betânia.

Nº 3.610/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais federais que menciona, lotados na Delegacia de Repressão a Entorpecentes da SR/DPF/MG da Polícia Federal, que atuaram na apreensão de 180 kg de maconha e na prisão de cinco pessoas no Município de Sete Lagoas.

Nº 3.611/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias com relação às viaturas operacionais da instituição no Município de Janaúba.

Nº 3.612/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Saúde as notas taquigráficas da 22ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, o documento denominado "Violência no Parto em Minas Gerais" e pedido de providências para a efetivação de cursos e treinamentos destinados à formação integral e capacitação específica dos profissionais em saúde, para humanizar e qualificar o atendimento a parturientes.

Nº 3.613/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Promotoria de Justiça da Comarca de Jaboticatubas pela propositura de ação civil pública referente a denúncias de tortura a presos no estabelecimento prisional desse Município.

Nº 3.614/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Ronaldo Neves dos Santos, da Seção de Prontuários do Detran-MG, pela eficiência no trabalho e zelo com os direitos do usuário, bem como pelo atendimento exemplar a cidadãos em busca de documentos familiares arquivados há décadas.

Nº 3.615/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social e à Polícia Civil pedido de providências para garantir que os inquéritos policiais presididos pelo Delegado Márcio Naback enquanto estava lotado no Deoesp sejam mantidos sob as investigações desse órgão.

Nº 3.616/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Conselho Regional de Medicina as notas taquigráficas da 24ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de providências para que se apure a eventual ocorrência de transgressão ao Código de Ética Médica pelo Cap. Médico PM Braga, lotado no 17º Batalhão da PMMG em Uberlândia, especialmente no trecho do depoimento do Ten.-Cel. PM Wesley Barbosa, Comandante do 17º BPM.

Nº 3.617/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Uberlândia as notas taquigráficas da 24ª Reunião Ordinária dessa Comissão, especialmente as falas em que o Ten.-Cel. PM Wesley Barbosa, Comandante do 17º BPM, admite ter promovido festas na residência oficial do Comando do Batalhão, utilizando-se para tanto de imóvel público, e em que o Sd. PM Carlos Antônio Macedo, lotado no 17º BPM, admite ter usado uma viatura policial para transportar o Ten.-Cel Wesley até o fórum da Comarca de Uberlândia, para prestar depoimento como testemunha em processo movido entre os particulares, e pedido de providências para que seja apurada a eventual prática de atos de improbidade administrativa.

Nº 3.618/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e à Secretaria de Saúde pedido de providências para que recebam os representantes do Sind-Saúde para discutir a situação dos servidores públicos da saúde em Minas Gerais, especialmente em relação às demissões e cortes salariais dos servidores que entraram em greve, bem como os servidores da SES e Escola de Saúde Pública, que não participaram do processo de negociação e reajuste.

Nº 3.619/2012, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a inclusão, no programa estruturador Caminhos de Minas, do asfaltamento da estrada vicinal que liga o Município de Camanducaia ao Distrito de São Mateus.

Nº 3.620/2012, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para o recapeamento e a manutenção da MG-231, que liga o Município de Cordisburgo a Santana de Pirapama.

Nº 3.621/2012, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à BHTRANS pedido de providências para agilizar as medidas de implantação de sistema de sincronização dos semáforos em funcionamento na Capital e acelerar a instalação de mais câmeras de monitoramento do trânsito.

Nº 3.622/2012, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à BHTRANS, ao DER-MG e ao Detran-MG pedido de providências para que promovam campanha educativa a respeito das regras de trânsito, interagindo especialmente com os centros de formação de condutores.

Nº 3.623/2012, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à BHTRANS e ao Detran-MG pedido de providências para que realizem campanha educativa específica para esclarecer os condutores sobre as providências a serem adotadas em acidentes sem vítima.

Nº 3.624/2012, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DNIT pedido de providências para a recuperação do trecho da BR-354 entre os Municípios de Perdões e Campo Belo.

Nº 3.625/2012, da Comissão de Transporte, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o governo do Estado pelo início das obras e licitações da nova etapa do programa "Caminhos de Minas", favorecendo sobremaneira o desenvolvimento social e econômico de 107 municípios do interior do Estado e beneficiando cerca de quatro milhões de mineiros.

Nº 3.626/2012, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado e à Secretaria de Transportes pedido de providências para agilizar o processo de licitação das obras na LMG-654, no entroncamento com a MGC-251, no

Municípios de Coração de Jesus, no Distrito de São João Vereda e no Município de Montes Claros, previstas no programa "Caminhos de Minas", com extensão de 62 km.

Nº 3.627/2012, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana pedido de providências para promover estudos que visem à implantação do Comitê Gestor de Gerenciamento do Trânsito em Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Nº 3.628/2012, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DNIT, ao DER-MG e à BHTRANS pedido de providências com vistas à implantação de faixas reversíveis nas vias sob sua administração.

Nº 3.629/2012, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita sejam encaminhados à Comissão de Valores Imobiliários as notas taquigráficas da 18ª Reunião Ordinária dessa Comissão, e pedido de providências para que acompanhe as investigações contra o Banco do Brasil, em razão de supostos lançamentos indevidos de pacotes de serviços, ou providencie suas próprias medidas investigatórias.

Nº 3.630/2012, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita sejam encaminhados às Comissões de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados e do Senado Federal as notas taquigráficas da 18ª Reunião Ordinária dessa Comissão, para que tomem conhecimento das denúncias registradas por centenas de consumidores contra o Banco do Brasil, em razão dos supostos lançamentos indevidos de pacotes de serviços, e pedido de providências para que acompanhem as investigações ou providenciem suas próprias medidas investigativas.

Nº 3.631/2012, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita sejam encaminhados ao Ministério Público Federal as notas taquigráficas da 18ª Reunião Ordinária dessa Comissão, e pedido de providências para que acompanhe as investigações ou providencie suas próprias medidas investigativas relativas aos supostos prejuízos causados pelo Banco do Brasil a consumidores em razão de lançamentos indevidos de débitos de pacotes de serviços.

Nº 3.632/2012, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita sejam encaminhados ao Banco Central do Brasil as notas taquigráficas da 18ª Reunião Ordinária dessa Comissão, para que tome conhecimento das denúncias registradas contra o Banco do Brasil, em razão dos supostos lançamentos indevidos de pacotes de serviços por essa instituição financeira, e pedido de providências para que acompanhe as investigações ou providencie suas próprias medidas investigativas.

Nº 3.633/2012, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Secretaria Nacional do Consumidor e com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça pelo êxito do primeiro encontro dessa Secretaria com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor; e com o Ministério Público de Minas Gerais pelo êxito nas realizações da IV Reunião da Rede Procon-MG, do II Encontro Técnico de Defesa do Consumidor - ano 2012 - e da XXIII Reunião do Fórum dos Procons Mineiros.

Nº 3.634/2012, da Comissão de Turismo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Darci de Morais Cardoso, Prefeito Municipal de Jacutinga, pelo exemplo de gestão pública e, particularmente, pela inauguração da Praça Francisco Rubim.

Do Deputado Antônio Júlio em que solicita a anexação ao Requerimento nº 3.453/2012 de cópia da matéria publicada no "Jornal de Brasília", em 25/9/2012, sobre os assentos que deverão ser instalados no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha.

Do Deputado Rogério Correia em que solicita a realização de evento estadual regionalizado (seminário legislativo ou fórum técnico) com o tema "Agregação de Valor, Geração de Trabalho e Renda no Campo", com a finalidade de aprofundar o debate e colher sugestões para formatar políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Estado. (- À Mesa da Assembleia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Neilando Pimenta, Gilberto Abramo, Rômulo Viegas e outros, Fabiano Tolentino e outros (2), Sargento Rodrigues, Luiz Henrique e Fabiano Tolentino e outros e Luiz Henrique e outros e da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Almir Paraca e João Leite e outros.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Cultura, do Trabalho (2), de Administração Pública, de Transporte, de Saúde (2), de Assuntos Municipais, de Direitos Humanos, de Segurança Pública (2), de Defesa do Consumidor e de Turismo e dos Deputados Tiago Ulisses, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada e Adalclever Lopes.

Questões de Ordem

O Deputado Sávio Souza Cruz - Na reunião do dia 22 de agosto, tivemos neste Plenário um fato grave, pois a reunião foi aberta flagrantemente sem quórum. Não há nada mais grave para a democracia do que uma casa legislativa sem regras. Quando a vontade do governo impõe a "tratoragem" de qualquer dispositivo, de qualquer prática, de qualquer tradição da Casa, estamos no pior dos mundos. Não é possível que continuemos assistindo passivamente a esses desmandos do governo, que não queria votar nada, porque não havia quórum para abrir a reunião, muito menos para votar. Mas queriam que se contasse o prazo das cinco reuniões com o veto em pauta. Hoje esse veto está em pauta já sem poder ser discutido. Essa é a prática do governo. Em Minas Gerais não se pode discutir nada, em Minas Gerais prevalece a mordaça, a censura, patrocinada pela irmã do Senador, Sra. Andrea Neves, conhecida como a Goebbels das Alterosas, que censura a imprensa, compra os jornais, as rádios e as televisões. Minas Gerais está quebrada e todo o recurso está sendo usado para construir a campanha desesperada e obcecada do Senador. Essa prática não pode chegar a esta Casa. Temos um mandamento expresso no nosso Regimento Interno, no art. 18, que diz o seguinte: (- Lê:) "A presença dos Deputados será registrada no início da reunião ou no seu transcurso por meio de painel eletrônico, e a correspondente relação será autenticada pelo Presidente e pelo 1º-Secretário. Parágrafo único - ocorrendo falha no sistema de painel eletrônico, a presença dos Deputados será registrada em relação manuscrita, que será autenticada pelo Presidente e pelo 1º-Secretário". Está bem claro o que o Regimento estabelece. Agora está sendo adotada uma prática aqui, Sr. Presidente, de uma servidora, que não responde à Mesa, mas ao Secretário-Geral da Mesa, o nosso BRT, aquele que liga diretamente a Assembleia à Cidade Administrativa. Criou-se uma prática. Ela fala: "Vi o Deputado fulano de tal". Não há esse negócio de ver; a presença tem de ser marcada, nos termos do Regimento, no painel eletrônico,

até porque deixar de compor quórum é recurso regimental das Minorias. Não é aceitável que se continue, nesta Casa, abrindo reunião sem quórum, fazendo o que se quer, sempre debaixo da peia do comando do governo do Estado, que não consegue colocar aqui os Deputados da base e não quer permitir que haja discussão de nenhuma proposição. Em Minas Gerais, está proibido o debate. Em Minas Gerais, está proibido o contraditório. Minas Gerais vive como Estado de exceção. Não podemos permitir que esse Estado de exceção dite por completo os rumos desta Casa. Nesses termos formulei, juntamente com o Deputado Rogério Correia, Líder do PT, esta questão de ordem, para que restauremos nesta Casa o império das regras, o império do Regimento Interno. Nesses termos, Sr. Presidente, seja declarada nula e inexistente a reunião antirregimental, a reunião irregular, ilegal e sem quórum, que foi tristemente realizada nesta Casa no dia 22 de agosto. Esta questão de ordem foi formulada por escrito, assinada por mim, Líder do PMDB na Casa, e pelo Deputado Rogério Correia, Líder do PT. Queremos que V. Exa. não só responda à questão de ordem, mas que também declare nula a reunião irregular, ilegal e antirregimental que, na tora, se fez realizar nesta Casa, no dia 22 de agosto. Dessa forma, poderemos novamente trabalhar aquela pauta do dia 22, fazendo voltar o veto que hoje já está em regime de votação ao regime de discussão. Assim, teremos minimamente regras nesta Casa, de modo que esta não vire uma casa de exceção, como está se transformando, lamentavelmente, a Assembleia de Minas Gerais.

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Deputado Sávio Souza Cruz, a Presidência responderá a essa questão oportunamente. Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, queremos lamentar esse início de reunião de Plenário. Vemos a mágoa, que não faz bem. "Mágoa" significa "má água". A má água contamina tudo. Estamos vendo, infelizmente, uma Oposição muito perdida. Essa Oposição, que já foi Situação no Estado, colocou, por ofício, um Presidente na Assembleia Legislativa. Não aprendemos com essa Oposição. Esta Assembleia Legislativa neste momento faz o monitoramento do Plano Plurianual de Ação Governamental. V. Exa. mesmo, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, presidiu nesta manhã o monitoramento relativo à área de meio ambiente. Estavam aqui os executivos do Estado, os gerentes dos programas, dando todas as explicações para a Assembleia Legislativa. Lamentavelmente vemos essa mágoa, uma mágoa contra o Estado de Minas Gerais. Veio aqui o ex-Presidente Lula, que não fez absolutamente nada por nosso Estado, dizer que Minas Gerais está quebrada. Minas Gerais coopera com o Brasil com bilhões de reais em impostos, e praticamente nada volta para o Estado. O que recebemos é obrigatório, refere-se a transferências constitucionais, e, lamentavelmente, veio aqui o ex-Presidente Lula falar mal de Minas. É essa mágoa que vemos e que acompanhamos neste Plenário. Eles querem levar as coisas para o "tapetão" e discuti-las em tribunais. Ora, não adianta vir com golpe. O povo de Minas Gerais já escolheu o Senador Aécio Neves. Escolheu o Governador Antonio Anastasia. Tem escolhido democraticamente. E vem esta Oposição, que já governou Minas Gerais, e ela sim deixou Minas em situação dificílima. Fui Secretário de Estado logo depois desse governo e, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, faltava tudo. Havia um déficit que comprometia todas as contas do Estado. Agora, vem esta Oposição, com tanta mágoa, com tanta ira, talvez liderada pelo Sr. Lula, que veio xingar Minas Gerais. Ah, que saudades de quando o País era governado pelos mineiros, por JK, pois ele não fez distinção entre Estados, investiu em todos os Estados e fez a integração nacional. É disso que precisamos. Como fez o mais querido, Aécio Neves, em Minas Gerais, integrando todos os nossos Municípios. Foram interligados 230 Municípios. E, agora, vem o Caminhos de Minas para todos os partidos. Não é como o Lula e o PT, que fazem distinção. Ah, Minas Gerais é Aécio, é Anastasia, então para aqui não vem nada. Se vier alguma coisa, é empréstimo. Agora, já estamos vendo a obstrução e a denunciaremos para o Estado de Minas Gerais. Não pense a Oposição que ela se opor a isso será ruim para o PSDB ou para o Governador Anastasia; será ruim para Minas Gerais. O governo federal ofereceu dinheiro emprestado para este Estado e já estamos vendo aqui uma obstrução. Mas não vai obstruir o Deputado João Leite, os Líderes ou a nós, que fazemos parte da base do governo do Estado – porque as urnas disseram isso. Isso não fará mal a nós...

O Sr. Presidente - O seu tempo já está encerrando, Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Eu tenho tempo, Sr. Presidente. Inclusive, queria que V. Exa. o garantisse. Eu ainda tinha 1 minuto quando V. Exa. me interrompeu. Estava entusiasmado, porque acompanho meu tempo. Agora, ele vai se encerrar, porque fui interrompido. Quero complementar a minha argumentação, e V. Exa. por favor permita-me isso. Deputado Dalmo, o empréstimo é para Minas Gerais, não é dado nem foi feito a fundo perdido. Os mineiros terão de pagar por isso, porque o PT não deu nada para Minas. Os investimentos dos últimos anos, R$23.000.000.000,00 e R$19.000.000.000,00, foram recursos próprios do Estado de Minas Gerais. O restante se refere a empréstimo internacional que Minas Gerais também terá de pagar. Agora, o que votaremos é empréstimo, Srs. Deputados, e aqui está a Oposição dando um golpe, obstruindo o empréstimo para Minas Gerais. Não aceitaremos isso.

O Deputado Rogério Correia - Presidente, solicito o art. 166.

O Sr. Presidente - A Presidência pedirá a compreensão dos Deputados. Estamos com vários Deputados inscritos. V. Exa. terá a palavra oportunamente. Com a palavra, o Deputado Paulo Guedes.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Paulo Guedes, Rômulo Viegas, Carlin Moura e Rogério Correia proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questões de Ordem

O Deputado Adalclever Lopes - Diante da inexistência de quórum, peço ao Presidente que encerre de plano a reunião. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Gostaria de perguntar ao Deputado Rogério Correia se ele aquiesce à questão de ordem do Deputado Adalclever Lopes.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, vou terminar meu tempo. A questão de ordem é feita à Mesa. A questão de ordem não é feita a mim, orador inscrito. Questão de ordem é feita à Presidência, a quem cabe acatá-la. Se depender de mim...

O Sr. Presidente - A questão de ordem só tem valor se V. Exa. com ela concordar. Se aquiescer a ela.

O Deputado Rogério Correia - O meu tempo terminou, Presidente?

O Sr. Presidente - Perfeitamente.

O Deputado João Leite - Gostaria de solicitar a recomposição de quórum, porque a Oposição fala, e não podemos falar depois.

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito ao Deputado João Leite que proceda à chamada das Deputadas e dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Deputado João Leite - Farei, com muito prazer, a chamada, lamentando a falta de democracia da Oposição. Há muita gente trabalhando, não é Sr. Presidente? Há muitas comissões com reunião aberta, e agora acontece uma reunião para entendimentos.

O Sr. Secretário (Deputado João Leite) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 27 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação das Mensagens nºs 252 e 253/2012 à Mensagem nº 251/2012 e da Mensagem nº 250/2012 à Mensagem nº 249/2012, por guardarem semelhança.

Mesa da Assembleia, 4 de setembro de 2012.

Inácio Franco, 3º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Designação de Comissões

O Sr. Presidente - A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2012, do Deputado Alencar da Silveira Jr. e outros, que dispõe sobre a remuneração de agentes públicos. Pelo BTR: efetivos - Deputados Lafayette de Andrada e João Leite; suplentes - Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Carlos Mosconi; pelo BAM: efetivo - Deputado Antônio Carlos Arantes; suplente - Deputado Gustavo Corrêa; pelo PT: efetivo - Deputado Pompílio Canavez; suplente - Deputado Rogério Correia; pelo PDT: efetivo - Deputado Sargento Rodrigues; suplente - Deputado Carlos Pimenta. Designo. Às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 21.276. Pelo BTR: efetivos - Deputado Duarte Bechir e Deputada Ana Maria Resende; suplentes - Deputados João Vítor Xavier e Célio Moreira; pelo BAM: efetivo - Deputado Antônio Carlos Arantes; suplente - Deputado Gustavo Corrêa; pelo PT: efetivo - Deputado Elismar Prado; suplente - Deputado André Quintão; pelo PMDB: efetivo - Deputado Adalclever Lopes; suplente - Deputado Tadeu Martins Leite. Designo. Às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 21.281. Pelo BTR: efetivos - Deputada Ana Maria Resende e Deputado Rômulo Viegas; suplentes - Deputados Lafayette de Andrada e Fred Costa; pelo BAM - efetivo: Deputado Gustavo Corrêa; suplente - Deputado Antônio Carlos Arantes; pelo PT: efetivo - Deputado Paulo Lamac; suplente - Deputado Elismar Prado; pelo PDT: efetivo - Deputado Tenente Lúcio; suplente - Deputado Gustavo Perrella. Designo. Às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.279. Pelo BTR: efetivos - Deputada Luzia Ferreira e Deputado Luiz Henrique; suplentes - Deputados Lafayette de Andrada e Dalmo Ribeiro Silva; pelo BAM: efetivo - Deputado Tiago Ulisses; suplente - Deputado Gustavo Corrêa; pelo PT: efetivo - Deputada Maria Tereza Lara; suplente - Deputado Pompílio Canavez; pelo PMDB: efetivo - Deputado Bruno Siqueira; suplente - Deputado Antônio Júlio. Designo. Às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, dos nomes do Sr. Sérgio Rodrigues Leonardo, da Sra. Vilma Tomaz e dos Srs. Rogério Jorge de Aquino e Silva e Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz para compor o Conselho de Defesa Social. Pelo BTR: efetivos - Deputados Lafayette de Andrada e Fred Costa; suplentes - Deputados Zé Maia e Dalmo Ribeiro Silva; pelo BAM: efetivo - Deputado Antônio Carlos Arantes; suplente - Deputado Gustavo Corrêa; pelo PMDB: efetivo - Deputado Adalclever Lopes; suplente - Deputado Tadeu Martins Leite; pelo PT: efetivo - Deputada Maria Tereza Lara; suplente - Deputado Durval Ângelo. Designo. Às Comissões.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 3.597 a 3.611/2012, da Comissão de Segurança Pública, 3.612 a 3.618/2012, da Comissão de Direitos Humanos, 3.619 a 3.628/2012, da Comissão de Transporte, 3.629 a 3.633/2012, da Comissão de Defesa do Consumidor, e 3.634/2012, da Comissão de Turismo. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Meio Ambiente – aprovação, na 18ª Reunião Ordinária, em 14/8/2012, do Requerimento nº 3.489/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; de Cultura - aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 8/8/2012, do Projeto de Lei nº 2.258/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e dos Requerimentos nºs 3.415/2012, do Deputado Ulysses Gomes, 3.488/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.493/2012, da Deputada Liza Prado; do Trabalho (2) - aprovação, na 19ª Reunião Ordinária, em 8/8/2012, dos Projetos de Lei nºs 526/2011, do Deputado Elismar Prado, 3.240/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.253/2012, do Deputado Anselmo José Domingos, e do

Requerimento nº 3.417/2012, da Comissão de Participação Popular; e aprovação, na 20ª Reunião Ordinária, em 22/8/2012, dos Projetos de Lei nºs 229/2011, do Deputado Elismar Prado, 2.956/2012, do Deputado Fred Costa, 3.161/2012, do Deputado Pompílio Canavez, e 3.279/2012, do Deputado Elismar Prado, e dos Requerimentos nºs 3.524 e 3.525/2012, do Deputado Duarte Bechir, e 3.528/2012, da Deputada Liza Prado; de Administração Pública - aprovação, na 17ª Reunião Ordinária, em 21/8/2012, dos Requerimentos nºs 3.526/2012, do Deputado Duarte Bechir, 3.529/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.531/2012, do Deputado Gustavo Valadares; de Transporte - aprovação, na 14ª Reunião Ordinária, em 21/8/2012, do Projeto de Lei nº 2.558/2011, do Deputado Hely Tarqüínio, e do Requerimento nº 3.530/2012, do Deputado Carlin Moura; de Saúde (2) - aprovação, na 22ª Reunião Ordinária, em 22/8/2012, dos Projetos de Lei nºs 3.247/2012, do Deputado Sargento Rodrigues, e 3.259/2012, da Deputada Rosângela Reis, e do Requerimento nº 3.375/2012, da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack; e aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, em 29/8/2012, dos Requerimentos nºs 3.547/2012, da Deputada Liza Prado, e 3.554/2012, do Deputado Elismar Prado; de Assuntos Municipais - aprovação, na 13ª Reunião Ordinária, em 22/8/2012, dos Requerimentos nºs 3.273/2012, do Deputado Duilio de Castro, e 3.448 e 3.449/2012, do Deputado Fábio Cherem; de Direitos Humanos - aprovação, na 24ª Reunião Ordinária, em 22/8/2012, do Requerimento nº 3.527/2012, da Deputada Liza Prado; de Segurança Pública (2) - aprovação, na 18ª Reunião Extraordinária, em 29/8/2012, dos Projetos de Lei nºs 3.068/2012, do Deputado Duilio de Castro, e 3.206/2012, do Deputado Gustavo Valadares, e dos Requerimentos nºs 3.548/2012, da Deputada Liza Prado, 3.549/2012, do Deputado Carlin Moura, 3.555/2012, do Deputado Elismar Prado, 3.557/2012, do Deputado Délio Malheiros, e 3.572/2012, da Comissão Especial das Enchentes; e aprovação, na 25ª Reunião Ordinária, em 4/9/2012, dos Requerimentos nºs 3.575 e 3.576/2012, da Deputada Liza Prado; de Defesa do Consumidor – aprovação, na 22ª Reunião Ordinária, em 4/9/2012, do Requerimento nº 3.553/2012, do Deputado Elismar Prado; e de Turismo - aprovação, na 15ª Reunião Ordinária, em 4/9/2012, dos Requerimentos nºs 3.577/2012, da Deputada Liza Prado, e 3.587/2012, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; e pelos Deputados João Vítor Xavier - informando sua desfiliação do Partido Republicano Progressista - PRP - e sua filiação ao Partido Ecológico Nacional - PEN - (Ciente. Publique-se.); Tiago Ulisses - indicando o Deputado Antônio Carlos Arantes para membro suplente da Comissão de Minas e Energia; e Lafayette de Andrada - informando sua indicação para membro efetivo da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2011, na vaga decorrente do afastamento do Deputado Cássio Soares para investidura no cargo de Secretário de Desenvolvimento Social (Ciente. Designo. Às Comissões.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o requerimento do Deputado Neilando Pimenta em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.323/2011 (- Arquive-se o projeto.); nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o requerimento do Deputado Gilberto Abramo em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 943/2007; nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, o requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 3.138/2012; e, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, os requerimentos dos Deputados Fabiano Tolentino e outros (2) em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear a Maçonaria e comemorar o dia do Maçom e para homenagear a Ordem Demolay e comemorar o dia do Demolay, Luiz Henrique e Fabiano Tolentino e outros em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o Sebrae-MG pelos 40 anos de sua fundação, Luiz Henrique e outros em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o Ipsemg pelo seu centenário, e Rômulo Viegas e outros em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o Sr. Márcio Mascarenhas pelos 40 anos de fundação da Escola Number One, e da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Almir Paraca e João Leite e outros em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o Coronel Manoel José de Almeida, fundador da Fucam, pelo centenário de seu nascimento.

Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. por, finalmente, poder apresentar a questão de ordem no Plenário, o que, repito, é direito regimental deste Deputado. Não abro mão dos direitos que tenho regimentalmente para falar neste Parlamento. A minha questão de ordem é embasada no art. 166, que me permite, portanto, a questão de ordem e incide sobre o art. 18 do mesmo Regimento Interno. O art. 18, Sr. Presidente, diz: "A presença dos Deputados será registrada no início da reunião ou no seu transcurso, por meio de painel eletrônico, e a correspondente relação será autenticada pelo Presidente e pelo 1º-Secretário". Portanto, a relação deve ser feita por meio de painel eletrônico. "Parágrafo único - Ocorrendo falha no sistema do painel eletrônico, a presença dos Deputados será registrada em relação manuscrita, que será autenticada pelo Presidente e pelo 1º- Secretário". Na reunião ordinária do dia 22/8/2012, eu e o Deputado Sávio Souza Cruz, Líderes do PT e do PMDB, respectivamente, fizemos um questionamento. Era objetivo do governo abrir essa reunião para contar prazo a fim de que o veto que estava para ser discutido terminasse seu processo de discussão e entrasse em procedimento de votação. Nesse dia foi constatado, não pelo painel eletrônico - portanto, em desacordo com o Regimento -, mas por manuscrito feito por funcionária da Casa, que havia no Plenário, segundo ela me relatou, 27 Deputados, dois dos quais - os Deputados Sávio Souza Cruz e Adalclever Lopes - falaram hoje, do microfone da tribuna, que não responderam presença, o que já configuraria a inexistência de quórum. Tentei questionar isso, mas não pude fazê-lo. Em seguida, pediu a palavra o Deputado Lafayette de Andrada, que, não querendo discutir mais nada, pediu que se encerrasse a reunião, e o Presidente, de fato, a encerrou, de plano, e não pudemos sequer questionar esse fato. Fez-se, portanto, a vontade do governo de não permitir que se contabilizasse o quórum real. O Regimento é bastante claro: a presença do Deputado será registrada no início da reunião ou no seu transcurso, por meio de recomposição de painel eletrônico. Portanto, a primeira questão de ordem que apresento, Sr. Presidente, é que o Regimento seja respeitado: que as presenças só sejam computadas por meio do painel eletrônico e não mais por servidores da Casa. Não estou questionando o trabalho da servidora, mas a ela é determinado que qualquer Deputado que passe ali atrás, por exemplo, tenha sua presença computada. Certa feita, disse que não queria a minha presença computada, mas ela me disse que essa é a orientação da Secretaria-Geral. Disse que não estava presente, que não queria ter presença registrada, mas ela me disse que, se passei

lá fora, ela tinha de registrar minha presença, porque essa é a orientação da Secretaria-Geral. Ora, se estou ali fora e não adentrei o Plenário, foi exatamente para não dar quórum. Não registrei minha presença no painel, mas tenho de ficar foragido dali, escondido? O Deputado tem de se esconder ali atrás para não ter sua presença registrada? É óbvio que não pode ser assim. Por isso, está muito claro o que se diz no Regimento: que a presença seja registrada por meio do painel eletrônico. Minha primeira solicitação é, portanto, que as presenças sejam computadas por meio do painel eletrônico. Em segundo lugar, solicito que essa reunião, especificamente, seja anulada, porque não conseguimos a lista, que também solicitei, do início da reunião. Disseram-me que não tinha mais como ter acesso à lista do início da reunião porque a ela já estavam agregados os Deputados que chegaram posteriormente, durante o procedimento. Então, sequer temos a lista original. O painel certamente daria o horário em que cada Deputado registrou sua presença e, assim, saberíamos se houve quórum ou não. Era essa a questão de ordem que pedi para fazer no início. Peço desculpas ao Deputado Dalmo se me exaltei, mas não foi com ele. Fato é que há nesta Casa uma má vontade com a Oposição que é muito grande e exalta qualquer um, mesmo. O Deputado tem o direito de falar, pede uma questão de ordem, que é regimental, mas simplesmente sua palavra é cortada, e o Deputado não pode reagir? Sou eu o errado por discordar do Presidente se ele não me concede a palavra que solicitei segundo o Regimento? Tenho de concordar simplesmente porque é do interesse do governo ou do partido do governo na Mesa? Essa é a questão de ordem que faço, Sr. Presidente, e gostaria de uma resposta concreta a ela.

O Sr. Presidente - A questão de ordem chega à Mesa e será respondida. Com a palavra, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz - No início da reunião, tive oportunidade de apresentar questão de ordem sobre o mesmo tema, e seria fundamental que naquele momento tivesse sido dada ao Deputado Rogério Correia oportunidade de complementar minhas observações. Em razão disso, quero fazê-lo agora.

Quando o nosso Regimento estatui que a presença deve ser aferida pelo painel eletrônico, é porque ele incorpora a sabedoria de que a obstrução, a negativa de quórum, é um instrumento legítimo das Minorias. Portanto, Sr. Presidente, quando se opta, ilegal e antirregimentalmente, pela aferição "ad oculi", que é a feita hoje, pelos olhos da servidora, somos conduzidos ao absurdo de que o Deputado que queira obstruir, que queira negar quórum seja obrigado a, como disse o Deputado Rogério Correia, transformar-se em uma espécie de foragido dentro desta Casa. Não é direito do Deputado sequer passar ali fora, transitar do Salão de Chá até o Salão Vermelho, porque, se o fizer, a menos que cubra o rosto, a servidora tem ordem expressa do nosso BRT, o Secretário-Geral da Mesa, aquele que faz a ligação direta da Cidade Administrativa com a Assembleia Legislativa, para marcar a presença de quem ela vir. Isso sempre no interesse do governo. E o que é mais grave é que não é possível que nós - nesse momento - continuemos rasgando o Regimento da Casa realizando reuniões ilegais, ilegítimas, que mancham esta Casa, simplesmente porque o governo não deseja que um veto seja discutido, Sr. Presidente. Para que a reunião serviu? Não se votou nada no dia 22. O governo sabia que nada seria votado. O governo queria usar simplesmente o dispositivo regimental que prevê que uma proposição, após ficar em pauta por cinco reuniões, entra em fase de votação. A única coisa que essa rasgada que se deu no Regimento propiciou foi impedir que um veto do Governador a uma proposição aprovada pela Casa fosse discutido. A que ponto estamos chegando, Sr. Presidente? As proposições que serão votadas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais não podem mais ser discutidas, porque se vence a fase da discussão simplesmente abrindo reuniões sem quórum. Não está prevista a possibilidade da aferição "ad oculi" da presença na hipótese de pleno funcionamento do painel. A Assembleia Legislativa fez, recentemente, Sr. Presidente, um alto investimento no sistema biométrico de aferição de presença do painel eletrônico como resultado de um triste episódio ocorrido nesta Casa, o dos pianistas. Os votos fantasmas sempre atendendo a quem? À vontade do governo, que precisava de votos, que apareceram do além, que chegaram ao Plenário vindos do além, para garantir sempre a vontade do governo, sempre a vontade do Executivo. Agora, a Assembleia faz um alto investimento, implanta o sistema biométrico. O Regimento diz que a aferição da presença se fará, quando ele estiver funcionando, obviamente, por meio do painel eletrônico, e o que a Assembleia faz? Se o painel eletrônico não acusa o quórum que o governo deseja, o governo simplesmente muda a regra de aferição. Estabelece que a servidora do nosso BRT, assim que enxergar alguém ou achar que enxergou - ela tem ordem, nas palavras dela mesma -, deve marcar a presença de quem ela julga ter visto, colocando o Deputado numa situação constrangedora, que o obriga a se esconder, tapar o rosto e passar correndo, porque, se ele quer negar quórum - um direito dele -, não pode ser visto pela servidora do BRT. Isso não é possível continuar assim. Portanto, é fundamental que se declare nula a reunião ordinária, desta Casa, do dia 22 de agosto e seus efeitos. Terminando, Sr. Presidente, e verificando, claramente, inexistência de quórum, quero pedir a V. Exa. que encerre, de plano, a reunião, para que nós não perseveremos no descumprimento do Regimento, ao levar à frente uma reunião sem o quórum para tanto. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, para não deixar a Oposição falando sozinha, pedimos a recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Sávio Souza Cruz que dará resposta à questão de ordem oportunamente. Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Quero lamentar chegarmos ao ponto a que chegamos no Plenário. Agora passamos a acusar servidores da Assembleia. Até imagino que seja possível um servidor da Assembleia que esteja aferindo a presença equivocar-se em relação a um ou outro Deputado. Isso pode acontecer, mas lançar sobre servidores da Assembleia, sobre todos aqui, a suspeita de que, de alguma forma, estejam enganando, trapaceando, é lamentável. Sabemos que a intenção é só obstruir. Eles não querem que Minas Gerais receba o empréstimo. Essa é uma Oposição ao Estado de Minas Gerais, não ao governo, não à base da Assembleia Legislativa. Mas, para fazer essa obstrução, é necessário acusar até servidor da Assembleia Legislativa, dizendo que estaria a serviço do governo? É lamentável. Já ouvimos de tudo nesta tarde - preconceito contra ex-jogador de futebol que enricou - e agora há preconceito contra servidores da Assembleia Legislativa, que estariam vendo fantasmas de Deputados aqui. É lamentável. Espero que V. Exa., à frente dos trabalhos, não permita esse tratamento contra os servidores, contra ex-jogadores de futebol, contra advogados ou contra professores, que compõem a representação do povo de Minas Gerais. São vários aqui, homens trabalhadores, como o Deputado Pinduca Ferreira e tantos outros, e agora começaram os ataques aos servidores da Assembleia. É simples: é só chegar no microfone e dizer que estão em obstrução, que estão obstruindo o Estado de Minas Gerais, que não querem que o Estado de Minas Gerais receba esse empréstimo para que o Governador Anastasia continue o maravilhoso trabalho realizado pelo mais querido,

citado permanentemente, Senador Aécio Neves. Para que fazer isso? Acusar nossos queridos servidores da Assembleia Legislativa, que estão nas viagens conosco permanentemente e que agora têm que aguentar uma acusação dessas? É lamentável, Sr. Presidente, que cheguemos a esse ponto na Assembleia Legislativa. Digam com todas as letras: estamos obstruindo os trabalhos, não queremos que o Estado de Minas Gerais receba esse empréstimo. Falem com todas as letras, mas não venham com essa conversa sobre ex-jogador de futebol, sobre servidor da Assembleia Legislativa, que tem que aguentar uma coisa dessas. Ter de aguentar que falem dos nossos servidores no Plenário é lamentável. Espero, Sr. Presidente, que a Mesa da Assembleia Legislativa se manifeste sobre isso e que impere nesta Casa o decoro parlamentar. É lamentável que os nossos servidores sejam atacados dessa maneira, com essa falta de decoro. Tratar assim os nossos servidores! Como eu disse, é normal nos enganarmos em relação a um ou outro Deputado; é possível acontecer isso. Imagino que isso pode acontecer. Outro dia um servidor me chamou a atenção para o fato de que eu estava me esquecendo de computar a presença de tal Deputado, e eu o procurei, mas não estava ali o Deputado. Então ele me disse que tinha se enganado, e isso é possível. Mas acusar o servidor de manobrar, dizer que está a serviço do governo do Estado é lamentável. Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para pedir a recomposição de quórum, mas, pensando bem, a reunião tinha de ser encerrada. Quem sabe devemos mesmo ir para as bases fazer campanha. Já começamos a acusar os servidores da Assembleia. Sr. Presidente, peço que seja retirada dos anais da Assembleia Legislativa essa lamentável acusação contra um servidor da Casa. É regimental que se faça isso, porque o que tem de prevalecer na Assembleia Legislativa é o decoro. Não é possível rirmos dos servidores, das situações. Peço a recomposição de quórum, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada das Deputadas e dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, antes da recomposição de quórum, como V. Exa. concedeu a palavra ao Deputado João Leite, quando eu havia pedido antes...

O Sr. Presidente - Deputado Sávio Souza Cruz, a Presidência fará agora a recomposição de quórum.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Pedi que encerrasse a reunião.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, não estou entendendo. O Deputado solicitou o término da reunião. Foi solicitada a recomposição de quórum. Isso não existe, Sr. Presidente. Se é solicitada a recomposição de quórum... Por isso é que, às vezes, o Regimento...

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Rômulo Viegas, que procederá à chamada para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Rômulo Viegas) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 25 Deputados, que, somados a um parlamentar em comissão, perfazem o total de 26 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Indicação nº 68/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome de Thales Rezende Coelho Alves para o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço - Agência RMVA -, em substituição ao nome de Thiago de Pádua Batista Machado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Com a palavra, o Deputado João Leite.

- O Deputado João Leite profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questões de ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, solicito o encerramento, de plano, da reunião, por falta de quórum.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, solicito seja feita a recomposição de quórum. A base está impedindo a votação de um projeto importante. Peço recomposição.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, estou com a palavra. Não estou entendendo o nervosismo do Deputado Sávio Souza Cruz. A palavra está comigo. Solicito o encerramento, de plano, da reunião.

O Deputado Tadeu Martins Leite - Sr. Presidente, solicito seja feita a chamada para recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada das Deputadas e dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Tadeu Martins Leite) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 10 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 5, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/8/2012

Presidência dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Rogério Correia e Adelmo Carneiro Leão e da Deputada Maria Tereza Lara

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Presidente da Casa - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Federal Padre João - Registro de presença - Palavras do Deputado Rogério Correia - Palavras do Secretário Wander Borges - Palavras do Secretário Elmiro Nascimento - Lançamento do Plano Safra - Palavras do Sr. Vilson Luiz da Silva - Palavras da Sra. Elza Ilza Simões - Palavras do Sr. Sílvio Cardoso Neto - Palavras do Sr. Antoninho Rovaris - 2º Painel: Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos

- Palavras do Secretário Elmiro Nascimento - Palavras do Sr. Jõao Luiz Guadagnin - Palavras do Sr. Vilson Luiz da Silva - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à realização do ciclo de debates "Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável", com os seguintes objetivos: discutir e avaliar a efetividade e a qualidade das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável e dos programas e ações delas decorrentes; promover a articulação entre os setores envolvidos para subsidiar a elaboração de novas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável; e lançar o Plano Safra.

1º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos para tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Elmiro Nascimento, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; Deputado Federal Padre João, Presidente da Subcomissão de Segurança Alimentar da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados; Argileu Martins da Silva, Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representando o Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário, Deputado Federal Pepe Vargas; Deputado Wander Borges, Secretário de Estado Extraordinário de Regularização Fundiária; e Vilson Luiz da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -; a Exma. Sra. Elza Ilza Simões, Secretária-Geral da Federação dos Trabalhadores em Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais - Fetraf/CUT-MG -; os Exmos. Srs. Sílvio Cardoso Neto, representante da Via Campesina; Carlos Calazans, Superintendente do Incra; Alcídes Guedes Filho, Delegado Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais; Antoninho Rovaris, Diretor-Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag -; Carlos Geovane Rodrigues Queiroz, Gerente de Mercado de Desenvolvimento Sustentável da Superintendência Regional de Minas Gerais do Banco do Brasil; Porfírio Silva de Almeida, Gerente-Geral de Belo Horizonte da Superintendência de Minas Gerais e Espírito Santo do Banco do Nordeste; Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional de Negócios de Minas Gerais da Caixa Econômica Federal; e Marcelo Lana Franco, Presidente da Emater-MG; a Exma. Sra. Deputada Liza Prado, membro da Comissão de Política Agropecuária desta Casa; e o Exmo. Sr. Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Edmar Gadelha, Subsecretário de Estado de Agricultura Familiar de Minas Gerais; Marcelo Lana Franco, Vice-Presidente da Emater de Minas Gerais; e Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira, Superintendente da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Carlos Arantes) – Boa tarde a todos e a todas. Inicialmente passarei a palavra à Deputada Liza Prado, que vai ler um pronunciamento do Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Assembleia. Depois voltaremos a falar.

Palavras do Presidente da Casa

A Deputada Liza Prado – Boa tarde a todos e a todas. (- Lê pronunciamento do Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro:) "Muito se enganam aqueles que ainda pensam que a agricultura familiar é uma atividade periférica, desvinculada da economia de mercado. Tenho certeza de que a maioria dos participantes deste evento tem consciência da grande importância da agricultura familiar para Minas e para o Brasil. Mesmo assim, gostaria de lembrar, especialmente às pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia, que as pequenas propriedades, trabalhadas por famílias, são responsáveis pela produção de 70% dos alimentos consumidos no País.

Não podemos conceber a agricultura familiar como uma atividade isolada do agronegócio. Ao contrário, ela é um componente fundamental dessa importante atividade. Responde por 10% de nosso produto interno bruto e por quase 40% de toda a renda agropecuária gerada no País. Existem hoje, no Brasil, mais de 4 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar, que empregam nada menos que dois terços da mão de obra do campo. A agricultura familiar é, portanto, uma atividade estratégica, e não apenas do ponto de vista econômico. Esse tipo de cultivo tem menor impacto sobre o meio ambiente, ajudando a preservar a fauna, a flora, o solo e a água. A diversificação da lavoura permite significativa redução no uso de pesticidas ou sua completa eliminação, diminuindo a poluição ambiental e produzindo alimentos mais saudáveis.

A valorização da agricultura familiar recai na proteção de uma riqueza imensurável: a preservação de tradições e manifestações culturais próprias do meio rural, que, para nós, mineiros, representam elemento constitutivo de nossa identidade e transparecem nas festas, na culinária, nas rezas, na música e no artesanato. A permanência das pessoas no campo, com boa qualidade de vida, é também fundamental para a prosperidade das cidades. Por um lado, é imprescindível para abastecê-las dos víveres necessários à sobrevivência de seus habitantes. Por outro, a chegada de menor número de migrantes oriundos do meio rural atenua a sobrecarga da infraestrutura urbana.

E esta Assembleia, que é a Casa do povo, tem procurado fazer sua parte para melhorar a situação dos mineiros e mineiras que vivem no campo, com destaque para o trabalho das nossas comissões permanentes, em especial as Comissões de Política Agropecuária e Agroindustrial e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

É significativa também a produção legislativa sobre a matéria, de que são exemplos a lei que cria o programa Pró-Macaúba, a lei que dispõe sobre o apoio à comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores e a lei que institui a política estadual

de incentivo aos bancos comunitários de sementes. Assuntos relacionados ao tema foram também recorrentes em vários eventos institucionais aqui promovidos.

Sabemos, todavia, que avanços nessa área tão importante não serão alcançados pela atuação isolada do Poder Legislativo. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável dizem respeito ao progresso e ao bem-estar da sociedade como um todo e precisam ser discutidos pelos diversos setores envolvidos.

Por essa razão convidamos representantes da sociedade civil organizada, de órgãos governamentais das esferas municipal, estadual e federal e dos sindicatos de trabalhadores rurais a participarem deste ciclo de debates, realizado em atendimento a requerimento do Deputado Rogério Correia. O objetivo do evento é avaliar a efetividade e a qualidade das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural sustentável e colher subsídios para ações futuras relacionadas a esses temas. Durante os próximos dias, este Parlamento, espaço privilegiado de interlocução entre o poder público e a sociedade, estará aberto para o compartilhamento de experiências e para a construção de novos conhecimentos. Agradeço a valorosa participação dos expositores, o apoio das entidades parceiras, e o envolvimento dos cidadãos e cidadãs que muito nos honram com sua presença.

Esta Casa tem ainda a honra de abrigar, pela terceira vez, o lançamento do Plano Safra, iniciativa do governo federal que tem, ao longo da última década, sido responsável por verdadeira revolução na agricultura familiar. Este ano o Plano Safra destina ao crédito rural uma cifra recorde e prevê investimentos em assistência técnica, extensão rural, seguro e mecanismos garantidores de preço e de comercialização. Minas Gerais tem sido particularmente beneficiada pelo Plano Safra. Há 10 anos, o acesso ao crédito rural era muito restrito no Estado. Hoje há maior disponibilidade de recursos, que sabemos serem imprescindíveis para o sucesso dos pequenos agricultores mineiros.

Os homens, mulheres e crianças que vivem da terra são verdadeiros heróis. Lidam diariamente com o risco e a insegurança. A incerteza os ronda, pois não sabem como será o clima, se a colheita será boa, se encontrarão compradores para seus produtos ou se conseguirão comercializá-los por um bom preço. Há um ditado popular segundo o qual "não há boa terra sem bom lavrador". Mas não há bom lavrador sem apoio do Estado e da sociedade. Para que haja bons lavradores é preciso que haja acesso à terra, ao crédito rural, à tecnologia, à assistência técnica, à energia elétrica, a boas estradas, a postos de saúde e a escolas de qualidade. Esperamos que este evento contribua para a elaboração de políticas que ofereçam ao lavrador todas as condições de que ele necessita para trabalhar a terra com sustentabilidade, rentabilidade e motivação. Muito obrigado."

Palavras do Sr. Presidente

Obrigado, Deputada Liza Prado. A agricultura familiar sem a Emater não é nada. Marcelo Lana, sua presença é muito importante. Quero iniciar minhas palavras cumprimentando as autoridades presentes: Secretário Elmiro Nascimento, representando o Governador Anastasia; Secretário Wander Borges, representando o setor de reforma agrária; Sr. Argileu Martins, representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário; Deputado Federal Padre João, representando a Câmara dos Deputados; Deputada Liza Prado, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial desta Casa, grande parceira; Deputado Rogério Correia, também grande parceiro e autor deste requerimento; na pessoa do Sr. Vilson, da Fetaemg, cumprimento todas as entidades de classe presentes; na pessoa do Sr. Geovane, cumprimento o Banco do Brasil; na pessoa do Sr. Calazans, cumprimento o Incra; enfim, cumprimento todas as autoridades presentes, senhoras e senhores, produtores e produtoras, imprensa e telespectadores da TV Assembleia.

Este evento tem um significado muito grande para nós, porque o setor agropecuário é que movimenta a balança comercial do Brasil. Tire a agropecuária, e o Brasil irá à falência. Essa é uma realidade. Quem sustentou os grandes planos do governo, o Plano Real, foi o setor agropecuário. A agricultura familiar, apesar de participar somente com 20% do recebimento do crédito e de ter menos de 30% das terras do nosso país, representa mais de 70% do alimento que chega ao cidadão.

Sou do campo, também sou produtor rural. Há cerca de 20, 30 anos, o que mais clamávamos era relativo ao crédito que recebíamos, que era caríssimo. Quando o recebíamos, muitas vezes já estava na hora de colher a produção. Era pouco, chegava atrasado e era caro. Não sei como sobrevivíamos. Hoje temos crédito fácil, que chega na hora certa e é barato. Parece que é uma maravilha, mas não é bem assim. Temos muitos problemas, porque crédito barato, sem assistência técnica, sem tecnologia, sai caro. Por isso ainda existem muitos produtores endividados. Precisamos ter crédito, mas com assistência técnica em quantidade. Hoje temos, no meu entendimento, em qualidade. Temos bons técnicos, a Emater é um exemplo disso. Todavia precisamos que o governo federal também coloque recursos para que os Estados possam ampliar a sua assistência técnica. Não é só isso que acontece. Da porteira para dentro, o produtor saber o que fazer, mas a comercialização muitas vezes é difícil. Falta crédito para a comercialização, assim como incentivos e apoio para que o produtor possa vender seus produtos por um preço justo.

A legislação ambiental hoje coloca o produtor como um criminoso. Houve avanços, com o novo Código Florestal Brasileiro, que, se Deus quiser, logo logo estará 100% na ativa. Ainda são necessárias grandes discussões. Várias medidas estão sendo discutidas nesta semana. Ele ainda não é 100% real, sem contar a nossa legislação mineira. Acho que a legislação ambiental brasileira é a mais rígida do mundo, e a mineira chega a ser mais rígida que a brasileira. Precisamos ter compromisso com essa questão. Eu e os Deputados Paulo Guedes e Fabiano Tolentino já estamos trabalhando para criar aqui o código florestal mineiro, compatível com o código brasileiro e com a necessidade e a realidade do produtor mineiro, principalmente dos pequenos.

Morar no campo antigamente era sinônimo de tranquilidade. Hoje, nem sempre. Quantas e quantas propriedades estão sendo roubadas e assaltadas? Quantos agricultores produzem e colhem sua safra, que é roubada? Quantos produtores vivem hoje na insegurança da vida? Não me refiro apenas à insegurança jurídica e a uma série de outros problemas. Refiro-me à insegurança da vida. Estão sem saber se amanhecerão vivos, se não serão assaltados.

Em Distritos e povoados, hoje infelizmente há muitos problemas. Falta policiamento, e o governo do Estado alega falta de recursos. Quando analisamos o problema de forma profunda, percebemos que o governo federal realmente tem repassado poucos recursos para a segurança no Estado. Minas é muito importante para o Brasil. Temos de ter os recursos suficientes para dar segurança a esses cidadãos que produzem alimentos para o povo brasileiro. É inconcebível um produtor deixar a sua propriedade, o que é normal hoje, e

mudar para a cidade, em razão do medo, da insegurança que o ronda. Em minha região, divisa do Estado de São Paulo, parece que os problemas são mais sérios ainda.

Temos problemas de logística de transporte. Estradas vicinais estão em péssimo estado. Os Municípios têm dificuldade de manutenção de suas rodovias. O Estado investiu em máquinas e equipamentos, mas isso não foi suficiente. Depois do belo programa do Proacesso, que levou rodovias há mais de 200 cidades, o governo do Estado iniciou uma forte discussão e criou o programa Caminhos de Minas, que construirá mais 300 rodovias asfaltadas ligando pontos estratégicos, o que gerará desenvolvimento e possibilitará melhor transporte da produção vinda do campo e das indústrias. Portanto, é importante que cada cidadão cobre do seu Vereador, do seu Prefeito, para que isso se torne realidade. Que o Programa Pró-Vicinais venha para melhorar as rodovias vicinais.

A média de tempo gasto pelos nossos alunos do campo são duas horas para ir e duas para voltar dentro de um ônibus velho caindo os pedaços. Não podemos admitir isso. Um programa de recuperação dessas estradas permitirá que esses alunos fiquem menos tempo dentro dos ônibus, que também seriam mais bem conservados. Podemos pensar: são muitos Municípios e muitas estradas. Conservar uma estrada vicinal não é caro, o que não podemos deixar é que ela se acabe. Muitas vezes, o Prefeito quer fazer o cascalhamento, mas a legislação ambiental não o deixa arrancar o cascalho. E, quando ele faz isso, às vezes, até a máquina é presa. É uma contradição muito grande. É uma hipocrisia. Exige-se muito, mas se criam dificuldades, embaraços e obstáculos.

Precisamos que o campo se mobilize e faça com que o setor público entenda que sem estradas de qualidade, dificilmente o produtor ficará na cidade. Nem sempre ele poderá ir e vir na hora em que mais precisa. Mas não vou falar de números nem de uma série de questões, pois estão aqui uma muitas autoridades. Seria até um desrespeito da minha parte ocupar este microfone e ficar falando, querendo aparecer. Esse não é o nosso intuito. O nosso objetivo é que este evento seja o melhor possível. Que as nossas autoridades possam apresentar os planos, os projetos e as ações de governo, mas, ao mesmo tempo, apresentar soluções que venham realmente melhorar a vida do produtor rural.

Preocupa-me muito essa situação. Tenho dito sempre: estou Deputado, mas sou produtor rural, e não sou grande. Ouvi falarem que seremos a última geração rural. Se não houver ações fortes e concretas do governo do Estado, dos Municípios e principalmente do governo federal, nossa juventude não ficará no campo. E, no caso, quem vai tirar leite será o pessoal mais idoso. Quem vai trabalhar cuidando da suinocultura, da avicultura, das lavouras de café serão as pessoas mais velhas. E logo elas se aposentarão. Isso é, se se aposentarem, ganhando essa miséria de salário mínimo. Portanto, temos grande preocupação. Vemos que, se não houver ações mais concretas e fortes, chegará o momento em que as boas terras planas estarão nas mãos das grandes empresas multinacionais, e as terras mais caídas serão desvalorizadas e virarão reservas ambientais ou áreas de silvicultura.

Passo a palavra ao Deputado Federal Padre João, representante da Câmara dos Deputados. Depois, passarei a palavra ao Deputado Rogério Correia e à Deputada Liza Prado, ao Argileu, para lançar o Plano Safra 2012-2013 e, posteriormente, ao nosso Secretário Elmiro Nascimento. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Federal Padre João

Boa tarde. É uma grande alegria estar aqui. Saúdo, de modo especial, os componentes da Mesa; o Sr. Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, representando o Sr. Presidente da Assembleia; e o Deputado Rogério Correia. Permitam-me resumir a saudação, até para garantir tempo para todos. Caro Secretário Elmiro Nascimento, na pessoa do qual saúdo todas as pessoas ligadas ao governo do Estado, quer das fundações, quer das autarquias; assim também, caros Argileu e Calazans, na pessoa dos quais cumprimento todas as pessoas ligadas ao governo federal. Também quero dar uma atenção carinhosa e respeitosa aos companheiros que vieram de um ato histórico: o Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo e da Cidade, das Águas e das Florestas. Esse ato aconteceu somente em 1961. Estão aqui os companheiros Vilson, da Fetaemg; Elza Ilza, da Fetraf; e Silvinho, do MST.

Parabenizo a todos pelo primeiro encontro de preparação iniciado na Contag, dia 28 de fevereiro, do qual participei. O resultado foi um belíssimo encontro realizado em Brasília, mostrando que cada movimento tem a sua identidade e deve resguardá-la. Temos lutas e inimigos em comum. É importante unir forças para garantir qualidade de vida no campo e na cidade.

Que todos se sintam cumprimentados. Agradeço ao Sr. Presidente a leitura da carta feita na abertura da reunião pela companheira Liza Prado, fazendo referência a duas leis, duas políticas estaduais de nossa iniciativa: a do banco se sementes e a do pró-macaúba. A presença de vocês no Legislativo é fundamental porque aqui temos uma produção legislativa na linha da infraestrutura, da educação, da assistência técnica e da saúde no campo. A vinda de vocês fortalece os Deputados e as Deputadas que têm compromisso, mas, às vezes, a relação de força nem sempre é a mesma, pois há algo maior. Portanto, a contribuição de todos é muito importante.

É verdade que os Deputados e as Deputadas que colocam os pés na comunidade rural enxergam a riqueza existente lá. Por exemplo, a macaúba é uma riqueza, pois da espécie derivam o azeite, o óleo, o combustível, o sabão, os cosméticos. É fantástico. A interação é que nos faz avançar. Estamos buscando construí-la no Parlamento federal, na Câmara dos Deputados e no Senado, juntamente ao governo federal, para que o campo seja de fato atrativo. Não cabe a ninguém dizer que as pessoas têm de permanecer na roça. O poder público tem de criar condições dignas no campo para que as crianças e os jovens tenham encantamento e paixão para ficarem na roça. Agora, é preciso que tenham todo o necessário.

Celebramos muitas conquistas aqui, algumas já foram listadas pelo Presidente Deputado Antônio Carlos Arantes. Gostaria apenas de destacar programas direcionados ao homem do campo que não estão no Plano Safra, como o Minha Casa, Minha Vida Rural. O governo federal repassa R$25.000,00, e em quatro anos a pessoa devolve R$1.000,00, ou seja, R$250,00 por ano. Isso é fabuloso, assim como foi o Luz para Todos.

Como garantir bens e serviços no campo? Qual o grande desafio apresentado ao nosso Estado e aos nossos Municípios? A regularização fundiária. Há famílias morando há mais de 100 anos nas propriedades, mas sem o documento da terra. Então, não podem construir casas e contrair créditos. Ficam amarrados. Há Municípios com 500, 700 propriedades, mas se 250 possuem documentação correta do terreno... Temos de avançar e fortalecer todos os órgãos e quem está executando a política lá na ponta.

Vejam em Minas a Emater, o Iter, a nossa luta diuturna para fortalecermos, cada vez mais, o Incra e o próprio Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA –, valorizando a partir dos próprios servidores, quem de fato executa a política.

Para concluir, Sr. Presidente, enquanto representante da Câmara Federal, gostaria de falar de duas grandes conquistas e da nossa contribuição no processo. Primeiro, a lei que garante hoje a educação no campo. Isso já foi votado, e tive o privilégio de ser o relator da Medida Provisória nº 562, que hoje é lei e revê não somente a relação da educação da União com os Estados e Municípios, mas também garante recurso para a educação, sobretudo da pedagogia de alternância, fortalecendo, de fato, o Pronera. Agora a existência do Pronera tem força de lei, sendo assim, é uma grande conquista.

A outra conquista em que nós, mesmo no Parlamento, pudemos contribuir foi a política agroecológica de produção orgânica. Embora seja um decreto presidencial, contribuímos com uma emenda ao decreto, fruto de uma construção com os movimentos sociais. Houve encontro em Minas Gerais – salvo engano, lá na sede da Fetaemg –, com a participação de todos os movimentos, que sugeriram e deram suas contribuições ainda na minuta do decreto. Portanto foi uma grande conquista.

A política agroecológica de produção orgânica é uma conquista. Ela dá autonomia na relação de mudas e sementes diferenciadas para a agricultura familiar. Saiba, Edmar Gadelha, nosso Secretário, que não avançaremos na agroecologia, sem avançarmos com os bancos de sementes. Não avançaremos. A libertação e autonomia do nosso povo rural está na semente, começa com a semente, e é onde, de fato, todos os grandes setores e multinacionais estão se fortalecendo também. É nas sementes. Então a nossa força tem um painel específico para a agroecologia, como tem na educação do campo. O banco de sementes é uma política estratégica para garantir autonomia e renda ao nosso povo e aos nossos trabalhadores que estão lá no campo.

Portanto fica aqui esse apelo. Nossa contribuição é mais no sentido de saudação e para dizer que vale a pena todo o investimento. Perguntei ao Vilson se o pessoal ficará o tempo todo aqui. Ele me respondeu que a maior parte ficará o tempo todo participando do ciclo de debates. Na verdade, isso não é um custo, e sim um grande investimento, uma necessidade, uma urgência. Se medirmos, veremos que estamos perdendo o jogo, mas, na verdade, quem perde o jogo é toda a sociedade brasileira. Afinal, abre-se espaço para a produção de alimento com veneno, e todos nós perdemos. É nossa tarefa produzir alimentos que garantam saúde e vida para o nosso povo. Temos de repensar nisso. Essa é uma contribuição para a agricultura familiar, mas digo, Secretário Elmiro Nascimento, este debate ajudará também o agronegócio, porque o próprio mercado está sendo muito exigente. De acordo com os dados de várias universidades, vemos que a exigência está sendo da superação do uso do veneno na produção de alimento. Então esse é um recado importante também para o agronegócio, de que todos têm de repensar a forma, o modelo de produção de alimento, em respeito à terra, às águas, à biodiversidade e, sobretudo, ao ser humano, alvo principal da produção de alimentos.

Muito obrigado. Parabéns, Deputado Antônio Carlos Arantes e Deputado Rogério Correia por essa construção com toda a equipe da Assembleia Legislativa, sempre competente com diversas reuniões para realização não só aqui do lançamento do Plano Safra, mas também do ciclo de debates.

O Sr. Presidente – Muito obrigado, Deputado Padre João, que aqui representa a Câmara dos Deputados.

Registro de Presença

O Sr. Presidente – A Presidência agradece e registra também a presença da Sra. Clarise Fernandes da Silva, Presidente da Clarosofia Núcleo Mundial – CNM -, que participou até das reuniões preparatórias, contribuindo e dando sugestões para este ciclo de debates; e do nosso Subsecretário de Agricultura Familiar Edmar Guariento Gadelha. Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

Palavras do Deputado Rogério Correia

Boa tarde, companheiras e companheiros, sejam bem-vindos. Quero, rapidamente, fazer uma saudação aos componentes da Mesa. Permitam-me a integrante – temos a companheira Elza Ilza - e os integrantes da Mesa não citar todos nesta saudação, e que os nomes que eu citar representem o conjunto de nossa Mesa de trabalhos. Queria, então, saudar o Deputado Antônio Carlos Arantes, Presidente da Comissão, e agradecer-lhe a condução do processo de lançamento hoje do Plano Safra, um requerimento de minha autoria, e também do nosso ciclo de debates.

Agradeço também a todos os técnicos da Assembleia Legislativa que nos ajudaram no início deste debate, que, tenho certeza, será muito útil à nossa agricultura familiar. Permitam-me saudar a Câmara Federal e agradecer-lhe a presença por meio do Deputado Padre João, que foi nosso companheiro nesta Casa e que agora está em Brasília como importante Deputado da agricultura familiar.

Cumprimento ainda o Secretário Elmiro Nascimento, também nosso ex-colega nesta Casa, em cuja pessoa cumprimento o governo do Estado, assim como todos os seus integrantes aqui presentes e o próprio Governador Antonio Anastasia; o meu amigo e companheiro Argileu - trabalhamos juntos no Ministério do Desenvolvimento Agrário -, aqui representando o Ministro Pepe Vargas e a Presidenta Dilma - é um prazer tê-lo aqui, Argileu -, em cuja pessoa cumprimento todos os que aqui representam o governo federal; o Agostinho, da Contag, e o Vilson, da Fetaemg, em cujas pessoas cumprimento todos os que aqui estão em nome dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Minas Gerais e também da Via Campesina e da Fetraf. Em nome de vocês, cumprimento todos os trabalhadores da agricultura familiar, trabalhadores rurais de Minas Gerais. O evento é para vocês, então sejam bem-vindos. Tomara que este evento seja, de fato, promissor.

Há dados importantes a serem citados. O nosso amigo Argileu exporá aqui os dados e o que o governo federal pensa do Plano Safra deste ano. São números que nos trazem alegria, principalmente se compararmos com números passados. Quando o Presidente Lula assumiu o comando do Brasil, o Plano Safra em Minas Gerais foi utilizado em 2002 com contingência de R$200.000.000,00. Quando assumi o Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas, em 2007, estava em aproximadamente R$800.000.000,00, já tinha dado um salto quase quatro vezes superior ao do início do governo do Presidente Lula. Quando saí, estava em torno de R$1.200.000.000,00 já praticados e, no ano passado - o Pida me corrija se eu estiver errado – foi na faixa de R$1.700.000.000,00, ampliando mais ainda. Hoje será anunciado no Plano Safra R$2.400.000.000,00.

São números, portanto, que crescem. São R$2.400.000.000,00, incluídos tanto o crédito como também a assistência técnica e a comercialização de produtos por meio da alimentação escolar. Portanto são muitos recursos do governo federal com investimento em

crédito e destinados à agricultura familiar, mas sabemos que ainda não é o suficiente. Esse é um dos pontos que evidentemente vamos tratar aqui.

Já se tornou tradição fazer o lançamento do Plano Safra em Minas Gerais na Assembleia Legislativa, exatamente para que tragamos não apenas o poder público, mas também a participação popular, para que compreenda o que é isso e a valorizá-lo. Desde a época em que o Deputado Padre João era Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial e eu estava ainda no MDA, lembro-me de que fizemos vários lançamentos desse plano e contamos com a presença de representantes do Ministério e da Secretaria. E isso se repete aqui. Entendo ser um ponto positivo da Assembleia Legislativa fazê-lo. Sempre ocorre com a presença do movimento social, com destaque para a Fetaemg e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas também sempre com a presença de órgãos dos governos federal e estadual. Este ano, a partir de uma conversa com o Vilson, da Fetaemg, acertamos fazer, além do lançamento do Plano Safra, na sequência, um balanço da agricultura familiar em Minas Gerais, de como andam os programas. Queremos saber se estão chegando até vocês com a qualidade necessária; o que falta para chegar a quem interessa; e quem são os agricultores familiares.

Temos muito respeito pela agricultura familiar. Aliás, ela já é respeitada nacionalmente. Em 2007, o Presidente Lula a reconheceu por meio de uma lei que regulamenta a agricultura familiar. Isso foi feito simplesmente porque ela é importante. Se não fosse, não teríamos os lançamentos do Plano Safra, o aumento da cifra e dos números. Qual é essa importância? Os Deputados Antônio Carlos Arantes e Padre João expuseram alguns itens fundamentais. Se não fosse a agricultura familiar, haveria 80% de desemprego no campo. Em outras palavras, o emprego no campo depende da agricultura familiar em 80%. Ora, isso é um dado fundamental para um país que quer geração de emprego e renda. Esse segmento é responsável por alimentar o povo brasileiro em 70% daquilo que está na mesa. Ou seja, não fosse a agricultura familiar, o povo brasileiro passaria fome ou teríamos de gastar muitos bilhões para trazer os produtos de fora, o que geraria desemprego etc., etc.

Assim, a agricultura familiar tem a importância fundamental de alimentar o povo brasileiro. É claro que precisa de mais qualidade. O Deputado Padre João tem toda a razão: é preciso combater o uso de agrotóxicos e melhorar a produção. Tudo isso ainda precisa ser feito, mas é a agricultura familiar que segura a produção de alimentos. Mais do que isso, ela é a responsável por 10% do PIB. É o mesmo percentual da indústria automobilística, que é tão poderosa, que tem a Volkswagen e a Fiat. Enfim, ela é responsável por 10% do que o Brasil produz, 10% do dinheiro vem da agricultura familiar. É um dinheiro que vem para os Municípios menores, que fica dentro do Brasil. A partir dele, o comerciante ganha dinheiro, o estudante vai para a escola, e os Municípios pequenos do Brasil sobrevivem. Essa é a realidade da agricultura familiar. Por isso o Presidente Lula a reconheceu por lei; por isso há o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Era importante que existisse esse Ministério para a agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. É esse o motor que faz com que os governos se mexam, e isso só pode ser feito a partir da organização social, dos militantes que se articulam em torno dos sindicatos, das cooperativas e que forçam o governo a assumir programas que são construídos por vocês. A Contag e a Fetraf são exemplos disso no Brasil afora e aqui em Minas Gerias.

Portanto, ao fazer o lançamento do Plano Safra, também tivemos, por intermédio do Vilson, a ideia de realizarmos este seminário, para que esses pontos fossem tratados. Precisamos discutir, por exemplo, acesso a terra. As reclamações de que a reforma agrária ainda está titubeante são muitas. Ela precisa avançar em Minas Gerais e no Brasil. Portanto, o acesso à terra não está resolvido; a reforma agrária não está feita.

O crédito fundiário em Minas Gerais anda muito devagar; aliás, não tem nem andado. Quando visito o interior, cobram-me a respeito: o crédito fundiário é um fator fundamental, que também não está tendo acompanhamento nem sendo feito segundo a necessidade, embora haja dinheiro nos bancos. Para o crédito fundiário não falta dinheiro: tem dinheiro no Banco do Brasil e no Banco do Nordeste para comprar a terra, mas não se consegue acessá-lo. Algo está errado. Se existe o dinheiro, que seria o maior problema, não é possível que não vamos resolver as questões burocráticas que fazem com que o crédito fundiário não ande em Minas Gerais. Essa é uma questão que temos de discutir, evidentemente.

Para a assistência técnica, falta recurso, sim, mas não é possível que não vamos dar prioridade a ela, como pontuamos outro dia, em uma plenária lotada de técnicos da Emater. Tem razão o Deputado Antônio Carlos Arantes quando diz que são excelentes técnicos, mas são em número muito pequeno: um para cada mil agricultores familiares. Com essa proporção, os técnicos não conseguem fazer com que a agricultura familiar tenha assistência real. Esse é outro problema que está colocado.

Também há o problema da infraestrutura. Embora tenhamos avançado com o Luz para Todos e com o apoio dos governos federal e estadual, a verdade é que ainda falta infraestrutura nas áreas, por exemplo, de educação no campo e saneamento básico, e precisamos tratar também dessas questões.

Por fim, também temos que tratar da área de comercialização, como falou o Deputado Antônio Carlos Arantes. Tivemos avanços com programas de aquisição de alimento, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE -, que é lei, mas a comercialização ainda não é suficiente. É possível produzir mais, comercializar mais e até exportar produtos da agricultura familiar, o que deve ser uma de nossas metas. Não podemos deixar que se acredite que a exportação é apenas algo do agronegócio. Não! A agricultura familiar tem condições de produzir e exportar alimentos, mostrando que o melhor modelo para o Brasil é este: a agricultura familiar, não o agronegócio, o latifúndio. Essa é uma demonstração que temos do fortalecimento da agricultura familiar.

Termino, Presidente, expondo a minha expectativa de, durante este mandato, conseguirmos aprovar na Comissão de Política Agropecuária um projeto de lei que institua os direitos da agricultura familiar no Estado. Temos contado com a ajuda da nossa Subsecretaria – não é, Gadelha? - para pensar esse projeto. Apresentei um anteprojeto que já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e que já apresentei às entidades e sindicatos, mas temos de aproveitar a oportunidade deste seminário para pensar no que seria uma legislação que estipule os deveres dos governos federal, estadual e municipal com a agricultura familiar, para que, entrando governo X ou Y, Prefeito A ou B, exista uma lei que lhes garanta os direitos da agricultura familiar, como se fez no âmbito federal. Acho que é possível fazermos essa lei a várias mãos: do movimento social, dos governos federal e estadual e das Prefeituras. Esse é um sonho que temos de acalentar, e certamente este seminário vai contribuir para isso.

Por fim, desejo a todos um bom debate. Podem cobrar; vejam o que não está funcionando e cobrem. A ideia é essa; não é criticar ninguém, mas apenas levantar o que precisamos para fazer funcionar aquilo que todos concordamos ser fundamental: a agricultura familiar em Minas Gerais. Um grande abraço e sejam bem-vindos.

O Sr. Presidente – Com a palavra, o Secretário Wander Borges.

Palavras do Secretário Wander Borges

Boa tarde a todos e a todas. Na pessoa do colega Deputado Antônio Carlos Arantes, cumprimento os Deputados presentes – o autor do requerimento, Deputado Rogério Correia; o Deputado e Secretário Elmiro Nascimento, neste ato representando o Governador do Estado, Prof. Antonio Anastasia; e o colega Deputado Padre João, representando a Câmara Federal -; os demais membros da Mesa, entre eles o Argileu, representando o Ministro Pepe Vargas; os representantes dos movimentos sociais; o colega Vilson, da Fetaemg; e os sindicatos rurais aqui presentes.

Minhas palavras serão breves, até porque amanhã, pela manhã, teremos oportunidade de discorrer mais sobre algumas questões aqui apresentadas. Porém há de se ressaltar que o Estado de Minas Gerais, sobretudo na questão da regularização da terra, vem avançando sobremaneira. Para se ter ideia, nos últimos anos, até 2011, conseguimos entregar algo em torno de 50 mil títulos novos de propriedades.

Sabemos que o acesso à terra é uma necessidade premente do agricultor no que se refere à necessidade de acesso ao crédito, enfim da organização da cidadania como um todo.

Recentemente, reorganizamos todo o sistema do crédito da regularização da terra em Minas Gerais. Já conveniamos com aproximadamente 200 Prefeituras, haja vista a necessidade da participação popular por via de Prefeituras Municipais. Estamos mantendo constante contato com o pessoal do Incra, na pessoa do Calazans, assim como com o pessoal da Fetaemg, por intermédio do Vilson. Existem muitas dúvidas no que se refere à questão de terras, uma vez que, conforme nosso ordenamento de 1850, há necessidade de avançar em relação a várias discriminatórias. E agora, sobretudo na questão rural, que interfere diretamente nos convênios que temos com o Incra, estamos fazendo um plano-piloto na cidade de Turmalina, haja vista algumas dificuldades que encontramos nos últimos anos.

Há, aliás, um reordenamento, porque até então o Brasil estava titularizando as terras nas áreas de servidão, nas áreas de preservação permanente. Estavam sobrepondo locais onde já havia registros, com a necessidade de nulidade depois. Enfim, vamos tratar desses assuntos amanhã, pela manhã.

Quero desejar a todos boas-vindas e dizer da predisposição do governo do Estado de Minas Gerais de avançar na questão da regularização da terra, por entender que a regularização de terra é o momento da cidadania do homem do campo. E é nessa cidadania que Minas está trabalhando para alcançar, cada dia mais, uma qualidade de vida, sobretudo na agricultura familiar, e para que nossos produtores ganhem não só o mercado interno em extensão, mas sobretudo o mercado externo.

Temos conhecimento de tudo que foi aqui apresentado quanto à questão da educação no campo, da segurança pública, das estradas, mas existem realmente algumas questões de ordem técnica que nós – e digo "nós" enquanto pessoal do campo e governo, seja municipal, estadual ou federal -, precisamos superar. E isso só será possível com esse debate, com essa discussão, formulando políticas que possam melhorar ainda mais a oportunidade do plantio e, por consequência, a entrada de recursos. Muito obrigado. Boa tarde a todos.

O Sr. Presidente – Muito obrigado, Sr. Wander Borges. Com a palavra, o Sr. Elmiro Nascimento.

Palavras do Secretário Elmiro Nascimento

Prezado Deputado Antônio Carlos Arantes, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembleia Legislativa, aqui representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa; meu prezado colega, Deputado Wander Borges, Secretário de Estado Extraordinário de Regularização Fundiária; Deputado Federal Padre João, Presidente da Subcomissão de Segurança Alimentar da Comissão de Seguridade Social e Família; Sr. Argileu Martins, Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nosso colega da Emater que emprestamos para o MDA, representando aqui o Ministro Pepe Vargas; Deputado Estadual Rogério Correia; Deputada Estadual Liza Prado; Deputado Estadual Fabiano Tolentino; Vilson Luiz da Silva, Presidente da Fetaemg e grande parceiro nosso; Alcides Guedes Filho, Delegado Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais; Carlos Calazans, Superintendente do Incra; Marcelo Lana, Presidente da Emater; Carlos Geovane Queiroz, Gerente de Mercado de Desenvolvimento Sustentável da Superintendência Regional de Minas Gerais do Banco do Brasil; Porfírio Almeida, Gerente-Geral do BNB em Belo Horizonte; Sílvio Cardoso Neto, representante da Via Campesina; Antoninho Rovaris, Diretor-Secretário de Política Agrícola; Elza Ilza Simões, Secretária-Geral da Fetraf-CUT-MG. Quero fazer uma homenagem especial às agricultoras e aos agricultores familiares que aqui estão e falar da alegria e do prazer de estarmos aqui hoje representando, numa Mesa tão importante para a agricultura familiar de Minas Gerais, o nosso Governador, Prof. Antonio Anastasia.

É com imensa alegria que venho mais uma vez à Casa do povo mineiro. Se me permitem, gostaria de render cumprimentos de forma especial a todos os Deputados da egrégia Assembleia Legislativa de Minas Gerais pela brilhante iniciativa de promover este ciclo de debates acerca de assunto tão importante dentro da agenda pública, como é a agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. Aliás o momento é bastante oportuno para ressaltar que Minas, graças à sensibilidade e ao arrojo do Governador Anastasia, tem avançado e provocado uma transformação nas causas afetas à agricultura familiar. Essas profundas mudanças - e isto precisa ser enfatizado - têm ocorrido de forma sustentável, ou seja, o nosso Estado e os nossos agricultores familiares respeitam o meio ambiente.

Nos últimos anos houve nas nossas Minas Gerais, sobretudo com a criação da Subsecretaria de Agricultura Familiar, uma considerável atenção do governo do Estado para com os destemidos agricultores familiares. São eles homens e mulheres que tiram da terra o seu sustento e levam para nossas mesas as mais diversas iguarias do campo. Aliás, políticas públicas voltadas para a agricultura

familiar e o desenvolvimento rural sustentável são imprescindíveis para o desenvolvimento econômico e social de nosso Estado. Não me canso dizer que o progresso de Minas passa pelas sábias mãos dos nossos trabalhadores rurais.

De acordo com dados do último censo agropecuário de 2006, cerca de 440 mil estabelecimentos rurais em Minas são de agricultores familiares. É, sem dúvida, um número bastante expressivo, que merece ser levado em consideração. Ademais, estima-se que 40% das riquezas geradas no campo e 70% dos alimentos produzidos advenham dessa modalidade de agricultura, que é responsável por 1.200.000 empregos, representando 65% do total de trabalhadores empregados no segmento agrário.

A Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, por meio da Subsecretaria de Agricultura Familiar, muito bem conduzida por Edmar Gadelha, tem coordenado e desenvolvido relevantes programas que visam melhorar a qualidade de vida do agricultor familiar. Exemplo disso é o bem-sucedido programa Estruturador Cultivar, Nutrir e Educar, que apoia a comercialização dos produtos vindos da agricultura familiar em escolas estaduais, bem como o programa Associado, que fomenta o desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio em Minas.

O sucesso alcançado por esses dois programas serviu de exemplo para que em 2013 seja lançado o programa Associado de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar, que viabilizará o acesso à organização e à estruturação da produção e da comercialização dos produtos. Mas sei, ilustre Presidente e demais participantes deste oportuno ciclo de debates, que, apesar dos incontáveis avanços, ainda há muito o que fazer pelo setor.

Nesse sentido, a nossa Secretaria, com o fundamental auxílio das suas vinculadas - Emater, Epamig, IMA e Ruralminas -, estreitará ainda mais a parceria com os inúmeros agricultores familiares espalhados por essas montanhas de Minas. A propósito, a Emater, justiça seja feita, tem desempenhado, ao longo de sua existência, um brilhante e exemplar trabalho com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Não posso encerrar sem antes enaltecer o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012-2013. Esse singular plano, além de levar avanço e esperança ao segmento, estimula e incrementa a produtividade e a articulação das políticas públicas. Obrigado ao governo federal, na pessoa do Argileu, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pela parceria e pelo apoio na constante luta em prol de uma agricultura familiar cada vez mais forte e desenvolvida.

Por fim, agradeço, em nome do Governador Antonio Anastasia, a gentileza do convite. É sempre uma honra participar aqui, na Casa do povo mineiro, de um evento tão significativo como este, que discute ações e perspectivas para a nossa agricultura familiar. Tenham todos uma boa tarde e um excelente evento! Muito obrigado.

O Sr. Presidente – Antes de passar a palavra ao Sr. Argileu, representante do Ministro Pepe Vargas, quero levantar uma questão rapidamente – aliás, o senhor sairá depois e não sei como está o seu tempo. Dr. Argileu, o senhor é da Emater, possui grande experiência e conhecimento sobre o pequeno produtor, está no lugar certo e nos tem ajudado bastante no desenvolvimento agrário. À medida que se buscam avanços, regredimos em outras áreas. Hoje vejo o movimento cooperativo passando por dificuldades muito sérias, principalmente as cooperativas de leite. Na verdade, pouquíssimas delas estão com o seu balanço no verde; está tudo no vermelho. Os médios e grandes produtores que possuem uma produtividade e uma produção maior são assediados pelos grandes laticínios e, muitas vezes, por multinacionais que os captam. As cooperativas ficam apenas com os pequenos produtores e são a única salvação deles. Só que estão caminhando para um rumo que não durarão mais do que seis meses ou um ano, ou seja, irão à falência – aliás, são muitas. A falência do sistema cooperativo é a da agricultura familiar, porque são as cooperativas que balizam preço na hora de comprar e vender. A partir do momento em que essas cooperativas forem desaparecendo, os intermediários vão sugando cada dia mais o sangue do nosso pequeno produtor rural. A questão não é de uma análise simples, mas sim urgente e imediata. Se não houver uma ação forte do governo federal... Poucas ações pode fazer um Estado, mas também é possível fazer alguma coisa. Não tenham dúvida de que desaparecerão centenas de pequenas e médias cooperativas de laticínios no nosso Brasil. Logo, quero que leve ao Ministro Pepe Vargas, gaúcho que tem também sensibilidade social, que é hora de ação urgente. Muito obrigado. Com a palavra, o Sr. Argileu Martins da Silva.

Lançamento do Plano Safra

O Sr. Argileu Martins da Silva - Boa tarde. Quero deixar o abraço fraterno do Ministro Pepe Vargas ao Governador, que está representado aqui pelo Secretário Elmiro; e ao Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, representado pelo Deputado Antônio Carlos Arantes, que preside esta Mesa. Quero trazer um abraço fraterno aos demais Secretários, ao nosso companheiro e irmão, Deputado Rogério Correia, autor do requerimento e desta fantástica iniciativa de, assim que lançar o Plano Safra, debater os temas inerentes ao desenvolvimento rural. Essa iniciativa deixa o Ministério do Desenvolvimento Agrário extremamente animado e com um olhar diferenciado para o Estado de Minas Gerais.

Queria trazer o nosso abraço fraterno ao Deputado Federal Padre João, que levou toda a sua experiência acumulada como parlamentar mineiro e das montanhas de Minas ao cerrado do Planalto Central e que tem sido um parlamentar essencial nos avanços e naquilo que o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem construído nesses últimos dois anos. Queria trazer o nosso abraço fraterno ao Marcelo, da Emater, essa empresa tão importante. Hoje, em todo o Brasil, é consenso que o serviço de assistência técnica e extensão rural é a plataforma para que as demais políticas públicas possam chegar aos rincões de todas as regiões brasileiras. Queria trazer o nosso abraço fraterno aos companheiros e colegas do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, aos representantes dos movimentos sociais, destacando a Elza Ilza e o Antoninho Rovaris, que está conosco constantemente.

Na última segunda-feira, passamos toda a tarde discutindo e aperfeiçoando as políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. Queria trazer o nosso abraço fraterno aos companheiros do MST e, evidentemente, ao nosso Delegado Alcides, que é a voz, o braço e os olhos do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais. E, claro, trazer o nosso abraço fraterno a homens e mulheres, agricultores e agricultoras familiares, assentados da reforma agrária.

Queria dizer que o que apresentaremos aqui, de maneira muito objetiva, para poupar-lhes tempo, é fruto de todo o debate que fizemos nos quatro primeiros meses deste ano. Portanto, a cada ano, o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem suas políticas

debatidas exaustivamente por todos os movimentos sociais do campo. A partir daí, ele formula, com os demais núcleos e áreas do governo, as medidas que poderão fazer eco e, evidentemente, ressoar aquilo que é a reivindicação desses agricultores.

Quero cumprimentar também o nosso colega de Secretaria João Luiz Guadagnin, que, daqui a pouco, fará uma apresentação. Secretário Elmiro, brincamos dizendo que o João Luiz é um manual de crédito rural ambulante. Tudo o que queremos saber sobre crédito rural ele sabe antes de imaginarmos. João, por isso, é muito bom, como mineiro, tê-lo aqui, em Minas Gerais, de modo a nos apropriar um pouco do seu conhecimento lá nos pampas gaúchos, nas nossas serras.

Queria cumprimentar todos da imprensa e os colegas da Emater e manifestar a nossa alegria em, mais uma vez, estar aqui trazendo boas-novas, boas notícias. Que boas notícias são essas? Deputado Antônio Carlos, sabemos que o Brasil tem mudado muito rapidamente. Lembramo-nos de quando estávamos no campo, num passado muito recente, e lidávamos com um conjunto de políticas – e o senhor lembrou muito bem as dificuldades do crédito rural - que tínhamos lá, na década de 80. Ao observamos a situação hoje, percebemos que avançamos bastante, mesmo com o sentimento de que ainda temos muito a evoluir e a caminhar. Enfim, ao olharmos para trás percebemos que fizemos bastante, mas ao olharmos para a frente vemos o futuro e sabemos que ainda temos muito a avançar. Evidentemente, esse seminário que acontecerá logo após este ato é uma demonstração clara disso.

Por que o nosso Plano Safra tem esse enfoque: mais alimentos, mais renda e mais sustentabilidade? Por algumas razões. Primeiro, sabemos que o Estado brasileiro, o governo federal trata a agricultura familiar como segmento estratégico na sua maior proposição desenvolvimentista. Por quê? Porque a produção, a oferta de alimentos da agricultura familiar, respondendo pelo volume maior de alimentos consumidos pela população nacional, dá ao Brasil mais segurança alimentar. Abrindo um parênteses, todos nós observamos a preocupação dos países europeus e americanos após a seca dos Estados Unidos, considerando-se a possível crise alimentar que poderia agravar a situação econômica daquele bloco.

A agricultura familiar, pela sua capacidade de produzir alimento, é um segmento importante para a estabilidade econômica brasileira. Nenhum de nós quer imaginar uma crise de inflação no preço dos alimentos. E é a agricultura familiar que presta esse grande serviço, como bem disse o Deputado Antônio Carlos Arantes; que no passado ancorou todos os planos econômicos, como já disse Bresser Pereira, a âncora verde que este país já teve, começando pela substituição de importações.

Por que mais renda? Sabemos da necessidade que todo cidadão tem de exercitar sua cidadania. Sabemos da necessidade de as unidades produtivas, portanto os estabelecimentos agrícolas e agropecuários, conseguirem que as pessoas que moram ali se reproduzam socialmente e com qualidade de vida. E a renda é um fator fundamental e essencial. E sustentabilidade, não necessariamente a ambiental, mas principalmente ela, é interessante porque, diferentemente dos demais segmentos da economia, a agricultura familiar não migra seu capital. Evidentemente que um produtor rural brasileiro que tem 30.000ha de soja plantada, se o preço da soja estiver ruim, poderá migrar seu capital comprando ações na Bolsa de Valores, mas o agricultor familiar não tem essa opção. Por isso, convergir ações e políticas para que esse segmento se fortaleça é extremamente essencial. Portanto, quando falamos que o Plano Safra busca a sustentabilidade, é também a sustentabilidade ambiental, mas devemos considerar os demais pilares clássicos da sustentabilidade.

Vou apresentar, de forma rápida, a evolução do crédito rural. A minha apresentação vai sustentar-se em quatro pilares: investimento, portanto capital e crédito; proteção ao agricultor, portanto seguro; mercados, portanto comercialização; e conhecimento, portanto assistência técnica. Esses quatro pilares norteiam e fazem convergir o Plano Safra para que produzamos mais alimentos e agricultores e agricultoras tenham mais renda e haja mais sustentabilidade no campo e no meio rural brasileiro. É só para mostrar a evolução do Pronaf.

Deputado Rogério, hoje me lembrei de que na safra 2002-2003, quando chegamos ao governo, em Minas Gerais, o Plano Safra era de R$250.000.000,00. Passaram-se oito safras, e estamos falando em R$2.400.000.000,00. Não estou nem conseguindo fazer a conta do percentual de crescimento. Lembrei bem porque estávamos naquele momento em que eu e o Padre João fomos para Brasília e o Rogério assumiu aqui na Assembleia, e percebemos a evolução e o salto, em uma demonstração clara de que esse segmento chamado agricultura familiar é estratégico para o desenvolvimento do Brasil.

Evidentemente, se falarmos em crédito, vamos pensar que para o Estado de Minas Gerais, que há oito safras utilizava R$250.000.000,00, que na safra passada usou próximo de R$1.900.000.000,00, há R$2.260.000.000,00 para as diversas linhas de financiamento do Pronaf, linhas que possuem taxas de juros do investimento de 0,5% a no máximo 2% ao ano. E no custeio chegam, no máximo, a 4% ao ano. Portanto, é um capital importante, necessário para estruturar as propriedades e, por conta dos seguros, dar estabilidade e segurança para agricultores e agricultoras produzirem o alimento consumido por todos os mineiros.

Vamos apresentar algumas diferenças deste Plano Safra para o outro. Este Plano Safra traz mais agricultores para o ambiente do Pronaf, agricultores familiares que não acessavam o Pronaf porque tinham excedido a renda. Há um crescimento de 45% na renda, que permite o agricultor acessar o Pronaf. Significa, fazendo uma conta rápida, que um agricultor, sendo familiar, que produza até mil litros de leite por dia, se atender às outras características, conseguirá acessar os recursos do Pronaf. Serão mais agricultores no Pronaf, evidentemente com juros mais baixos.

Lembramos que, desse montante, R$1.200.000.000,00 são para custeio. Aqui há um detalhe. Muitos agricultores familiares, principalmente produtores de grãos e olerícola têm um giro ou uma necessidade de custeio muito alta. Os R$50.000,00 de limite do Pronaf já não os atendiam mais. Por decisão da Presidente Dilma e do Ministro Pepe Vargas, houve um crescimento nesse limite de 60%, permitindo a esses agricultores utilizarem mais tecnologias sustentáveis e, assim, terem mais capital de giro, ampliando a produtividade. Conseguiram ter mais renda, trabalhando a escala.

Esse é um fator importante, porque permitirá àqueles que já entraram numa rota de crescimento condições de continuarem crescendo, sem deixarem de ser beneficiários do nosso Pronaf. Evidentemente essa é uma demonstração rápida de nossas taxas de juros. Custeio, até R$10.000,00, a taxa é de 1,5% ao ano, uma taxa muito negativa. De R$10.000,00 a R$20.000,00, a taxa é de 3%. De R$20.000,00 a R$80.000,00 – na safra passada, até o mês de junho, era de R$50.000,00 –, os juros são de 4% ao ano, com redução.

Lembramos que, nos projetos de investimentos, desde o microcrédito até o Mais Alimentos, há uma taxa máxima de 2% ao ano. Esse recurso de investimento é importante, Padre João, para converter a propriedade, para fazer um processo de reconversão da propriedade com uma produção mais ecológica, para fazer agricultura agroflorestal ou para estruturar a propriedade, por exemplo, mexer no solo, na água, nas matrizes, na produção, e na estrutura da produção, para diminuir o desgaste com o trabalho, por meio do uso de máquinas. Esses investimentos dão ao agricultor capacidade de ampliar sua produtividade. Evidentemente esse projeto não se paga com essas taxas. Eles certamente estão num caminho inverso daquilo se pensa de uma agricultura sustentável, do ponto de vista econômico.

Para aqueles agricultores e agricultoras que utilizavam o microcrédito rural – esse é um trabalho feito com muito afinco pelo Banco do Nordeste -, a renda bruta para seu acesso sai de R$6.000,00, podendo chegar a R$10.000,00, trazendo um conjunto maior de agricultores e agricultoras para essa linha de crédito tão eficiente, que permite as inovações e os empreendimentos àqueles agricultores que têm renda menor e, portanto, mais dificuldades que os agricultores tradicionais. Esse microcrédito permite a ele adquirir qualquer bem que venha lhe proporcionar algum tipo de renda. Esse crédito vai, desde uma borracharia numa comunidade rural, desde uma pequena lanchonete numa comunidade rural até os fatores de produção. Lembramos que até R$7.500,00, no microcrédito, o agricultor tem um rebate de 25% no capital que ele acessa. É uma forma inteligente não só de distribuir renda, mas de fazer a inclusão produtiva.

Não é a resposta plena ao seu questionamento com relação às cooperativas, mas o Ministério de Desenvolvimento Agrário, imaginando isso e sabendo que o mercado ficou mais complexo com o sistema cooperativo, porque as multinacionais, os "tradings" e os agricultores empresariais podem colocar capital na bolsa, e as cooperativas não, destinou para as agroindústrias geridas por cooperativas ou por associação um recurso disponível para o sistema cooperativo de até R$30.000.000,00. O crescimento foi de mais de 200%. Anteriormente era de até R$10.000,00, com taxas de juros anuais de 2% ano. Se esse recurso for até R$1.000.000,00, a taxa de juros será de 1% ao ano. Todas as taxas são negativas. O montante é calculado em vista do associado, do cooperado ativo, e o limite é de R$40.000,00 por cada um. Essa é uma forma de mantermos ativas as cooperativas.

Quero abordar outra questão que não está na nossa apresentação. Secretário Elmiro, no momento estamos organizando uma forma de assistência técnica muito inovadora. Estamos combinando trazer recursos do Sebrae para isso também. Já saltamos a primeira chamada de assistência técnica para as pessoas jurídicas da agricultura familiar. Significa que as associações comunitárias, as agroindústrias, as cooperativas que necessitarem de atendimento o terão por meio de economistas, contadores e advogados. Com isso, eles poderão trabalhar a gestão do negócio de modo que alcancem excelência e qualidade na gestão do empreendimento que tocam. A compreensão é que, na base da cooperativa, estão, às vezes, dezenas ou centenas de agricultores e agricultoras que dependem de uma boa gestão para que o seu negócio tenha êxito. Essa é uma ação bastante inovadora do Ministério, já em curso, que beneficiará no primeiro momento mais de 30 empreendimentos do Estado de Minas Gerais. O agricultor que quer individualmente, e não de forma coletiva, processar o seu produto poderá ter acesso até a R$130.000,00, com taxas de juros de 2% ao ano, para organizar a sua agroindústria.

Secretário Elmiro, destaco que a parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário acontece em todo o sistema operacional da agricultura mineira. Amanhã, por exemplo, estaremos em uma solenidade do IMA e entregaremos alguns veículos de trabalho, equipamentos e recursos de capacitação, em função da iniciativa da Secretaria de Agricultura do Estado em ter uma equipe especializada para atender às agroindústrias familiares. Essa iniciativa gerou uma reação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, amanhã, vamos entregar os veículos e os recursos para que a equipe do Ima possa dar um atendimento diferenciado e especial às agroindústrias dos agricultores e das agricultoras familiares.

Além disso, aproveito para dizer que, no momento, estamos alocando alguns recursos na Epamig, para que haja produção de inovação tecnológica para o segmento da agricultura familiar. Essa é uma demonstração clara de que o governo federal se importa com a agricultura familiar mineira, mas principalmente com o esforço que esses órgãos e essas entidades têm feito para apoiar as nossas iniciativas. O próprio Marcelo pode dar notícia do assunto sobre o qual vamos conversar amanhã. Vamos conversar com ele e ouvir o Deputado Rogério Correia sobre a necessidade de a Emater atualizar seus investimentos, principalmente os equipamentos de comunicação. Portanto, repito, amanhã negociaremos com a Emater algumas questões nessa direção.

O Deputado Antônio Carlos Arantes deve lembrar-se, no seu tempo de campo, de que tínhamos muita preocupação em fazer um projeto de crédito para um agricultor. Se ocorresse uma seca, uma estiagem ou o preço oscilasse, que é próprio da agricultura, todo o esforço da assistência técnica e o empreendimento estariam condenados ao fracasso, o que gerava, consequentemente, as massas de endividados. Hoje, com o sistema de proteção que o Ministério de Desenvolvimento Agrário e o governo federal estabeleceram, isso acontece com pouca possibilidade. Primeiro, porque ele tem uma proteção de renda que saiu de R$3.500,00 para R$7.000,00, quando faz um financiamento - e esse financiamento fica sujeito a intempéries climáticas. O agricultor tem não só o seu financiamento possivelmente liquidado, mas também a sua renda prospectada naquela atividade é coberta pela proteção até R$7.000,00. Da mesma forma, quando vai ao banco e tem acesso a um financiamento, é gravado um preço do produto. Se, no momento da liquidação da parcela do financiamento, o preço do produto no mercado estiver abaixo do que foi pactuado durante a concessão do crédito, ele terá um rebate diretamente proporcional no seu saldo devedor. Dessa forma, é muito difícil, doravante, um agricultor familiar ficar endividado por causa dessa rede de proteção estabelecida a partir desses instrumentos.

Evidentemente, assim que a medida provisória for emitida – o João tem maiores detalhes -, todos os Municípios mineiros poderão participar do Garantia-Safra. Os agricultores que não acessam o crédito por várias razões, também por não ter suas propriedades devidamente regularizadas... O programa Garantia-Safra também protege o agricultor das intempéries climáticas ao acessar créditos.

Pensando no pilar da comercialização, foram destinados R$87.000.000,00 ao Estado de Minas Gerais, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Há uma novidade maior que poderá ser compartilhada com todas as Secretarias do governo de Minas: foi aprovada uma lei que permite a Minas ter o seu Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. O Deputado Federal Padre João tem conhecimento do assunto. Dessa forma, o governo estadual já pode adquirir da agricultura familiar alimentos para presídios,

hospitais, escolas, enfim, para toda a sua rede de proteção social. Secretário Elmiro, alguns Estados, como o Distrito Federal, fizeram sua própria lei estendendo as possibilidades de seus limites de compra. Entendemos que todo esse recurso destinado à aquisição de alimentos no Estado de Minas Gerais também pode ser adquirido pela agricultura familiar, considerando o percentual, como rege a lei federal, sem todo aquele procedimento burocrático que bem conhecemos e que alija o agricultor familiar de participar das concorrências públicas. Além disso, foram destinados R$18.600.000,00 para o PPA, quanto à formação de estoque. Isso no Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS -, os recursos funcionam por demanda. Quanto mais organizada for a agricultura familiar mineira, mais ela conseguirá acessar os quase R$2.000.000.000,00 existentes no MDS. Portanto, se o preço do feijão cair bastante lá em Santo Antônio do Jacinto ou o preço do milho cair muito em Passos, no Sul de Minas, existem recursos disponíveis no MDA para, através da Conab – nosso amigo Marcílio está aqui -, retirar os produtos do mercado para que o preço possa reagir. São políticas aparentemente simples, mas que têm o poder de fortalecer e proteger quem de fato produz.

Quanto à sustentabilidade, o governo federal ampliou os recursos do Pronaf Floresta, que permitirá, por exemplo, ao agricultor da região de Turmalina, fazer manejo do solo e da água de maneira estritamente racional. Depois de 15 anos, as pesquisas da Universidade de Lavras apontam que existe uma melhoria muito expressiva da qualidade do solo e da água, enfim, da produção do estabelecimento e da vida das pessoas que ali estão.

A assistência técnica e a extensão rural, tão abordadas aqui, para a nossa felicidade, são resultado do esforço dos movimentos sociais. Quando a Presidente Dilma recebeu a Contag, no Grito da Terra, ela disse que o tema assistência técnica seria uma das obsessões do seu governo. No lançamento do Plano Safra, ela imediatamente anunciou que criaria uma entidade para coordenar todo esse serviço. Todos recebemos essa notícia com muito bom grado.

Se formos imaginar, se não me falha a memória, só o recurso orçamentário do governo do Estado gira em torno de R$140.000.000,00 a R$150.000.000,00 anuais com a Emater. Se juntarmos aqui aproximadamente R$50.000.000,00 dos Municípios, pegarmos o recurso disponível do governo federal e concentrarmos esse esforço numa rota de sustentabilidade, teremos agricultores produzindo mais, com muito mais sustentabilidade e aferindo muito mais renda. Deputado Rogério Correia, entendo que, neste momento, a organização do serviço é muito mais premente que a própria quantidade de recursos porque eles existem, apesar de estarem dispersos. Provavelmente, a Emater de Minas, hoje liderada pelo Marcelo, é uma entidade que tem muita facilidade de captar recurso. Ela deve ter recurso captado de três, quatro, cinco Ministérios. Imaginem isso tudo dentro de um fundo estadual e que possa ser gerido por um conselho que tenha participação desta Casa, dos agricultores e das agricultoras! Dessa forma, teremos uma assistência técnica com muito mais qualidade.

Isso é um pouco do que estamos formulando neste momento. É evidente que, com esses R$34.000.000,00 já disponíveis para a assistência técnica em Minas Gerais nessa safra, por força dos nossos instrumentos, voltarão o extensionismo em serviço e a assistência técnica para boas práticas de manejo em solo e água e da floresta e para práticas de gestão ambiental, permitindo que a agricultura familiar tenha condições e prospecção de utilizar os recursos naturais - boa parte deles não são renováveis durante toda a sua existência. Esse é um valor expressivo, e entendemos que ampliará o serviço de assistência técnica e extensão rural de Minas Gerais.

Para finalizar, gostaria de lembrar que, por determinação da Presidenta Dilma, antecipamos as metas do Brasil sem Miséria. Neste momento estamos acordando com a Emater de Minas Gerais para que, nessa ampliação, tenhamos a possibilidade de utilizar bem os R$25.000.000,00 – ou pouco mais que isso –, que estão disponíveis para, através de fomento, incluir de forma produtiva aqueles agricultores e aquelas agricultoras que estão na extrema pobreza. Sabemos que, muitas vezes, são soluções fáceis e de custo barato, apesar de a complexidade permitir àquelas famílias o exercício da sua cidadania. Portanto, aproximadamente 12 mil famílias serão atendidas aqui em Minas Gerais e, em um prazo de 18 meses, já as veremos sair da pobreza extrema. Na soma disso tudo, temos R$2.400.000.000,00, que é o total desse Plano Safra. Importante dizer que nada disso valerá a pena se, nas propriedades, não houver pessoas felizes e com qualidade de vida. Entendemos que neste momento estamos formulando muitas políticas para a juventude rural.

Gostaria de deixar aqui para debate neste seminário que é necessário que Minas Gerais, de maneira muito urgente, comece a estudar a reprodução social ou a sucessão nas propriedades. Alguns Estados estão fazendo isso, como é o caso do Rio Grande do Sul. Lá já está constatado, Secretário Elmiro Nascimento, que 31% das propriedades não têm sucessor.

Isso permitirá ao poder público - e queremos fazer isso com o governo do Estado - elaborar políticas objetivas e efetivas para garantirmos a sucessão rural e também dar à nossa juventude rural orgulho de viver no campo, com mais renda e mais sustentabilidade.

Muito obrigado. Bom seminário a todos! Mais uma vez agradeço aos amigos, colegas e companheiros do nosso Estado de Minas Gerais, que nos recebem tão bem quando vimos aqui.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Sr. Argileu. Queria também fazer um agradecimento especial à Fetaemg pela mobilização e também por ter ajudado no custeio das despesas de transporte e hospedagem.

Sr. Argileu, já existe um projeto de lei de minha autoria – na verdade, de nossa autoria porque é apoiado por todos os Deputados -, o de nº 2.352/2011, que institui também a política estadual de aquisição direta da agricultura familiar, que já passou, inclusive, pelas Comissões de Justiça e de Política Agropecuária e está na Comissão de Fiscalização Financeira, aguardando parecer.

Essa nossa iniciativa foi em função de apoiarmos e aplaudirmos o PAA federal, que é um programa fantástico, devido à falta muitas vezes dos recursos limitados. Só no final do ano, por exemplo, tínhamos aprovado pela Conab mais de 70 milhões de projeto, mas havia apenas 11 milhões para serem colocados à disposição dos pequenos produtores e das associações. Então seria uma forma de complementar o PAA federal.

Esse projeto tem apoio, até nas propostas, da Secretaria de Agricultura, por meio de seus técnicos.

Queria passar a palavra agora aos representantes da agricultura familiar. Peço que sejam rápidos, porque voltaremos a palavra para vocês. Com a palavra, o Sr. Vilson Luiz, da Fetaemg.

Palavras do Sr. Vilson Luiz da Silva

Boa tarde a todas e a todos. Só para cumprimentar os componentes da Mesa gastarei 2 minutos. Nós nos mobilizamos, viemos aqui, que é a Casa do povo, mas prometo que serei obediente...

O Sr. Presidente - Mas você terá todo o tempo posteriormente a este debate, pode ficar tranquilo.

O Sr. Vilson Luiz da Silva - Isso é fala de dirigente sindical, é claro. Estamos aqui para contribuir. Até para ganhar tempo, cumprimento os Deputados Antônio Carlos Arantes e Rogério Correia, em cujas pessoas cumprimento o Parlamento mineiro, todas as Deputadas e Deputados; o Elmiro e o Wander Borges, Secretários do governo de Minas, com toda a estrutura; a Emater; o Giovane, do Banco do Brasil; o Banco do Nordeste; o Deputado Federal Padre João, que já passou por este Parlamento, em cuja pessoa cumprimento a Câmara Federal; o Alcides Guedes, Delegado do MDA, popular Pida, em cuja pessoa cumprimento o governo federal, porque ele representa o Ministro. O Ministro Pepe deveria estar aqui hoje, está precisando aparecer em Minas Gerais. Fizemos uma baita de uma Agriminas aqui, e ele não apareceu. Cumprimento também o meu companheiro Antoninho Rovaris, representando a Conag, nossa confederação; todos os sindicatos; os dirigentes; as nossas diretorias que se mobilizaram para que estivéssemos aqui. Imaginem se este Plenário estivesse vazio. Esta Mesa falaria para quem, conversaria com quem, dialogaria com quem?

Muito obrigado pela presença de vocês. Evidentemente houve esforços, muita gente viajou 300km, 400km, 700km, 800km para estar aqui. Tenho a convicção de que, nesta Casa... Permita-me, Presidente, porque quero fazer uma pequena introdução, já que fiquei só cumprimentando.

Argileu, você veio apresentar. É inegável o avanço, mas não nos contentamos com o que está sendo exposto. É nosso papel, nosso direito. Foi exposto que em 1995 havia 200 milhões, e chegamos em 22,3. Mas Minas Gerais é um pouco diferente do Rio Grande do Sul. Minas é um país, aqui tem o Norte, o Sul, o Sudeste, o Centro-Oeste, e cada um é uma situação. Estamos discutindo aqui com várias agriculturas familiares no Estado: umas ainda estão em transição; e alguns agricultores familiares, no período da entressafra, ainda são assalariados, trabalham para outras pessoas vendendo sua força de trabalho; e outros ainda não têm nada.É por isso que estamos aqui neste debate. Conversamos com o Deputado Rogério Correia, conversamos com o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Casa.

Acho que aqui é o espaço democrático, o lugar certo para fazermos este debate. Precisamos fazê-lo, pois o governo não faz. Nenhum governo faz favor para ninguém. É o nosso papel reivindicar. Hoje, se as consequências estão nos grandes centros, foi por falta de investimento no meio rural, Secretário. Se estivéssemos há mais tempo fazendo isso, com certeza tanta violência, tantas coisas que julgamos como ruins não estariam acontecendo.

Temos de cumprir o nosso papel, Edmar. A agricultura familiar pode cumprir o seu papel. Espero que tenhamos, durantes os três dias, um debate de alto nível. O governo precisa nos entender. Edmar, estou preocupado, assim como a Fetaemg. Deixarei aqui uma cobrança. O Secretário está aqui, e posso dizer que o governo tem nos ajudado e colaborado. A nossa reivindicação é que precisamos de assistência técnica, do crédito, de organizar a produção. Há agora um desafio, pois o mercado está nos procurando para comprar os nossos produtos. Percebi que temos muito caminho a percorrer. Não estamos onde ainda precisamos chegar. Precisamos melhorar muito essa marca. Então, espero aqui, companheirada, que, ao final deste seminário, sexta-feira, possamos passar aos governos municipal, estadual e federal no que precisamos ser ajudados.

Por último, deixo uma reivindicação ao Parlamento mineiro, ao governo de Minas. Refiro-me aos R$7.000.000,00 que estão contingenciado para pagar o Bolsa Verde. Esse é um recurso do Fhidro, que não pode ser contingenciado. Peço, então, ao Parlamento, aos Deputados Rogério Correia, Antônio Carlos Arantes e aos demais Deputados que cobrassem do Governador Anastasia a liberação desse dinheiro. Estamos com 1.070 projetos para serem pagos. Precisamos do empenho de vocês nesse aspecto. Um bom seminário para todos nós. Boa tarde.

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Obrigado, Vilson, até pela compreensão do tempo. Ele estará na próxima mesa de debates e poderá aprofundar mais os seus ensinamentos e compartilhar as suas vivências na agricultura familiar conosco. Com a palavra, a Sra. Elza Ilza Simões.

Palavras da Sra. Elza Ilza Simões

Boa tarde a toda a plenária, às agricultoras, aos agricultores, aos sindicatos presentes. Cumprimento o Presidente da mesa dos trabalhos pela iniciativa deste importante ciclo de debates, de autoria do nosso Deputado Rogério Correia, que muito tem apoiado os agricultores, acompanhando as reivindicações da agricultura familiar. Saúdo o Deputado Padre João, nosso representante na Câmara dos Deputados. Por fim, cumprimento os demais representantes governamentais presentes, representando a nossa Presidenta Dilma, o Subsecretário Edmar Gadelha, que não está presente.

Parabenizo a iniciativa de se fazer um seminário da agricultura familiar com todos os representantes das instituições da classe trabalhadora que representa a agricultura familiar. Parabenizamos os Deputados por este importante debate, mas, ao mesmo tempo, apresentamos as nossas reivindicações. Quem sabe o próximo ciclo de debate poderá ser muito mais enriquecedor se tiver não somente a exposição dos representantes governamentais, mas também das instituições representativas dos trabalhadores.

Espero que esses três dias, começando hoje, sejam uma reflexão das demandas apresentadas no seminário da Subsecretaria, que pouco avançou. Que neste debate possamos avançar, avaliando os programas enriquecedores e com recursos, mas que pensemos nos recursos humanos na ponta, principalmente na assistência técnica, que é precária. Há, muitas vezes, um técnico para um Município; em alguns, não há nenhum. Nesses três dias de debate poderemos fazer uma grande reflexão.

Que tenhamos um bom debate. Que não fiquemos somente na discussão, que possamos atingir os nossos anseios como agricultoras e agricultores, que levemos isso para os nossos Municípios, a fim de sairmos um pouco dos discursos e atingirmos, na prática, os nossos objetivos.

O Sr. Presidente - Agradecemos a Sra. Elza Ilza Simões. Com a palavra, o Sr. Sílvio Cardoso Neto, representante da Via Campesina.

Palavras do Sr. Sílvio Cardoso Neto

Boa tarde, companheirada dos sindicatos e movimentos; Deputado Rogério Correia, que conseguiu este espaço para a realização deste debate; companheiro Padre João, que vem travando lutas em Brasília pela educação no campo e contra os agrotóxicos; Vilson e Elza Ilza; senhores representantes do governo do Estado e demais presentes - o tempo é curto e não dá para cumprimentar a todos.

Antes de entrar em coisas específicas, quero dizer que foram mostrados aqui dados - números daqui e dali -, mas ao longo deste seminário, os companheiros e companheiras dos movimentos que vieram do interior têm o desafio de desvendar onde está esse tanto de números, porque, na ponta, temos visto pouco deles. Mas a primeira questão que é importante frisar, em nome do MST e da Via Campesina, é que, apesar de ter sido afirmado por mais de um dos membros da Mesa que me antecederam que a agricultura familiar camponesa é parte do agronegócio, na nossa visão esses são modelos diferentes. Aliás, são modelos antagônicos, que se enfrentam. É preciso dizer que, no momento atual, o modelo da agricultura familiar camponesa, da reforma agrária, é o que mais gera emprego e mais produz, mas o que tem menos terra e crédito. Fica evidente que, para além dos governos federal e estadual, o Estado brasileiro, nessa luta entre modelos no campo, fez a opção pelo agronegócio. Estamos aqui, hoje, ainda no ecoar do que foi a nossa reunião, que o Padre João bem citou, na semana passada, em Brasília, quando todas as organizações do campo se juntaram para denunciar a prática que esses governos, ou melhor, o Estado brasileiro vem adotando diante da agricultura familiar. Então, companheiros e companheiras, temos o desfio de, ao longo deste seminário, mostrar para os governos, para a Assembleia Legislativa e para a sociedade mineira - aproveitando o canal de televisão que transmite este reunião -, a situação atual da agricultura familiar camponesa. Para dar um exemplo, a Presidenta Dilma diz que esse governo será marcado pelo desenvolvimento dos assentamentos. Mas adianto, como denúncia, que 80% dos assentamentos de Minas Gerais não têm água. Como podem falar em desenvolver a produção, se as pessoas que estão lá não têm água para beber? Essa e outras denúncias têm de ser feitas a respeito daquilo que é o projeto de reforma agrária - ou que não é o projeto de reforma agrária - do governo federal hoje.

Em Minas Gerais, a situação é ainda mais grave. O Incra de Minas Gerais patinou ao longo desses nove anos e não obteve terra, nem desenvolveu assentamentos. Além de tudo isso, há a atitude do governo do Estado, ao qual já apresentamos a nossa pauta há mais de dois anos. Essa pauta está amarelando, ficando cada vez mais amarela, e até agora tivemos pouquíssimos avanços. E é um governo que já tem condições concretas de avançar na obtenção de terra, ou melhor, na transferência de terra. Nós temos as terras devolutas aqui de Minas Gerais. São mais de 800.000ha de terras devolutas já mapeados e até agora não chegou às mãos dos trabalhadores. Ao contrário, está na mão das grandes empresas do eucalipto ou da mineração.

Como denúncia também, Secretário do Governo do Estado, Assembleia Legislativa, governo federal, esta manhã, 25 militantes da luta pela reforma agrária foram presos por lutarem pela terra devoluta, pela conquista das terras devolutas. Eles se encontram presos agora no Município de Salinas. Ocuparam uma fazenda já demarcada como terra devoluta e foram recebidos pela Polícia Militar do Estado, com truculência. Como disse, encontram-se todos presos na delegacia de Salinas. Então, que a partir deste seminário, desta Mesa, providências sejam tomadas para que aqueles companheiros não sofram uma repressão, porque estão lutando por um direito. Não estão lutando contra a lei, mas sim por um direito, para que esses governos que estão aqui tenham vergonha e façam cumprir a lei.

Encerrando, companheiros e companheiras, demos início a uma luta com o encontro unitário em Brasília, que tende a se estender para os Estados, porque não aguentamos mais chegar até os governos e receber um protocolo de intenções. E aí, muito cuidado com esse seminário; vamos ter de ficar muito atentos, porque a tendência é, mais uma vez, sairmos daqui com um calhamaço, de grande tamanho, de papel, mas não chegar nada lá na ponta. Então, há um protocolo de boas intenções e, quando vamos lá para negociar, o que ganhamos? Ganhamos água e café, água e café, água e café. Está dando até gastrite nos nossos negociadores de tanto receber água e café. Mas, na prática, as coisas não avançam.

Então, nós aqui temos o desafio de replicar o vitorioso encontro que realizamos em Brasília e garantir todas as organizações. Estamos no período eleitoral, cuidando das eleições nos Municípios, mas estamos acumulando forças. No final deste ano, no início do próximo, cuidem-se, governos, porque a tarefa do movimento social sindical do campo e da cidade é fazer a negociação com qualidade, mas é também estabelecer um conflito. É legítimo que estabeleçamos um conflito em Minas Gerais, porque, para além de não haver avanço na reforma agrária, para além de vermos as políticas públicas de agricultura familiar em protocolos de intenções, efetivamente se faz muito pouco. Ao falar de assistência técnica aqui, tem de se falar que há quatro anos nenhum dos assentamentos, dos 46 de reforma agrária que o movimento organiza em Minas Gerais, tem assistência técnica. Então, de vir para cá e ouvir esses belos discursos estamos cansados. É ou não é, companheirada?

Precisamos que, ao final desse seminário, saiamos com questões concretas, porque, de uma forma ou de outra, as organizações vão se articulando; estão acumulando forças, porque a luta social é legal, é legítima e será feita em Minas Gerais. Não vamos nos acovardar diante dessas políticas, desses governos que favorecem o agronegócio em detrimento da agricultura familiar camponesa.

Bom trabalho para todos nós e que consigamos dar passos firmes e reais para o avanço da reforma agrária e da agricultura familiar camponesa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Silvinho. Com a palavra, o companheiro Antoninho Rovaris.

Palavras do Sr. Antoninho Rovaris

Boa tarde companheiros e companheiras. Quero saudar o Deputado Rogério Correia, e em seu nome os demais Deputados; Deputado Federal Padre João, aqui representando o Congresso Nacional; Secretário da Agricultura aqui presente; na pessoa do Vilson e da Rita, quero saudar todos os homens e mulheres, Diretores e Diretoras da Federação, enfim, nossos dirigentes dos sindicatos, assessores, pessoal dos bancos, Emater, todos e todas presentes. Serei um pouco rápido, porém não tão rápido, em função de que tenho de voltar a Brasília por ter compromissos amanhã.

O Juraci, nosso companheiro mineiro, estará aqui amanhã com os senhores e as senhoras, acompanhando os debates que estarão aqui colocando em xeque toda essa questão das políticas públicas para a agricultura familiar.

Rapidamente, temos um reconhecimento muito grande de que, ao longo dos 18 anos, embora não ainda legal na época, quando surgiu o Pronamp, e depois veio o Pronaf, temos feito 18 Gritos da Terra Brasil e, em negociações muitas vezes árduas junto ao governo federal, gradativamente conseguido avançar significativamente nas políticas públicas de maneira geral. E conseguimos hoje dizer para o Brasil e para o mundo que a agricultura familiar é, neste momento, talvez um dos setores com as políticas públicas mais bem estruturadas para esses agricultores, além, evidentemente, de outras políticas que podemos chamar de políticas de cunho social, por exemplo, o Pronacampo, aprovado recentemente, e principalmente o Programa Nacional de Habitação Rural. Em pouco mais de 500 anos, nunca tivemos um programa destinado à área rural. Então é muito importante que estejamos falando e repetindo sobre todo esse reconhecimento ao longo do tempo. Porém há algumas questões das quais é muito importante falar para os senhores e senhoras, companheiros e companheiras. Hoje e amanhã, nesses dois, três dias que aqui estarão, queríamos deixar também algumas contribuições no sentido de reflexão. Se temos, no âmbito do governo federal, os avanços reconhecidos por todos, anualmente, com melhorias, como aqui foi colocado pelo Sr. Argileu e por todas as pessoas já reportadas anteriormente, existem, com certeza, desafios ainda maiores para que possamos abranger o conjunto expressivo da agricultura familiar brasileira. Vejam bem, se considerarmos que, entre PAA e PNAE, atingimos em torno de 3,5% dos agricultores familiares do Brasil, é muito pequeno o número para a demanda que a agricultura familiar precisa, com o aporte de recurso público para o processo de comercialização. Em segundo lugar, se considerarmos que os subsídios para a agricultura familiar diretamente aplicados variam na faixa de R$2.000.000.000,00 a R$2.500.000.000,00, temos, para 900 mil contratos da agricultura patronal, mais de R$6.000.000.000,00 de subsídios diretos colocados à disposição de 900 mil contratos, em recursos do governo federal. Então há uma disparidade ainda muito grande, quando comparamos R$18.000.000.000,00 para crédito com as outras políticas e chegamos a R$22.300.000.000,00, e R$107.000.000.000,00 para 900 mil contratos ou 900 mil propriedades do Brasil. Há uma disparidade enorme, e precisamos, gradativamente, ir buscar a nossa fatia dentro desse processo, dentro desse volume de recursos. Precisamos entender que as políticas aí estão e que não temos muito mais o que inventar. Essa é uma avaliação nossa na Contag.

Agora precisamos fortalecer e buscar concretamente a participação do que nos é de direito da agricultura familiar. Por exemplo, temos quatro ou cinco grandes desafios. O governo precisa entendê-los. Como já foi dito aqui, milhares e milhares de agricultores familiares deste país não têm a posse legalizada da sua terra, a tal da regularização fundiária. Ouço isso pelo menos há 30 anos neste país, mas não avança. Isso dá acesso à habitação rural, ao crédito e à política pública. Então, se não a tivermos, não haverá acesso. Essa é uma primeira questão.

Há a questão da regularização ambiental. Querendo ou não, o novo código que vem por aí - aliás, esperamos que ele aconteça nos próximos dias - mudará nossa vida, seja para nós, seja para os outros que chamam de agronegócio. Mesmo com toda a nossa lógica de preservação ambiental, muitos dos nossos agricultores precisarão se adequar a uma nova situação em relação ao código novo. Nesse caso, onde está a questão do pagamento por serviços ambientais? Essa é uma outra questão que temos de discutir rapidamente para buscarmos, dentro dessa lógica, a chamada priorização da agricultura familiar no Brasil.

Outra questão inerente a todos nós está relacionada aos fatores climáticos. Ninguém tem domínio sobre isso. Temos o Proagro Mais e um aumento de 100% agora, de R$3.500,00 para R$7.000,00. Ótimo! Brigávamos por um pouco mais, mas não conseguimos. Contudo é muito bom. Agora, isso é bom para quem tiver acesso a crédito, e ficará muito difícil para quem não o tiver. Aliás, tem até a opção de fazer o seguro, mas sabemos da burocracia que isso será para um agricultor familiar, se optar por ele. Então é uma questão fundamental termos a segurança climática e de preços que está hoje com o PGPAF instalado.

Há uma outra questão básica. Apesar dos bons preços que estão sendo apresentados na Bolsa de Chicago e em todas as bolsas de mercadorias e tal, os senhores sabem muito bem que eles não chegam às mãos dos nossos agricultores. Temos lá o atravessador e aqueles que conhecemos há muitos anos e que não pagam o preço efetivo para os nossos agricultores. Outra questão é que precisamos urgentemente trabalhar no nosso processo de organização produtiva, de organização no processo de comercialização, como forma de auferirmos a melhor condição possível e obtermos a renda necessária para a sobrevivência dos nossos produtores.

Outra grande saída é a chamada "agroindustrialização", que, aliás, foi apresentada aqui. Temos uma grande pergunta a fazer ao governo federal nesse aspecto. Há o chamado Serviço Unitário de Sanidade Animal - Suasa -, que, há sete anos, está no papel e nunca saiu. Como faremos "agroindustrialização" na agricultura familiar, se não há a mínima condição de termos técnicos na lógica de buscar a certificação da nossa produção para que seja comercializada não só no Município, mas também em nível de todo o País?

Finalizando, Deputados, nossos companheiros e nossas companheiras, quero só falar basicamente que a réplica dessas políticas federais deve ser buscada também aqui nos Estados. Desculpem-me a franqueza, mas, se não fizermos isso, não adiantará lutar por assistência técnica unicamente, assim como estamos fazendo. Neste ano conseguimos descontingenciar R$210.000.000,00 do Grito da Terra. Será que esses recursos chegarão aos Municípios se não tivermos o efetivo apoio dos Estados, não só por meio da Emater, mas também de legislações, no caso do PNAE, do PAA, da habitação e de outras políticas públicas em nível federal, e em que possamos estar fazendo a replicação disso nos Estados? Essa é a grande pergunta. Desculpem-me a franqueza. Se não fizermos isso, daqui a 10 anos estaremos aqui comemorando, sim, mas com lamentações ainda profundas não termos atingido o nosso grande objetivo: garantir para a nossa família agricultora rural a condição real de cidadania, de renda e principalmente de condição de vida melhor para o nosso povo.

Deputado, agradeço-lhe a oportunidade. Parabéns pela iniciativa. Certamente estamos sempre à disposição. Obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Antoninho, que representa a Contag. Quero agradecer ao Deputado Paulo Guedes, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, grande parceiro da agricultura familiar e da reforma agrária no Norte de Minas. Agradeço também a presença dos componentes desta primeira mesa, que foi a mesa de abertura do lançamento do Plano Safra, e deixo-os à vontade, pois agora vou compor a nossa próxima mesa. Lembro que amanhã algumas pessoas retornarão à mesa, caso do Carlos Calazans, que representará o Presidente do Incra. De antemão, agradecemos sua presença hoje e amanhã. Além dele, o Deputado

Wander Borges comporá a nossa mesa de trabalho, com o tema "Acesso à terra e regularização fundiária". Agradeço a presença deles no dia de hoje.

2º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida para tomar assento à mesa os Exmos Srs. Secretário Elmiro Nascimento; João Luiz Guadagnin, Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar/Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA -; Vilson Luiz da Silva; Edmar Gadelha, Subsecretário de Agricultura Familiar da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Deputado Federal Padre João.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Esclarecemos que, após as exposições dos nossos debatedores, abriremos espaço para apresentações de questões ou sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário do "Participe Agora", disponível na internet, no portal da Assembleia Legislativa. Os que quiserem nos poderão fazer as perguntas oralmente ou por escrito. Para melhor organizarmos o debate, ainda durante a fala dos expositores os participantes poderão encaminhar suas questões ou sugestões por escrito no formulário próprio, que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Os que desejarem fazer intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito. Informamos aos telespectadores da TV Assembleia que o nosso debate está sendo transmitido ao vivo para todo o Estado de Minas Gerais e que também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia www.almg.gov.br, abrir a página do ciclo de debates e clicar em "Participe Agora" para enviar a contribuição.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Rapidamente, queria fazer um adendo. Terei de me retirar para uma reunião na própria Assembleia, pois, neste momento, no Teatro, homenagearemos a Rádio Inconfidência. Qual é o objetivo dessa homenagem? São 75 anos no ar, com o programa "A hora do fazendeiro", o programa rural mais antigo de Minas Gerais, talvez do Brasil. Há 75 anos a Rádio Inconfidência leva informação, música de raiz e sertaneja, aquela música de que nós, lá da roça, gostamos muito, ao trabalhador rural, ao pequeno e ao grande produtor. Então, vamos fazer essa homenagem no Teatro e, depois, voltaremos. O Deputado Rogério Correia ficará presidindo. Peço licença para estar lá, pois é um requerimento de minha autoria e receberei a Rádio Inconfidência. Obrigado.

O Sr. Presidente - Neste momento, passo a palavra ao Secretário Elmiro Alves do Nascimento, para sua exposição sobre o tema "Financiamento e crédito rural".

Palavras do Secretário Elmiro Nascimento

Mais uma vez, boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar os Deputados Antônio Carlos Arantes e Rogério Correia; o Dr. João Luiz e o nosso amigo Vilson. Cumprimento todos vocês. Fui convidado para fazer uma explanação a respeito de financiamento e crédito rural em Minas Gerais. Como Secretário, é uma alegria estar com os pequenos produtores e a agricultura familiar, a que o governo de Minas está dando um apoio que nunca houve na história deste Estado, por meio da Subsecretaria. Gostaria de cumprimentar o Edmar Gadelha, que vem fazendo um belíssimo trabalho nesse sentido. Com as empresas vinculadas à Secretaria, estamos apoiando e estimulando a agricultura familiar, para que vocês possam ser cada vez mais produtivos e terem uma renda cada vez melhor.

Quero fazer uma explanação sobre a distribuição das classes econômicas no Brasil. De 2003 a 2009, principalmente no governo Lula, foi dado um apoio muito grande para a redistribuição de renda, então houve migração em torno de 21.600.000 pessoas da classe E para as outras classes. Isso impulsionou a economia do Brasil, e o poder de compra do brasileiro aumentou significativamente, assim como a demanda por alimentos. Isso é muito importante; significa que temos de produzir cada vez mais para disponibilizar alimentos de qualidade na mesa dos mineiros, brasileiros e da população do mundo inteiro, como estamos fazendo hoje.

Para que os senhores tenham ideia da dimensão da produção agrícola mineira, em 2000 produzimos 6,5 milhões de toneladas de grãos em 2.500.000ha. Em 2012 estamos produzindo 12,1 milhões de toneladas em 2.900.000ha. Houve um aumento de 86% da produção com ampliação de área somente de 16%. Isso significa que estamos usando tecnologia de ponta, avançando cada vez mais em uma área menor e respeitando o meio ambiente. Sempre defendo e digo que o nosso agricultor, se é pequeno, médio ou grande, está respeitando o meio ambiente como nunca, porque sabe que o seu futuro está na preservação. Aumentamos 86% da produção e ampliamos somente 16% de área utilizada. Isso mostra a potencialidade e como o nosso agricultor está usando tecnologias de ponta.

Na contribuição da agricultura familiar, principalmente na produção agropecuária mineira, podemos destacar 84% da produção da mandioca, assim como 47% do milho, 44% do arroz, 32% do café e 32% do feijão. E na pecuária, 45% do leite produzido em Minas vem da agricultura familiar. Aliás, Minas é o maior produtor do Brasil, produz mais de um terço da produção de leite do País. Aqui faço uma crítica ao governo federal, que está autorizando a exportação de leite em pó da Argentina e do Uruguai, em detrimento de Minas principalmente, que é o grande produtor. Isso precisa ser estancado para que possam valorizar o preço e dar um estímulo aos nossos produtores, para que possam aumentar sua produção. Em relação ao plantel da pecuária, 34% vêm da agricultura familiar, assim como 28% das aves e 32% dos ovos. Isso mostra a potencialidade e como realmente é forte a agricultura familiar em Minas, como estamos evoluindo, crescendo e dinamizando cada vez mais.

Precisamos de orientação, principalmente da Emater, que é um exemplo de empresa. Como o Deputado Rogério Correia disse, apesar da falta de técnicos, da falta de material humano, estamos dando apoio, como nunca fizemos, à agricultura familiar. Estamos direcionando os trabalhos para que nossos produtos sejam não somente consumidos em Minas, mas também exportados para o Brasil e para o mundo inteiro.

Darei um exemplo com relação à mandioca. Toda farinha de mandioca utilizada nas padarias de Belo Horizonte e da Grande BH infelizmente é importada do Paraná, em detrimento da produção de Minas. Tive uma grande discussão com os panificadores nesse sentido, para que comprassem nossos produtos, para que dinamizassem isso cada vez mais e apoiassem principalmente o pequeno

produtor, que produz 84% da mandioca do Estado. Isso é muito importante. É função do governo fazer essa transferência, apoiando e estimulando a produção dos pequenos produtores.

Em termos de dimensão e de grandeza, quanto à agricultura familiar em Minas e aos estabelecimentos agropecuários, hoje 79% dos nossos produtores são da agricultura familiar e ocupam uma área que representa mais de 8.800.000ha, cerca de 27% da área total do Estado. Quanto à agricultura não familiar, o índice gira em torno de 21%, em uma área de 23.000.000ha, o que representa 73 milhões em termos de áreas aproveitadas.

Relativamente aos instrumentos da política agrícola de Minas, estamos fazendo um esforço muito grande para realmente adequarmos o nosso Estado no tocante a logística, estrutura e apoio ao pequeno produtor. Temos uma rede de informações para orientar nosso produtor, principalmente o pequeno produtor, dentro da agricultura familiar, para que ele disponha de melhores condições para produzir, sendo orientado em relação ao financiamento e ao plantio. Deve ser orientado sobre como e em que época plantar, sobre o que deve usar para aumentar cada vez mais sua produtividade e, principalmente, despontar e crescer em relação à produção, produzindo para ele próprio e para seu Município, para o Estado e para o País.

A defesa sanitária, com relação ao animal e ao vegetal, cada vez mais apoia os produtores por meio do IMA, que vem fazendo um belíssimo trabalho. O IMA de Minas é referência no Brasil pelo seu passado, pelo seu presente e, principalmente, pelos seus técnicos, pessoas abnegadas, que realmente têm conhecimento profundo e vêm fazendo um belíssimo trabalho na área de ensino.

Quanto à assistência técnica e extensão rural, mais uma vez cumprimento o Marcelo Lana, Presidente da Emater, assim como toda a diretoria e os funcionários da empresa. O Argileu é nosso colega da Emater, como falei aqui, no início. Vocês saberão, daqui a alguns dias, que nós, em dois anos consecutivos, fomos considerados a primeira empresa do Brasil em relação à assistência técnica. Foi um prêmio dado pela Rede Globo de Televisão, pelo trabalho que a Emater sempre fez, por sua experiência, pelo seu dinamismo e pelo amor de seus técnicos à agricultura familiar. Isso orgulha a todos nós. A Emater é exemplo de uma empresa-modelo, de uma empresa que a vida inteira vem lutando, trabalhando e impulsionando nosso agronegócio, principalmente com relação à agricultura familiar.

Refiro-me, com grande orgulho, à infraestrutura. O Deputado Wander Borges sabe muito bem que nunca houve uma infraestrutura no Estado em tão boas condições como agora. Tudo começou com o Aécio Neves, em um processo em que todas as cidades de Minas tiveram acesso ao asfalto, o que impulsionou muito a economia, deu condição de ir e vir ao cidadão e favoreceu condições de escoamento exemplar da produção. Agora estamos iniciando os Caminhos de Minas. Este ano serão iniciadas praticamente 73 rodovias, que poderão interligar regiões produtivas e não produtivas, para que haja melhores condições de crescimento e escoamento da produção, melhores condições de ir e vir do cidadão.

Todos sabem quanto de desenvolvimento uma estrada asfaltada traz a uma região. Esse é o esforço do governo para, realmente, beneficiar o cidadão, principalmente o nosso produtor. É uma ação fantástica, idealizada há muitos anos e, hoje, concretizada pelo Governador Anastasia. Essa ação trará grande desenvolvimento a Minas e, mais uma vez, vai consolidá-lo como um grande Estado para se viver no País.

Relativamente à pesquisa, ressalto a Epamig junto à Embrapa, cujo trabalho é fantástico nessa área. Destaco a mecanização agrícola. Estamos em parceria com o Banco do Brasil, que é um grande parceiro, assim como com o Banco do Nordeste, com as cooperativas de crédito, para que possamos propiciar não apenas custeio aos nossos produtores, mas também investimentos.

O financiamento, o Pronaf - conversei com o Argileu - nunca teve uma condição tão boa como agora. Outro dia, a Presidente Dilma lançou o Pronaf e disse que dinheiro não vai faltar: se o dinheiro que destinou ao programa não der, vai ter o dobro, o triplo, enfim, dinheiro não faltará. Temos de acreditar nisso e impulsionar cada vez mais a nossa economia por meio do crédito agrícola e, principalmente, por meio da produção. O associativismo e o cooperativismo são muito importantes para que possamos crescer e organizar a nossa produção.

Quanto à irrigação, Minas Gerais é o Estado mais privilegiado do Brasil, e o governo está enfocando muito a irrigação para que possamos aumentar a produção. Minas é considerado a caixa-d'água do Brasil. Repito: o governo está enfocando muito isso. Estamos em parceria e harmonia com a Secretaria de Meio Ambiente. É importante falarmos disso. As ações do governo Anastasia são feitas em rede, em harmonia, para agilizarmos os processos e dinamizarmos as ações estaduais e, logicamente, atender ao anseio da população. Apesar de as ações serem um pouco burocráticas - todos sabem muito bem como são essas ações -, é preciso respeitar os critérios e as leis. Mesmo assim, Minas nunca foi tão dinâmico como agora.

Há uns meses, o governo lançou uma normativa. Antigamente, permitiam-se tirar 30% do leito do rio, do córrego, mas, hoje, podem-se tirar 50%, praticamente dobrou a capacidade de irrigação no Estado. Estamos autorizando os barramentos para disponibilizar água, principalmente, para a região Norte, onde há grande carência.

Falarei de crédito e seguro rural. Mais uma vez, digo que nunca houve tantos recursos como agora, apesar de precisarmos orientar e estruturar as nossas ações, principalmente com relação à Emater, que faz um belíssimo trabalho nesse sentido. Há carência de pessoal? Sim. Aliás, o governo já autorizou concurso. Acredito que, até o final do ano, o concurso dará uma injeção de ânimo muito grande na Emater e, principalmente, condições para que ela possa realmente expandir as suas ações e melhorar o atendimento aos nossos produtores.

Esse quadro mostra a evolução do crédito rural disponibilizado no plano agrícola e pecuário do Plano Safra do Brasil. Aqui mostramos a relação do crédito empresarial com a agricultura familiar. São R$133.000.000.000,00 disponibilizados no Safra 2012-2013, sendo, para a agricultura familiar, disponibilizados R$18.000.000.000,00, com um acréscimo de mais 12%. Minas ficou com a parcela de 13% desses recursos, o que mostra o seu potencial, como realmente está apoiando os produtores rurais e como a nossa agricultura familiar está crescendo cada vez mais.

No que se refere à evolução dos recursos financeiros aplicados à agricultura familiar no Brasil, o quadro é quase igual ao anterior. Repito que Minas representa 13% da agricultura familiar, o que mostra o seu peso com relação ao agronegócio. Gostaria de enfatizar bem a aplicação do Pronaf no Estado. Em 2002, tínhamos somente 4% dos recursos nacionais desse programa, algo em torno de

R$206.000.000,00. Hoje, houve um crescimento de 742%. Isso não é fruto do trabalho do governo apenas. É a união de forças que nos permite fazer uma revolução no Estado.

Novamente, faço menção ao Banco do Brasil, ao Banco do Nordeste, às cooperativas, aos sindicatos rurais, aos laticínios e principalmente aos produtores, nossos grandes parceiros. O Vilson é nosso grande parceiro. Estamos constantemente conversando, dinamizando. Ele está sempre à frente, sempre solícito para qualquer ação que fizermos. Mais uma vez, Vilson, agradecemos o seu empenho e o de toda a sua equipe. Esse trabalho de parceria e harmonia é muito importante. O governo não está pensando em partido, e sim nos produtores, dando-lhes condições exemplares para crescer e impulsionar, cada vez mais, o agronegócio deste Estado, e principalmente disponibilizar produtos de alta qualidade.

O Deputado Adelmo está aqui hoje. Mais do que ninguém, como médico, ele sabe da importância da alimentação para o ser humano. O mundo está carente de alimentos. É hora de acreditarmos muito em nossa condição produtiva. Quanto mais produzirmos, mais riquezas serão geradas para vocês, para os Municípios, o Estado e o País. Realmente, isso é muito importante. De acordo com o Banco do Brasil, Minas é o segundo Estado em relação ao Pronaf. Com o apoio de todos, do Banco e da Fetaemg, será o primeiro, mesmo que no próximo ano. É fundamental acreditarmos nisso. A grande virtude do pequeno produtor é a sua credibilidade junto ao banco. Hoje, a inadimplência em relação ao Pronaf em certas regiões é quase zero, sinal de que o pequeno produtor está lá honrando seus compromissos, usando tecnologia de ponta, investindo dinheiro na produção, gerando riquezas, empregos e divisas. O governo está apoiando as feiras livres, que são fantásticas. A minha conterrânea está ali e sabe quanto a nossa região cresceu com o agronegócio. É interessante!

Minas tem 853 Municípios. Apenas 10 ou 15 deles não têm muito a ver com o meio rural, mas a grande maioria sim. A riqueza vem do campo, do trabalho de vocês, do alimento. Há crises no mundo, mas não de alimentos. O cidadão tem de comer, a população mundial está aumentando. Em 2050, seremos 9.000.000.000 habitantes. O único País que tem plenas condições para fazer a produção de alimentos crescer é o Brasil, e principalmente o Estado de Minas Gerais. Realmente, é muito importante que vocês acreditem, produzam cada vez mais, utilizem a tecnologia, o apoio da Emater, das cooperativas e dos sindicatos. Vamos crescer para melhorar a nossa qualidade de vida, o nosso padrão, e tornar Minas um exemplo para o Brasil. Trabalhamos unidos, trabalhamos em harmonia com o governo federal. Aliás, cumprimento o Argileu, nosso grande parceiro, que muito nos ajuda, assim como todo o segmento federal. A nossa integração está consolidando Minas como o grande Estado produtor deste país.

Para vocês terem uma noção de quanto isso representa na linha de investimento do Estado, hoje, praticamente, já passamos da linha de custeio em si. O que isso representa? Representa que o nosso produtor está se "tecnificando" cada vez mais, está se aparelhando com maquinário, com trator, para que possa produzir cada vez mais e, logicamente, dar uma condição melhor.

Esse quadro mostra a agricultura familiar em Minas Gerais. Em todo Sul de Minas, há 30% da agricultura familiar, sendo 21% na Zona da Mata; 11% no Rio Doce, e por aí vai. É um quadro bastante ilustrativo. Em relação à produção, 39% dos bovinos, leite e carne vêm da agricultura familiar; café, 24%; outros produtos, 14%; e por aí vai também.

Mais uma vez gostaria de dizer que a Secretaria de Estado de Agricultura - é uma ordem específica do Governador Anastasia - está de portas abertas para que realmente possamos, em parceria com todos os órgãos e segmentos, apoiar os nossos pequenos produtores, para que possam crescer, dimensionar-se e se tornar amanhã pessoas mais dignas, com uma produção cada vez maior, para que este Estado seja o grande celeiro deste país. Temos plena confiança nisso. Já falei, mas repito: a nossa produção é que está salvando a nossa economia. No setor agropecuário, hoje Minas Gerais representa mais de um terço do PIB mineiro. Da cadeia produtiva do agronegócio e de tudo o que se produz neste Estado, um terço vem da produção de vocês, dos pequenos, dos médios e dos grandes. Vejam como isso é importante na economia do Estado: mais de um terço do PIB mineiro é representado por vocês, que estão produzindo. Por isso, parabenizo os nossos produtores familiares. Parabéns a vocês, que estão acreditando e estimulando cada vez mais os seus companheiros e vizinhos, para que realmente possam fazer uma revolução neste Estado.

Estamos lá, Vilson, junto da Fetaemg, com todos os órgãos do governo, e também da iniciativa privada, para que possamos apoiar e, de mãos dadas, reerguer a nossa agricultura, consolidando este Estado como o mais produtivo deste país. Parabéns a todos! Que Deus possa abençoar todos nós e que este ciclo de debates possa dimensionar dias de vida cada vez melhores a todos vocês. Muito obrigado!

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) – Obrigado, Secretário. Com a palavra, o Sr. João Luiz Guadagnin, para a sua exposição sobre o tema "Financiamento e crédito rural".

Palavras do Sr. Jõao Luiz Guadagnin

Boa tarde, senhores e senhoras! Muito obrigado pelo convite. Gostaria de fazer um cumprimento especial aos agricultores e às lideranças dos agricultores familiares que estão aqui. É sempre importante registrar nesses eventos que o Pronaf e as políticas públicas para a agricultura familiar só existem através da organização da agricultura familiar brasileira. O começo do Pronaf e todas essas ações existem em função desse movimento, dessa organização. Essa é uma situação quase que ímpar no mundo. A organização campesina brasileira é um exemplo para os demais países. Parabéns a vocês! Continuemos na luta, pois temos muito que avançar.

Outra referência importante é a parceria que mantemos com as organizações de agricultores familiares e com as prefeituras municipais, secretarias municipais de agricultura, governo do Estado e as várias instituições do governo do Estado - destacamos principalmente a Emater. Claro que há um esforço dos agentes financeiros no sentido de se ampliar o crédito em Minas Gerais e no Brasil.

O Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Bancoob, o Sicoob e os bancos cooperativos têm feito um esforço muito grande pelo entendimento da agricultura familiar e por um tratamento diferenciado, e insisto em dizer que isso é fruto da organização dos agricultores familiares.

Se estamos aqui reunidos, nesta Casa do povo mineiro, é porque a agricultura familiar mineira é atuante, forte e sabe se fazer representar. Antes de começar o debate sobre como ampliar crédito para os Municípios e para o Estado, quero fazer um pedido especial ao Secretário e ao Presidente da Emater. É um caso bem pontual, mas é típico de nossas dificuldades operacionais que, às vezes, surgem. Não há escritório local de assistência técnica e extensão rural da Emater-MG em Vespasiano, também não há lá sindicatos de trabalhadores rurais, não há emitentes de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. Presente há um grupo de agricultores que demandam crédito ou acesso às políticas públicas tanto do PNAE quanto do PAA, mas não podem fazê-lo porque não têm a DAP. Então, peço que a Emater, que já tem essa autoridade, destaque um técnico de um Município próximo, de Pedro Leopoldo ou outro local – é isso uma decisão interna – para que, com regularidade, mesmo nos Municípios em que não há convênio, o agricultor familiar não fique fora das políticas públicas dos governos federal e estadual. É uma situação muito particular de Vespasiano, mas é possível que outros Municípios também tenham um problema parecido. Seguramente, a partir de amanhã, a providência será tomada. O Roberval e o Guabiraba conhecem bem o tema e ajudarão a resolver o problema.

Um informe mais geral: falou-se muito aqui em investimento, em melhoria etc. As vias de crédito do Pronaf – o Diretor Argileu apresentou isso muito bem – financiam tudo o que se falou aqui e mais. Quero registrar que há um esforço do governo federal em apoiar a agricultura mineira. Para vocês terem ideia desse esforço, o governo federal coloca aproximadamente o custo do crédito da agricultura familiar. São 35 bilhões emprestados para os agricultores familiares do Brasil, sendo que 13% disso está em Minas Gerais. O custo para o pagamento de equalização, para operacionalização desse crédito, só para Minas Gerais, é de 400 milhões por ano. Os agricultores familiares têm crédito barato e abundante, porque a Secretaria do Tesouro, o Secretário Arno Augustin, o Ministro Guido Mantega, o Ministro Pepe Vargas, o Secretário Laudemir Niro, o Argileu, principal embaixador de Minas Gerais em Brasília, talvez o mais ativo e atuante, fazem um esforço claro. Colocamos aqui crédito barato e, para isso, o esforço que se faz em termos de orçamento da União é de 400 milhões por ano para os agricultores familiares. Em Minas Gerais temos aproximadamente 10 bilhões emprestados, que, claro, estão sendo amortizados. Todo ano ampliamos esse crédito, e o Secretário falou muito bem sobre isso.

Vocês já conhecem o crédito e sabem como fazer. Deixarei aqui somente algumas questões, até para provocar o debate. Estamos tratando de agricultura familiar, em que – alguém até já falou, mas é importante repetir – o agricultor faz a gestão e ao mesmo tempo trabalha, ele e a família são os empreendedores familiares. A agricultura familiar, por definição, é diversificada, o que é uma característica. Um companheiro até falou aqui sobre a situação do agronegócio e da agricultura familiar. Há diferença, sim. Na agricultura familiar, há aquele que gere, trabalha, diversifica; no trabalho familiar, há aquele que toca o negócio. Eventualmente ele é complementado por terceiros. Há uma diferença importante aí.

Por que apoiar a agricultura familiar? Já se falou aqui dos 3 milhões de ocupações produtivas geradas ou mantidas no campo. Somos mais importantes que, quem sabe, por exemplo, a indústria de automóveis do Brasil; geramos mais riqueza e muito mais empregos. Sempre que apoiamos a agricultura familiar, a necessidade de investimento é baixa. Mantemos essas ocupações produtivas com poucos recursos, já que 35 bilhões ao longo de 10 anos não é nada para manter 3,2 milhões de contratos que temos hoje no Pronaf.

Quando se apoia a agricultura familiar, há interiorização do desenvolvimento e - claro - o aumento da produção de alimentos, com menores danos ambientais. A agricultura familiar, embora o Antoninho tenha se referido a eventuais problemas que reconhecemos, é a que mais preserva. Tem pouco patrimônio, pouca terra e, se o agricultor não cuidar, não há nem como reproduzir a sua família.

Entremos no tema crédito. Crédito vem de acreditar, crer. Não há crédito que não é acreditado, reconhecido. Essa é uma condição básica para que tratemos de avançar em políticas de crédito. Para confiar, para acreditar, é preciso conhecer. Ninguém que não é conhecido do banco vai obter crédito. A primeira coisa que temos de ter claro é que algumas dificuldades para ampliar o crédito é fruto da falta de diálogo, da falta de conhecimento recíproco. Não é só o agricultor que deve procurar o agente financeiro, mas também este precisa dialogar com as organizações dos agricultores, com a assistência técnica, com as Secretarias Municipais de Agricultura.

Financiamento rural dá certo quando há parcerias. Essa parceria envolve o mínimo de um plano de desenvolvimento para os Municípios; algumas ideias e o seu rumo; se merenda escolar será comprada da agricultura familiar; quanto de PAA existe naquele Município; qual é o mercado para os produtos da agricultura familiar. Esse plano mínimo tem de existir. Com isso, há mais solidez para os agentes financeiros emprestarem e a possibilidade de crescimento de crédito acontece. Momentos de encontro de planejamento, de avaliação, de reprogramação solidificam as parcerias. Não há Município cujo crédito tenha crescido que não tenha criado parcerias com movimentos sociais, com a assistência técnica ou dos agentes financeiros, com isso tudo.

Crédito bem-concedido alavanca a renda e promove o bem-estar, a felicidade. Não queremos crédito pelo crédito, números passarem de R$1.700.000.000,00 para R$2.300.000.000,00 só para haver dinheiro. O crédito precisa ser bem-sucedido, gerar felicidade, e a do agricultor vem quando ele consegue pagar suas contas e sobra dinheiro. Crédito bom é aquele que ajuda a família.

Vejamos um pouco de problemas locais - vocês já trataram disso bastante. As lideranças locais, os Vereadores, os movimentos sociais, os Secretários Municipais de Agricultura – já o disse - precisam dialogar com as agências de banco, e estas precisam procurar esse pessoal. É uma via de duas mãos. Se estabelecermos essa parceria, ampliaremos o crédito com segurança. Esse diálogo deve ser sincero, regular; não dá para escamotear a verdade. Se existem problemas e o agricultor não vai poder pagar, é preciso avisar ao banco antes que a inadimplência aconteça.

Os bancos não estão com apetite para ceder crédito aos Municípios, têm restrições. Agora mesmo há várias normas de renegociação. Algumas agências não conhecem a informação, então o pessoal do banco tem de dizer a verdade. Precisa dizer que não sabe se isso existe, que não conhece e precisa informar-se; pode dizer também que conhece e não vai agir dessa maneira; ainda, pode dizer que não confia em determinada pessoa e não dará crédito. É claro que se deve estabelecer o debate, a verdade. Se essa ação é diária, permanente, o crédito cresce.

Os agricultores familiares mineiros e brasileiros são ótimos pagadores. A inadimplência média dos brasileiros, em todos os sistemas de crédito, como cartão, cheque pré-datado em lojas comerciais, está em torno de 6,5%; na agricultura familiar, está em torno de 1%.

É claro que há situações em que o banco, por "n" razões, decide não conceder crédito. Então, que a negativa do crédito seja dada com justificativa, e não com manobras protelatórias como "Passa amanhã", "Hoje não tem dinheiro", "Não li a resolução", "O sistema não está no ar" ou coisas desse tipo. Portanto, diálogo franco e aberto ajuda a dar crédito.

Se o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural trabalhar no sentido de fazer um planejamento no início da safra, normalmente nos meses de abril e maio, de chamar as agências de banco, os técnicos da extensão rural e de tentar estabelecer um plano para o crédito rural para a safra seguinte, melhorará muito o crédito. Quase todas as agências de banco fazem uma programação sobre o que pensam trabalhar, sobre o volume de crédito nessa época, abril, maio, no máximo junho.

Então, é preciso que os agricultores e suas lideranças, os Vereadores e os Prefeitos influenciem essa programação da agência. Os bancos e suas agências não são autônomos; vivem em função dos clientes. Portanto, manter diálogo com os clientes é uma necessidade dos próprios bancos, até para que permaneçam no local.

Sempre que os recursos são concedidos – e, felizmente, o crédito em Minas Gerais está sendo concedido e é crescente -, temos de pelejar para que sejam bem aplicados. Reduzir a inadimplência e permanecer com ela baixa é muito importante. Nas agências onde a inadimplência passa de 2%, o banco restringe crédito, tanto para os adimplentes – porque ele só o renova pelo mesmo valor – quanto, especialmente, para aqueles que nunca tomaram crédito.

Um pedido para os bancos é que dialoguem mais com os movimentos sociais e os agricultores e conheçam mais da agricultura familiar – ponto em que melhoraram muito, mas em que ainda estão devendo muito. Sabemos que os bancos são hoje quase um deserto de pessoas; têm 3 ou 4 funcionários para tudo, quando antes tinham 15, 18 ou 20. Mas é preciso dar atenção à agricultura familiar, até porque a economia de 80% dos Municípios de Minas depende da agricultura familiar – esse é seu principal setor econômico. Então, os bancos precisam ouvir mais e trabalhar mais com os agricultores familiares...

O crédito bom é aquele que é aplicado integralmente nas atividades financiadas e que é devolvido no prazo. Temos de comemorar não tanto o volume contratado, mas a adimplência de Minas Gerais – 99% ou mais dos agricultores familiares mineiros fazem o crédito e o pagam. É isso o que tem de ser comemorado. Então, crédito bom é aquele que conseguimos pagar. O sucesso na aplicação de recursos amplia o interesse do banco em dar crédito. Toda vez que a adimplência é elevada, como é o caso de Minas, o interesse dos bancos cresce.

Falta ainda muito conhecimento sobre o que é o Seguro da Agricultura Familiar – Seaf. Seria necessário que fizéssemos um debate só sobre isso, e o que é o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAF. Esses dois mecanismos – o primeiro, um seguro de clima; o outro, um seguro de mercado contra a variação negativa de preços – precisam ser mais bem conhecidos pelos agricultores familiares. Há uma porção de agricultores que, quando vão pagar o financiamento, pagam abaixo do que esperavam, porque houve um bônus do PGPAF. Muitas vezes, nem os funcionários ou o gerente do banco sabem o que é o tal do PGPAF. Então, conhecer um pouco mais essas políticas vai facilitar a ampliação do crédito.

Sobre a assistência técnica, o companheiro Argileu falou bastante e vocês estão cansados de saber que quanto melhor e mais efetiva for a assistência técnica, maior é a qualidade dos créditos, maior é o volume de recursos, maior é a felicidade dos agricultores. Também é importante a organização dos agricultores. Agricultores que buscam informação, que dialogam com os bancos e que sabem negociar aumentam o crédito. Se estimularmos essa organização, se vocês pelejarem mais com os bancos, vocês terão mais crédito do que já têm hoje.

Gerentes e funcionários que mantêm parcerias de vários tipos - com o movimento social, com a assistência técnica, com a Secretaria Municipal de Agricultura, com as cooperativas, que são muito importantes - ampliam o crédito e a felicidade dos agricultores e das pessoas que trabalham no banco. Seguramente, ser funcionário de banco é muito bom, especialmente quando há felicidade dos clientes. Nenhum banco existe para vender poupança, seguro, Ourocap ou outros produtos; os bancos existem para dar crédito em condições adequadas e para receber esse crédito de volta. Aliás, sobre a reciprocidade, poderíamos abrir um largo debate. Que os bancos ofereçam outros produtos financeiros - poupança, CDB, RDB, seguro de vida ou do automóvel, etc. - é da regra do negócio. O banco vende; tem esse produto na prateleira e tem de oferecê-lo.

Agora, é livre-arbítrio do agricultor adquirir ou não esses produtos. Não pode haver venda casada, mas, se ela existir, há o Código de Defesa do Consumidor, nós, o Banco Central e o Ministério Público para denunciá-la. Diga-se de passagem que as denúncias ou as queixas dos agricultores familiares de Minas Gerais contra venda casada de bancos praticamente não existe. São raras as situações em que isso acontece, o que mostra que os bancos trabalham bem.

Finalizando, as condições para a obtenção de crédito se resumem a: receber financiamento não é direito e crédito se conquista; ter boa capacidade produtiva; ter tamanho adequado de terra. Vários produtores aqui falaram, infelizmente, da regularização fundiária, da importância da reforma agrária, do acesso aos meios de produção, terra, água e outras condições. Sem elas, muitos agricultores familiares não terão acesso ao crédito. Infelizmente crédito não é para todos; crédito é para aquele que, de fato, demonstra condições de produção e condições de pagamento do financiamento. Trata-se de uma política que tem de ser conquistada por cada um e pelo conjunto de agricultores e que começa com a tal de Declaração de Aptidão - DAP -, que, em Vespasiano, aliás, começará a ser fornecida amanhã.

Uma boa assistência técnica tem de estar junto do agricultor, permanentemente, assim como deve haver projeto viável e todas as condições para que o crédito dê certo. É mais fácil obter crédito quando o projeto é bem elaborado e o tomador é bom pagador. Se existir essa parceria, um bom técnico, uma boa elaboração de projeto, especialmente de projetos de investimento, de programas de irrigação do governo do Estado, programas de melhoria genética, melhoria do cafezal, todos os projetos dos agricultores vão redundar em uma boa assistência técnica. E é claro que, se o agricultor tiver um bom conceito junto ao agente financeiro, se não está negativado, se não há restrição cadastral, o crédito será concedido mais facilmente.

O crédito, depois de obtido, precisa ser pago. Vocês são exemplos para o Brasil. Crédito bom é aquele que retorna. Contratar financiamento é assumir uma dívida, um compromisso; isso tem de ficar claro para todos. Crédito é bom quando dá retorno para o

banco, o que significa que mais crédito o agricultor vai ter. À medida que o agricultor toma crédito e paga, amplia-se o montante dentro da agência. Esse é o melhor dos mundos, quando se gera felicidade.

Deixo aqui alguns endereços para vocês. O nosso é www.mda.gov.br/saf. O endereço do Banco Central, que publica todas as normas do crédito rural, é www.bcb.gov.br. E o meu endereço eletrônico é joao.guadagnin@mda.gov.br. Sempre que vocês precisarem, eu lhes lembrarei que contamos aqui com uma delegacia do MDA, que é ativa, forte, atuante e deve ser bastante demandada. O Delegado Alcides está à disposição, com uma grande equipe, composta por três pessoas, mas que atuam como se fossem 300, porque trabalham muito. E temos uma parceria muito forte com o serviço de assistência técnica de extensão rural de Minas Gerais, que deve ser utilizado. Independentemente disso, os agentes financeiros são parceiros de vocês. Vocês contam com três instituições financeiras muito sólidas, que crescem a cada dia e que aumentam o crédito de Minas, porque vocês são bons pagadores. Parabéns para vocês! Digo-lhes que me coloco à disposição.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Antes de passar a palavra ao meu companheiro Vilson, da Fetaemg, quero aproveitar esta oportunidade para fazer algumas considerações. A primeira é a minha grande consideração pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo do nosso país, todos eles da agricultura familiar. Tenho dito em todos lugares, em todas as rodas, em todos os momentos da minha vida - e o Vilson é testemunha disso - que a ocupação do campo pela agricultura familiar, pelos assentamentos da reforma agrária é a ação mais importante de defesa da soberania nacional, de defesa do nosso território. Mais importante que os exércitos é o povo que está ocupando o nosso território. Como todos já disseram aqui, apesar dos créditos, que não posso dizer mais fartos, mas mais volumosos que no passado - há diferença imensa em relação ao passado -, apesar dos esforços e das ações dedicadas aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, as famílias produtoras deste país no campo ainda constituem uma parcela importante da população brasileira, que carece de muita ação, de atitudes mais ousadas de todos os governos, inclusive do nosso, João Luiz. É muito bom ouvirmos que a agricultura familiar tem disponíveis mais recursos - R$22.000.000.000,00 para a agricultura familiar -, mas é muito pouco em relação ao que se destina à grande agricultura brasileira. Tenho a maior convicção de que, se os agricultores forem adequadamente orientados, preparados, apoiados efetivamente, esse recurso pode ultrapassar o recurso destinado à agricultura familiar, devido à sua função, e a sua dimensão social poderá e deverá ultrapassar o que se destina ao agronegócio. Essa inversão de prioridades é uma forma efetiva de garantirmos o povo no campo, a gente no campo. Essa é uma questão importante.

Na sua palestra, o João Luiz falou sobre uma questão, e quero desafiá-lo. É do nosso governo, e quero fazer o desafio mais ainda ao nosso governo. O crédito não é um direito, é uma conquista, mas, para que ele seja efetivamente uma conquista, o nosso governo, o Estado brasileiro, tem de ser mais proativo. Ele tem que ir aonde estão os produtores, os agricultores, orientá-los, estimulá-los, fazer planejamento estratégico no campo, acompanhar as ações, garantir que o produto que está sendo produzido tenha o devido e o justo valor.

Ouvimos agora mesmo do Secretário que, em função de uma política nacional - e é uma política nacional -, ainda temos os nossos produtos subvalorizados, o que é importante para garantir esses produtos a baixo preço na mesa do consumidor, de uma população que ainda carece de recursos suficientes para poder pagar valores mais elevados. Mas essa competição é desleal, injusta, se não levarmos em consideração a valorização da produção e dos produtores da agricultura familiar, a logística para os agricultores da agricultura familiar, o planejamento estratégico para a agricultura familiar. Aí vou dizer-lhe que não me sinto confortável para falar que os nossos produtores, às vezes sem orientação técnica adequada, sem assistência, têm de conquistar crédito competindo com o agronegócio, que está muito avançado e muito preparado para fazer isso. Isso gera uma relação que não é leal. Trabalho e acho que o nosso governo tem que trabalhar com o fundamento e o conceito de equidade: dar a quem mais precisa os recursos necessários. Quero ter essa posição porque sei que também dentro do nosso governo essa posição é importante.

Quero dizer aos senhores que a questão dos assentamentos da reforma agrária ainda é uma quimera no Brasil, pois infelizmente está muito distante, aquém do que o povo merece e do que o nosso governo tem dever de cumprir em relação à defesa da soberania social. Dizer que reforma agrária é um processo de inclusão social é até uma afronta. Não é mesmo? Se considerarmos que é no campo que ainda há a maior incidência de pobreza, dizer que reforma agrária é um processo de inclusão constitui um contrassenso.

Estamos acompanhando muitas situações, como a presença no campo de pessoas que não têm experiência nem vivência no campo e não sabem a dureza que é trabalhar nele, com os problemas do clima, do sol, da chuva, da poeira, da seca, da falta d'água e de tudo, a necessidade de produzir muito e não ter quem comprar, de não ter nada para vender, de o produto estar com preço elevado e ser necessário comprá-lo fora. Viver de cesta básica ainda é uma questão que desafia a nossa inteligência e o nosso compromisso ético com o campo. Ainda estamos aquém da medida que deve ser adotada para que o governo do qual faço parte... Aliás, tenho orgulho de fazer parte dele, mas ainda estamos distantes de ver o governo adquirir essa dimensão de fazer do campo o espaço verdadeiro da cidadania. A cidadania no campo ainda não foi atingida adequadamente.

Portanto quero deixar aqui o meu testemunho. Quem caminha comigo sabe da minha inquietude em relação a essa situação e da minha alegria quanto aos recursos que estão mais avolumados e maiores, ao acesso a eles e aos juros mais baixos. No entanto, tudo isso ainda não é suficiente. Por isso entendo que temos de nos desenvolver de maneira proativa, ou seja, ir aonde estão as pessoas, ver como vivem e estão enfrentando os problemas.

Quero finalizar minha fala dizendo de algo de que aprendi a gostar desde criancinha. É uma referência cultural e de economia do campo, que me causa indignação neste Estado. Uma das referências importantes é o queijo-minas artesanal. Há muita burocracia e dificuldade para que esse queijo seja produzido para alimentar o nosso povo e sustentar quem o produz.

Quero deixar registrado que o nosso governo... João Luís, está desafiado. Sei que não é só o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não pode ficar ligado só à questão do agronegócio, pois tem de mergulhar profundamente na arquitetura da agricultura familiar e dar-lhe todos os instrumentos necessários para que tenha a dimensão daquilo que estamos fazendo no discurso. Além disso, fazer com que todos esses discursos, sejam eles do Secretário de Estado de Agricultura, sejam dos nossos ministérios, sejam do nosso governo, sejam traduzidos em prática para cumprirmos uma orientação e

um ensinamento de Paulo Freire, quando diz que, para que sejamos verdadeiramente coerentes, precisamos fazer com que o nosso discurso se aproxime, cada vez mais, da prática, de tal forma que um dia esta seja verdadeiramente o nosso discurso. Ainda estamos dissociados em relação a essa situação.

Logo, quero deixar isso registrado. Além disso, quero dizer que essa luta é nossa e não arredaremos o pé dela até que atinjamos esse ideal de viver plenamente a cidadania no campo. Com a palavra, o Sr. Vilson.

Palavras do Sr. Vilson Luiz da Silva

Obrigado, Deputado Adelmo Carneiro Leão, futuro Prefeito de Uberaba, se Deus quiser. Como Prefeito de uma cidade tão importante como essa, tenho certeza de que, com essa visão e esse comprometimento, contribuirá muito para ajudar a nos fortalecer e a lutar para que diminuamos essas desigualdades sociais que temos no nosso Estado e no nosso país.

Companheiros e companheiras, permitam-me dizer que seremos muito rápidos, até porque tenho certa preocupação. O nosso pessoal se dirigirá a Venda Nova para alimentar-se e hospedar-se, a fim de amanhã cedo estar aqui. Sabemos que a Linha Verde a esta hora está congestionada. Hoje foi o lançamento. Temos de dormir e, se insistirmos, Zé, não chegaremos aqui amanhã de manhã, quando será preciso trabalhar e produzir um documento, a fim de que as propostas não fiquem no papel e os governos realmente nos atendam.

Precisamos entender o nosso papel. Por que estamos discutindo aqui o que significa o reordenamento agrário? João Luiz Guadagnin, Edmar Gadelha, nosso Subsecretário de Agricultura Familiar; Deputado Adelmo e Deputada Maria Tereza Lara, na sexta-feira da semana passada, em Divinópolis, tivemos um encontro e provocamos um debate durante todo o dia entre 38 Municípios do Centro-Oeste, pois a consideramos uma região mais desenvolvida, e detectamos, oficialmente, que 42% dos agricultores que trabalham lá não têm terra própria. São posseiros, meeiros, arrendatários e outros. Se achamos que estamos em uma região que tem um certo privilégio, e a Dra. Sônia, nossa Assessora Jurídica, está ali e, há alguns anos, milita nessa questão do setor agrário, precisamos entender isso. O Antoninho Rovaris bem colocou que precisamos ter terra, ter título, ter um documento para acessar o crédito, senão estaremos chovendo no molhado. Temos de entender isso. Não estamos aqui pedindo um favor, mas ajudando o governo a fazer um Brasil e uma Minas melhores. Como o Secretário disse, Minas seria o melhor Estado para se viver. Acho que o melhor Estado para se viver precisa ter alguns elementos que não excluam dessa sociedade outros elementos. E nós temos de entender isso.

Para nós, quando manifestei a preocupação ao Rogério e disse que, quando divulgam muitas políticas públicas, Guadagnin, nesses grotões de Minas Gerais, temos ainda... Pode falar assim: "Vilson, mas isso é uma obrigação de vocês". Acho que é obrigação de todos. Muita gente ainda não sabe o que é o Pronaf. Se considerarmos a quantidade que foi citada hoje de propriedades de agricultura familiar, o que está sendo aplicado aqui, estamos a anos-luz de distância do ideal. Esses números não são inventados, mas reais, e temos de colocá-los dentro da nossa cabecinha para trabalhar, para mudar essa situação.

Digo que sou um empregado dos trabalhadores. Estou na Federação e sou um servidor dela, assim como a Deputada que preside esta reunião, o Guadagnin e o Secretário Gadelha. Para mim, não é diferente. A Deputada foi eleita pelo povo para trabalhar para o povo. Outros estão ali servindo. Esse é o nosso papel. Agora, precisamos ter alguns elementos. A agricultura familiar precisa fazer reforma agrária neste Brasil. Não tive tempo para dizê-lo, pois ele era limitado, mas tenho a preocupação de que, para consolidar a agricultura familiar - e disse isso, na sexta-feira, em Divinópolis -, precisamos fazer reforma agrária no Brasil. Precisamos fazer reforma agrária no Brasil. A bandeira da reforma agrária está arreada. Acho que isso não deve ser preocupação de apenas uma pessoa, mas de todos.

Sabemos que o capital internacional está em todo lugar e que muitos estão comprando terras aqui no Brasil como forma de investimento. Eles já não sabem onde põem mais dinheiro. Como terra, aqui no Brasil, virou matéria de especulação financeira e está subindo, subindo, subindo, outros países... Não sou professor nem "expert" nisso, mas darei um exemplo e falarei de uma maneira que todos entenderão. O Brasil tem uma população de quase 200 milhões de habitantes. A China chegou a 1.300.000.000 habitantes. Ela não tem mais fronteira, espaço, terra para produzir alimentos para sustentar o seu povo.

A China está comprando terra no Brasil para produzir alimento, mas não para abastecimento interno, para abastecer os seus 1.300.000.000 habitantes. Hoje essa questão da soberania e da segurança alimentar nos preocupa. Se os canais de televisão anunciarem que, amanhã, não haverá mais feijão nem arroz, que não haverá mais alimentos nas prateleiras, tenho certeza de que todos vão sair doidos para abastecer sua despensa, porque todos têm medo da fome. Pode-se ficar sem carro, sem bicicleta, sem moto, mas sem alimento ninguém fica, e mesmo assim não estamos dando à questão o valor devido. Aqui em Minas Gerais, as mineradoras não têm fronteira, não existe problema ambiental, ao passo que, para produzirmos o nosso feijão, o nosso arroz, a nossa mandioquinha, vem só multa. Não pode isso, não pode aquilo.

Edmar, precisamos vencer essas barreiras para esses números chegarem. A Presidente Dilma nos colocou em uma situação até constrangedora em Brasília. Não é que somos incompetentes. Ela disse que, se conseguirmos gastar o que o governo está liberando para o Plano Safra, serão destinados mais recursos. Mas, às vezes, algumas burocracias e processos nos impedem de aproveitar esses recursos. Como vamos conseguir tomar o dinheiro se estamos amarrados? Estou amarrado, eles vão me bater, e vou apanhar. De que adianta eu ser forte, se estou de pés e mãos atadas? Em algumas horas, sinto-me impotente, Edmar - e olha que temos algum tempo de militância.

O João Luiz Guadagnin disse que o agente financeiro é o nosso parceiro e acredito nisso, desde que tenhamos credibilidade e paguemos pelas nossas ações. Se começamos a dever ao banco, o Giovane não é mais amigo nosso. Mas isso, para nós, da agricultura familiar, é uma referência positiva. Sou da roça e meu pai me ensinou que o que devemos temos que pagar. Não entramos no banco com o espírito de caloteiro. Então, precisamos avançar.

Não me preocupo muito. Sendo vaidoso, queremos passar o Rio Grande do Sul. Estamos no 2º lugar no Brasil. O João Luiz é gaúcho. Há quantos anos ou décadas o Rio Grande do Sul está na nossa frente, trabalhando a organização da produção, do pequeno

produtor, o cooperativismo e o associativismo? Não discutíamos isso aqui. Lembro a primeira vez em que fui para o interior de São Paulo, com uma malinha nas costas, para discutir crédito diferenciado para a pequena produção. Nem discutíamos agricultura familiar. Conseguimos o Pronaf em agosto de 1995; tínhamos R$200.000.000,00, mas, pela burocracia e desconfiança, não conseguíamos aplicar nem a metade. Hoje temos que comemorar sim, mas estamos longe do que queremos alcançar. Não podemos ficar comemorando porque fizemos dois gols, pois, amanhã, o adversário fará três, perderemos o jogo e não adiantou nada ficarmos comemorando.

Aqui há plateia, mas a nossa Federação está presente desde o primeiro momento, mobilizando-se, e não apenas colocando os bonezinhos, mas fornecendo estrutura, alimentação para o pessoal e condição para trazermos liderança e propiciarmos este debate até sexta-feira, para produzirmos um documento. No "Grito da Terra" - o João Luiz e o Edmar sabem disso -, a Fetaemg foi para Brasília com 58 ônibus. Estivemos lá dias e dias, noites e noites, discutindo dentro das Comissões 200 itens de reivindicação para o governo federal, e não avançamos tudo.

Quero dizer que nós - não eu, Vilson, que estou na Mesa -, que estamos no Plenário, precisamos exercer nosso papel, no nosso sindicato, na nossa associação, na nossa cooperativa, para realmente darmos esse salto de qualidade. Precisamos ter coragem de discutir. Vocês podem até me dar uma flechada em razão do que vou falar agora. Precisamos discutir qual o modelo de agronegócio que queremos e que é sadio para o Brasil. Precisamos ter coragem para discutir isso. Temos de tirar esse assunto do saco e discuti-lo, Edmar. Qual o modelo? Dessa forma, avançaremos.

Devemos sair do nosso comodismo, o que falo com muita tranquilidade. Ficamos reclamando do governo, dizendo que o governo fez isso, que fez aquilo, mas o que estou fazendo? Qual o meu papel? O meu sonho era fazer uma revolução no Brasil, não com armas, mas com inteligência. Tenho certeza de que os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo nos respeitariam. Coloquemos 1 milhão, 2 milhões de pessoas em Brasília para ver se avançamos, se conseguimos o que queremos. Está em nossas mãos. Por que não fazemos isso? Não bastam 5 mil, 10 mil pessoas. Esse número não está resolvendo. O governo, Silvinho, está nos tratando de qualquer jeito, e não queremos isso. Merecemos ser respeitados.

Disse que não estamos fazendo nenhum favor. Falei na abertura sobre o que teria ocorrido se tivéssemos tido, há 20 anos, 30 anos, investimentos em educação. O governo fechou escolas, uma atrocidade, Deputado. Quantos milhares de escolas foram fechados no meio rural? O projeto ajudou a beneficiar empresas para compra de ônibus. Alguém foi beneficiado com isso, o que muitos de nós não conseguimos enxergar. É preciso haver posto de saúde e área de lazer. Jovem não fica na roça, João Nélson, só pelo trabalho. Ele precisa de muito mais que isso. Fiquei porque nosso pai antigamente mandava e você obedecia. Hoje é diferente: há diálogo. Temos esses 18%, que é a média. Conversava com o Deputado Adelmo – o Zé Antônio, de Divinópolis, está ali. Divinópolis só tem 3% da população no meio rural. Se não tomarmos cuidado, João Luiz, amanhã não haverá 1% da população no meio rural. Isso traz para nós uma reflexão ou não? Somos insensíveis? Isso não nos toca? Tem de tocar.

Para mim, este ciclo de debates, que terminará depois de amanhã, significa muito. Ele é muito forte para nós. Não esconderei que a Fetaemg, no próximo ano, mostrará sua força no Estado. Estamos preparando nossa tropa, no bom sentido. O governo precisa ver nossa força. Governo age tal qual uma panela de pressão. Quando você põe a água e tampa a panela, o feijão tem de cozinhar ou "falar" porque não está cozinhando. O papel do movimento sindical, dos movimentos sociais é cobrar, é reivindicar, e não desanimar.

Já estou encerrando minha fala, pois ficarei aqui até depois de amanhã, se Deus quiser. Dra. Maria Rita, em relação à questão da reforma agrária, o que falávamos? Qual o nosso papel? Lutar, resistir e produzir. Será que nos esquecemos disso? Será que isso saiu da pauta, da ordem do dia? Acho que não. Com certeza, eu e todos que estão no Plenário ou em casa nos assistindo pela TV Assembleia queremos contribuir para um Brasil melhor, para uma Minas melhor, por meio da produção de alimentos saudáveis.

Além de Presidente da Fetaemg, também sou Presidente do Conselho de Alimentação Escolar do Estado. Estamos preocupados. Não queremos, só por força de lei, que 30% dos alimentos sejam provenientes da agricultura familiar. Queremos, se possível, chegar a fornecer 100% de produtos alimentícios para merenda escolar para as crianças, a fim de que tenham aprendizado melhor.

Por que não podemos fazer isso? Para isso precisamos de crédito, de assistência técnica – e não de assistência técnica por amostragem –, sobretudo de organização da produção e de terra. Sem a terra, a nossa "mater", não chegamos a lugar algum. Precisamos da terra e, para tê-la, temos de fazer reforma agrária. Hoje 12% das terras do Brasil estão nas mãos de estrangeiros. Não podemos permitir que isso aconteça. Isso nos incomoda? Ou será que somos insensíveis? Daqui a pouco, um chinês está na beira do meu sítio em Cláudio, São Bento, disputando comigo. E não vou conseguir disputar com chinês, com americano e com qualquer outra pessoa. Então, temos de fazer o nosso papel e cobrar do governo. Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Vamos participar do debate até sexta-feira, portanto tenho certeza de que falaremos mais em outros momentos.

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - Obrigada, Vilson, Presidente da Fetaemg. Ressalto a importância da Federação neste debate. Quero cumprimentar também o João Luiz, representante do MDA, e o Edmar Gadelha, que representa o Deputado Elmiro Nascimento, Secretário de Agricultura do Estado. O Deputado Padre João, nesta Casa, sempre priorizou a questão da agricultura familiar. Senti-me muito honrada quando o Deputado Rogério Correia, nosso Líder, convidou-me para coordenar o encerramento dos trabalhos, pois ele, na função de parlamentar, tem um compromisso inadiável. Portanto, como somos da mesma bancada e temos compromisso com a agricultura familiar, ele me pediu para coordenar os trabalhos na reta final. O Deputado Adelmo Carneiro Leão também teve de voltar a Uberaba, onde compromissos importantíssimos o esperam. Deputado Padre João, por favor, estou convocando V. Exa. a participar da fase de debates.

Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente - Iniciaremos os debates, e é importante que vocês participem. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone, os inscritos, que se identifiquem. Vocês estão sendo vistos pela TV Assembleia, e as pessoas não conhecem todos pelo nome. Então, por favor, identifiquem-se, informando o nome e a entidade que representam. Cada participante disporá de até 2 minutos para a sua contribuição. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de questionamentos aos expositores são feitos de acordo com o volume

de inscrições recebidas. As inscrições já foram encerradas. Faremos as perguntas em bloco, começando pelas orais. Ainda temos algumas perguntas escritas. Depois passaremos a palavra aos membros da Mesa para que possam responder a elas.

Debates

A Sra. Presidente - Não farei nenhuma reflexão sobre agricultura familiar, pois ela já foi bem feita pelos ilustres expositores. Só quero lembrar que estamos no período eleitoral, portanto é o momento de vocês, na sua cidade - não farei propaganda para ninguém, nem posso -, procurarem todos os candidatos e todas as candidatas a Prefeito e a Vereador e pedir que incluam nos programas de governo a questão da valorização do campo, da agricultura familiar. Aliás, há uma lei que estabelece que os candidatos ou as candidatas têm de registrar um programa de governo ao registrarem a própria candidatura. Repito: agora é lei. Os Vereadores não precisam fazer isso, mas os Prefeitos, sim. Mesmo depois de registrado o programa, durante a campanha que se encerrará no dia 7 de outubro, propostas podem ser acrescentadas. Sugiro, então, que procurem conhecer de perto os programas e reivindiquem a inclusão de propostas para a agricultura familiar nas cidades onde residem. Há questões que são estaduais e federais, mas que já estão aqui representadas. Ressalto que essa interlocução com os Municípios é muito importante.

Passaremos agora aos debates. Deputado Padre João, a sua presença aqui é importante, porque, no seu mandato de Deputado Estadual, sempre priorizou a agricultura familiar. Foi membro da Comissão de Agricultura e, constantemente, priorizou essa questão. Como Deputado Federal, continua melhor ainda, representando Minas Gerais em âmbito nacional, em Brasília.

Com a palavra, o Sr. Iran Leite Ferreira, da Associação Comunitária Noiva do Cordeiro, de Belo Vale.

O Sr. Iran Leite Ferreira - Meu nome é Iran Leite Ferreira. Falarei sobre a agricultura. Hoje tenho mais ou menos 90 famílias na minha comunidade. Enfrentamos grande dificuldade para comprar adubo, que está cada vez mais caro. Precisamos de tratores. O governo federal e o governo estadual devem doar tratores às associações comunitárias, pois 1 hora de trator hoje custa de R$80,00 a R$100,00.

Como o pequeno produtor pode ir para a frente sem adubo e trator? Não há condições para plantio. É preciso, portanto, doar tratores às associações comunitárias. Existe a linha de crédito do Pronaf, mas quem planta para colher e comer não quer comercializar. Como poderá pagar trator? Gostaria que verificassem essa possibilidade.

A Sra. Presidente - Com a palavra, a Sra. Maria Rita Fernandes, da Fetaemg.

A Sra. Maria Rita Fernandes - Boa tarde a todos. Meu nome é Maria Rita. Falarei sobre uma questão fundamental, apesar de não estarem presentes todos os Deputados.

A reforma agrária é muito importante e precisa voltar urgentemente à pauta do governo do Estado e do governo federal. Que os Srs. Deputados apresentem requerimentos e projetos de lei e digam à Presidente da República que o povo trabalhador clama por justiça, por reforma agrária, por distribuição de renda e por maiores oportunidades.

O abastecimento de água na região do semiárido é muito tímida. Estive, há poucos dias, na minha cidade, com o Delegado do Ministério de Desenvolvimento Agrário, e a única reivindicação do povo era em relação à água. Nas regiões Nordeste, Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas, o abastecimento é tímido.

A reforma agrária traz desenvolvimento e produção de alimentos saudáveis. O povo brasileiro precisa de alimentação saudável. Que os trabalhadores da agricultura familiar tenham valor. Aí, sim, teremos um país justo, uma Minas Gerais capaz de vencer os seus desafios. Caso contrário, sairemos derrotados de uma situação pior que aquela que vivemos. Obrigada.

A Sra. Presidente - Com a palavra, o Sr. Dirceu Fernandes, do sindicato dos trabalhadores rurais.

O Sr. Dirceu Fernandes - Boa noite. Meu nome é Dirceu e sou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília de Minas. Desenvolvemos um trabalho em parceria com outros sindicatos e com instituições financeiras, como o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, na elaboração de propostas de financiamento e emissão de cartas de aptidão ao Pronaf.

Temos diagnosticado um problema muito grave. É muito importante vermos todos falando de milhões liberados na agricultura familiar, mas é triste demais sabermos que esse dinheiro não consegue chegar ao trabalhador, lá na ponta do "iceberg". As propostas de financiamento elaboradas ficam arquivadas nas agências bancárias por até 90 dias. O período de investimento acaba, e o que os trabalhadores farão com esse crédito quando receberem depois de 90 dias, se era para sair no máximo em um mês, que é o tempo que a instituição pede?

Portanto, gostaria que fosse feito algo. Até queria que o pessoal do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil estivesse presente. Na verdade, as instituições financeiras, por exemplo, o sistema de facilitação de crédito não facilita o crédito; o dinheiro não chega até o trabalhador. Lamento a falta de funcionários. Dessa forma, as propostas ficam arquivadas lá, e o produtor fica sem saída.

Recentemente criaram o Pronaf, em que o trabalhador tem 40% de desconto. Porém, isso não chega a ele. Temos 600 propostas, mas só saíram 15. E a alimentação para a vaca? O cidadão está lá e precisa tirar leite daquela única vaca que tem, porque ele está morrendo de fome, mas o dinheiro não sai. O produtor é alimentado de ideias, mas, na verdade, não chega até ele o que é mais necessário, que é o dinheiro para manter sua produção, que já é baixa. Com essa crise e os desastres causados pela chuva, está-se chegando a essa situação.

Gostaria que fizessem alguma coisa em relação a isso para liberar o crédito. Ter milhões é válido, mas esse dinheiro tem de chegar às mãos do trabalhador. Obrigado.

A Sra. Presidente - Enquanto o Gilberto fala, já gostaria de chamar o Sr. José dos Reis Pereira.

O Sr. Gilberto - Meu nome é Gilberto e sou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros, Crucilândia e Claro dos Poções.

Falar sobre agricultura é a coisa mais fácil que tem. Agora, temos de ver se os projetos do governo estão chegando à base, ou seja, até o agricultor, o homem do campo. Darei um exemplo aqui que, na verdade, é uma crítica. Na minha comunidade, a 25km de Montes Claros, fizemos, em maio de 2011, um projeto pelo Programa de Combate a Pobreza Rural - PCPR. Foi aberto um poço artesiano para 15 famílias. Deram 36.000 litros de água, e descemos a bomba. No entanto, a "senhora" Cemig até hoje não colocou

luz lá. Isso é uma vergonha para os agricultores. A água está encostada no terreiro, mas o cidadão está com sede. Uma crítica: o que a Cemig está fazendo? E o nosso governo? Procuramos o Idene, pois o projeto se deu através dele. Na semana passada, o Presidente da associação foi até a Cemig e tornou a pedir. Isso foi no dia 22 de novembro.

Portanto, gostaria que V. Exas. tomassem uma providência, porque assim não dá. Foi protocolado na Cemig o pedido de luz para o poço em 4/5/2011, mas as famílias estão lá até hoje na mesma situação. É muito bonito falar, mas queria que investigassem os projetos lá na ponta, no final, onde está o homem do campo. Boa tarde a todos. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Muito bem, Gilberto. Com a palavra, o Sr. José dos Reis Pereira. Enquanto ele fala, chamo o Sr. Haroldo Ferraz.

O Sr. José dos Reis Pereira - Meu nome é José dos Reis e sou da direção da Fetaemg. Na verdade, a minha pergunta era direcionada ao Secretário de Agricultura, Elmiro Nascimento, que não se encontra mais na Mesa, mas como há representante do Estado aqui, irei mantê-la.

Além de ser da direção da Fetaemg, sou da região Noroeste de Minas, assentado de reforma agrária. Lá 99% do que produzimos é leite, é a única cadeia produtiva organizada na região. Estamos passando por extrema dificuldade nessa atividade de leite e caminhando para a falência. A única alternativa que estamos vendo é desenvolver a produção do queijo de minas artesanal, um programa que o governo lançou recentemente.

Lembro-me de uma fala que o Vilson, Presidente da Fetaemg, fez aqui, há uns 2 ou 3 anos, no lançamento do Plano Safra. Ele disse o seguinte: "Olha, o governo Lula tem feito muitos gols para a agricultura familiar, mas precisa fazer muito mais para virarmos esse jogo". Acho que Minas Gerais ainda precisa fazer muito mais gols para poder nos ajudar. Minas Gerais precisa se comprometer mais com as políticas públicas do governo federal. Aí vem a minha sugestão: o governo de Minas deveria implementar um programa para criar aquelas casas coletivas para produção de queijo-minas artesanal para 30, 40 famílias, como foi feito com os tanques de leite de expansão.

Se um programa desse for lançado, conseguiremos produzir queijo de minas artesanal e agregar valor à nossa produção de leite. Enquanto produzirmos leite para entregar à cooperativa do agronegócio, não conseguiremos sobreviver. Muito obrigado a todas e a todos.

A Sra. Presidente - Haroldo. Enquanto o Haroldo fala, chamo a Clarise Fernandes.

O Sr. Haroldo - Somos do Norte de Minas, de Montes Claros. Onde estão os representantes do Norte de Minas? Sabemos que há seis Deputados, mas nenhum deles está aqui. Só o Deputado Paulo Guedes apareceu. Damos uma chance a eles... de Montes Claros. Mas onde estão os outros? Imaginamos que ali há uma sociedade rural, pesada, dos ricos, mas somos da sociedade da agricultura familiar.

Deputado Padre João, somos militantes de todo o Norte de Minas. Estou dando apoio a Brejo dos Crioulos, a São João da Ponte, a Varzelândia e a Verdelândia. O senhor esteve lá conosco. Está bem na hora de se perder aquilo lá. Sabemos que, depois de dois anos - tem o acesso ao governo federal -, morre de novo e passa tudo para os fazendeiros. A situação é difícil. Brigamos com os fazendeiros, quase nos mataram lá. Daqui a pouco... de novo. Por quê? Por falta de incentivo do Incra. Não sei o que está acontecendo com o Incra, que precisa colocar a mão nisso, a partir de segunda-feira, porque senão perderemos aquilo de novo. Aí ficará difícil.

Por último, temos uma fazenda perto de Montes Claros contra a qual há uma liminar de despejo. São 105 famílias, e a nossa situação está difícil. Saímos de um lugar, atendemos a outra comunidade... A nossa meta é dar apoio aos menos favorecidos. Devemos dar cobertura a esse povo, e vocês precisam nos dar cobertura também.

Onde estão os Deputados que faziam parte do Norte de Minas? Ninguém está aqui. Estamos vendo aqui o Vilson, que é da federação; o senhor que está presente; o Deputado Rogério Correia e os outros que participaram, mas de Montes Claros nenhum aparece. Isso é um absurdo. Queremos ver com o senhor: ponha a mão na frente, vamos andar de novo, vamos a Brejo dos Crioulos. São 17.302ha para 503 famílias. Trabalhamos por três anos para ver a possibilidade de colocar aquele povo em ação, e fizemos isso. Mas é perigoso perdermos tudo por causa disso. É só isso o que quero dizer.

A Sra. Presidente - Clarise, por favor.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Boa tarde a todos. Meu nome é Clarise Fernandes da Silva, sou Presidente da ONG Clarosofia Núcleo Mundial. Sinônimo de clarosofia: é uma matéria interdisciplinar, ético-filosófica, de assistência social humana, que estuda transparência e clareza, direcionada para desenvolvimento do raciocínio e que objetiva a desenvoltura do ser humano para promover o bem-estar social.

Gostaria de dirigir a palavra ao ilustre Elmiro Nascimento, Secretário de Agricultura. Quero solicitar ao senhor que faça uma interlocução com nosso ilustre Governador Anastasia para que ele se empenhe, com seu valoroso esforço, em fazer cumprir a responsabilidade social no tocante aos serviços e aos custos dos órgãos responsáveis pela energia e pela água. Os produtores rurais têm relatado e têm ligado para a ONG - muitos deles estão aqui presentes - reivindicando a qualidade desses serviços e os custos enxutos, pois esses serviços de energia e água têm chegado muito caros no campo e muitas vezes têm faltado em boa parte de diversos Municípios de Minas Gerais, dificultando o desenvolvimento da produção agrícola.

A inscrição para o acesso ao Luz para Todos é muito burocrática. É preciso fazer chegar energia com preço acessível, é preciso fazer chegar e ampliar a tecnologia da informática com a internet, assim como ampliar os serviços e implementar saneamento básico onde não há.

Gostaria de solicitar ao ilustre Deputado Federal João Carlos Cerqueira que promova interlocução com Argileu Martins da Silva para solicitar à Presidenta Dilma Rousseff que faça um decreto para subsidiar os pequenos produtores no tocante às dívidas oriundas dos Municípios do Estado que perderam toda a produção agrícola em razão ao clima - por exemplo, a seca -, a fim de que esses trabalhadores rurais não fiquem privados de trabalhar.

O agrotóxico tem envenenado o povo todo, no campo e na cidade. Os jovens que trabalham no campo acabam perdendo a motivação. A terceira idade não está nem mais aguentando trabalhar por causa das precariedades e da ausência das condições da qualidade.

Gostaria de solicitar também à ilustre Deputada Maria Tereza Lara fazer interlocução com o Deputado Antônio Carlos Arantes solicitando-lhe a formação de comissão para discutir, em audiência pública, a viabilidade de a própria biodiversidade combater as pragas da produção agrícola visando extinguir o uso de agrotóxico, discutir a viabilidade dos produtores da biodiversidade, já que não há investimento suficiente na saúde. Obrigada. Um abraço e boa noite.

A Sra. Presidente - Vamos fazer os encaminhamentos. Ela falou rápido porque são muitas coisas para falar e o tempo é curto. Vamos às perguntas. O primeiro a responder será o Sr. João Luiz, em função do horário do voo dele para Brasília. Há uma pergunta para os dois representantes, estadual e federal: "Gostaríamos de explicações, pois os representantes do governo dizem que incentivam as associações de produtores, mas elas enfrentam dificuldades financeiras para se manterem. Como vocês podem apoiá-las?". Com a palavra, o Sr. João Luiz Guadagnin, representante do MDA, para responder as questões e fazer suas considerações finais.

O Sr. João Luiz Guadagnin - Agradeço, mais uma vez, a oportunidade. Registro a satisfação de ver que vocês estão organizados, pelejando. Em relação ao que o Deputado Adelmo expôs, o crédito e todas as políticas públicas são uma conquista, prova disso é que estamos aqui trabalhando para que elas aconteçam. Realmente, não é fácil. A disputa com os outros segmentos da economia brasileira, agricultores patronais ou outros, sempre foi dura. O que há no governo é um compromisso de diálogo e de atendimento das demandas. O Vilson mesmo disse aqui que avançamos bastante. Reconhecemos que não fizemos tudo, não fizemos o ciclo completo, especialmente em relação à qualidade de nossas ações, tanto de crédito quanto de assistência técnica, ainda temos um percurso grande a percorrer. Só com organização, com a pressão de vocês é que as coisas avançam. É um pouco a ideia que o Vilson expôs da panela de pressão.

Sobre o que se falou de preço de adubo, trator e agricultura de subsistência, como eu disse, o crédito não é para todos. Infelizmente, para aqueles que não têm comercialização da produção, que têm uma agricultura só para a alimentação da família, de subsistência, não há esse crédito. Temos até um tipo de crédito que no Norte de Minas opera razoavelmente bem. Referimo-nos ao crédito do grupo B. Uma parte dos agricultores familiares recebe. Achamos que estamos avançando, mas temos ainda um espaço longo a percorrer. Infelizmente, não são todos que o acessam. Uma parte dos problemas que expôs o Iran talvez pudéssemos resolver com o acesso do grupo B.

Em relação à reforma agrária, o debate será muito forte amanhã. Deixarei para esse momento, até porque o Presidente do Incra está marcado para comparecer. O Guedes é uma autoridade no assunto e vai tratar muito melhor do que eu sobre isso.

A demora na liberação dos financiamentos é um problema muito sério. Vocês ficaram com meu endereço eletrônico. Esses casos de demora do Banco do Nordeste, do crédito especial para o combate à seca, numa linha de R$12.000,00, com 40% de bônus, com 10 anos para pagar a juros de 1%, é uma situação preocupante. O governo federal tem acompanhado semanalmente essa questão. A própria Presidenta Dilma acompanha esses números e está sabendo das dificuldades. O Banco do Nordeste, na semana passada, assumiu o compromisso de inverter essa roda, de contemplar mais e melhor, especialmente o Estado de Minas Gerais, que é, de todos os Estados, onde estamos devendo mais. Reconhecemos os problemas. O Banco do Nordeste está agindo e vocês usem o contato que têm com os Deputados, enfim, com todos que estão aqui, e manifestem à própria diretoria do Banco a inquietação. Estamos agindo.

Quanto ao acesso à água, etc., há uma linha de crédito que é pouco utilizada em Minas Gerais: o Pronaf Semiárido. Ela dá até R$18.000,00, com largo prazo para pagamento, podendo chegar a 14 anos, com juros muito baixos, e permite estruturar obras hídricas de produção nas propriedades, mas é preciso ter projeto técnico, orientação. Esse é um problema sério que temos, pois a nossa assistência técnica está muito aquém considerando-se a quantidade que os agricultores merecem. A qualidade, o esforço e a dedicação dos extensionistas é grande, mas eles são muito poucos para fazer tudo o que deve ser feito. Parte da dificuldade de acesso aos créditos nessas questões relativas a água, a estruturação produtiva deve-se à falta desse elemento importante, de que já falei, que é a assistência técnica.

Quanto às associações, temos alguma dificuldade na área de crédito: não temos como oferecer recursos para organização associativa. Crédito rural no Brasil, historicamente - e continua sendo assim -, é para atividades produtivas geradoras de renda. O crédito rural não ajuda organizações, infelizmente. É claro que o agricultor que toma crédito e consegue pagar - vocês são exemplo disso, pois 99% ou mais dos agricultores de Minas pagam os financiamentos -, se fortalece e fica melhor dentro de sua propriedade, tem mais chances de se organizar e de apoiar uma associação, de integrá-la e apoiar o seu crescimento. Mas, diretamente do crédito rural, não temos como financiar associações; o crédito rural é para atividade produtiva geradora de renda.

Por último, há outra pergunta, que é do Abel Ferreira Guimarães, de Pintópolis, sobre o programa de documentação. O Alcides vai receber a pergunta e seguramente vai tratar de resolver a questão. Há 140 famílias que precisam concluir o processo de documentação. Nos mutirões de documentação que a delegacia faz periodicamente, Pintópolis vai ser prioridade, como o Alcides está dizendo ali. Vamos tentar resolver essa questão, que é da alçada da delegacia.

Anotem: nada avança, particularmente na agricultura familiar de baixa renda, se não estivermos organizados. Portanto, vocês são um exemplo. Parabéns para os agricultores familiares, para a Via Campesina, o MST, a Fetraf, a Contag, a Fetaemg, cuja representação aqui é expressiva. Continuem assim. Parabéns à Assembleia Legislativa pela coragem de debater o tema, de vir aqui e aceitar o embate e até mesmo a cobrança a alguns Deputados – acho que isso é muito positivo. Esta é uma Casa feita para isso. Parabéns por esse trabalho. Aos agentes financeiros quero dizer que, mesmo que façam muito, seguramente ainda têm muito a fazer. Os companheiros do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, do Bancoob trabalham bem, mas aqui e acolá ainda há problemas – no Banco do Nordeste, há os casos concretos da ampliação do crédito do Grupo B e da ampliação do crédito especial de combate à seca. Aos serviços de assistência técnica, aos extensionistas parabéns pelo trabalho. Mas precisamos da ajuda do governo do Estado, que precisa nomear mais técnicos. Aliás, o Secretário nos deu aqui a boa notícia da possibilidade de abertura de um concurso. Sou extensionista rural da Emater do Rio Grande do Sul e sei dos problemas que são a falta de estrutura e a falta de pessoal. O colega Argileu disse bem que estamos debatendo fortemente uma mudança do sistema de financiamento do serviço de extensão rural no Brasil. A Presidenta Dilma Rousseff tomou isso como um obsessão pessoal e, seguramente, de agora até o final do ano, devemos receber uma notícia muito boa. O Parlamento brasileiro será envolvido - e aproveito para lembrar ao Deputado Padre João que é

preciso que nos ajudem lá -, e vamos mudar esse quadro. Vamos dar a volta por cima. Hoje, de todas as políticas públicas, aquelas em que estamos mais a dever são a assistência técnica e, logo em seguida, a reforma agrária.

Muito obrigado e contem comigo. Parabéns pelo trabalho que vocês desenvolvem. Peço desculpas, mas preciso sair de fato, para não perder o voo. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Obrigada, Sr. João Luiz. Gostaria que o senhor, depois dos trabalhos desta tarde, me permitisse solicitar que leve essas reivindicações à Presidenta Dilma, primeira mulher Presidenta - sempre reiteramos isso: primeira mulher Presidenta -, que tem perseguido o objetivo do combate à miséria com muita firmeza, com muita clareza. Ela já tem isso como objetivo, mas que a lembremos mais uma vez que, para realmente extirpar a miséria, é preciso cuidar com mais carinho ainda do homem do campo. Como já dito, muita coisa tem sido feita, mas precisamos de mais ainda. Para acabar com a miséria, repito, é preciso cuidar mais e mais do homem do campo. Enviemos esse recado de Minas a ela. Receba o nosso abraço e muito obrigada pela presença, pela colaboração, que é muito importante para nós.

Com a palavra, o Sr. Edmar Guariento Gadelha, para responder as questões e fazer suas considerações finais. Conheço o Sr. Edmar desde quando discutíamos questões da Ceasa. Ele é Subsecretário de Agricultura Familiar do Estado e representa o Sr. Elmiro Nascimento, Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O Subsecretário Edmar Guariento Gadelha - Em face do adiantado da hora, vou ser sintético para responder, até mesmo porque vamos continuar aqui durante o ciclo de debates, até sexta-feira, e teremos outras oportunidades de discutir outros assuntos relacionados a este ciclo de debates.

Gostaria de apresentar um informe. Hoje, tão logo recebemos a denúncia de que os trabalhadores da região Norte de Minas, de Fruta de Leite, haviam sido presos, entramos em contato com o Ten. Aurélio e com o Dr. Carlos Meneguetti, Delegado de Polícia Civil. Por aqui, por celular, acompanhamos a situação e já fomos informados de que os trabalhadores foram liberados. Solicitamos o boletim de ocorrência de forma tal que possamos acompanhar os procedimentos decorrentes da situação que ocorreu em Fruta de Leite.

Quero dizer também que nós, da Subsecretaria de Agricultura Familiar, participamos ativamente do processo de construção deste ciclo de debates, com nossa equipe, que é pequena, porém que é composta por pessoas comprometidas com a luta pela reforma agrária, a luta de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, a luta dos povos, das comunidades tradicionais de Minas Gerais, contribuindo com as temáticas a serem debatidas. Para nós, este ciclo de debates tem importância fundamental porque ele entra no nosso processo de elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Essa determinação de elaborar um plano é do decreto que reformulou e alterou o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - Cedraf. A partir daí, com a participação direta e, diga-se de passagem, com a contribuição da Fetaemg, da representação da Fetaemg no Conselho, conseguimos incluir um artigo que estabelece o prazo de um ano para se elaborar esse Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, ou seja, o decreto foi publicado em maio deste ano e nós temos até maio do ano seguinte para elaborar esse plano. Este ciclo de debates contribuirá no processo de elaboração desse plano, temos certeza disso e é o que esperamos, assim como também a nossa Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, que deverá ser realizada no início do próximo ano. Esperamos, com isso, fechar o ciclo e termos bons elementos para construção desse plano.

Paralelamente a isso, estamos acompanhando um projeto do Deputado Rogério Correia, sobre o qual ele se manifestou. É um projeto de lei que trata da construção de uma política estadual de desenvolvimento rural sustentável. Acreditamos que esse processo, este ciclo de debates, a conferência, a elaboração do plano, já com a reformulação do Cedraf, têm contribuído na construção dessa política estadual de desenvolvimento rural sustentável. É importante apresentar esse processo.

Há uma pergunta do Sr. Sebastião Pereira Souza, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Botumirim, do Norte de Minas, que trata da questão do técnico da Emater.

A questão é que são poucos técnicos para atender à demanda dos agricultores familiares de lá. Ele diz que é um técnico para atender a essa demanda. Na verdade acho que já está bastante discutida essa questão da assistência técnica para a extensão rural. Isso foi fruto de um debate importante que ocorreu na I Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizada em fevereiro, e na conferência nacional, em Brasília, em março, sobre a questão da assistência técnica. Defendemos aquilo que está na lei, na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater -, e também no Pronater, como já foi dito aqui pelo Diretor Argileu, do MDA. Assistência técnica universalizada, pública, gratuita, prioritariamente para os agricultores familiares, assistência técnica de qualidade. Então é cumprir o que está na lei. Trata-se de lei federal, Deputado Padre João, então temos de cumprir essa determinação. Evidentemente, cumprir e universalizar esse processo só é possível com o aporte e a criação de um sistema, que foi extinto - a nossa Sibrater, que existia. O Presidente Collor extinguiu o Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural - Sibrater. Temos de retomar esse processo, criar o fundo, como ele observou, onde o governo federal, o Estado e os Municípios aportem recursos, de forma que se possa ampliar a assistência.

Então gostaria de passar o informe de que, como já disse o Secretário Elmiro Nascimento, a Seplag já autorizou a abertura de um concurso público para a contratação de 400 novos técnicos, a partir do ano que vem. E o debate é inclusive sobre qual é a prioridade, qual é a qualificação desses técnicos. E há uma necessidade muito grande de contratar a técnica de Bem-Estar Social - BES. Há alguns anos tínhamos muitos técnicos atuando nessa área, que é fundamental, e hoje reduzimos bastante esse trabalho.

Outras questões foram mencionadas, e o João Guadagnin já tratou de algumas delas. Quanto à questão do Gilberto, do STR de Montes Claros, sobre a energia da Cemig para o posto do Idene, nós, da Subsecretaria, nos dispomos a fazer mediação. Basta termos acesso ao processo. Podemos marcar reunião com o responsável por isso tanto no Idene como na Cemig, para agilizar e facilitar esse processo lá.

O Sr. Vilson Luiz da Silva - Só um questionamento, e até gostaria da ajuda de V. Exa., Deputada Maria Tereza Lara. Participamos, desde o primeiro momento, do Programa Luz para Todos, contribuindo e reivindicando que realmente as propriedades tivessem luz,

não é, Deputado Padre João? E agora há o programa de universalização, e o Estado, Edmar, não assinou. Conversamos com a Cemig, Gilberto, e ela fala que o Estado não assinou. Então, só gostaria de comentar isso, Deputada, se me permite, para que seja agilizado.

O Subsecretário Edmar Guariento Gadelha - Certo. Da parte da Subsecretaria, podemos tomar essa iniciativa, propor uma reunião e tentar agilizar esse processo.

A Sra. Presidente - Só um momento, por favor, porque há uma dinâmica na Casa.

O Subsecretário Edmar Guariento Gadelha - Tratarei de outros pontos que foram mencionados. Há a questão do José Reis, da Fetaemg, do Noroeste, sobre o leite e o queijo-minas artesanal. Não sei se ainda está aqui o Júlio Bedê, Consultor da Assembleia, que está assessorando a comissão na elaboração desse documento. Na verdade não é elaboração, porque existe a lei do queijo-minas artesanal, e ela precisa ser aprimorada, aperfeiçoada. Ela foi feita num primeiro momento, sentiram-na restrita, e agora está sendo aperfeiçoada. Mas já existe a lei do queijo-minas artesanal, e há algumas questões em que ela se confronta com a lei federal. Queijo-minas artesanal para nós é o queijo feito de leite cru, não é queijo frescal, feito com leite pasteurizado. A lei federal diz que um queijo feito com leite cru tem que ser maturado no mínimo por 60 dias. Um queijo maturado por 60 dias servirá para ser ralado.

Em Minas Gerais, todas as pesquisas já realizadas, seja pela Universidade Federal de Viçosa, seja pela Epamig, mostram que, dependendo da região - aí temos que avaliar cada caso, pois depende do tipo de pastagem, de altitude ou clima -, pode-se maturar um queijo, que estará pronto para consumo, entre 14 a 21 dias. Esse é o queijo-minas artesanal aprovado aqui por lei nossa. Esse queijo pode ser comercializado dentro de Minas Gerais. Só que não podemos comercializá-lo em outros Estados. No caso do Noroeste de Minas, por exemplo, o grande mercado é o Distrito Federal. Não podemos passá-lo para o Distrito Federal a não ser que se mude a lei federal. Essa nossa luta é importante. São mais de 30 mil produtores de queijo-minas artesanal em Minas Gerais. Grande parte deles estão clandestinos porque não conseguem ter o sítio para registrar e comercializar esse queijo em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e outros Estados. Então essa é uma grande luta nossa. Em Minas Gerais, conseguimos aprovar uma lei para o consumo entre 14 a 21 dias. Evidentemente, o centro de maturação é importante, aliás, há um projeto desse apoiado pelo MDA na cidade de Medeiros. Não precisa fazer a maturação na propriedade, pois se pode ter o centro de maturação comunitário, coletivo. Então é um projeto em que estamos apostando e investindo. Pensamos que a saída do produtor de leite é essa. Já há o centro de expansão, e agora é necessário o laticínio para a produção do queijo-minas artesanal nas condições da legislação que temos no Estado.

Incentivo às associações de produtores. Como apoiar? Estamos realizando um trabalho ainda tímido. Precisamos avançar mais no intuito de atuar em relação à questão tributária. No ano passado, com uma ação do movimento, conseguimos, junto à Secretaria de Estado de Fazenda, a isenção de ICMS para os agricultores familiares que comercializam os seus produtos com o PAA e o PNAE. Agora estamos fazendo uma nova investida no intuito de isentar os produtores daquelas taxas para retirar a nota fiscal – aliás, ainda cobraram aquela taxa para emissão da nota fiscal. Então queremos realizar esse trabalho pela isenção dessas taxas. Do ICMS os produtores já foram isentos. Em relação às associações e cooperativas, conseguimos alguns avanços na questão tributária para as associações e as pequenas cooperativas de agricultores familiares.

Quanto aos agrotóxicos, essa é uma grande luta histórica. Acreditamos que uma agricultura só será sustentável se for em base de agroecológico. Em nossa concepção, se não for, não é sustentável, nenhuma monocultura é sustentável. Então a policultura, a diversificação, o agroextrativismo e os sistemas com base agroecológica são sustentáveis. Nessa perspectiva, é uma agricultura sem veneno. Somos o maior consumidor de veneno do mundo. Recentemente temos acompanhado denúncias. Aliás, estive acompanhando duas, e uma delas foi em Turmalina sobre a utilização de agrotóxicos para combater o percevejo bronzeado. Deputado Padre João, esse percevejo que apareceu na região veio da Austrália e está atacando a monocultura de eucalipto, principalmente o eucalipto clonal. O outro ele não ataca. Na verdade, prefere atacar o clonal. Estão utilizando o avião para pulverizar com Orthene, cujo princípio ativo é o acefato, contaminando trabalhadores, córregos e água. Não tem mais como produzir mel na região, pois as abelhas estão desaparecendo, morrendo. Então é uma ação forte. Está proibido e é irregular. A denúncia tem de chegar ao IMA, que tem de atuar, fiscalizar e multar. Evidentemente que há limitações, porque a legislação também é segmentada. O IMA tem determinadas atribuições no processo de fiscalização, e outras como, por exemplo, a pulverização com avião, e quem faz a fiscalização é o Mapa.

Logo, é preciso denúncia permanente, até do movimento organizado. Agora surgiu a mesma praga em Rio Pardo. Recebemos essa denúncia nesta semana. O IMA já está se deslocando para lá para fazer a fiscalização.

A Rita tratou da reforma agrária e do acesso à água. João, esse tema retornará ao debate aqui, o acesso à terra. Há a questão do companheiro, que é a Noiva do Cordeiro, uma organização exemplar, conhecida internacionalmente - aliás, não sei se os senhores a conhecem, porque vale a pena conhecê-la - em Belo Vale, sobre a compra de adubos e tratores. Isso é para a produção e o autoconsumo.

Não temos, em nosso orçamento, recursos para apoiar projetos de compra e doação de tratores e insumos, a não ser os relacionados com fomento. Há o programa Minas sem Fome, operacionalizado pela Emater, e o nosso Cultivar, Nutrir e Educar, com recursos para fomentos, como sementes, mudas e alguns insumos. Mas, para máquinas, no caso, tratores, não temos. Conseguimos isso quando surge alguma emenda parlamentar, ou seja, quando um parlamentar faz uma emenda ao Orçamento definindo a aquisição de um caminhão ou de um trator para determinada Prefeitura ou para uma comunidade, se é locada na Subsecretaria. Aí, fazemos o convênio e é repassado o recurso. Mas orçamento do Tesouro para um programa de doação de tratores e patrulha mecanizada, infelizmente ainda não temos.

A Sra. Presidente - Obrigada, Edmar Gadelha. Acreditamos que, para um avanço maior em qualquer área, principalmente para a agricultura familiar e para o homem do campo, é importante a participação efetiva das três esferas do poder. Estiveram presentes aqui representantes do governo federal e do Estado, dos Municípios e da sociedade civil. Então, a organização, a reivindicação e a presença de vocês é muito importante. O avanço dos nossos direitos entra nesse caminho. A sociedade se organiza e cobra, e as esferas do poder se envolvem a partir da reivindicação da sociedade. Então, isso é fundamental. Agora, ouviremos o Vilson, Presidente da Fetaemg, para suas considerações finais.

O Sr. Vilson Luiz da Silva - Deputada, não ia mais me manifestar, mas algumas intervenções mostram que, se não estivermos eminentemente organizados, não individualmente, mas pensando na associação, e fortalecidos por meio dos nossos sindicatos, não chegaremos a lugar nenhum.

Onde está o companheiro de Belo Vale? Companheiro, comecei a fazer o que você colocou lá em Cláudio, comprando conjunto de fertilizantes e ajudando as pessoas. Sofremos, pois não é fácil. Sozinho é muito difícil, mas, quando se junta a comunidade, ficamos mais fortalecidos. Por isso, precisamos trabalhar, principalmente de agora para frente, pensando nunca no individual, mas sempre no coletivo. Aí, sim, seremos fortes. Precisamos aprender a trabalhar também o associativismo.

Edmar, Deputada Maria Tereza Lara e Deputado Federal Padre João, hoje percebo que no passado os governos tinham em seus Orçamentos, no do Estado ou no da União, alguns recursos para promover alguns projetos iniciais, de principiantes, dando sementes, verba para reformar uma associação ou um sindicato. Vocês e o Deputado Federal Padre João sabem disso. Aquilo era tão importante, mas foi acabando, acabando. Sabe por que isso está acabando? Porque estamos ficando enfraquecidos. A questão não é apenas do adubo. Quanta importância têm as sementes de pequenas hortaliças? Poderíamos ter isso, mas não temos. Aliás, poderíamos ter o início de um assentamento de reforma agrária, porque a terra, por si só, sem investimento, não é nada. Precisamos de elementos para mudar isso. E sabemos que é muito cômodo. Em Divinópolis, na sexta-feira, disse que é muito cômodo a pessoa que tem uma casa para morar, um emprego, um carro para andar, enfim, tem uma vida estabilizada, Deputado Federal Padre João, dizer: "Vocês, trabalhadores, são preguiçosos, são vagabundos". Espere aí: ele parou para perguntar qual é a condição que tenho? Como vivo? Se tenho uma terra? Se tenho uma casa? Se tenho energia elétrica? Se tenho água? Aquilo que a Maria Rita e outras pessoas destacaram, que água é vida. Temos de fazer essas perguntinhas para nós também, até para nós, dirigentes, porque é aquela história: pimenta nos olhos dos outros é colírio, é refresco. E não é isso que temos de pensar. Temos de pensar em uma sociedade democrática, em um País...

Hoje vi uma mensagem que me tocou, a respeito da democracia que temos no Brasil e do direito de votar. Isso tem uma magnitude, mas as pessoas não dão importância a isso, Padre João. Podíamos ter no Congresso Nacional muitos Deputados Federais do nosso lado para trabalhar pelo nosso projeto, mas jogamos de uma forma mesquinha. No dia em que mudarmos o nosso raciocínio já não haverá trabalhador rural votando em empresário. Aí, verdadeiramente, chegaremos à nossa terra prometida, vamos ter reforma agrária e agricultura familiar. Tenho a certeza de que o Edmar e o Padre João concordarão comigo. Precisamos superar essa questão de um Plano Safra apenas de 10 meses. Por que não podemos ter uma política plurianual, de dois ou três anos? Tive oportunidade de visitar alguns lugares em que isso acontece.

Deputada e Padre João, que esteve aqui por dois mandatos e agora está no Congresso Nacional, penso que por meio do debate trazido a esta Casa, como a Casa do povo, temos de pensar isso com a nossa liderança, porque isso aqui também é uma escola de formação para o bem. E queremos realmente um Brasil bem melhor. Essas são as minhas considerações, até porque continuaremos aqui até sexta-feira, se Deus quiser. Edmar, precisamos desse debate e de produzir um documento para que tanto o governo do Estado quanto o governo federal tenham condições de implementar isso para termos uma agricultura familiar e a reforma agrária, que é o nosso sonho e a nossa meta.

A Sra. Presidente - Obrigada, Vilson, da Fetaemg, e como já foi mencionado, há pessoas de outras entidades, associações e sindicatos de trabalhadores rurais. É muito importante. Obrigado por sua presença e contribuição.

Contamos aqui com a participação do Deputado Rogério Correia, autor do requerimento; das esferas de poder, com contribuição do governo do Estado e do governo federal; e do Padre João, que desde quando estava na Assembleia sempre priorizou a questão da agricultura familiar e dos trabalhadores rurais, daqueles que perderam a terra por causa da queda das barragens, preocupado com o homem do campo. Então, com a palavra, o Deputado Padre João para responder a algumas questões e fazer suas considerações finais.

O Deputado Federal Padre João - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara, sempre sensível à situação da maioria dos nossos Municípios e do interior, que depende da agricultura. Vou responder pontualmente, mas abordando alguma coisa que vários disseram. No fundo, na palavra tanto do Dirceu quanto do Gilberto, destaca-se um descompasso entre os órgãos, às vezes em um mesmo governo, em que um permite uma coisa e o outro a proíbe, um incentiva e o outro coloca restrição. Falta uma política mais ajustada, tanto entre os órgãos quanto entre União, Estados e Municípios. Isso tem sido um entrave na própria Suasa. Na questão ambiental e na agroindústria falta um sistema mais azeitado, bem integrado. Às vezes no próprio governo.

O Haroldo destaca a questão do Brejo dos Crioulos. Os decretos de desapropriação foram uma grande conquista. Celebramos nossa conquista, o interesse social, uma área grande que envolve os Municípios de Varzelândia, Verdelândia e Nova Ponte. Mas depende do Incra avaliar, etc. Reconhecemos a importância do Incra, temos participado de negociações constantemente para tentar encerrar a greve. Não é esse o objetivo, mas sim garantir o melhor salário para os servidores do Incra e do MDA. Queremos justiça, porque um engenheiro-agrônomo do Ministério da Agricultura inicia a carreira recebendo R$8.000,00. Esse mesmo agrônomo, no Incra, inicia sua carreira com menos de R$3.000,00 e a encerra com R$9.000,00. O sistema privilegiou muito o Mapa, o Ministério da Agricultura, e não fortaleceu o Incra. As pessoas estão desmotivadas a trabalhar, a iniciar uma carreira de nível médio com R$1.100,00. Estamos lutando por melhorias, mas, infelizmente, as coisas estão amarradas: de um lado, há as conquistas; do outro, o grande desafio de prestar atendimento.

O mesmo ocorre com a assistência técnica, como já foi dito aqui várias vezes. A assistência técnica está muito teórica. Os nossos técnicos não têm condições de ir ao campo. Em um Município com 500 propriedades, quem sabe o técnico consegue visitar 30 delas? Às vezes acaba ficando preso no escritório e visita umas oito propriedades. Os bons técnicos, às vezes, alguns elegem duas famílias, três sítios, e só vão a essas propriedades. Infelizmente, essa é a realidade e, ainda bem, que eles são exceção. Admiro muito os companheiros.

Fiz outras anotações para nos aprofundarmos no estudo. Há essa questão do queijo. Como podemos retomar esse debate? Em Minas Gerais, há várias realidades e diversidades. Isso precisa avançar. Concordo que temos de trabalhar muito com divulgação, para a

política, o programa chegar à ponta. Infelizmente, não chegam nem os serviços essenciais e, às vezes, quando chegam, não há estradas. Falta essa integração dos entes, dos órgãos, etc.

Parabéns! Bom ciclo de debates para todos, hoje e amanhã. Espero que possam produzir algo que vá nos tencionar, que vai nos ajudar a aprimorar a nossa atuação junto ao Parlamento mineiro e ao Congresso. Obrigado. Parabéns, Deputada Maria Tereza Lara!

A Sra. Presidente - Obrigada, Deputado Padre João. Seja sempre bem-vindo. Retorne a esta Casa, que é sua. Retornem também os representantes dos Executivos Estadual e Federal.

Amanhã os trabalhos recomeçam às 9 horas, com o painel "Acesso à terra e regularização fundiária". A Presidência manifesta, mais uma vez, os agradecimentos a todos os participantes e aos ilustres expositores pela honrosa presença e colaboração. Queremos contar com todos vocês amanhã.

A Rita pediu-me que fizéssemos uma audiência pública. Estamos à disposição, tanto eu quanto o Deputado Rogério Correia, para fazermos a audiência pública de discussão da água e dos direitos do homem do campo e da agricultura familiar.

ATA DA 27ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/8/2012

Presidência dos Deputados Antônio Carlos Arantes e Rogério Correia

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Sr. Dino Sandro Borges de Castilho - Palavras do Secretário Wander Borges - Palavras do Sr. Carlos Alberto Menezes de Calazans - Palavras do Sr. Amilton José Rodrigues Reis - Palavras do Sr. Jésus Mário Lima - Palavras do Sr. Paulo Afonso Romano - Palavras da Sra. Cleide Izabel Pedrosa de Melo - Palavras do Sr. Samir Carvalho Moysés - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Délio Malheiros - Fabiano Tolentino - Glaycon Franco - Ivair Nogueira - João Vítor Xavier - Liza Prado - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Carlos Arantes) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Liza Prado, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates "Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável", com os seguintes painéis: "Acesso à terra e regularização fundiária" e "Infraestrutura rural e acesso à água".

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Wander Borges, Secretário de Estado Extraordinário de Regularização Fundiária; Paulo Afonso Romano, Secretário Adjunto de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Samir Carvalho Moysés, Diretor de Captação e Qualificação do Idene e Gerente do Programa "Água para Todos", representando o Secretário de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, Deputado Gil Pereira; Dino Sandro Borges de Castilho, Diretor do Departamento de Crédito Fundiário da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA -, representando o Secretário, Adhemar Lopes de Almeida; Jésus Mário Lima, representando a Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social, Maya Takagi; e Carlos Alberto Menezes de Calazans, Superintendente Regional do Incra-MG, representando o Presidente do Incra, Carlos Mário Guedes de Guedes; a Exma. Sra. Cleide Izabel Pedrosa de Melo, Diretora-Geral do Igam; o Exmo. Sr. Amilton José Rodrigues Reis, engenheiro-agrônomo e assessor da presidência da Ruralminas, representando o Presidente, Luiz Afonso Vaz de Oliveira; a Exma. Sra. Deputada Liza Prado, membro da Comissão de Política Agropecuária desta Casa; e o Exmo. Sr. Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem a este evento.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de questões ou sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário do Participe Agora, disponível pela internet no portal da Assembleia Legislativa.

Para melhor organizarmos o debate, ainda durante as falas dos expositores os participantes poderão encaminhar suas questões ou sugestões por escrito no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Os que desejarem fazer intervenção oral devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito.

Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia www.almg.gov.br, abrir a página do ciclo de Debates, preencher o formulário de participação e enviar sua contribuição.

Com a palavra, o Sr. Dino Sandro Borges de Castilho, para sua exposição sobre o tema "Acesso à terra e regularização fundiária".

Palavras do Sr. Dino Sandro Borges de Castilho

Bom dia a todos. Deputados, prazer. É uma satisfação estar na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais discutindo um tema tão importante como a agricultura familiar e o desenvolvimento rural. Particularmente, temos uma história construída de políticas nesse campo. Quero parabenizar a Casa por esta iniciativa e cumprimentar os agricultores familiares, a Fetaemg e a Fetraf.

No crédito fundiário, de forma mais específica, um dos nossos grandes parceiros é o movimento sindical dos trabalhadores rurais, tanto do sistema Contag quanto do sistema Fetraf. Somos grandes parceiros na política de acesso à terra.

Como o tempo é relativamente curto, se vocês concordarem vamos escolher um tópico para que possamos debater depois. Hoje, não adianta falar em acesso à terra sem falar em assistência técnica, pesquisa, tecnologia e mercado.

Aprendemos na história do desenvolvimento rural brasileiro que o fato de darmos somente terras aos agricultores para que possam trabalhar não vai resolver o problema. Isso vai ajudá-los, mas não resolverá a situação. É necessário que haja propostas com esse intuito. Para isso devemos contar com o apoio do Estado, com o papel do Estado nas políticas públicas, na disponibilidade de crédito, da assistência técnica e da pesquisa. É preciso desenvolver ações fortes em prol dessas organizações sociais, produtivas e de economia solidária, como o cooperativismo, o associativismo, além da relação com a produção, tecnologia, assistência técnica e mercados. É necessário um pacote fechado nesse sentido.

No Brasil existem aproximadamente 5 milhões de estabelecimentos rurais. Na agricultura familiar são cerca de 4.300.000 estabelecimentos de agricultores familiares. Metade desses agricultores familiares brasileiros está fora do sistema de políticas públicas, fora do crédito, fora da assistência técnica. Eles têm uma área muito pequena, muito reduzida. A maior parte da pobreza na agricultura familiar está centrada no minifúndio, numa área extremamente reduzida de terra. São mais de 2 milhões de estabelecimentos nessa condição. A produção, o PIB, a riqueza gerada no meio rural brasileiro estão concentrados em um número reduzido de famílias. Então, a maioria se encontra defasada, do ponto de vista produtivo, tecnológico e de acesso aos mercados. Se pensarmos numa proposta de reforma agrária para o Brasil, devemos pensar numa reforma agrária com acesso não somente à terra, mas também à tecnologia, à assistência técnica e a mercados. Somente assim vamos tirar da situação de pobreza milhões de famílias rurais no Brasil. Apesar de todo um esforço feito - o MDA tem uma história de 11 ou 12 anos, evoluímos, crescemos muito -, milhões de famílias estão fora das políticas públicas, estão marginalizadas do processo de desenvolvimento. O País, ou seja, os governos federal, estaduais e municipais devem ter políticas voltadas a essas famílias, políticas de desenvolvimento, de geração de riquezas e qualidade de vida.

Como na Região Nordeste brasileira está concentrado um grande contingente de pobreza no meio rural, não adianta falarmos em assistência técnica, tecnologia de mercado, se não falarmos em reforma agrária. O problema não será resolvido se entrarmos com a terra, assistência técnica e tecnologia de mercado, porque a questão fundiária é um limitante ao desenvolvimento dessas famílias. É preciso associar políticas fundiárias com políticas de desenvolvimento tecnológico e produtivo da agricultura. Esse é o recado que gostaria de deixar para vocês refletirem.

O crédito fundiário é um mecanismo de acesso à terra. No início foi muito combatido até por setores da esquerda. Estes diziam, no final dos anos 90, que o crédito fundiário era uma política para se contrapor à reforma agrária.

Queria dizer que a história que construímos junto a organizações sociais como Contag e Fetraf demonstrou que o crédito fundiário não se contrapõe à reforma agrária. Ao contrário, é um mecanismo complementar à reforma agrária, pois até atua em áreas em que ela não pode atuar. O crédito fundiário se tornou um instrumento poderoso para os pobres disputarem o mercado de terra. Sem o crédito, a propriedade que surge no mercado de terra se concentra nas mãos dos grandes. Com o crédito, permitiu-se que setores populares, que os pobres disputassem esses recursos, esses imóveis, impedindo que fossem concentrados. O crédito fundiário é um poderoso instrumento para isso. Estamos num momento muito rico em Brasília. Criamos um grupo de trabalho, e o crédito fundiário passará por uma série de reestruturações que melhorarão muito o programa.

O pessoal do governo do Estado foi visitar-nos em Brasília. Reunimo-nos com o Iter, com a Secretaria de Reforma Agrária e com o Gadelha, Secretário Executivo do governo estadual. Tivemos uma conversa, e o governo do Estado se comprometeu a dar uma nova dinâmica ao crédito fundiário em Minas Gerais. Trabalhamos numa parceria de recursos que iremos transferir ao Estado, apoiando essa iniciativa de atuar no crédito fundiário. Minas Gerais, pela riqueza, importância social e política da agricultura familiar, é um Estado de imenso potencial no crédito fundiário. Junto com o governo do Estado, pretendemos construir uma nova base para o programa a fim de que tenha mais dinâmica e força, atingindo um número muito maior de famílias em suas ações. Deixo esses elementos para o debate. Agradeço a atenção e paciência.

Palavras do Secretário Wander Borges

Bom dia. Cumprimento os companheiros da Mesa na pessoa do Deputado Antônio Carlos Arantes e na do Deputado Rogério Correia. É uma alegria voltar aqui nesta manhã para conversarmos sobre a regularização da terra no Estado de Minas Gerais. A partir de 2006, Minas iniciou um investimento maciço na regularização das terras, sobretudo as urbanas. Depois, organizou-se, numa logística junto com o Ministério, por meio do Incra, em relação às áreas rurais. A consequência disso é que Minas Gerais teve possibilidade de regularizar cerca de 50 mil títulos urbanos e rurais, desde aquela época até 2001. Isso permitiu que diversos proprietários tivessem, efetivamente, a escrituração de seus documentos para terem acesso a crédito, regularização, financiamento, enfim, a todo tipo de política pública que dependesse da titularização de terra.

A partir deste ano, há uma nova dinâmica à frente da Secretaria e do Iter. Tivemos de redesenhar os nossos modelos em função de alguns encaminhamentos detectados ao longo dos anos e da própria dinâmica da titularização. Chegamos à conclusão de que algumas áreas eram preservação permanente ou de servidão do DNIT, do DER e da antiga Rede Ferroviária, e diversos questionamentos começaram a surgir, até de ordem judicial, que impediram maior velocidade da titularização de terras. Como consequência, fizemos a revisão dos encaminhamentos. Neste ano especificamente, acertamos termos de cooperação técnica com diversas Prefeituras. Até então, o modelo da terceirização mostrou deficiências. Durante as discussões que fizemos nas diversas Secretarias sobre titularização de terras, por determinação do Governador Antonio Anastasia, contamos, em alguns momentos, com a participação do Ministério Público e chegamos à conclusão de que teríamos de redesenhar os modelos, trazer, sobretudo, a participação do poder público municipal.

Fizemos algumas discussões também com o pessoal da Fetaemg. O Vilson participou de algumas reuniões, com algumas orientações. Aqui, obviamente, como se trata de questão rural que envolve grande parcela do Incra, esse modelo está em andamento. Agora o Estado está revisando cerca de 12 mil títulos junto ao Incra, com grande participação das Prefeituras. Por que a ideia das Prefeituras? Porque elas também representam a participação da sociedade. Há muita discussão em torno de assinatura, de documentação. Por exemplo, falta assinatura na declaração de confrontantes. Na área urbana é sempre mais sereno resolver isso, mas os problemas se restringem à área rural e temos de avançar.

Infelizmente, os valores médios pagos para o geoprocessamento e para a avaliação técnica mostraram-se ineficientes e geraram serviços nem sempre condizentes com a boa prática da estrutura de retidão. Consequentemente, isso também teve de ser refeito. Recentemente o Estado passou a se organizar na elaboração de um plano piloto, principalmente em Turmalina, no que diz respeito a questão rural. Acreditamos que esse plano, com funcionários exclusivos do Estado, pode ser o resultado do que vamos encaminhar, nos próximos anos, em relação à titularização de terras rurais.

Há de se ressaltar ainda que alguns convênios realizados com o Incra - o Calazans está aqui conosco - também se mostraram ineficientes durante a execução, o que estamos procurando corrigir. Deputado Rogério, o grande inconveniente que passamos a encontrar foi a questão judicial. Por isso, tivemos de redesenhar todo o modelo, para termos mais tranquilidade.

O Estado continua firme no encaminhamento da titularização, da regularização das terras.

Este ano foi atípico no que se refere ao processo eletivo. Não tivemos condições de caminhar a partir do dia 30 de junho, mas estamos aguardando o término do período eleitoral para retomarmos as atividades. A partir do próximo ano, acreditamos que iniciaremos a entrega de novos títulos, sobretudo os da questão urbana. Estamos em constante contato com o pessoal do Ministério, porque a ideia do Ministério e do Incra era utilizar a logística do Estado para percorrer as diversas áreas de Minas Gerais, tendo em vista sua extensão territorial, mas isso também mostrou algumas dificuldades, que estamos tentando rever. Tudo passa até pelo tipo de empresa que contratamos para fazer o serviço "in loco". Mas estamos avançando numa boa discussão com o pessoal da Fetaemg, sob a Presidência do Vilson, porque ele acredita nisso. Ele está junto com os sindicatos rurais, que são os maiores conhecedores dessas situações e podem ajudar o Estado no encaminhamento das reformas, sob a tutela do Ministério e do Incra.

No que se refere ao crédito fundiário, nos últimos anos, tivemos praticamente 800 projetos definidos, desenhados, organizados, beneficiando em torno de 4 mil famílias. Estamos aguardando em torno de 1.600 projetos, que beneficiarão 6 mil famílias. Recentemente, estamos redesenhando um convênio no valor de R$2.600.000,00, com uma contrapartida do Estado de Minas Gerais de R$800.000,00 para essa questão da logística do crédito fundiário. O Estado mostra-se à disposição para discutir as questões com o Ministério, com os movimentos e com todos os envolvidos para que as pessoas possam efetivamente obter a titularização, a aquisição e a regularização de terras. Assim, poderão as famílias produzir e se tornar, cada vez mais, independentes.

Agradeço esta oportunidade. Deixo um abraço carinhoso para todos e me coloco à disposição para responder a quaisquer questionamentos. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Carlos Alberto Menezes de Calazans

Bom dia. Parabenizo o Deputado que preside esta reunião. Cumprimento o Deputado Rogério Correia, meu companheiro e amigo; o Secretário Wander Borges; o Jésus; o Dino e meus companheiros do MDA. É um prazer estar com vocês. Estamos no Incra fazendo um diagnóstico da situação agrária no Brasil, desde a posse da terra até o desenvolvimento dos assentamentos, enfim, de toda a situação agrária no Brasil.

Vou fazer algumas considerações sobre a apresentação que vou fazer para vocês e para todos que estão me acompanhando pela TV Assembleia. Vamos falar sobre o que é a terra no Brasil e como tem sido esses avanços da reforma agrária, as dificuldades e os desafios que temos em relação à terra no Brasil. Vou tentar apresentar o assunto de forma mais clara e sucinta, para que possam acompanhar meu raciocínio. Gostaria de fazer uma pequena introdução. É sabido que a questão da terra no Brasil tem suscitado, ao longo dos anos, várias disputas. Há uma disputa de gerações.

Até hoje nosso país não se livrou de tudo o que significou a nossa colonização, a construção da civilização no Brasil. Isso se mostra no resultado da situação que vivemos hoje. É um País que avançou muito nos últimos anos, conseguiu desenvolver-se e melhorar a vida de milhões de brasileiros, mas não conseguimos mudar uma estrutura secular que afeta milhões e milhões de almas no País e que vem desde as nossas tradições portuguesas, desde a exploração do nosso território, vilipendiando o nosso povo, com a escravidão e tudo que representou a luta do nosso povo para conseguir um País soberano. Por nossa história, o que temos hoje é um retrato fiel dessa situação.

Aqui estão vários amigos da Fetaemg que ao longo dos anos me acompanharam, desde a Presidência da CUT; aqui estão companheiros do MST, e todos sabem quanto tem sido essa luta do povo pobre, sofrido e, principalmente, a dificuldade que é mostrar as injustiças que perpassam a distribuição da terra no Brasil.

Ao longo dos anos, mesmo antes de estar servindo ao governo que sirvo há nove anos, digo que os donos da terra no Brasil não são apenas ricos, poderosos, mas são aqueles que fazem as leis, que ocupam o nosso parlamento, que ocupam o nosso Judiciário; são aqueles que impedem milhões de homens e mulheres de ter acesso à terra. São eles que sempre comandaram a estrutura política e econômica do nosso país. Os Juízes, os Desembargadores, os Deputados Federais e Senadores não são apenas pessoas de gerações de famílias ricas, são também senhores da terra.

Nosso órgão, o Incra, evidentemente vive uma grande contradição. Ao mesmo tempo em que temos de regularizar e certificar milhares de propriedades rurais de ricos e poderosos, pois centenas de proprietários rurais no Brasil procuram o Incra todos os dias para terem suas terras legalizadas e certificadas, ao mesmo tempo milhares de homens, milhões de trabalhadores humildes e simples procuram o Incra para terem acesso à terra. A mesma terra que o Incra um dia certifica, faz o georreferenciamento e expede uma certidão, é a mesma que amanhã desapropriamos para colocar famílias pobres e humildes. Essa é a grande contradição do nosso Instituto e uma das dificuldades estruturais que vivemos. Por isso fizemos alguns diagnósticos, que mostrarei a vocês.

Primeiro, essa imagem da reforma agrária e do contexto do Incra em nosso país. Fiz uma introdução, mas não farei sua leitura, porque são muitas lâminas, muitos argumentos e não há necessidade de entrarmos nessa discussão. Vou me ater à estrutura fundiária nacional.

Hoje, no País, há 851.487.659ha de terra em todo o território nacional. As áreas registradas, legalizadas e cadastradas ocupam dois terços dessas propriedades e são da ordem de 587.186.385ha. Proprietários rurais e imóveis, temos 5.342.392. De certa forma isso está claro no mapa. Todos estão vendo a estrutura da terra no Brasil, que percorreu esses pouco mais de 500 anos da nossa história.

Aqui está a estrutura fundiária. Todos os que estão nos acompanhando de suas casas e daqui também podem ver os módulos fiscais, os módulos rurais que existem em todo o País, divididos por proprietários, e o percentual dessas áreas. É importante se ater a isso para demonstrar o quanto a maior parte desses imóveis se concentram na mão de poucos e os imóveis são absolutamente enormes.

Falando dessa estrutura geral do País, trabalhei algumas peculiaridades da agricultura no Brasil, e não entrarei em muitos detalhes. Nessa lâmina que vocês estão acompanhando, a coisa mais importante advinda da discussão da reforma agrária, dos pequenos produtores, da luta do povo no campo; de discussão no governo e nas estruturas de poder aqui, na Assembleia – Deputado Rogério e demais Deputados -, é constatar que o produtor rural primário se apropria da menor parcela da riqueza gerada no campo, apesar de ser o que mais trabalha. Então a produção no campo, em todos os sentidos, desde o leite, das produções animais, desde as produções mais complexas existentes, da produção da mandioca, do milho, independente de qual seja, esse homem, que trabalha dia após dia no campo, apropria-se da menor parcela dessa produção. E aí vem a indústria, a industrialização, todos os produtos químicos, toda a sua comercialização e esses setores intermediários se apropriam de 80% da riqueza gerada pelos milhões de trabalhadores no campo. Esse é o maior dado dessa peculiaridade da atividade agropecuária no nosso país.

Refletindo sobre minhas palavras, a agricultura familiar é algo mais presente. Vinte e três por cento da área da agricultura familiar participam com 34% do valor da produção brasileira, ou seja, a agricultura familiar participa de toda a atividade da agricultura, inclusive da mais complexa, e apropria-se muito pouco da produção brasileira em termos de produção efetiva comandada pelo homem do campo.

Quero deixar claro o fato de os camponeses e os nossos brasileiros trabalharem muito no campo e da dificuldade de eles se apropriarem da riqueza que geram para o país inteiro. Isso significa quase 40% do PIB nacional, representa uma enorme produção brasileira - e milhões de pessoas passam muitas dificuldades em sua vida cotidiana.

Discutirei um pouco a questão da reforma agrária e, nessa área, a nossa produção e introduzirei uma coisa muito importante que demonstrarei por meio de números. Ao longo dos anos, ficou comum, principalmente em Minas Gerais, alegarmos que somos um pato feio em termos nacionais. É muito simples jogar pedras naquilo que nós mesmos construímos, e não foi qualquer coisa. Cada território que o povo pobre conquista ou cada área que o Incra desapropriou é terra que tirou de uma família rica, de um proprietário rico e passou a uma família pobre. No Estado brasileiro, que é comandado por detentores do poder e da riqueza, fazer isso é muito difícil. Não vivemos as revoluções que fizeram a reforma agrária no mundo, como aconteceu na China e na Rússia e como ocorreu com as mudanças estruturais na Europa, nos séculos XVIII e XIX. Aqui as coisas sempre foram produtos de leis, e leis feitas pelos poderosos. Então cada território que tiramos das mãos de uma família rica e passamos para uma família pobre – isso advindo do Estado – foi fruto de muitas e muitas lutas do povo. Mas há contradição do sistema capitalista, por meio do Estado brasileiro que hoje represento, em fazer exatamente isso. Demonstrarei, por meio de números, quanto isso, às vezes, é vilipendiado, é escanteado, é chutado, não tem a devida valorização, principalmente nos últimos 25 anos, no Brasil e em Minas Gerais.

Esse quadro demonstra que, em 1985, havia 61 Municípios, 67 projetos de assentamento, uma área de 9.800.000ha e 117 famílias assentadas. No Incra, para comandar este país, com esse diagnóstico, com esses números, havia 9 mil servidores. Portanto, em 1985, há mais de 20 anos, 61 Municípios – e vejam bem onde eles se encontram. Observem que, em Minas Gerais, em relação a assentamentos, em 1985, há apenas um cantinho ali, no Noroeste mineiro.

Darei um salto para que todos comparem as diferenças que começam a surgir. Esse é o quadro de 2003.

Esse é o quadro de 2003: passados 22 anos, eram 1.512 Municípios, 4.883 projetos de assentamentos e 554 mil famílias assentadas. Para acompanhar tudo isso, o Incra possuía 5.500 servidores em 2003. Quer dizer, seu trabalho cresceu em 20 anos, de forma exorbitante.

Vamos concentrar nosso olhar em Minas Gerais, na mudança de 20 anos, principalmente, no Noroeste, Norte, Jequitinhonha e Triângulo, além de algo no Sul. O mapa só de Minas Gerais mostra que o Incra reduziu quase que à metade o número dos seus servidores e passou a ter o triplo de assentamentos. Ou seja, a situação do País mudou radicalmente. Podemos dizer que nesse intervalo houve muitas lutas, centenas de ocupações, vários movimentos de terra afloraram, e a produção de tudo isso decorreu das leis, da luta do povo brasileiro e da conquista da democracia no Brasil. Portanto, em 20 anos houve uma mudança significativa da estrutura fundiária, pelas conquistas obtidas e retratadas neste mapa.

Em 2011 passamos a contar 2.022 Municípios com assentamentos, 8.873 projetos de assentamentos em uma área total de 87.500.000ha. Esse é um número importante. Se eu falei, há pouco, que o Brasil possuía pouco mais de 800.000.000ha e se estamos mostrando que o território ocupado por assentamentos atinge o total de 87.000.000ha, podemos concluir que 10% do território brasileiro estão sob o controle e são acessíveis a trabalhadores assentados.

Há uma mudança muito grande neste mapa. É interessante que, passados 20 anos, o acompanhamento de todo esse desenvolvimento foi feito pela metade dos servidores da nossa instituição. Agora mostraremos alguns mapas registrando onde estão os assentamentos no Brasil. Vê-se que o Norte do País está muito mais escuro, em razão da colonização feita principalmente na década de 70.

Volto a esses números para ressaltar uma peculiaridade: no Sul do País sempre houve muitos movimentos, lutas, conquistas. É o berço de grandes movimentos, principalmente do MST, o Rio Grande do Sul. Vou mostrar a vocês o quanto a luta no Estado de Minas Gerais foi importante para a reforma agrária e para o País. Em Minas Gerais, hoje, há 316 projetos de assentamentos. Comparando-se com o resto do País, pode parecer algo difícil, mas o Rio Grande do Sul tem 334 assentamentos. Se a área ocupada pelos assentamentos em Minas é de 835.000ha e, no Rio Grande do Sul, é de 280.000ha, temos aqui três vezes mais de área ocupada que lá.

Vamos analisar o caso de São Paulo, berço de muitas lutas, em várias regiões. Lá existem 252 assentamentos; em Minas, 316. Em São Paulo a área ocupada é de 333.000ha; em Minas, 800.000ha. Há 16 mil assentados em São Paulo; no Rio Grande do Sul, 12 mil.

Nós temos, em Minas, uma média de lotes de 23ha por família, ao passo que no Rio Grande do Sul e em São Paulo essa média chega a ser de 12ha a 10ha. Se tivéssemos essa redução, teríamos três vezes mais o número de assentados.

Vou mostrar Minas Gerais no mapa, onde temos os projetos de assentamentos que são fruto de tudo o que foi construído ao longo desses 20 anos. Não podemos jogar pedras em nós mesmos, apesar de reconhecermos nossas dificuldades, mas temos muitas conquistas ao longo desses anos, principalmente com a ajuda do nosso governo.

Vocês podem ver no painel os assentamentos demonstrando todas essas peculiaridades e ações desenvolvidas. Eu compreendo todas essas dificuldades na luta pela terra, mas é importante reconhecermos esses números e trabalharmos sobre eles. Vou pegar todo esse diagnóstico que fizemos em Minas e no Brasil e vou passar a todos os sindicatos, a todos os movimentos, para que eles tenham acesso.

Concluindo, se vocês viram este mapa anteriormente, o que tínhamos em 1985, com 9 mil servidores, hoje temos a metade. Neste momento estamos numa dificuldade maior ainda. Estamos atravessando uma greve de 70 dias e, infelizmente, no órgão que dirijo, temos um dos piores salários do governo. Não conseguimos chegar a um acordo com nossos servidores que estão em greve, que reivindicavam uma mudança de postura do Incra, uma melhora das condições de trabalho e de salário para enfrentar todos esses desafios, que são enormes. Somos responsáveis por toda a regularização fundiária do Brasil. Wander Borges, nosso Secretário, disse que estamos fazendo um convênio para certificarmos 12.500 títulos do Estado, que estão sob a minha guarda e a dele, pelos problemas judiciais, o Ministério Público pediu que olhássemos um por um. São mais de 12 mil pessoas esperando um documento para ter sua terra regularizada. Nós faremos isso num convênio de R$15.000.000,00. E faremos isso com três servidores para ajudar.

O Poder Judiciário de Minas Gerais, nos últimos anos e principalmente neste último ano em que estou à frente do Incra, tem sido insensível, muitas vezes autoritário, tomando decisões sobre as ocupações, sobre as áreas, sobre os processos administrativos do Incra sem sequer discutir com o Incra. Temos várias ocupações de terra, temos vários processos, e muitas vezes a Justiça toma decisões sem sequer ir à área, sem sequer ver o processo administrativo do Incra. Estamos passando uma situação muito difícil. Conversando com o Presidente Guedes, ele me disse que a Presidenta Dilma assinou 81 decretos. Eu reconheço que os decretos de acesso à terra tiveram um limite estabelecido pela Presidenta Dilma, mas o que ela estabeleceu como prioridade não atendeu muitas das regiões que estão ali no mapa, principalmente as Regiões Sul e Sudeste do País. Nos 81 decretos assinados pela Presidenta Dilma, 8 áreas foram de Minas Gerais. No critério prioritário que o governo estabeleceu, apenas duas áreas fogem do que chamamos de Programa Brasil sem Miséria: uma em Uberlândia, na região do Triângulo, e outra é a Fazenda Fortaleza de Santana. Essas são as duas únicas áreas nos 81 decretos assinados pela Presidenta Dilma que saíram fora do Brasil sem Miséria, estabelecidas pelo Incra e pelo governo como áreas prioritárias para a população ter acesso à terra.

Oitenta e um decretos priorizaram a Região Nordeste. Isso pode ser um problema, mas é uma grande discussão. Esse diagnóstico que a Presidenta fez e estabeleceu - evidentemente serve de críticas, debates e discussões - é uma decisão de governo, da Presidenta da República. E para acompanhar essa decisão, a Presidenta decidiu que o valor por família a ser instalada nos projetos não pode superar R$100.000,00 nesses novos projetos de assentamento. É um critério que o governo federal estabeleceu para a população ter acesso à terra. E a segunda coisa que estabeleceu foi que nós, a pedido principalmente de Minas, tivéssemos também como prioridade áreas cujos problemas há anos não são resolvidos. São mais de 50 áreas no Brasil em que há mais de 10 anos os trabalhadores lutam para ter assentamento. E o Presidente Guedes estabeleceu, então, que façamos esse diagnóstico e encontremos soluções para essas áreas.

Aqui, em Minas Gerais, pontuei 10 áreas que estão nessa situação. Estou fazendo o diagnóstico completo delas. Uma é a Ariadnópolis, no Sul de Minas, a Fazenda Pontal, em Lagoa Grande, reivindicada pela Fetaemg, a Fazenda Tabocas, em Unaí, que há mais de 20 anos passa por litígio, a Fazenda Prata, para onde estou indo na segunda-feira. Ou seja, fora o acesso prioritário à terra que o governo estabeleceu, vamos dizer que essa linha divisória tem prioridade no Brasil sem Miséria nos 81 decretos que a Presidente assinou. Ao pegar essas áreas emblemáticas, com anos e anos de litígio, o governo tenta encontrar uma solução para estabelecer um assentamento nelas. Isso não significa, de acordo com as palavras do meu Presidente Guedes, do Incra, e da minha Presidenta Dilma, que o restante do País, o Sul, o Triângulo serão abandonados. Neste primeiro momento, o governo vai focar com prioridade o acesso à terra nessas áreas que compõem o Brasil sem Miséria e essas áreas emblemáticas para as quais, há anos e anos, não se encontra uma solução, embora se tenha buscado tudo. A última coisa foi discutirmos um convênio com o governo do Estado.

De qualquer forma, esse é o grande debate da reforma agrária que o governo quer estabelecer com o povo brasileiro, reconhecendo então todas as dificuldades, todos os passivos e os nossos desafios. É difícil? É. Sou Superintendente do Incra, passei por muitas coisas na vida, admito todas as dificuldades, todas essas coisas emblemáticas, todos os grandes problemas da reforma agrária, mas quero reconhecer que, mesmo que pouco, algo se realizou nesses 20 anos. Os assentamentos em Minas que apresentei por meio desse mapa foram produto de muita luta. Costumamos desvalorizar ou não valorizar aquilo que conquistamos ou fazemos porque é feio, é difícil, é árduo. Mas estou aqui, na tribuna desta Assembleia, para parabenizar cada homem e mulher que deram sua vida para que tivéssemos o pouquinho que temos hoje. São poucos os assentamentos? São. São poucos os assentados? São. Poderíamos ter muito mais? Poderíamos. Mas cada área ou território que tiramos de uma família rica, para pôr 100, 150 famílias pobres, é um grande avanço para 500 anos de exploração da terra no Brasil. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Amílton José Rodrigues Reis

Bom dia. Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, e todos os presentes. A Ruralminas é um órgão executor da infraestrutura no meio rural. Ela trabalha sob orientação do governo e sob a coordenação da Secretaria de Agricultura.

Apresentarei dois assuntos para mostrar a importância das estradas vicinais, onde existe a maior demanda em todo o Estado de Minas Gerais. A estrada vicinal é de responsabilidade do Município. A parte de reservação de água é a maior demanda existente no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha, no Mucuri e no Norte de Minas. Sabemos que em torno de 90% das nossas estradas não são pavimentadas. Estimamos que exista em torno de 270.000km a 300.000km de estradas vicinais, que são de responsabilidade dos Municípios. O maior problema apresentado por essas estradas é a erosão provocada pelas águas de chuva, que é um dos principais fatores que contribuem para a sua degradação. Com isso, existe um maior assoreamento dos cursos d'água, porque as estradas são malconservadas e todo o material carreado vai para os nossos cursos d'água, trazendo prejuízos para as áreas agrícolas, com um processo erosivo que prejudica a produtividade e, consequentemente, a lucratividade dos produtores.

A melhor conservação das estradas tem um alto custo. As repetitivas ações dos Municípios trazem alguns problemas, porque a Prefeitura faz o patrolamento, mas essa ação recente já é destruída na primeira chuva. E essas repetitivas ações se tornam muito caras. Em vez disso, deveria ser feito um trabalho de adequação, criar-se uma infraestrutura para melhor utilização da estrada e para que ela tenha acesso durante todo o tempo, inclusive no período de chuva.

Qual é a prática interessante para trabalharmos as estradas? É o controle do processo erosivo, não pensando somente na estrada, mas também nas áreas que estão ao longo dela e que sofrem a influência das águas da chuva que entram no curso das estradas. Há um sistema integrado de áreas no trabalho feito nas estradas. Fazemos um melhoramento e também o controle do processo erosivo das áreas que estão ao longo dessas estradas, principalmente a área agricultável e de pastoreio.

O sistema de bacia de captação se refere às estruturas hidráulicas que fazemos ao longo da estrada, coletando as águas para evitar o processo erosivo, levando material assoreado para os cursos d´água. Quais são as características que devemos observar nas estradas? O elemento geométrico, por exemplo. Sabemos que as estradas vicinais não têm um traçado ideal, rampas muito acentuadas, traçado inadequado, e assim por diante.

Temos que conhecer também a taxa de infiltração, que é a chuva que cai no leito da estrada, para dimensionarmos as estruturas de captação dessas águas ao longo da estrada. Temos que pensar, também, no canal de escoamento para direcionar essa água. É o famoso bigode que leva a água para a bacia de captação. Há, também, o talude das áreas que estão ao longo da estrada. Quanto maior for a inclinação, quando a chuva cair, maior o escoamento para as estradas.

O escoamento cai sobre a estrada e nas áreas externas. A determinação da quantidade de água é pontual, depende de cada região. Pela quantidade de chuvas que cai é que se constrói a superfície do terreno e a taxa de armazenamento dessa água ao longo da estrada.

Qual é o problema da obra nessa estrada de que falei? A erosão, a conservação feita pelos Municípios, que é totalmente inadequada, a cerca – infelizmente, nosso produtor coloca a cerca ao longo da estrada, quase no seu limite, ficando difícil para o poder municipal fazer um patrolamento de forma a retirar a água – e as obras de arte mal-dimensionadas: pontes, bueiros etc., que são feitos sem nenhum estudo, permitindo que a água passe e destrua a estrada por falta de dimensionamento adequado.

A maior dificuldade dos Municípios é o aspecto financeiro, pois a readequação da estrada não é barata, e o Município não tem condições de fazê-la por falta de equipamento adequado e capacidade técnica. A Prefeitura faz o que pode dentro de seu limite financeiro, de seus conhecimentos técnicos e da sua capacidade de fornecer equipamentos.

Como fazer? A Ruralminas desenvolveu uma tecnologia muito simplificada, não pensando em fazer projetos geométricos: andar pela estrada determinando seus pontos mais críticos, de forma a fazer uma ação para minimizar os efeitos erosivos e conservá-la. Cria-se uma estrutura para, daí para frente, a Prefeitura fazer apenas a manutenção, obedecendo alguns critérios técnicos. Além disso, são necessárias as obras de arte dimensionadas adequadamente. A readequação de que falei consiste em dar uma conformação à estrada de forma a coletar as águas ao longo dela. O cascalhamento é importante também e deve ser feito ou nos pontos críticos ou, se for possível, em toda extensão da estrada. Por fim, vem a coleta de água, que é o maior inimigo da estrada. Exibirei algumas fotos para mostrar suas consequências. Se existe uma rampa forte, com um grande volume de água, cada vez mais a água vai adquirindo maior energia e poder de destruição, provocando grandes erosões.

Apenas para efeito de informação, o que a Ruralminas fez nesse período em estradas readequadas? Fizemos um projeto que, em 2005, chamamos de Caminhos de Minas. Não me refiro a esse Caminhos de Minas que está no conceito, são apenas estradas vicinais em que a Ruralminas e o DER seriam o órgão executor. A Ruralminas adquiriu alguns equipamentos, mas, infelizmente, não tivemos recursos para operá-los e trabalhar dentro de um conceito adequado de estrada. Já falei que, se jogarmos esse encargo para as Prefeituras, elas não terão condições de se responsabilizar por ele, pois o quilômetro de uma estrada custa de R$10.000,00, R$15.000,00 até R$30.000,00, R$40.000,00.

Tivemos sucesso em um trabalho de revitalização do São Francisco, em um convênio com a ANA, além de um convênio com a Codevasf em parceria entre Ruralminas, Seapa e Emater. Fizemos, já no convênio com a ANA, por meio da Caixa Econômica Federal, 669km. No convênio da Codevasf, fizemos 86km. Há um termo aditivo assinado entre a Codevasf e a Seapa. E temos também um termo de compromisso entre a Codevasf e a Ruralminas, totalizando R$50.000.000,00 a serem aplicados apenas na Bacia do São Francisco. Devemos atingir, ao final do convênio, pouco mais de 160 Municípios em uma bacia que tem em torno de 200 Municípios.

Nesse convênio, o que faremos ainda? Já fizemos 669 convênios, e já foram encerrados. Foram 162km da Seapa; 122km no termo aditivo com Seapa e Codevasf; e 187km no termo de compromisso com a Ruralminas. É bom ressaltar que o convênio com a Codevasf não faz toda a estrada, faz apenas pequenos pontos da área da bacia com as estradas, para servir de demonstração para o Município, que, assim, saberá qual é a maneira mais adequada, sempre com enfoque ambiental.

Vocês podem ver agora uma estrada com uma erosão monstruosa. Ali havia uma estrada do lado esquerdo. Depois de tanta erosão, fizeram uma estrada lateral. Isso é o que acontece: a estrada dá um problema, eles a jogam para a lateral e não a consertam. Para onde vai todo aquele material? Para o manancial logo abaixo.

Aqui há uma outra foto da região de Baldim. Vocês podem ver que a estrada também tem ravinamentos provocados pela erosão.

Quanto maior o volume de água, quanto maior a rampa, maior energia, maior poder de destruição da água na estrada. Em Miravânia uma estrada foi totalmente engolida pela erosão e todo esse material foi para um manancial que existe abaixo e assoreou tudo. No curso d'água, vemos só terra vermelha. Em Divinópolis, o pessoal fez uma estrada e se esqueceu de fazer um talude. Deixam um barranco que acaba desmoronando, e todo esse material vai para os cursos d'água. Às vezes não fazem uma base adequada para o aprofundamento do leito. Simplesmente colocam um material e cascalho em cima. Quando vamos ver, há uma infiltração por baixo da estrada que provoca um desmoronamento.

Leito encaixado é o constante uso de patrol e motoniveladora, que vão passando e afundando. Essa estrada passa a ser um canal de água. Outra coisa é a deficiência da drenagem. Fazem uma estrada e não elevam seu leito para haver drenagem. Quando passa o período das chuvas constantemente temos problemas de escola, de escoamento de produção, de acesso à saúde porque não temos estradas. Esta foto nos mostra uma erosão lateral. A declividade acentuada na estrada deixa a água toda percorrer ao longo da estrada. Aqui temos uma estrada recuperada. Aqui o sistema integrado de que falei. Fazemos uso de prática conservacionista da estrada. Com todo o processo erosivo, fazemos o terraceamento, a adequação da estrada e a bacia de captação. Esse é o sistema ideal. Na Bacia do São Francisco o projeto de revitalização. Um ponto crítico de cascalhamento no São Francisco. A bacia de captação feita ao longo da estrada com sua capacidade de armazenar, infiltrar essa água e a contribuição do lençol freático melhora a água da nascente.

Temos aqui o exemplo de uma estrada adequada, toda cascalhada e compactada. O processo erosivo e de conservação do solo. O terraceamento ao lado da estrada. Um canal para chegar à bacia de captação para armazenar a água. Em São Roque, várias bacias ao longo da estrada. Criamos um critério simplificado. Andamos pela estrada com quem conhece a estrada, com quem está ali durante o ano inteiro. Com nosso conhecimento técnico, pontuamos tudo que é importante fazer na estrada. Com isso, montamos uma planilha e executamos. É uma metodologia bastante simples e barata. Não é um projeto geométrico que gasta mais recursos e faz mais quilômetros de estradas. Obrigado. Agora vou passar para outro assunto.

A maior importância para o semiárido mineiro é a reservação de água. Fizemos um trabalho no Norte de Minas, onde é interessante introduzir as ações emergenciais, aumentar a oferta de água e assegurar o desenvolvimento regional.

Desde 2008 compramos equipamentos e começamos a trabalhar em 2009. Os Municípios escolhem os locais através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e os técnicos da Ruralminas vão lá ver se o ponto é passível de fazer o pequeno barramento ou não. Foram divididos 188 Municípios em ações de trabalho. No Norte de Minas, são 110 Municípios divididos em duas frentes. No Vale do Jequitinhonha, são 43 Municípios; e no Mucuri, 35. Foram feitas essas patrulhas para trabalhar.

O resultado: em 2009, 2010, 2011 e 2012, chegamos a ter 154 barragens, tendo sido atendidas diretamente quase 10 mil famílias. Esses são alguns projetos e algumas informações. A barragem é feita, mas sem as hortas comunitárias onde se utilizam a reserva dessa água. Como disse, a Ruralminas é um órgão executor, segue a orientação do governo e da Secretaria de Agricultura. Assim, estou à disposição para responder a alguma pergunta que possa ser do interesse de alguém. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Jésus Mário Lima

Bom dia. É um prazer muito grande estar nesta Casa, depois de cinco anos que não sou mais Deputado. É um prazer muito grande estar aqui e encontrar vários companheiros e ainda outras pessoas. Quando vejo a manifestação de vocês, em Brasília, sinto vontade de estar junto. Digo: aquele ali é dos meus, aquele grupo é dos meus. Quero cumprimentar o Carlinhos, do Idene, a quem peço que dê um abraço no Rúbio. Na pessoa do Joaquim, de João Pinheiro, cumprimento todos vocês. Quero também cumprimentar a Mesa, os Deputados Wander Borges e Rogério Correia, autor do requerimento. Parabenizo a Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado Dinis Pinheiro, por realizar este debate, este evento de extrema importância para alavancar a agricultura familiar no Estado de Minas Gerais. Cumprimento ainda o Deputado Antônio Carlos Arantes; o Carlos Calazans, do Incra; a Cleide Pedrosa, da minha terra Betim e representante do Igam; o Dino, que representa o Incra; o Paulo Romano, da Secretaria de Agricultura do Estado; o pessoal da Fetaemg, Fetraf e Via Campesina; alguns estudantes e pesquisadores presentes, os funcionários da Assembleia Legislativa; o Macedo, do Deputado Federal Padre João; e o Amílton, o último que falou.

Fui escalado na última hora, em Brasília, para representar a Sra. Maya Takagi, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social, que falaria em nome da Ministra Tereza Campello. Assim, tentarei mostrar a vocês o que é o Programa Água para Todos. Hoje estou trabalhando nesse programa. Quero passar rapidamente a vocês como funciona e como está o Programa Água para Todos.

Neste momento, como representante desse programa estamos participando deste ciclo de debates "Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável". Estamos participando do painel "Infraestrutura rural e acesso à água". O Programa Água para Todos faz parte de um debate internacional que ocorreu, a Rio+20, atendendo aos objetivos do desenvolvimento sustentável. Água é entendida como comida, como alimento, ou seja, o governo brasileiro conseguiu colocar na Rio+20 a ideia de que a sustentabilidade passa pelo combate à pobreza e à miséria. Isso é sustentabilidade. Então, o Programa Água para Todos tem este foco: fazer com que a discussão dos objetivos do desenvolvimento sustentável coloque o combate à pobreza como um dos objetivos para garantir a sustentabilidade do Planeta.

O fortalecimento institucional do tema: o MDS conseguiu a inserção do art. 68 no decreto que regulamenta a lei de saneamento. Isso foi uma vitória, pois agora é possível o governo federal fazer pequenas obras em propriedades particulares. Com essa garantia do art. 68, pequenas obras podem ser construídas, que são as cisternas para consumo humano e para pequena produção familiar. O art. 68 diz: "A União apoiará a população rural dispersa (...) especialmente na construção de cisternas e barragens simplificadas".

Água e pobreza. Qual é a relação da água com a pobreza? A pobreza é a possível causa da escassez de água para as populações rurais do semiárido, e não o contrário, ou seja, a causa da falta de água para as regiões semiáridas do Brasil, especialmente no Norte de Minas, é a falta de investimento público e de potencialização dessas regiões, pois há regiões semiáridas que não apresentam

escassez de água. O problema é a pobreza por falta de políticas públicas e de investimento na região. Esse é o eixo com o qual trabalhamos no MDS. A proposta é a implementação e o fortalecimento de políticas públicas compensatórias e estruturantes.

O programa Água para Todos se insere no Plano Brasil sem Miséria, lançado pela Presidente Dilma, com o objetivo principal de retirar 16.800.000 brasileiros da extrema pobreza. Ele prevê a construção de 750 mil cisternas individuais, unifamiliares para a população rural dispersa e difusa e 600 mil tecnologias sociais de produção familiar. Essas são pequenas obras. O MDS incentiva várias tecnologias, como a barragem subterrânea, a cisterna-calçadão e a cisterna-telhadão, para que as famílias tenham acesso a essa água para beber, que é o Primeira Água. O Segunda Água engloba tecnologias sociais. No programa Água para Todos, consta dois tipos de água: Primeira Água e Segunda Água. A Primeira Água é para consumo, para beber. Mais de 500 mil cisternas foram construídas desde o primeiro ano do governo Lula, 2003. Em 2012, 500 mil cisternas foram construídas. Pretendemos construir mais 700 mil, pois a ideia é universalizar e não deixar nenhuma família brasileira sem água e sem cisterna para se alimentar.

Em 2003, investimos R$9.600.000,00; em 2011, chegamos a quase R$200.000.000,00; este ano, investimos R$70.000.000,00. Portanto, recursos não faltarão, pois a Presidente Dilma determinou que disponibilizará todos os recursos necessários para a universalização da água de beber e da água de comer para todas as famílias do Cadastro Único.

Essas são as metas globais que acabei de mencionar. A primeira é a universalização do acesso à água para a população rural de baixa renda do semiárido até o final de 2013.

Na Primeira Água serão investidos R$400.000.000,00 a cada ano. A média estimada de contratação é de 191.500 cisternas. Aqui, na Segunda Água, vemos as unidades construídas no período de 2008 a 2012. Na Primeira Água a universalização está mais fácil; na Segunda Água, também há determinação de universalização para que cada família tenha cisterna para beber e outra tecnologia social para ajudar na pequena produção. Aqui, as metas da Segunda Água, da água de comer.

Aqui, as outras ações recentes do MDS. Fizemos uma parceria com o programa Minha Casa, Minha Vida para a zona rural. As casas do Minha Casa, Minha Vida para a zona rural serão construídas com uma cisterna. Também fizemos uma parceria com o Ministério da Saúde, para que os agentes comunitários de saúde passem nessas casas periodicamente e haja qualidade tanto na recepção quanto na saída das águas das cisternas.

Programa Água para Todos. Hoje 30% da população rural de Minas Gerais vivem em situação de extrema pobreza, com uma renda mensal de R$70,00, e serão beneficiadas com o Programa Água para Todos 50 mil famílias sem acesso a água potável, que receberão tanto a cisterna para beber quanto a cisterna para comer. Os executores desse conjunto de obras e tecnologias que vamos financiar são: o Idene; a Articulação do Semiárido – ASA -; a Fundação Banco do Brasil; o Banco do Nordeste; o Consórcio Serra Geral; o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS -; e a Codevasf. O MDS fez um convênio com o Idene no valor de R$45.000.000,00 - também há a contrapartida do Idene -, para se construírem 9.661 cisternas de placas, no valor de R$20.000.000,00, e 2.500 cisternas-calçadão, no valor de R$25.000.00,00; com o Consórcio Serra Geral, que já está construindo 2.300 cisternas de placa, no valor de R$4.600.000,00; com o Banco do Nordeste, que vai construir 1.841 cisternas de placa, no valor de R$3.800.000,00; com a Fundação Banco do Brasil, que vai construir 8.941 cisternas de placa, no valor de R$18.700.000,00; com a ASA, que vai construir 1.552 cisternas de placa, no valor de R$3.200.000,00; com o DNOCS, que vai construir 3.351 cisternas de placa; e com a Codevasf, que vai construir 7.792 cisternas de placa.

Aqui, as cisternas de polietileno do Ministério da Integração Social. Aqui, as tecnologias sociais, a Segunda Água, a água de comer. São várias tecnologias. Vamos incentivar a construção delas. Essa é uma tecnologia, é o tanque de pedra: aproveita-se a área, faz-se uma pequena barragem e o tanque de pedra.

Essa é uma cisterna-calçadão. Acredito que o Idene vai incentivar a construção desse tipo de cisterna. Conforme as últimas informações que nos chegaram, o Idene vai construí-las.

O tempo passou rápido. Aqui é uma barragem subterrânea: coloca-se uma lona travando a água, para que não escoe. A água é represada. Sobre essa terra e ao redor dela pode-se plantar. É uma tecnologia muito aprovada no semiárido brasileiro. Como vocês podem ver aqui, foi colocada uma lona em toda a extensão. Eu teria de ter um pouco mais de tempo para explicar isso a vocês. Faz-se uma cisterna. A água é bombeada para aquela caixa d'água, depois é utilizada nas plantações.

Aqui é outro tanque de pedra.

Objetivos do MDS: avançar no apoio a tecnologias sociais de captação de água de chuva. Universalizar o acesso à água como alimento para todos os brasileiros. Um país rico é um país sem pobreza.

Esta é uma foto que tirei no Salitre, no Ceará. Ainda existe essa realidade no Brasil.

Era o que gostaria de apresentar. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

Palavras do Sr. Paulo Afonso Romano

Sr. Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, demais componentes da Mesa, autoridades presentes, senhoras e senhores, especialmente os participantes que vieram do interior do Estado com grandes expectativas, como nós, para uma discussão de um assunto muito relevante. Temos, efetivamente, de insistir nisso enquanto soluções não estiverem suprindo as expectativas há muito sedimentadas no campo.

Se possível, vou reduzir o tempo da minha exposição, porque muitas imagens que trouxe estão repetidas. Sr. Presidente, essa é uma oportunidade muito importante para que os agentes de governo - nos planos federal, estadual e municipal - e as lideranças da agricultura familiar avaliem a atual situação e as formas de solucionar os problemas.

Trouxe esta primeira lâmina para que vocês reflitam sobre a dinâmica das coisas. Até 1950, a humanidade acumulou dois bilhões e meio de pessoas.

Em apenas 61 anos, em 2011, no ano passado, a população quase triplicou. Olhando para frente, em mais 40 anos, teremos outros 2.300.000.000 de pessoas, com um adicional: todos melhorando sua condição de vida, vivendo mais, com mais saúde e sobretudo com

mais renda. Ou seja, precisando, então, de mais elementos da natureza. Nesse caso, a água é elemento essencial, logo após a terra, como já foi dito. Esta efetivamente é a base de nosso grande desafio. Por isso, entraremos no mês de setembro de novo discutindo o Código Florestal. Por quê? Porque tem relação com a ocupação de terra. Trata-se de discutir a ocupação de terra para finalidades diferentes. Uma, para preservar a biodiversidade, e outra, para o uso da terra adequado à conservação da água, pois a questão não se refere ao uso. A água está num ciclo e precisamos reconsiderar as várias maneiras que temos de tratá-la, nosso jeito de lidar com ela no dia a dia. Falo em termos de humanidade, mas principalmente na agricultura, porque é o território em que podemos assumir uma parte nobre da agenda para dizer: não somos apenas produtores de alimentos, somos também produtores de água para uma população urbana cada dia maior.

Há uma questão que pressiona o cotidiano da agricultura, seja familiar ou comercial. O mundo não está conseguindo produzir o suficiente para manter estoques confortáveis. Cito três produtos para exemplificar: carne bovina, milho e soja. De 2001 a 2013, vejam como há uma redução perigosa do estoque. No caso do milho, que é um produto absolutamente essencial, o mundo tem estoque para apenas 53 dias. Por isso, ao ocorrer uma seca, como a do ano passado, no Sul do País, no Rio Grande do Sul, e sobretudo nos Estados Unidos, como agora, o estresse no mercado é tremendo, dada à falta de um estoque confortável.

O Brasil tem fartura de água, ao se observar de modo geral. Se analisarmos regionalmente, a fartura está na Amazônia e no Centro-Oeste, porque há muita água e pouca população. Quando chegamos ao Sul e ao Sudeste, temos boa quantidade de água disponível, sobretudo na hora da chuva, mas um enorme consumo. No Nordeste, temos os dois fatores; há uma grande população e é uma região de semiárido. Ainda sendo semiárido, como já foi dito, é dos menos dramáticos do mundo, ou seja, há uma oferta natural de água que, se bem trabalhada, resolve nossos problemas. Não falarei da agenda, já bem apresentada pelo Dr. Jésus, mas esse é um ponto sobre o qual deveremos parar e pensar.

Fui Secretário Nacional de Recursos Hídricos, o primeiro, entre 1995 e 1998. Aproximadamente no ano 2000, o governo federal lançou um programa de 1 milhão de cisternas, sobretudo com a articulação do semiárido.

Até hoje ele está aí, e o considero uma das nossas melhores mobilizações sociais. Apesar de existir há 12 anos, ainda estamos longe de fazer um bom atendimento. De qualquer maneira - chamo a atenção das lideranças desta Casa -, é preciso fazer o governo trabalhar sob pressão. Sou agente do Estado, e temos de trabalhar sob pressão, porque o recurso é pequeno. Onde houver mais pressão, haverá mais recurso. A água é essencial, não apenas a água para beber. Conforme cuidamos dela - o primeiro, o segundo e o terceiro uso -, vamos ter resultado não apenas em termos de conforto e saúde, mas de formação de renda, um ponto crucial. Falamos da agricultura familiar, das perspectivas ecológicas. Tudo isso é fantástico, maravilhoso, mas temos de nos mover em relação à perspectiva de se melhorar a capacidade de renda das pessoas, um parâmetro importante. Não podemos ter vergonha disso. Se pudermos produzir só orgânicos, vamos produzi-los, mas é preciso que as pessoas tenham suas necessidades atendidas. De modo geral, o homem do campo não possui grande vaidade para dar um salto; ele quer saber do conforto familiar e, sobretudo, da dignidade. E sem água não há dignidade. Esses são os nossos desafios.

Os usos são muitos. Tratávamos a água como recurso inesgotável, mas hoje estamos vivendo muito próximos da realidade de degradação extrema, e os conflitos não são poucos. Muitas vezes, dizem que está chegando ao Ceasa produto contaminado por coliformes, e se esquecem de que o coliforme vem das cidades, na água. Temos de trabalhar mais essa agenda, no sentido de se fazer autocrítica. Falamos de uma nova visão, da gestão integrada. A água está em processo permanente. Não adianta ninguém achar que vai resolver o problema isoladamente; resolve-se em termos de uma oferta local pequena. Com o forte apoio do Governador, discutimos com o Secretário de Transportes para que o programa forte e robusto chamado Caminhos de Minas, que, em alguns casos, vai asfaltar algumas rodovias, faça sobretudo a readequação de estradas vicinais, o que é fundamental para o cotidiano do interior. Uma estrada bem feita é uma das maneiras de se conservar a água, mas, ao mesmo tempo, o veículo para assorear, contaminar os rios. Ou seja, vamos ter água da chuva e, depois, vamos ficar com saudade dela.

Vejam uma coisa interessante da natureza. A lei brasileira diz que a gestão das águas deve ser democrática e integrada. O único momento em que efetivamente a água se oferece para nós, de maneira ampla, democrática, com a melhor qualidade é quando chove. A chuva nos traz tudo o que a lei quer. Fora as primeiras chuvas nas grandes cidades, as águas das chuvas são de primeira qualidade. No entanto, de modo geral, não nos apropriamos da perspectiva de reservar essa água para os momentos de escassez. A lei é muito boa, diz que a água é de domínio público e um recurso natural limitado.

Vou dizer o seguinte: esse é o grande desafio estratégico que está inserido nesses principais programas. Temos de fazer reservação, conservação e uso de água onde as pessoas vivem e onde estão as atividades. Por que chamo a atenção para isso? No caso de que estamos falando aqui, da agricultura de modo geral e da agricultura familiar sobretudo, nas áreas de maior escassez, como o semiárido, as pessoas estão dispersas. É da natureza da atividade que elas estejam dispersas, por isso sempre fiz uma crítica enorme à transposição do Rio São Francisco.

Não vou discutir essa mega e milionária obra que não vai atender à população difusa do semiárido, em nome de quem está sendo feita, com águas que conservamos em Minas Gerais. Ela vai basicamente para as grandes cidades do Nordeste, para outros usos e para quem estiver perto dos canais. Não vai sair água desses canais para atender a milhares de quilômetros e a milhares de propriedades. Quero que entendam a importância de tratarmos a água da natureza, da chuva, no momento mais nobre do ciclo, pois ela é a água mais barata, a água de melhor qualidade, a mais limpa, daí a importância do que o Dr. Jésus falou aqui, ou seja, as tecnologias sociais. Precisamos nos unir e acelerar esses projetos de governo. O governo do Estado também tem possibilidade de trabalhar para garantir a prioridade, acelerar o atendimento por via da tecnologia social, tendo em vista a perspectiva de sua universalização.

Aqui vemos vários "slides" que mostram as formas que a agricultura tem encontrado para fazer rotação de culturas, curvas de nível, barraginhas, integração entre lavoura, pecuária e floresta. São todas formas de se fazer a conservação de água e temos de tratá-las. Esse é o ponto-chave. Volto a insistir: vamos cuidar de conservação de água para uso local. Quando ela sobrar, o produtor vai ser remunerado pelo trabalho nobre que fez para sua conservação, para si e para terceiros.

Termino dizendo que entendo ser esta reunião fundamental. Não a vejo somente pelo lado informativo, mas para aprofundar a nossa visão crítica, os nossos posicionamentos críticos. Somados, os agentes públicos, os agentes sociais e as lideranças da agricultura caminharão para buscar a solução dos problemas. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras da Sra. Cleide Izabel Pedrosa de Melo

Bom dia a todos e a todas! Parabenizo os Deputados Antônio Carlos Arantes e Rogério Correia e esta Casa, por realizarem este ciclo de debates muito importante para todos. Peço permissão para cumprimentar os membros da Mesa por meio dos colegas Jésus Lima, do governo federal, e do governo estadual, Dr. Paulo Romano. Gostaria de cumprimentar as pessoas que estão aqui presentes: o Vilson, Presidente da Fetaemg, e o Eduardo Nascimento, também da Fetaemg. Na pessoa do Jairo, com quem estive conversando, cumprimento as demais pessoas.

A importância da agricultura familiar é inegável tanto pela geração de renda quanto pela água, pois a geração da água está nas propriedades familiares, que são em maior número na região. Esclareço que o Igam é o órgão gestor de recursos hídricos do Estado, e uma das suas funções é realizar a gestão da água de forma descentralizada e participativa, trabalhando para que haja melhoria em sua qualidade e em sua quantidade e garanta os usos múltiplos, como previsto em nossa lei.

Nenhum uso da água é mais importante que o outro. A água deve estar disponível para a agricultura, para a indústria, para a geração de energia, para o lazer, para o paisagismo e para a manutenção dos ecossistemas. A grande dificuldade é que ela é um insumo econômico de muito valor. Como o Dr. Paulo Romano explicou, em locais onde há atividade mais intensa, esses usos se chocam. Por exemplo, há grande déficit de tratamento de esgoto em todo o País, e a água ainda é usada para a diluição desses esgotos. Para o regime dos rios, isso tem uma alta depuração. Se isso não for tratado adequadamente, essa água fica cada vez menos disponível.

Também foi dito aqui - e achei muito importante - o acesso a terra, mas é importante também o acesso às tecnologias, mas não é possível haver assistência técnica e uso da terra sem água. No acompanhamento técnico, é fundamental também, como dito aqui, o manejo correto do uso da água e do solo, como estava discutindo com o Jairo.

Na propriedade, a água é uma das maiores riquezas. Ela deve ser protegida para que não vá embora levando o solo, o adubo. Se o proprietário não protege as nascentes, os pontos de água na terra, a sua disponibilidade será reduzida. A grande importância da agricultura familiar é que essa água nasce na propriedade rural.

Entre suas funções, o Igam detinha a concessão dos atos autorizativos. De acordo com as leis de recursos hídricos tanto federal quanto estadual, a água é de domínio da União e do Estado; não é do dono da propriedade onde ela nasce. Todos têm direito à água, e deve haver a concessão de seu uso, até mesmo para que sua gestão possa ser feita na escassez ou em sua falta. Existem alguns atos autorizativos, como a outorga pelo uso da água e o Cadastro de Uso Insignificante, que devem ser realizados quando a água é utilizada. Essa é uma grande dificuldade para o produtor familiar, por causa da burocracia e dos processos envolvidos.

Primeiramente falarei sobre o Cadastro de Uso Insignificante, que é o primeiro passo a ser tomado. A maior parte dos produtores rurais faz pequeno uso da água. Esses atos autorizativos, que antes eram de responsabilidade do Igam, a partir de 2011, passaram a ser de responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado, através das Suprams regionais. O Cadastro de Uso Insignificante é um processo simplificado de regularização em que a pessoa informa o que ela usa, de onde retira a água, e a taxa para a sua obtenção é de R$34,72. Os dados para a obtenção desse procedimento estão aqui.

Nosso Estado está dividido em duas partes, que vocês estão vendo naquele mapa. Aquela parte em vermelho é onde há mais falta de água superficial. Existe água subterrânea, mas há escassez de água superficial. Para se captar, nos rios ou nos cursos d'água daquela região, até 0,5-l/s, mesmo que seja durante um dia todo, esse uso é considerado insignificante e não precisa de um ato autorizativo mais complexo. Para se captar água na parte azul, onde há mais disponibilidade hídrica, até 1-l/s também é considerado uso insignificante, dispensado de outorga. Lá em cima, naquela região em vermelho, um pequeno açude, uma pequena área de captação, de armazenamento - não é água de chuva, pois ela não precisa de nenhum ato autorizativo, mesmo porque é um bem democrático - que reserva até 3 milhões de litros ou 3.000m³ também não depende de outorga, mas simplesmente de cadastro. E, na faixa da linha azul, até 5.000m³ ou 5.000.000l.

Para entender essa Cartilha de Uso Insignificante, uma das grandes parcerias do Igam - inclusive para disseminar essa política - foi feita com a Fetaemg, porque, até 1998, a água era um bem particular e, pela Constituição de 1998, passou a ser um bem de domínio público. Aquele que entendia que a água que nascia em seu terreno era de sua propriedade, a partir de 1998, teve de mudar. Como esse é um conceito que tem de ser assimilado e para que saibam que todos têm acesso à água, elaboramos essa Cartilha de Uso Insignificante em parceria com a Fetaemg e a distribuímos aos produtores rurais, numa linguagem mais simples, a fim de que entendam os procedimentos e onde se enquadram.

Quando assumimos o Igam, uma das grande queixas dos sindicatos e dos produtores, inclusive desta Casa, se referia à questão das multas. Era uma situação muito difícil, pois recebíamos um agricultor familiar com uma multa de R$3.000,00 porque fizera uma captação sem autorização. E nos deparamos com um ponto muito complicado: como um agricultor, com baixo rendimento, teria possibilidade de pagar uma multa por estar usando água e, inclusive, por desconhecer a própria lei? O Igam tomou uma iniciativa, amparado por um instrumento legal, que foi a campanha Água: Faça Uso Legal, que começou a ser gestada em 2007, sendo efetivamente implantada em 2008 e 2009. Nessa campanha, partimos para fazer um registro de uso insignificante em todos os Municípios do Estado de Minas, exatamente para conhecer os usos.

Se o Igam tem de fazer a gestão e saber onde estão as demandas e conflitos, primeiramente necessitava conhecer o usuário e como era o seu uso. Para que vocês tenham uma ideia, eram 3 mil Cadastros de Uso Insignificante de Recursos Hídricos e 17 mil outorgas, ou seja, tínhamos conhecimento oficial de 20 mil usos, sendo que, no Estado, há mais de 600 propriedades rurais cadastradas que fazem uso da água. Portanto, havia um déficit de informação. Para fazer esses registros, buscamos parcerias com os Comitês de Bacias Hidrográficas, com as Suprams, com o IEF, com a própria PMMG - foi a primeira vez que a Polícia foi a campo não para

multar, mas para obter dados e regularizar a situação das pessoas. Também contamos com a ajuda da Associação Mineira de Municípios - AMM -, da Emater, da Fiemg, da Fetaemg, da Unipac, do Incra e de vários Municípios. Nesse processo, foi feito um formulário simplificado, em que as pessoas indicavam a forma de uso da água a partir da sua regularização, até que fossem convocadas para a regularização definitiva. O resultado disso é que passamos de 20 mil usos conhecidos no Estado para 362.208 cadastros de intervenções, sem contar que as outorgas passaram a ser mais de 60 mil, ou seja, passamos de um universo de 20 mil para mais de 400 mil dados de usuários, o que nos deu condições de fazer um estudo para sabermos onde há maior demanda e qual a disponibilidade relativa. Desse total, 310 mil foram usos insignificantes, a maior parte da agricultura familiar - muito poço, muita captação em nascente. Com isso, as pessoas ficaram resguardadas da fiscalização. Elas informavam que tinham o registro, o que era verificado pelo próprio órgão fiscalizador, e adquiriam um documento. Dessa forma, até que o Igam a convoque para regularização, ela está protegida de penalidade. Essa convocação, então, passou a ser feita para os usos maiores das outorgas. Aliás, estamos estudando como vamos transformar esse registro num cadastro de usos insignificantes para os demais.

O Igam empreendeu outra ação, preocupado com essa questão da água. Em Minas temos uma vazão outorgável. Ela é baseada numa Q7,10, um termo muito técnico, que não vou explicar. Mas seria o ponto onde há menos água naquele curso d'água, em sete dias consecutivos e com 10 anos de recorrência. O Estado de Minas disponibilizava 30% dessa água para os usos. Os outros 70% destinavam-se a manter a parte ecológica e à diluição de efluentes, ou seja, de esgotos sanitários e industriais etc. Percebemos que isso é muito pouco. Trabalhamos a questão no Plano de Recursos Hídricos e decidimos incluir nele um aumento nessa disponibilidade hídrica, até para diminuir o conflito pelo uso onde ele ocorre numa intensidade maior. Conseguimos uma alteração geral, aumentou em 66% a disponibilidade de água a ser utilizada. Esse é um aspecto crucial na agricultura, pois sabemos que o setor exige uma quantidade maior de água, mas também temos de ter em conta que é nas áreas rurais que essa água é mantida, conservada. Se for bem utilizada naquela propriedade, essa água pode ser aumentada, através das boas práticas.

O que aconteceu? Na região central, onde se localiza a Região Metropolitana, não foi possível aumentar esse percentual de 66%, exatamente porque há uma concentração muito grande de esgotos sanitários e ainda temos de fazer gestão para que não só as pessoas, mas também os ecossistemas sobrevivam. Então, um pouco dessa restrição continuou na Região Metropolitana, ressaltando que, à medida que for aumentando o índice de tratamento de esgoto e a melhoria dessas águas, isso também pode ser aumentado. E, naqueles locais onde não há, podem ser feitos estudos regionais e liberado.

Naquela parte escura do mapa, região Norte, parte central de Minas, Região Metropolitana e área onde há maior escassez, continuou 30%, mas vocês podem identificar algumas manchas verdes. São áreas onde a demanda pelo uso ainda é maior que a água disponível. Quando reunimos uma série de pessoas exigindo o uso da água e ela não está disponível, temos de fazer todo um trabalho de alocação, negociação, para que todos os usos sejam atendidos. Essas áreas onde foi constatado que há conflito também passaram a ter esse aumento de 66%, exatamente para minimizar essa situação.

Nessas áreas de conflito há um aspecto importante. Nos locais onde há mais demanda pela água que a disponibilidade, temos de fazer uma articulação de todos os usuários, sindicatos, associações e setores produtivos que precisam da água – Fiemg, Fetaemg, Seapa, Emater, produtores rurais no geral – e discutirmos a questão, para que aquela água seja distribuída não da forma como queriam, mas que ela seja disponibilizada para todos. O mapa de Minas mostra onde estão todas essas áreas de conflito.

Resumindo, esse problema da gestão é responsabilidade de todos. Infelizmente, tem de haver uma legislação para que não falte água. Já houve situação em que alternamos o horário de captação da água de acordo com a demanda. Parabenizamos os senhores pela iniciativa e nos colocamos à disposição para o que for necessário. Muito obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Sra. Cleide. Com a palavra, o Sr. Samir Carvalho Moysés, para sua exposição sobre o tema "Infraestrutura rural e acesso à água".

Palavras do Sr. Samir Carvalho Moysés

Bom dia, é um prazer enorme estar aqui, na Assembleia. Em primeiro lugar, quero justificar a ausência do Secretário Gil Pereira, a quem tenho a honra de representar neste evento. Ele foi convocado para participar de um evento com o Governador do Estado e não pôde comparecer. Cumprimento o Deputado Antônio Carlos Arantes, Presidente nesta reunião, e parabenizo-o pela iniciativa de trazer a sociedade civil para discutir políticas públicas, já que este é um espaço muito importante de discussão. Aproveito para cumprimentar o Deputado Rogério Correia, meu grande amigo Wander Borges, Dr. Jésus Lima, do Ministério do Desenvolvimento Social, Dr. Dino Sandro, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Dr. Paulo Afonso Romano, da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na pessoa do qual cumprimento os representantes do governo. Cumprimento especialmente à Dra. Cleide, do Igam, e em sua pessoa cumprimento todas as mulheres, em especial aquelas que trabalham de maneira tão dedicada, como a Dra. Cleide, e cumprimento os demais presentes.

Nossa apresentação será breve. Vamos falar sobre duas ações desenvolvidas pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais que dizem respeito à infraestrutura hídrica para as comunidades rurais. Uma delas é o Programa Água para Todos, cuja exposição foi feita pelo Dr. Jésus Lima, e vou complementá-la. A segunda é o Programa de Combate à Pobreza Rural, que é desenvolvido pelo governo de Minas e tem tido sucesso há alguns anos.

O Programa Estruturador Desenvolvimento Social dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri tem o objetivo global de promover o desenvolvimento social dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri a partir de ações que visam à inclusão produtiva das famílias. O que é isso? Trazer as famílias para participar da decisão da aplicação dos recursos das políticas públicas, identificando quais são as melhores condições para cada comunidade e levar infraestrutura rural e de recursos hídricos para elas.

O estudo de desenvolvimento do Norte de Minas trabalha, hoje, 138 Municípios, compreendendo o Norte de Minas, o Vale do Mucuri, o Jequitinhonha, alguns Municípios da região Central e do Vale do Rio Doce que compõem a nossa região, mais por questão de terreno e condições socieconômicas.

O Programa de Desenvolvimento Social dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri é composto de duas ações - Programa Água para Todos e Programa de Combate à Pobreza Rural - e tem como objetivo promover a inclusão produtiva das famílias em situação de pobreza, articulada com a infraestrutura de saneamento básico.

O primeiro programa de que vou falar é o que gerencio. Fico até mais à vontade para falar sobre ele, que é o Programa Água para Todos. O Dr. Jésus já nos apresentou o programa nos conceitos gerais e objetivos do governo federal, que firmou parceria conosco.

Temos uma parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no valor de R$52.463.790,00 para a construção de 9.661 cisternas de placas para consumo humano, 502 cisternas de produção, 998 pequenas barragens e ainda temos recursos disponíveis para desenvolvermos pequenas unidades produtivas ao lado das tecnologias de água para produção, que são as pequenas barragens e as cisternas de produção. Além disso, temos mais três parcerias firmadas com o Ministério da Integração, que totalizam R$96.000.000,00. Temos o objetivo de instalar mais 6.388 cisternas de polietileno para consumo humano, também em parceria com o Ministério da Integração e com o DNOCS, que fará a doação das cisternas. Nós faremos a instalação delas. Temos também recursos para a construção de 170 barreiras para dessedentação animal e pequenas produções locais. Essas barreiras serão coletivas. Temos recursos da ordem de R$72.000.000,00 para instalação de 600 sistemas simplificados de abastecimento de água, que devem atender pelo menos 40 famílias em cada sistema. Estamos falando de fazer chegar água com tratamento e hidrometragem na porta de 24 mil famílias, com esses recursos. Esperamos chegar até o final do ano que vem com essa meta cumprida: água tratada e hidrometrada na porta dessas pessoas.

Qual é o nosso público-alvo? O foco do nosso trabalho são as famílias de baixa renda, classificadas como em situação de pobreza. O que significa isso? São aquelas famílias cadastradas no Cadastro Único de Políticas Sociais do governo federal - CadÚnico -, que têm renda "per capita" mensal de até R$140,00. Somadas a isso, elas também precisam ter acesso precário ou nenhum acesso à água. Todas essas famílias serão beneficiadas pelo Primeira Água, que é o que o Dr. Jésus acabou de explicar, a chamada água de consumo. Em parceria com o governo federal, temos uma meta de universalizar o atendimento a essas pessoas. O governo federal fez um recorte do território estadual e repartiu as ações de universalização de acesso à água entre diversos parceiros, como a Codevasf, Fundação Banco do Brasil. E uma parcela ficou com o governo do Estado. E vamos fazer chegar água de consumo a essas pessoas.

Novamente chego àquele ponto de que tinha falado, as nossas metas: 9.661 cisternas, 502 cisternas de produção, 998 pequenas barragens, 170 barreiras, 600 sistemas simplificados, 6.388 cisternas de polietileno. É importante destacar o esforço que o MDS desenvolveu para classificar as cisternas de placa para consumo, para produção e as pequenas barragens como tecnologias sociais. Isso vai facilitar a intervenção do governo nas propriedades individuais de cada família. Todos sabemos, como foi dito anteriormente, que a dificuldade de regularização de imóveis é muito grande na região, e isso vai facilitar e dar celeridade às ações do governo do Estado. As outras ações de produção, 502 cisternas de produção, 988 barragens e 170 barreiras, também têm outro pré-requisito para atendimento dessas famílias. Qual é o pré-requisito? A família já precisa ter acesso à água para consumo, seja por qual tecnologia for, seja por uma cisterna do próprio programa, seja por um sistema de abastecimento levado pela Prefeitura ou construído pela comunidade. Essa família tem de ter acesso à água de qualidade para consumo para ter acesso ao Segunda Água, que é a água para produção.

Sobre a implantação, temos aqui uma ilustração da cisterna de produção, que muitos de vocês devem conhecer. Além da instalação da cisterna, o que estamos fazendo em parceria com a articulação semiárida, e todas as demais tecnologias, cada família beneficiada também receberá um curso de capacitação em gestão de recursos hídricos. De que se compõe esse curso? A família vai aprender como deve ser feito o bom manejo e uso da água para o consumo sustentável dessa água; como usar água de qualidade. Além disso, ela vai aprender como fazer a devida manutenção na tecnologia disponibilizada para ela.

Cabe destacar que os agentes comunitários de saúde já estão desenvolvendo os trabalhos de análise da qualidade da água, um trabalho que fazem sob a orientação da Funasa, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social.

Esse é um exemplo da nossa cisterna-calçadão, que já foi mencionada anteriormente. É uma cisterna de produção, com 52 mil litros. Esse é o exemplo de uma pequena barragem.

Outra observação importante refere-se ao que foi uma grande vitória para a administração pública e que deu celeridade ao atendimento a cada uma das famílias. Trata-se do termo de cooperação assinado entre a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Agricultura e a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, do Norte de Minas - a Sedvan. Esse termo de cooperação permitiu simplificar todos os procedimentos ambientais necessários à execução do Programa Água para Todos. Por que isso? Apesar de conseguirmos instalar as cisternas de placas para consumo, as cisternas de placa para a produção, as cisternas de polietileno e as pequenas barragens nas casas das famílias, os barreiros, que serão maiores, para uso coletivo, os sistemas simplificados de abastecimento de água ainda precisam respeitar todos os ditames da legislação. Não podemos incorrer em nenhuma falta porque, como a Dra. Cleide explicou, a legislação é muito rigorosa e tem o objetivo de garantir que o recurso hídrico seja utilizado não só pela geração presente, mas também por todas as gerações futuras. Para isso, estamos simplificando os procedimentos. É uma simplificação sem liberalização, que dará celeridade às ações do governo.

O programa de Combate à Pobreza Rural e à Migração Laboral já existe desde 2006, gerenciado pelo Dr. Arnaldo Severino, que não pôde estar presente e é um grande colega nosso, com muito conhecimento sobre a Região Norte. Esse programa tem o objetivo de contribuir para a diminuição das vulnerabilidades socioeconômicas dos espaços regionais. O que é isso? O governo disponibiliza o recurso para a região, que é repartido para os Municípios de acordo com critérios objetivos. Quais são esses critérios? O IDH e a população rural. Quanto maior for a população rural, maior será a participação do Município na fatia do bolo. Quanto menor o IDH, maior será a participação do Município na fatia do bolo. Isso significa priorizar os Municípios que têm o menor IDH. Quem define para onde esses recursos são direcionados? É a própria população, por meio da sociedade civil organizada. A decisão acontece no âmbito dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, que são compostos, em dois terços, por agricultores familiares. As associações comunitárias definem quais são os projetos prioritários para o atendimento, se delibera no âmbito do

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e que são encaminhados para o Idene, para que sejam celebrados os convênios que financiarão as obras de recursos hídricos.

É importante destacar que a dinâmica de trabalho de participação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável também será aplicada no âmbito do Programa Água para Todos. Os governos federal e estadual estabeleceram instâncias colegiadas de deliberação, validação e controle social de política pública. No âmbito nacional, existe o Comitê Gestor Água para Todos. No âmbito estadual, existe comitê e gestão estadual. Em cada Município deveria haver um comitê gestor municipal, porque utilizaremos o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, que desempenha esse trabalho muito bem, sabe quais são as reais necessidades da comunidade e tem uma dinâmica de funcionamento muito boa, que nos ajuda nas definições. O Conselho é que definirá quem receberá essa água, de acordo com os critérios estabelecidos pelo governo federal, e só executaremos a obra.

O programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR -, existente desde 2006, aplicou mais de R$111.000.000,00 na região Norte de Minas, chegando a 140 mil famílias. No total, foram 2.600 projetos. Em 2012, 3.800 famílias foram beneficiadas. É importante destacar que, desses 2.600 projetos que o PCPR financiou, 702 tratam da infraestrutura hídrica, para levar abastecimento de água para as populações, principalmente sistemas simplificados de abastecimento. Isso mostra como estamos trabalhando na agenda com a principal necessidade da região, que é a água. O governo está trazendo mais água para a região.

Por fim, queremos ilustrar algumas ações de pequenas unidades produtivas financiadas: suinocultura, por exemplo, pelo PCPR; equipamentos e fabriquetas de farinha; tanques de resfriamento de leite. São diversas ações. Cada comunidade define o que é mais adequado, e, a partir daí, o governo faz o financiamento da ação. Era só o que queria falar. Acredito que consegui cumprir os 14 minutos sem a campainha tocar. Obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem antes sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e apresentação oral de questionamentos aos expositores serão feitas de acordo com o volume de inscrições recebidas.

Debates

O Sr. Presidente – Iniciaremos, agora, os debates. Estamos aqui para discutir e dar voz a vocês, mas temos que ter um controle do tempo. Com a palavra, o Sr. Carlos Alberto Menezes de Calazans.

O Sr. Carlos Alberto Menezes de Calazans – Em um segundo momento, falaremos sobre infraestrutura, portanto, agora, quero apenas falar algo importante a esse respeito. O Jésus falou sobre o Programa Água para Todos, um novo grande programa do governo da Presidenta Dilma e do nosso. Quero reafirmar que a Presidenta da República e o nosso governo têm um compromisso de não deixar faltar recursos para desenvolver a agricultura familiar e beneficiar os assentados, no que diz respeito a estrada, água e luz.

Qual tem sido o nosso gargalo? Comentava com o Jésus que tem sido a parte operacional. Temos recursos definidos no Programa Água para Todos. São alguns milhões de reais destinados a desenvolver a agricultura familiar e os assentamentos, Deputado Rogério Correia, companheiros, sindicatos, movimentos da luta pela terra em Minas, assentados e pequenos produtores presentes. Em que gargalo temos que nos concentrar? Primeiramente, é importante saber que os programas estaduais, por meio da Secretaria, têm de dialogar com os programas federais de forma objetiva para fazer chegarem os recursos e a infraestrutura até a ponta. Há anos, existem recursos disponíveis dispersos, sem conseguirmos potencializar as forças do governo municipal, por meio das Prefeituras, do governo estadual e do federal, fazermos com que cheguem à ponta.

Como poderemos potencializar, por exemplo, o sucesso do Programa Luz para Todos, que conseguiu universalizar a luz? Sabemos que ela falta em algumas regiões, mas esse foi um programa dinâmico. Agora, precisamos fazer com que a água, as estradas e a infraestrutura cheguem à agricultura familiar e aos assentados, já que o governo está se comprometendo a viabilizar os recursos. Como poderemos conveniar, estruturar e fazer com que essas políticas cheguem à ponta? Esse é um grande gargalo.

Estamos debatendo isso no governo e surgiu a ideia de convênios com os consórcios para chegarmos até a agricultura familiar e os assentados, atingindo todos. Há muita pressão dos órgãos de controle do governo federal, em relação às ONGs e às Prefeituras. Existem denúncias e um permanente olhar sobre tais convênios. Como conseguiremos aprimorar esses modelos para fazer com que a execução chegue à ponta? Esse é um bom debate para se travar aqui na Assembleia Legislativa, pois os recursos estarão disponíveis.

Vários colegas, representando o governo estadual, e nós, do governo federal, estamos nos comprometendo, no seminário, nesse diálogo, a definir que recursos estarão disponíveis no governo federal. Muitos programas similares são editados por Minas Gerais para fazer os recursos chegarem à ponta. Nós, gestores públicos, devemos aprimorar a pergunta a ser feita para fazer com que, de fato, os recursos e a execução cheguem aos milhares de assentados e também a toda agricultura familiar dos Municípios em geral.

Temos aí uma boa discussão. Já que estamos em meio a uma eleição municipal, que essas discussões de falta de água, falta de recursos, falta de infraestrutura, falta de estradas e outras venham à tona em todo o Estado. Vamos discutir diretamente nas Prefeituras e com os consórcios regionais para que os recursos cheguem até essa ponta. Os diagnósticos estão prontos. Tenho várias lâminas com esse diagnóstico que fizemos durante todo o ano sobre as demandas do Estado. Com certeza, a Secretaria do Wander Borges, a Assembleia Legislativa e o Gil Pereira têm esse diagnóstico nas regiões mais carentes do Estado: Norte, Noroeste e Jequitinhonha. Esse é um quadro que precisa ser bem aprimorado e bem executado. Com a precariedade do nosso órgão e do próprio Incra em termos de acompanhar a execução, estamos optando pelos convênios, principalmente com as Prefeituras e com o governo estadual, para a execução dessas tarefas, especialmente um olhar atento para a Ruralminas. Acredito que temos uma sinalização bem objetiva de que recursos para desenvolver essas áreas no país não vão faltar. Essas são as palavras da Presidente. Temos que aprimorar e organizar a forma de fazer com que isso chegue à ponta eficientemente para melhorarmos a vida do povo, para sairmos do patamar em que estamos em termos de estradas, de água e de luz em alguns cantos. Queremos desenvolver a qualidade da produção da agricultura familiar em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, Jô Lima.

A Sra. Jô Lima – Boa tarde. Sou Conselheira do Consea-MG pela regional do Alto São Francisco. Quero fazer uma homenagem a Josué de Castro, referência mundial no combate à fome e à miséria, pelo seu centenário, comemorado no dia 4 de setembro. Médico, Josué de Castro completaria 100 anos. Ele fez a geografia da fome e muitas outras obras. Suas obras foram e são referência para várias políticas de segurança alimentar e para a erradicação da miséria e da fome. Josué de Castro, referência para os programas da FAO, no governo Lula teve suas obras traduzidas em outros idiomas. Parabéns ao produtor rural que ara, que planta e traz alimento para as nossas mesas. Muito obrigada.

O Sr. Presidente – Com a palavra, Iran Leite, da Associação Comunitária Noiva do Cordeiro.

O Sr. Iran Leite – Vou falar rapidamente uma coisa sobre terra. Na minha comunidade, temos um terreno, espólio, onde os parentes vão fazendo casas. Gostaria de saber da mesa se há condições de essas pessoas, sendo herdeiras, terem documento dessas pequenas propriedades. Muito obrigado.

O Sr. Presidente – Muito obrigado, Iran. Com a palavra, o Elton dos Santos Carvalho, da Associação dos Assentamentos de Jaíba.

O Sr. Elton dos Santos Carvalho – Sou dos assentamentos do Jaíba e também pertenço ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR. Quero dizer que, diante da situação em que se encontram os assentamentos, quando nos chegam algumas associações formadas querendo terra, responde-se: dinheiro tem, terra tem, trabalhador também tem, mas, enquanto os problemas existentes nos assentamentos não forem resolvidos, da minha parte, CMDR, já não será aprovado nenhum assentamento do crédito fundiário em Jaíba, pois a situação está precária. As pessoas estão inadimplentes com as prestações da terra. Está tudo bagunçado, porque não há assistência. O IEF não deixa trabalhar. Então, não há crédito nem nada, e não adianta fazer assentamento nessa situação. Temos dinheiro, terra e trabalhador, mas não há condições de sobrevivermos nos assentamentos.

O Sr. Presidente – Muito obrigado, Sr. Elton. Com a palavra, o Sr. Euclides Rodrigues Fiúza, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirabela.

O Sr. Euclides Rodrigues Fiúza – Meu nome é Euclides Rodrigues Fiúza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirabela. A minha pergunta é para o Sr. Dino. No Município, há 58 famílias assentadas pelo crédito fundiário. Há um assentamento na Fazenda Água Limpa. Na época em que compramos a terra, foi feito um laudo pelo IEF dizendo que ela podia ser trabalhada. Depois que o pessoal foi para lá, o IEF disse que não se pode desmatar a área. As pessoas estão endividadas, sem poder trabalhar. São 20 famílias que passam por dificuldades. Há pessoas que até estão com o nome no SPC, pois estão endividadas. Isso está sem solução. Quero que ele me responda uma solução para esse problema, a fim de que essas pessoas voltem a produzir. Estamos na divisa do Município, que é da área do Semiárido. A cidade de Patis foi emancipada do Município de Mirabela. Existe lá a área do Semiárido, e Mirabela não é semiárido. Então, não chegam a Mirabela os recursos que, muitas vezes, são facilitados para o Semiárido.

A outra pergunta vai para o Secretário Wander Borges e é sobre a titularização de terras. Hoje cento e tantos títulos de terra de Mirabela estão em Belo Horizonte, e as pessoas lá estão passando necessidade. Agora temos esses bons créditos da estiagem, e as pessoas estão precisando trabalhar, mas não podem porque não têm o documento da terra. Muitos já completaram a idade de se aposentarem, mas não podem, porque não têm também o documento da terra. Então, gostaria de perguntar ao Secretário se ele tem uma maneira de agilizar essa situação, porque nós trabalhadores estamos precisando dessa documentação. Muito obrigado a todos.

O Sr. Presidente – Muito obrigado, Sr. Euclides. Com a palavra, o Russo, do MST.

O Sr. Felipe Russo – Bom dia! Antes de mais nada, quero dizer que ser sucinto é um pouco impossível. Assim, avisamos que, como são duas temáticas em uma só, serão dois minutos mais dois minutos, dando quatro minutos de teto. Tentaremos ser objetivos. O coordenador da Mesa deve aprender a escutar o povo que quer falar.

É preciso fazer uma revisão daqueles mapas, porque não tem como compararmos os assentamentos e o nível de desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária de Minas Gerais com os do Sul do País ou os de São Paulo para baixo. As nossas áreas são maiores, mas não têm o mesmo potencial produtivo daquelas outras. Na atual reforma agrária proposta pelo governo Dilma, chamada de reforma agrária de qualidade, o Centro-Sul ficou fora.

Minas Gerais já não tem reforma agrária. A companheirada do Triângulo, do Sul de Minas, da Zona da Mata e do Rio Doce praticamente já não tem como criar assentamento. Uma prova disso é que, em 2011, sete decretos foram para Minas Gerais, mas até agora nenhum emitia a posse. Este ano, dos 24 decretos, apenas um veio para Minas Gerais, mas está lá no Noroeste.

Qual é a proposta do governo federal para a reforma agrária? E o culpado não é somente o governo federal. Na semana passada, todas as organizações, tanto a Via Campesina quanto a Contag, a Fetraf, os quilombolas e os indígenas, apresentaram a denúncia na frente do palácio da Presidente Dilma. Mas, em Minas Gerais, o governo estadual é contra a reforma agrária. Quando há recursos para se fazer a reforma agrária e aplicar crédito para assentamento, a legislação ambiental entrava esse desenvolvimento. Quando não há a questão do IEF e da Supram, o próprio Igam vem com a questão das outorgas.

Tem de ficar explícito que tem de ser favorecido e facilitado o processo de licenciamento ambiental para os assentamentos e para a criação de futuros assentamentos, pois, na prática, não é isso o que acontece. Um exemplo explícito disso é que, a 24km de Montes Claros, há um assentamento, e a polícia ambiental foi lá multar em R$700,00 o motor que usa a água da lagoa suja. O Calazans foi lá com o Incra Itinerante para ver aquela água podre do esgoto de Montes Claros. E a polícia ambiental, dizendo que o Igam não tinha autorizado o uso daquela água para oito famílias, multou em R$700,00 um agricultor que produzia hortaliças sem nenhum crédito da reforma agrária e sem nenhum crédito apresentado ontem.

Os companheiros da plateia têm de ter mais tempo para se manifestar, pois tudo que foi dito aqui está na teoria, mas, na prática, a realidade é muito diferente.

Como se faz uma reforma agrária de qualidade sem água para as famílias beberem e produzirem? Temos de ficar com esse "somebody to love" e esse "caô" da facilitação da água no Norte de Minas por outorga e Cadastro de Uso Insignificante, mas isso é uma mentira. Será que o Igam fiscalizará o perímetro irrigado do Jaíba, em Pirapora? Tenho certeza de que não vai, pois estamos lá na ponta e vemos isso. Os companheiros do Jaíba evidenciam a fiscalização do Igam e da Supram sobre os pequenos agricultores. Mas

nas terras do Vittorio Medioli, que estão com 60 pivôs de 100ha, há poço artesiano para tudo quanto é lado. E as nossas comunidades e 80% dos assentamentos do MST têm poços perfurados, mas não foram equipados e água não foi distribuída. Há poços que foram perfurados há oito anos.

Como se faz uma reforma agrária de qualidade? A direita de Minas Gerais passa a testar até alguns representantes desta Casa, que dizem que a reforma agrária não é viável. Isso é uma grande farsa. Os órgãos ambientais e o governo estadual estão entravando isso. Para falar de desenvolvimento rural sustentável, tem de se falar em reforma agrária. De agora em diante, é preciso associar agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Realizamos esse debate na Conferência Estadual de Ater e na Conferência Nacional de Ater, em Brasília, e o MDA tratorou e não ouviu nenhuma das nossas propostas. Agora o governo federal está querendo fazer com que a Ater seja regida e controlada pelo Ministério da Agricultura, pela Kátia Abreu, que simboliza o agronegócio, que é outro projeto para o campo brasileiro. Isso tem de ser denunciado. É preciso levar em conta todas as propostas dessas organizações.

Para concluir, proponho que seja realizada uma audiência pública sobre a água. Não há como discutir isso em 2 horas. Temos de convidar para a audiência pública a Funasa, a Codevasf, o DNOCS, o Incra, a Copasa e o Idene. Na prática, essas políticas públicas, na região do Norte de Minas e do Jequitinhonha, têm sido utilizadas para a manutenção da indústria da seca. Quem for ao Norte de Minas verá todos os grupos de base discutindo o recebimento de cano e de caixa d'água a troco de voto. E o Deputado Gil Pereira não está aqui à toa. Essas caixas d'água do Água para Todos, de plástico, não têm servido. Se o governo quisesse realmente fortalecer a agricultura camponesa e familiar, teria reforçado os recursos para a ASA. Temos provas de que essas caixas d'água, com o sol do Norte de Minas e do Piauí, estão todas torcendo. Temos de realizar uma audiência pública nesta Casa.

O Sr. Presidente – Com a palavra, o Sr. Haroldo Ferraz, militante do Norte de Minas.

O Sr. Haroldo Ferraz da Silva – Muito bem, Russo, parabéns! Pessoal, estamos em um país rico, sem pobreza, sem miséria e sem fome. Temos 11.800.000 famílias lutando pela terra; 70 milhões de projetos; e 1.070 projetos em dívida. O governo só reconhece projetos que atendam aos empresários, não aos pobres.

O governo estadual não tem política pública para combater a seca. Tudo vai por água abaixo. Há seis anos existe dinheiro para ser aplicado no Norte de Minas, mas nada sai do papel, está tudo engavetado. Onde está esse dinheiro? Ele vai para as prefeituras, mas, no fim das contas, o que vemos é essa calamidade que são os Prefeitos fichas-sujas. Quero saber onde é aplicado esse dinheiro. Na Emater, nos sindicatos, na Fetaemg, nas associações? No campo, só vemos pobreza, miséria e fome. Lá, mulher está largando marido e marido está largando mulher, deixando os filhos abandonados debaixo de uma lona preta ou num barraco de 3m por 3m. Vocês têm de ir ao campo ver o sofrimento desse povo e não podem ficar debaixo de ar condicionado só fazendo reunião, reunião. Pelo amor de Deus, vão ao campo para ver a pobreza que existe lá! Não precisamos de feira de governo, mas de projetos. Antes de vocês, quem manda no campo é a sociedade rural, que está passando dificuldades. Não temos coragem, mas também não temos medo de ir a Brasília para meter o cacete.

O Sr. Presidente – Com a palavra, o Sr. Aldemar Ramos, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaíba.

O Sr. Aldemar Ramos – Companheiros da Mesa, meus amigos, Deputados, representantes de todos os órgãos dos governos federal e do Estado de Minas Gerais, ia falar sobre a regulamentação da terra, mas, na realidade, tudo está precisando ser regulamentado. Pelo amor de Deus, Deputados, vão à luta, vão ao campo e nos ajudem! Os bancos têm tantos projetos, tanto dinheiro, mas a fome e a miséria, principalmente no campo, continuam. Precisamos de mais assistência no campo. É necessário que a Ruralminas e o Iter regulamentem e façam a titulação das terras. No Projeto Jaíba, o documento da terra foi feito erradamente, como se fosse documento de infraestrutura. Como é que fazem isso? É um absurdo. Documento de terra é documento de terra; de infraestrutura é outro. Ele tem de ser refeito para que possamos trabalhar e ter acesso aos créditos. Há muitos Deputados bons, tanto federais quanto estaduais. Peço àqueles que não são bons que fiquem bons e nos ajudem. Façam uma parceria e vão até o campo nos ajudar.

A Presidente Dilma tem programas tão bonitos. Ela está com vontade de trabalhar, tem dó da pobreza. Existem programas para facilitar, para acabar com a fome e a miséria. Vamos acabar com a burocracia, vamos para o campo, vamos partir para a luta. Somente assim vamos ajudar a nossa Presidenta, coitada, que está lá sofrendo. Vamos ajudar a nossa Presidenta, ela está com vontade de trabalhar. Vamos ajudar, pelo amor de Deus, que vai dar tudo certo, é só ter boa vontade, ter coração, amor e humanidade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente – Obrigado, Aldemar Ramos. Com a palavra, José dos Reis Pereira, da Fetaemg.

O Sr. José dos Reis Pereira – Bom dia a todas e todos. Inicialmente, quero reivindicar, como fez o companheiro do MST, 4 minutos para a minha manifestação.

Desde 1961, quando foi realizado o primeiro congresso nacional de lavradores para discutir o acesso à terra, estamos fazendo debates sobre o tema, mas nenhum dos governos teve a coragem de cumprir essa política. Na semana passada, a Presidenta Dilma disse que vai fazer concessão das estradas, dos portos, dos aeroportos. Não usou o termo, mas entendi que ela pretende privatizar esses setores. Estamos percebendo – pelo menos eu estou percebendo – uma convergência muito grande do governo federal, da Presidenta Dilma para o sistema neoliberal. Quem representa o sistema neoliberal no campo brasileiro? O agronegócio. Estamos percebendo uma opção clara da Presidenta Dilma por esse modelo, que é contrário, antagônico à agricultura familiar, ou seja, o modelo do agronegócio. Ontem e hoje, ouvi os governos federal e estadual dizerem maravilhas sobre a agricultura familiar: produz 70% dos alimentos, gera 77% dos empregos. Então, por que não fazer mais pela agricultura familiar, mais reforma agrária? É essa a pergunta que faço. O problema da agricultura familiar e da reforma agrária não é técnico, mas político.

Farei duas observações. Calazans, você deveria pegar esse microfone e informar quantas famílias o Incra vai assentar neste ano e quantas vai assentar em 2013. Só na minha região existem 2 mil famílias acampadas. Há um ano e meio, fiz um pedido de vistoria ao Incra, mas não foi feita nenhuma vistoria para desapropriar terras no Estado de Minas Gerais. Está muito claro: conforme a ordem vinda lá de cima, não se deve fazer reforma agrária nem desapropriação de terras.

O Estado de Minas Gerais deve ter compromisso com a reforma agrária. No Rio Grande do Sul, o ex-Governador Olívio Dutra fez muita reforma agrária usando o Decreto nº 4.132, que permite desapropriar terras para fins sociais e reforma agrária. Além de realizar esses debates, a Mesa precisa comprometer-se, de fato, com o que fará a partir desta reunião. Obrigado.

O Sr. Presidente – Obrigado, José dos Reis Pereira. Com a palavra, o Sr. Roberto Ribeiro de Oliveira, da Cooperfan.

O Sr. Roberto Ribeiro de Oliveira – Boa tarde a todos. Cumprimento os nossos heróis agricultores familiares. O meu nome é Roberto Ribeiro de Oliveira, sou da Cooperativa Mista dos Assentados e Agricultores Familiares do Noroeste de Minas – Cooperfan –, sediada em Paracatu. A minha preocupação é com o alimento, como disse o Dr. Paulo Romano. Ao mesmo tempo, fico preocupado também com a produção e o investimento. Hoje os grandes produtores de cana recebem muitos recursos do governo.

Dr. Paulo Romano, aquele projeto que o senhor construiu em Paracatu hoje virou cana. Por que não investir nesses heróis que estão aqui esperando o mesmo respeito com que são tratados os grandes produtores, os grandes usineiros? Minha preocupação é essa. O governo federal deve dar o mesmo suporte que oferece aos grandes usineiros, que hoje estão transformando tudo em cana. Os nossos produtores querem trabalhar e precisam de investimento. Ontem, um companheiro falou aqui que precisamos de trator. Não é um trator para cada um. É um trator para uma associação. É preciso investir nesses heróis que até hoje estão aguentando a situação. Esses heróis que poderão diminuir a nossa preocupação com os alimentos. Eles estão substituindo o agronegócio, que hoje está transformando tudo em cana. Peço mais apoio para esses heróis da agricultura familiar.

O Sr. Presidente – Muito obrigado, Roberto Ribeiro de Oliveira, da Cooperfan. Com a palavra, Juraci Moreira Souto, da Contag.

O Sr. Juraci Moreira Souto – Bom dia a todas e a todos. Vou me referir ao primeiro painel que fala sobre o acesso à terra. Dino, concordo com você: não adianta ter apenas acesso à terra; é preciso ter acesso às tecnologias. Porém, não adianta ter a tecnologia se não há acesso à terra. Em nossa avaliação, o acesso à terra deve vir em primeiro lugar. Ele é o eixo orientador de toda a proposta de desenvolvimento rural sustentável. Se não houver acesso à terra, não poderemos acessar qualquer outra política, pois as políticas são complementares.

Na semana passada, tivemos um grande ato em Brasília, com a participação de mais de 8 mil pessoas e a presença de todos os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária no Brasil. Qual o principal foco? Não foi o MDA nem o Congresso Nacional. Apesar da tentativa de reprimir a presença dos trabalhadores, o principal foco foi o Palácio do Planalto, pois de lá deve sair a autorização e a ordem, a política da reforma agrária neste país. Na avaliação dos movimentos sociais, Carlinhos, a reforma agrária não está na agenda do governo federal. É preciso que debates como este sejam feitos para que a sociedade civil possa ouvir as trabalhadoras e os trabalhadores rurais e os movimentos sociais do campo e incorporar conosco a política e a decisão de fazer reforma agrária neste país, pois ela não está pautada na agenda do governo federal. Para nós, ela é essencial, básica.

O Sr. Presidente - Com a palavra, Sônia Mara de Souza, da Fetaemg.

A Sra. Sônia Mara de Souza - Sobre as titulações de terras apossadas no Estado, iniciou-se um projeto há alguns anos, mas ele está paralisado. O Secretário falou de uma nova etapa, de um novo início, porém a maioria dos trabalhadores do Jequitinhonha e do Norte de Minas já fizeram cadastro ou as empresas já fizeram a medição e estão aguardando o título. Todo trabalho e dinheiro público empenhados nesses trabalhos iniciais serão jogados por água abaixo? Isso gerou expectativa nos milhares de trabalhadores, nos posseiros que aguardam os títulos, principalmente os que estão represados na Secretaria de Estado.

Quero falar de Minas Gerais. Carlos Calazans, não posso me esquecer de que a concentração de terras, de acordo com o IBGE, se mantém da mesma forma que nos anos anteriores. Portanto, todo aquele desenho fica prejudicado. Por outro lado, em Minas Gerais houve pouco mais de 300 assentamentos, em todos esses anos, até quando o nosso governo está na Presidência. Apesar de não nos termos esquecido da reforma agrária - os movimentos sindicais discutem reforma agrária -, as desapropriações, por enquanto, ainda são o nosso sonho, porque é o mínimo que estamos conseguindo.

No Vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas, no Triângulo Mineiro e em algumas cidades do Noroeste de Minas, há acampamentos de 10, 12, 15 ou 18 anos que nunca foram vistoriados pelo Incra, por morosidade, falta de técnicos e de assistência técnica ou por não ser período de liberação de crédito. Pergunto a vocês: o que o governo, a Superintendência, o Presidente do Incra estão discutindo para resolver os conflitos agrários, o problema dos trabalhadores acampados? São mais de 10 mil ligados ao movimento sindical acampados em nosso Estado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Maria Rita Fernandes de Figueiredo, da Fetaemg.

A Sra. Maria Rita Fernandes de Figueiredo - Bom dia a todos, trabalhadores e trabalhadoras; em segundo lugar, bom dia à Mesa também. Este momento é de tamanha relevância, mas é inaceitável, neste ciclo de debates, ouvirmos um Secretário dizer que a terra tem de vir depois da infraestrutura. A terra é o passaporte do trabalhador para a concessão das demais políticas públicas. Não podemos aceitar neste ciclo de debates a desvalorização e a repressão à reforma agrária. Estamos discutindo aqui, principalmente, a distribuição de terras em nosso Estado.

Sabemos que, na agenda nacional, não está prevista a questão da terra, a luta, a aclamação dos trabalhadores. A concentração de terras no País está aí, esmagando, reprimindo os trabalhadores. O trabalho escravo ainda existe, principalmente em Minas Gerais. Que essa vergonha nacional e do nosso Estado seja banida.

No ano passado, em 1º de dezembro, vergonhosamente foi feito acordo com empresas de reflorestamento do Vale do Jequitinhonha, e mais de 50.000ha de terras na região foram passados a plantadores de eucalipto. Enquanto isso, os posseiros, os trabalhadores, os agricultores familiares estão perdendo suas terras. Isso é vergonhoso e não podemos aceitar. Que o Igam e o IEF reprimam os grandes plantadores de eucalipto e as mineradoras, que acabam com as nascentes, a fauna, todos os seres vivos. As multas vêm para nós, e eles? Vocês os estão reprimindo? O que vocês estão fazendo com eles? Estão munindo-os de poder. É isso.

Fica aqui o alerta ao pessoal do governo federal. Calazans, temos de alertar a nossa Presidenta de que a reforma agrária é reivindicação dos trabalhadores e do povo brasileiro. Ela não pode tirar essa questão da agenda nacional. Queremos recurso para a reforma agrária.

Quanto à questão da APA, os programas de água no Nordeste, no Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas ainda são tímidos e pequenos em relação ao que vivenciamos. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - A Sra. Vanessa fez uma pergunta dirigida a mim. Ela me pergunta sobre o andamento do projeto de isenção de custos cartoriais para a agricultura familiar, especificamente para os beneficiários do crédito fundiário. O Banco da Terra apresentou, em abril de 2011, em audiência pública, uma exposição sobre o PNCF. A resposta é que esse projeto do Deputado Rogério Correia já está aprovado na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, em 1º turno. Ele recebeu parecer favorável e foi para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Já foi aprovado e está pronto para vir a Plenário e ser aprovado em 1º turno.

Com a palavra, o Secretário Wander Borges, para responder aos questionamentos.

O Secretário Wander Borges - Sobre a questão do espólio, anteriormente se fazia a titularização do espólio. A lei não permite mais isso. Tem-se que redesenhar e dividir. A coisa tem de ser feita individualmente. Então, é preciso fazerem-se as medições e trazer, para registro, a terra individualizada. Acho que isso conforta as pessoas. Quando vai para espólio, começam algumas questões como: "isso é meu, esse pedaço é meu, casei com fulano etc". Dividindo, fazemos a titularização imediatamente. Estamos fazendo também o convênio.

Em relação ao sindicato de Mirabela, fazemos isso também dentro da mesma configuração. Estamos fazendo os termos de compromisso. Essa foi a discussão que levamos ao Ministério Público, e estamos avançando nesses casos de titularização. Estamos fazendo ainda a análise de 12.500 processos.

Vou aproveitar para responder também à pergunta vinda da cidade de Tarumirim. Perguntam-me por que os assentados de Tarumirim ainda estão sem a documentação legal. Respondendo, o encaminhamento é o mesmo. Temos de fazer tudo certo para que haver aprovação. Caso contrário, vamos ter problemas. Tivemos alguns problemas de titularização, pois as pessoas tinham registro. É mais um inconveniente jurídico. Algumas pessoas pediram a nulidade do título.

O Iter tem previsão de quando vai entregar os títulos de algumas terras que foram medidas e, por irregularidades do próprio Iter, foram embargadas pelo MP? Na verdade, não foi o Iter que errou. A bem da verdade, ao contratar algumas empresas de geoprocessamento, o produto não trouxe efetividade. O sujeito foi lá e não trouxe o que foi determinado em contrato. Assim, cria-se um inconveniente contratual, que tem de ter uma justificativa. Como trabalhamos com recursos públicos - respondendo a outra pergunta que foi feita -, algumas empresas nem foram pagas. Apesar de as pessoas terem medido, aquilo que nos entregaram não atende ao Estado e à sociedade. Vieram com erro. Então, é preciso que isso seja revisado dentro do que estamos construindo com o Incra.

A outra questão é da Sônia. Dentro dessa configuração, Sônia, sabemos que, a partir do momento em que as famílias fazem o cadastro, geram uma expectativa muito grande. Comungamos com essas famílias no que se refere a essa expectativa. Nós, do Estado, temos essa expectativa. Nossa vontade é chegar e entregar o título. Isso é bom para nós, para o produtor, para a sociedade, para a Fetaemg, para o sindicato, enfim, para todo mundo.

Mas não podemos correr o risco de, passados 2 anos, 3 anos, 4 anos, 10 anos, aparecer notificação judicial dizendo que alguém está ocupando aquilo que não é devido.

A situação do Programa Nacional de Crédito Fundiário já foi abordada e realmente precisamos ter agilidade nesse processo. Estamos assinando novo convênio no valor de R$2.600.000,00. Agora, no Iter e na Secretaria, estamos celebrando convênios com as secretarias, a exemplo da Sedru, e procurando o pessoal da Copasa e da Copanor. Estamos tentando fazer esse encaminhamento para evitar que, quando chegarmos ao final do processo e o Igam e o IEF fizerem sua vistoria, digam que não aprovam. Obviamente, na medida em que avançamos, com a entrega de mais 50 mil títulos até 2011, criou-se muita expectativa nas pessoas. As pessoas têm-nos procurado com mais rapidez. Como disse, estamos elaborando esse projeto-piloto na cidade de Turmalina. Esperamos que aquilo que vier de Turmalina possa servir de base e aproveite grande parte da documentação que já existe em nossas mãos e foi repassada, inclusive, ao Incra, para avaliação, porque o edital e o convênio celebrado rezam que precisamos da aprovação do Incra para o produto que foi colocado à disposição.

Sobre a questão de Pintópolis, depois, se quiserem, podem nos procurar, pois ela também se refere à regularização de terra. O Iter e a Secretaria estão à disposição. Realmente temos de discutir isso.

Discuti com o Dr. Carlos Calazans sobre a necessidade de melhorar o preço. Quando uma empresa sai de Belo Horizonte ou de Montes Claros, de uma cidade-polo para verificar "in loco" a situação, ela precisa receber uma remuneração condizente com a necessidade, para fazer frente aos custos com diárias de viagem e alimentação, e o preço da remuneração deve ficar dentro daquilo que foi pactuado. Além disso, precisamos receber um produto que seja aceito não só pelo produtor rural mas também pelo Estado, pelos mecanismos institucionais.

Volto a repetir que não deve haver nenhum tipo de inconveniente do ponto de vista jurídico. Nossa maior desejo é não ter dor de cabeça com o Judiciário ou com o Ministério Público. Queremos que, quando o cidadão colocar a mão em seu título, vá ao cartório, registre seu imóvel e diga: "Isso é meu, é da minha família e para as futuras gerações". Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Obrigado, Secretário Wander Borges. Hoje o Secretário foi até chamado de Ministro, ele foi promovido. Com a palavra, o Sr. Calazans. Depois ouviremos mais companheiros inscritos.

O Sr. Carlos Alberto Menezes de Calazans - Começo com uma notícia que já passei ao Secretário Wander Borges, e agora vou comunicar a todos. O Iter desenvolveu uma metodologia que consideramos não adequada nesse processo. Para certificar todos os títulos no Estado, consultei alguns técnicos, apuramos todos os títulos. A metologia utilizada não foi recomendada por nós. Houve muitos erros no processo de certificação desses títulos. Chegou-se até a fazer a titulação de áreas de vazanteiros, que ficaram sob o domínio da União e de ferrovias. Consideramos que esse trabalho não foi adequado. Isso não significa que fizemos com que os títulos fossem cancelados. Estamos autorizando, e refizemos um a um esses títulos. Estamos verificando como vamos entregar esses títulos para quase 13 mil pessoas no Estado. Apesar de contar com poucos técnicos, realizamos um trabalho exaustivo, pois fizemos um mutirão para revisar quase 2 mil títulos que o Ministério Público mandou que revisássemos. Esse trabalho foi realizado por empresas

e pelo Iter durante alguns anos, e tivemos pouco tempo para refazer esses títulos e entregá-los. Já autorizei o Secretário Wander Borges a entregar esses títulos, porque não tenho condições de refazer todos os 13 mil títulos que estão sob a nossa guarda.

Mesmo que a metodologia feita pelas empresas esteja errada, equivocada, não tenha observado alguns critérios que para nós são essenciais, isso não torna os títulos inviáveis ou inadequados. Portanto, há autorização para entregá-los. Aliás dialogamos com alguns sindicatos e entidades para saber quais são as prioridades para tanto. Há muita gente precisando desses títulos. Solicitei aos técnicos para fazer esse mutirão, que é um trabalho do cão, a fim de resolver todas essas ações.

Várias pessoas, o pessoal do Jaíba etc., concentraram-se na discussão da própria reforma agrária. Já disse que o governo federal estabeleceu um critério de prioridades. Dos 81 decretos assinados pela Presidenta, não houve nenhum da Região Sul e Sudeste, excluindo-se Minas Gerais. Houve, agora, 3 decretos do Mato Grosso, dos 21 que foram assinados. Em Minas Gerais houve 8 decretos. Somente 2 decretos ficaram fora do programa Brasil sem Miséria, o que chamamos de uma radiografia econômica do nosso país; 79 decretos de desapropriação obedeceram a esse critério, se considerarmos que a Fazenda Goiás e a Fazenda de Riachinho estão dentro da área denominada Brasil sem Miséria, que é o Noroeste mineiro. Fora isso, só houve essas duas áreas: uma, sob a liderança da Fetaemg, que é a área de Ituiutaba, a Fazenda Salto da Divisa, e a área do MST, Fortaleza de Sant'Anna, que está fora do mapa estabelecido pela Presidenta. Pode-se dizer que é um muro? Pode-se dizer que é um corte? É um corte, e isso foi discutido exaustivamente. Essa é a prioridade focada pelo governo, essas são as áreas de decreto focadas pela Presidenta, afora os oito decretos de Minas Gerais, as oito fazendas, que eu e minha equipe vistoriamos por duas vezes. E temos sete técnicos para cuidar do Estado inteiro.

A partir de dezembro, fomos eu e uma equipe às áreas objeto de decreto e as vistoriamos por duas vezes. Primeiro, porque o novo fluxo de obtenção obedecia a um critério estabelecido pela Casa Civil e pelo Incra, que se referiam aos R$100.000,00 por família, e várias dessas propriedades apresentaram custo-família acima desse montante. Portanto, tivemos de vistoriar novamente todas essas áreas, diminuindo o custo por família. Isso sem falar que a Presidenta Dilma assinou, em outubro do ano passado, o único quilombo decretado no Brasil, com 160 propriedades, e tivemos de vistoriar 8 propriedades. Neste ano de mandato, fizemos 32 vistorias, incluindo 18 determinadas pela Justiça Federal em Minas. Se considerarmos que estamos em greve há 70 dias e que uma parte da nossa equipe fica em férias nos meses de janeiro e fevereiro... Essa é a palavra do governo federal que estamos sistematicamente encaminhando e discutindo sobre a política de reforma agrária no Brasil. Não estou apresentando as opiniões pessoais dos Superintendentes; estou falando sobre a discussão que houve em Brasília e quais têm sido as prioridades estabelecidas pelo governo em termos gerais no País. Essa discussão está em curso, mas ela pertence a toda a sociedade. Já disse que o acesso à terra, do ponto de vista politizado, do ponto de vista ideológico – e falo em meu nome, ao vivo e a cores –, foi restrito, ao longo dos anos, e foi barrado, independentemente de o sistema haver criado o Incra para apresentar todos os empecilhos e todas as dificuldades.

Se você tira um território de uma população rica para colocá-lo nas mãos dos pobres, isso feito por um governo em que a maioria é representante, vamos dizer, do alto capital, é claro que é difícil encaminhar.

O Sr. Vilson Luiz da Silva – Questão de ordem, Sr. Presidente. Precisamos fazer os encaminhamentos. Você está repetindo tudo que falou de manhã, Calazans. Precisamos ouvir o Plenário, as pessoas estão inscritas. Estamos aqui mais para esse fim. O governo tem de parar de embromação.

Quando todos se retirarem para o almoço, vamos discutir com quem?

O Sr. Carlos Alberto Menezes de Calazans – Estamos terminando agora assentamentos na região do Jaíba, de Gameleira, com 60 famílias assentadas. Fizemos um mutirão no Projeto de Assentamento Betinho. É evidente que essas ações foram realizadas, e falei sobre isso no início. Quando começamos em 1985 com 3 assentamentos em Minas Gerais, o Incra do Estado possuía 310 funcionários. Passados 20 anos, temos 140 funcionários para cuidar de 330 assentamentos no Estado. É claro que este debate ficou para ser feito em nível nacional, principalmente pelos nossos servidores que estão em greve. Eu apresento essa discussão ao governo federal porque a minha vontade, o meu interesse, a minha decisão é cobrir o Estado e encaminhar os projetos feitos em Minas Gerais a Brasília, e são vários, inclusive judiciais. Para que eu faça isso, é necessário resolver o problema da greve, valorizar o nosso servidor, para que façamos as vistorias necessárias. É por isso que fui a quase todos os assentamentos e rodei o Estado de Minas Gerais fazendo esse diagnóstico, que é difícil e complicado para nós. Mas temos o número de famílias e de assentados. Apesar de toda a luta da extrema-direita e dos conservadores que tentam jogar lama nela, a reforma agrária de Minas, Russo, não é tão boa quanto os assentamentos do Sul, que alcançaram até, em parcerias com o governo estadual passado, uma alta taxa de desenvolvimento. Em Minas temos alguns assentamentos com muita taxa de desenvolvimento, fazendo até exposição nas feiras. Mas é bom saber que temos um número de assentados e de assentamentos tão grande quanto o Paraná e o Rio Grande do Sul. E é dever nosso, do governo da Presidenta Dilma transformar esses assentamentos em algo muito mais rentável e eficiente, até para calar a boca dos conservadores, dos inimigos da reforma agrária e provar que ela tira as pessoas da miséria e desenvolve o trabalhador rural.

O Sr. Presidente – Obrigado, Calazans. Tenho uma sugestão para os encaminhamentos. Ainda temos de passar algumas perguntas, que foram entregues por escrito ou de forma oral, ao restante da Mesa. Mas ainda há 20 companheiros inscritos. Minha sugestão é que passemos as inscrições e os companheiros da Mesa responderiam depois de ouvi-los. São perguntas especialmente relativas ao segundo tema. O primeiro tema foi o acesso à terra e a regularização fundiária. O Wander Borges e o Calazans mencionaram algumas questões relativas ao assunto. Responderíamos depois as questões do outro tema. Ainda há o Dino, para falar também sobre o acesso à terra, e depois passaríamos para as intervenções.

O Sr. Vilson Luiz da Silva – Sr. Presidente, questão de ordem. Eu mesmo estou inscrito para falar de tudo, até porque foi um massacre juntar esses dois temas. O tema é rico, merece um debate profundo, e todos vieram aqui porque querem discuti-lo. Eu estou inscrito para falar de tudo, não só do segundo.

O Sr. Presidente – Respondendo à questão de ordem, quem for usar a palavra poderá abordar qualquer um dos temas. Só vou pedir aos demais que, em vez de utilizarem a palavra agora, ouçam o que os representantes que aqui vieram têm a dizer ainda. Quem for

usar a palavra, pode falar sobre qualquer um dos temas. Só peço aos demais que, em vez de utilizar a palavra agora, escutem primeiro o que os representantes têm a falar.

O Sr. Sílvio Neto – Esse critério para decidir sobre as inscrições deve ser para quem fez inscrição para o desenvolvimento, porque ainda há muita coisa para saber, como a obtenção de terra, do Wander Borges, do Calazans e do representante do MDA.

O Sr. Presidente – É a mesma questão de ordem do Vilson: quem for utilizar a palavra para fazer perguntas pode falar sobre os dois temas. Só peço aos debatedores que respondam depois de ouvir a todos. E, ao final, dou um tempo maior ao Dino, para abordar as duas questões.

Na parte da tarde traremos os dois temas separadamente. Haverá a apresentação do tema, o debate e depois faremos a apresentação do segundo tema, com os debates. Vamos fazer diferente de como fizemos pela manhã. Ao final do encontro aprovaremos as propostas, mas uma delas já quero assumir, que é realizar uma audiência específica sobre a questão da água. Vamos marcar uma data para fazer uma audiência pública, porque precisamos aprofundar esse debate.

Com a palavra o Sr. Geraldino de Assis, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro.

O Sr. José Geraldino de Assis – Sou José Geraldino e quero fazer uma pergunta ao Secretário sobre o acesso à terra. Ele disse que não se pode colocar um trabalhador na terra sem lhe dar assistência, mas a assistência não é prestada com o trabalhador ou sem o trabalhador. E sobre o crédito fundiário é a mesma coisa que colocar um fardo pesado na cacunda do produtor. Parece até os fariseus do passado, que colocavam um fardo na cacunda dos escravos, que tinham de se virar para carregá-lo. O produtor vai trabalhar a vida toda para pagar essa conta e não vai conseguir pagar. E é preciso ter crédito na terra para trabalhar, porque dizem que não adianta ter terra sem ter assistência técnica. Então, para que o trabalhador ter assistência técnica sem terra? E a reforma agrária precisa acontecer o mais rapidamente possível, porque para isso pagamos impostos, que vão para o Incra. O trabalhador não precisa de esmola; ele precisa trabalhar.

O Sr. Presidente – Muito obrigado, Geraldino. Com a palavra, Marly Duarte de Souza, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiuva.

A Sra. Marly Duarte de Souza – Boa tarde aos companheiros e boa tarde à Mesa. Dizem que enquanto não almoçamos não podemos dar boa tarde, mas, na verdade, já estamos na parte da tarde. Quero falar sobre a regularização de titularização de terra, que é uma inverdade, pelo menos para nós do Norte de Minas. Foi uma vergonha o que aconteceu em Bocaiuva, quando havia 900 trabalhadores para receber título de terra, mas somente 47 foram contemplados, e o governo ainda foi para lá fazer festa.

Em relação à reforma agrária, o Calazans esteve lá, mas hoje, se você for lá, vai ver fazendeiros retornando para os lotes, trabalhadores sendo expulsos e laranjas cuidando de lotes para fazendeiro, no PA-Betim. Isso significa que o trabalho foi feito, mas a prática está sendo outra.

O Sr. Presidente – Obrigado, Marli. Com a palavra, o Joaquim Carlos, da Cáritas Diocesana de Paracatu.

O Sr. Joaquim Carlos – Bom dia a todos e a todas. Sou agricultor familiar da Cáritas Diocesena e também Conselheiro do Consea Noroeste de Minas. Vou fazer minhas perguntas direcionadas, e a primeira será para o Dino, porque ele falou que está vivendo um momento rico em Brasília, enquanto estamos aqui numa miséria desgraçada. Vamos ver se melhoramos os debates, porque lá o momento é rico de debates, mas a explanação dele nos deu muita tristeza. Ele falou de 4 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar, mas 2 milhões não recebem nenhuma política pública governamental. É uma tristeza. Já foi dito que a agricultura familiar é hoje colocada como enriquecedora, mas sabemos que a miséria no campo amedronta todos que estão lá. São 4 milhões os estabelecimentos familiares, mas 2 milhões não recebem nenhuma política pública governamental. Dito isso e já que estamos em um momento rico em Brasília, gostaria de saber o que está sendo feito de fato para que essas famílias sejam incluídas nas políticas públicas, para aumentar inclusive o alimento na mesa do brasileiro, no lugar da cana e do eucalipto que está tomando conta do Estado.

A outra pergunta quero direcionar à Cleide, que falou do cadastro insignificante. No final, o cadastro insignificante tem um valor a cobrar, R$34,00. Gostaria de saber de onde tirou esse valor, vai cobrar de quem, como pagar e por quê. Porque alguns agricultores familiares que estão no campo estão ganhando R$70,00 para sobreviverem, da bolsa contra a fome e a miséria.

Do representante do Gil Pereira - desculpe-me, mas esqueci-me do seu nome - gostaria de saber o seguinte. Você fez uma avaliação da questão do desenvolvimento, onde entram os recursos de combate à fome e à pobreza. Citou inclusive a Secretaria, muito importante, que abrange o Norte, o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri. Mas os governantes e os nossos representantes se esqueceram de que no Noroeste de Minas as características de alguns Municípios são iguais aos Municípios do Norte de Minas. Temos inclusive Municípios que estão incluídos no semiárido. A Assembleia fez uma plenária contra a fome e a pobreza, quando foi detectado que no Noroeste há 20 mil pessoas abaixo da linha da pobreza e 60 mil pessoas na linha da pobreza, no meio de 300 mil pessoas que vivem lá. E não vi nenhuma política governamental para o Noroeste de Minas. Gostaria de ter essas respostas dentro dos programas que o governo federal está investindo no Estado, mas o Estado não está investindo no próprio Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Joaquim. Com a palavra, o Sr. Divino dos Reis Santos, do Centro Universitário de Maringá.

O Sr. Divino dos Reis Santos - Boa tarde. Quero cumprimentar a Mesa e todos os participantes desse congresso. A minha pergunta será para o Calazans e o Wander Borges. Quero saber como se explica a administração de grandes latifúndios sem a preocupação com a máxima produção, ou seja, muitas vezes a posse de grandes extensões de terra é meramente especulativa para manter o valor das riquezas, com o decorrer do tempo, pelos seus proprietários. Gostaria de saber o que vocês podem falar das políticas agrícolas quanto a isso. Também quero agradecer a palavra dos meus amigos, que foi construtiva.

O Sr. Presidente - Obrigado, Divino. Com a palavra, o Vilson, da Fetaemg.

O Sr. Vilson Luiz da Silva - Cumprimento o Sr. Presidente e todas as autoridades componentes da Mesa, do governo federal e do governo estadual. É tanta coisa que gostaríamos de falar pausadamente! Gostaríamos que os dois governos vissem a dimensão da nossa situação, que muita coisa colocada aí não está acontecendo na base. Isso não é verdade. A questão da terra é uma realidade, é uma necessidade.

Companheiro Calazans, você hoje é o Superintendente do Incra em Minas Gerais, é governo federal, e nós somos o movimento social. Você não precisa viajar pelo Estado para ver quais são os problemas, pois isso já está colocado na mesa do Superintendente. Quantos processos estão empilhados naquela mesa?

Rogério, nós nos sentamos para aquela conversa, e fiquei angustiado e chateado. Há momentos em que dá vontade de chutar tudo, largar tudo e cuidar da minha vidinha, ir embora para o São Bento, para Cláudio, e esquecer tudo isso, mas não pode ser assim. Se tivermos esse comportamento, muitos baterão palmas e gostarão. Mas, como é que ficará o nosso campo? O governo precisa ter cuidado, Jésus, pois andamos por Minas Gerais e vemos que a questão da seca não está assolando somente o semiárido, mas há outras regiões em Minas Gerais para as quais o governo tem de olhar rapidamente, senão, Dr Paulo Romano, teremos que decretar toda Minas Gerais como área de... Esse trem é difícil.

Sr. Presidente e componentes da Mesa, vamos ver se isso toca o coração dos mineiros.

Dra. Cleide, por que é que os empresários são tratados de forma diferente pelos governos, com tapete vermelho, com agilidade na liberação das licenças, enquanto os trabalhadores ficam num imbróglio, dizem que não pode porque tem taxa para pagar? Vou dar um exemplo, que é a questão do minério. Na Serra do Itatiaiuçu, estão acabando com tudo por causa do minério. Qual é mais importante: o carro ou a comida? Produzimos comida. Será que não vale a pena discutir isso aqui, gente? Ou não somos ninguém? Temos que provocar essa discussão com a sociedade, com o campo e com a cidade. A minha vontade é que a comida acabasse pelo menos durante uma semana para deixar todo mundo desesperado. Tenho certeza de que o governo mudaria decretos, resoluções e portarias para nos atender. Estamos cansados do imbróglio do governo. E aí não temos que elogiar o que não merece ser elogiado. Governo é governo e movimento social é movimento social. Temos que fazer o nosso papel. Temos que ir para a rua reivindicar, cobrar e exigir. Esse é o nosso papel. O governo tem que nos atender. Com isso, Dra. Cleide, peço que revogue aquele PNHR, que só Minas Gerais tem. Peço desculpas porque estou emocionado e isso acaba prejudicando a minha fala. O PNHR está exigindo uma declaração por causa do convênio. Peço que isso seja revogado, que nos deixem trabalhar, que nos deixem construir as nossas casas. É isso que queremos. Não queremos que o pouquinho de gente que ficou na roça, Dr. Paulo Romano, venha para a cidade para ir para as favelas, mexer com drogas ou se prostituir. Não é isso. A culpa disso que está acontecendo no País é do Estado, seja ele a Federação ou o Estado brasileiro.

Se tivéssemos, ao longo do tempo, companheiro Juraci, representante da Contag, políticas, educação, saúde e infraestrutura, enfim, tudo isso que estamos discutindo aqui, Dino, com certeza, teríamos alegria de viver no nosso campo. E quero dizer a este plenário que o que está segurando o nosso pessoal na roça ainda é a aposentadoria rural. A Previdência Social repassa a Minas Gerais R$8.000.000,00. Cortem isso e verão a roça acabar. Vamos discutir o quê?

E o governo fica com números. Dino, quero pedir-lhe algo. Estávamos indo para o crédito fundiário a galope, a passos largos, mas não sei que nó lhe deram, e ele não anda. Há tanta burocracia e exigência que ficamos desacreditados. Nós chancelamos o sistema Contag, apesar de outros movimentos o criticarem, falando que era reforma de mercado. Agora, como faremos reforma agrária na Grande BH, no Sul de Minas e em outras regiões em que não existem latifúndios, mas o pessoal precisa de terra?

Estava em Divinópolis na sexta-feira, Deputado Rogério Correia, reunido com representantes de 38 Municípios. Moro no Centro-Oeste e sei que 42% do povo que lá trabalha não tem terra. E eu achava que tinha. A Fetaemg está fazendo esse diagnóstico. Faremos isso no Estado inteiro para mostrar ao governo estadual, ao Parlamento mineiro e ao governo federal. Precisamos ter esses diagnósticos reais, e não ficar esperando a pesquisa do IBGE. Precisamos fazer isso.

Deputado Wander Borges, quero dizer-lhe que o que lhe expus sobre parceria está valendo. Podemos colocar os nossos sindicatos para serem parceiros. Se, na Previdência Social, temos um milhão de benefícios em Minas, isso se deve ao trabalho do sindicato, que fez isso acontecer. Não foi o governo que fez isso. A Dra. Cleide falou da parceria com o Igam, mas fizemos isso sem cobrar um tostão. Aí, quero pedir que tenham um pouco de cuidado com os convênios com as Prefeituras, pois muitos Prefeitos são nossos adversários e não querem nosso desenvolvimento nem o progresso nem o bem do Município. São as antas que existem. Ressalto que nem todos são assim.

Então, mais uma vez, digo que a Fetaemg está em quase 600 Municípios.

Por fim, em relação à questão da água, queria falar mais com o companheiro do Idene e com o Jésus Lima. Jésus, é inconcebível. Isso é brutal, um massacre. Deve ser matéria de jornais internacionais o fato de um agricultor e sua família viverem com 16 mil litros de água - isso é melhor que nada - enquanto estão sendo aprovados os minerodutos em Minas Gerais que transportarão minério do Norte de Minas para Ilhéus, gastando água potável equivalente ao que gastam 200 mil agricultores familiares. Trata-se de usar água limpa para levar minério e beneficiar os grandes empresários e o capital internacional. E estamos calados.

Enquanto isso, para produzir alimentos, enfrentamos burocracia, taxações e condições: se as pessoas não fizerem isso, não poderão isso; se não fizerem aquilo, não poderão aquilo. Ora, vamos parar com isso. Vamos eliminar essa burocracia. Nós, no campo, queremos ter qualidade de vida e pedimos que os governos não atrapalhem. Se fizerem isso, já nos estarão ajudando, pois às vezes, ao entrar, o governo acaba atrapalhando.

O Dr. Paulo Romano sabe da minha sensibilidade. Temos amor e dedicação pelo que fazemos. Sou da agricultura familiar, passei a amá-la e a ver a necessidade da reforma agrária. Para se consolidar, a agricultura familiar precisa dela, pois um agricultor familiar que tem 10ha, 15ha e quatro filhos e vai passando suas terras não consegue comprar mais, e amanhã não terá nada. Por isso precisamos de reforma agrária.

As pessoas precisam entender isso, e que não fique apenas no campo intelectual da reforma agrária. Eu estava no México e vi um companheiro do MST falando. Falei que ele estava estudando a Venezuela, mas que deveria ir para a reforma agrária do campo, que fica debaixo do barraco de lona. Calazans, você mencionou Tabocas, com 25 anos de conflito. As pessoas produziam alimento e abasteciam o mercado de Pirapora e hoje, por uma decisão do governo federal, estão na miséria. Viraram miseráveis. Que é isso, Calazans? Não podemos aceitar a imposição da Presidente da República, que impôs os 100 mil. Temos de mudar isso. Quando uma pessoa tem vontade política, ela faz muita coisa na canetada. Se o Congresso não quer, você vai na caneta. Quando é interesse do

governo, vai na canetada. Há poucos dias, foram lançados alguns bilhões para ferrovias, rodovias, etc. Ali vai na canetada. Por que para a reforma agrária e outras coisas depende de diálogo?

Por fim, precisamos trabalhar. Precisávamos ter menos painel na nossa reunião para termos mais tempo para discutir. Queremos uma comissão para elaborar esse documento e queremos ir ao governo de Minas e ao governo federal para entregar esse documento sobre o que queremos em todos os setores. Gostaríamos que você, Wander Borges, estivesse conosco na entrega do documento para o Anastasia e em Brasília. Deixo isso aqui. Ninguém está fazendo favor para ninguém. Esse é o nosso papel, e não temos que ter medo disso. Se o governo não atender, sabemos muito bem como colocar gente para manifestar. Há poucos dias, Minas Gerais colocou 58 ônibus em Brasília. Se não for suficiente, colocamos 200, 300, 400, e a coisa vai andar. Obrigado.

O Sr. Presidente – Obrigado. Vou pedir que se registrem duas propostas concretas para aprovarmos no final do seminário: audiência pública da água e entrega do documento público ao Governador do Estado e à Presidenta da República.

O Sr. Vilson Luiz da Silva – Focando primeiro a terra, a água e as políticas públicas. Assim, fecha-se um eixo para mostrarmos ao governo.

O Sr. Presidente – Estou falando em audiência pública da água, e o documento será fruto do nosso debate e será entregue ao Governador e à nossa Presidenta. São duas propostas. Vamos fazer um pingue-pongue. Com a palavra, o Sr. Marcos Nunes, o Marquinho da Fetaemg.

O Sr. Marcos Vinícius Dias Nunes – Boa tarde. Sou Diretor da Fetaemg e sou de Jordânia, região do Jequitinhonha. Quero trazer aqui duas questões. Uma já foi trazida pelo Renato, que é a parte da regularização fundiária trazida pelo Deputado Wander Borges, uma questão que já está sendo providenciada. Os próprios sindicatos foram às comunidades e ajudaram a trabalhar esse processo, e os trabalhadores estão cobrando. O senhor disse que isso está sendo providenciado. Mas para quando? Qual é o prazo? Sai este ano ou o ano que vem? Essa é uma questão.

Outra coisa é a questão da água. O Vilson trouxe aqui uma questão importante em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural. O sindicato dos trabalhadores rurais hoje está fazendo vários projetos, mas está parado por uma questão única de acesso à água, por causa do Igam, que não tem estrutura para receber as demandas. Existem sindicatos que andam 100km, 200km, 300km para chegar a algum lugar do Igam e acessar o sistema de cadastro, e ainda tem que pagar o sistema de caixa.

E ainda tem de pagar o sistema de caixa. A Fetaemg já reivindicou isso, em vários momentos, para poder assentar, o que já começou a fazer. Isso está previsto. Devemos resolver essa situação. Isso é urgente. Estão disponibilizados pelo governo federal R$25.000,00. Esse valor foi subsidiado para famílias com até R$15.000,00 de renda anual. Há muitos projetos que param por causa dessa questão do Igam.

A outra coisa é com relação à P1MC, que foi, aliás, fruto das negociações do Grito da Terra Brasil. Quando se constrói a casa, principalmente na região do Semiárido onde não há água, deve haver uma caixa do P1MC. Nos últimos Gritos, temos negociado isso. Agora quero entender como se fazer isso. Será junto à Caixa. Como fazer para ter acesso ao recurso? Será na hora de montar o projeto? Isso já seria junto, seria casado? Como seria esse processo? Então, gostaria que o senhor esclarecesse essas questões.

Só para fechar, quero dizer que discutimos o tema água neste debate. Muitos que estão aqui já participaram de inúmeros outros debates com relação à terra, à água e ao crédito. Acho que o Estado, nos níveis municipal, estadual e federal, sabe onde estão os problemas e como resolvê-los. Eles têm propostas e projetos de inúmeras outras conferências. Acho que a questão é querer fazer. Será que o governo quer realmente fazer a reforma agrária, que é dos trabalhadores? O povo que está no campo tem como acessar as políticas públicas? Essa é uma questão de o Estado querer fazer. Se quiser, faz. Quanto de dinheiro, por exemplo, para a Copa do Mundo está sendo hoje disponibilizado? Obrigado.

O Sr. Presidente – Obrigado, Marquinhos. A ideia do seminário é essa, não é abordar os problemas existentes no Estado. Já fizemos vários outros sobre isso. Este seminário é para vermos os problemas, do ponto de vista do que está e não está chegando ao pequeno produtor. Queremos fazer uma avaliação das políticas públicas. Essa é a diferença deste seminário. A ideia é fazer uma avaliação, pois os vários problemas já foram abordados em outros seminários realizados. A ideia é fazer uma avaliação do que está e do que não está funcionando, do que vamos cobrar mais, de quais prioridades serão cobradas e por que estamos com o problema. A ideia é exatamente essa.

Com a palavra, a Sra. Terezinha Trindade, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Simonésia, na Zona da Mata.

A Sra. Terezinha Trindade – Já que é para avaliar, quero fazer uma pergunta ao Secretário Wander Borges, que disse que a regularização das terras rurais precisa avançar. Avaliamos que hoje não existe regularização de terras no Estado de Minas Gerais. Desde 2005, temos umas 200 propriedades cadastradas no Iter, e até hoje nada foi feito. Quando ligamos lá para saber o que aconteceu e quando isso será regularizado, a informação que recebemos é que hoje não existem esses cadastros no Iter. Não sabem aonde foi parar essa documentação. Depois que o Deputado Wander Borges assumiu a Secretaria, a informação que tivemos é que haverá um novo formulário. O trabalho que fizemos em 60 dias para cadastrar essas propriedades deverá ser realizado novamente. Tento entender isso. As pessoas que nos atendem ao telefone dizem que, daqui a 20 anos, se ligarmos novamente para o Iter, tudo estará do mesmo jeito. É desse jeito que o Estado continuará a tratar os agricultores familiares?

O Sr. Presidente – Muito obrigado, Terezinha. Com a palavra, a Sra. Marina de Cássia, de Montes Claros.

A Sra. Marina de Cássia Ferreira Silva – Boa tarde. A minha palavra foi concluída pelo Marquinhos e pela colega, mas gostaria de dizer mais alguma coisa. Quando se fala em desenvolvimento rural, pergunto: como e onde isso está funcionando, pois na comunidade rural onde moro não tem saneamento, não tem nada. Existem famílias sem energia elétrica. Aliás, famílias com crianças especiais. Vou deixar uma mensagem a vocês: somos muitos à mercê de muitas perseguições políticas de vários Municípios, onde isso não podia acontecer. Nossos produtos vão longe. Não escolhemos a mesa onde eles vão parar. Da mesma forma, devemos ser igualmente beneficiados por esses projetos. Ainda há muita pedra no caminho de quem quer caminhar, enquanto há facilidade para quem só quer esperar.

O Sr. Presidente – Muito obrigado, Marina de Cássia. Com a palavra, o Sr. Valdeci Pereira dos Santos, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros.

O Sr. Valdeci Pereira dos Santos – Boa tarde. Sou agricultor familiar de Montes Claros. Gostaria de fazer uma pergunta. No ano passado, uma empresa foi lá e mediu quase mil propriedades, mas sumiu com o cadastro do pessoal. Até hoje não houve nenhuma solução para nós. Esperamos essa documentação da terra, mas até hoje ninguém foi beneficiado. O que fizeram com isso? É mais uma empresa que empurra para a frente esses documentos? Era isso o que tinha a perguntar.

O Sr. Presidente – Muito obrigado, Valdeci. Com a palavra, a Sra. Elita do Nascimento Pereira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rubim. Da Zona da Mata, fomos para o Norte e, agora, vamos para o Jequitinhonha.

A Sra. Elita do Nascimento Pereira – Boa tarde. Sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rubim. Tenho duas perguntas para o Incra. O que fazer e até quando? Estamos com 96 famílias acampadas em uma área de 23ha. Como se isso não bastasse, ainda tiveram de dividir essa área com o lixão. Enviei ofício a várias autoridades solicitando socorro, mas ninguém apareceu. O Carlinhos e a Maria Rita até estiveram em Almenara e me prometeram fazer uma visita, mas acho que se esqueceram, pois não apareceram até hoje.

Até quando ficaremos na base, sozinhos, dando a cara a tapa? Parece que as autoridades não nos ouvem e não entendem a nossa fala, deixando de nos atender. Gostaria de saber até quando isso acontecerá?

O Sr. Presidente – Obrigado, Elita. Com a palavra, a Sra. Eliene Macedo, da Universidade Federal de Lavras.

A Sra. Eliene Macedo – Boa tarde. A minha fala é direcionada ao Incra, representado pelo Calazans.

Certa vez caí de paraquedas, não sei como, em uma conversa com grandes latifundiários. Fiquei surpresa, pois afirmaram quanto eram bons os movimentos de reforma agrária e de desapropriação, pois as terras desapropriadas eram umas bibocas ruins e sem valor, e o governo pagava mais. Até na hora da desapropriação, os grandes são privilegiados?! Incra, que vergonha sinto, ao saber quão mesquinho é esse processo. Se isso é tão bom para eles, o que tanto atravanca os processos de negociação? Quais são os critérios utilizados para dar valor à terra e para colocar o meu povo lá? O meu povo não merece estar em bibocas, sem nada e sem valor.

Fica aqui uma dica aos profissionais do Incra, que, mesmo poucos que sejam, como afirmaram, têm responsabilidade, pelo cargo que ocupam, com a transformação social: se não é isso o que querem, saiam fora e deem espaço para quem quer trabalhar de verdade. Parem de jogar deboche na cara do povo, que não merece isso!

O Sr. Presidente – Com a palavra, o Sr. Genilton Miranda Júnior, da Fetraf.

O Sr. Genilton Miranda Júnior – Boa tarde, companheiros, companheiras, parlamentares e representantes e defensores dos governos federal e estadual.

Fico até preocupado com o fato de que tentam nos controlar. Tudo bem. Tem de haver, sim, uma certa ordem, mas ficamos indignados porque foi o próprio governo que criou essa situação.

Quando viemos para esses espaços, ficamos indignados, porque frequentamos as secretarias de governo, desde o Município até Brasília, e já sabemos como as coisas funcionam. Tenho até medo de pensar dos representantes e defensores do governo e dos servidores o que ouvimos em nosso Município. Quando uma pessoa vai prestar concurso público, já dizem: "Você tem que passar, porque, depois que passar no concurso público, estará tranquilo". E se for eleito Prefeito, Vereador ou Deputado, estará mais tranquilo, porque o salário é bom, tem recurso para andar, para passear e fazer um monte de coisas. Mas, infelizmente, não há recursos para atender ao trabalhador. Para ir lá, ao Município, aprovar crédito fundiário ou assentamento da reforma agrária, falta recurso. As camaradas e os camaradas andam o tempo todo atrás de política pública, e nada se resolve. Ficamos indignados em ter que ajudar a aplicar Pronaf, crédito fundiário e um monte de coisas. Os órgãos do governo criaram a Subsecretaria da Agricultura Familiar, mas ela já nasceu falida, porque não funciona. Então, é só criação de órgão, é só proposta para fazer política pública, congresso para fazer reforma agrária, mas, quando chega na mão dos defensores do governo, as coisas não funcionam. A minha indignação é generalizada. Todos já disseram que é preciso que façam, pelo menos, a parte de vocês.

O Sr. Presidente – Obrigado, Genilton. Com a palavra, a Sra. Aurita da Silva de Oliveira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeiras.

A Sra. Aurita da Silva de Oliveira – Boa tarde! Vou ser rápida, porque estou com fome, mesmo porque o Vilson e o Marquinhos já adiantaram a minha fala. Quero falar sobre a regularização fundiária. Em Bandeiras, estão faltando 200 títulos. Fui comunicada de que a regularização foi aprovada, mas os títulos sumiram. O pessoal me cobra, porque estamos lá com eles todos os dias. Nós é que ficamos com um carão perante eles.

Quanto ao programa de crédito fundiário, neste governo não há nem equipe para trabalhar. Ele pode funcionar em outros Estados, mas não funcionará em Minas Gerais, enquanto não houver gente para trabalhar. E olhem que sempre está faltando emprego. Precisamos fazer esse programa funcionar, porque ele é ótimo e, infelizmente, não está funcionando.

A outra questão é relativa à Ruralminas. Em 2008, fomos agraciados com três barragens. Fizemos tudo o que nos pediram, mas as barragens não apareceram. Aí vem o Idene com a nova proposta do programa Água para Todos, trabalhando em parceria com a tal da Ruralminas. Agora, se ela não funciona com os seus programas, como vai ajudar o Idene a aplicar os dele? Estou esperando as barraginhas lá.

O Sr. Presidente – Obrigada, Aurita. Nessa toada, vamos dar conta de vencer amanhã. Então, vamos rápido. Com a palavra, o Sr. Lourival Inácio, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taiobeiras. A Presidenta Dilma esteve lá perto.

O Sr. Lourival Inácio – É por isso que quero falar, porque a Presidente e o governo do Estado estiveram em Rio Pardo de Minas. A minha preocupação é a mesma do Vilson. Somos contra a mineradora que o governo afirma que irá beneficiar o povo de lá, do Norte. Isso é uma vergonha! Nós, dos movimentos sociais, estamos muitos preocupados com as grandes barragens. O Deputado Rogério Correia já participou de diversas audiências lá e sabe disso. Os representantes do governo afirmam que a mineradora trará benefícios para o povo, mas, na realidade, vai beneficiar os grandes empresários que vêm de fora ou mesmo de lá. Eles aproveitam o período eleitoral para iludir o povo.

É a mesma coisa que aconteceu na década de 70 por causa do eucalipto. O povo foi retirado da agricultura familiar e, hoje, está nas favelas, sem aposentadoria. As pessoas estão passando necessidades, acabou-se a família, acabou-se a tradição, tudo. Isso vai acontecer também por causa das mineradoras, se os nossos governantes não tomarem providências. Muitas vezes, as pessoas que não têm aprendizado, conhecimento ficam iludidas com a mineração. Os representantes municipais - Prefeito e Vereadores - iludem o povo sobre isso, não chamam as pessoas para conversar.

Quando falamos sobre a Ruralminas e o Idene, temos muitas preocupações. A Ruralminas e o nosso Prefeito iam construir uma barragem em nossa comunidade, Riacho de Areia. Tínhamos tudo na mão, mas o engenheiro da Ruralminas disse que a barragem não poderia ser construída, porque lá não havia nem estrada. Foi uma falta de vergonha, porque existe dinheiro para fazer política, mas não existe dinheiro para fazer trabalho em favor da comunidade. Pergunto à Ruralminas: quanto custa, por exemplo, colocar cascalho em 1km de estrada? Parece que esse trabalho fica em R$10.000,00 ou R$15.000,00. Muitas vezes, o Prefeito paga R$120.000,00 a um artista que se apresenta durante 1 hora em festas na cidade, mas não tem R$10.000,00 para colocar cascalho em 1km de estrada. Fica só na conversa, na promessa. Depois de quatro anos, ele se reelege, mas não cumpre a promessa. Muitas vezes, quando falamos contra isso, os próprios trabalhadores dizem que o Prefeito e os nossos governos são bons. Até quando vamos ouvir isso?!

Ficamos esmorecidos com a reforma agrária. Falaram em um acampamento que existe há 25 anos. Muitas pessoas já não estão lá, já partiram. A vida do ser humano é curta, muito curta, não fica esperando, esperando o governo cumprir promessas. Obrigado.

O Sr. Presidente – Obrigado, Lourival. A questão do mineroduto é recorrente. Fizemos audiências públicas para discutir esse tema. Chamo a atenção do governo federal e do governo do Estado para isso, porque o assunto é muito sério. O mineroduto é água saindo de região com pouca água para levar minério ao Estado da Bahia. Deveria ser feito um planejamento ferroviário. Isso é algo sério, Wander Borges, Calazans, Jésus, Dino. Devemo-nos preocupar com isso, porque é um problema que está sendo questionado por todos os agricultores do Norte de Minas. Muita gente está fazendo demagogia. Dizem que a redenção do Norte de Minas é o minério. Como foi dito, a situação está semelhante à época em que se incentivou a plantação de eucalipto. Devemos ter cuidado. É uma questão polêmica, mas muita gente está jogando lenha na fogueira do mineroduto. Será um problema para o Norte de Minas. Com a palavra, Fernanda Rosa dos Santos, de Jordânia.

A Sra. Fernanda Rosa dos Santos – Bom dia. Sou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jordânia. A minha pergunta é dirigida ao Secretário Wander Borges: muitos agricultores do Município de Jordânia fizeram cadastro. Foram feitas algumas medições para a liberação do título de regularização de terras, mas eles ainda não o receberam. Qual é o planejamento estratégico para se solucionar esse problema e a previsão de entrega dos títulos aos agricultores, que estão impedidos de acessar outras políticas públicas? Muito obrigada.

O Sr. Presidente – Obrigado, Fernanda. Com a palavra, Dirceu Fernandes de Aquino, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília de Minas.

O Sr. Dirceu Fernandes de Aquino – Boa tarde. Cumprimento o Vilson, Presidente da Fetaemg, cujas palavras expressaram a realidade de quem mora no campo. Agradeço a todos os presentes e a todos os Deputados. O Jésus Lima disse que, conforme a Dilma, há muito dinheiro a ser liberado para a questão da água. Eu garanto que esse dinheiro só tende a aumentar, porque dificilmente chegará no campo. Da mesma forma, o Pronaf e outros programas que acompanhamos sem ver tanto desenvolvimento. É preciso pensar mais sobre esses recursos. Primeiro, estamos fora do Semiárido. Por estarmos fora, não podemos receber esses recursos, porque falaram apenas dentro do Semiárido. Em Brasília de Minas, por exemplo, o que acontece? Lá tem lagartixa com sede. Como não podemos receber esses recursos, o trabalhador opta por contratar a máquina de um companheiro para utilizar por duas horas, o que custa R$200,00. Vem o órgão do meio ambiente e multa o agricultor porque ele não tem autorização ambiental para fazer uma pequena barragem destinada a dar água ao animal que está passando sede. Fora do Semiárido não recebe e nem pode fazer por conta, porque o meio ambiente não permite.

Se estão falando que há tanto dinheiro, por que não investem no meio ambiente, para as liberações ambientais? Não podemos financiar a suinocultura, por exemplo, porque é necessária a liberação ambiental, o produtor não consegue e o crédito não é liberado. Se há dinheiro sobrando em uma parte, está faltando na outra. É preciso que as leis ambientais sejam postas em prática, caso contrário ficará sem. Muito obrigado, boa tarde.

O Sr. Presidente – Obrigado, Dirceu. Com a palavra, Sebastião Pereira de Souza, de Botumirim.

O Sr. Sebastião Pereira de Souza – Sou Diretor do Sindicato dos Trabalhadores de Botumirim. Os expositores falaram em terra, água e distribuição de renda, mas onde está o plano de governo do Estado de Minas Gerais? Onde está o plano para a agricultura familiar? Obrigado.

O Sr. Presidente – Muito obrigado, Sebastião. Com a palavra, Maria Alves de Souza, da Fetaemg.

A Sra. Maria Alves de Souza – Boa tarde. Primeiro, depois de ouvir todas as explanações, sinto alegria e uma tristeza profunda. É uma mistura de sentimentos. É como se viajássemos na história do País e, ao pensar no que avançou, constatássemos um retrocesso social. Alguns colegas já falaram sobre o programa de habitação rural e o Igam. Não dá para deixar de garantir a dignidade de uma família por conta de uma declaração, de um formulário, de um uso insignificante de água, que talvez para o Igam possa ser algo fácil, mas que é muito difícil para os trabalhadores.

Sou de uma comunidade quilombola, do Município de Ouro Verde de Minas, que fica muito distante de Governador Valadares para que o agricultor saia de sua propriedade e vá até o Igam para conseguir esse maldito formulário. E, lá chegando, só pode protocolar o pedido de, no máximo, três formulários. Isso é um "baita" absurdo, e não podemos concordar. Não quero pedir reforma agrária no País neste momento. Peço dignidade para as pessoas que já foram colocadas na terra e ainda estão debaixo da lona. Não queremos pedir que façam mais. Se foi dada a condição de entrada na terra, é obrigatório que deem dignidade a cada sujeito, a cada cidadão que lá está. Num país como o nosso, considerado a caminho do desenvolvimento, não podemos permitir que ainda tenhamos essa quantidade de famílias que foram colocadas na terra e ainda estão debaixo da lona sem nem sequer terem água para beber. Não podemos permitir isso. Sou petista de coração, mas não sou cega. É hora de dizer algumas verdades e quero dizê-las: chega de o

governo achar que os cidadãos mineiros são ignorantes a ponto de não perceberem que ele apenas troca os nomes dos seus programas sociais e diz que faz política social. Não podemos aceitar isso. Temos de mudar esta realidade em Minas Gerais de os governos acharem que nós, cidadãos e moradores do campo, somos ignorantes e não percebemos, nos meios de comunicação, o monopólio e o domínio da cultura dos nossos povos. No campo, há vários sujeitos, não apenas os trabalhadores rurais. Estamos aqui para defender a dignidade de um povo que tem a sua cultura, a sua diversidade, as suas crenças, as suas religiões. No campo, também vivem indígenas e quilombolas.

Infelizmente tenho de dizer ao meu caro companheiro do Incra que tenho a certeza de que vocês também pensam como cada um de nós e não concordam com a situação em que o Incra se encontra. Quero dizer que são de grande vulnerabilidade as demandas e as condições sociais dos nossos quilombolas, dos ribeirinhos, dos atingidos por barragens, dos indígenas. É uma vergonha haver essa quantidade de comunidades quilombolas em Minas Gerais, e o Incra sequer conseguir fazer os estudos antropológicos. Isso é vergonha para o País.

Ainda quero dizer que somos o País do futebol. Milhões são destinados aos que correm atrás de uma bola, mas nada é dado aos trabalhadores que garantem a alimentação dos brasileiros. Aliás quero aqui mudar o discurso de que a agricultura familiar garante 70% da produção, o que foi dito há muito tempo. Por que não fazem nova análise, novo estudo? Há provas suficientes para demonstrar que produzimos muito mais que 70%. Está na hora de nos manifestarmos não apenas em um microfone como este, mas de mudar a política do País, que, disfarçada em política social, garante o predomínio de uma política neoliberal que faz com que cada cidadão pobre continue mais pobre e o rico, mais rico. Está na hora de mudar e de esclarecer que avançamos muito sim, considerando-se as pessoas miseráveis. Mas, se olharmos a renda dos mais ricos, veremos que não avançamos coisa nenhuma. Ainda temos muita luta e muito caminho pela frente.

Quero dizer a cada um de vocês que estão na Mesa que não somos diferentes, somos seres humanos, temos sangue nas veias. Tenho certeza de que cada um que aqui está é humano suficiente para achar que todos os cidadãos, independentemente de cor, raça ou sexo, têm direito a viver com dignidade. Esse é o nosso sonho. Não podemos permitir que aos jovens do nosso País, principalmente aos que estão nos assentamentos, seja negado e tirado o direito de permanecerem no campo. Não é preciso obrigá-los a ficar no campo, mas dar-lhes o suficiente para que tenham oportunidade de escolher ficar ou não no campo, e não serem expulsos, como ocorre. Os números do IBGE mostram com muita firmeza essa realidade.

É um pouco de indignação. Muito obrigada.

O Sr. Presidente – Obrigado, Maria. Com a palavra, o Sr. Elton Mendes, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha.

O Sr. Elton Mendes – Boa tarde, companheiros e pessoal da Mesa. A primeira pergunta é ao Secretário Wander Borges sobre a titularização das nossas terras. O programa começou a avançar, mas pisaram no freio, e parou tudo de uma só vez. Wander, a Secretaria está em suas mãos. Que você possa agilizar a questão dos títulos de terras no nosso Município, na nossa região, no nosso Estado. Por que digo isso? Porque é muito importante para cada de nós o documento da terra. Sem ele, muitos agricultores e agricultoras não têm condição de acessar muitas políticas públicas. Também há o crédito fundiário. Que você, como Secretário, possa agilizar essa questão. Sabemos do empenho da sua equipe, mas ela é mínima.

Acredito que não temos condições de desenvolver os dois programas com essa equipe, porque ela é muito pequena. Deixo um apelo: que seja ampliada para termos condições de trabalho.

Quero falar ainda sobre a nossa assistência técnica. O sindicato, a Fetaemg e o MST vão a Brasília, todos os anos, no Grito da Terra, para reivindicar a assistência técnica. Ali nunca vi um técnico da Emater. Os recursos só caem nessa empresa. Temos de colocar um parêntese em relação a ela. Onde está o concurso público para novos técnicos? Há técnicos na Emater que não respeitam, de forma nenhuma, o conhecimento dos agricultores familiares. Chegam a nossas propriedades passando por cima dos conhecimentos de quem vive e sobrevive da terra. Há várias chamadas públicas e ONGs participando, e isso está sendo um diferencial no Norte de Minas.

Meu companheiro Carlos Calazans, é preciso que tire o pé do freio e o coloque no acelerador. Há oito anos uma família está debaixo de um barraco de lona. Onde fica a autoestima dessas famílias? Sabemos dizer em minha comunidade, Quilombo do Gorutuba, que há oito anos a área está demarcada, com 1.050 famílias quilombolas. Nunca chegou nada, nunca se dividiu nada. Para onde vão? O que vão fazer da vida? Quero dizer ao Dimas e ao Jésus Lima que o programa da água é muito bonito. Ele está chegando e precisa chegar, mas muito mais preocupante e vergonhoso é ver nosso Governador Antonio Anastasia e nossa Presidenta Dilma num evento em Rio Pardo de Minas falando de mineração. Naquela região foram decretados os territórios do Norte de Minas, do Brasil sem Miséria. Ali estão os mais pobres de Minas, mas o que foi proposto para a região? Mineração. Estamos cansados e esmagados pelo agronegócio. O que chegou ali? A criação de gado de corte, a monocultura de eucalipto e agora a mineradora, no pé da Serra Geral. Sabem o que há ali? Os Rios Mosquito, Peixe Bravo, Sítio Novo, Serra Branca. O que diz o pessoal da mineradora? "Não fazemos omeletes sem quebrar os ovos". Todos esses rios vão por água abaixo com a mineradora. Vão secar com a mineradora. Esses pacotes vão resolver nossos problemas?

O Sr. Presidente – Com a palavra, o Sílvio Neto, do MST.

O Sr. Sílvio Neto - Vão ser 2 minutos apenas porque temos de almoçar. Em primeiro lugar, quero concordar e lamentar o papelão e a vergonha dos que estão na mesa apresentando esses números e vendo que para o povo não estão servindo. São somente números, porque na ponta não chega nada.

Quero concordar com todas as críticas e denúncias feitas pela cooperada, porque a prática é diferente. Fizemos uma grande luta, em abril de 2011, no Abril Vermelho do MST, apresentando ao Governador Anastasia a possibilidade que ele tinha de avançar na desapropriação de terra, de iniciá-la usando o que o companheiro da Fetaemg já levantou, a Lei nº 4.132, que trata da desapropriação de terras por interesse público e social, e transferi-las para a reforma agrária. Naquele momento sentamos com o Governador e lhe mostramos como estava sendo irresponsável com a questão da reforma agrária, bem como a possibilidade de se iniciar um processo em Minas Gerais.

Foi assinado convênio entre o governo federal e o governo do Estado, aliás, foi assinado mais um protocolo de intenções de se aportar R$40.000.000,00 para a desapropriação de áreas emblemáticas em Minas Gerais. Isso que o Calazans falou mais cedo é enrolação. Ele disse que o governo não tem outra possibilidade para desapropriar essas áreas emblemáticas. Apresentamos a possibilidade de se desatarem os nós dessas áreas emblemáticas. O dispositivo da Lei nº 4.132 permite que o governo, com o poder que lhe é inerente, não penalize, mas desaproprie a terra e indenize o fazendeiro. Esse convênio foi assinado no final de 2011, depois de meses de negociações. Os governos federal e estadual, dentro do Palácio do Governo do Estado, assinaram esse convênio. Chegamos lá, sentamos, ouvimos todos aqueles protocolos do governo, eles assinaram esse convênio, mas até agora não vimos nada.

Deputado Rogério Correia, exigimos que um dos encaminhamentos desse ciclo de debates seja o pedido de justificativa por parte do governo, apresentado até o final deste ciclo. Secretário Wander Borges, representante do MDA e Incra, até o final do ciclo deve ser apresentada aos trabalhadores a justificativa de não ter sido desapropriada nenhuma das áreas que o Anastasia se comprometeu a desapropriar até agora. Por que o governo federal não alocou recursos, até agora, para desapropriar essas áreas, já que os governos assumiram esse compromisso?

Para nós não importa a cor da tinta da caneta. Não importa se quem vai assinar é tucano ou petista, quem quer que seja, o importante é assinar. Nossa realidade não permite que fiquemos fazendo blá-blá-blá ideológico. Precisamos de saídas concretas para atender aos trabalhadores. Foi celebrado esse convênio, e os trabalhadores da Usina Ariadnópolis, no Sul de Minas, os trabalhadores da Eldorado, no Vale do Rio Doce, no Vale do Mucuri, estão aguardando o retorno daquilo que foi assinado pelos governos.

Deixo esse pedido do MST para que, até o final do ciclo seja apresentada a justificativa, por parte de ambos os governos, de essas quatro áreas não terem sido desapropriadas em Minas Gerais e não assentarem as famílias a partir desse convênio. Obrigado.

O Sr. Presidente – Terminamos de ouvir todos os oradores inscritos. Agora vamos passar aos componentes da Mesa. Começamos pelo Dino. Vamos estender um pouco mais seu tempo, porque você não falou na primeira parte.

O Sr. Dino Sandro Borges de Castilho – Obrigado. Estamos passando por um momento de debates muito rico. Não rico de dinheiro, mas de ideias, de propostas. Sabem por quê? Porque criamos um grupo de trabalho no âmbito do governo, junto à sociedade, em que participam o MDA, o Ministério da Fazenda, mas principalmente, participam a Contag, a Fetraf e a Via Campesina. A participação dos movimentos sociais é que tem enriquecido este debate e propiciado um momento muito bom de formulação e de reformulação do Programa Nacional de Crédito Fundiário no Brasil. Por isso, falei que passamos por um momento rico.

Neste momento, estamos reformulando o programa, e as taxas de juros vão baixar, os rebates e os bônus nas parcelas vão aumentar, as condições ficarão mais favoráveis. Também estamos lutando para aumentar o prazo de financiamento e criar um seguro agrícola atrelado ao seguro da parcela do financiamento, atrelado ao custeio. Estamos lutando para instituir o seguro de vida da família, em caso de morte e invalidez, no valor de todo o crédito.

Lutamos para que o novo beneficiário do crédito fundiário tenha cinco anos de assistência técnica paga pelo programa. Lutamos por uma série de questões advindas do movimento social. Estamos, também, melhorando toda a questão da renegociação e repactuação de dívidas. A Resolução nº 4.029 será melhorada em todos os aspectos. Todos poderão repactuar suas dívidas e entrar novamente numa situação de adimplência no programa.

Quero dizer-lhes que já temos uma promessa do Ministro do Desenvolvimento Agrário que, para todos os beneficiários do crédito fundiário ou do Banco da Terra, será garantida a assistência técnica e a extensão rural. Essa é uma decisão que entra em vigor neste ano. Para os contatos vigentes, faremos um processo de chamada pública, e contrataremos a assistência técnica para acompanhar todos os projetos do Banco da Terra e de crédito fundiário existentes no País. Estamos construindo essas medidas, juntamente com os movimentos sociais, em Brasília. Concordo com vocês, dizendo que esta Mesa teria sido mais rica se fizéssemos um debate exclusivamente de acesso à terra e, posteriormente, faríamos o debate relativo à questão da água. Dessa forma, poderíamos ter nos aprofundado mais no assunto. Mas nosso debate não deixou de ser interessante.

Em relação ao que disse a companheira, que o crédito fundiário não anda em Minas Gerais, estabeleço um compromisso com vocês, em que eu ou o Ademar, que é o Secretário, viremos a Minas, juntamente com a Fetraf, a Via Campesina, a Fetaemg, o Iter, firmarmos uma carta de compromisso, apontando o que é necessário fazer para que esse programa caminhe em Minas Gerais, inclusive estabelecendo as medidas que tomaremos, caso ele não decole no Estado.

O Sr. Vilson Luiz da Silva – Dino, uma questão de ordem. Nós participamos do Fetraf e aprovávamos até 50 projetos em cada reunião; e hoje há dificuldade e burocracia para tanto. Conversei com o Secretário Wander Borges, e peço-lhes uma reunião exclusivamente com a Fetaemg, porque somos parceiros desde o primeiro momento, embora respeite os demais movimentos. Antes, as pessoas eram contra nós. Fomos enxovalhados, inclusive nesta Casa – e o Rogério Correia sabe disso. Portanto, deixo aqui registrado o meu pedido.

O Sr. Dino Sandro Borges de Castilho – Veremos isso na sequência. Estamos assumindo o compromisso de fazer um pacto político no Estado para que o programa caminhe. Temos a disposição de assumir esse compromisso. Referiram-se, também, a outras questões, mas eu gostaria de dizer, no tocante às palavras da companheira que disse ser fraca a estrutura do crédito fundiário, que isso também será estabelecido nesse pacto político.

Queremos estabelecer nesse pacto o que vamos cobrar do governo do Estado, do MDA, para que o programa caminhe no Estado de Minas Gerais. Quero deixar firmado esse pacto com vocês.

Quando falei que o acesso à terra tem de ser acompanhado da assistência técnica e da tecnologia do desenvolvimento, eu não quis dizer que uma coisa vem antes da outra, mas que tem de vir junto. Por quê? O Calazans relatou a história do Incra, e não podemos menosprezá-la. Na história deste país, são quase 1 milhão de famílias assentadas pelo Incra. Com mais 100 mil pelo crédito fundiário, chegamos ao total de 1.100.000 famílias assentadas, seja pela reforma agrária, seja pelo crédito fundiário.

O que isso está nos mostrando? Não basta só assentar. Se não forem oferecidas condições, essas famílias não sairão da pobreza. Estou dizendo que, quando formos assentar daqui para a frente, temos de nos preocupar até em articular mercado, articular comercialização e articular processos de geração de renda e desenvolvimento que tirem essas famílias da condição de pobreza,

trazendo-as para um processo de desenvolvimento social e econômico. É isso o que estamos falando, é o que a história nos mostrou. Agora temos de assentar de outra forma, com uma outra qualidade, para que comece a haver resultados. E também atacar esse imenso passivo que foi deixado e desenvolver essas famílias que receberam a terra pelo Incra ou pelo crédito fundiário.

Um companheiro disse: não queremos mais assentar ninguém no crédito fundiário em Minas Gerais; queremos que se resolva o problema dos que estão aí. Se essa for a posição da Fetaemg, da Fetraf e da Via Campesina, podemos até concordar, mas não é a posição em Brasília. A Contag, a Fetraf e a Via Campesina, pelas novas condições que vamos oferecer ao crédito fundiário, estão apostando que o programa será importante instrumento para a retirada de uma quantidade considerável de famílias da pobreza rural. É nesse sentido que queremos fazer o debate com vocês.

Recebi uma pergunta de um companheiro acerca da questão ambiental no Norte de Minas. O que aconteceu? O pessoal me explicou aqui. Esse assentamento foi feito com autorização do órgão ambiental de Minas, com a nossa autorização da UTE do crédito fundiário. As famílias foram assentadas. Depois veio uma norma federal - a lei da mata seca considerou aquela área um bioma da mata atlântica, e está proibido o desmatamento. Nós, governo federal, MDA, Instituto de Terras, que é a UTE do crédito fundiário em Minas, Iter e Instituto Ambiental, temos responsabilidade nesse caso. Não podemos deixar essas famílias à mercê disso. Já está correndo a carência, e elas podem entrar num quadro de inadimplência sem poder produzir. Temos de dar uma resposta. Não podemos deixar essas famílias nessa situação. Estou propondo uma reunião, Alexandre, Vanessa, da UTE, Secretário Wander e Camila, nossa consultora, para discutir esse assunto, e quero uma resposta, um relato do que será feito e encaminhado.

O MDA e o Estado têm corresponsabilidade, e temos de dar uma resposta concreta para as famílias sobre a solução desse problema.

Quero dizer que hoje é meu aniversário e fiquei animado com a braveza de vocês, que me deram um aniversário movimentado. Deixo um grande abraço a vocês e o MDA, quando solicitado, sempre estará presente. Já fui assessor de movimento sindical durante muitos anos, assessorei a CUT, assessorei a Contag. E acho que a postura dos dirigentes é de exigir, realmente. Todo movimento social tem que ter essa postura. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Dino. Você faz aniversário, mas quem pede um presente somos nós: queremos o crédito fundiário. Muito obrigado, Dino. Sinta-se liberado para sair por causa do seu voo.

Ao final, vamos ter encaminhamento e aprovação dos temas. Com a palavra, Paulo Afonso Romano, da Seapa, para suas considerações finais.

O Sr. Paulo Afonso Romano - Foi dirigida a mim uma pergunta do Presidente do sindicato de Monte Carmelo. Na verdade, ele se refere a um processo do IEF, sobre a demora dos processos, a falta de vistoria, e, por outro lado, a polícia continua multando com valores exorbitantes. O IEF é vinculado à Secretaria de Meio Ambiente. Vou entregar esse documento, pessoalmente, ao Presidente do IEF, mas alerto vocês de que todos os processos de regularização que antes eram feitos pelo IEF agora são feitos regionalmente nas Suprams. E a mesma coisa acontece com a outorga de água.

Continuo à disposição na Secretaria e temos a Secretaria de Agricultura Familiar. As nossas deficiências orçamentárias não servem e não servirão de biombo para nos proteger. Queremos participar e dar nossa contribuição.

Finalmente, sobre a questão da água, que tem a ver também com a Secretaria de Agricultura, por causa da Ruralminas e da própria necessidade da Secretaria para o desenvolvimento das atividades, quero lembrar que não dá mais para se pensar em projeto de desenvolvimento, com reforma agrária ou sem reforma agrária, se não estiver equacionada a questão da água. Não dá para fazer separadamente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Paulo Romano. Com a palavra, a Sra. Cleide Pedrosa de Melo, do Igam.

A Sra. Cleide Izabel Pedrosa de Melo - Tentarei ser breve, mas tenho algumas ponderações a fazer. Quero falar para a Maria, para o Vilson, da Fetaemg, e também para o Marcinho sobre as questões do Igam. Como o Dr. Paulo falou, tanto a outorga quanto o cadastro não são atribuições do Igam; são dados regionais da Supram, porque são vinculados à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Sobre a questão do Minha Casa, Minha Vida, agendamos uma reunião para amanhã, às 3 horas, com a pessoa responsável pela emissão do cadastro, a fim de ver se resolvemos essas questões levantadas aqui.

Sobre por que se paga uma taxa de cadastro, infelizmente os processos que entram no Estado têm um custo, chamado preço público, e há toda uma burocracia no processamento, na recepção dessa documentação, no lançamento de dados, na emissão de certificado. Então, depois disso é dado esse valor.

Agradeço pelo convite. Vou levar esse questionamento a reunião e ver o que é possível fazer em relação a isso.

Há outra pergunta do Dirceu para o Dr. Jésus Lima, com quem conversamos sobre essa questão. Há dinheiro para fornecimento de água, mas a lei impede a construção de barragens. Já há toda uma movimentação do governo do Estado, juntamente com o governo federal, para fazer uma coisa que queria expor aqui e que deve ser a bandeira mais importante da agricultura. Por que há prioridade na mineração, em outras atividades, como geração de energia elétrica? Porque são atividades de utilidade pública e de interesse social, definidas pela resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama -, da esfera federal. O nosso movimento é para que a agricultura irrigada seja também uma função de utilidade pública. Nesse sentido, já há uma movimentação do governo federal, do governo do Estado e de outras entidades, que já estão trabalhando para a elaboração de um decreto que transforme essa atividade. Se a mineração, a geração de energia elétrica são de utilidade pública, por que a geração de alimento, que é muito nobre, não é? Essa é uma bandeira que temos de discutir e aprofundar aqui.

O meu tempo já se esgotou, mas acho que tenho obrigação aqui de, pelo menos, responder rapidamente às perguntas. Há uma pergunta do Naziro sobre o registro do uso legal da água. A pessoa não recebeu o certificado. Vou passar-lhe o telefone do Igam, pois mandamos o certificado pelos correios. Pode ser que na hora da compilação dos dados tenha havido diferença nos endereços. Estou à disposição para passar-lhe a orientação e vou procurar saber lá. Vou precisar, depois, do seu contato. O telefone é 3915-1252, que fica à disposição para prestar esclarecimentos.

Há uma última pergunta aqui do Martinho William, do Consea. Ele diz o seguinte: "A água é essência e alimento de vida. Como se pode outorgar água para grandes consumidores e usuários cobrando-se o preço de até R$0,02, enquanto se paga até R$5,00 por um litro ao longo das estradas?" Entendo que ele está falando de garrafa de água.

Acho que é um tema para ser debatido até na abordagem sobre a água. Misturaram-se aqui três assuntos. Na outorga não se cobra a água pela água; ela é um ato autorizativo pelo uso da água que é concedida a todos. É preciso haver direito aos usos múltiplos. Esse valor de R$0,02 é a cobrança pelo uso da água, que não é imposto de governo. É um valor que é decidido pelo comitê de bacias e é repassado para a respectiva bacia. O governo não decide nada sobre esse dinheiro. Portanto, é um tema cuja compreensão depende de aprofundamento. Quando pagamos R$5,00 por uma garrafa de água, já é um outro tema. Aquilo já é um processo de industrialização e comercialização da água. Temos aqui três pontos que são diferenciados.

Só queria, então, esclarecer isso e agradecer pela oportunidade. Parabéns. Temos de ouvir mesmo essas verdades da forma como foram feitas, exatamente para sermos sacudidos e sairmos daqui com mais entusiasmo para lutar por essas questões que estão sendo expostas e que são muito legítimas. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, o Sr. Jésus Lima.

O Sr. Jésus Mário Lima - Em primeiro lugar, responderei ao Marquinhos, de Jordânia. É uma cidade difícil de chegar, mas agora está mais fácil. Nas casas construídas pela Caixa na zona rural, a cisterna estará junto. Fizemos um convênio com a Caixa para construir a cisterna com a casa.

O Vilson, o Dirceu e o Abel, do sindicato de Pintópolis, perguntam se o programa Água para Todos atingirá somente quem está no semiárido. Não, agora estamos priorizando o semiárido porque é a região que tem mais urgências, mas ampliaremos o programa.

Cumprimento meu amigo Deputado Arlen Santiago.

O Deputado Arlen Santiago - Jésus, peço aparte.

O Sr. Jésus Mário Lima - Sim, Deputado.

O Deputado Arlen Santiago - O programa Água para Todos está priorizando somente o semiárido. Tomara que você traga uma boa possibilidade para nós, porque Mirabela, Brasília de Minas, São Francisco e Urucuia estão de fora vendo o vizinho receber um pouco. Está ótimo para começar o programa.

Já que você está no MDS, pedimos que verifique duas coisas. A primeira é a questão de Taiobeiras, pois agora até a sede ficará sem água. A barragem de Berizal tem corrupção, tem problemas, mas o único punido é o povo da região, que não recebe a água de que precisa. É preciso dar terra para os assentados. Pedimos que verifique a questão de Berizal no MDS.

A Presidente Dilma esteve em Rio Pardo, mas o Prefeito ficou tão inebriado com a visita que disse que a Presidenta e o Governador rodaram a região de helicóptero e viram que a cidade está muito bacana, que está tudo muito bom, que a saúde está 100% e não fez nenhum pedido. Lá não teremos outra oportunidade de receber a Presidenta.

Peço, também, que você responda à questão relativa aos índios. Temos uma aldeia xacriabá. Na Aldeia das Embaúbas, cinco jovens se suicidaram. Infelizmente, a mudança da saúde indígena da Funasa para a Funai foi negativa para nós. Em relação ao lazer, estamos pensando em como fazer, mas há também a questão das moradias. Pedimos que verifique como está a questão das moradias indígenas no MDS e na Funai.

O Sr. Jésus Mário Lima - O Arlen Santiago fez várias reivindicações. Trabalho no MDS com o programa Água para Todos. Portanto, tenho que verificar como posso ajudá-lo em relação às outras demandas que apresentou. Quanto à ampliação do programa Água para Todos além do semiárido, isso é fato. Para vocês terem uma ideia, estamos levando esse programa para a região da Amazônia. As pessoas estão morando em cima do Rio Amazonas e não têm água potável para beber, porque as águas dos rios estão contaminadas. Então estamos levando esse programa também para lá. Portanto, ele se estenderá para além do semiárido. A prioridade agora é atender os moradores de locais onde não existe água, como no semiárido. Mas ampliaremos o programa, com todos os parceiros que temos.

Já temos um planejamento. Que executor fará o trabalho em cada Município? Respondendo ao Rogério, que perguntou como ficarão os Prefeitos em relação a isso e como ficam os Municípios em relação ao Água para Todos, sobre a cisterna para a Primeira Água e a tecnologia social para a Segunda Água, já temos a territorialização e sabemos qual é o executor em cada Município. Estou deixando essa relação com o Rogério Correia. Se quiserem, enviem-me um e-mail e repassarei a relação para dizer quem será o executor no Município. Em Taiobeiras, qual será o executor? Em Montes Claros, qual será o executor? E assim por diante. Será a Codevasf, o Dnocs, a Asa ou o Idene? São os executores que implementarão o Água para Todos. Coloco toda a territorialização à disposição do Deputado Rogério Correia, tanto da Primeira quanto da Segunda Água, assim como o nosso planejamento para fazer essa universalização.

Em relação aos Municípios, estamos incentivando a ideia de consórcios municipais, como é o caso do consórcio de Serra Geral, na região de Janaúba.

No mais, é isso. Quero agradecer a oportunidade de estar aqui e cumprimentar o Juraci, da Contag, pois não o havia cumprimentado no início, assim como o pessoal do MST. Estamos aí. Parabéns ao Rogério e a quem teve a iniciativa de fazer este ciclo de debates. É um prazer muito grande estar aqui com vocês. O governo federal e o governo da Presidenta Dilma têm vocês como prioridade, vocês sabem disso, nem precisa dizer. É um prazer muito grande estar com vocês na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, o Sr. Samir Carvalho Moysés, para suas considerações finais.

O Sr. Samir Carvalho Moysés - Serei breve ao responder os questionamentos, mesmo os que não me foram direcionados, porque é importante tratar de todos os assuntos. Ressalto mais uma vez que a ausência do Secretário Gil Pereira se deve ao fato de ele estar com o Governador. Ele me ligou e pediu para esclarecer que o gabinete dele está aberto para recebê-los em qualquer momento, e ele faz questão de participar de todas as audiências públicas. Vim para cá de última hora mesmo.

Em relação à participação da sociedade civil organizada, o conselho gestor estadual do Água para Todos tem a participação da Fetaemg e da ASA, uma grande parceira nossa e com quem agendemos uma reunião para segunda-feira. Ela vai fazer as cisternas aqui

em parceria com o Idene. Temos uma reunião de trabalho muito grande para garantir que essas cisternas sejam feitas. Além disso, estamos abertos, e na semana que vem vamos participar de uma reunião da Comissão de Participação Popular para avaliação e monitoramento do andamento das ações do nosso programa. E estamos à disposição para fazer todas as reuniões que vocês acharem necessário.

Em relação à nossa parceria com a ASA, serão construídas 16 mil cisternas no total, das quais 10 mil serão em parceria com a ASA. Fazemos questão de salientar que, há duas semanas, estive no Ministério de Desenvolvimento Social com o Dr. Marcos Dal Fabbro, Diretor do departamento que está financiando as nossas ações, e vamos trabalhar para ampliar esse quantitativo de sistemas para garantir a universalização até o final de 2013.

Os Srs. Joaquim Carlos, da Cáritas Regional de Paracatu, e Vilson, da Fetaemg, questionaram a inclusão de outros Municípios fora do semiárido no nosso programa. Eles já estão sendo incluídos. Já temos 6.400 cisternas para Municípios fora do semiárido, a saber: Campo Azul, Carbonita, Chapada Gaúcha, Engenheiro Navarro, Ibiaí, Itamarandiba, Leme do Prado, Mirabela, Montes Claros, São João do Pacuí e Turmalina. Todos esses Municípios serão... (- Inaudível.) ...com atendimento de cisternas.

A última questão é relativa à demanda do Elson Mendes, de Porteirinha, que falou da visita da Presidente a Rio Pardo de Minas. Nós, do governo do Estado, protocolamos um pedido para a Presidenta da República e para o Ministro da Integração, relativo à Barragem de Serra Nova, que custará pouco mais de R$50.000.000,00 e que vai atender 17 Municípios da região. Em Rio Pardo de Minas vamos construir 12 sistemas simplificados de abastecimento de água, que vão chegar a 480 famílias, o que representa R$7.200.000,00.

Agradeço a todos a participação.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, o Sr. Amílton José Rodrigues Reis.

O Sr. Amílton José Rodrigues Reis - Minha fala será rápida. Responderei as perguntas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva e da Secretaria de Desenvolvimento Rural de Ponte Nova. Por serem semelhantes, responderei as duas ao mesmo tempo.

Não existe neste momento um programa permanente para recuperação de estradas vicinais. Acredito que teríamos sucesso se houvesse programa. Os Municípios não têm condição financeira nem conhecimento nem equipamento para fazer o que deve ser feito. Está sendo realizado um trabalho, que já apresentamos ao governo, o qual está sendo coordenado pela Secretaria de Agricultura e pela Setop. Está sendo elaborado um programa que poderá obter, a partir do próximo ano, um recurso substancial para trabalhar com estradas vicinais.

Em Bocaiúva existe um trabalho dentro da revitalização do São Francisco. Por meio do convênio da ANA, já atendemos a uma sub-bacia. Já existe um outro para atender lá também. Se o sindicato de Bocaiúva quiser, entrarei em contato e mandarei a relação de Bocaiúva e dos outros Municípios, conforme indagado aqui.

Esse trabalho que está sendo coordenado pela Seapa e Setop, juntamente com o órgão ambiental, facilitará ou simplificará esse licenciamento, para intervenções na estrada vicinal, como bueiros, pontes e essas coisas todas. Essa informação responde a indagação de Ponte Nova. A construção de bacia de captação ou de contenção não é passível de licenciamento. Não há essa necessidade.

A respeito da colega de Bandeiras, sobre a Ruralminas, em 2009 e 2010 corremos para fazer - eu era Diretor à época - 500 projetos. Nossa expectativa era que, com um banco de projetos, pudéssemos pressionar para ver se buscaríamos recurso estadual ou federal. Infelizmente não conseguimos. Sessenta e oito Municípios ficaram sem projetos. Em 2011 e em 2012 fizemos esses projetos. Desses 500 projetos que fizemos, infelizmente só executamos 30%. É importante que haja continuação desses projetos na construção desses pequenos barramentos no semiárido. Não é só para o semiárido legal, mas para a região toda dos 188 Municípios onde a Sedvan tem ação. Obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Amílton. Com a palavra, para suas considerações finais, o Sr. Carlos Calazans.

O Sr. Carlos Alberto Menezes de Calazans - O Rogério não quer que eu responda as perguntas, então farei minhas considerações finais. Juraci, Vílson, meus companheiros do MST, Sílvio, Russo, companheiros de Uberlândia e de Montes Claros, assumi o Incra, e todos sabem que estou disponível. Acredito na reforma agrária, pela qual luto. Neste momento estou com minha casa em greve. Apoio os meus funcionários. Discuti com o Ministro, com o Presidente do Incra e conversei com Gilberto Carvalho sobre questões ligadas à terra, à reforma agrária e à infraestrutura. Fui chamado para ir a Rio Pardo, para conversar com a Presidenta Dilma sobre essa questão agrária, assim como com o Gilberto Carvalho.

Há toda essa contradição que muitas vezes meu governo vive. Sabemos que servimos a um governo dentro de um sistema do capitalismo. Sei que esse sistema capitalista no Brasil impede, muitas vezes, o avanço da reforma agrária, impede que o Incra seja eficiente, impede que as famílias tenham recursos, estrutura e condições. O sistema ajuda e contribui para os ricos em detrimento dos pobres. É assim no mundo inteiro, não é diferente no Brasil. Enquanto eu estiver servindo ao governo, tentarei fazer o máximo para questionar esse sistema e lutar por um governo eficiente, que auxilie, ajude, apoie e trabalhe pelos pobres. Eu e o Marquinho rodamos pelo Vale do Jequitinhonha. Fomos até perto da casa dele. Vimos assentamentos e acampamentos. Sei de todas as limitações e dificuldades, que enfrentarei.

O movimento é legítimo. As reivindicações são justas e devem ser feitas cada vez de forma mais forte. O governo precisa ter sensibilidade para atender essas causas. Há muitos desafios para nós. Ao mesmo tempo, esse desafio é um enfrentamento permanente ao sistema. Por isso, meus companheiros e companheiras, Presidente Deputado Rogério Correia, continuaremos lutando, mesmo que como os palestinos. Às vezes os palestinos lutam com pedras nas mãos. Mesmo assim, continuarei lutando para ajudar, no que for possível, as famílias pobres do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Arlen Santiago - Calazans, por favor, você não respondeu sobre a questão das águas nos assentamentos. Há alguma perspectiva de o Incra colocar água para o povo beber nos assentamentos?

O Sr. Presidente - Obrigado. Pedirei a compreensão do Deputado, porque já fizemos o debate durante a parte da manhã, e essa questão foi uma das mais levantadas.

O Sr. Carlos Alberto Menezes de Calazans - Rogério, só quero falar para o Deputado que teremos uma audiência pública. A proposta foi apresentada. Convido o Deputado para estar presente a esta audiência pública. Pediremos a colaboração dele para que em todos os lugares de Minas Gerais haja água.

O Sr. Presidente - Deputado Arlen Santiago, temos de encerrar para darmos continuidade a outro tema, e inclusive estamos sem almoço. Mas, esse tema água foi reivindicado, para que fizéssemos uma audiência pública específica sobre essa questão, e vamos fazer isso na Comissão. Eu pediria ao Deputado Arantes que assinasse o requerimento comigo, para fazermos um debate mais profundo sobre a questão da água.

Agora, passo a palavra ao Deputado Wander Borges, para que ele também faça seus pedidos. Desde já, agradeço a sua participação.

O Secretário Wander Borges - Quero parabenizar a Assembleia Legislativa, na pessoa de seu Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, e aos Deputados Antônio Carlos Arantes e Rogério Correia, que conduzem esta reunião. Cumprimento o Deputado Arlen Santiago e os demais colegas de Mesa. Gostaria de dizer que é grande a minha alegria de estar com vocês nesta manhã, e também de responder ao pessoal de Bandeiras, de Simonésia, de Porteirinha e de Jordânia aquilo que já dissemos. Estamos fazendo uma revisão desses títulos, tendo em vista todas as dificuldades de ordem jurídica que tivemos. Devemos estar, constantemente, ao lado do Incra, porque essas questões do assentamento e da reforma agrária são de responsabilidade do Incra, que atualmente utiliza a logística do Estado, por meio de convênios permanentes. Mas, precisamos realmente avançar. Acho que tudo o que foi colocado aqui é um direito legítimo do conjunto da sociedade, patrocinado por vocês que estão lá, no dia a dia, sofrendo. Acho que o Brasil precisa avançar nessas questões.

A determinação do Governador Anastasia é de atender, com a maior presteza possível, tanto é que estamos fazendo a revisão de, praticamente, 13 mil títulos. Aí fizeram a pergunta: "Quando será a entrega deles?" Este ano, por ser eletivo, desde o dia 30 de junho, fomos impedidos de fazer qualquer encaminhamento, principalmente, no que se refere às entidades. Foi por isso que preferiram fazer, até o dia 30, os convênios de cooperação com as prefeituras, mas nada disso impede a participação da Fetaemg. O Vilson falou isso diversas vezes. O Governador tem nos pedido para avançarmos nessa titularização, em que pese haver algumas cidades que hoje estão impedidas de fazer algum encaminhamento, face a uma ação judicial existente. Mas, tenho a certeza de que tudo que absorvermos aqui, levaremos para um ambiente de Estado. Assim, discutiremos e faremos o melhor para avançarmos com vocês.

Acho que o desejo de cada um dos senhores e das senhoras é o desejo do governo de Minas também, que é sério e responsável. O Governador tem envidado esforços, procurando atender, na plenitude, essa questão. Mas, obviamente, havemos de estar lado a lado com o Calazans, o Incra e o Ministério, que é inclusive quem detém a maior parcela de recursos financeiros para tais ações. Acho que tal questão não nos impedirá de avançar. Acredito que, realmente, existe uma dívida para com esses movimentos pelo País afora, mas temos de entender isso. Já foram feitas algumas coisas, que nós também estamos fazendo, mas ainda temos de avançar muito. É com esse sentimento que saio daqui, para podermos, juntos, construir essas políticas. Daqui a pouquinho, assim que passarem as eleições, poderemos voltar, logo no início do próximo ano, entregar os títulos e fazer a grande festa que todos nós queremos, que é a titularização da terra. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, nosso Secretário e Deputado Wander Borges.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/8/2012

Presidência dos Deputados Antônio Carlos Arantes e Rogério Correia

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - 1º Painel: Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Sr. Plínio César Soares - Palavras do Sr. Argileu Martins da Silva - Palavras do Sr. Marcelo Lana Franco - Palavras do Sr. José Rogério Lara - Palavras do Sr. Antônio Álvaro Corsetti Purcino - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - 2º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Arnoldo Anacleto Campos - Palavras do Sr. José Antônio Ribeiro - Palavras do Sr. Jefferson Penellas Amaro.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Carlos Arantes) - Destina-se esta parte da reunião à realização do ciclo de debates "Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável", com os seguintes painéis: "Assistência técnica e extensão rural – Ater – e pesquisa"; e "Agroecologia e sociobiodiversidade".

1º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos para compor a Mesa para o 1º Painel os Exmos. Srs. Argileu Martins da Silva, Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA -; Antônio Álvaro Corsetti Purcino, Chefe-Geral da Embrapa Milho e Sorgo, representando o Diretor-Presidente da Embrapa, Sr. Pedro Antônio Arraes Pereira; Marcelo Lana Franco, Presidente da Emater-MG; Plínio César Soares, Diretor de Operações Técnicas da Epamig; e José Rogério Lara, Diretor Técnico da Emater-MG.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de questões ou sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário do Participe Agora, disponível pela internet, no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, ainda durante as falas dos expositores, os participantes poderão

encaminhar suas questões ou sugestões por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia - www.almg.gov.br -, abrir a página do ciclo de debates, preencher o formulário de participação e enviar a sua contribuição.

Palavras do Sr. Plínio César Soares

Boa tarde a todos e a todas. Sou Diretor Técnico da Epamig e vou tentar, em 15 minutos, apresentar o que a empresa faz em prol da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável. A missão da Epamig é apresentar soluções e inovações tecnológicas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio em benefício da sociedade.

O nosso negócio são tecnologias e inovações para o agronegócio. Aqui temos um mapa, para vocês terem uma ideia de como a Epamig se distribui no Estado, nas suas diferentes unidades. Somos constituídos de 5 unidades regionais, 28 fazendas experimentais, 2 campos experimentais, 2 núcleos de ensino e pesquisa, sendo um em Juiz de Fora, que cuida da parte de pesquisa de leite e derivados, e um em Pitangui, que cuida da agropecuária e do cooperativismo. São cursos de nível médio. A Epamig conta, em todo o Estado, com cerca de 47 laboratórios de apoio ao produtor e às pesquisas. Temos laboratório em biotecnologia, genética, qualidade do café, qualidade dos alimentos, análise de produtos vegetais e de solos, análise de pós-colheita de café, de controle de segurança de leites e derivados. Enfim, é uma série de laboratórios. Ela conta, em seu quadro de pessoal, com 173 pesquisadores para trabalho em todo o Estado. Não é muito em razão do tamanho do Estado e da diversidade agropecuária de Minas. Contamos com um total de 973 funcionários, somados aos pesquisadores, o pessoal de apoio à pesquisa e de apoio geral. O número de pesquisadores, como disse, é 173, com 97 doutores, 56 mestres e 28 bacharéis. Contamos também, ajudando nosso corpo técnico de pesquisadores, com muitos bolsistas de diversas formações, do estudante de nível médio ao estudante universitário, ao bacharel, ao mestrando, ao doutorando e até ao pós-doutorando.

Temos 10 grandes projetos de pesquisa, que estão aqui listados. Trabalhamos com agroenergia, aquicultura, cafeicultura, floricultura, fruticultura, grandes culturas, olericultura, processamento agroindustrial, produção animal, principalmente bovinos, programas especiais, silvicultura e meio ambiente. Contamos com recursos tanto da esfera estadual quanto da federal. Hoje, para conduzir a pesquisa de nossos cerca de 410 projetos, experimentos em execução, contamos com R$25.500.000,00. Como resultado dessas pesquisas, tivemos fatos importantes, como proteção de cultivares, o que conta muito em termos de feitos, de resultados para a sociedade. Temos 1 cultivar de arroz, 6 de café, 2 de trigo, 7 de feijão, 8 de oliveira e 15 de soja, totalizando 43 cultivares protegidos. Temos 16 marcas protegidas, 29 direitos autorais de publicações e 1 direito autoral de "software". Temos proteções em andamento, como 2 cultivares de arroz, 3 patentes de processos e produtos e 1 registro de indicação geográfica, que é o azeite dos contrafortes da Mantiqueira.

A Epamig tem enfrentado alguns desafios, como promover o desenvolvimento rural com sustentabilidade econômica e ambiental, o que é fundamental. Hoje não se fala em desenvolvimento econômico simplesmente, pois este tem de ser sustentável e preocupado com o meio ambiente. Há outros desafios, como transformar a pesquisa em tecnologia de campo. O que quero dizer com isso? A tecnologia gerada não pode ficar em prateleira; ela tem de chegar até o produtor. Se não chegar ao produtor, se ele não a usar, a empresa perderá seu tempo. O nosso objetivo é fazer com que a tecnologia seja realmente usada pelo produtor rural. Outro desafio é a transferência de tecnologia, com a qual temos de estar sempre preocupados, sempre trabalhando nessa área.

Administrar a falta de recursos, tanto financeiros quanto humanos, dos quais já falei. Cento e setenta e três pesquisadores é pouco para cuidar de um Estado deste tamanho. Ampliar e fortalecer as parcerias. Estão novamente aí os programas de pesquisa. Vocês podem ver que fruticultura, por exemplo, é um projeto amplo. Trabalhamos principalmente com banana, limão, manga, abacaxi, atemoia, goiaba, figo, pêssego, ameixa e uva. Estamos preocupados com as grandes culturas, como arroz, trigo, milho e sorgo. Leguminosas: feijão e soja. Fibras: algodão. Olericultura: focamos tanto as hortaliças convencionais como as não convencionais e, entre elas, citamos pimenta, pimentão, batata, tomate, morango, cebola e repolho.

Processamento agroindustrial: a Epamig cuida de processar leites e derivados, e processar uva, transformando-a em sucos e vinhos. Quanto à produção animal, o nosso foco principal é a pesquisa do gado mestiço, esse gado mais rústico, que é o F1 do holandês com o zebu. Também trabalhamos com o gir leiteiro puro. Em Uberaba, temos 56 anos de tradição na pesquisa de gir leiteiro, que é uma genética altamente respeitada no Brasil e, nem se fala, no Estado de Minas Gerais. A Epamig também foca os projetos de silvicultura e de meio ambiente: produção de eucalipto, de pínus etc.

Temos um núcleo tecnológico com mais de cinco anos de funcionamento em Caldas, na nossa fazenda experimental. São muito interessantes as pesquisas com uva e vinho. Elas atendem principalmente pequenos produtores em torno de Caldas, no planalto de Caldas. Esse é um projeto belíssimo da Epamig. Outro núcleo tecnológico, mais atual e mais emergente, refere-se ao estudo acerca de azeitona e azeites. Na Mantiqueira, as áreas de oliveiras têm se ampliado e expandido em cerca de 20% a cada ano. Esse projeto é muito bom e muito interessante. Os produtores da região estão muito entusiasmados com essa cultura, e a Epamig tem dado sustento, aporte tecnológico para o desenvolvimento de oliveiras e também para a extração de azeites. Esse é um dado importante, e o Brasil é um grande importador desses dois produtos. Ele gasta, em média, R$800.000.000,00 ao ano, para importar azeitona e azeite.

Temas transversais: além daqueles 10 programas de pesquisa de que falei, a Epamig cuida da agroecologia, enquanto tema transversal, e da agricultura familiar. Eu diria que a agricultura familiar está inserida em todos os 10 programas de pesquisas. A maioria das principais tecnologias que a Epamig gera e difunde está voltada para o pequeno e o médio produtor. Irrigação, drenagem, controle biológico e geoprocessamento. Temos o 2º herbário do Estado, que só perde para a UFMG. Quanto à agroecologia, o objetivo seria gerar tecnologias limpas e de maior cuidado com o meio ambiente para a produção de alimentos mais seguros que possam gerar renda, especialmente para a agricultura familiar.

Linhas de pesquisa: temos esse trabalho de indicadores de sustentabilidade, que é a adequação socioeconômica e ambiental das propriedades rurais do Estado de Minas Gerais. Esse trabalho está sendo feito junto à Seapa, e já está se tornando um programa estruturador do Estado. Esse projeto está sendo implantado em todas as regiões de Minas. Ele se preocupa em saber como o produtor está gerenciando sua propriedade agrícola em termos de rentabilidade, lucratividade nas explorações, bem como considera os aspectos sociais: o produtor trata bem o seu empregado? Cuida bem dele? Não o explora? Além disso, também se preocupa com práticas de conservação de solo e água. Portanto, trata-se de um programa muito amplo e complexo, realizado pela Epamig em parceria com a nossa Secretaria de Agricultura.

Produção orgânica de alimentos. Sabemos que se trata de uma questão muito importante, embora recente. A produção de produtos orgânicos tem se expandido de 20% a 30% ao ano, e a demanda tem aumentado nessa proporção. Então, esse é um nicho muito importante para que o pequeno produtor agregue valor à sua produção. Agricultura familiar. Por que ela é importante? Porque 85% dos imóveis rurais no País se enquadram nessa categoria. Vejamos: 87% da mandioca produzida no País vêm da agricultura familiar, do pequeno agricultor; 70% do feijão; 46% do milho; 38% do café; e 72% do leite. Realmente ela é um segmento com o qual a pesquisa e extensão tem de se preocupar, porque ele contribui pesadamente para a produção de alimentos, fibras e energia para este país.

Os principais objetivos da agricultura familiar encarados pela Epamig são: fortalecer a agricultura familiar, obviamente que em um aspecto amplo e geral; disponibilizar variedades com produtividade elevada, resistência a doenças e pragas, que apresentem outras vantagens como a qualidade do produto final. Por exemplo, o arroz. Não adianta ter uma variedade muito produtiva, resistente a doenças, se a dona de casa não aceita o grão, porque ele empapa na hora de cozinhar. São vários aspectos com os quais o pesquisador tem de se preocupar.

Outro objetivo é a tecnologia de produção de bovinos F1. Esse é um dos carros-chefe da Epamig, pois é a base de um programa que a Emater tem em conjunto com a Epamig, o Minas Leite. Toda a base técnico-científica do Minas Leite - quem é acompanhado por esse programa sabe - é baseado no comportamento do gado F1, que é o cruzamento do holandês com o zebu. O controle biológico também é fundamental para que a produção seja menos contaminada com agrotóxico, para que haja o manejo integrado de pragas. E novamente estamos falando da integração entre lavoura, pecuária e floresta. Esse é um projeto em que a Epamig tem avançado muito nas pesquisas. Tudo isso visa agregar valor a produtos tradicionais para o agricultor familiar. Essa era a minha apresentação. Estou à disposição dos senhores para esclarecer quaisquer questionamentos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Argileu Martins da Silva

Boa tarde a todos. Espero que não estejam com muito sono depois do caloroso debate na parte da manhã. Mais uma vez, ressaltamos esta bela iniciativa do Deputado Rogério Correia, que nos permite fazer esse profícuo debate tão importante para a segurança alimentar e nutricional de Minas Gerais e do Brasil. O tema "Assistência técnica, extensão rural e pesquisa" é bastante amplo. Em 15 minutos, tentarei fazer algumas abordagens que nos permitam pensar a respeito.

Quando discutimos o desenvolvimento e a política agrícola clássica na agricultura familiar, nós, do MDA, sempre nos sustentamos em quatro pilares fundamentais. A política agrícola clássica em qualquer lugar do mundo é discutida em termos de investimentos, de proteção ao agricultor e, evidentemente, de comercialização e mercado. O tema "Assistência técnica" foi retomado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2003, por conta de uma proposta apresentada ao País em 2002 e denominada Vida Digna no Campo. O projeto foi vitorioso nas eleições. Entendemos ser necessário trabalhar o direito de acesso ao conhecimento para que as políticas de desenvolvimento rural tenham, de fato, sustentabilidade.

Essas são algumas das ações desenvolvidas pelo Ministério ao longo dos últimos nove anos. Houve evolução nos recursos, iniciativas que contaram com participação popular e de todos os autores envolvidos no processo. Acredito não ser necessário dar essa ênfase. Destacamos apenas que, em 2009, chegamos à conclusão de que o instrumento do qual dispúnhamos para operar a assistência técnica acabou sendo objeto de CPI no Congresso Nacional. Tivemos de participar das discussões e estabelecemos uma nova sistemática de apoio aos projetos de assistência técnica e extensão rural, mantendo os projetos de inovação tecnológica com o CNPq, a Embrapa e as organizações estaduais de pesquisa, incluindo a Epamig. Lembramos que há representantes de universidades aqui, e a nossa relação com eles ocorre por meio do CNPq, que tornou possível produzir e sistematizar vários conhecimentos, principalmente no caso da agroecologia. Consideramos que as nossas organizações ainda estão se iniciando. A disputa por recursos em pesquisa ainda é muito grande no Brasil.

Os números são os mesmos. Daremos ênfase à inovação tecnológica nos próximos cinco minutos, demarcando o espaço. Desde algum tempo, conseguimos transcender a história da transferência de tecnologia para uma questão conceitual e pedagógica. Entendemos que os nossos agricultores não são nenhuma caixa para lhe transferir algo. É necessário eles entenderem o processo da geração e da produção para se apropriarem de conhecimento. É bom demarcar esses aspectos, apesar da resistência de alguns núcleos educacionais no nosso país.

Estou fazendo uso do meu tempo, e não cumprimentei os membros da Mesa porque já o fiz ontem. Estou vendo o Juracy, da Contag, nosso conterrâneo e companheiro jequitinhonhense, que hoje dirige a Secretaria Nacional de Formação da Contag, em Brasília.

Só para se ter uma ideia, em Minas Gerais conseguimos convencer o CNPq de que, além de pesquisar bastante, também era importante fazer com que esse conhecimento chegasse ao meio rural. Por isso, pela primeira vez em 2005, o CNPq publicou um edital de extensão tecnológica - até então ele só publicava editais de pesquisa. Isso permitiu a um conjunto de professores universitários elaborar projetos. Coloquei o gráfico de propósito para ver o destaque das universidades de Minas Gerais e a forma como utilizaram esse recurso. O gráfico de Minas e a utilização dos seus recursos se destacam na maioria dos demais Estados.

Temos pouco mais de 60 projetos, com universidades em Minas Gerais, sistematizando o conhecimento, e evidentemente para o conjunto da agricultura familiar. Gostaria de destacar que toda vez que eu fizer essa menção aqui estarei falando dos agricultores familiares tradicionais, dos assentados da reforma agrária, dos extrativistas, dos quilombolas, dos indígenas, dos juazeiros, enfim, desse conjunto tão profícuo, tão rico, que vem sustentando o Brasil, apesar de eles serem, por via de regra, excluídos das ações, principalmente ações de política agrícola.

Na verdade, quis provocar um pouco. Tenho três ou quatro "slides" para apresentar, mas tentarei ser bastante breve aqui. Muitas vezes discutimos essas questões sem entender um pouco os conceitos. Tem muita confusão do que seja assistência técnica e extensão rural. Creio que todos aqui já tiverem contato com Pedro Demo, com Paulo Freire, com o próprio Piaget, com Vygotsky, e tantos outros; porém é necessário entender um pouco, começando pela definição do que seja assistência técnica e extensão rural. Uma legislação que institucionalizou a política de extensão no Brasil estabeleceu assistência técnica e extensão rural. Por essa lei, o conceito é o que está aí projetado. É claro que esse é o conceito que democraticamente o Congresso Nacional Brasileiro debateu. Não era bem o conceito que o Ministério de Desenvolvimento Agrário escreveu, o projeto proposto ao Poder Legislativo. Também não foi o conceito que saiu do MDA. No entanto foi o que o Congresso Nacional, ou seja, a Câmara e o Senado debateram, emendaram corrigiram e estabeleceram. Portanto o que falaremos aqui ou o que estamos debatendo neste ciclo de debates diz respeito a um serviço de educação, só que não é formal. Daí, temos muitas dificuldades em construir relações e ações objetivas por falta dessa compreensão. É evidente que a compreensão desse serviço há tempo transcendeu a questão da produção e da produtividade quantitativa. Ele oferta, interage com as famílias, com os agricultores e agricultoras, para promover processo de gestão, de produção, de beneficiamento, e por aí a fora, conforme está descrito.

Gostaria de lembrar que, com muita consciência de estreitamento do conceito, a assistência técnica é um serviço muito especializado, um conjunto de pormenores práticos. Por exemplo, o agricultor quer melhorar geneticamente o rebanho, quer fazer ali inseminação artificial - aproveitando o "slide" do colega da Epamig -, quer produzir composto orgânico. Bem, há um jeito de fazer isso. Para radicalizar, é como a Walita faz na assistência técnica quando o liquidificador ou a televisão estraga. Você leva lá o eletrodoméstico, e um técnico o arruma para você. Então, estamos falando disso. Não se restringe necessariamente a uma determinada prática.

A extensão rural é um conceito um pouco mais amplo porque há o caráter educativo e o transformador, e se fundamenta em metodologias de aprendizagem, em métodos de atuação. E, é claro, do nosso ponto de vista e do da Política Nacional de Assistência Técnica Rural, ela se sustenta em métodos, em metodologias, em abordagens participativas. Evidentemente qualquer desses serviços propostos que não permitem a reflexão do agricultor e do técnico não produzem resultados tão bons. Eu poderia até arriscar e dizer que talvez esse equívoco, estabelecido no Brasil por três décadas - estou falando basicamente das décadas de 70, 80 e 90 -, tenha feito com que em nosso país 1.600.000 propriedades ou estabelecimentos tenham renda negativa, portanto falando do ponto de vista de renda monetária. Existem muitas pesquisas na Universidade Federal de Lavras que demonstram que, por exemplo, no Alto do Jequitinhonha há um conjunto de estabelecimentos, de propriedades da agricultura familiar que, apesar de terem renda monetária negativa, vivem bem, porque produzem para autoconsumo e, em seus relacionamentos comunitários, conseguem auferir ou ter à disposição os bens necessários da reprodução social, com exceção da terra.

Evidentemente, quando falamos de extensão rural, estamos falando da integração, da ação e da reflexão do social, do econômico e do ambiental, de forma contínua, para que as soluções sejam construídas e adequadas. Lembro aquela cartilha - tem muita gente antiga, estou vendo o Edmar - da Aspta sobre a tecnologia socialmente apropriada, que foi uma cartilha de cabeceira de muitos de nós durante algum tempo. Evidentemente, o que diferencia um do outro é justamente o caráter educativo da extensão, que não necessariamente há na questão da assistência técnica, entendendo que extensão rural é um conceito muito mais complexo.

Quando se fala de extensão rural, de assistência técnica e de pesquisa, talvez, se raciocinarmos do ponto de vista da inovação tecnológica, nós nos organizemos melhor, Antônio Álvaro. Quando falo de inovação, estou falando da geração da demanda pelo conhecimento, da geração, da validação, da disponibilização, da apropriação e do uso recorrente desse conhecimento. Talvez o debate em cima da inovação possa ser mais pragmático e programático. E isso tem um motivo: vivo nesse ambiente há algum tempo e discutimos. Ao se planejar pesquisa, não adianta gerar conhecimento e produzir tecnologia se não há quem seja transmissor dessa tecnologia, com todo equívoco conceitual. Evidentemente, quem conversa com o técnico que está no Norte do Brasil procurando se relacionar com um conjunto de agricultores, ou diria aqui no Norte, com a turma que está fazendo extrativismo na favela ou no cerrado, pergunta qual é a tecnologia que existe para manejar o cerrado. E para manejar a caatinga, a mata atlântica? Qual conhecimento foi produzido para gerar isso?

Portanto, com certeza será muito mais objetivo fazer o debate a partir da inovação. Sempre que fazemos esse debate - e é necessário, os movimentos sociais fazem isso, mas, no nosso ponto de vista, de forma ainda muito tímida - indagamos: gero conhecimento para quem? Para nós, esse conhecimento deveria ser gerado para o conjunto da agricultura familiar. Mas deem uma olhada nesses números - isso é a agricultura brasileira -, que precisamos usar porque eles levam a uma reflexão maior.

Há, nesses números, cada segmento da agricultura brasileira, incluindo a familiar e a não familiar, separando por segmento os grandes, os médios, os empresariais. Na agricultura familiar há os que são dinâmicos, que têm renda mensal acima de 10 salários mínimos; há os em desenvolvimento, cuja renda varia de 2 a 10 salários; há, ainda, os pobres em extrema pobreza. O bom, que não vamos conseguir mostrar aqui, é que temos quanto essas pessoas produzem por hectare. A gente se assusta quando vê os dados, principalmente quando analisamos a produção por hectare de quem não tem assistência técnica, de quem recebe a assistência ocasionalmente e de quem recebe assistência técnica frequentemente. Esses dados estão sistematizados. Não é possível mostrá-los aqui pelo limite de tempo, mas podemos numa outra oportunidade fazer isso.

Ainda para responder a pergunta "para quem estou produzindo inovação tecnológica?", quero dizer que esse é um pouco do extrato de Minas Gerais. Temos 551 mil estabelecimentos, dos quais 235 mil têm menos de 10ha. Se formos até 100ha, vamos ter quase 480 mil estabelecimentos com menos de 100ha. Então, qualquer serviço de pesquisa agropecuária, de assistência técnica e extensão rural

neste Estado tem de olhar aquele mapa. Caso contrário, começo a produzir um conhecimento para um contingente muito pequeno de agricultores, começo a utilizar recursos públicos para um contingente muito pequeno de agricultores. Depois vão colocar a culpa nos agricultores por não gerarem renda, porque o recurso que deveria produzir conhecimento para que aquelas propriedades, aqueles estabelecimentos ou aquelas realidades em que vivem produzissem bons resultados não é dado pelo Estado, gerando as distorções que conhecemos hoje. Dê uma olhada em qual é a área dessa turma. Vamos perceber que, do ponto de vista de hectares, temos uma área muito expressiva.

Quero produzir assistência técnica e pesquisa para quê? Do nosso ponto de vista, conhecimento precisa ser produzido para esse conjunto de coisas que está aí no projeto. Embora o tempo não nos permita tratar disso, compreendemos que seja assim. Evidentemente entendemos que a articulação da assistência técnica e da pesquisa pode gerar, do ponto de vista da inovação, um ambiente muito melhor do que o que temos hoje. Se o conjunto da agricultura familiar demanda conhecimento e o que é gerado for a partir dessa demanda, temos um conjunto de problemas hoje. Por exemplo, como manejar uma castanheira? Como manejar a favela, ou os frutos do cerrado, que é a sobrevivência para centenas de agricultores. Não temos nenhum conhecimento, ninguém investindo nem pesquisando isso.

Portanto entendemos que a compatibilização da geração do conhecimento e da disponibilização dele pode ser um caminho para termos um meio rural melhor, com menos agroquímicos, com custo de produção menor e, evidentemente, com agricultoras e agricultores mais felizes e vivendo melhor. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Marcelo Lana Franco

Boa tarde. Cumprimento inicialmente as autoridades máximas aqui, que são os produtores rurais, agricultoras e agricultores familiares. É um prazer recebê-los aqui. Nós, que moramos aqui em Belo Horizonte e trabalhamos na sede, ficamos felizes de saber que vocês viajaram para estar aqui conosco. Sabemos que muitos vieram de longe e estão aqui desde ontem e permanecerão nessa discussão profícua, importantíssima para que avancemos junto aos governos federal, estadual e municipais.

Quero cumprimentar, na pessoa do Deputado Antônio Carlos Arantes, nosso amigo, parceiro da agricultura, Presidente da Comissão de Política Agropecuária, os demais Deputados que chancelaram este importante momento. Cumprimento os colegas das nossas coirmãs, especialmente o Plínio, que proferiu a palestra da Epamig; o Argileu, técnico da Emater de Minas que está emprestado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, fazendo um grande trabalho Brasil afora - é um parceiro e amigo do agricultor familiar e uma peça-chave na Diretoria do Dater -; e o Álvaro, da Embrapa, outra grande parceira de pesquisa.

Minha fala será breve, apenas para uma prestação de contas. Daqui a pouco ouviremos o José Rogério, nosso diretor técnico, mas, na condição de Presidente da Emater, tenho uma obrigação com os senhores, até porque nossa missão maior é atendê-los na essência, dentro de nossas possibilidades. Não sei se todos sabem, mas hoje contamos com aproximadamente 2.700 funcionários, espalhados pelos nossos 789 escritórios e atendemos também, por meio de satélites, àqueles que estão onde não temos uma área física, um escritório. Estamos negociando junto ao governo do Estado - e já há uma autorização do Governador Anastasia - a realização de concurso público em janeiro, mas estamos tentando antecipá-lo. O compromisso firmado com o Secretário Elmiro, que aqui estava ontem, foi o de antecipar o concurso, sob a condição de promovermos um programa de demissão voluntária - PDV – junto aos nossos técnicos. Nossa expectativa é que esse concurso nos renda 400 novos funcionários. Concomitantemente ao PDV, devemos iniciar as movimentações em outubro, se Deus quiser - digo "se Deus quiser", porque, infelizmente, os governos dependem muito da burocracia, mas estamos trabalhando para agilizar isso; a autorização é para janeiro, mas estamos tentando antecipar.

Acompanhei os trabalhos de ontem, embora não tenha falado, e acho importante ressaltar que temos clareza das necessidades do agricultor, dos assentados, daqueles que são defendidos pelo Vilson, da Fetaemg, que está na plateia, um parceirão, batalhador e também conselheiro da Emater, já que a Fetaemg tem uma cadeira na Emater - portanto, ele participa ativamente das nossas atividades, levando-nos essa preocupação do campo. Sabemos que, por nossa realidade, tudo o que fizermos é pouco; portanto, precisamos muito das parcerias com os governos federal e municipal e, certamente, com a Embrapa e as cooperativas. Nosso trabalho agora é justamente para essa aglutinação de forças.

Coloco-me à disposição, assim como a nossa diretoria. Aproveito para cumprimentar, na pessoa da Marisa - que coordena a nossa área de Agroindústria familiar, tema que estará em pauta amanhã -, e colocar também à disposição os técnicos da Emater, presentes aqui em grande escala. Mais uma vez, agradeço a oportunidade, colocando-me à disposição para responder a alguma pergunta ou questionamento sobre a instituição. Por fim, não posso deixar de dizer que o nosso Secretário de Agricultura Familiar, Edmar Gadelha, também presente aqui, tem feito um grande trabalho e promovido mudanças justamente por ser oriundo dos movimentos sociais. Obrigado.

Palavras do Sr. José Rogério Lara

Boa tarde. Como nosso Presidente já cumprimentou as autoridades e os produtores, quero apenas me apresentar a vocês como um produtor rural: sou um pequeno produtor do Sul de Minas, não só de prosa - todos os finais de semana estou na minha roça e conheço a realidade da agricultura familiar de Minas Gerais, de que participo ativamente.

Foi-me dada a missão de falar do trabalho da Emater, vinculado à pesquisa e aos resultados que temos procurado alcançar. Assim, inicialmente, preciso apresentar para vocês a Emater, que faz parte da Secretaria de Agricultura. Nesse "slide", vemos a Cidade Administrativa e, abaixo, compondo a Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento, os nomes da Emater, da Epamig, do IMA e da Ruralminas.

A história da Emater começou em 1948, na antiga Acar. Alguns colegas aqui presentes trabalharam na Acar, onde o sistema era mais direcionado ao crédito. Em 1976 foi criada a Emater, já com uma visão nova, que surgiu junto à Embrapa e à Embrater: a visão de uma empresa para analisar não só a assistência ao crédito, mas também propriedade como um todo, analisar o conjunto da família, não só o produtor, mas também a mulher produtora, o jovem rural, enfim, analisar a unidade produtiva como um todo.

Costumo dizer que, depois da Polícia Militar, a Emater é o órgão do governo do Estado que está mais pulverizado em Minas Gerais. Hoje estamos em 788 Municípios do Estado. Compõem essa rede da Emater 32 regionais, com a finalidade de agilizar o nosso trabalho. Então, se o Prefeito tem uma dificuldade no Norte de Minas, ele não precisa vir a Belo Horizonte para buscar o recurso. O nosso gerente tem autonomia e está ali perto dele, para apresentar-lhe solução. A missão da Emater é promover o desenvolvimento sustentável por meio da assistência técnica rural, assegurando a melhoria da qualidade de vida da sociedade mineira - serei rápido nessa missão porque, mais à frente, falarei novamente sobre esse tema.

Apresento para vocês um cenário mundial quanto à questão da produção de alimentos e da fome. No final do século XVIII, um cientista, de nome Robert Malthus, previu que, naquela situação em que o mundo caminhava, enquanto a população crescia de maneira geométrica, a produção de alimentos crescia de maneira aritmética. Ou seja, a produção crescia muito menos do que crescia a população. Consequentemente, teríamos um quadro de fome. Felizmente, a ciência e a tecnologia não deixaram que isso acontecesse. Daí, houve tecnologias, o advento da Embrapa, das universidades, das instituições estaduais de pesquisas, como a nossa competente Epamig, que gerou pesquisa e tecnologia para que nós, da extensão rual, pudéssemos levar até vocês, produtores, e para que aumentássemos a produção. E isso com um detalhe importante em relação ao crescimento da população mundial. No ano de 2050, teremos 9,3 bilhões de habitantes com necessidade de se alimentarem. Outro detalhe é que, no cenário mundial, no ano de 1900, 13% da população vivia nas cidades; em 2008, 50%; e em 2030, 60% na zona urbana. Esse quadro, no Brasil, já é mais sério.

O que temos em termos de terras agricultáveis? No ano de 1950, cada habitante contava com 0,5ha para produzir para ele; ou seja, teoricamente, eu tinha 5.000m² para produzir alimentos para mim. Em 2050, teremos apenas 1.600m², o que corresponde a um lote em uma cidade. Daí, temos de ser competentes. Observem a frase: "No ano de 2050 será necessário aumentar em 70% a produção de alimentos para atender à demanda da população". Então, contamos com 38 anos, de hoje ao ano 2050, para aumentar nossa produção em 70%. O desafio é muito grande.

Quanto ao cenário nacional, do ano de 2006 para o ano de 2011, 20 milhões de habitantes saíram das classes sociais D e E e passaram para a classe C. Esse pessoal melhorou a renda, a condição de vida e, para melhorar a qualidade de vida, quer comer melhor. Ele quer ter o direito de comprar um iogurte, de comer mais carne, de comer um queijo; consequentemente, a demanda por alimentos aumenta. Aí há um alerta que uma colega me fez ontem, que é o seguinte: à medida que aumentamos o consumo desses produtos, o desperdício também aumenta. O mundo desperdiça por ano 1.300.000.000 toneladas. Vou repetir: o mundo desperdiça, a cada ano, 1.300.000.000 toneladas. Isso ocorre principalmente nos países desenvolvidos.

Importância da agricultura familiar no Brasil - o Dr. Argileu já mostrou, e eu simplificarei: 84% dos estabelecimentos rurais do Brasil são da agricultura familiar. Este "slide" mostra que a família da agricultura familiar preserva o meio ambiente. Essa mania de dizer que o produtor não preserva o meio ambiente, que corta árvore, que danifica os rios, é balela. Vocês nunca viram água chegar suja na cidade, mas já viram sair. Então quem polui é a sociedade urbana. A agricultura familiar produz – aqui há um "PF" no jeito – arroz, feijão, carne e batata; e exporta também. O Plínio mostrou que 38% do café é produzido pela agricultura familiar. Então o agricultor preserva, produz alimento e exporta.

Cenários de Minas Gerais. Aqui eu mostro o potencial de Minas, o quanto é forte na produção de alimentos, e chegarei num produto. Por que estou falando em café? Porque café é o que mais emprega, e Minas Gerais é o maior produtor de café do Brasil, produzindo 50% da safra brasileira. Depois do Brasil, Minas Gerais é o 2º maior produtor de café do mundo. Prestem atenção nestes gráficos. A área plantada praticamente permaneceu a mesma de 1999 a 2012, e observem que a produção e a produtividade cresceram muito. Ou seja, numa mesma área, vocês, produtores, aumentaram a produção e a produtividade. Esses números são muito importantes, e tenho que explorá-los com vocês: a produção saiu de 13 mil sacas e foi para 25; e a produtividade saiu de 15 e foi para 24. Resumindo aquele quadro, aumentamos a área em torno de 4%, só que a produtividade aumentou 41%, e a produção, 45%. O valor da produção que aumentou nesse período representa R$2.600.000.000,00 nestes 10 anos. Se transformarmos esse valor por ano, dá em torno de R$202.000.000,00. Esse foi o incremento financeiro que houve no mercado, e parte disso ficou com o produtor.

O Plínio falou que 38% do café é produzido pela agricultura familiar, e eu trouxe para 30%, para não haver confusão. Observem que houve um incremento de R$815.000.000,00 para a agricultura familiar. Se dividirmos isso por ano, houve um incremento de R$62.000.000,00. Esses dados foram corrigidos pelo Cepea, pelo IGP-M. O resultado e o incremento dessa produtividade não foram só um esforço da Emater. Isso é resultado de pesquisa. Temos aqui a Epamig, a Embrapa, as universidades, a Fundação Procafé, a extensão que levou a tecnologia até os senhores e a qualidade dos insumos, que melhoraram bastante. Quem fez isso acontecer foram os produtores. Então, o mérito é deles.

Mostrarei também esses dados da pecuária, senão o Deputado Antônio Carlos Arantes me chama a atenção para o tempo. Estabelecimentos rurais em Minas Gerais. Observem que, no Estado, 79% dos estabelecimentos são da agricultura familiar. Aqui há outro dado importante: em termos de pessoal ocupado no campo, 68% lidam com agricultura familiar, ou seja, quem emprega é a agricultura familiar. Quando se avalia a área, apenas 27% estão com os agricultores familiares. Quer dizer, 62% do pessoal que trabalha no campo ocupam 27% da área. Em termos de produção, a agricultura familiar participa da produção com 32%; e a do médio e do grande empresário, 68%.

Falaremos agora um pouco sobre assistência técnica e extensão rural. Quanto ao marco legal da agricultura familiar e da Ater, há o Decreto-Lei nº 1.946 de 1996, que foi quando se criou o Pronaf. Em 2006, veio a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326. O Argileu já falou bem sobre isso e é especialista pós-doutor na Lei nº 12.188, de 2010, que define os conceitos, objetivos e princípios para a Ater.

Há alguns programas que quero mostrar para os senhores com resultados bastante concretos das ações da Emater. Um programa muito importante - aliás, 52% desses produtores são pequenos agricultores familiares - é o Certifica Minas. O consumidor quer ter a certeza de consumir um produto que está livre de agrotóxico e a certeza de que o produtor conserva o meio ambiente. Então, o mundo caminha para exigir de todos os produtores tanto de leite quanto de café que sejam certificados. O Certifica Minas hoje já está chegando a 1.500 propriedades e está havendo um incremento grande, porque estamos alinhando as cooperativas. Hoje 11 cooperativas de café já participam desse processo conosco.

Há ainda o programa Minas Leite. Acabamos de participar de uma reunião e já estamos programando outra bem grande com o MDA, a Ocemg, a Emater e as cooperativas, para incrementarmos o Minas Leite. O Dr. Argileu disse que 50% dos produtores produzem 250 litros. Em Minas Gerais, 80% dos produtores produzem menos de 200 litros de leite, e a maioria deles com bezerro ao pé. O Plínio já falou sobre a Integração Lavoura-Pecuária. Esse é um bom trabalho, preservacionista, em que aproveitamos melhor a área plantada e cultivada.

O Minas sem Fome tem um resultado excepcional. Estava agora no Semiárido e ouvi elogios enormes a vários desses trabalhos. Chamou-me muito a atenção a distribuição das pintainhas e ração. Houve resultado imediato com a produção de ovos. Vários produtores estão reivindicando a continuidade desse trabalho. Para adiantar, queria falar um pouco sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Senhores produtores, para nós, o que é mais difícil é da porteira para fora; da porteira para dentro, damos conta, não é, João? Sabemos produzir. Agora saber vender, a hora certa e para quem vender é o mais difícil. Esses dois programas nos dão essa oportunidade, porque você plantará já sabendo para quem vai vender e o preço que receberá pelo produto. Então, estamos investindo muito nesses dois programas, que estão crescendo bastante. Anteontem, o nosso Secretário Gadelha disse que implementará esse trabalho.

Observem que, no crédito rural, no Pronaf, no ano de 2000, não aplicamos R$200.000.000,00. No ano passado, aplicamos praticamente R$1.500.000.000,00. Podemos aumentar esse número. Estamos afinando uma parceria com o Banco do Brasil, o Sicoob e outros agentes financeiros. A Caixa Econômica Federal também quer firmar uma parceria conosco para operar Pronaf. Então, temos condições de crescer.

O Jovem Rural é um desafio grande. Trabalhamos com 7.000 jovens rurais, com aproximadamente R$1.500.000,00 de recursos aplicados. Há alguns trabalhos na área da sustentabilidade ambiental. Nessa tela, podemos observar algumas bacias de contensão e outro trabalho na área do Semiárido, que é excepcional. A seca existe, não temos como ficar livres dela. Devemos aprender a conviver com essa seca. Estive lá em Espinosa e vi resultados excepcionais.

O projeto de Combate à Pobreza Rural, que fazemos junto com a Sedvan e o Idene, é um bom projeto e tem resultados excepcionais. Queria transcrever esse material que a Codevasf publicou em seu "site", mostrando o resultado da assistência técnica e extensão rural no Projeto Jaíba. Esses dados - e os senhores ficarão com eles - não são nossos. A Codevasf publicou esses dados, que mostram os ótimos resultados que tivemos lá, aumentando a produção, a comercialização e a emissão do Certificado Fitossanitário, aumentando em 40% a análise de foliares de solo. Vejam bem, são 2.640ha com irrigação automatizada. Esse trabalho foi feito junto com a Cemig e a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Senhores, estou terminando. Chamei a atenção para esse trabalho, pois o vi em Espinosa, na semana passada, e trouxe-o para mostrar a vocês. Em Espinosa, neste ano, choveu 400mm. E há saída para conviver naquele semiárido. Essa é uma unidade demostrativa da Emater e da Epamig para produção de palma forrageira, pois 1ha de palma forrageira pode alimentar 40 cabeças de gado. Gente, fiquei impressionado com o depoimento desse produtor, que me disse: "Zé Rogério, na hora que o Gilberto vai embora, tenho que cortar umas raquetes de palma para tratar do meu gado, senão ele morre". Quer dizer, há alternativa. Os desafios são grandes. Não comentarei todos, porque o meu tempo já se esgotou. Mas temos consciência das dificuldades que a agricultura familiar encontra, o produtor rural está envelhecendo e o jovem não quer ficar na roça, mas quer ir para a cidade. Então, devemos buscar opção para que a mulher do agricultor possa produzir alguma coisa para aumentar a renda dessa família e o produtor deve ser reconhecido pela sociedade urbana. E sempre digo isso. Aliás, estava em Alfenas, na semana passada, no dia do produtor, e mandaram-me dizer algumas palavras. Disse que iria pedir desculpas, porque o produtor rural não pode ter só um dia. Todos os dias, na hora em que nos levantamos, devemos rezar e agradecer a Deus e pedir para dar forças ao produtor, porque tudo o que comemos vem do seu trabalho. Na hora em que amanhece e abrimos a geladeira, se observarmos, 99% do que há lá dentro veio da roça. Para o litro de leite sair do úbere da vaca e chegar à geladeira não é fácil.

E o produtor rural vende esse leite, que é o produto dele, mais barato que a água. O nosso Presidente já falou sobre alguns dos desafios da Ater, e eu gostaria de agradecer à Fetaemg, ao Vilson, ao Deputado Antônio Carlos Arantes, à Ocemg, à Faemg e a todas as instituições que levaram ao Governador a necessidade de ampliação do nosso quadro de servidores. Assim sendo, o aludido concurso já está autorizado para o próximo ano.

Falaram de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, e não posso encerrar a minha apresentação sem mencionar o trabalho que alinhamos com a Embrapa e com a Epamig. Nós já estivemos com os nossos coordenadores na Embrapa Gado de Leite e agora em setembro vamos nos reunir na Embrapa Milho e Sorgo. Recentemente, juntamente à Epamig, fizemos uma capacitação em café de 130 técnicos. Se não houver integração entre ensino, pesquisa e extensão, não existirá tecnologia segura e coerente com as condições e as particularidades de cada região e de cada produtor.

Acredito na extensão rural e tenho certeza de que podemos vencer os desafios que apresentamos aqui, desde que estejamos integrados e abertos ao diálogo. Era essa a minha mensagem. Muito obrigado. Estou à disposição para qualquer pergunta.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Antônio Álvaro Corsetti Purcino

Gostaria de cumprimentar o Deputado Antônio Carlos Arantes, por intermédio de quem cumprimento os demais membros da Mesa, bem como de parabenizar a Assembleia Legislativa por esta iniciativa. Também quero cumprimentar todos aqueles que, de maneira presencial ou por intermédio dos meios de comunicação, participam deste debate.

Inicialmente, apesar de a agricultura brasileira ainda ter muitos problemas, gostaria de frisar que a nossa agricultura é um caso de sucesso mundial. O progresso da agricultura brasileira nos últimos 40 anos é impressionante e provavelmente não foi obtido em nenhum outro país do mundo. Deixamos de ser importadores de alimentos, o que acontecia na década de 1960, e passamos a ser exportadores. A agricultura gera renda e paga as contas do Brasil. Além do mais, quem mais se beneficiou com esse progresso não

foram apenas os produtores, mas toda a população urbana do Brasil. Hoje somos uma população 85% urbana, que se beneficiou com esse progresso do meio rural, com a competência dos produtores.

A cesta básica, que consumia 45%, 46% da renda da família em 1970, hoje consome apenas de 12% a 16%. Vou mostrar alguns números que relatam quem são esses produtores, onde eles estão e quais são as suas necessidades. Vou seguir a mesma linha do Dr. Argileu ao falar de números. Este "slide" mostra, de 1975 a 2070, a evolução referente à produção das lavouras brasileiras. Em resumo, ele mostra que o aumento da produção no Brasil aconteceu basicamente por meio do uso da tecnologia. Hoje, o uso da tecnologia é muito mais importante para explicar o crescimento da agricultura brasileira que o aumento da área plantada, o que também é verdade para a produção da pecuária de corte no Brasil.

Esta tabela mostra a renda bruta dos estratos dos produtores brasileiros com áreas de até 2ha, de 2ha a 10ha, de 10ha a 200ha e acima de 200ha. Dois milhões de estabelecimentos com até 2ha perfazem 66% dos empreendimentos agrícolas e se apropriam apenas de 3,2% da renda do meio agrícola - e a renda corresponde a apenas meio salário mínimo. No estrato de 2ha a 10ha existem 995 mil estabelecimentos, que são 22%, com uma renda bruta de 10% do total e salários mínimos de 4,6. À medida que isso vai crescendo, o número de estabelecimentos vai diminuindo. Os grandes produtores são apenas 27 mil, mas eles se apropriam de metade da renda do setor. Esses dados do censo de 2006 indicam que, no Brasil, 53 mil produtores se apropriam de 100% da renda do meio rural. Onde estão os estabelecimentos de quem tem apenas a baixa renda desses empreendimentos? Estão basicamente no Nordeste brasileiro. Nove por cento estão no Norte, 5% no Centro-Oeste, 15% no Sudeste e 12% no Sul.

O problema da população. No campo, hoje, são 29 milhões de habitantes, população semelhante à que havia no Brasil na década de 1940, quando éramos 50 milhões de habitantes. Hoje, somos 195 milhões, sendo 30 milhões no campo. O Brasil é 85% urbano. A maior população urbana no Brasil apareceu de 1970 a 1980. Hoje, no campo, percentualmente, há muito menos gente que nas cidades. Este gráfico mostra que, apesar de 30 milhões de pessoas viverem no campo, apenas 17 milhões estão realmente trabalhando na agricultura e 13 milhões estão exercendo outras atividades. Daí a queixa constante de que falta mão de obra rural e de que o Brasil precisa desenvolver tecnologias de mecanização e automatização das lavouras.

Esta tabela mostra a população rural brasileira e a renda bruta por estabelecimento. No Nordeste, temos uma quantidade muito grande de estabelecimentos rurais. São 14 milhões, que perfazem 47% dos estabelecimentos do Brasil. O que é importante para explicar o crescimento da produção no Brasil? Se compararmos os dados de 1995 com os de 2006, perceberemos que, em 2006, o trabalho contribuía com 31% do crescimento da produção; hoje a importância do trabalho diminuiu para 22%. A terra, que respondia por 18% do crescimento da produção agrícola brasileira, hoje responde por apenas 9%. A tecnologia, que respondia por 50%, hoje responde por 68%, o que indica que precisamos fazer com que a tecnologia chegue ao produtor rural e o capacite para que faça bom uso dela.

Este "slide" mostra quem está ganhando e quem não está ganhando dinheiro. No estrato de até 2ha, 34% dos empreendimentos agrícolas têm renda líquida maior que zero, quer dizer, estão pagando seus custos. Por outro lado, 65% desses pequenos produtores têm renda líquida negativa. Crescendo de 2ha para 10ha, 58% desse estrato têm renda líquida positiva e 41%, renda líquida negativa. Entre os produtores com terrenos de 10ha a 200ha, 70% estão operando com lucro, isto é, pagam suas contas, enquanto 29% trabalham no vermelho. Quanto aos produtores com terrenos acima de 200ha, 81% trabalham com renda positiva e 18%, com renda negativa.

Este quadro diz duas coisas. Primeiro que, com o aumento até certo ponto da área, é possível trabalhar com renda positiva. Nos estratos de menor área, a renda é negativa. Diz também que os grandes estratos, relativos a quem tem muita terra, também podem ser ineficientes e não pagar seus custos. Nos pequenos estratos, uma pequena porcentagem consegue cobrir seus custos.

Este quadro mostra quem trabalha com animal e lavoura. No estrato de até 2ha, só 30% têm renda positiva, lucro, enquanto 53% estão no vermelho. Se essa pessoa estiver trabalhando com lavoura, mesmo nesse estrato, 55%, cerca da metade, trabalham com lucro, pagam as contas, enquanto 39% não pagam suas contas. Se observarmos os dados de todos os estratos, perceberemos que lavoura no Brasil, há bastante tempo, gera renda positiva e maior porcentagem que a produção animal.

Aqui está a renda da pecuária dividida pela renda da lavoura, desde o ano de 2000. A produção animal perde espaço, em termos de renda, para a lavoura. Ela é mais rentável. Aqui, esse estrato de produtores mostra a composição da renda externa. Basicamente, ele mostra que, nos estratos menores, existe uma dependência de outros recursos para a solvência da família. Vocês verão, na área de pensão, que tanto para quem tem renda líquida positiva como também para quem tem renda negativa a pensão do INSS é uma parte extremamente importante da composição da renda familiar. E isso diminui à medida que o estrato de área aumenta.

Aqui, podemos ver uma comparação do censo de 1995 e 1997 com o de 2006. Número de informantes. Em 1995 e 1996, 1.800.000 responderam que praticavam a atividade leiteira; em 2006, 460 mil haviam saído da atividade leiteira por não conseguir ganhar dinheiro. Aconteceu a mesma coisa com o café: 317 mil responderam que produziam café em 1995 e 1996, mas, em 2006, 139 mil haviam abandonado a produção cafeeira. Quanto ao milho, 2.500.000 o produziam, mas 509 mil – 20% dos produtores – abandonaram a lavoura de milho nesse período. Com o arroz ocorreu o mesmo. No entanto, nesse caso, a situação começa a ficar preocupante, porque 57% dos produtores de arroz abandonaram a atividade. Hoje o arroz está concentrado numa região muito demarcada no Sul de Minas. Quanto ao feijão, dos 2 milhões de produtores, 624 mil abandonaram a lavoura. No caso do milho – trabalhamos com ele em Sete Lagoas –, o que esses dados dizem, numa comparação entre 1996 e 2006, e o que mais chama a atenção, é que nessa coluna do milho, em 2006, 32 mil produtores eram responsáveis por 68% da produção total de milho no Brasil, enquanto que 1.847.000 produtores de milho respondem apenas por 10% dessa produção no Brasil.

Sumarizando essa apresentação, gostaria de enfatizar, como já disse no começo, que o agronegócio brasileiro é um sucesso muito grande. A terra não é mais tão importante quanto era para explicar o crescimento da agricultura brasileira, porque a tecnologia passou a ser o fator mais importante. O sucesso do agronegócio indica que, de maneira agregada, houve transferência de tecnologia, e outros agentes de transferência de tecnologia começaram a atuar no meio rural brasileiro. E, como eu já disse, o trabalho ficou extremamente escasso; a agricultura pagou grande parte da dívida externa brasileira; o Brasil, nos últimos 40 anos, diversificou-se e passou a ser

respeitado como exportador de produtos agrícolas, e o caso mais impressionante, novamente, é o do milho. Há quatro ou cinco anos, éramos importadores de milho. Este ano vamos exportar só 14.000.000t de milho por uma razão muito simples: não temos portos, estradas, caminhões e motoristas para exportar mais. Se tivéssemos infraestrutura, exportaríamos mais.

O preço da cesta básica se reduziu substancialmente - já falei sobre isso -, o que beneficiou as camadas mais pobres da população. A agricultura também gerou poupança para financiar o desenvolvimento, e os programas de transferência de renda permitiram que o governo combatesse a pobreza. Apenas 44% dos 4.400.000 estabelecimentos agrícolas do Brasil remuneram todos os seus custos. Já 56% falham nessa função, pois exploram áreas maiores do que conseguem, têm um patrimônio muito maior do que precisam e gastam muito dinheiro. A produtividade da terra e de todos os insumos é muito menor do que esses 56%.

A conclusão, muito importante porque deve balizar as políticas de governo: 56% dos agricultores brasileiros não sabem administrar o patrimônio que têm, aplicar e monitorar as tecnologias disponíveis. Logo temos um sério problema de administração rural, aplicação e monitoramento da tecnologia. E é a tecnologia que explica o crescimento da agricultura e a concentração de renda. Quem usa melhor tecnologia está ganhando a maior parte da renda agrícola. Ela explica também a pobreza rural, porque a solução do mercado para a pobreza rural e a ineficiência é o êxodo rural. Mas, por outro lado, ela é a alternativa mais viável para modernizar a agricultura familiar.

Hoje temos exemplos de sucesso na produção agrícola em todas as regiões brasileiras e em todos os estratos de área, em todas as camadas de produtores. Isso é possível. O que temos de fazer hoje é desenhar um programa que aumente o número dos produtores que conseguem obter alta produtividade, porque é possível: alta produtividade, maior produção e maior renda. E será a adoção da tecnologia que vai desconcentrar a renda e levar bem-estar ao campo. E o nosso desafio é permitir que mais produtores se apropriem da geração e da difusão dessa tecnologia.

Acredito que já passei da hora, vou parar por aqui. Fico à disposição para responder a possíveis perguntas. Obrigado a todos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Iniciaremos os debates. Cada participante disporá de até 2 minutos para a sua contribuição. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de questionamentos aos expositores são feitos de acordo com o volume de inscrições recebidas. As inscrições já foram encerradas. Faremos as perguntas em bloco, começando pelas orais. Depois passaremos a palavra aos membros da Mesa para que possam responder a elas.

Debates

O Sr. Presidente - Antes de passar a palavra aos participantes, volto a palavra ao Dr. Argileu, que terá de sair, pois tem um compromisso no IMA. Já temos alguns questionamentos dirigidos a ele. Para não sair sem dar resposta às pessoas, ele falará primeiramente. Depois, passarei a palavra à plateia. Com a palavra, o Dr. Argileu.

O Sr. Argileu Martins da Silva - Obrigado, Deputado Antônio Carlos Arantes. Esse assunto daria um debate de três dias. Continuamos a entender e acreditar que a tecnologia pode excluir bastante. O nosso desafio é fazer com que toda tecnologia disponível à agricultura familiar seja apropriada e que isso se dê a partir do encontro do conhecimento empírico, do saber dos agricultores com o saber científico. Assim, com certeza, produziremos sistemas de produção muito mais adequados à realidade e à especificidade da agricultura familiar.

Como foi dito aqui ontem no primeiro painel, a agricultura familiar é diversificada por tradição. Quando se discute pesquisa, inovação e assistência técnica, é necessário ter essa compreensão. A agricultura que se especializa em determinada "commodity" corre o risco de, num ciclo de baixa de preço, fazer com que a família tenha de migrar para a cidade.

O nosso colega e companheiro Arnoldo, que também é Diretor da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, ficará aqui, pois falará sobre agroecologia no próximo painel. Foi ele quem liderou e coordenou as discussões do último decreto de lançamento da política nacional.

A primeira pergunta que nos foi formulada nos indaga por que não aumentamos o número de técnicos. De 2003 para cá ganhamos 8 mil técnicos a mais no campo, incluindo aqueles das organizações não governamentais e das estatais, como os da Emater. Não tenho os números de Minas Gerais na memória, mas houve crescimento. Não sei se há alguém de Montes Claros aqui. Basta imaginar como era a equipe do CAA no Norte de Minas em 2003 e como ela está hoje. Como esse serviço foi alijado do processo de desenvolvimento, porque o governo neoliberal entendia que se tratava de algo desnecessário, ficamos 15 anos sem nenhuma ação pública federal no campo da assistência técnica e da extensão rural. Recuperar isso demanda tempo, mas estamos tentando, já existem alguns avanços expressivos. Ainda temos a universalização como meta e, apesar de todo esforço, superar o sucateamento nos permitiu chegar agora aproximadamente a 30%, 35% dos estabelecimentos brasileiros. O desafio foi colocado.

Perguntaram se a lei de assistência técnica aqui mencionada resolve os problemas. É evidente que não. Sabemos que leis nunca resolvem problemas, e sim ações, atitudes. Os movimentos sociais estão fazendo a sua parte. Este ano foi demonstrado mais uma vez o que levou a Presidenta Dilma a fazer o anúncio ao qual nos referimos ontem. Podem perguntar: qual é o caminho, então? Neste momento estamos formulando uma proposta a ser discutida em âmbito governamental e já iniciamos o debate com os movimentos sociais no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf. No próximo dia 11 de setembro faremos um debate profundo sobre a instituição de um fundo de financiamento da assistência técnica e de um sistema para operá-la, do qual fazem parte as organizações estatais, como a Emater, em Minas Gerais, e o conjunto das organizações não governamentais. Temos hoje em nosso banco de dados 689 entidades credenciadas em todo o Brasil. Esse credenciamento é feito pelos conselhos estaduais. Além disso, neste momento, o MDA tem formulado a proposta de uma entidade para coordenar todo esse sistema.

Tenho uma notícia boa. A reunião que se realizaria agora, às 17 horas, foi transferida para amanhã. Fico tranquilo, respondo a essas duas perguntas e poderei permanecer aqui. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - O senhor pode continuar.

O Sr. Argileu Martins da Silva - Acho que já respondi aos dois questionamentos.

O Sr. Presidente - Neste momento ouviremos as perguntas do pessoal da plateia. Cada um terá dois minutos. O primeiro inscrito é o Russo, mas, como ele já falou antes por quatro minutos, passarei a palavra ao segundo. Russo, você tem apenas um segundo para falar, viu?

O Sr. Felipe Russo - Para falar de reforma agrária, a Mesa segura o tempo mesmo, não é? Tentarei ser rápido, porque agora, metodologicamente é um tema, né? Só gostaria de dar uma cutucada, pois, na semana passada, lá em Brasília, no painel "Agroecologia e assistência técnica", discutimos um pouco essa questão da pesquisa. É interessante trazer para cá alguns dados para fazermos uma reflexão sobre a Epamig.

Cento e setenta milhões de reais de recursos por ano da Embrapa são destinados para a pesquisa e, desse valor, só 4% vão para agricultura familiar. Isso não foi mencionado aqui. De 2.500 pesquisadores, nem 2% têm formação em agroecologia. Então, se a Embrapa, que é a empresa brasileira, está assim, imaginem como será no desenvolvimento da agricultura familiar e do rural sustentável. Temos que questionar isso, porque, na apresentação do colega da Emater, parecia que estávamos a 50 anos atrás, com todo aquele preceito da teoria malthusiana. Aliás, alguns companheiros da Emater estavam até dando umas risadinhas; parecia que era a Revolução Verde chegando de novo.

Colocamos aqui que faremos o desenvolvimento rural sustentável, mas isso é diferente do que foi proposto há 50 anos. E, para isso, além do crédito que foi colocado ontem, temos de ter uma assistência técnica massiva e de qualidade. Sendo assim, a minha primeira pergunta é destinada ao Argileu. Tivemos umas pelejas lá em Brasília, nas conferências de Ater e algumas aqui em Minas Gerais - aliás, com várias pessoas que estão aqui e estavam nas conferências. Gostaríamos de saber onde foram parar os documentos da conferência. O que resolveu aquilo? Afinal, o tratoraço da Dilma está mostrando que tudo foi discutido, e nada valeu. Aliás, essa história da empresa nacional não foi aceita.

Há outro assunto que gostaria de discutir aqui. Depois de ouvir os companheiros da Emater e do MDA, pergunto: quais sãos os desafios da assistência técnica na reforma agrária? Em Minas Gerais - o Calazans tinha de estar aqui agora para ouvir isto -, quando chegamos para falar sobre assentamento, em primeiro lugar tem de haver licenciamento ambiental para haver crédito e, quando há licenciamento ambiental, tem de haver dinheiro em conta e assistência técnica. Ora, há assentamentos que têm os três, mas eles não têm a liberação de crédito. Vemos no planejamento da equipe técnica que, em vez de aplicarem crédito da reforma agrária, estão fazendo caminhada ecológica. Então, além desses princípios que norteiam e que fazem parte desses espaços aqui, a prática é o critério da verdade. Na prática, lá na ponta, na assistência técnica, nem sempre é isso colocado.

Portanto, gostaria de expor que temos muito tempo para fazermos as denúncias e avaliarmos as políticas públicas, como é o princípio da audiência pública. É isso que está acontecendo na ponta: tem assistência técnica, tem dinheiro em conta, tem licenciamento ambiental, mas o povo não dá conta de aplicar os créditos para reforma agrária. O que está acontecendo aqui em Minas Gerais? É culpa da Emater? É culpa dos órgãos de assistência técnica? Ou do Incra, que não consegue fiscalizar a assistência técnica? Nós, as organizações e tanto a Fetaemg, a Fetraf, a Via Campesina, têm cobrado e apontado isso, mas as medidas não têm sido resolvidas. Dessa forma, temos de orientar o povo a boicotar as assinaturas, ou seja, parar de assinar as listas de presença. Essa tem sido a única medida para que técnicos revejam a situação, e o Incra acorde. O que precisaremos fazer para tentarmos alterar essa proposta? Afinal, na conferência já discutimos; aqui estamos denunciando; e nada está mudando. O governo não aumenta os recursos para assistência técnica. Por exemplo, existe assentamento que, há cinco anos, não recebe assistência técnica.

Aproveito este momento - apesar de, às vezes, falarem que os movimentos sociais são só reivindicativos, e estamos sendo propositivos - para mencionar o nome de um livro. Alguns agricultores estão perguntando: será que falarão a nossa linguagem? Não sei se todos prestaram atenção na fala da Embrapa ou se aluns resistiram ao sono. Existe esse livro aqui que se chama "Revolução agroecológica", que mostra o que Cuba fez para aumentar a produção de alimentos e preservar o meio ambiente, sem esse pacotão da Revolução Verde. Então, sendo propositivo, acho que os camaradas aí têm de dar uma estudada nesse livro, que custa só R$10,00. A leitura dele facilitará. É preciso respeitar o que os agricultores propõem, pois, há 10 mil anos, estão colocando alimento na mesa do povo. Não é o pacotão da Revolução Verde nem esse difusionismo que foi colocado para nós.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Com a palavra, o Sr. Vilson Luiz da Silva, da Fetaemg.

O Sr. Vilson Luiz da Silva - Boa tarde! Cumprimento o Presidente e, na sua pessoa, todos os componentes da Mesa e os presentes no Plenário. Primeiramente, Deputado Rogério Correia, quero dizer que, para mim, o ciclo de debates está valendo a pena. Esse era o objetivo, era preciso fazer essa provocação. Ninguém aqui deve achar ruim, deve levar a mal o que a plateia está questionando. Queremos que o governo se alinhe, que o governo dê certo. Eu, pelo menos, não jogo no time dos que acham que quanto pior, melhor. Se eu o fizesse, estaria desgraçado. Não quero jogar nesse time.

Temos agora no painel a questão da pesquisa, da ciência, da tecnologia e da assistência técnica, que é muito importante para nós, para quem produz. Presidente, até fiquei preocupado com o Argileu sair para o compromisso que tem no IMA, porque eu queria falar-lhe. Aproveito para lembrar aquele momento, Argileu e Deputado Rogério Correia, que passamos aqui, quando o governo do Estado estava sucateando, acabando com tudo. Ele queria acabar com a Emater, e precisamos ir para a rua para segurá-la. Mesmo com as críticas que fazemos à Emater, queremos que ela seja realmente boa. Como é o nome daquela empresa que eles fecharam?

O Sr. Presidente - Camig.

O Sr. Vilson Luiz da Silva - A Camig era importante para nós, aquilo foi um crime. Se não corrêssemos, eles fechariam a Emater também. A entrada do Argileu na Emater como Diretor Técnico ocasionou uma audiência, na época, com o Governador Itamar Franco. Lembro-me de que o Newton Cardoso me chamou e me perguntou o que a Fetaemg queria. Ele me deu um tapa no pescoço com aquela "mãozona" dele. O Raul Belém, falecido Secretário de Agricultura - que Deus o tenha! -, estava em Brasília e me chamou às 11 horas da noite. O Juraci está ali e não me deixa mentir. Às 9 horas da manhã tivemos uma audiência com o Governador Itamar Franco, para discutir a questão. Naquela época, queríamos que o Argileu fosse o Presidente da Emater, que ficou muito tempo sem

um. Ele ainda chamava o Argileu de menino. Que bom, pois era um elogio. Na época, conseguimos que ele fosse nosso Diretor Técnico - a sua Pasta hoje, Zé - e, a partir daquele momento, começamos a fazer uma mudança.

Nós, na Federação, fizemos essa intervenção junto ao governo do Estado. O Presidente sabe dessa necessidade, porque discutimos isso em outros momentos, para esse concurso público. Naquele dia em que estávamos eu e o Dr. Ronaldo Scucato, houve um constrangimento com o ex-Presidente da Emater. Se esse concurso público demorar muito a sair, não serão só mais 400, 500 técnicos, serão 600, 700, Zé.

Argileu, é bom para este Plenário saber a história, saber como chegamos aqui. Foi muita luta, briga, rua. A Fetaemg colocou, naquela época, 5 mil agricultores nas ruas de Belo Horizonte, em uma grande caminhada. Queremos repetir isso no ano que vem, se Deus quiser! O governo precisa ver a nossa organização para receber a nossa pauta. Aí vamos avançando.

Queria expor uma questão agora, sem discutir números, pois não guardei nada na cabeça. Estava conversando com a Gisele, Argileu e outros componentes da Mesa, e dizia que isso tem de nos tocar. Acredito que foi a Embrapa que apresentou esses números, que vêm confirmar que a agricultura familiar é uma grande geradora de emprego e renda no campo. Então, não estamos mentindo.

Quando reivindicamos assistência técnica pública e de qualidade é porque é uma necessidade. Se nós tivéssemos, Presidente e autoridades que estão na mesa, capital, estaríamos bem. Se eu tivesse capital, teria no meu sítio um agrônomo, um zootecnista e um veterinário. Não precisaria de assistência técnica. Tocaria o meu projeto ali, descobriria o mercado e utilizaria esse processo, essa engrenagem, essa engenharia toda. Mas isso não acontece por não estarmos altamente capitalizados.

O Argileu expôs um dado, e muitos companheiros não percebem essa realidade. Se a agricultura familiar se meter a besta com a monocultura, estará quebrada, pois a nossa área é pequena. Temos, pois, de diversificar a nossa propriedade. Argileu, Presidente, estava há poucos dias falando com uma equipe de agrônomos. Eu disse que, se eu tiver 15ha de terra, com um aparato ajudando a minha família, tenho certeza de que, em pouco tempo, darei um grande salto de qualidade.

Presidente, Marcelo, Diretor Técnico, não estou culpando os técnicos da Emater. Vocês sabem o que vou dizer. A assistência técnica não pode ser por amostragem. Peço ao governo do Estado que desafogue um pouco as atribuições que têm sido colocadas para a Emater. Deixe os técnicos da Emater fazerem assistência técnica. Muitos programas são enviados para eles executarem. Um exemplo foi o programa Luz para Todos, que foi jogado para os técnicos. Discordei disso, Sr. Presidente. Tínhamos conselhos comunitários, sindicatos, Prefeituras, enfim, todos envolvidos para trabalhar, mas colocaram a Emater no programa. Quantos companheiros diziam que tinham procurado o técnico da Emater porque precisavam que ele fosse à roça para saber o que havia acontecido com o milho, com o feijão, com o arroz, com o cafezinho ou com as vaquinhas deles? O técnico dizia que não podia ir porque estava envolvido no Luz para Todos, na medição para fazer o georreferenciamento do referido programa. Isso foi importante. Mas se era importante por um lado, deixou a desejar por outro.

Então, o próprio nome diz: Empresa de Assistência Técnica. Sou conselheiro e fico muito preocupado quando vejo o rol de tantas coisas que são jogadas para os técnicos da Emater. Os camaradas têm de ser polivalentes. Sou de Cláudio e posso falar sobre o técnico da minha cidade. Ele não recebe hora extra, mora em Carmo da Mata e tem de ir lá para trabalhar. Nos sábados e domingos ele está nos conselhos, nos sindicatos. Sempre está firme. Esses camaradas, Argileu, são heróis. Você é um iluminado, que está lá em cima. Contribuímos para isso com muito orgulho, e você tem feito bem o seu trabalho lá.

Foi dito aqui, nesta Mesa, Deputado Rogério Correia, que precisamos ter a terra. É inegável para todo esse plenário que precisamos de crédito, assistência técnica, pesquisa, organização da produção e, agora, surge a questão do mercado. Quero deixar registrado neste Plenário que, com a parceria dos governos federal e estadual, estamos no sétimo ano da AgriMinas, a feira da agricultura familiar. Todos viram a grandeza desse evento. Hoje ela é um fato. Muitos dizem que ela precisava acontecer mais de uma vez por ano. Estamos gerando emprego e renda.

Disse para a Gisele, Presidente, que esta semana uma rede de supermercado - com 77 supermercados de Minas Gerais - procurou a Fetaemg e quer sentar conosco e o governo, porque querem colocar produtos da agricultura familiar e da AgriMinas dentro da sua rede de supermercado. Isso não gera emprego e renda e não traz benefícios para os governos de Minas e o federal? Então, Argileu, quero que você anote em sua caderneta que o governo precisa ter carinho com todos os componentes que discutimos até agora e com as feiras, como já estamos discutindo na Contag, Juraci. É preciso que tenham recursos para nos ajudar nas feiras regionais, estaduais e nacional. Não podemos ficar com o pires na mão, pedindo esmolas para realizar um evento que ajuda a desenvolver um segmento tão importante da sociedade, que gera emprego e renda e produz alimento. Aliás, como alguém falou pela manhã e como sabe o Deputado Antônio Carlos Arantes, que também é produtor, não produzimos só arroz, feijão, mandioca, cana e derivados; produzimos água também, porque, à medida que cuidamos da nascente e da mata ciliar, estamos cuidando da água.

Como esta audiência está sendo transmitida, quero dizer às pessoas que moram na cidade, no perímetro urbano, sem qualquer afronta a elas, que é preciso que tenham um carinho muito grande com esses guerreiros, esses 18% que ficaram na roça, lutando a duras penas, muitos vivendo ainda à luz de lamparinas e dormindo no colchão de palha. Então, temos de trabalhar por isso. Muito agricultor familiar já se consolidou e está em outro patamar e alguns estão em transição, mas, Argileu, a assistência técnica é para ajudar os que dela precisam. Enquanto houver um agricultor ou agricultora precisando da gente, estaremos aqui para isso. Temos de fazer isso em Minas Gerais, especialmente, que é um retrato do País; como dizia Guimarães Rosa, Minas é um país – aqui tem de tudo.

Com essas considerações, quero me dirigir especialmente ao Deputado Rogério, que foi o autor do requerimento de realização deste debate, e ao Presidente, que a partir deste evento que termina amanhã, como disse à imprensa, temos de produzir, com responsabilidade, um documento para levar - com vocês e algum Secretário - ao governo de Minas e, se possível, à Presidente Dilma, para que ela se inteire das preocupações de Minas. Como comentei com o Juraci, quem dera que todos os Estados estivessem fazendo o que estão fazendo neste Parlamento os mineiros e as mineiras. Quero deixar grifado, especialmente para o Marcelo, que está na Presidência e para o Dr. José Rogério, que, terminando as eleições... Aliás, as coisas no Brasil não deveriam parar por causa de eleição, não é? Tínhamos de mudar esse negócio. Mas, como sei que isso ainda acontece, quero dizer que, passando a eleição, é

preciso que o Governador Anastasia faça urgentemente o edital para que a Emater tenha um quadro maior para dar uma assistência mais pontual para os agricultores e agricultoras de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Vilson Luiz, da Fetaemg, e passamos a palavra novamente ao Marcelo Franco, porque ele terá de sair, mas quer responder a uma pergunta. Depois, voltaremos a escutar os inscritos para falar, que são 20.

O Sr. Marcelo Lana Franco - Quero apenas agradecer a oportunidade de participar, colocando-nos à disposição e lembrando que o José Rogério vai continuar aqui. Como temos uma ligação muito forte com os senhores em nossos escritórios locais, em nosso dia a dia, poderemos responder ali a outras dúvidas que tenham.

O Sr. Vilson Luiz da Silva - Presidente, se me permite. Cometi um pecado mortal aqui, porque não falei o que queria falar; falei outra coisa. Mas vou falar em meio segundo. Olha, gente... Posso ou não posso falar?

O Sr. Presidente - Pode falar, sim, Vilson; você tem autoridade para falar.

O Sr. Vilson Luiz da Silva – Não tenho autoridade, não, mas queria deixar registrada uma observação. Não vou dizer que não seja importante termos uma Subsecretaria de Agricultura Familiar, mas, diante da importância da nossa agricultura familiar, precisamos de mais. Como temos no Brasil, no governo federal, dois Ministérios, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - Mapa - e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA -, creio que está na hora de juntarmos as mãos e termos, de fato, no Governo de Minas Gerais, uma Secretaria de Agricultura Familiar também, com mais orçamento, para nos ajudar e nos proteger. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Marcelo Lana Franco.

O Sr. Marcelo Lana Franco - Quer falar antes de mim?

O Sr. Presidente - O técnico da Emater, José Rogério, vai ficar e continuará falando.

O Sr. Divino dos Reis dos Santos - Boa tarde. Vou direcionar minha pergunta ao Sr. Marcelo Lana. Houve essa revolução verde, essa revolução tecnológica, essa revolução poupadora de mão de obra, e a genética também. Eu queria saber sobre os transgênicos. É feita uma fiscalização em relação a plantações que são feitas próximas à agricultura familiar ou, de acordo com o processo, planta quem quiser e colhe quem quiser? Isso porque, de certo modo, há uma polinização do transgênico ao não transgênico ou convencional. Gostaria que você respondesse se existe uma fiscalização quanto a essa distância, a esse mercado. Muito obrigado.

O Sr. Marcelo Lana Franco - A sua pergunta será respondida; antes, porém, vou responder uma pergunta que há aqui sobre o concurso: "Sobre o concurso previsto para a Emater, qual a previsão e vagas?" Ele afirma e pergunta: "Os técnicos devem ter mais ênfase na questão ambiental. Por que nunca destinam vagas para técnicos em meio ambiente, gestores ambientais e gestores de bacias hidrográficas, se o objetivo da Emater é garantir o desenvolvimento sustentável?".

Como foi dito anteriormente, há previsão de concurso, já autorizado pelo Governador, pela Câmara de Gestão do Governo. A previsão é preencher 400 vagas. Como o Vilson disse muito bem, temos de correr, sabendo que essas 400 vagas são poucas para as nossas necessidades. Precisávamos de mais vagas, mas foram autorizadas apenas 400 vagas. Estamos realizando discussões internas para justamente determinar quais tipos de profissionais serão necessários. Temos parceria com as Prefeituras, portanto é fundamental que as atendamos. A grande demanda, claro, é por engenheiro agrônomo, técnico agrícola, mas há muita necessidade também de engenheiro florestal.

A discussão sobre sustentabilidade agora está em voga no mundo, então temos de ficar atentos, temos de sair na vanguarda. Até porque, como sei que é de conhecimento de todos, a Emater, pela segunda vez, foi qualificada como a melhor empresa do Brasil, com um prêmio do Globo Rural. Estamos disputando o prêmio pela terceira vez, e acho que vamos ganhá-lo, ou seja, pela terceira vez a melhor empresa de agronegócio do Brasil. Então, para isso, claro, temos de estar contemporâneos, temos de sair na frente. Podem ter certeza de que estamos acompanhando isso não só na linha ambiental. Encontra-se aqui o Lucas, da Secretaria de Estado de Agricultura, que permanentemente nos questiona sobre o gestor do agronegócio. Aliás, ele tem dado ênfase a isso, porque trabalha na área de comercialização.

Hoje almoçamos com o Sr. Argileu e discutimos a respeito de uma linha mais multidisciplinar, com administradores, com contadores, para avançarmos na questão do empreendedorismo no campo. Estamos formatando parceria com a OAB, finalizando um convênio, por meio do Minas sem Fome. Um dos programas do Minas sem Fome é o Transformar, em que se capacitam o agricultor e o jovem rural. Por intermédio da OAB, vamos levar, além do conhecimento técnico dessa área afim, a área jurídica, particularmente a área ambiental, agrária, trabalhista e tributária. Então, essa é uma linha a seguir. Claro que demanda tempo para alinharmos e chegarmos até os senhores, mas chegaremos, se Deus quiser, no início do próximo ano.

Em relação ao questionamento do Vilson, é fundamental percebermos isso. Cada técnico nosso tem normalmente, no campo, 29 ações. Realmente a demanda é grande. Aí ele acaba virando um especialista de generalidades, ele tem de saber tudo. São 29 ações, cada uma mais diversa do que a outra, e todas são realmente necessárias.

Você citou o Luz para Todos, que, não há dúvida, é um programa de alta significância para o produtor, porque leva a eletrificação, mas realmente há um dispêndio muito grande para nós. Toda inconformidade, quando não é exequível, volta para a Emater, então também o ônus é da instituição. Temos que avaliar. O que temos percebido e reforçado permanentemente com a diretoria é qualificado na hora de se fazer o convênio. Temos feito essa percepção nos convênios. Semana passada chamamos a diretoria do Sebrae, faremos uma ação sinérgica com o Sebrae, e estamos fazendo com o MDA, com a Embrapa, com todos os parceiros de ponta, para que tenhamos realmente ajustada essa nossa linha, para que não haja sobreposições de ações. No final das contas, o que interessa é a renda no bolso do produtor, o resto é poesia; que consigamos agregar valor, ter um nível de sustentabilidade, produtividade. O que interessa é a renda, a mudança da realidade local. Esse é o nosso propósito, e podem ter certeza de que perseguiremos isso permanentemente.

Em relação ao último questionamento do senhor, deixarei para que o José Rogério, nosso Diretor Técnico, responda, mas acredito que o IMA é o nosso órgão que se responsabiliza por essa fiscalização. Não sei se você tem conhecimento de que a Secretaria de Agricultura tem quatro órgãos vinculados: Emater, que cuida da assistência técnica e extensão rural; Epamig, que cuida da pesquisa; Ruralminas, que cuida praticamente das barraginhas, das estradas; e IMA, que faz um trabalho de fiscalização, às vezes não tão

simpático, mas que é fundamental. Ele coíbe pragas, doenças e outros problemas que nos afligem, para proteger justamente o agricultor familiar.

Agradeço mais uma vez, Deputado, a oportunidade de a Emater estar presente, e ao Deputado Rogério Correia a iniciativa. Estamos à disposição sempre que convocados pela Casa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Dr. Marcelo Lana, e parabéns à Emater, caminhando para o terceiro ano consecutivo como a melhor empresa de assistência técnica do Brasil. Vinte e dois já falaram, e há mais 18 para falar, só neste painel, afora o pessoal da Mesa, que tem muitas perguntas para responder. Eu pediria o máximo de compreensão porque ainda temos um painel importante, que já está bastante atrasado. Então eu gostaria que déssemos bastante rapidez às discussões. Com a palavra, Dirceu Fernandes de Aquino, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília de Minas.

O Sr. Dirceu Fernandes de Aquino - Novamente boa tarde a todos. Quero direcionar minha pergunta ao Argileu. Ouvimos falar em dificuldade de assistência técnica, e quando se fala em assistência técnica para nós, já pensamos na Emater, pois não sabemos o que é assistência técnica sem ser por meio da Emater. Conheço várias pequenas empresas de assistência técnica, com alguns agrônomos, técnicos, que fundam uma pequena empresa, que poderia ser cadastrada no MDA ou qualquer coisa assim, para que também pudessem ajudar na assistência técnica, mas tenho observado que é preciso estar com cinco anos de atuação para se cadastrar. Isso impede que essas pequenas empresas sejam cadastradas e deem assistência técnica. Conhecemos quantos técnicos, filhos de trabalhadores rurais, que poderiam estar com sua empresa crescendo e dando assistência técnica à própria agricultura familiar, que é a origem deles? Então queria que vissem isso, para diminuir esse tempo e as empresas poderem cadastrar-se mais cedo e ajudar também nessa assistência técnica, em vez de ficar batendo numa coisa só o tempo inteiro. Volto a dizer, só sei o que é assistência técnica porque há Emater. Então acho que novas portas têm de se abrir e novas pessoas têm de entrar nesse mercado. Boa tarde a todos e muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, José Reis Pereira, da Fetaemg.

O Sr. José dos Reis Pereira - Em relação à Emater, inicio falando que sempre foi discurso da Presidenta Dilma, antes de ela ganhar a Presidência, que a questão da assistência técnica seria resolvida no Brasil e que não faltaria recurso. Além disso, tem se dito que existem bilhões para isso. No entanto pergunto onde está essa assistência técnica. Há quatro anos, o assentamento de reforma agrária, que é quem mais precisa, está sem assistência técnica. Imaginem os agricultores familiares tradicionais! Onde está essa assistência técnica que não estamos percebendo na prática?

Outra questão é que, em toda entidade e empresa, o mais importante são as pessoas. A Emater tem um bom número de técnicos eficazes, mas, ao mesmo tempo, técnicos com muitos problemas. Todas as vezes que chegamos ao escritório local da Emater para falar sobre as nossas ideias de produção de frango e porco e implantar um projeto, dizem que não dará certo, não tem como vender e que o custo é muito caro. Se chegarmos lá desejando-lhes um bom dia, dirão que isso não dá certo. Aliás, há muitos técnicos da Emater que são contra o crédito fundiário. Muitas vezes, a Fetaemg teve de fazer interferência na câmara técnica, a fim de viabilizar projetos de crédito fundiário, porque a Emater estava impedindo e travando a sua realização. O pessoal da Fetaemg é testemunha disso.

Outra questão é a dos recursos. A Emater recebe recursos dos governos federal, estadual e municipal. Por exemplo, quando se precisa dela para elaborar um projeto para o crédito fundiário, ou um outro crédito, só faz se pagarem a ela. Olha, isso é sobreposição de recursos.

O Sr. Presidente - Para encerrar, por favor!

O Sr. José dos Reis Pereira - Estou finalizando. Ela está ganhando duas vezes para fazer o mesmo serviço. Quero falar sobre duas questões, só para finalizar em relação ao companheiro...

O Sr. Presidente - Se não formos objetivos, não conseguiremos continuar com o debate. Por favor!

O Sr. José dos Reis Pereira - É rápido. Utilizarei apenas dois segundos. O companheiro da Embrapa disse que a produção média do Brasil aumentou a produtividade não em razão do aumento de terras, mas sim da tecnologia. Como se explica que o agronegócio está avançando a sua barreira agrícola para a Amazônia, a fim de adquirir mais terras?

Para finalizar, de fato, ele disse também que falta mão de obra no campo. Isso não é verdade, porque há muito acampamento e pessoas sem terra. O que está faltando é campo para mão de obra. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Todas as intervenções são muito válidas. Agora, o pessoal precisa ser objetivo. Não conseguiremos, pois estamos com duas horas de atraso e temos de dar oportunidade para todos. Fica difícil dizer, no meio da reunião, que o restante já não se pronunciará. Peço ao pessoal que entenda e direcione a pergunta de forma objetiva, pois ainda há 16 pessoas para falarem. As perguntas vêm à Mesa, e já estamos com duas horas de atraso. Ainda há o painel de agroecologia e sociobiodiversidade, que é muito importante. Por favor, sejam objetivos! Com a palavra, o Sr. Adenilson Martins Caixeta.

O Sr. Adenilson Martins Caixeta - Boa tarde! Sou engenheiro-agrônomo do Sindicato dos Trabalhadores de Divinópolis e da Aprafad, que é uma associação de agricultores familiares de Divinópolis. Em Divinópolis, há uma demanda grande de técnicos que possam dar assistência técnica, a fim de que a demanda criada com os projetos PNAE e o PAA aumente, pois muitas vezes falta produção. Por quê? Porque o produtor não tem assistência técnica nem orientação. Lá as associações e os sindicatos são fortes e conseguiram contratar engenheiro-agrônomo - aliás, contratarão outro. Argileu, qual seria a forma para que essas entidades que são representativas dos agricultores familiares prestem assistência técnica aos mesmos, já que é uma assistência técnica efetiva direcionada para o agricultor familiar, e não para o agronegócio? Essa é a minha pergunta.

O Sr. Presidente - Vale a pena informar que Divinópolis tem um apoio enorme da Prefeitura, e, quando a Prefeitura apoia, fica muito mais fácil. Hoje ela compra mais de 40% da merenda escolar. É um exemplo. Então não podemos deixar de citar essa Prefeitura, que faz um belo trabalho. Com a palavra, a Sra. Maria Rita Figueiredo, da Fetaemg.

A Sra. Maria Rita Figueiredo - Vou seguir a mesma linha das pessoas que falaram. Quando a licença ambiental dos assentamentos da reforma agrária sai, infelizmente já passou a época de os trabalhadores plantarem. Aí o projeto é inviabilizado nos assentamentos, e

os técnicos, infelizmente, não andam, não caminham com esse projeto. Então hoje, e não só em Minas Gerais porque todo o mundo vem reclamando, essa questão da assistência técnica vem com muita força. Nós, agricultores familiares, não temos. Os assentamentos da reforma agrária...

O Sr. Presidente - Por favor, faça a pergunta.

A Sra. Maria Rita Figueiredo - Não, eu vou falar.

O Sr. Presidente - Mas tem muita gente para falar.

A Sra. Maria Rita Figueiredo - Deputado, me deixe falar. O senhor já falou o suficiente. Apesar de nosso companheiro ter falado, quero fazer uma colocação para o técnico da Embrapa, mas não estou chovendo no molhado. Quando ele diz que no campo está faltando mão de obra, isso não convêm com a realidade. O que existe no campo é a exploração dos trabalhadores e a expulsão do povo do campo para as cidades. Os senhores têm que entender essa lógica melhor. Do jeito que ele está colocando, isso não é verdade, porque nós é que vivemos no campo, nós é que moramos lá. Eu sou agricultora familiar, conheço muito bem o meu Município, a minha região, e nunca vi um técnico da Emater na minha propriedade ou na de meu pai. Como vocês colocam uma situação dessas?

Os projetos dos assentamentos da reforma agrária estão estabilizados por falta de compromisso da Emater, que quer mandar no povo, quer mandar nos trabalhadores e quer impor suas regras autoritárias. Essa é a verdade. Devemos entender, sim, mas é preciso que os senhores tenham paciência para nos ouvir porque não estamos aqui para brincadeira.

O Sr. Presidente - Temos paciência, mas há muitas pessoas para serem ouvidas. Queremos democratizar a forma de ouvir as pessoas. Com a palavra, o Juraci Moreira, da Contag.

O Sr. Juraci Moreira Souto - Pessoal, ouvimos atentamente as apresentações, e confesso que me causou uma estranha impressão, principalmente a apresentação das duas empresas de pesquisa de geração de tecnologia, a Epamig e a Embrapa, da forma redondinha como as coisas vieram: números, diagnósticos, valorização da agricultura familiar. Fiquei impressionado.

Argileu, em relação à assistência técnica e extensão rural, já conhecemos e acompanhamos esse processo, mas temos problemas seriíssimos, principalmente na pesquisa, na tecnologia, na questão do acesso. Pode até ser que as coisas estejam bem na produção da tecnologia, na pesquisa, no diagnóstico, mas, no acesso à agricultura familiar, as empresas precisam abrir suas caixas-pretas para discutir conosco como fazer para facilitar o acesso às tecnologias e às pesquisas para a agricultura familiar, porque nessa questão estamos praticamente a zero. Precisamos conversar em relação a esse assunto, pois talvez a assistência técnica esteja sendo levada para o campo, mas de forma desconectada com nossos interesses, nossas pretensões, nossa realidade. Então precisamos conversar sobre isso profundamente.

Em relação à valorização da agricultura familiar, abordada por todos os expositores, no que diz respeito à sua valorização no cenário nacional a pergunta é: por que somos tão valorosos na avaliação dos apresentadores, se somente uma subsecretaria nos é destinada? Precisamos de uma secretaria, como acontece com o agronegócio de Minas Gerais, que possui uma Secretaria de Agricultura. Não nos podemos contentar apenas com uma subsecretaria. Queremos uma secretaria.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Com a palavra o Sr. Haroldo Ferraz da Silva, militante do movimento social.

O Sr. Haroldo Ferraz da Silva - Se o Russo teve quatro minutos, também quero quatro minutos para falar. A minha pergunta é para o Dr. Plínio, da Epamig. Dr. Plínio, o senhor falou a respeito de bolsa de estudo, de cooperativismo, de fazendas experimentais, de laboratórios etc., e sabemos que a sede de seu escritório se localiza em Belo Horizonte. Montes Claros possui uma universidade federal, e nós, assentados, gostaríamos que nossos filhos ou mesmo nós pudéssemos estudar e fazer cursos para mostrar à sociedade brasileira que existem técnicos, professores e agrônomos na agricultura familiar. Assim, precisamos contar com o bom-senso do senhor, porque não temos condição de vir estudar em Belo Horizonte. Como já disse, existe uma universidade federal em Montes Claros, e o que queremos é uma parceria do senhor com a Epamig e a Embrapa para que os filhos dos trabalhadores da agricultura familiar do Estado de Minas Gerais tenham esse apoio. É só isso.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Com a palavra, o Sr. Sebastião Pereira de Souza, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Botumirim. Com a palavra, Andressa, da Universidade Federal de Viçosa - UFV.

A Sra. Andressa Tamires Lima - Boa tarde. Sr. Argileu, atualmente sou estudante da UFV. Estudei durante dois anos e meio na UFVJM, na qual estive em contato direto com a agricultura familiar e com a comunidade remanescente quilombola. A Ufla, por estar a mais de 500km dessa localidade, não está ciente da real situação, pois, como o senhor mesmo disse, "o Alto Jequitinhonha que produz bens" é o mesmo Alto Jequitinhonha que tem alta mortalidade infantil não só em razão de doenças já extintas, meus senhores, mas também por fome. A população da zona rural vive em condições subumanas, sem água, energia elétrica, saneamento básico e também sem comida. Agora pergunto: que CNPq é esse que financia projetos apenas em prol do agronegócio e das multinacionais?

Estudo na 3ª melhor universidade federal do País e uma das mais bem-conceituadas em pesquisa, principalmente na área de agronomia, e não temos nenhum apoio quando o projeto é para beneficiar o pequeno produtor rural e o agricultor familiar. Esses projetos são enviados e recusados.

Quero deixar claro o motivo pelo qual saí de Diamantina, da UFVJM para a UFV. O motivo é o mesmo pelo qual o extensionista da Emater de Diamantina foi remanejado e transferido: perseguição política. O meu sonho, Sr. Argileu, é que o senhor ajude a formar, na agronomia, extensionistas para o povo, e não laboratoristas para tratar dos interesses dos latifundiários e das multinacionais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Lourival Inácio, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taiobeiras. Com a palavra, o Sr. Joaquim Carlos Mendes dos Santos, da Cáritas Diocesana de Paracatu.

O Sr. Joaquim Carlos Mendes dos Santos - Boa tarde! Queria direcionar minha pergunta a respeito de concurso público ao Marcelo, mas ele saiu. Ontem, o Argileu frisou muito bem que tantos programas do governo federal para injetar dinheiro em Minas Gerais, principalmente em assistência técnica, referem-se à Emater. Ficamos preocupados e pedimos que os editais de concurso público façam alguma referência à agricultura familiar, que não sejam apenas para técnicos formados para trabalhar com agronegócio que usam veneno. Também sou do Consea e temos preocupação com a nutrição. Então, não podem ser técnicos que só trabalham com veneno e querem ensinar o agricultor familiar a poluir, que o concurso seja voltado para isso.

E gostaria de perguntar ao senhor a respeito do Minas sem Fome. Quanto o governo federal injeta no Estado para esse programa e qual é a parte do governo mineiro? Se os dois trabalharem juntos, o painel terá um avanço muito melhor.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, a Sra. Heliene Macedo, da Universidade Federal de Lavras.

A Sra. Heliene Macedo - Boa tarde! Sou estudante de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Lavras e extensionista rural desde que era caloura, portanto, há bastante tempo estou nessa luta. Quero complementar o que a companheira de Viçosa falou. É consenso de todos a deficiência da assistência técnica e a necessidade de aumentar o contingente de técnicos. A minha questão é, como extensionista, que formação devo ter. Qual é o compromisso profissional que devo ter com o meu povo, com a minha sociedade? A extensão, o compromisso do profissional de ciências agrárias com o pequeno produtor, com os assentados da reforma agrária não é priorizado na universidade, para não dizer coisa pior, do quanto pejorativo é a opinião da maioria quando digo que quero colocar o meu conhecimento e o meu sonho a serviço do povo, do pequeno produtor, da segurança alimentar, do projeto agroecológico de produção. Dessa maneira, se a formação dos técnicos é feita nessas instituições de excelência e se não lhe é dada a devida importância, pois não está a serviço do agronegócio e do lucro das transnacionais, o que fazer? Não falo da formação técnica, pois as universidades são ótimas, mas da formação que sai da teoria e vai para a prática, que não exerce uma relação dominadora assistencialista, mas aquela baseada no diálogo, no respeito e na autonomia do produtor.

Meu atual projeto é trabalhar com uma associação, com projeto de feira livre e comercialização, e o recurso é para um ano. Como se faz um trabalho significativo no prazo de um ou dois anos? Já trabalhei com alguns projetos financiados pelo CNPq, e trabalhamos com gente, e não com experimento e coisas. Não temos como fazer um trabalho de grande relevância em dois anos. Nós, extensionistas, estamos cansados de ser reféns dos editais da Fapemig e do CNPq de curta duração. Queremos editais que permitam projetos com continuidade, o caráter permanente da extensão. Esta Casa e quem está compondo a Mesa têm o dever de intervir junto aos órgãos financiadores, para que essa demanda vire realidade. Sem prática, sem formação permanente, sem técnicos e educadores, não haverá extensão rural de qualidade que atenda à verdadeira demanda do pequeno produtor, dos acampados e dos assentados de reforma agrária e que contribua para a segurança alimentar e a consolidação do modelo agroecológico de produção. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, o Sr. Jezuel Alexandre de Macedo, do Sindicado dos Trabalhadores Rurais de Itacarambi.

O Sr. Jezuel Alexandre de Macedo - Boa tarde! Queria apenas fazer uma pergunta sobre a exclusão dos ribeirinhos em qualquer situação, de projetos e até de assistência técnica local. Pedimos para fazerem o nosso acompanhamento e eles negam, dizem que não têm autorização. Quem é que fala para eles não fazerem esse acompanhamento? A produção deles é fevereiro e depois da enchente. Precisava haver assistência técnica da Emater.

O Sr. Presidente - Sr. Divino dos Reis Santos, do Centro Universitário de Maringá.

O Sr. Divino dos Reis Santos - A minha pergunta, que já foi feita ao Lana, é quanto ao isolamento dos transgênicos do convencional. No caso da agricultura familiar, acho que todos trabalham com os convencionais. Há uma fiscalização quanto à distância, quanto à polinização desses produtos, quanto à contaminação pelos ventos e pelas águas? Há uma fiscalização dentro do órgão?

O Sr. Presidente - Sra. Maria Auxiliadora Tavares Carvalho, da Emater. Na sua ausência, Marcos, da Emater. Na sua ausência, Sra. Alaíde.

O Sr. Marcos Vinícius Dias Nunes - O microfone havia dado problema. Já fui contemplado em parte. Só tenho duas questões que queria trazer-lhes, com relação às apresentações feitas. Segundo dados do IBGE, vocês disseram que quanto menor a propriedade, mais o agricultor "está no vermelho", entre aspas. Quanto maior a propriedade, em princípio, haveria uma renda maior.

Outra informação que nos trouxeram foi a de que o agronegócio é um sucesso. Aqui vem minha pergunta. Na verdade, segundo os dados apresentados, o bom é o agronegócio, e a agricultura familiar não tem qualquer valor. Conforme os próprios dados do IBGE, 70% da produção dos alimentos vem da agricultura familiar. Precisamos refletir sobre essas questões. Muitas vezes os dados apresentados servem para influenciar a opinião pública.

Outra questão: a Emater, no final das contas, tem a função de dar suporte à agricultura familiar ou ao agronegócio?

O Sr. Presidente - Alaíde, da Fetaemg, está presente?

A Sra. Alaíde Lúcia Bagetto Moraes - Estou aqui. Boa tarde a todos. Gostaria de começar minha fala com um protesto com relação aos palestrantes. Na parte da manhã e na parte da tarde, todos tiveram outra agenda. Este evento foi agendado com antecedência, e todos deviam ter reservado este dia para nossos trabalhos. Nós, trabalhadores, viajamos a noite inteira, estamos aqui o dia todo e queremos ouvir as respostas de quem fez as palestras.

Gostaria de deixar-lhes uma reflexão sobre a assistência técnica e a extensão rural. Existe uma dúvida muito grande. Pedimos muito assistência técnica, mas na verdade precisamos de extensão rural, aquela extensão em que o técnico vai à comunidade, à propriedade, para orientar o trabalhador quanto ao que fazer. O técnico elabora um projeto de sustentabilidade para a propriedade.

Outra questão é o Pronaf Mulher. Falaram em Pronaf, mas em Minas Gerais o Pronaf Mulher não funciona. As nossas trabalhadoras vão à Emater fazer a DAP, mas não conseguem fazê-la. No banco, também não conseguem fazer o Pronaf Mulher.

A outra questão é sobre as empresas de pesquisa. Quando nossas empresas de pesquisa começarão a trabalhar as sementes crioulas, aquelas sementes compradas pelo produtor, que pode fazer seu plantio várias vezes?

O Sr. Presidente - Sr. Adelmar Ramos Novaes, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaíba.

O Sr. Adelmar Ramos Novais - Boa tarde a todos, boa tarde componentes da Mesa. O Dr. Antônio, da Embrapa de Sete Lagoas - não sei se ele ainda está aqui -, falou sobre a valorização do trabalhador, a começar pelos pequenos, e foi analisando as rendas.

Gostei do que o senhor falou. É porque o pequeno trabalha com a unha, o pequeno não tem condições de trabalhar. Até mesmo os bancos são cheios de burocracia para emprestar dinheiro para eles trabalharem. É por isso que vocês têm de compreender, como falei mais cedo, que tudo está irregular, e essa verdade acabou de ser comprovada. Então é preciso tomar providências contra isso.

Ontem, passei um documento, um papel escrito que deve estar por aí, e peço que leiam as propostas escritas nele. Ainda não descobrimos a potência do Brasil para produzir, mas ele precisa de tecnologia avançada. Assim, tenho certeza de que 1ha de milho vai produzir o mesmo que 250ha. Também está escrito nesse papel que teremos de trabalhar, porque nossas terras estão enfraquecendo. Temos o Projeto Jaíba, que produz muito, mas a terra está fraca.

A terra arenosa é fraca e precisa de umidade e de trabalhar com orgânicos. Precisamos criar grandes usinas de reciclagem em todos os Municípios, para produzirmos adubos orgânicos e matérias orgânicas e tratarmos a terra, porque a nossa terra já está cansada. Como ela está, não podemos trabalhar mais. Então, devemos ter tecnologia avançada, principalmente para sustentar o agricultor familiar, que não está tendo condição nenhuma de trabalho, porque existe burocracia até para ele contrair empréstimos. O grande tem e até sobra, e o pequeno não tem quase nada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Eduardo Nascimento, da Fetaemg.

O Sr. Eduardo Nascimento - Boa tarde! Vou concentrar a minha pequena intervenção na contribuição que o pesquisador da Embrapa trouxe. Aliás, gostaria de cumprimentá-lo, por ser o único que, efetivamente, estimula o debate, pois discorda de uma análise e traz profundas discordâncias em algumas questões que o senhor conhece e que este Plenário e os movimentos sociais consideram muito importantes. Porém, o sentido da democracia e do debate é este mesmo: a divergência do contraditório. Tenho alergia à concordância, à unanimidade. Gosto da divergência.

Imaginemos que, amanhã, em um jornal, pode sair uma manchete dizendo que o preço do leite subiu. Essa manchete poderá ser interpretada de diferentes maneiras e com diferentes sentimentos. O agricultor que, lá na sua propriedade, produz leite entenderá, mais uma vez, que, apesar de o preço subir para o consumidor, para ele não aumentará. O operário de Belo Horizonte vai falar: "Eu e minha família consumiremos menos leite". A rede de comercialização vai gostar, vai ganhar mais. Isso significa que, de uma mesma informação, pode haver diferentes interpretações.

Discordo da interpretação que o senhor fez de que tecnologia leva à desconcentração de renda: não necessariamente. Acho que o senhor considera isso, mas, apenas pelos dados, não é possível fazer essa conclusão. O fundamental é que os movimentos e este Plenário consideram que, em um País com essa desigualdade, antes de se falar em distribuição de renda, é necessário falar em distribuição de patrimônio. Portanto, é preciso falar em reforma agrária, contrariando o que o senhor tenta demonstrar, que terra hoje seria um fator de menor importância na produção. Essa é a questão e, nesse ponto, discordamos. Entendo que o senhor parte do pressuposto contra a reforma agrária e com pouco apoio nos dados apresentados. O senhor é contra a reforma agrária. De qualquer maneira, muito obrigado por ter vindo.

Para terminar, quero abordar uma segunda questão. Quando o senhor coloca a concentração na produção de leite - e é uma verdade, o número de produtores vem diminuindo -, não se pode concluir que seja por uma ineficiência. Na verdade, essa redução do número de agricultores e produtores rurais que atualmente trabalham com leite se deve, essencialmente, à externalidade do mercado comprador, que está sendo monopolizado e está forçando a diminuição de produtores, para impor preço. Portanto, não se trata de uma questão tecnológica de dentro da porteira, e sim do mercado, no qual o governo não intervém. O Deputado Antônio Carlos Arantes falou sobre isso ontem - o senhor deveria ter escutado -, que é o esmagamento das pequenas e médias cooperativas.

De qualquer maneira, na minha opinião, quando o debate assume a característica da divergência, é que ele fica bom. Temos de tomar cuidado. Desde ontem, todos que vêm aqui concordam conosco. Tem alguma coisa errada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Eduardo. Vou passar a palavra aos componentes da Mesa. Como o Dr. Antônio já foi provocado, passo-lhe a palavra para responder aos questionamentos.

O Sr. Antônio Álvaro Corsetti Purcino - Respeito a posição do colega que falou agora. Lemos a mesma frase, a mesma tabela e interpretamos as questões de maneira diferente, por isso existem os advogados.

A primeira questão que quero abordar se refere aos dados de análise da Embrapa. Eles foram interpretados por pessoas de lá e de fora; não foram gerados pela Embrapa, são do IBGE e foram coletados pelo governo e quem os respondeu foram os produtores. A Embrapa sistematizou dados de 1940 até agora. Ela apenas sistematizou, organizou e interpretou esses dados.

Foi dito o meu nome. Portanto, esclareço que, pessoalmente, não dei nenhum palpite, não emiti nenhum conceito a favor ou contra reforma agrária. Apresentei apenas a interpretação e os números do IBGE. Não emiti conceitos. Em momento algum toquei nesse assunto. Veja bem: respeito a opinião do nosso colega, que interpretou meu pensamento. Ele não sabe o que penso, pois não falei.

O segundo assunto se refere à tecnologia. A interpretação dos dados que foram gerados nos últimos 45 anos pelo IBGE mostram o que falei. Isso é irrefutável. Digo a vocês novamente que, no caso do milho, de que sou muito conhecedor, há 20 anos, o Brasil produzia 30.000.000t em 15.000.000ha, ou seja, 2t por hectare. Este ano, o Brasil produziu 70.000.000t em 15.500.000ha. Essa é a interpretação dos dados. Por que houve aumento de produtividade? Porque um grupo de produtores teve capacidade gerencial, assistência técnica, crédito, facilidades, o que lhe permitiu sair de 2t por hectare na mesma área e produzir 10t. Isso se deve a melhores sementes e ao uso adequado da tecnologia. Não estou falando de tipo de tecnologia, não estou falando que uma tecnologia é melhor que a outra. A Embrapa trabalha com a tecnologia que permite aumentos de produção e produtividade, de acordo com os conceitos de sustentabilidade.

Recordo o que é sustentabilidade, estive na Rio+20. Sustentabilidade significa crescimento com três componentes: econômico, ambiental e social. É isso o que estamos procurando. A Embrapa gostaria que mais e mais produtores tivessem acesso a melhores tecnologias e fizessem o melhor uso das mesmas, para garantir sustentabilidade à sua família e diminuir a pobreza. É para isso que estamos trabalhando.

O Welson, do Sindibel, perguntou o seguinte: "Se o Brasil tem tanto milho, porque ele está tão caro a ponto de faltar milho para ração de frango? Isso é verdade?". Sim, é verdade. Vocês viram que estão queimando pintinho de um dia, porque não existe ração para a espécie. Mas será que é mentira que não existe milho? Não. O Brasil está produzindo a maior safra de milho de todos os tempos, mas falta milho. Vamos entender isso. Vivemos num mundo globalizado, não podemos esquecer que o que será decidido aqui afetará alguém no outro lado do mundo e o que o outro lado faz nos afeta também. Estamos todos interconectados, queiramos ou não. Qual é

a realidade? Falta milho no mundo. O Brasil produziu uma safra recorde, mas falta milho. Na maior seca dos Estados Unidos, eles tiveram 40.000.000t a menos. O que está acontecendo? O mundo quer milho e está pagando por ele. Qual é a opção de quem tem milho? Vendê-lo pelo menor preço. O Brasil está exportando milho. É preciso que haja programas de governo para diminuir os problemas. Mato Grosso produziu a maior safra de milho de todos os tempos: 14.000.000t ou 15.000.000t. E lá faltará milho. Eles precisam de 3.000.000t para alimentar os suínos e as aves. Cabe ao governo estabelecer uma política para manter pelo menos o milho de que eles precisam.

Não é só isso. Por que está faltando milho na granja de Santa Catarina? Alguém sabe? Ora, porque não há caminhão para levar o milho para lá. Não há motorista nem estrada vicinal. Se tivesse, iria para lá. Posso até perguntar a vocês, na semana passada, estava no Ministério da Agricultura: o governo já fez alguma coisa nesse sentido? Fez um contrato com a associação dos caminhoneiros, mas acontece que eles não querem cumprir o contrato. Afinal, está sobrando outros caminhos, outros meios mais lucrativos para levarem o milho ao porto para ser exportado, por isso eles não querem cumprir o contrato com o governo de levar milho pela estrada esburacada de Santa Catarina.

Na verdade, esses são os problemas que o governo precisa resolver. O que falei aqui foi baseado em dados do próprio governo e da realidade. Olho esses dados todos os dias e volto a dizer: a tecnologia é o fator que mais permitirá que o pequeno produtor aumente a sua produção, a sua renda e saia da pobreza. E é para isso que estamos trabalhando.

O Sr. Presidente - Muito bem. Agora passaremos a palavra ao Sr. José Rogério Lara, da Emater. Se possível, façam uso da palavra em até 7 minutos por causa do outro painel, por favor.

O Sr. José Rogério Lara - Inicialmente quero dizer que ouvi as reclamações e respeito todas. Tentaremos ajustar a nossa dificuldade em relação à falta de técnicos. Isso é notório e já foi falado aqui várias vezes. No último ano, entre aqueles colegas que se aposentaram, que foram para a iniciativa privada ou passaram em outros concursos, foram mais de 100 técnicos. Pretendemos repô-los no próximo ano, por concurso público. Porém, o mais importante de tudo isso aí é que estamos abertos para negociar. Se há algum problema ou algum técnico que não esteja correspondendo à necessidade de vocês, gostaria de dizer que sempre estivemos com as portas abertas para negociar. Já visitei assentamentos, fui a várias regiões e escritórios para fazer ajustes. No entanto, se nós, da Emater, não podemos ajudar, jamais queremos atrapalhar. Vamos sair, cederemos lugar para outro. Isso tem de ficar muito claro aqui. Temos 32 regionais e, onde o serviço não estiver de acordo, peço que o agricultor procure a nossa regional ou nos procure aqui em Belo Horizonte para resolvermos a situação. Só queremos servir. Queremos prestar assistência técnica e extensão rural com qualidade. Realmente, está faltando gente, mas temos de conviver com essa situação. Agora, o diálogo está aberto para superarmos essas dificuldades que estamos enfrentando.

O Marcelo fala sobre transgênicos. Como 95% do nosso público é de pequenos agricultores familiares, receitamos muito pouco transgênicos. Na verdade, não é missão da Emater essa fiscalização. Trabalhamos mais é com variedade. São pouquíssimos os produtores que trabalham com transgênicos e, mesmo assim, quando um agrônomo receita um produto transgênico ao técnico, ele tem de respeitar todos aqueles princípios de área de proteção e tudo mais. A fiscalização não é incumbência da Emater.

Há uma posição aqui também sobre o Minas sem Fome. Neste ano, até agora, o governo do Estado está com R$4.500.000,00 aplicados. Esse é um programa específico do governo de Minas. Há uma pergunta aqui da Sra. Maria Aparecida sobre o jovem rural de Pai Pedro. Maria Aparecida, não tenho aqui uma receita para os jovens ficarem no campo lá na sua região. Por exemplo, em Muzambinho, há alguns projetos de capacitação exclusivos para o jovem rural, de acordo com o que se explora no Município.

Então, existe curso de piscicultura, de bovinocultura de leite, de cafeicultura. Procuramos, de acordo com a realidade do Município e da região e junto à sociedade, buscar alternativas para esses jovens. Não temos solução - e eu não seria nem maluco de, daqui, querer dar uma sugestão, uma receita - para resolver essa situação. O que procuramos, de maneira coletiva, é buscar alternativas junto a vocês.

João Bosco, do sindicato de Coimbra. João, a sua situação também é gerada pela falta de técnicos. Esperamos resolver essa situação no próximo ano. Está faltando técnico, estamos precisando de 300 a 400 técnicos – vamos precisar para o próximo ano. O concurso está autorizado, vamos publicar o edital, aplicar as provas.

Alguém de Viçosa ou Lavras falou sobre capacitação, sobre cursos na área de extensão rural. Realmente, a grade das universidades não tem muitas disciplinas vinculadas a essa área. O que procuraremos fazer na Emater é colocar um técnico em pré-serviço, assim que ele passar no concurso, depois de em torno de 90 dias. Chegamos a falar até em aumentar esse período, porque seriam 90 dias em uma capacitação específica na área de extensão rural e mais um treinamento em trabalho de escritório.

Há outra questão sobre os recursos da Emater. Temos recursos do governo do Estado, dos Municípios e do governo federal. Só cobramos alguma coisa do produtor quando elaboramos um projeto técnico, e aí cobramos 0,5% do valor do projeto. Às vezes, um órgão quer um trabalho específico. É o caso, por exemplo, da Cemig, com o projeto Irapé. Firmamos um contrato com a Cemig e temos equipes exclusivas para ele. Temos também 10 contratos com o Incra. De 32 editais, participamos só de 10, porque não tínhamos técnicos. Queremos, mas não temos técnicos. Não adianta querermos assumir um compromisso se, depois, não teremos como prestar atendimento.

Há problemas junto a esses assentamentos. A nossa coordenadora está aqui, estamos prontos para negociar. Vamos acertar, ajustar. Se o técnico não der conta de fazer o serviço, nós o substituiremos, não tenham dúvidas. Vocês precisam ter certeza de que queremos ser parceiros. A nossa obrigação de servir é lá, junto com vocês. Se o técnico não está saindo, vocês precisam nos dizer. São 788 escritórios locais; é lógico e evidente que algum escapole do nosso controle. Tragam o problema para resolvermos.

A Vanessa pergunta: “A Emater tem algum estudo junto ao IMA e outros sobre o uso de agrotóxicos e suas consequências para o meio ambiente e para a saúde humana?”. Vanessa, conheço de perto um trabalho na região de Pouso Alegre, se não me engano, de que participam os sindicatos, a Emater, a Unifenas, de Alfenas e, se não me engano, a Unicamp, de Campinas. Há algumas preocupações, e o que temos procurado em todas as nossas capacitações técnicas - e isso é muito claro - é mostrar aos nossos técnicos que a nossa recomendação precisa de critério, principalmente quando se trata de defensivos agrícolas, respeitando-se a dosagem, o prazo de

validade e o uso de equipamento. Procuramos ser muito coerentes com isso. É lógico e evidente que devem nos comunicar se algum técnico não segue nossa recomendação, a fim de tomarmos alguma atitude. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - José Rogério, obrigado. Passaremos agora para o Plínio César Soares, Diretor de Operações Técnicas da Epamig.

O Sr. Plínio César Soares - Gostaria de reforçar a palavra do Dr. Antônio Álvaro. Quando uma empresa de pesquisa gera tecnologia, faz pesquisa, ela o faz pensando no maior retorno possível para o produtor, seja pequeno, seja médio, seja grande. Então, a tecnologia tem de estar casada, tem de ser apropriada pelo produtor pequeno, médio ou grande. É lógico que o grande arrisca mais, usa mais insumos, mais adubo, busca a tecnologia onde ela estiver. Já o pequeno precisa da assistência técnica, da extensão rural para dar-lhe um socorro, um "help", uma ajuda. A Epamig faz mais pesquisa para o pequeno e o médio produtores. É lógico que existem tecnologias que atendem os três segmentos. Temos feito pesquisas em agroecologia e produtos orgânicos. É uma gama imensa de pesquisas, de estudos para atender a uma gama muito grande também de demandas.

Há uma pergunta que o Humberto me dirigiu: "A Epamig faz análise de água visando conhecer a sua composição mineral?". Não. A Epamig não presta esse tipo de serviço. Ela tem um laboratório de água em Viçosa, mas é pequeno, modesto, sem muitos equipamentos sofisticados, e faz algumas análises para o uso da água na fabricação do leite, coisa muito pontual. Não atendemos a essa demanda.

O nosso companheiro Haroldo Ferraz pergunta se a Epamig não pode se somar às universidades para buscar soluções para os filhos de pequenos produtores terem mais oportunidades nas universidades. Infelizmente, essa atuação da Epamig é modesta e tímida. Em termos de escolas técnicas públicas, Sr. Haroldo, faz uma prestação de serviço muito importante e significativa por meio do Instituto de Laticínios Cândido Tostes, em Juiz de Fora, que forma técnicos em nível médio para serem especialistas nas indústrias de leite e derivados. Por sinal é a única entidade de Minas Gerais e uma das poucas da América Latina que realiza essa formação, em nível médio, para o segmento de leite e derivados. É muito conceituada. Todos os técnicos de lá saem empregados. Há outra escola importante na área de cooperativismo e técnica agrícola em Pitangui. Também faz um trabalho muito bom na formação de técnicos de nível médio nessa área, com bastante sucesso.

Outro ponto a ser destacado é que a Epamig está sempre aberta e tem contribuído muito para os chamados estágios não remunerados. Estudantes de universidades como Unimontes, UFMG, UFV, Ufla precisam de um mínimo de estágio nos seus currículos. São, então, estágios curriculares não remunerados, evidentemente. Assim, a Epamig ajuda na formação do currículo dessas universidades. É uma prestação de serviço muito significativa.

Se pensarmos em termos de educação como um todo, no Brasil, alguma coisa já está acontecendo para favorecer essas pessoas, essas famílias menos abastadas. Há um projeto de lei já aprovado obrigando as universidades federais a reservarem 50% das suas vagas para estudantes vindos de escolas públicas. Vejo que isso já é um reconhecimento àqueles estudantes cujos pais não têm dinheiro ou condições de pagar os valores cobrados pelas escolas privadas, que hoje, a princípio, seriam mais qualificadas e ofereceriam mais qualidade no ensino.

O Sr. Presidente - Foi sancionado hoje pela Presidenta Dilma o projeto de lei da cota de 50%, nas universidades federais, de alunos oriundos das escolas públicas no Brasil.

O Sr. Plínio César Soares - Certo; está aí uma notícia recente. Sobre a pergunta ou observação feita por uma senhora que estava ali em cima, a respeito de quando as empresas de pesquisa vão se preocupar com o resgate das sementes crioulas, quero dizer que já há uma preocupação em resgatar essas sementes. Conheço um projeto muito bom, como o Álvaro pode atestar, do Cenargen, que se preocupa em ter um banco de germoplasma de culturas importantes no País. A ideia é resgatar e usar esse banco de germoplasma, esses recursos genéticos, para o produtor ou para seu uso como base para o melhoramento de outras variedades, cruzando essas variedades com outras mais produtivas, que às vezes não têm a resistência à doença ou a rusticidade - tolerância a alumínio, por exemplo - que têm as variedades crioulas. Então, isso não está na estaca zero. A Embrapa tem um enorme banco de germoplasma no Cenargen, em Brasília, onde você pode solicitar sementes de milho, trigo, cevada, arroz etc. de variedades crioulas, ou seja, de variedades não melhoradas. Há lá um banco de germoplasma muito importante para esse apoio. Foram essas as perguntas que me dirigiram. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - O Argileu, que estava fazendo uma gravação para a TV Assembleia - que só tinha este horário para fazê-la -, acabou de chegar e peço-lhe que venha diretamente à Mesa, para dar suas respostas. Mas, enquanto ela se acomoda, vou passar a palavra para a Gabriela, da Amefa, das escolas família agrícola, que já tinha se inscrito.

A Sra. Gabriela Santos - Boa noite, companheirada. Fiquei com medo de não conseguir falar com você, Argileu, e perder esta oportunidade. Nós, da Amefa, executamos no ano passado um projeto específico para mulheres, em que atendemos 640 mulheres e que resultou em 64 projetos produtivos desses grupos organizados de mulheres. Mas temos uma preocupação: como isso vai continuar? O MDA soltou agora uma chamada de organização produtiva das mulheres, mas com recursos insuficientes, que cobrem menos de um terço dos projetos que temos e das demandas que as mulheres apresentaram. Mas elas estão lá, esperando uma resposta nossa, uma resposta do MDA com relação a isso.

Sabemos que esse tema é muito específico e que não podemos executar um projeto num ano, tirar as mulheres de suas casas e da vida que tinham, incitá-las ao debate do empoderamento e deixá-las no ar. Portanto, queremos saber como o MDA tem pensado nessa assistência técnica, principalmente para as mulheres, pois ela vai além da assistência apenas à produção - temos todo um outro contexto envolvido aí. Era isso o que eu queria expor.

O Sr. Presidente - Obrigado, Gabriela. Com a palavra, o Sr. Argileu, para que responda às perguntas que lhe foram dirigidas e faça suas considerações finais.

O Sr. Argileu Martins da Silva - Pessoal, desculpe não ter continuado aqui durante todo o dia, mas aqui estamos e vamos continuar com muita objetividade, até porque a vida nos ensinou, em toda a nossa militância, que às vezes o discurso é feito e não resolve muito

as coisas. O que a Gabriela apresentou é um bom problema. Um problema da assistência técnica que ocorreu, funcionou e produziu resultado. É o trabalho chegando à ponta.

Então, fico muito feliz e tranquilo com o problema, porque ele só foi gerado porque houve a assistência técnica. Se não tivesse havido o contrato, se não tivesse sido prestada a assistência técnica lá, não teríamos este segundo problema: o que fazer com 64 projetos? E o que ela disse aqui se reproduz em muitos ambientes no Brasil. Qual é o problema, de fato? Existem poucos recursos, mesmo. E essa é uma disputa que nós fazemos internamente no governo e em que os movimentos sociais, neste momento, são nossos aliados. Agora, todo governo, aliás a nossa vida, é feito de escolhas.

Vou responder de trás para a frente, a começar pela menção ao Vale do Jequitinhonha, que tem propriedades. Existe um conjunto de documentos. Acredito, Andressa, estudante de Agronomia, que pode e deve estar tudo no banco de dados da Ufla, que demonstra isso. Lá há um conjunto de sistemas, águas florestais que permitiram àquelas famílias viver de forma diferenciada, lembrando que qualquer IBGE da vida que for lá vai entender que esse pessoal tem renda negativa. Por quê? Porque eles não têm renda monetária. Eu mencionei isso. Não sei se ela sabe, mas nasci no Vale do Jequitinhonha e saí de lá para estudar. Estudei e voltei para a região, onde trabalhei por 14 anos. Depois a vida me deu outras oportunidades. Portanto, conheço um pouco da região, além de trabalhar lá de maneira geral.

Não se trata de corrigir, mas os nossos editais do CNPq, em nenhum projeto nosso, dos números que apresentei aqui, foi para o agronegócio. Todos eles foram direcionados para a agricultura familiar, para a reforma agrária. Portanto, não existe projeto nosso no CNPq. Se a universidade de Diamantina tem outros editais, o CNPq lança. Aliás, o CNPq lança "trocentos" editais todo ano. Agora, se ele é assessor de recursos de outros fundos e destinou para outras fontes e tal, nós não temos controle sobre isso. Quanto aos nossos, não, estou afirmando isso.

Concordo com o Juraci: o acesso à tecnologia é uma complicação. Ao mesmo tempo, há tecnologias que são de interesse da agricultura familiar. Em meu curto espaço para expor, tentei chegar nesse ambiente. Nós só vamos ter inovação tecnológica de fato, no Brasil, quando isso acontecer de forma endógena. O agricultor tem o gargalo, tem o problema, tem a dificuldade. Ele interage com o técnico, coloca à disposição dos técnicos o seu conhecimento empírico e, a partir daí, questiona se vai produzir as pesquisas devidas. Quem conhece um pouco sobre os números, que ás vezes é importante, basta olhar o que aconteceu no Brasil nos final da década de 60. O que aconteceu com o Brasil, com o sistema da agricultura brasileira? Ele foi orientado para a produção de "commodities". Era o crédito rural, por isso era um crédito orientado, como bem lembra o José Rogério. O crédito rural - o sistema de pesquisa e o sistema de extensão rural – foi orientado para produção de "commodities". Por quê? A política macroeconômica brasileira naquele momento era direcionada ou era ancorada na substituição de importações. Isso teve uma consequência, e existe consequência disso até os nossos dias.

Mais uma vez, cumprimento o Deputado Rogério Correia, por esta oportunidade de debatermos tal tema de forma tão tranquila, tão democrática.

Entendemos assim, por isso a insistência da Presidenta Dilma em qualificar os assentamentos, justamente para que tenhamos um processo de reforma agrária que inclua até o licenciamento ambiental. É inconcebível tal fato, ter tudo disponível, faltar um negocinho e, em razão disso, as famílias serem prejudicadas e sacrificadas. Entendo que estamos num bom caminho.

Em relação a essas entidades menores prestarem assistência técnica no Brasil, a informação é que, de 2003 até hoje, fizemos convênios e parcerias com mais de 270 entidades. E nós só temos 27 Emater no Brasil. Ou seja, realizamos convênios com mais de 270 entidades. Alguns desses convênios estão em vigência até hoje.

Em Minas Gerais, são 18, além da Emater. Depois, se alguém quiser, tenho os números dos recursos. É evidente que temos de ter maturidade suficiente para entender o que esse dinheiro virou, em todos os aspectos. Se ele virou mediação, ou se virou conhecimento que se transformou em resultado efetivo na propriedade. É um bom debate. Tive de entender e compreender um pouco desses números quando fui à CPI das ONGs no Congresso Nacional.

A história dos cinco anos, pessoal, foi a lei aprovada no Congresso Nacional. O projeto não saiu dessa forma no Ministério do Desenvolvimento Agrário e, no Congresso, ganhou cinco anos de existência e dois anos de experiência. Nós, no pós-conferência de Ater, que deixei para mencionar por último, tivemos uma proposta de legislação que vem permitir a alteração disso. Se vai passar no Congresso, aí é democracia pura. Temos de dialogar, e sabemos que lá somos minoria e tudo passa pela Comissão de Agricultura. Enfim, não somos maioria lá.

O relato do Vilson aqui nos deu muita clareza da importância e da força dos movimentos sociais. Andando pelo Brasil afora e nas conversas que tenho aqui, em Minas Gerais, costumo enfatizar que é bem possível que aquela ação da Fetaemg de ir ao Palácio da Liberdade panfletar tenha salvado a Emater, que naquele momento estava desmantelando-se. Não tinha direção, não tinha dirigente, porque os dirigentes foram exonerados, e havia um preposto tentando gerenciar a entidade a distância. Esse é o papel fundamental dos movimentos sociais. Prática é critério da verdade, e é muito importante que conversem entre vocês, pois já fizemos 14 reuniões após a conferência de Ater. Nessas 14 reuniões, tratamos dos encaminhamentos das diretrizes que lá foram aprovadas. A última delas resultou inclusive na proposta de uma lei que atende e altera aquilo que a conferência deliberou. Dessas 14 reuniões, 4 foram para debater o sistema de Ater que envolve as pequenas entidades, que a conferência também deliberou.

Concluo dizendo que os documentos estão no portal, estão sendo analisados pelo conjunto da sociedade, e evidentemente já estão produzindo efeitos. A próxima chamada que a Secretaria de Agricultura Familiar publicará, ainda em setembro, é com foco em sustentabilidade, e já contempla, do ponto de vista da gestão, tudo aquilo que a conferência aprovou. É evidente que o seu par que participa das reuniões em Brasília tem essa informação, mas, como sempre, informação às vezes é um negócio complexo, que nunca conseguimos obter plenamente.

Eu te ouvi, agora vamos ter maturidade. Eu te ouvi com paciência, com tranquilidade, agora me escuta. Existe um pós-conferência. São 14 reuniões de vários grupos de trabalho do Comitê Nacional de Assistência Técnica, e duas reuniões do Contraf que trataram explicitamente desse tema. Então, pessoal, a Ater vai continuar sendo um desafio, porque, de cada quatro agricultores familiares no

Brasil, apenas um tem assistência técnica. Isso faz com que este debate que estamos fazendo se concentre inclusive na reivindicação de assistência técnica. A minha expectativa é que um dia discutamos, inclusive, sobre o ponto de vista da qualidade do serviço, porque por enquanto é necessário que haja mais serviço. Isso depende de alguns fatores, e todos eles já foram aqui relatados e debatidos.

Mais uma vez, nossos cumprimentos à Assembleia Legislativa de Minas Gerais; ao Deputado Rogério Correia, autor desse requerimento; ao Deputado Antônio Carlos Arantes, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; enfim, a todos vocês que nos deram a oportunidade de debater. O próximo painel é muito bom, sobre agroecologia, o grande desafio da pesquisa e da extensão rural brasileira. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Argileu, que, ao final, levantou um ponto importante. Ainda não entramos muito na questão da qualidade da prestação do serviço. Nesse caso da assistência técnica, ainda estamos discutindo que ela exista. É preciso massificá-la. Vivemos algo semelhante na educação. Inicialmente se discutiu a massificação da educação. Hoje já se começou com a reivindicação de uma educação de qualidade e a discutir o conteúdo, para quem é a educação e quem deve chegar ao final do sistema educacional com toda a formação.

Vilson, repetirei a informação que dei hoje, pois é importante. A Presidenta Dilma hoje assinou a lei que obrigatoriamente reserva 50% das vagas das universidades federais para alunos de escolas públicas. Então, ela foi assinada e agora é lei no Brasil: alunos de escolas públicas terão 50% de reserva nas escolas. Foi um debate intenso no Brasil. Penso que ganhou a posição mais correta para que o acesso ao ensino, à educação, seja democratizado para todos no ensino superior em escolas federais, em boas escolas.

Desejamos o mesmo para a questão da assistência técnica. Não é para todos, mas, se houve ampliação de crédito, é preciso também universalizar a assistência técnica. Infelizmente não chegamos a esse patamar. Daqui a pouco - tomara que sim, pois sou otimista - começaremos a obter a qualidade dessa universalização da assistência técnica. É um passo importante. Ficou claro que os movimentos sociais neste painel reivindicam essa massificação da assistência técnica no Brasil.

Agradeço a contribuição aos Srs. Argileu, Antônio Álvaro, chefe da Embrapa, Marcelo, que esteve conosco, o José Rogério, que continuou o debate, e o Plínio César, assim como aos agricultores familiares, aos sindicatos e aos sindicalistas.

2º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa para o 2º Painel os Exmos. Srs. Arnoldo Anacleto Campos, Diretor do Departamento de Agregação de Valor e Renda da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA -; José Antônio Ribeiro, Superintendente de Agricultura Familiar da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Jesus Rosário Araújo, representante da Comissão dos Povos e Comunidades Tradicionais; e Jefferson Penellas Amaro, Diretor de Desenvolvimento e Conservação Florestal do IEF.

A Sra. Gabriela Santos - Deputado Rogério, questão de ordem.

O Sr. Presidente - Perfeitamente.

A Sra. Gabriela Santos - A companheirada está solicitando que cantemos uma musiquinha, para ver se anima esse pessoal, pois o bicho está pegando.

O Sr. Presidente - Vamos cantar, mas quero apenas combinar o horário das exposições. Tem que arrumar alguém para cantar, que não seja eu.

A Sra. Gabriela Santos - Somos nós mesmos.

O Sr. Presidente - Quem vai entoar uma música para nós? Eduardo Leal, você é quem vai cantar? A Gabriela? Preciso saber quem vai cantar?

A Sra. Gabriela Santos - Não sei toda a letra, vou só puxar o início e algum voluntário vem completá-la.

A plateia canta.

O Sr. Presidente - Muito bem, Gabriela. Agora, podemos passar a palavra aos nossos palestrantes. Trataremos de um tema importante: “Agroecologia e sociobiodiversidade”.

Palavras do Sr. Arnoldo Anacleto Campos

Boa noite. É um privilégio estar aqui conversando com vocês. Pena que, em razão do adiantado da hora, talvez não tenhamos a mesma produtividade que teríamos no começo do dia. Mas vamos tentar.

Bom, pretendo abordar o tema da agroecologia e da sociobiodiversidade. Trabalho na Secretaria de Agricultura Familiar no Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor, por isso minha fala será sobre esses assuntos, mais precisamente como eles poderão contribuir para que o produtor tenha mais renda e para que seja valorizada a sua produção. O assunto é mais amplo. Existem outras questões relevantes, e não terei capacidade de tratá-lo na abrangência que o tema merece. A Secretaria de Agricultura Familiar, dentro do MDA, é responsável principalmente por elaborar política agrícola e tem o desafio de colocar, dentro da política agrícola, os temas da agroecologia e da sociobiodiversidade.

A pergunta é: como estamos tratando disso? Trabalhar a agroecologia, os sistemas de produção orgânicos, a produção de base agroecológica e biodinâmica, com todas as denominações de que os movimentos da agricultura sustentável se utilizam, é uma grande oportunidade para nosso país. Gerar renda com a floresta em pé e com o uso sustentável dos nossos biomas também é uma grande oportunidade para um país que ainda tem metade do seu território em florestas nativas não só na Amazônia, mas também na caatinga, no cerrado, no pantanal, no pampa e na mata atlântica. Em todos esses biomas existe uma riqueza muito grande e uma diversidade de comunidades igualmente grande. Entretanto, estamos muito atrasados para transformar essas oportunidades em algo possível, concreto e objetivo no dia a dia dos nossos produtores, agricultores e extrativistas, para que eles tenham uma produção mais sustentável.

Por que avaliamos isso como uma oportunidade? Primeiro porque a sociedade está nos exigindo uma alimentação mais saudável. Ela exige de nós uma política de segurança alimentar e nutricional, e, para isso, a produção saudável de alimentos é fundamental.

Saudável significa alimentos sem contaminantes e ofertados por uma cesta de produtos que deem qualidade de vida às pessoas num país que vive uma epidemia de obesidade. O nosso país já apresenta sérios problemas nessa área, o que exige de nós a capacidade de produzir alimentos saudáveis por meio da produção agroecológica e orgânica. Os produtos da biodiversidade brasileira têm condição de contribuir muito para isso.

O segundo aspecto que faço questão de destacar é a questão ambiental. Todos sabemos que os sistemas de produção agroecológicos e orgânicos são muito mais compatíveis e equilibrados com o uso sustentável dos nossos recursos e com a gestão do uso do solo, da água e dos insumos do que os sistemas convencionais de produção. É importante para o País, do ponto de vista ambiental, ampliar a participação da agroecologia na área cultivada e manejada, no número de produtores e na produção gerada.

O terceiro aspecto são as oportunidades econômicas. É oportuno tratar desses assuntos porque hoje, no mercado brasileiro, existe uma demanda reprimida de produtos orgânicos e agroecológicos da biodiversidade brasileira. Não é à toa que esses produtos às vezes custam o dobro do produto convencional, porque a demanda é grande e a oferta ainda é pequena. Então, comercializar esse tipo de produto é uma oportunidade hoje, porque ele valoriza mais o nosso produtor tanto no mercado interno quanto no externo. Além disso, esses produtos são instrumentos de promoção do desenvolvimento rural sustentável com gente. A agroecologia é um sistema de produção mais intensivo em gente, e é evidente que somos totalmente favoráveis a diminuir o trabalho penoso na agricultura e aumentar a eficiência, mas também queremos as pessoas trabalhando no campo, e os sistemas agroecológicos de produção e o uso sustentável da floresta exige a presença das pessoas de forma mais intensiva que nos sistemas convencionais, altamente intensivos em capital e menos intensivos em pessoas. Somos favoráveis ao desenvolvimento sustentável do meio rural, com gente.

O que estamos fazendo? Concluímos um processo bem importante, passamos praticamente um ano dialogando com a sociedade a respeito da oportunidade, a conveniência e a necessidade de haver uma política nacional de agroecologia. A Marcha das Margaridas foi a Brasília e apresentou isso como um ponto de pauta. As organizações em volta do mundo orgânico apresentaram esse tema, assim como praticamente todas as organizações da agricultura familiar pautaram esse assunto, cobrando do governo. Acolhemos isso, a Casa Civil da Presidência da República determinou a criação de um grupo de trabalho interministerial, estabeleceu um diálogo com a sociedade em todas as regiões do País, no qual colhemos sugestões e construímos uma proposta.

A Presidenta Dilma, há poucos dias, instituiu o Decreto nº 7.794, que cria a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - é a primeira vez que o Brasil tem uma política com essa finalidade -, e definiu alguns conceitos importantes para que os Ministérios e as políticas públicas possam trabalhar: o que é sociobiodiversidade, o que é sistema de base ecológica, o que é transição agroecológica. São conceitos importantes, que depois vão nos ajudar a instituir políticas públicas. Foram estabelecidas algumas diretrizes que a política deve perseguir, como uso sustentável, soberania e segurança alimentar, envolvimento de jovens e mulheres; enfim, diretrizes importantes para nossa orientação. E estabeleceram-se instrumentos para que o governo trabalhe.

De agora até fevereiro, a nossa missão é elaborar o plano nacional de agroecologia e produção orgânica. Temos de estabelecer nossas metas, nossos responsáveis, os recursos e os prazos para o cumprimento dessa política. Isso tem de ser feito até fevereiro com participação da sociedade. Isso é muito importante. Estabeleceram-se também instrumentos que devem ser ajustados. Por exemplo, o sistema de créditos e seguros não está ajustado para financiar sistemas de produção agroecológica orgânica ou o manejo sustentável das nossas florestas. Ele não dialoga com esse tipo de sistema de produção, então a determinação da Presidência é que façamos esses ajustes necessários para termos os instrumentos de créditos e seguros.

Na parte de apoio à comercialização há os programas de compra governamental, como o PAA, que já tem estímulos para a produção agroecológica; o PNAE, que já pede prioridade. Mas como avançar para que esses programas consigam ampliar a participação desses produtos nas compras governamentais? Relativamente à falta de pesquisa, os sistemas estaduais de pesquisa, as universidades, os institutos, a Embrapa, a questão é como reorganizar essa agenda que está frágil dentro dessas instituições, não necessariamente articulada na dimensão que o governo federal pretende dar para as iniciativas de pesquisa nessa área.

No que se refere à formação e qualificação profissional, já iniciamos com o MEC um diálogo para formar os nossos técnicos. Temos uma rede de técnicos insuficiente, mas, do ponto de vista do conteúdo agroecológico e para o manejo da floresta, é mais deficiente ainda. E a formação que vem das universidades e escolas não é suficiente para esse tipo de necessidade que temos. Então, esse é um grande desafio também.

Outro instrumento que a Presidenta determinou é a questão tributária. O produto transgênico paga o mesmo imposto que o produto agroecológico. Seja no Estado, seja na União, os impostos são os mesmos. Como podemos ter uma carga tributária que reconheça o serviço ambiental de um produto agroecológico da sociobiodiversidade? Isso está encomendado, o plano tem que apresentar propostas e já estamos trabalhando para isso.

A questão da inovação, da organização econômica também é fundamental, o acesso aos mercados privados, a participação do setor privado será debatida. Dentro desse tema do decreto, a Presidenta estabeleceu instâncias de gestão. Antes, o Ministério da Agricultura tinha iniciativas, a Embrapa tinha iniciativas, a Conab, o MDA, o MMA, o MDS, todos falando de agroecologia, mas sem coordenação. Agora haverá uma coordenação interministerial com 10 ministérios que terão as principais ações - saúde, educação, agricultura, desenvolvimento agrário e meio ambiente. Vamos ter uma uma instância governamental interministerial que será coordenada pelo MDA.

Vamos ter uma estância de participação da sociedade, uma comissão nacional de agroecologia, que terá 14 membros governamentais, como a Embrapa, os Ministérios, a Conab, o Incra e outros, além de 14 membros da sociedade, que, num processo de diálogo, serão escolhidos para que haja um diálogo permanente com o governo sobre a política nacional de agroecologia. Com isso, esperamos fazer com que essa agenda avance mais rápido do que vem ocorrendo.

Para terminar minha fala, tratarei de alguns desafios que enfrentaremos com o plano que vem pela frente, com os instrumentos, os quais temos de superar. Precisamos ter esse mundo organizado econômica e politicamente. Existe a Frente Parlamentar da Assistência Técnica, mas só agora criamos a Frente Parlamentar da Agricultura Orgânica e Agroecológica. Como aprovar leis e estabelecer

prioridades se há pouca organização política nesse sentido? Como fortalecer as cooperativas, associações e as entidades que trabalham nesse sentido para que possamos ter um ambiente ao lado da sociedade e da organização privada e uma cooperativa mais forte?

Como trabalhar a promoção comercial desses produtos? Queremos que todas as nossas feiras, que todos os nossos eventos tenham destaque. Fizemos, na Rio+20, a Praça da Sociobiodiversidade. Levamos para lá 23 cooperativas de todos os biomas brasileiros. Apresentamos os produtos para o mundo. Hoje temos produtos de qualidade, que são produzidos de forma agroecológica ou com manejo sustentável das nossas florestas. Como levar isso ao consumidor? Como aproximar isso dos mercados das grandes cidades? Esse é um grande desafio para nós.

Como replicar essa política nos Estados? Como Minas Gerais pode ter uma política estadual de agroecologia e de sociobiodiversidade? Como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, o Paraná, o Amazonas podem ter também políticas, prioridades e estância, o que não é possível fazer somente com o governo federal? Vamos promover o diálogo com os Estados para que tenhamos estâncias, espaços de debates e responsabilidade também em âmbito estadual.

Estamos, neste momento, terminando, já colocando em prática a política, uma chamada de assistência técnica, que beneficiará 50 mil famílias em sistemas agroecológicos orgânicos de produção. Serão R$50.000.000,00 por ano, em contratos de 24 meses, podendo ser prorrogados, especificamente para apoiar a agroecologia e a assistência técnica para a ecologia. É um número ainda pequeno. Noventa mil agricultores declararam praticar algum sistema de produção orgânica agroecológico. Todavia é uma iniciativa importante, que cobrirá boa parte das nossas redes de produtores com assistência técnica. Com isso, já teremos um instrumento importante para ir a campo e trabalhar a implementação dessas políticas.

Queria rapidamente fazer esse relato. Temos um plano nacional da sociobiodiversidade, que tenta organizar as cadeias de produtos. Ele será incorporado à política de agroecologia. Achamos que deve haver um olhar especial para os produtos que vêm das florestas. É uma forma diferente de produzir, extrair, manejar e beneficiar. Há a questão do acesso aos recursos genéticos e à repartição de benefícios. Há toda uma agenda, que também estamos trabalhando, a qual será importante para a geração de renda com a floresta em pé. Esse também é um grande desafio que está apresentado para nós.

Agradeço a oportunidade. Durante o debate, poderemos nos aprofundar em algum tema, em algum assunto, que porventura eu não tenha conseguido abordar até agora. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Carlos Arantes) - Com a palavra, o Sr. José Antônio Ribeiro.

Palavras do Sr. José Antônio Ribeiro

Boa noite a todos e a todas. Muito obrigado. Antes de mais nada, agradeço aos Deputados Antônio Carlos Arantes e Rogério Correia e à Comissão de Política Agropecuária a oportunidade. É uma pena que tenhamos atrasado um pouco nossos trabalhos durante o dia. Ficou ainda um grupo bastante representativo. Faremos debates igualmente importantes, com relação aos demais.

Estamos aqui como Subsecretaria de Agricultura Familiar, com a presença do nosso Subsecretário Edmar Gadelha e de outros colegas, para também contribuir com este ciclo de debates realizado pela Assembleia Legislativa, que trata do tema "Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável". Acreditamos que o que tentamos desenvolver na Subsecretaria de Agricultura Familiar da Seapa tem base agroecológica. É bom que isso fique bastante claro. Acreditamos nas experiências de todos da equipe coordenada pelo Edmar Gadelha, acumuladas ao longo da vida pessoal e profissional. É nisso que acreditamos.

Sabemos de todo o desafio que é construir uma proposta, pensar uma política e, quem sabe, um programa estadual de agroecologia e produção orgânica aqui, em Minas Gerais. Esse é o nosso ponto de partida. Falaremos a todos que estão, ou não, habituados a essa temática, e a todos que nos acompanham por todo o Estado de Minas Gerais, sobre o conceito que temos trabalhado nesse tema de agroecologia e sociobiodiversidade. Acreditamos que a agroecologia consiste em uma proposta de agricultura familiar socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável.

Os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos e resilientes, quer dizer, apresentam poder de recuperação, eficientes do ponto de vista energético, valorizam a sociobiodiversidade e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à noção de soberania e segurança alimentar e nutricional. O conceito de sociobiodiversidade expressa a relação entre a diversidade biológica, os sistemas agrícolas tradicionais, a agrobiodiversidade, o uso e manejo desses recursos vinculados ao conhecimento e à cultura dos povos e das comunidades tradicionais, os agricultores familiares e camponeses; engloba produtos, saberes, hábitos e tradições próprias de um determinado lugar ou território. Isso é só para, aos poucos, nivelarmos esse conceito em construção, mas é o ponto de partida para discutirmos sobre a agroecologia e a sociobiodiversidade.

A Subsecretaria de Agricultura Familiar foi criada no ano passado pelo Governador Antonio Anastasia, por meio da Lei Delegada nº 180, de 2011, e ela tem duas superintendências. Sou responsável por uma delas, que é a Superintendência da Agricultura Familiar; a outra é a Superintendência de Gestão do Mercado Livre do Produtor, pela qual é responsável o nosso colega Lucas, que estará aqui no painel de amanhã cedo, para discutir abastecimento alimentar.

Esse tema da agroecologia e da sociobiodiversidade encontra eco em toda a equipe, que, embora enxuta, é bastante compromissada e interessada. Isso pelo menos em dois espaços: um é a Coordenadoria de Apoio à Agroecologia, pela qual o Eugênio Resende, o Geninho, que está aqui conosco, está responsável. Ele está responsável por fazer essa animação, essa articulação do tema não só na subsecretaria, mas também em todo o sistema da Secretaria de Agricultura. A proposta é ampliar, cada vez mais, essa instituição. Falaremos sobre isso mais à frente. A outra é a Coordenadoria de Apoio e Fomento à Produção dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Se a agricultura familiar é um setor da nossa economia que precisa ter seu verdadeiro reconhecimento, muito mais precisam disso os povos e as comunidades tradicionais. Aí, o Edmar faz essa proposta de ter na subsecretaria um espaço para discutir políticas públicas específicas para esses povos e para essas comunidades tradicionais. A nossa companheira Adriana Rocha, que está de férias, é responsável por conduzir essa discussão na subsecretaria, que é um espaço de gestão, de discussão e de coordenação de políticas públicas. Os nossos braços são as nossas empresas ou as instituições vinculadas, como a Emater, o IMA, a Epamig e a Ruralminas.

Há um grande esforço para conhecer como funciona o sistema da Seapa e essas instituições. Na tentativa de buscar sinergia e integração maior dos trabalhos, estamos priorizando sempre a agricultura familiar e começando a apresentar esse sistema de agroecologia e produção orgânica.

É importante ressaltar outro espaço que está sendo reconstruído, reestruturado, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - Cedraf-MG. Esse conselho existe há vários anos. Quero aproveitar para registrar, de público, o nosso reconhecimento ao trabalho que o Argileu realizou na Emater e como Secretário Executivo desse conselho. Depois, por vários anos, o Jorge da Costa Vicente, técnico da Emater, foi o secretário executivo desse conselho. Reconhecemos, Jorge Vicente, o seu trabalho. Sabemos das dificuldades enfrentadas, mas você não deixou a peteca cair.

A partir do final do ano passado e do início deste ano, realizamos uma discussão interna para trazer a Secretaria Executiva que estava na Emater para a Secretaria de Agricultura, na Subsecretaria de Agricultura Familiar. A Secretária Executiva é a Juliana Veloso, que está ali. Levante a mão, Juliana. Peço uma salva de palmas para ela, que é a primeira mulher Secretária Executiva do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, que está com esse desafio de nos ajudar, de coordenar as discussões das políticas públicas da agricultura familiar, que são extremamente importante para o espaço desse conselho. A exemplo do Conselho Nacional, cuja sigla é Condraf, aqui está o Cedraf-MG.

Esse conselho tem um plenário de representantes, paritário, com metade da sociedade civil e metade governamental. Ele possui duas câmaras técnicas: uma de políticas agrícolas e outra de políticas agrárias e ambientais. Na última reunião do conselho foi aprovada a criação de um grupo temático de agroecologia e produção orgânica. Essa discussão já acontecia desde o ano passado. Começamos a constituir um grupo temático de agroecologia, informalmente, com participação de instituições governamentais e da sociedade civil. A partir do amadurecimento dessa discussão, trouxemos o assunto ao conselho que determinou a criação desse grupo temático. É importante que todos nós comecemos a tomar conhecimento de que existe esse conselho e essas instâncias, para que, diretamente ou por meio das suas representações, façamos essa discussão e esse debate realmente aconteça. Então, a Juliana é Diretora de Rede Rural e Secretária Executiva do Cedraf.

Percebemos, desde o final do ano passado, grande quantidade de iniciativas. A maioria delas sem articulações, isoladas, que existem nas mais diversas instituições, tanto das instituições do sistema da Seapa quanto da Emater. O Tinoco está aqui até agora participando desse debate. Ele vem nessa luta pela agroecologia, discutindo esse tema na Emater há vários anos. Ele está retornando ao escritório da Emater de Sete Lagoas, mas continuará essa discussão com o Marco Aurélio. Há também trabalhos nessa área, desenvolvidos na Epamig, no Ima, na Ruralminas, no IEF, na Superintendência em Minas Gerais do Ministério da Agricultura e na Embrapa. Faço um destaque importante para as universidades e escolas técnicas. Pelo menos os institutos federais de Rio Pomba e de Muriaé atenderam ao nosso chamado e estão participando dessa discussão junto conosco. Lá, em Muriaé, há um curso de nível médio de agroecologia. Em Rio Pomba, há um curso de nível médio e de graduação em agroecologia. Então, o trabalho dos institutos federais está interessante. Temos dialogado também com pesquisadores e professores das Universidades de Viçosa, de Lavras, do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, da Unimontes. Então, essas discussões têm acontecido e a ideia desse grupo temático é começar a juntar essas várias iniciativas.

Também reconhecemos - muitos de nós tivemos experiência com as entidades da sociedade civil - e destacamos o trabalho da Articulação Mineira de Agroecologia - AMA -, que há vários anos vem trabalhando com as instituições do campo agroecológico; a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - Amau - que, em Belo Horizonte, trabalha sistemas da agricultura urbana com enfoque agroecológico; a Associação Mineira de Escolas Família Agrícola - Amefa -, da qual a Gabriela e outros falaram ontem e hoje, que faz o processo de formação dos alunos, a discussão da agroecologia, os grupos de agroecologia nas universidades e muitos outros trabalhos que vêm sendo realizados.

Então, este grupo temático tem o papel de começar a fazer articulação. Aproveitamos a oportunidade para convidar outras instituições que trabalham ou queiram trabalhar com a agroecologia e a produção orgânica a participar conosco desse processo, de forma a darmos mais consistência a essa área. Os desafios não são pequenos. Para fomentar este ciclo de debates, citamos o fortalecimento do grupo temático de agroecologia e produção orgânica do Cedraf e a construção, a partir do amadurecimento, de uma política, um programa estadual de agroecologia e produção orgânica. Ainda não temos recursos definidos no orçamento. É importante pensar nisso por ocasião da discussão do PPAG, Deputados Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes. Temos o Projeto de Lei nº 2.547 aqui na Assembleia Legislativa, o qual trata dessa temática. Nós, do governo, e a sociedade civil organizada devemos saber um pouco mais desse projeto e buscar maior integração entre as políticas públicas. Temos a expectativa de que, com este ciclo de debates, levantemos subsídios para construir, até maio do ano que vem, o plano estadual de desenvolvimento rural sustentável, a cargo da secretaria executiva do Cedraf. Está em construção também outro plano igualmente importante sobre a gestão e o controle social do Consea-MG, que é o plano estadual de segurança alimentar e nutricional sustentável. Outras políticas públicas estão em curso. O importante é buscar essa intercessão, essa integração. Cito ainda o Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade; o programa Bolsa Verde, sobre o qual o Jefferson, do IEF, discorrerá com maiores detalhes; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Em Minas, está em execução o Programa Estruturador Cultivar, Nutrir e Educar, que trabalha com quatro Secretarias: a Secretaria-Geral da Governadoria, a Secretaria de Agricultura, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde. Há uma integração de ações para contribuir para o cumprimento da lei da alimentação escolar. Devemos buscar essa sinergia.

Finalmente, temos a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, citada pelo Arnoldo, e o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Aqui em Minas, temos uma cadeia importante, que são os arranjos produtivos locais do pequi, na região Norte. Devemos ter uma visão mais abrangente do pequi e de outros produtos, não somente os do cerrado, mas da caatinga, da mata atlântica e dos demais biomas.

Essas fotos mostram um pouco da sociobiodiversidade dos povos e das comunidades tradicionais. Esses são os geraizeiros do Alto Rio Pardo e de Rio Pardo de Minas, que enfrentam um processo de reconversão que valoriza os produtos e frutos do cerrado. Os

índios maxacalis estão resistindo, assim como os índios xacriabás, em São João das Missões, no Norte de Minas, os índios pancararu, que foram expulsos pelas grandes barragens do São Francisco e do Nordeste e vieram para o Vale do Jequitinhonha;

No Estado de Minas Gerais, temos mais de 400 comunidades quilombolas. Acredito que o nosso amigo Jesus falará com mais propriedade e mais detalhes sobre isso. Aí, outros exemplos de quilombolas. Agora, esse é um pé de umbuzeiro. Outro geraizeiro, com seus frutos e produtos do cerrado; as comunidades caatingueiras na região da caatinga; vazanteiro. Houve um companheiro que falou sobre os vazanteiros dos barrancos do São Francisco. São povos e comunidades que estão presentes no âmbito dessa variada agricultura familiar que temos em Minas Gerais. Os povos do cerrado e da caatinga estão aí presentes.

Aqui está o futuro desses povos e comunidades tradicionais. Que futuro essas crianças, jovens e adolescentes terão pela frente? Essa é a nossa responsabilidade enquanto poder público e sociedade civil organizada. Quem são? São os guardiões da agrobiodiversidade. O companheiro da Fetaemg falou das sementes crioulas. É importante fazer esse debate e trazer à prática uma lei estadual existente em Minas Gerais de criação dos bancos de comunidades de semente. É preciso iniciar um processo de regulamentação dessa lei. Muitos de vocês que estão aqui devem conhecer, nesse interior de Minas Gerais, os povos de comunidades tradicionais, esses guardiões da agrobiodiversidade.

Finalmente, gostaria de fazer uma singela homenagem a um companheiro que nos deixou, está no andar de cima, o Prof. Carlos Eduardo Mazetto, o popular Manzan, que deixou um grande legado nesse tema da agroecologia, produtos orgânicos e agrobiodiversidade. Ele foi um grande defensor desses povos e comunidades tradicionais. Tenho a certeza de que, onde estiver, ele está torcendo e mandando boas energias para continuarmos nessa luta aqui.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Jefferson Penellas Amaro

Senhoras e senhores, boa noite. Cumprimento os agricultores e agricultoras familiares, bem como os componentes da Mesa. Também gostaria de saudar alguns colegas com os quais pude conviver antes de ter passado por quase 10 anos pela Amazônia, experiência que me ajudou muito na minha formação: companheiro Edmar, companheiro Juraci, entre outros que contribuíram para que eu pudesse estar aqui, como governo, falando pelo IEF.

Inicialmente, gostaria de agradecer a possibilidade de estar aqui. Muitos devem estar se perguntando o que o Instituto Estadual de Florestas está fazendo nesse painel, já que o tema é agrobiodiversidade e agroecologia. Nesse sentido gostaria de começar falando sobre a mudança que estamos tendo do ponto de vista da estrutura do Estado, no Sistema Estadual de Meio Ambiente - Sisema -, onde, com a Lei Delegada nº 180, de 2011, o IEF passou a já não ter o papel de polícia nem de Juiz. Entregamos essas duas importantes atribuições para a Semad e para duas outras instâncias recém-criadas, as subsecretarias correspondentes. O IEF hoje trata, única e exclusivamente, da questão do fomento florestal, da gestão das áreas protegidas e da pesquisa e proteção em biodiversidade. A nosso ver, é um grande avanço você poder ter, no Estado de Minas Gerais, um órgão que pode trabalhar, pode pensar e pode se estruturar, do ponto de vista da política pública e do Executivo, sem precisar fazer o papel de Juiz ou de polícia, como fez durante todos esses 50 anos de existência. É por essa razão que estamos aqui, hoje, participando deste debate.

Junto com essa mudança que a lei delegada trouxe, como gestores, como responsáveis pela reestruturação do nosso funcionar, começamos a pensar como o IEF, a partir de agora, poderia atuar dentro desse novo desafio colocado.

Para nós, da Diretoria de Desenvolvimento e Conservação Florestal, tem sido um momento muito importante e interessante. Passamos a fazer uma revisão da caminhada do fomento florestal que o IEF também executava, além da fiscalização e da regularização. Tivemos, a partir da orientação do Secretário e do próprio Dr. Marcos Ortiz, Diretor, a possibilidade de reestruturar nossas abordagens de fomento florestal. Desde outubro do ano passado estamos fazendo esse esforço. Realizamos um encontro estadual de fomento florestal, a que todos os nossos coordenadores de fomento e representantes dos escritórios regionais do IEF se fizeram presentes. Lá tiramos algumas diretrizes que hoje nos pautam. Hoje estamos com foco na agricultura familiar. Todas as ações de fomento, que historicamente o IEF realiza, que significam a proteção e recuperação de áreas degradadas e também a produção de matéria-prima, hoje estão focadas para o público da agricultura familiar. Os eixos norteadores são a agroecologia, o extrativismo e o manejo florestal.

Naturalmente esse processo envolve mudança estrutural, mudança, podemos dizer, até de paradigma do ponto de vista executivo. Estamos propondo uma transformação que, com toda certeza, não deverá concluir-se antes do 10º ano, contando a partir de 2011. O que estamos trabalhando são as bases, do ponto de vista normativo e legal, para que o órgão realmente atue nos termos expostos. Entendemos a agroecologia, que fez parte da formação de boa parte do corpo diretor do IEF, como uma ciência, um movimento e também uma prática. Quer dizer, entendemos a agroecologia dentro dessas três dimensões, e é nessas bases que vimos trabalhando.

Como não poderia ser diferente, nós, do governo, precisamos ajustar o carro em movimento. Não refutamos isso, não queremos ficar única e exclusivamente na discussão teórica ou normativa, que é bastante densa. Estruturamos, de cara, duas ações mestras, vamos dizer assim, nas quais estamos trabalhando. Uma é a Política Estadual de Fomento Florestal e a outra o Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade. Falaremos rapidamente dessas duas ações.

Em relação à política estadual de fomento florestal, primeiro eixo no processo de transformação do instituto, temos como princípio o conjunto de elementos que compõem a própria agroecologia, que compõem o que os teóricos costumam chamar de desenvolvimento sustentável. Dentro disso há dois subeixos: um plano de fomento florestal com foco na agricultura familiar de desenvolvimento local e um plano de incentivo à aquisição e produção de florestas, de produção de base sustentável, que não deixou de ser papel do IEF. O instituto continua com a missão de, de alguma forma, dar sustentação para termos produção de matéria-prima e assim, principalmente porque estamos falando de um Estado que tem um parque siderúrgico bastante significativo, termos menor pressão sobre a cobertura vegetal nativa. Esse é o grande objetivo de termos um plano específico voltado para a questão de produção de matéria-prima.

No que diz respeito ao fomento florestal, no foco do desenvolvimento local e da agricultura familiar, elaboramos um documento-base que tem como objetivo nortear nossas ações, reconhecer os erros e acertos. O IEF, em 50 anos de fomento florestal, chegou, há alguns anos, a executar um esforço de proteção de margens de córregos e rios e de nascentes que chegou a 20.000ha, 22.000ha.

Então, com isso, tivemos um acúmulo desde o processo de produção de mudas nos nossos 70 viveiros que temos hoje espalhados pelo Estado, até a parte propriamente dita do manejo desses sistemas que estamos aproveitando. Estamos também trazendo algumas inovações do ponto de vista técnico para termos sistemas de produção que não somente protejam, mas que tenham uma funcionalidade. Então, que recuperem, mas que possibilitem algum tipo de manejo, de benefício do ponto de vista produtivo e, por que não, econômico para esses produtores que estão envolvidos com essas estratégias que chamamos de fomento florestal. Vemos agora os outros objetivos do plano. Não vou lê-los, queria apenas destacar esse.

Os capítulos desse documento serão discutidos no âmbito do Plano Estadual de Biodiversidade, de que vou falar para vocês mais à frente. Estamos vindo também com algumas atividades mais práticas. Ao mesmo tempo que estamos tentando ancorar do ponto de vista técnico e teórico a nossa ação, estamos fazendo o recadastramento de toda a nossa demanda de fomento. Os três escritórios regionais do IEF têm esse banco de informação há muitos anos. Estamos agora refazendo esse mapeamento. Deixamos, aliás, o convite aberto para que as organizações da sociedade civil que quiserem contribuir com esse mapeamento possam fazê-lo. Conversamos com a Amefa, com a AMA, para termos uma maior capilaridade disso. Ao fazer o mapeamento dessa demanda de fomento, vamos georreferenciar isso e cruzar com as outras estratégias que sairão do Plano Estadual de Biodiversidade. Isso tem a ver com o trabalho no entorno das unidades de conservação, com as estratégias de estabelecimento de corredores ecológicos e com as demandas de proteção e recuperação, que são absolutamente legítimas aos agricultores familiares que precisam também recuperar e proteger suas áreas.

Estamos mapeando também as cadeias produtivas e experiências relacionadas ao extrativismo e manejo florestal. Ao conversar rapidamente com o Haroldo sobre isso, verificamos que temos esse desafio. Na Amazônia trabalhei com manejo florestal comunitário. Lá temos a paisagem florestal estabelecida. É muito difícil conseguirmos desenvolver o extrativismo numa região em que há uma abundância de floresta. Numa região como a nossa, em que se usa bastante a alternativa do solo, a conversão de áreas, esse desafio fica mais difícil ainda. Como o Haroldo disse, precisamos ter políticas voltadas para o extrativismo, a questão tributária, da extensão florestal. Estamos tateando todas essas questões e tentando estruturá-las.

Estamos também fazendo o processo de revitalização dos nossos viveiros, dando uma inteligência para essa produção. Vamos colar a demanda com o esforço de produção de mudas. Tínhamos e ainda temos para alguns viveiros essa dificuldade. Não há a mínima lógica termos viveiros produzindo 1 milhão de mudas e termos, muitas vezes, mudas sem destinação. Esse viveiro, então, não está tendo um diálogo com as sociedades locais, com os agricultores, com as pessoas que estão demandando esse processo produtivo. Estamos também com programas de formação, capacitação e treinamento voltados para o fomento florestal, agroecologia e desenvolvimento local.

Agora, temos aí na tela mais algumas atividades. Mapeando alguns agricultores, apesar dessa dificuldade de que falei do ponto do extrativismo e do manejo florestal no cerrado e na caatinga, nos biomas em que temos uma paisagem florestal reduzida, temos experiências absurdamente concretas e de muitos anos aqui no Estado de Minas que são referência para o Brasil inteiro. Estamos, assim, mapeando essas experiências do CAV, CAA, do próprio CTA Zona da Mata, que é um parceiro nosso na estruturação dessa política, para que possamos ter agricultores, experimentadores que também contribuam conosco nesse desafio de mudança do nosso "modus operandi".

Temos algumas áreas-piloto em que vimos desenvolvendo esse trabalho. A ideia é que possamos em breve ampliar, na medida em que tenhamos mais condições do ponto de vista executivo, principalmente orçamentário. Outro eixo é o plano de aquisição à produção de florestas, um esforço de governo que envolveu seis Secretarias, não só a de Meio Ambiente, à qual o IEF está vinculado, cujo foco também é a agricultura familiar e no qual vamos trabalhar, com a Seapa, a formação dos pequenos maciços florestais, não necessariamente no desenho monocultural, voltados para a produção de matéria-prima. Para essa ação, temos R$38.000.000,00 aprovados, que a Seapa terá a responsabilidade da gerenciar, por um comitê executivo de que também fazemos parte.

Outro grande eixo é o Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade, que tem o objetivo de promover a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade. Para isso, é necessário que tenhamos clareza dos problemas, ameaças e dificuldades postos nessa área. Para isso, vamos realizar oficinas em todo o Estado e, a partir daí, desenharemos nossas diretrizes e programas.

Do ponto de vista do Plano Estadual de Fomento Florestal, onde está colocado o eixo de extensão florestal, quero dizer que, nos grupos de trabalho do plano de biodiversidade, que vai levar essa discussão às regiões, também vamos tratar do fomento florestal. Temos aqui o mapa onde acontecerão essas oficinas do Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade. Todas essas informações estão disponíveis no "site" do IEF, para os que se interessarem. E aproveito para fazer a chamada para que os movimentos sociais e as organizações de agricultores participem, para que tenhamos uma boa representação e, a partir dessa discussão, possamos realmente pautar a nossa ação, do ponto de vista de fomento e de conservação da biodiversidade propriamente dita. A primeira oficina está prevista para os dias 25 e 26 de setembro, em Divinópolis; as datas das outras estão postas aí, lembrando que concluiremos esse esforço de elaboração no próximo ano – vemos aí as oficinas previstas para acontecer em 2013.

Em linhas gerais, era isso o que eu tinha a falar. Como o sinal não tocou, devo ter falado dentro do meu tempo. Muito obrigado. Estou à disposição.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Obrigado. Como o assunto foi meio ambiente, peço à consultoria que elabore um requerimento para pedir informações ao Secretário de Meio Ambiente e à Secretária Renata Vilhena sobre os mais de R$7.000.000,00 para financiar o programa Bolsa Verde. Fala-se extraoficialmente que esse dinheiro estaria, digamos, ainda bloqueado. Mas ainda temos quatro meses até o final do ano, e esperamos que todo o dinheiro seja liberado, porque é um belo programa e uma forma de remunerar

principalmente o pequeno produtor que preserva o meio ambiente. Portanto, nada mais justo que esse dinheiro ser liberado. Esperamos que esse requerimento seja assinado não só pela Comissão de Política Agropecuária, mas também pelos Deputados que lutam pelo meio ambiente e pelo Deputado Rogério Correia, autor do requerimento de realização deste evento.

O Jesus vai falar amanhã, porque sua fala exigiria um debate, como a dos outros, e isso não foi possível. Pelo entendimento que tivemos com ele e com a consultoria, a sua será a primeira palestra da parte da manhã.

ATA DA 28ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 31/8/2012

Presidência dos Deputados Rogério Correia e Vanderlei Miranda

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Presidente - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Sr. Marco Antônio Viana Leite - Palavras do Sr. Élido Bonomo - Palavras da Sra. Jacqueline Junqueira - Palavras do Sr. Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira - Palavras do Sr. João Augusto de Freitas - Palavras do Sr. José Bismarck Campos - Palavras do Sr. Lucas de Oliveira Scarascia - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - 2º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Arnoldo Anacleto Campos - Palavras do Sr. Cláudio Augusto Bortolini - Palavras do Sr. Gilson de Assis Sales - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Célio Moreira - Gustavo Valadares - Maria Tereza Lara - Rogério Correia - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Às 9h6min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria Tereza Lara, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates "Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável", com os seguintes painéis: "Abastecimento alimentar, comercialização e acesso a mercados" e "Agroindústria familiar".

1º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos para compor a Mesa para o 1º Painel os Exmos. Srs. Marco Antônio Viana Leite, Coordenador do Programa "Mais Alimentos" da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; João Augusto de Freitas, Assessor do Departamento de Estrutura e Integração de Sistemas Públicos Agroalimentares da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, representando o Diretor do referido Departamento, João Tadeu Pereira; e Élido Bonomo, Coordenador de Gestão do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar – Cecane – da Universidade Federal de Ouro Preto – Ufop –, representando a Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAES –, Albaneide Maria Lima Peixinho Campos; a Exma. Sra. Jacqueline Junqueira, Secretária Executiva do Comitê Temático de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – CTSANS –; e os Exmos. Srs. Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira, Superintendente Regional Substituto da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab –; José Bismarck Campos, Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. – CeasaMinas –, representando o Presidente da CeasaMinas, João Alberto Paixão Lages; e Lucas de Oliveira Scarascia, Superintendente de Gestão dos Mercados Livres do Produtor da Subsecretaria de Agricultura Familiar da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Registro de Presença

O Sr. Presidente – A Presidência registra a presença, em Plenário, de alunos do 1º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos, participantes do programa Educação para a Cidadania. Na Assembleia Legislativa, temos o projeto Reinventando o Ensino Médio, em que os alunos vêm até aqui conhecer nosso trabalho. Hoje estamos realizando um ciclo de debates sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. Estão presentes produtores rurais, pequenos produtores, agricultores familiares, responsáveis pelos alimentos que nós, da cidade, temos em nossas mesas. Eles respondem por 70% da produção de alimentos. Nossos alunos, sejam bem-vindos. Obrigado.

Aproveitando a presença dos alunos, lembro que temos uma lei federal obrigando todo governante, estadual ou municipal a comprar 30% da alimentação escolar diretamente dos pequenos produtores. No mínimo 30% da alimentação que vocês têm na escola é adquirida dos pequenos produtores.

A Presidência também registra e agradece a presença dos Exmos. Srs. Getúlio Pires, da Ceasa do Espírito Santo; Antônio Carlos dos Santos Rodrigues, Chefe da Divisão Técnica; e Newton Novo, Chefe do Setor de Assistência Técnica e Extensão Rural, da Ceasa do Rio de Janeiro.

Palavras do Sr. Presidente

Vamos iniciar o nosso ciclo com o painel "Abastecimento alimentar, comercialização e acesso a mercados". A questão da comercialização foi um tema recorrente durante esses dois dias de debates. De antemão, gostaria de agradecer a cada um e a cada uma a presença. Hoje temos uma companheira na Mesa, que representará as mulheres. É importante lembrar aos expositores que a ideia do nosso ciclo de debates não é apresentar as demandas do campo, porque elas são do nosso conhecimento; já fizemos muitos seminários

sobre esse tema, até mesmo com a participação do governo federal. Recentemente, realizou-se uma conferência estadual e uma nacional sobre a Ater, bem como outras sobre agricultura familiar, de caráter nacional, e conferências da Subsecretaria de Estado, no tocante à agricultura familiar. O que os trabalhadores do campo precisam, disso nós sabemos, porque as demandas já foram feitas pelos sindicatos e pelas associações que se organizaram. Então, hoje, a ideia é fazer um balanço dos programas existentes para saber como se estão desenvolvendo. Queremos saber de que forma os programas federais estão sendo realizados, qual é a sua repercussão no Estado e qual é a atuação do governo do Estado em cada um desses programas. O governo ajuda, não ajuda e deixa a desejar? Vamos fazer um balanço de todos esses programas.

A princípio, fazemos o painel com os expositores para ouvir o que o governo tem feito e o que a crítica diz que ele ainda precisa fazer; depois franquearemos a palavra à plateia, isto é, aos trabalhadores rurais e aos agricultores familiares, para saber o que estão achando das políticas implementadas. A ideia é fazer com que essas políticas cheguem ao seu destino a partir dessa visão crítica. Aliás, esse é o nosso objetivo. Este seminário serve para isto: fazer uma avaliação positiva e crítica. Toda avaliação tem o lado positivo e o lado crítico, porque nem tudo é nem pode ser perfeito. Assim, é fundamental compreender a necessidade de se cobrar o efetivo funcionamento das políticas públicas para os agricultores familiares.

Este é o terceiro dia de debates, e esse esclarecimento é destinado aos expositores, para que contribuam para os nossos debates no momento da exposição. As perguntas deverão ser feitas após a fala dos convidados. Após o debate, posteriormente, vamos ler tudo o que vier de vocês. Tudo bem. Você escreveu sobre o mercado, Sr. Dema, a nossa assessoria vai procurá-lo para saber o que você entregou e o que será lido neste Plenário, no momento oportuno.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente – Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de questões ou sugestões feitas por escrito ou oralmente e das que nos serão enviadas pelo formulário do "Participe Agora", disponível pela internet, no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, ainda durante as falas dos expositores, os participantes poderão encaminhar suas questões ou sugestões por escrito ou pelo formulário que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito.

Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar: basta acessar o portal da Assembleia – www.almg.gov.br -, abrir a página do ciclo de debates, preencher o formulário de participação e enviar a sua contribuição. Estamos transmitindo nossa reunião ao vivo pela TV Assembleia, como o fizemos nos dois dias anteriores, mas este ciclo será retransmitido. Até o final do dia, informaremos a data em que a TV Assembleia fará essa retransmissão.

Vamos iniciar o painel. Neste momento, agradeço a presença ao Marco Antônio Viana Leite. Eu e o Marco Antônio fomos colegas no MDA. É um prazer tê-lo aqui novamente. Fique à vontade para usar o microfone da Mesa ou fazer o seu pronunciamento da tribuna. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Marco Antônio Viana Leite

Bom dia a todos e a todas! É um prazer estar aqui. Em nome do MDA, quero cumprimentar o Deputado Rogério Correia, meu ex-colega, a Delegada do MDA no Estado e todos os movimentos sociais: Fetaemg, Fetraf – imagino que a Fetraf também esteja presente - e Via Campesina. Na pessoa do Sr. Dema, agricultor familiar do Jaíba, cumprimento todos os agricultores familiares presentes. Cumprimento ainda os demais presentes, o governo de Minas Gerais e os meus colegas da Mesa.

É sempre um prazer estar em Minas Gerais, pois, apesar de estar em Brasília, sou mineiro, conheço bastante este Estado e sei das suas dificuldades e deficiências e da importância de fazer a inclusão social da agricultura familiar e de criar programas que, efetivamente, trabalhem na transferência de renda para esse setor.

Terei de correr em minha fala para conseguir apresentar tudo que desejo. O programa Mais Alimentos foi criado em 2008 pelo governo federal, com a grande lógica de trabalhar a inclusão e a transferência de tecnologia para o campo. Apresentarei aqui um histórico desse programa e as medidas e ajustes necessários, que já estamos realizando, pois esse programa foi criado em 2008 e, de lá para cá, surgiram muitas demandas. Temos adequado essas demandas ao programa cujo sucesso foi tão grande que estamos realizando também uma plataforma internacional.

Essa é uma ideia do programa, com as suas interfaces. Ele tem uma interface com os movimentos sociais, com o setor produtivo de máquinas - Anfavea, Abimaq e Simers -, com os bancos e cooperativas de crédito e até com a assistência técnica e a extensão rural, que realizam os projetos. Realizamos um trabalho de fomento, com caravanas, e participamos também de feiras. Nessa semana, estávamos na Expointer, no Rio Grande do Sul. A ideia é comercializar mais de R$200.000.000,00 em máquinas somente nessa feira. Temos realizado um forte trabalho nessa questão de fomento e divulgação do programa.

Como disse, o programa tem foco na oferta de crédito, geração, adaptação e transferência de tecnologia para o campo e no aumento da produção e da produtividade da agricultura familiar, dando-lhe mais competitividade. Estes são os três pilares com os quais trabalhamos: o fomento, com a participação em feiras e eventos; o trabalho no envolvimento da assistência técnica e extensão rural e dos bancos oficiais, principalmente as cooperativas de crédito, para que o agricultor vá à agência e seja atendido. Dispomos de dois terços dos contratos de crédito agrícola do Brasil na agricultura familiar, apesar de termos somente 15% de crédito, ou um pouco mais que isso. Como dispomos de dois terços dos contratos nas agências, temos um gasto de tempo e de pessoal dos bancos muito maior com o nosso público. O terceiro pilar é uma parceria com a indústria, que para nós é essencial, já que trabalhamos e discutimos os descontos nos preços dos produtos vendidos para a agricultura familiar.

Para que saibam com o que trabalhamos, temos uma disponibilidade de crédito com o Pronaf desde 2008, os quais inserimos nessas duas colunas em verde. Na segunda coluna em verde, estão registrados os investimentos. Em 2009 e em 2010, houve um aumento de cerca de R$2.000.000.000,00, que é o reflexo direto do programa Mais Alimentos, com a disponibilidade de crédito. Na safra de 2011

e 2012, tivemos uma disponibilidade de crédito de R$16.000.000.000,00. Esse valor de R$11.000.000.000,00 não está fechado, pois fechou em cerca de R$14.000.000.000,00, com um investimento de mais de R$6.000.000.000,00.

A disponibilidade de crédito para este ano está nessa coluna em vermelho. Minas Gerais tem a expectativa de aplicar mais de R$1.000.000.000,00 em Pronaf no Mais Alimentos. Esse é o histórico da evolução do programa e da aplicação dos recursos. Essa aplicação é para os três anos. A safra 2011 e 2012 fechou com mais de R$3.000.000.000,00 aplicados no programa. Há um dado interessante em termos de contrato e de investimento, que é uma grata surpresa para nós, mineiros: o Estado de Minas Gerais é o que mais aplica no Pronaf. Iniciamos com o Rio Grande do Sul, com uma maior aplicação, mas Minas Gerais alcançou esse Estado.

Minas tem sido o maior aplicador no Pronaf Investimento, que é o Pronaf Mais Alimentos. Só para vocês terem uma ideia, na Safra 2011 e 2012, foram aplicados quase R$600.000.000,00 no Pronaf Mais Alimentos. Nos últimos quatro anos, já foram aplicados mais de R$1.700.000.000,00 na agricultura familiar pelo Mais Alimentos no Estado de Minas Gerais. Ainda temos um espaço grande nessa lógica do Mais Alimentos no nosso Estado. Anteontem, Deputado Rogério Correia, conversei com o Alberto, da Contag, e ontem com o Frei Sérgio, no Rio Grande do Sul, sobre um dado interessante que estamos estudando. Muitas pessoas criticam o programa Mais Trator - temos aproximadamente 500 mil tratores funcionais no Brasil -, mas só pelo programa foram vendidos 55 mil tratores. Isso é para se ter uma ideia da pujança do programa. Por outro lado, esse gráfico mostra que, no primeiro momento, o agricultor compra trator e, depois, compra implementos, máquinas. Agora, incluímos o Pronaf, a agroindústria também dentro do programa Mais Alimentos e elevamos o limite de crédito, de que vou falar mais à frente. Esses dois gráficos mostram que a venda de implementos e máquinas têm crescido vertiginosamente. Contratamos a Esal para fazer um trabalho de avaliação do potencial da agricultura familiar brasileira - essas áreas que estão em azul – e o potencial de expansão da agricultura familiar. É uma agricultura familiar emergente, que tem terra, cuja regularização fundiária - em azul - está basicamente feita. Essas que estão um pouco mais escuras são áreas de preservação, e o azul são as áreas emergentes em que temos espaço para trabalhar. Então o programa ainda tem muito que crescer.

Fizemos as seguintes adequações no Manual de Crédito Rural, a fim de ampliar a participação da agricultura familiar no programa Mais Alimentos: elevação da renda para o enquadramento; elevação do volume por tomador, por agricultor familiar; equiparação de crédito para a agroindústia; oficialização da lista Mais Alimentos e inclusão de novos itens.

Aqui, vemos que o limite de enquadramento aumentou 50%, ou seja, de R$110.000,00 para R$160.000,00. O enquadramento da agricultura familiar foi amplamente debatido com os governos sociais. O Brasil cresceu, as pessoas passaram a ter mais renda. Havia essa necessidade, e isso foi feito. Aumentamos o limite de crédito por tomador, por agricultor familiar, de R$130.000,00 para R$200.000,00. Foi outra questão que colocamos no Manual de Crédito Rural, possibilitando àquele agricultor que já tomou R$130.000,00 tomar mais R$70.000,00 de crédito - só para descontrair, não é tomar nada de ninguém, mas tomar crédito mesmo.

Aqui, podemos ver que o limite da agroindústria, que era de R$10.000.000,00 para a cooperativa, aumentou para R$30.000.000,00. Quero ressaltar um ponto importante. Tínhamos uma distorção dentro do Pronaf Mais Alimentos, em que o agricultor familiar poderia tomar de crédito até R$130.000,00 e, no Pronaf Agroindústria, só R$50.000,00. Então equiparamos, trouxemos tudo o que era do Pronaf Agroindústria para o Pronaf Mais Alimentos. Tudo virou Mais Alimentos. Os agricultores que têm uma agroindústria, um minilaticínio, e as várias agroindústrias que existem no Estado podem tomar até R$130.000,00 de crédito. Aumentamos os limites de Pronaf Cota-Parte.

Acho que não cabe tanto. Além disso, tenho pouco tempo para fazer a minha exposição. Fizemos um acerto com bancos como o BNDES, Banco do Brasil, Basa e BNB. Conforme esse acordo, todos os produtos à venda no Mais Alimentos têm de ser finalizados, ou seja, no mínimo 60% do valor do bem produzido têm de ser de matéria-prima oriunda do Brasil. Os produtos têm de ser finalizados e estar na nossa lista. Os bancos, antes de fazer o financiamento, entram em nossa lista para verificar se determinada indústria está credenciada lá. Temos feito, constantemente, uma discussão de redução de preços com as indústrias. Por exemplo, os preços de tratores estão 8% a 10% mais baixos no Mais Alimentos. O nosso sistema é "on-line" e está sendo readequado. Isso vai facilitar o acesso dos bancos à nossa plataforma, ou seja, o acesso a esses produtos.

Abordarei rapidamente o Mais Alimentos Internacional, porque não interessa tanto a vocês. O meu objetivo é mostrar que esse programa deu muito certo no Brasil. Quando o ex-Presidente Lula esteve na África, apresentou o Mais Alimentos a países africanos. Elaboramos um programa que foi iniciado no mandato do ex-Presidente Lula e agora está sendo executado. A ideia é aplicar R$2.000.000.000,00 em exportação de máquinas para a África, a América do Sul e o Caribe. Estamos transferindo tecnologia, levando o Mais Alimentos para esses países, desenvolvendo a agricultura desses locais. É um crédito concessional com recursos do Proex Financiamento, com prazo de 15 anos para pagamento, 3 anos de carência e 2% de juros ao ano. A ideia é manter essa parceria com o setor produtivo de máquinas, com o objetivo de desenvolver a indústria nacional, gerar emprego e renda. Ontem, conversei com o Presidente da Marchesan, da Tatu, uma das grandes produtoras de máquinas. Ele disse: "Estamos contratando mais 400 funcionários. Tínhamos 2.220, agora são 2.600. Estamos fazendo isso porque a demanda por máquinas está muito grande". Isso é muito importante não apenas para desenvolver a agricultura familiar, mas também a indústria nacional.

Esse é o foco com o qual temos trabalhado. Conforme essa linha de crédito, são cobrados 2% de juros ao ano, com o prazo de 10 anos para pagamento e 3 anos de carência. Estamos discutindo com a indústria a inclusão de caminhonetes no programa. Inicialmente, elaboramos o programa com foco em tratores e implementos; depois incluímos caminhões e fizemos um trabalho maior de inclusão das agroindústrias; agora vamos incluir as caminhonetes. Não são caminhonetes de cabine dupla, mas caminhonetes de cabine simples, que vão atender a demandas da agricultura familiar.

Estamos discutindo também – aproveitamos essa oportunidade para cobrar, no bom sentido, do governo de Minas – com os governos estaduais o pagamento dos 2% de juros. O Confúcio, Governador de Rondônia, o Jaques Wagner, da Bahia, e o Renato Casagrande, do Espírito Santo, assinaram e enviaram o projeto às Assembleias, que aprovaram o pagamento, pelos governos estaduais, dos 2% de juros. Então nesses Estados, é juro zero para o Mais Alimentos.

Esse também é um desafio nosso. Já falei com o Secretário de Agricultura do Estado a respeito disso. Em grande parte, os juros já são negativos, pois são subsidiados, sendo subvencionados pelo governo brasileiro. Esse pagamento pelo governo do Estado pode

facilitar, ainda mais, o acesso dos agricultores familiares. Estamos discutindo também com Mato Grosso, que deve entrar nesse mesmo processo. Fica o desafio para que o governo de Minas também seja nosso parceiro. Provo ao governo do Estado, por A mais B, que isso aumentará a arrecadação, porque haverá mais venda de máquinas, gerando mais receita de ICMS para o Estado, dando a contrapartida nesse processo.

Agradeço, estarei aqui até mais tarde, caso haja alguma dúvida. Essa apresentação em geral leva 1 hora, mas a ideia era mostrar o que é o Mais Alimentos. Vocês já trabalham com o programa, logo o conhecem bem. Nosso desafio é trazer mais agricultores para o processo, para a participação no Mais Alimentos, fazendo a inclusão econômica de vocês, agricultores familiares. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente – Marco Antônio, obrigado. Quando começamos o programa Mais Alimentos em Minas Gerais, o café não entrava, e isso repercutiu muito. Eu era Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, a partir de uma reivindicação da Fetaemg, incluímos o café no programa. É um programa importante, foi uma conquista do Estado. Agradeço ao Marco Antônio a palestra. Com a palavra, Élido Bonomo, para falar sobre abastecimento alimentar, comercialização e acesso a mercados.

Palavras do Sr. Élido Bonomo

Cumprimento os estudantes, os trabalhadores do campo, os trabalhadores da cidade, o Deputado Rogério Correia e os demais componentes da Mesa. Como representantes da Coordenação Nacional de Alimentação Escolar, nossa perspectiva é explicar como acontece a interação do Programa de Alimentação Escolar com a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável.

O direito humano ao acesso à alimentação tem vários marcos legais. O mais recente é a Emenda à Constituição nº 64, que o estabelece como o mais novo integrante dos direitos de todo cidadão. Portanto, é dever do Estado prover e promover condição de acesso à alimentação, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional de todos os brasileiros. Vou citar alguns desses marcos, dessas bases legais, como a Constituição Federal, a Lei nº 11.947, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, que nos dão a noção de onde podemos buscar esse direito estabelecido pelos marcos legais. Podemos utilizar mecanismos técnicos, científicos, tecnológicos e políticos para viabilizar esse acesso a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras.

O PNAE, cuja coordenação central se concentra no Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE -, do Ministério da Educação, interage-se de forma cooperativa intersetorial, embora seja vinculado ao Ministério da Educação e às Secretarias de Educação - há algumas exceções, como Belo Horizonte, cuja gestão está mais afeta à Secretaria de Abastecimento. Há interface com a saúde, a partir do momento em que se promove a produção de alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades, de acordo com a modalidade do ensino. Há forte interface com a segurança alimentar e nutricional, uma vez que, para grande parte da população que estuda, a principal refeição, se não for a única, vem da alimentação escolar. Há ainda forte interação com o desenvolvimento social e econômico, principalmente local, quando se promove a aquisição de gêneros alimentícios prioritariamente da região, da localidade ou daquele território.

Duas outras áreas que se interagem de forma cooperativa para que o programa funcione de forma adequada são a agricultura e o meio ambiente. Notadamente, a Lei nº 11.947 e a Resolução nº 38, do FNDE, ambas de 2009, sinalizam que, prioritariamente, devemos comprar alimentos de assentamentos e da agricultura familiar local, de comunidades indígenas e quilombolas, de forma a promover alimentos locais e saudáveis e a preservar o ambiente naquela localidade.

Vou relatar algumas informações deste ano relativas à potencialidade de cada setor. Vamos focar a agricultura. Neste ano, foram apresentadas duas resoluções, o que consideramos um avanço: uma delas altera os valores "per capita" da educação infantil no âmbito nacional. Permanecem os demais, mas, para a pré-escola, o valor passou a ser de R$0,50, e, para a creche, R$1,00. Esses valores são repassados do governo federal aos Estados, aos Municípios, a escolas filantrópicas e federais. A outra altera a redação dos arts. 21 e 24 da Resolução nº 38, de 16/7/2009. O art. 24 estabelece limite por Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP – por ano, que passou de R$9.000,00 para R$20.000,00. Obviamente há de se ressaltar que, para alguns Municípios, R$20.000,00 pode ser muito, em função do número de agricultores e de escolares, mas, para os Municípios maiores, o valor de R$9.000,00 é reduzido, os trabalhadores reivindicaram mudanças. Por isso, houve essas duas alterações.

Os recursos de 2012 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para o Brasil e todas essas entidades executoras, são para 45 milhões de alunos, incluindo o EJA. Há dados, dependendo do período em que é feita essa coleta, que chegam a 46 milhões, mas o número coletado foi de 45 milhões de alunos atendidos no Brasil e 130 milhões de refeições por dia. Imaginem o potencial de atendimento das necessidades nutricionais que temos. Temos também a perspectiva de envolver em torno de 3.300.000.000 de pessoas. Esse número chega a 3.500.000.000 em 2012. Isso daria R$1.000.000.000,00, se todas as entidades executoras comprassem o mínimo de 30% da agricultura familiar. Obviamente, tratamos sempre do mínimo. Esperamos que a totalidade desse recurso possa ser aplicado na aquisição dos produtos da agricultura familiar.

Em Minas Gerais, as informações que temos até agosto, o recurso é repassado em 10 parcelas, é que, nas parcelas de março a agosto, foram repassados em torno de R$84.000.000,00 para 2.333.000 alunos. Em torno de R$88.000.000,00 já foram repassados aos Municípios. Numa conta rápida, teríamos R$50.000.000,00, R$53.000.000,00, para serem investidos se os recursos fossem repassados, se os 30% tivessem sido aplicados na compra dos produtos da agricultura familiar. Estou falando somente de Minas Gerais. Então R$52.000.000,00 poderiam ter sido investidos nessa compra. No exercício de 2011, a informação que colhemos, na Secretaria de Educação, por meio do Conselho de Alimentação Escolar, é que foram gastos em torno de R$13.000.000,00. Isso representa aproximadamente 9% do recurso de 2011 do governo federal e foram gastos na compra de alimentos da agricultura familiar. Os dados que temos de Brasil são somente de 2010, e mostram que 51% dos Municípios compraram da agricultura familiar. Por que só temos os de 2010? Porque a prestação de contas, o demonstrativo sintético que o Executivo faz para os Conselhos de alimentação Escolar não foi feito. Não houve prestação de contas, por ela passar a ser eletrônica. Com o problema no sistema, até hoje a prestação de contas dos gastos com alimentação escolar, recursos federais do ano de 2011, não foi feita. E não temos a informação

de como está a compra da agricultura familiar no ano de 2011. Mas tenho aqui a conta de 94 Municípios. O centro colaborador da universidade visitou-os em Minas Gerais. Dos 94 Municípios visitados por nós, no último ano, 40 Municípios compraram menos que 30%, e 27 compraram 30%. Acreditamos que, quando estivermos consolidadas essas informações, os percentuais de compra da agricultura familiar certamente serão melhores que os números de 2010. Acho que vamos demorar mais uns dois anos para que normatizem essa situação. O fortalecimento da agricultura familiar foi abordado ontem, mas, somente para resgatar essa informação, vou dizer que a Lei nº 11.947 fala que também deveremos optar prioritariamente pela compra de produtos orgânicos ou agroecológicos. O Decreto nº 7.794 institui a política nacional de agroecologia, mas não vou ater-me a esse tema.

Alguns desafios apontados pelos gestores da educação sobre a compra dos produtos da agricultura familiar, em 2010, foram encaminhados a todos os Municípios, 5.565 Municípios, mas somente 3.071 deles responderam. Dos que responderam, 36% colocam que a compra da agricultura familiar não se viabilizou em função da dificuldade de logística do transporte do alimento. Em seguida, vem a falta de informação dos atores envolvidos, a não presença do PAA, considerando que ele é um grande piloto para a compra da agricultura familiar para a alimentação escolar. Também 11% informam que não há agricultores familiares locais, e 8% dizem que não há estrutura adequada nas escolas. Muitas escolas ainda não têm energia, "freezer", lugar de armazenamento. E ainda dizem que não há articulação entre entidade executora e a agricultura familiar.

Esses foram os principais problemas de 2010. Espero que tenham diminuído em 2011, porque não podemos concordar com algumas dessas informações e dificuldades de logística e com que o gestor não tente resolver essas questões. Sabemos que, em alguns Municípios, o próprio gestor viabilizou a logística para que o agricultor não tenha de incluir o custo do combustível e do transporte no preço de venda do seu produto, elevando-se o preço.

Algumas dessas dificuldades estão sendo trabalhadas pelo Centro Colaborador. Hoje, há sete Centros Colaboradores em universidades federais, que funcionam em parceria com o Programa Nacional da Alimentação Escolar - PNAE. Há algumas ações fundamentais espalhadas pelo Brasil. O nosso centro reúne Minas e Espírito Santo e prioriza o fortalecimento da discussão sobre agricultura familiar, entre outras. Nesse campo, temos nos empenhado muito na participação de todos esses atores, incluindo os agricultores familiares em regiões polos, com assessoria "in loco", de forma que possamos minimizar esses problemas que representam entraves para a aquisição desses alimentos. Achamos que os problemas existem, de fato, mas não podem superar a vantagem, o grande avanço que foi essa definição. Os problemas devem ser superados, e é possível que todos os atores possam articular-se para isso.

Nesse período, os Centros Colaboradores trabalharam na formação de 18.500 atores do PNAE, incluindo conselheiros, nutricionistas, cozinheiros, professores e gestores. A assessoria técnica está disponibilizada em 3.724 Municípios. Trazendo um exemplo para nós de Minas Gerais, esse esforço precisa ser feito pelos Municípios e pela Secretaria de Estado de Educação, que tem sinalizado nesse aspecto. Dos 853 Municípios de Minas Gerais, 818 Municípios já desenvolveram alguma atividade pelo Cecane, da Ufop. Não vamos nos ater aos detalhes, mas aqui mostramos com cores diferentes o tipo de atividade que foi realizada, se foi de extensão, se foi de pesquisa. Pelas cores, percebe-se que apenas 35 Municípios não participaram de qualquer tipo de programa de formação, para nutricionistas, gestores, agricultores, cozinheiros ou no setor de controle social, que são os conselhos de alimentação escolar.

A Rede Brasileira de Alimentação Escolar dissemina ações em diversos locais do Brasil. Ali estão várias informações sobre alimentação escolar no País. Temos estimulado fortemente que pessoas e entidades que estejam desenvolvendo atividades em torno do PNAE encaminhem-nas para essa rede, que será disponibilizada para todo o Brasil, pelo "site" www.rebrae.com.br.

Para concluir - corri para atender aos 15 minutos, pois sou bastante disciplinado -, aqui estão os contatos do governo federal. O PNAE, através da Lei nº 11.947 e da Resolução nº 38, abre uma porta estratégica e fundamental para promover o acesso ao alimento e ao desenvolvimento local. Para isso, precisamos que todos os atores, principalmente quem compra, e os agricultores se organizem, de forma que possamos exigir, num curto período, que os 30% sejam cumpridos, mas que possamos chegar próximo a 100% dos recursos destinados ao PNAE e, assim, promover o desenvolvimento local, resgatar hábitos regionais e fortalecer a utilização de alimentos da agroecologia, alimentos orgânicos. Esperamos que isso gere, de fato, um resgate desses hábitos, dissemine saúde e nutrição sem veneno para crianças, jovens e adultos que estão no ambiente escolar.

Aqui estão os contatos dos setores de Brasília, e esse aqui é o nosso contato com a Universidade Federal de Ouro Preto – Ufop. Aproveitando que estamos em cadeia estadual, faço uma propaganda, já que estou presidindo o Conselho Federal de Nutricionistas neste momento, chamando a atenção para um ator importantíssimo: o nutricionista. Reunimos mais de 800 nutricionistas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, dizendo-lhes que têm de reordenar a sua prática, dialogar com os agricultores e com os gestores. E quem pode promover esse diálogo com os agricultores é o nutricionista. Hoje, dia 31 de agosto, comemoramos o Dia Nacional do Nutricionista, e parabenizo aqueles que incorporaram o sentimento de parceria. Muito obrigado a todos vocês, um bom dia.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente – A Assembleia Legislativa estende os parabéns aos nutricionistas pelo dia 31 de agosto. Obrigado, Élido. Com a palavra, a Sra. Jacqueline Junqueira para sua exposição.

Palavras da Sra. Jacqueline Junqueira

Bom dia a todos e a todas. Na pessoa do Deputado Rogério Correia, cumprimento os componentes da Mesa. Trarei, como contribuição ao debate, a reflexão sobre o direito humano à alimentação adequada. Como e por que chegamos até aqui, a esta nossa realidade? Houve um percurso histórico na construção, muito brasileira e original, da luta pelo direito humano à alimentação adequada e pela segurança alimentar. Tivemos em nossa história um importante mentor, José de Castro, que nos mostrou a questão da produção de alimentos e da fome. A fome é um produto, um resultado determinado pelas relações de comércio, pelas relações sociais, pelo nosso modelo de desenvolvimento. Muitas vezes temos de produzir usando veneno, o que agride a nossa vida e a nossa condição humana, violando o nosso direito a uma alimentação saudável. Nesse contexto, determinado pelo processo coletivo de construção,

temos garantido pela nossa Constituição Federal o direito humano à alimentação adequada, de acordo com o art. 6º. Temos em Minas uma importante construção da segurança alimentar, e, nesse processo, houve no ano passado 25 pré-conferências estaduais e a conferência estadual, em que listamos demandas, e o nosso Estado ousou o desafio de um programa intersetorial.

As políticas públicas por si só são intersetoriais. Muitas vezes temos resistência em trabalhar a questão da intersetorialidade nas políticas públicas, mas elas possuem essa característica. Nesse desafio, o Estado de Minas lançou o Cultivar, Nutrir e Educar, um programa intersetorial que busca atender essas demandas apresentadas no ano passado. Foi aberta uma janela, com a oportunidade de criarmos um programa estruturador que colocasse a segurança alimentar como foco das políticas públicas do Estado. O objetivo primeiro desse programa é trabalhar a dimensão do cultivar, do nutrir e do educar.

A dimensão do cultivar envolve cultivar bons hábitos, boas relações. Incorpora questões da cadeia produtiva de alimentos, mantendo com ela uma relação de respeito às nossas condições de vida, promovendo hábitos alimentares e práticas saudáveis e sustentáveis que tenham como base e vetor a dignidade humana. A dimensão do nutrir compreende a relação equitativa de acesso e atenção à necessidade alimentar e nutricional adequada, para promover, manter ou recuperar a saúde nas etapas do curso da vida e nos diferentes grupos da população, utilizando técnicas de preparo de alimentos que preservem o seu valor nutricional. A dimensão do educar, muito mais que educar e ser educado o tempo todo, envolve o processo de ensino e aprendizagem, visando ao desenvolvimento pessoal e social no local onde se vive e se trabalha, orientando um consumo alimentar consciente, adequado e saudável para cada fase do ciclo de vida, respeitando também a sociobiodiversidade.

Nesse programa a intenção é valorizar a produção local para que os alunos das escolas recebam uma alimentação de qualidade. Para isso, é importante que nosso processo de produção garanta o direito humano à alimentação adequada, evitando os agrotóxicos e os venenos. O público desse programa são os alunos das escolas públicas da educação básica, seus familiares, profissionais de saúde, da educação, da agricultura e também os agricultores familiares - toda a comunidade escolar é envolvida nesse programa. Esse é um desafio muito grande da intersetorialidade.

Como esta transparência estará disponível no "site", não vou entrar em detalhes, é muita informação em pouco tempo. Por que o Estado de Minas criou esse programa? A ideia é o aprender a fazer fazendo. A meta é desenvolver a intersetorialidade, porque é uma política pública que já acontece desde a década de 50. Essa política pública é uma forma de acesso muito importante, pois vai garantir o direito humano à alimentação adequada. Desde a década de 50 - num processo gradativo e cada vez melhorando mais a qualidade dessa politica –, a alimentação escolar é uma política pública que proporciona o acesso à alimentação aos alunos durante o período em que estão na escola.

A primeira forma de acesso a essa alimentação seria a compra; a segunda, identificada numa pesquisa do Ibase de 2008, é a alimentação escolar. Quão importante, então, é essa política pública e quão importante é garantir que se preservem os hábitos alimentares e a qualidade do alimento, por se constituir na segunda forma de acesso mais importante para o público que se encontra em situação de pobreza e extrema pobreza. Sabemos que muitas vezes a alimentação escolar é a única que o aluno recebe no dia. Então, é muito importante que ela tenha qualidade ao ser servida.

A Lei n° 11.947 dá à agricultura familiar o direito de comercializar para esse mercado institucional e outros mercados que também devem ser conquistados para a produção da agricultura familiar. Outro desafio que a lei apresenta como competência do Estado é a promoção da educação alimentar, nutricional, sanitária e ambiental e também monitoramento do estado nutricional dos alunos.

Mais um desafio é a questão da transição nutricional. É muito importante trabalhar no programa Cultivar, Nutrir e Educar, em que três Secretarias estão envolvidas. Ele é vinculado à Secretaria-Geral da Governadoria, sendo executado pela Secretaria de Agricultura com o projeto Fortalecimento da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar. Nesse projeto existem três subprojetos: Fomento à Produção Sustentável da Agricultura Familiar, Apoio à Habilitação Sanitária da Agroindústria Familiar e Comercialização da Agricultura Familiar. Há também outro projeto sendo desenvolvido pela saúde: Estratégias Nutricionais de Promoção à Saúde, que envolve educação alimentar e nutricional, vigilância sanitária alimentar e vigilância alimentar e nutricional. Temos também, na educação, um processo que já acontece desde a década de 50, de alimentação escolar. Por meio dele fazemos um trabalho contínuo de adequação e melhora, a elaboração dos cardápios de acordo com a resolução que orienta a produção local, a gestão dos recursos financeiros, a aquisição por meio de chamadas públicas, respeitando-se o percentual de compra da agricultura familiar, que não deve ser só 30%. Esse programa, como é do Estado, visa incentivar as escolas estaduais a fazerem essa aquisição como determina a lei e também a priorizem a alimentação que está sendo produzida no Município e a elaboração e o fornecimento da refeição. Ou seja, faz a supervisão técnica do processo da alimentação escolar.

É estratégia de implementação de um programa intersetorial fazer esse atendimento parcial às necessidades nutricionais dos alunos de acordo com o tempo de permanência na escola, o fomento e a produção de alimentos saudáveis, adequados, solidários e provenientes da agricultura familiar; apoio, comercialização e habilitação sanitária de estabelecimentos agroindustriais rurais de pequeno porte para o abastecimento da rede estadual de ensino e também a promoção de hábitos alimentares saudáveis, identificando os distúrbios nutricionais e promovendo o encaminhamento da atenção básica e ações educativas em vigilância sanitária de alimentos.

Esse programa tem uma gerência compartilhada. Nesse desafio da intersetorialidade, ele é vinculado à Secretaria-Geral da Governadoria e a três outras Secretarias, cada uma com a sua estrutura. É importante termos a visão do todo, e não só das partes. É importante compreender o processo pelo qual chegamos até aqui, a forma de trabalhar o direito humano na alimentação adequada, a nossa construção da segurança alimentar e nutricional sustentável, que é uma construção de Minas. Ter essa visão do todo, acompanhar e fazer essa intersetorialidade é um desafio constante para a execução desse programa.

Neste ano propusemos formar um comitê gestor local com 45 Municípios. Como se trata de uma instância de governança, propomos que seja coordenado por um membro do poder público, mas que haja a participação constante da sociedade civil organizada, que precisa estar presente nesse espaço de gestão para que a política pública atenda às suas demandas.

Acredito que este ciclo de debates dará uma contribuição muito grande a essa construção também. Como o Deputado falou no início, não precisamos levantar as demandas, precisamos fazer um balanço delas. Essas políticas estão atendendo? Esse programa e

outras políticas conseguem atender as demandas apresentadas? O que não está sendo atendido? Como? É importante que este ciclo de debates aponte o como, o que realmente é preciso fazer para atender, porque as demandas já estão aí levantadas. Quais delas estão sendo atendidas e quais não? Como o Estado vai se organizar? Acredito que esse debate vai dar uma contribuição muito grande para que o programa melhore. Não adianta termos um programa cuja política pública esteja desconectada da necessidade da agricultura familiar e da sociedade civil como um todo. É preciso que a agricultura familiar acesse os bens e serviços públicos que estão também no meio urbano. É importante fazer esse balanço do que está sendo atendido e do que não está sendo atendido para que o Estado se organize. Acredito que, com a contribuição de vocês, vamos conseguir desenvolver uma intersetorialidade muito maior. Temos hoje três Secretarias executando e temos a abertura de poder articular e desenvolver ações com outras Secretarias em busca de atender o direito humano a uma alimentação adequada, a um modo de vida saudável em ambiente urbano e também em ambiente rural, é viver dignamente no meio rural.

Esse comitê vai contribuir muito para essa articulação e identificação do que está sendo atendido ou não. Quanto à atribuição do comitê gestor, percebemos o resultado, embora tenhamos começado neste ano, várias escolas já fizeram a chamada pública a partir dessa iniciativa, desse momento de se sentarem e conversarem Diretores de escolas técnicas, Emater, representantes de sindicatos, servidores da saúde no Município. Uma primeira conversa já está gerando resultados positivos com iniciativas de chamadas públicas em escolas em que ainda não havia feito inicialmente. As atribuições do comitê gestor são articular diversos parceiros envolvidos no Município, contribuir para o levantamento de dados e informações, elaborar e implementar plano de ação do programa no âmbito local, propor ajustes metodológicos, reunir-se para o acompanhamento e monitoramento do plano de ação, prestar informações das ações executadas no Município à gestão estadual do programa e também à sociedade civil como um todo.

O nosso objetivo é, muito mais que receber o alimento que é um direito no período em que se encontra na escola, que o aluno aprenda a se servir. Nesta foto, vemo-lo aprender não só a receber o alimento, mas também a ter a autonomia de colocar no prato o alimento que ele deseja. É isso que pretendemos com o programa estruturador Cultivar, Nutrir e Educar. Temos o desafio da intersetorialidade nessa construção de Minas na segurança alimentar, à luz dos direitos humanos, que é garantir uma alimentação adequada e saudável, dar aos alunos autonomia de servirem seu prato na escola. Deixo aqui o contato da gestão do programa, que estará disponível no "site" da Assembleia. Podem acessar depois com mais tranquilidade. Muito obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente – Obrigado, Jacqueline. Aproveito para cobrar os nutricionistas. Fizemos o compromisso de ter um nutricionista para cada superintendência. Eles ainda não vieram, só temos cinco ou seis. Precisamos dos nutricionistas nas superintendências. Aproveitamos o Dia do Nutricionista para cobrar. Com a palavra, o Sr. Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira, para falar sobre "Abastecimento alimentar, comercialização e acesso a mercados". A Conab é responsável pelo PAA.

Palavras do Sr. Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira

Bom dia. Cumprimento os componentes da Mesa, especialmente o Deputado Rogério Correia, incansável defensor das causas da agricultura familiar do nosso Estado; um cumprimento especial ao nosso colega Élido, Presidente do Conselho Federal dos Nutricionistas, a quem pedimos que transmita a todos os nutricionistas do nosso Estado as nossas congratulações com essa importante profissão, extremamente envolvida nas questões de abastecimento e de segurança alimentar; e cumprimento também os produtores rurais, a força que leva os alimentos para os consumidores. Sou também um pequeno produtor rural, apesar de morar na cidade e ter uma pequena propriedade por herança. Sei como é difícil produzir alimentos e viver da agricultura. Todos os produtores rurais são heróis. Costumo repetir aos meus colegas da Conab que temos de estar sempre aliados aos produtores rurais, cumprindo totalmente os objetivos da nossa instituição, voltados principalmente para a produção dos agricultores familiares.

Logo que entrei, conversava com um colega, produtor rural da bacia da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e nossa conversa veio a calhar para o tema que preparei para minha apresentação. Acredito que a grande maioria dos produtores, assim como a maioria das pessoas, não conhece as ações da Conab empresa, que estou apresentando. Portanto apresentarei sinteticamente uma visão do que é a Conab e o contexto em que se insere para, depois, entrarmos nas questões relacionadas especificamente com a agricultura familiar.

A Companhia Nacional de Abastecimento é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ela surgiu em 1990, como resultado da fusão de três empresas federais ligadas ao Ministério da Agricultura, quais sejam a Companhia Brasileira de Alimentos – Cobal -, a Companhia de Financiamento da Produção – CFP - e a Companhia Nacional de Armazenamento – Cibrazem. Algumas atividades foram delegadas à Conab, e sua missão é contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícola e de abastecimento. Esse abastecimento envolve todas as ações relacionadas com o abastecimento, não só o abastecimento de alimentos de maneira geral, mas também o abastecimento social.

Os objetivos da Conab, como empresa do governo federal, é gerir as políticas públicas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado, tendo, dentre outras, as seguintes competências: planejar, normatizar e executar a política de garantia de preços mínimos do governo federal; hoje voltada para a garantia do preço mínimo da agricultura familiar; implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários; executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agrícola; coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários; encarregar-se da execução das políticas do governo federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno; e também desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Vamos entrar no programa da agricultura familiar. Ele vem sendo executado pela Conab, por força de decisão governamental. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – é um instrumento de estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar, acionado após a etapa final do processo produtivo. É muito importante, pois sabemos das dificuldades que enfrentamos, como produtores, para

escoar nossas produções, principalmente o pequeno produtor. Portanto, esse programa surgiu em bom momento, na medida em que vem ajudando a escoar a produção da agricultura familiar. O esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com recursos que remunerem seu investimento e sua mão de obra e lhe permitam reinvestir e custear as despesas de sua família.

O PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2/7/2003, visando exatamente adquirir a produção e escoá-la. Naturalmente, ela está voltada ao abastecimento das áreas que passam por necessidades e dos programas sociais do governo federal. Se possível, ela se destinará também à formação de estoques reguladores que o governo, por meio da Conab, detém.

Listei aqui alguns objetivos do PAA que considero importante citar. Não os detalharei, mas quero citá-los. O primeiro é a remuneração da produção, e todos sabem disso. O segundo é a ocupação do espaço rural. Já foi dito aqui que, no futuro, não teremos mais produtores de alimentos, pois eles estão migrando para as cidades. Assim, teremos um problema social a ser conduzido e resolvido. Portanto, na medida em que houver remuneração e o produtor tiver como escoar sua produção, naturalmente não pensará em migrar para grandes centros e continuará sendo essa força de pabastecimento das populações urbanas. O terceiro objetivo é a distribuição da renda, que está tendo reflexo com a atual injeção de recursos na agricultura familiar e com a compra de seus produtos. Em quarto, temos o combate à fome. Como já disse, com esses programas a produção está sendo direcionada a diferentes ações sociais. O quinto é a permanência da cultura alimentar regional. Já revimos programas do passado que levavam alimentos que nada tinham a ver com a cultura regional para programas sociais. Portanto, esse programa é muito importante, pois produz-se e consome-se no Município o que pertence a seu hábito alimentar. Por último, vem a preservação do meio ambiente.

Agora, vem o papel da Conab. Por deliberação governamental, ela vem operacionalizando os programas da agricultura familiar beneficiando os produtores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf -, como os assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem terra acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens, comunidades indígenas e produtores familiares. Ela compra diretamente dos agricultores familiares, ou de seus segmentos, ou ainda de segmentos relacionados aos beneficiários do Pronaf, e os distribui principalmente às populações carentes. Além disso, parte de algumas produções é direcionada aos estoques do governo, que são utilizados também no abastecimento social e, muitas vezes, como doação a outros países que têm carência alimentar, estão em crise ou passam por um processo de falta de alimentos.

É responsável pela condução desse programa ou inicialmente pela sua formatação um grupo gestor que está instalado em Brasília do qual participam diferentes áreas – Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação e Conab. Esse grupo é responsável pela gestão da política macro dos projetos da agricultura familiar. Desde agosto do ano passado foi criado aqui, em Minas Gerais, um grupo de acompanhamento e controle social das ações de aquisição de alimentos, composto por várias instituições relacionadas. A experiência mineira foi aproveitada no Brasil e se transformou em uma ação nacional. É importante mencionar que esse grupo tem ajudado muito a Conab na provocação e na procura do aprimoramento das ações que nós conduzimos, principalmente na intenção de promover, cada dia mais, a divulgação desse programa e, de alguma forma, acompanhar e cobrar das nossas instituições, das instituições de agricultura familiar, das associações e cooperativas, a imediata formatação dos projetos e a correção das falhas que porventura possam acontecer nesse projeto, para que esse dinheiro que é disponibilizado por meio de um termo de cooperação técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Desenvolvimento Social e a Conab seja efetivamente repassado para os agricultores através de suas associações.

Vou centrar a informação principalmente em dois projetos que estamos executando desde 2003. Um deles é o Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, que é o mais comum. Devemos ter agricultores aqui produzindo para esse segmento. A Conab compra das associações, das cooperativas e imediatamente repassa esses alimentos para entidades que fazem ação social no próprio Município ou em algum Município circunvizinho. Esse é o projeto com o maior número de programas, de Municípios envolvidos e de agricultores familiares agregados.

O outro é o CPR-Estoque. Esse programa, em dado momento, tinha uma procura maior. Hoje está sendo menos procurado e está sendo baseado no espírito de levar esses alimentos para quem necessita, mas isso seria feito de forma um pouco diferente. A Conab compraria e armazenaria os estoques produzidos e, por ocasião do encerramento do projeto, esses produtos poderiam ser vendidos pelas próprias associações, se houvesse um mercado mais favorável, ou a Conab poderia fazer suas ações – estoque e distribuição. Hoje é um pouco diferente. A liquidação financeira desse projeto de formação de estoque da agricultura familiar já não é mais por produto.

Temos um mapa que espelha a participação dos projetos da agricultura familiar no Brasil. Minas Gerais desponta como um dos grandes executores dos programas da agricultura familiar. Praticamente pouco mais de 50% dos Municípios participam de todos esses programas da agricultura familiar no Estado.

Esses dados do Programa de Agricultura Familiar no Estado são recentes. De 2003 a 2008, pagamos aos agricultores familiares, em projetos que já se encerraram, mais de R$202.000.000,00. Temos 431 projetos contratados ou referenciados em execução, de 2009 a 2012, perfazendo um total de R$54.800.000,00. Envolvidos nesses projetos em andamento, temos em torno de 11.745 agricultores familiares. Temos 1.965 entidades que recebem esses alimentos produzidos por vocês e os encaminham àquelas pessoas mais carentes, com risco nutricional. Quase 3 milhões de pessoas carentes, estudantes, pessoas hospitalizadas, em asilos e creches estão consumindo hoje os alimentos que vocês produzem.

Um dado muito interessante, que já citei anteriormente, informa que neste momento existem 31 projetos já encaminhados a Brasília para homologação da nossa diretoria, perfazendo um total de R$7.557.000,00. Gostaria que vocês ficassem atentos a esse número. Quando estimulamos e divulgamos as nossas ações para que os produtores, por meio de suas entidades, façam projetos, isso é com o objetivo de repassar os recursos imediatamente. No termo de ajuste de cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social, a partir de agosto, já foi disponibilizado R$350.000.000,00 para todo o Brasil. Existem 117 projetos que perfazem um total de R$26.000.000,00 e que já deveriam ter sido pagos a vocês, agricultores familiares, mas isso não aconteceu, porque, de alguma forma,

os projetos foram encaminhados à Conab com falhas de formatação. Aliás, em diferentes momentos, fizemos diferentes comunicações às entidades a respeito do ocorrido para que esse dinheiro não retorne a Brasília e seja utilizado em outro Estado.

Prestem atenção no que estou dizendo, porque sempre somos cobrados por isso. Recebemos muitos telefonemas de agricultores familiares dizendo que o projeto deles não saiu. Muitas vezes a culpa é da associação, que não conduz como deveria a resposta que precisamos para bem executar e aprovar os projetos em Brasília.

Não terei tempo, mas elenquei algumas questões que gostaria de discutir com vocês e que mostram exatamente a minha visão sobre o futuro que vejo para esse programa. Não serei imprudente de seguir com essa discussão, por isso vou deixar para outra oportunidade. Deputado, como não terei tempo de elencar essas questões, vou deixá-las para outra oportunidade. Agradeço a todos e me coloco à disposição por intermédio dos nossos endereços. A Conab é uma empresa voltada para a sociedade brasileira, e estamos à disposição de vocês a qualquer momento em Belo Horizonte. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente – Muito obrigado, Marcílio, pela exposição. Gostaria de ressaltar duas questões abordadas para que vocês prestem atenção. A primeira delas foi apresentada pelo Marcílio. Realmente, nós poderíamos ter mais projetos, já que o valor é de R$28.000.000,00 e são 117 projetos que ainda poderiam ser apresentados, porque existem recursos para isso. Isso é muito importante. Vejam como avançamos. O problema não é de falta de recursos. Ainda bem.

A outra questão, ou melhor, o outro dado foi repassado pelo Élido. Ele disse que, segundo o balanço de 2011, apenas 9% foram comprados da agricultura familiar pelo governo do Estado, o que está bem distante dos 30%. Então seria bom fazermos depois um balanço de como avançar, porque ainda existe muito mercado a ser atingido pela agricultura familiar. São dois dados relevantes que aqui foram colocados. Com a palavra, o Sr. João Augusto de Freitas.

Palavras do Sr. João Augusto de Freitas

Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado Rogério Correia, pela iniciativa. Vejo que está presente um grande amigo e lutador pela segurança alimentar, o Edmar Gadelha. Cumprimento os demais colegas da Conab, do Ceasa, do MDA e do governo do Estado de Minas Gerais e os agricultores e agricultoras presentes.

Trago um tema - já provocando o debate -, que é a questão do abastecimento alimentar e do papel do Ceasa. O que o MDS provoca é um debate dos Ceasas em relação a esse tema proposto, "Abastecimento alimentar, comercialização e acesso a mercados". Esse é um breve histórico, sobre o qual muitos já falaram. Destaco a década de 90, com a total ausência do Estado na regulamentação de políticas públicas de abastecimento.

Esse foi o período do neoliberalismo, quando várias organizações públicas foram desarticuladas e desmontadas, sem ações públicas que garantissem o abastecimento alimentar. Isso aconteceu principalmente na década de 90. O histórico da segurança alimentar já foi discorrido pela colega do Estado. Não o repetirei, mas vale a pena destacar, a partir dos anos 2000, a estratégia do Fome Zero, que já vinha de um processo de mobilização da sociedade civil que culmina, a partir de 2003, com a posse do Presidente Lula. Essas demandas de segurança alimentar e de inclusão produtiva passam a tomar maior corpo no aparelho do Estado, o que também ajudou a resgatar algumas instituições públicas que estavam em crise operacional, como a Conab e, de certa forma, os Ceasas.

Em 2011, destacamos o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional na 4ª Conferência de Segurança Alimentar realizada em Salvador, Bahia, quando foi aprovado pela primeira vez na história do País o Plano Estratégico de Segurança Alimentar até 2015. Esse plano apresenta alguns desafios importantes na temática do abastecimento alimentar. O primeiro desafio é implementar a Política Nacional de Abastecimento Alimentar – PNAA -, de modo a promover acesso regular e permanente da população brasileira a uma alimentação adequada e saudável. Isso não é qualquer coisa, pois consolidou, em nível de um marco legal, aliado às mobilizações sociais e a criação de mecanismo de Estado, um conjunto de diretrizes, legislações, que faz com que essa temática do abastecimento fique na ordem do dia.

O segundo desafio do Plano Nacional de Segurança Alimentar é a ampliação do mercado institucional de alimentos para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, com vistas ao fomento de circuitos locais e regionais de produção, abastecimento e consumo. Depois mostrarei uma ação prática que o MDS vem desenvolvendo de fortalecimento do chamado circuito local, levando-se em consideração a produção, o abastecimento e o consumo.

O terceiro desafio é o fortalecimento das relações internacionais brasileiras, na defesa dos princípios dos direitos humanos à alimentação adequada e da soberania alimentar. Hoje o Brasil é referência mundial, principalmente na África e na América do Sul, em debate sobre soberania alimentar e o chamado direito humano à alimentação adequada. Entre as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Alimentar, que dialoga diretamente com a questão do abastecimento, destaco a promoção e a estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados de base agroecológica de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos. Recentemente a União, depois de todo um debate no Consea nacional com organizações da sociedade, soltou a lei da agroecologia, que também contribuiu para essa formatação do marco legal das ações de segurança alimentar, de inclusão social e produtiva.

Os objetivos da Diretriz nº 2 são: fomentar o abastecimento alimentar interno; organizar os circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, principalmente os circuitos menores; ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais nos mercados institucionais; ampliar a Ater; promover um modelo de produção, extração e processamento de alimentos que proteja e valorize a agrobiodiversidade; utilizar a abordagem territorial para a promoção e integração de políticas públicas.

Contribuições da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan -, órgão governamental já contido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar que envolve 19 Ministérios, ao Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, aprovado em 2011. Pontos destacados: debate em torno da soberania alimentar e do direito humano à alimentação adequada; valorização dos produtos da biodiversidade; e oportunidades regionais, locais, com respeito aos produtos da biodiversidade. Ainda com relação ao PNAA, os objetivos das contribuições da Caisan são: garantia ao acesso, compras governamentais, circuitos locais e regionais de produção,

abastecimento e consumo; diminuição da intermediação; redução do desperdício; monitoramento dos preços e valorização dos hábitos regionais.

Aqui vemos que o MDS está contribuindo para atender e estruturar o que está contido no Plano de Segurança Alimentar e no PNAA. O departamento que assessoro, tecnicamente, busca integrar sistemas agroalimentares locais e trabalhar a produção familiar agroecológica, a valorização e o respeito aos hábitos locais; a soberania alimentar, que já citei; a produção familiar orgânica e a aproximação de produtores e consumidores.

Aqui, os três elementos da cadeia composta por um conjunto de ações governamentais, que são debatidas na Caisan na linha da produção, do abastecimento e do consumo. Alguns, como, por exemplo, o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, o PNAE, na linha de abastecimento; as feiras populares, focadas principalmente em Municípios do Semiárido, do Norte para cima; financiamento para atender à agricultura familiar. Na produção, existe um conjunto de ações. Destaco o acesso a água. No consumo, os equipamentos públicos de alimentação e nutrição, sobretudo os restaurantes populares, as cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e o próprio PNAE. Com relação aos bancos de alimentos, estão implantados e já funcionam 74 unidades no Brasil, estando 40 em fase de implantação; 11 bancos de alimentos funcionando em Centrais de Abastecimento, com grande volume de operacionalização.

A estratégia compactuada com a Abracen, os Ceasas e vários governos de Estado, para 2012, para atender produtos oriundos, principalmente, do PAA da agricultura familiar e entregar para as entidades da rede de proteção social, foi a de implantar bancos de alimentos nos Ceasas, visando o efetivo combate ao desperdício de alimentos. Segundo a pesquisa que a Embrapa fez em 2007, 10% do total de desperdício no Brasil ocorrem na colheita; 50%, no manuseio e transporte; 30%, nos Ceasas; e 10% ficam diluídos entre supermercados e consumidores. Segundo o estudo da FAO, realizado em 2011, o desperdício de alimentos aqui segue padrões diferentes do que ocorre nos países desenvolvidos, em que a maior parte é perdida durante o processo de produção e transporte.

Para isso, definimos um orçamento na ordem de R$20.550.000,00 para atender 2012 – os projetos estão sendo solucionados -, com execução em 2013. Áreas de Ceasas, já selecionadas, em grandes regiões metropolitanas: R$1.500.000,00. Localidades menores: R$450.000,00. Resultado final. Foram selecionadas 15 propostas e 11 Estados foram incluídos.

Esse mapa mostra o atendimento por região. O Nordeste e o Sudeste estão destacados. Equipamentos públicos de abastecimento e combate ao desperdício de alimentos. Estão centrados nas Unidades de Apoio e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar – Uadafs. Inicialmente, o trabalho está sendo focado em Territórios da Cidadania. Estão sendo implantadas 99 Uadafs. Foram contratadas 26 em 2011. Neste ano, estamos contratando cerca de 77, o edital já foi selecionado. A meta é atingir os 120 Territórios da Cidadania. Depois passaremos a outras áreas.

Potencialidades: distribuição e logística para PAA e PNAE; mobilização e organização de agricultores familiares; realização, treinamento e capacitação; processamento mínimo dos gêneros alimentícios; articulação com outras políticas e programas de segurança alimentar e promoção do direito humano à alimentação; fomento à organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo.

Desafios dessas unidades: gestão compartilhada, harmonia política da gestão em cada Território da Cidadania, com sindicatos de agricultores familiares, cooperativas, associações e Prefeituras, responsáveis pela contratação desses projetos. A Caixa Econômica é o agente operador da obra. Garantia de recursos para o custeio desses equipamentos; equipe mínima para operacionalidade; normas sanitárias; intersetorialidade das várias políticas de apoio à agricultura familiar, segurança alimentar, Economia Solidária e Inclusão Produtiva; controle social; fortalecimento de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional.

Ainda em relação aos equipamentos de abastecimento, temos uma ação de mercados públicos, com um projeto-piloto no Paraná, em fase final de implantação, com cinco unidades no Estado. O principal objetivo é comercializar produtos de necessidades básicas da agricultura familiar. O orçamento financeiro das Uadafs para 2012 é de quase R$33.000.000,00. Estão sendo contratadas para execução em 2013. O limite máximo para implantação é de R$450.000,00. Valor de capital para construção da obra e compra de equipamentos: R$410.000,00. Valor de custeio: R$40.000,00.

Selecionamos 73 propostas e atendemos a 43 Territórios da Cidadania. No ano passado, foram 26 projetos e 24 Territórios da Cidadania. A meta é chegar aos 120 Territórios da Cidadania. Esse mapa mostra a seleção de unidades por Estado. O Nordeste tem 29 unidades em 29 Territórios da Cidadania. O Sudeste tem 16.

Há um debate importante na relação entre o abastecimento alimentar e vários órgãos, com destaque para o Ceasa, sobretudo sobre o edital de R$20.550.000,00, embora existam também outras organizações, sobre a retomada pelo Estado do papel regulador de mercados e de abastecimento. Isso é estratégia; o próprio papel dos Ceasas no contexto da segurança alimentar e nutricional.

A importância do financiamento de estruturas e políticas públicas voltadas para o abastecimento interno. Estamos vendo uma crise internacional que tende a aumentar, principalmente a alimentar. A repercussão nos mais pobres é cruel. O Ceasa como importante espaço para construção da política de segurança alimentar e do fortalecimento da política nacional de abastecimento alimentar. O fomento à organização dos chamados circuitos locais de produção e consumo de alimentados assentados, na óptica e na soberania do direito humano à alimentação adequada. Temos algumas iniciativas municipais de segurança alimentar a abastecimento. Alguns Municípios, que estão destacados, já são referência. A parceria com o governo do Rio Grande do Sul, que já faz um plano estadual de abastecimento. O Ceasa do Rio de Janeiro. O apoio à agricultura familiar por meio da cooperativa Unacoop. Há iniciativas de circuitos locais em alguns Municípios como São José do Egito, Santa Maria, que têm forte economia solidária, e outros. Ali estão nossos contatos. Estamos à disposição por “e-mail” ou telefone. Estamos abertos ao debate para garantir o fortalecimento da agricultura familiar, do papel do Estado como regulador e do avanço das políticas de abastecimento alimentar para garantir o direito humano à alimentação e à soberania alimentar. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente – Agradecemos ao João Augusto a explanação. Com a palavra,o Sr. José Bismarck Campos.

Palavras do Sr. José Bismarck Campos

Bom dia. Na pessoa do Deputado Rogério Correia cumprimento os demais componentes da Mesa; cumprimento a Federação e todos os agricultores presentes, produtores do Ceasa, colegas de outros Ceasas, comerciantes, associações de comerciantes. O nosso Presidente, neste momento, representa o Ministro da Agricultura num evento no interior do Estado e me pediu que representasse o Ceasa neste ciclo de debates.

Temos uma citação da Nazareth Wanderly a respeito da agricultura familiar dizendo que, apesar de estar em voga, não é um tema recente. Isso está em nosso DNA de Ceasa, no nosso sangue de Ceasa. Prova disso, em 1974, quando o Ceasa foi projetado e começou a operar, uma das grandes áreas, talvez a mais nobre, foi totalmente reservada ao comércio do produtor rural, ao comércio do pequeno agricultor. Temos um censo agropecuário realizado pelo IBGE em 2006, que nos dá alguns números que mostram a importância da agricultura familiar para o Ceasa, para Minas Gerais e para o Brasil. Os estabelecimentos relacionados à agricultura familiar representam quase 85% do total de estabelecimentos, ocupando uma área de apenas 24% do total. O valor bruto da produção da agricultura familiar representa 38% do total produzido no Brasil. Além disso, o setor responde por quase 75% da mão de obra empregada no campo. Sobre a distribuição dos estabelecimentos, 50% estão no Nordeste e 16% no Sudeste. Somos a 2ª participação.

Falando um pouco dos produtos da agricultura familiar no Brasil, 87%, ou seja, quase 90%, de toda a produção de mandioca vem da agricultura familiar, bem como 70% da produção de feijão e 46% da produção de milho, além do leite, das aves, que apresentam marcas acima de 50%. Para vocês terem ideia, 77% dos estabelecimentos são da agricultura familiar, contra apenas 23% do agronegócio, de empresas. Em Minas Gerais, 84% da produção de mandioca está nas mãos do pequeno produtor, da agricultura familiar, bem como 67% da produção de feijão, 59% dos suínos, 52% do leite, e assim por diante. Os estabelecimentos da agricultura familiar representam 65% em Minas Gerais.

Passei um pouco ligeiro essa primeira parte, devido ao tempo. Em relação à agricultura familiar em Minas, sabemos dos grandes desafios, como saúde, assistência médica e odontológica, linha de crédito, educação, energia elétrica, assistência técnica. Mas queremos nos concentrar em nossa área, no grande gargalo que enxergamos: depois de produzir, como comercializar com preço justo, com justiça, essa produção? Nesse sentido apresentamos breve histórico do Ceasa, uma empresa do governo federal ligada ao Ministério da Agricultura, que existe desde 1974. No Ceasa reservamos um grande espaço para o produtor mineiro, que chamamos de Mercado Livre do Produtor, cuja gestão se faz em parceira com a Secretaria de Agricultura. Na nossa apresentação, vamos destacar essa questão.

Onde estamos presentes? Na Grande BH, numa unidade instalada em Contagem, em Juiz de Fora, Barbacena, Caratinga, Governador Valadares e Uberlândia. Os pontos vermelhos são os Ceasas diretamente administrados pelo CeasaMinas. Há Ceasa em outras cidades, como Montes Claros, Patos de Minas, Uberaba, administrados pelos Municípios.

Ilustração dos nossos números. Hoje ocupamos uma área de cerca de 2.800.000m². Há cerca de 300.000m² de área construída, com mais de 13.000m² destinados aos produtores para comercialização direta. Podemos afirmar, com toda certeza, que o nosso principal cliente, a principal ocupação do Ceasa é de produtores rurais. Há ainda 709 empresas estabelecidas. Por mês, em nossas unidades, recebemos, em média, 4 mil produtores. A comercialização nesses entrepostos geram mais de 17 mil empregos diretos. O CeasaMinas comercializa produtos com Municípios de Minas e de outros Estados. Minas Gerais não é autossuficiente em tudo. Recebemos frutas e vários produtos de outros Municípios. Hoje o Ceasa recebe produtos de mais de 2 mil Municípios, e mais de 936 Municípios compram diretamente do Ceasa. A população de compradores, o público que nos frequenta nos dias de maior movimento, como no final de ano e em datas específicas, chega a 80 mil pessoas. Em 2011, comercializamos aproximadamente 3.000.000t, o que corresponde a quase R$4.500.000.000,00.

O Ceasa de Minas é o mais diversificado do Brasil. Além dos hortigranjeiros, trabalhamos com produtos industrializados, laticínios, produtos de limpeza, carne, cereais, implementos agrícolas. Então, o Ceasa, ao longo destes anos, transformou-se no grande "shopping" do produtor, que, além de ofertar a sua produção, encontra um leque de serviços e de apoio, como agências bancárias, venda de defensivos, de sementes. Ele tem toda uma estrutura em que se concentrar.

No CeasaMinas, como já foi citado, temos uma relação muito íntima. Está em nosso DNA essa questão de estar sempre muito junto às pessoas. Cabe destacar que o Estado de Minas é o maior produtor de hortigranjeiros e que esse grupo é responsável por 65% de todo o volume comercializado no Ceasa. Apesar dessa diversificação e desse leque de produtos que oferecemos no Ceasa, que é quase uma cidade de abastecimento, 65% do volume giram em torno dos hortigranjeiros.

Quanto aos canais de comercialização, vamos colocar aqui o Mercado Livre do Produtor - MLP. É uma área de 20.000m2 que tem a capacidade de receber, em todo dia de comercialização, 1.400 produtores. Como podemos recebê-los? Basta ser produtor de Minas para ocupar uma área ali. É um processo que foi muito desburocratizado. Anteriormente, para se cadastrar e comercializar ali, um produtor demorava em torno de sete dias. Hoje conseguimos fazer isso em sete minutos. É uma experiência de central de produtores que não vamos ter condições de detalhar aqui, mas que deu muito certo. Um produtor de Minas que nunca foi ao Ceasa pode chegar e comercializar sua produção no primeiro dia, sem documentação. Acreditamos nele. Daí para a frente, ele vai nos trazer um atestado da Emater e toda a documentação em 30 dias. O papel do Ceasa hoje e do MLT é estar aberto aos produtores e acreditar neles.

No Ceasa, 13 mil produtores estão cadastrados e, como disse, 4 mil ativos. Desses cadastrados, mais de 6.800 são da agricultura familiar, ou seja, mais de 50% desse galpão, dessa área do Mercado Livre do Produtor são ocupados pela agricultura familiar. Os números, os módulos indicam que estamos somando todas as unidades do Estado. É interessante o volume de comercialização e as oportunidade que têm no Ceasa, que é da ordem de 655.000t no último ano, representando quase R$700.000.000,00 comercializados.

Aqui está uma vista do MLP. O projeto Barracão do Produtor é muito interessante e mostra o associativismo, onde os agricultores formam associações. O Ceasa, junto com o governo federal, com o governo do Estado e a Secretaria de Agricultura, cria uma estrutura para beneficiar e agrupar a produção e oferecer produtos com mais qualidade. Aqui temos os números de barracões. Os senhores

podem conseguir essas informações no "site". Estamos mostrando onde eles estão instalados. Aqui está o exemplo de um barracão que deu muito certo no Jaíba, que hoje até exporta.

Quanto a investimentos futuros, o Ceasa está investindo no mercado de flores e de orgânicos. Nessa primeira etapa, já estamos recebendo 120 produtores de flores e de orgânicos. O Ceasa vai fazer um investimento de R$8.000.000,00 nisso. Aqui está a planta do conjunto. A política de serviço de informação de mercado é uma coisa interessante e cabe ser destacada. O Ceasa acredita que subsidiar os agricultores com informações é muito importante. Há um grupo muito grande de pessoas que fazem pesquisas no atacado, no próprio Ceasa e informam a quantidade de produtos ofertados em determinado dia, bem como o seu preço nos Ceasa e nos mercados de influência. Diariamente, o nosso agricultor pode, num painel que vamos mostrar aqui, visualizar essas informações. Essa informação também está disponível na internet e no 0800. Lembramos que damos um posicionamento não só do mercado de Minas, mas também dos de São Paulo, do Rio e do Espírito Santo, para vermos o contexto dos preços.

A questão do banco de caixas é um projeto que compete ser destacado. Trata-se de uma mudança no paradigma: saímos das antigas caixas de madeira, que eram reutilizadas, e agregamos mais qualidade e justiça à comercialização. Mesmo com o tempo escasso, cabe destacar duas coisas: a questão da saúde e a de haver padronização nos recipientes utilizados pelos agricultores para comercializar seus produtos. A embalagem fechada, de madeira não permite que se destaque a qualidade do produto e também não dá garantia de que o produto tenha o peso certo. Havia o problema de caixas menores e maiores. Aí vocês podem ver a imagem do Banco de Caixas Uai, onde as embalagens são higienizadas constantemente, evitando-se a contaminação cruzada.

Aqui está a imagem de alguns mercados que já utilizam embalagens mais apuradas, não utilizam caixas de madeira. Esse é o exemplo de Barcelona e de Madri, na Espanha; Rangen, na França; Bolonha, na Itália; e, com muito orgulho, estamos mostrando um mercado, em Minas, na mesma condição desses melhores mercados internacionais, que é o de Uberlândia, onde são utilizadas embalagens plásticas e de papelão, todas de Primeiro Mundo, e já conseguimos abolir as caixas de madeira.

Deputado, era o que tínhamos a dizer. Tentamos nos manter no tempo e, como faltam 38 segundos, vamos deixar uma mensagem: o Ceasa está de braços abertos para receber o pequeno agricultor, o agricultor familiar. Estamos estruturados para isso. Queremos ser mais um canal de opção para vocês. Sejam bem-vindos. Estamos à disposição de quem não está no Ceasa e de quem já pode usar todos os nossos serviços.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente – Muito obrigado. Agradecemos a exposição do Sr. Bismarck. Com a palavra, o Sr. Lucas de Oliveira Scarascia.

Palavras do Sr. Lucas de Oliveira Scarascia

Bom dia. Na pessoa do Deputado Rogério Correia, cumprimento os demais membros da Mesa. Estou aqui representando a Superintendência de Gestão do MLP, que é vinculada à Subsecretaria da Agricultura Familiar, da Seapa.

A estrutura da abordagem da nossa apresentação mostra, metodologicamente, como podemos dividir os canais de comercialização da agricultura familiar. Mostraremos o que o governo de Minas tem feito, especialmente a Subsecretaria da Agricultura Familiar, que completou dois anos de existência, na questão da comercialização, especificamente, e no sistema como um todo, que envolve a Emater e o Ima, principalmente. Por fim, faremos referência a algumas abordagens feitas pelo nosso colega João Augusto, do MDS, pelo Bismarck e pela Jacqueline. Quando somos os últimos a apresentar um tema tão amplo e tão relevante, corremos o risco de mencionar algumas questões que já foram abordadas.

Como disse, esta é a nossa estrutura. Podemos dividir os canais de comercialização da agricultura familiar em dois grandes canais: o mercado convencional e o mercado institucional, que tem sido tão mencionado aqui. No mercado convencional, os circuitos longos de comercialização e os circuitos curtos de comercialização, comentados pelo João Augusto do MDS, mostram a distância existente entre a produção, o consumo e o nível de intermediação que faz parte desse canal, especificamente.

Nos circuitos longos, temos as redes atacadistas. Ontem, foi aqui trazida uma experiência da Associação de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Divinópolis e Região – Aprafad -, que tem contratos diretos com redes de supermercado. Obviamente, nos circuitos de comercialização, há Mercado Livre do Produtor. As redes varejistas e a associação de Divinópolis são exemplos disso. Nos circuitos curtos de comercialização, que têm sido tão debatidos e analisados, há a venda direta do agricultor familiar, numa importante ação que deve ser potencializada e fortalecida. Há feiras livres nos Municípios e mercado varejista local.

Ainda dentro do mercado convencional, podemos mencionar a integração vertical com a agroindústria, um contrato, às vezes, muito questionável. Mas, em Minas Gerais, temos exemplos na cadeia do leite, do suíno e do frango. E, no mercado institucional, é o que vimos debatendo desde o início, essa potencialidade que o PAA e o PNAE têm trazido para os agricultores familiares e camponeses. Outros movimentos que vêm ganhando muita força são o comércio justo, o movimento Slow Food, que vem na contramão de toda essa correria da alimentação totalmente desequilibrada e destituída de qualidade, e a Economia Popular Solidária.

Especificamente a respeito da comercialização, no circuito longo de comercialização, temos uma parceria com o CeasaMinas na gestão do Mercado Livre do Produtor. São essas seis unidades, aqui já mostradas, que comercializam 700.000t de hortigranjeiros por ano, com mais de 600 Municípios fornecedores. Essa gestão compartilhada é inédita no País, por meio de uma situação extremamente complexa, mas que, felizmente, acaba fortalecendo a parceria CeasaMinas, governo federal com governo do Estado, na gestão do Mercado Livre do Produtor. Cada Mercado Livre do Produtor tem associações que representam seus produtores. No caso de Contagem, temos duas, que são a Coopemg, representada pelo José Antônio, que aqui se encontra, e a Aphcemg. Temos, também, em cada unidade do interior, uma associação à frente desse grande número de produtores que frequentam o dia a dia do Mercado Livre do Produtor. É um ambiente de comércio em que todos os produtos procedem da agricultura familiar. São mais de 140 variedades de produtos. No interior, temos o MLT fortalecendo-se, principalmente em Uberlândia, onde foi destacado o sucesso da importação das caixas plásticas. É muito importante a presença dos produtores do Ceasa e dos representantes do MLT neste nosso debate, a fim de entenderem a complexidade e a profundidade do tema "Agricultura familiar e camponesa".

Também vinculado ao MLP, mencionamos o projeto Vita Vida, do Servas, que faz um beneficiamento mínimo dos alimentos que sobram do processo de comercialização que ainda são aproveitáveis, transformando-os numa sopa nutricionalmente beneficiada para atender aos Municípios que estão sofrendo com calamidades.

Uma outra ação, aqui destacada pela Jacqueline, é o Programa Estruturador Cultivar, Nutrir e Educar. Na Subsecretaria de Agricultura Familiar, temos o Projeto Estratégico Fortalecimento da Agricultura Familiar para o Abastecimento Alimentar; e os três subprojetos, também citados pela Jacqueline - um voltado para o fomento, o outro para a questão da habilitação sanitária das agroindústrias e um terceiro que diz respeito à comercialização em si. Os agricultores familiares, agora, têm um mercado garantido de R$20.000,00 por ano. O Élido referiu-se à formação de todos os atores da agricultura familiar, que precisa se preparar para esse mercado e vem mostrando uma grande potencialidade.

Em relação aos circuitos locais, circuitos curtos de comercialização, atuamos em duas ações. A Emater já trabalha em uma delas, desde 2009, no Minas sem Fome, que é o projeto de apoio às feiras livres. Acreditamos piamente nesses circuitos locais e curtos de comercialização, aproximando produção e consumo, fora todo o aspecto cultural e social que envolve uma feira livre, tão bem descrita no livro do Eduardo Ribeiro, quando menciona as feiras do Vale do Jequitinhonha.

O Barracão do Produtor começou com essa nomenclatura em 1992-1993 e precisa de uma adequação para atender a essa nova agricultura familiar. Temos proposto a seguinte discussão: por que não o Barracão do Produtor, que tem 30 unidades, como dito pelo Bismarck, sendo 15 ou 16 em pleno funcionamento? Por que não trabalhar essas unidades na óptica das centrais de distribuição, que o PAA e o Pnae exigem? Aliás, o Élido citou a infraestrutura e a logística como os principais desafios a serem encarados.

Há uma novidade que não é exatamente nova na aplicação do PAA em Minas, o PAA Leite. Já existe um convênio com o Idene para atuar na Área Mineira da Sudene, mas, a partir da publicação da Lei nº 12.512, de 2011, o Estado torna-se um importante parceiro e executor no PAA. Estamos vivendo hoje em Minas um momento de adesão ao PAA, para que o Estado também possa executá-lo juntamente com Municípios e Conab, desburocratizando todo o processo de repasse do recurso para os agricultores e também a operacionalização, através do termo de adesão, não necessitando mais de convênio.

Além de abordado no programa estruturador, existe um esforço da Emater, junto com a Secretaria de Agricultura, de trabalhar oficinas de capacitação para os agricultores familiares, para as associações e cooperativas que querem ingressar nesse mercado institucional. Ontem o Argileu mencionava que chamadas públicas têm sido editadas – na realidade, publicadas - no intuito de melhorar a gestão dessas associações e cooperativas; atuar especificamente na parte gerencial, que também é um grande desafio.

No sistema Seapa houve duas grandes mudanças que colaboram diretamente com a comercialização da agricultura familiar. Uma é a existência do Núcleo de Organização e Mercado dentro da Emater, com técnicos capacitados em organização e mercado, em associativismo, em cooperativismo, em tributação e projetos de venda, para trabalhar especificamente com comercialização. Além disso, o PAA e o Pnae foram tratados como metas estratégicas da empresa e há orientações técnicas e capacitações em organização e mercado. Essa visão é compartilhada pela Lei de Ater, que dispõe que a assistência técnica vai da produção até a comercialização. O José Rogério falou ontem da importância da comercialização. A Emater vem se preparando para essa questão.

O IMA trabalha com uma mudança desse perfil de trabalho com as agroindústrias familiares, oriunda dos próprios movimentos. Há dificuldade para a habilitação sanitária de agroindústrias artesanais. O IMA criou em sua estrutura - o que é inédito no País - uma gerência de educação sanitária e apoio à agroindústria familiar, com técnicos e profissionais voltados para uma mentalidade mais de sensibilização, educação e mobilização junto aos agricultores familiares, para poderem habilitar seus empreendimentos agroindustriais. São grandes mudanças estruturais no interior dos órgãos que também causam impacto na ponta.

Esse é um breve histórico, e o João abordou o tema com muita propriedade. Na realidade, houve um desmantelamento do abastecimento alimentar pelo Estado. O Estado tinha uma grande preocupação, no pós-guerra e início da década de 70, de construir um sistema de abastecimento com os Ceasas vinculados - o Estado gerindo-as. Depois de alguns anos, houve uma negligência do Estado em relação a esse sistema de abastecimento, e hoje sofremos um pouco as consequências disso. Essa espécie de afastamento do Estado da política pública de abastecimento alimentar nos preocupa muito. Quando voltamos a debater a crise no setor de alimentos, ou por questões climáticas ou por causas mercadológicas, sempre nos perguntamos: e o dever do Estado? Isso foi bem abordado pela Jacqueline e pelo Élido. O Estado deve prover o direito humano à alimentação adequada, saudável e solidária.

Esse é um direito humano e um dever do Estado. Essa preocupação está voltando agora e está sendo debatida por vocês, dos movimentos sociais, que têm colocado isso em pauta. Tanto é que vieram a Losan, o Fome Zero, a política nacional de segurança alimentar e a política nacional de alimentação e nutrição. Todos esses movimentos públicos e da sociedade vêm colaborando para discutirmos esse abastecimento. Uma caixa de tomate, em janeiro, estava a R$50,00, e em julho, a R$100,00. Como fica isso? Nós assumimos como pauta, e o Subsecretário tem falado isso claramente. Além do diálogo com todas as políticas colocadas aqui, faremos a reconstrução da política estadual de abastecimento alimentar.

Os desafios para essa política são justamente garantir o direito humano à alimentação adequada; assegurar ao agricultor familiar mercado e preços justos; melhorar a infraestrutura, garantindo logística para a produção, o armazenamento e a distribuição; a universalização, a ampliação e a adequação da pesquisa, debatida aqui ontem; a melhoria da qualidade do alimento, não só dos alimentos saudáveis, mas também a melhoria em relação às questões sanitárias, uso de agrotóxico e venenos; romper com a lógica perversa da especulação, porque estamos vivendo um momento de especulação de alimentos; e fortalecer a agricultura familiar, que, pela instabilidade de preço e pela fragilidade em função dos operadores de mercado, atravessadores, intermediários, acaba ficando numa situação muito ruim.

As potencialidades que identificamos são as políticas públicas para a redução das desigualdades econômicas e sociais, como o Brasil sem Miséria e outras políticas públicas; a mobilização da sociedade acerca do tema; a evolução do Pronaf para apoiar a comercialização; e os mercados institucionais. Esses mercados institucionais têm crescido cada vez mais. Apresento para vocês o projeto de lei do Deputado Antônio Carlos Arantes, que está em tramitação na Assembleia, para que seja implementado um PA no

Estado, a fim de que as compras governamentais do Estado de Minas Gerais sejam feitas adquirindo-se um percentual mínimo da agricultura familiar.

O meu tempo está reduzido, mas ainda assim colocamos alguns pontos que devem ser considerados para uma política de abastecimento alimentar nessa proposta da nossa reconstrução. E o Graziano tem sido enfático em desconcentrar a geografia da produção. Se há uma crise no cinturão de milho dos Estados Unidos, isso impacta todo o Brasil. Temos que fortalecer os circuitos locais e regionais de regionalização de produção e de comercialização.

Fundir a ótica descentralizada de abastecimento alimentar com a promoção do desenvolvimento rural e territorial. Não há como desvincular o desenvolvimento rural sustentável do abastecimento alimentar. Aproximação entre produção e consumo; redução de gastos com transporte - o produto sai de Barbacena, vai para o Ceasa de Contagem, volta para Juiz de Fora mais caro e com menor qualidade -; valorização da produção regional; obtenção de alimentos com menor grau de processamento - já há uma discussão sobre isso -; diversificação dos hábitos de consumo; e o apoio à agricultura urbana e periurbana.

Deixarei disponíveis dois "slides" no "site", que mostram o que estamos considerando na nossa concepção dessa política estadual de abastecimento. Convidamos vocês para fazermos um grande seminário, no ano que vem, sobre abastecimento alimentar, para discutirmos com a sociedade, com as entidades do poder público para resgatar essa política estadual de abastecimento alimentar. Que possamos obter os subsídios e estabelecer diretrizes para a construção dessa política em nível de Estado e ver como vai se dar esse diálogo com as outras políticas nacionais de abastecimento alimentar, de segurança alimentar e de alimentação e nutrição. Muito obrigado e tenham um bom dia.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente – Muito obrigado, Lucas. Quem vai conduzir os trabalhos a partir de agora será o Deputado Vanderlei Miranda, a quem desde já agradeço. Terei de sair porque participarei, com os outros Deputados do PT, de um almoço com o ex-Presidente Lula. Vamos recebê-lo com carinho. O Prefeito de Belo Horizonte disse que iria rezar para chover, a fim de atrapalhar a visita do Lula. E o tempo está bom. Chover é bom na roça, torcer para chover aqui, em Belo Horizonte, é para atrapalhar o Lula. Torcemos para chover para melhorar a alimentação. O Deputado Vanderlei Miranda vai assumir a Presidência. Agradeço muito a ele por conduzir o debate. À tarde retornarei.

O Sr. Presidente (Deputado Vanderlei Miranda) – Bom dia. Saúdo a Mesa e os que acompanham os trabalhos pela TV Assembleia.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, sendo dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem antes sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e apresentação oral de questões será feita de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Debates

O Sr. Presidente – O primeiro inscrito é Vilson Luiz da Silva, da Fetaemg. Peço a ele que use o microfone e faça seus questionamentos.

O Sr. Vilson Luiz da Silva – Bom dia. Cumprimento a Mesa e os expositores na pessoa do Presidente. Gostaria, em primeiro lugar, companheiros Vanderlei, Maria, José dos Reis, que formatássemos uma proposta e a encaminhássemos à Mesa para sermos mais objetivos.

Ficamos observando quantos quadros, quantas apresentações, quantos números, o que podemos avançar e o que está um pouco aperreado. Nasci na roça, colchão de palha, luz de lamparina, não havia todos esses programas que temos hoje. A vida era difícil, nem aposentadoria rural havia. E hoje não estamos andando a passos mais largos. Ficamos fazendo reclamações, mas esse é o nosso papel, dirigente sindical não pode ficar quieto, as coisas nunca estão boas, sempre falta algo para atingir a perfeição. O mundo é trabalhado desse jeito. E quero falar para o governo estadual e para o governo federal que governo não tem de disputar espaço conosco, governo tem de executar o que propomos. Vejo muito o governo preocupado com isso e não valoriza as entidades que verdadeiramente põem a mão na massa e fazem as coisas acontecerem.

Se as políticas públicas estão chegando, Lucas, não é por acaso. Somente este ano a Fetaemg colocou 58 ônibus em Brasília. Gastamos R$600.000,00 no Grito da Terra em dois dias com negociações. O Marco Antônio sabe disso, houve a Marcha de Margarida, etc. Para chegarmos a um PAA, a um Pnae não foi porque o governo está dando, mas porque houve luta. Para mim, governo tem de executar e não ficar disputando espaço com a sociedade organizada. Nós é que sabemos onde a correia aperta, onde o calo está doendo. E temos de procurar nos organizar para reivindicar com inteligência e fazer a coisa acontecer.

Sem mais delongas, Eduardo, nós, que fazemos parte da Comissão, achamos que deveria haver menos painéis e mais espaço para o debate, a fim de enriquecer a reunião. Falamos muito em números, números e números, e o Plenário não pode participar com a sua vontade. Sugiro que, nos próximos seminários, façamos dois debates. O assunto é um só, e muitos quadros foram repetidos. Isso não é culpa de quem apresentou, não estou criticando essas pessoas, mas temos que pensar nisso para ganharmos mais tempo.

Élido, você sabe que sou Presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar, e estamos com um pepino na mão, fiscalizando escolas e implementando a política de pelo menos 30% da merenda escolar. Sabemos que muitas escolas apresentam resistências. A logística é um gargalo para nós. Podíamos fazer com que o MLP fosse mais útil para nós, a fim de que essa merenda chegue às escolas com mais rapidez. Podemos nos sentar e colocar nossa cabeça para funcionar. Caso contrário, como falei na plenária do Conselho, não ficarei no CAE, porque estamos administrando pepinos, problemas, e passaremos a vida discutindo. Os outros vão na frente fazendo as porcarias – desculpem o termo – e temos que ir atrás consertando-as. Essa não é a nossa função. O Conselho não é apenas para fiscalizar o que a União aplica no Estado e no Município, mas também para aperfeiçoar a política pública em nosso Estado e nos Municípios. Essa é a função dos Conselhos, das Comissões, das associações e dos nossos sindicatos. Existimos para isso. Não somos

apenas umas bonequinhas de fantoche que ficam aqui e ali. Temos sofrido muito, você sabe disso, pois somos companheiros desde o primeiro momento.

O governo não pode dizer que não tem condição. Mostrarei um exemplo ocorrido em Belo Horizonte, envolvendo os governos municipal, estadual e federal. Na Linha Verde, onde colocarão o ônibus, precisavam arrancar o asfalto? Quantos milhões estão sendo enfiados ali? Por que não compraram 10, 12, 15 caminhões térmicos para pegar o produto do MLP e distribuir nas escolas? Isso é vontade política. Quando há vontade política, a coisa anda. O Brasil está precisando de vontade política. E o nosso papel, Sr. Dema, é pegar o ferrão e cutucar as costelas desse povo para as coisas andarem. Aí, as coisas funcionarão. Essa é a nossa função. Dediquei minha vida inteira à luta. Poderia deixar isso tudo e cuidar da minha vida particular, mas o meu sonho é ver um Brasil verdadeiramente justo e igualitário para todos e para todas, não só para uma área de Minas e para uma área do Brasil, mas para todos os cantos de Minas e do Brasil. É isso, Lucas, que temos que trabalhar.

Há a questão da soberania alimentar, pois 1 bilhão de pessoas ainda passa fome no Planeta. Temos que corrigir isso, produzindo mais alimentos. Quero dizer mais coisas, mas não somos donos da verdade e nem do mundo, embora sejamos filhos do dono.

Sr. Presidente, embora o Deputado Rogério Correia tenha se retirado, queria dizer que acredito que este Plenário ficaria muito satisfeito se o ex-Presidente Lula pudesse vir aqui. Ele poderia passar aqui, por cinco minutinhos, pelo menos para nos dar um alô. Todos ficariam muito satisfeitos, e isso não prejudicaria a agenda de ninguém. Vamos às ruas, pedimos votos e queremos um Brasil melhor.

Agora, não quero ficar nos discursos, quero falar do concreto. Este ciclo de debates não pode ficar em nuvens, no ar. Usando tudo o que foi apresentado, as nossas dúvidas e indagações a todos os órgãos, do primeiro dia até hoje, poderíamos formatar um documento, com inteligência. E quero reforçar que foi proposto um novo debate, um seminário das águas - não sei o nome -, com o qual concordamos. Queremos levar esse documento ao governo do Estado e ao governo federal, Lucas. O Edmar já saiu, mas quero dizer que a Subsecretaria é muito importante para nos ajudar a coordenar esses programas que visam ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Alguém aqui falou que a agricultura familiar existe há muito tempo, e concordo com isso. No passado, falávamos em agricultura de subsistência. Plantávamos para comer. Não vendíamos. E, aí, Nelinho e toda Mesa, vem a questão da soberania alimentar, que trará uma dificuldade às escolas. Jacqueline, agora estamos discutindo essa questão da qualidade. Queremos certificação, selo social, rastreamento. Falaram aqui na feira de Bolonha. Estive lá para ver como funcionava. As pessoas estão preocupadas com o que estão comendo, não querem comer produtos cheios de agrotóxicos, pois agrotóxico é veneno, e veneno mata. Queremos colocar os produtos nas gôndolas dos supermercados também, e isso, Nelinho, vai nos trazer dificuldades, pois as redes estão nos procurando e querem o alimento diretamente, o que pode causar travamento nesses programas públicos. Precisamos pensar em uma maneira de superar esse obstáculo. Não sei se o plenário está captando o que estou tentando expressar. A Fetaemg foi procurada, por meio da AgriMinas, por uma rede de supermercado com 77 grandes unidades que quer comprar diretamente da agricultura familiar. Assim, não sobrarão alimentos para as escolas.

Nós, da Fetaemg, junto com o conselho, fizemos um grande encontro em Pirapora. Faremos agora no Vale do Mucuri, para discutirmos esse assunto. O grande problema é que as bases definem o preço e a logística. Fiz até uma crítica a esse asfalto que se coloca e se arranca, gastando-se milhões; aos campos de futebol com que se gastam R$1.000.000.000,00, como se não fosse nada, enquanto, para nós, conseguir R$5.000.000,00, R$6.000.000,00 R$10.000.000,00 é um sacrifício danado. Fiz essa crítica porque, quando existe vontade política e nos juntamos, encontramos soluções para nossos problemas.

O Ceasa é de suma importância, mas é muito mais útil para o consumidor que para nós, produtores. Apesar de todos os seus avanços, precisamos superar mais. Podemos dar uma outra conotação ao Mercado Livre do Produtor no que se refere à merenda escolar.

Além disso, precisamos acabar com o cartel, pois não é produtor que põe preço no seu produto. Há alguém que coloca esse preço, e, se o produtor não entrar no esquema, ficará excluído. Parabenizo pelo fato de os sete dias caírem para sete minutos. Esse é um avanço que merece o nosso aplauso e o nosso reconhecimento à Diretoria, que está mexendo nas pedras para mudar. Sabemos que o Brasil é um país muito jovem e que teremos que trabalhar muito para remover as muitas pedras que estão no nosso caminho.

Muito obrigado. Bom dia. Deixo aqui a proposta de produzirmos um documento para não deixarmos esse ciclo de debates apenas no debate, pois, do contrário, viraremos as costas, e ficará por isso mesmo.

O Sr. Presidente – Aproveito a intervenção do companheiro e faço uma observação sobre a fala do Vilson, quando se pronunciou a respeito da programação. Ela foi feita baseada na reunião de uma comissão organizadora, da qual a Fetaemg participou. Com a palavra, o Sr. José Antônio Dias, da Cooperativa dos Produtores de Hortifrutigranjeiros do Estado de Minas Gerais. Gostaria de pedir a gentileza de nos atermos ao propósito deste momento, que é o de fazer perguntas. Solicito que a pergunta seja feita de forma objetiva para que possa ser respondida.

O Sr. José Antônio Dias – Quero fazer uma pergunta: quantos produtores estão presentes aqui? Vai dar fumo de produtor no final do expediente. Para nós, produtores e agricultores, é a mesma coisa. Fiz essa pergunta e a brincadeira, falando que vai dar fumo no final do expediente, porque no Ceasa, quando entra muito produto e sobra no final do expediente, falamos que deu fumo. Como tem muito produtor aqui, possivelmente vai dar fumo no final do expediente.

Não pode dar. Escrevi algumas palavras e gostaria de reforçar o que foi dito aqui pelo nosso Presidente da Fetaemg. Estou saindo daqui meio decepcionado, pois, quando li ciclo de debates "Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável", achei que viria para debater, mas, nestes três dias, não vi nenhum debate. Vi um ciclo de palestras. Palestras sobre temas muito interessantes; aliás, gostaríamos que fossem promovidos eventos para que houvesse mais tempo de ouvirmos esses companheiros que estiveram nessa Mesa, apresentando-nos essas palestras. Cada tema mereceria um debate. Seria interessante que essa discussão pudesse ser transmitida num programa de televisão para que toda a população a acompanhasse, pois são assuntos que nos atingem em nosso dia a dia. Quando os governos federal e estadual instituem algum programa, este nos atinge na ponta. Somos nós que sofremos as consequências dessas

ações e que temos de colocar em prática os programas, então temos muito a contribuir. Sinto que cada um dos produtores aqui presentes tem algo a dar de si, e gostaria de poder abrir o coração e demonstrar que também temos soluções para os problemas que enfrentamos. Também podemos dar as mãos e fazer alguma coisa que realmente valha a pena para a sociedade e que nos dê melhores condições de vida e alegria de viver. É isso que queremos. Qualquer atividade que se desenvolva precisa trazer a alegria de viver e uma melhor condição de vida para a sociedade.

Sei que meu tempo já acabou, mas também sei que coisas importantes precisam ser ditas. Deixei para o final esse tema, esse alerta, porque é uma demanda preocupante. Nos últimos tempos, temos convivido com uma organização maior, que são as grandes redes de supermercadistas, que cada vez se aglutinam mais. Hoje vendemos para cerca de 100, 150 lojas. Os grupos estão se unindo. Existem redes de supermercado com 10 lojas e que estão sendo compradas por outras com 50 lojas. Cada vez mais, essas grandes redes atacadistas do Brasil contêm, em suas mãos, o poder de compra dos nossos produtos e têm, até mesmo, o poder de definir o nosso custo de produção. Se não ficam satisfeitos com o preço de nossos produtos, podem buscar os mesmos produtos em outros Estados, como São Paulo e Espírito Santo, e até na China. Sempre temos concorrentes para os nossos produtos. Assim, para que a agricultura familiar possa entrar nessa concorrência e se autossustentar, precisamos nos unir. A palavra união é a solução para a maioria dos problemas que temos de enfrentar. Então, a minha pergunta é: o que está sendo feito para o desenvolvimento do associativismo em nosso Estado, para que possamos competir, em condição de igualdade, com essa situação? É só. Muito obrigado.

O Sr. Presidente – Com a palavra, o Sr. Valdionor Sousa Lima, de Santo Antônio do Jacinto, para que faça a sua pergunta.

O Sr. Valdionor Souza Lima – Bom dia. Agradeço muito a Deus e a todos os trabalhadores rurais. A minha pergunta é sobre o programa Um Leite pela Vida. A gente entrega o leite na cooperativa de Almenara. Às vezes, ficamos até 60 dias sem receber pelo leite. Eles dizem que o Idene é responsável por isso. Até hoje estamos sem saber como está a situação. Às vezes o governo até passa o dinheiro para o Idene, e o Idene passa para a cooperativa. Ficamos sem receber pelo leite. Quero saber como vai ficar a nossa situação.

Outra coisa, entramos no Pronaf e compramos gado para produzir leite. Ouvi falarem aqui que o leite suspendeu. Há mais de cinco anos estou recebendo R$0,70 pelo leite, mas isso não dá para pagar um gole de leite que tomamos aqui. Um quilo de ração para gado custa quase R$2,00. Acho que o Um Leite pela Vida deve repor o valor suficiente para a gente cuidar das vacas. Hoje a gente tira leite seis meses e fica seis meses sem tirar leite, mas temos de sustentar as vacas. Quero que vocês coloquem um fiscal para ver o que está acontecendo nas cooperativas.

Outra coisa é a escada. Quando chove, perdemos quase 20 mil litros de leite por dia porque não tem escada. É prejuízo para o governo e para nós, que somos carentes. "Quando o campo não roça, a cidade não adoça. Quando o campo não canta, a cidade não janta." Os trabalhadores rurais pedem que os Deputados, Senadores e Ministros encontrem uma solução para esses problemas, mandem a fiscalização olhar no setor rural o que estamos passando. Muito obrigado.

O Sr. Presidente – Com a palavra, Vanderlei Antônio Chilese, também da Fetaemg, para formular sua pergunta.

O Sr. Vanderlei Antônio Chilese – Bom dia. Sabemos que a Conab tem muitos projetos, entre eles de estoque, que ainda não foram liberados. Como foi mencionado que os recursos estão disponíveis, quando os projetos serão liberados? Os projetos da Conab estão funcionando em várias regiões, entretanto, onde não há estrutura, as dificuldades são muitas não só em relação ao PAA, mas também ao PNAE. Falou-se sobre o Pronaf, o Mais Alimentos e os convênios do governo. É preciso desenvolver uma estrutura para as cooperativas, para as associações, a fim de que exista agilidade. Se estamos falando em fortalecimento da agricultura familiar, nós, que estamos nos Municípios mineiros, sabemos das dificuldades, ainda que existam avanços relativos ao crédito. Na ponta, nós das associações e de cooperativas, não temos a infraestrutura necessária. Para o agricultor se deslocar 50km, 60km, para entregar produtos numa escola ou num projeto do PAA, é muito difícil.

No Estado, é preciso mais agilidade dos órgãos. Há muitas associações e cooperativas, mas é complicado regulamentá-las. Para que tenham inscrição estadual e registro de cooperativa, as dificuldades são muitas. Precisamos regularizar as instituições, caso contrário não teremos condições de acessar todos esse programas. Obrigado.

O Sr. Presidente – Com a palavra, o Sr. Haroldo Ferraz, militante de movimentos sociais, para que faça sua pergunta.

O Sr. Haroldo Ferraz – Dr. Marco Antônio, o senhor disse que há financiamento de tratores e carros para os agricultores, com 3, 10 anos de carência. Dr. Marco, primeiro, precisamos montar a nossa casa e, para isso, é preciso energia elétrica com pivô central e irrigação, a fim de que possamos trabalhar e plantar milho e feijão - o milho, para fazermos pamonha, e o mingau, para abastecermos as escolas municipais, estaduais e federais. Se investirmos em tratores e carros, daqui a pouco ficaremos como aqueles que investiram na vaca preta e, hoje, estão pendurados no Banco do Nordeste e no Banco do Brasil e nem sabem se ganharão um quinhão de terra por conta das dívidas.

Sabemos que há uma emenda na Câmara dos Deputados. Se cada Deputado conseguisse um trator para o pequeno agricultor, ficaríamos agradecidos. Precisamos que vocês nos ajudem. Estamos fazendo a nossa caminhada, a partir de agora. Precisamos do apoio de quem? Do Ministério da Agricultura e do MDA, para termos condição de trabalhar. Não sei por que foi desativado o Ministério da Agricultura em Montes Claros. O que acontece? Por meio dos projetos de vocês, vamos ter condição de trabalhar na suinocultura, na criação de peixe, de frango e de vaca leiteira. Vocês são fiscais, e nós, mais ainda. Nas roças e nos assentamentos que vemos por aí, ao invés de os Prefeitos mandarem merenda para as escolas, para que as nossas crianças sejam bem alimentadas, dão pipoca com suco, como já vi, o que é um absurdo. Vocês precisam ir ao campo para pesquisar, fazer levantamento do trabalho que fazem lá. O dinheiro é dado aos Prefeitos, que roubam, têm ficha suja. Que "desgrama" é essa? O sujeito está precisando de apoio para incentivar quem? Os sindicatos, as federações. Somos fiscais e podemos dizer isso a vocês. Companheiros, saiam das suas salas com ar-condicionado, vão para o campo, senão daqui a pouco terão gripe suína. O próprio ar atrapalha vocês. Vocês precisam ir para o campo para suar e ver o que acontece na área rural. Gostaria que vocês fossem para lá com bons tons e boas vistas, para que possamos trabalhar em prol disso. Muito agradecido.

O Sr. Presidente – Com a palavra, o Sr. Joaquim Carlos, da Cáritas de Paracatu, para formular a sua pergunta.

O Sr. Joaquim Carlos – Boa tarde. Primeiramente quero externar a nossa preocupação. Faço parte do Consea. Todos da Mesa falaram sobre a alimentação saudável. Também sou da Cáritas Diocesana, que trabalha com a agricultura familiar. Na terça-feira, vi no "Globo Rural" - muitas pessoas devem ter visto – que foi vetada a venda da laranja produzida em São Paulo para os Estados Unidos, por ter grande índice de agrotóxico. Por isso, a laranja está sendo adotada na alimentação escolar, excluindo outros alimentos e sendo dada até três vezes em um só turno. Gostaria de pedir aos órgãos federais que fiscalizassem isso. Hoje vi uma repórter da TV Globo fazer propaganda para o povo brasileiro tomar suco de laranja, porque essa fruta está barata. A laranja não está sendo vendida aos Estados Unidos, porque detectaram veneno nela. E, no Brasil, a TV Globo – na maioria das vezes, somos escravos das reportagens da Globo – insiste em que o povo brasileiro introduza mais laranja em sua alimentação, por estar barata. Queria fazer esse alerta.

Também gostaria de fazer uma pergunta à minha colega Jacqueline sobre o programa estruturador. O programa está atendendo a todo o Estado? Se não, quando vai atender? Qual o recurso despendido este ano pelo programa? É apenas isso.

O Sr. Presidente – Por último, com a palavra, a Sra. Abigail Rocha, do Consea. A pergunta dela é dirigida ao Bismarck.

A Sra. Abigail Rocha – Bom dia. Sr. Bismarck, o senhor disse hoje que o processo de venda por meio do Ceasa é apenas de sete minutos para a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Então, eu lhe pergunto: como fica a questão das licenças, por meio do IMA, para a certificação de produtos livres de agrotóxicos, bem como a Vigilância Sanitária?

O Sr. Presidente – Retomando à ordem dos debatedores, quem fez a primeira pergunta foi o Sr. José Antônio Dias, da Cooperativa de Hortifrutigranjeiros do Estado de Minas Gerais. Não sei exatamente quem poderá responder a ela. Há perguntas escritas, e essa, oral, do Sr. José Antônio Dias. Com a palavra, para responder a ela, o Sr. Marco Antônio Viana Leite. Ele responderá também a outras perguntas.

O Sr. Marco Antônio Viana Leite – Vou começar respondendo ao questionamento do Sr. Haroldo Ferraz. Como minha fala é muto rápida, talvez não tenha ficado claro quando me referi a isso. O programa Mais Alimentos tem 3.600 itens inclusos, que poderão ser comprados pelos agricultores familiares. Dentre eles, há os tratores, mas ali há equipamentos de irrigação, matrizes e reprodutores. São 3.600 itens, todos eles acessíveis. Quando falamos em inclusão tecnológica na agricultura, vem a nossa cabeça a questão do trator. Esse é o primeiro ponto. Respondendo às perguntas, separei cinco para serem focadas. Uma foi feita pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Botumirim, Sr. Sebastião Teixeira de Sousa. Ele pergunta por que, no programa Mais Alimentos, falta assistência técnica nos Municípios. Vou juntar quatro perguntas que têm temas similares. O Presidente do Sindicato Rural de Mirabela, Euclides Rodrigues, pergunta como a agricultura familiar, os pequenos, participa do programa Mais Alimentos. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília de Minas, por meio do Sr. Dirceu Fernandes, diz que há dinheiro no programa Mais Alimentos, mas que, quando ele chega às agências bancárias, não sai. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintópolis, Abel Guimarães, diz que os bancos não incentivam a compra de máquinas agrícolas em sua região, pois têm receio de que os agricultores familiares não as paguem. Juntei as perguntas para facilitar a resposta, pois são temas similares.

Foi me perguntado por que estamos incentivando o Mais Alimentos e menos a assistência técnica. Na verdade, não é por aí. Estamos trabalhando, há uma aplicação de recursos. Estava previsto para o Argileu estar aqui, e imagino que ele tenha vindo. Existe, sim, uma aplicação de recursos em assistência técnica. Ela tem aumentado nos últimos anos, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e tem aumentado também por meio do governo de Minas, acredito eu. A base de qualquer política para a agricultura familiar é a assistência técnica. Temos, a cada dia, de debater e ampliar esse processo. Fizemos um fórum e discutimos a assistência técnica. Trata-se de um dos fóruns mais demandados. Sabemos da importância da assistência técnica para a implementação de qualquer política. Esse é o primeiro ponto. O acesso ao Mais Alimentos está vinculado, no primeiro ponto, à assistência técnica. Os interessados devem se dirigir aos escritórios da Emater no Município, fazer o projeto e encaminhá-lo aos bancos.

Caso isso não se resolva, solicito que encaminhem "e-mail" para nós, maisalimentos@mda.gov.br. Esse é o nosso contato. Encaminhem suas dúvidas, que entraremos em contato direto com a agência bancária e verificaremos qual é o problema, o que está acontecendo. Esse é um foco importante desse processo que conhecemos, e sabemos bem o que precisa ser feito.

Há mais três perguntas. De Antônio Marques, de sindicato rural: "Qual é a maneira de esses tratores chegarem às mãos das associações?". O governo federal, no PAC II, lançou o programa de estruturação dos Municípios e associações, para os quais serão disponibilizadas cerca de 1.500 patrulhas mecanizadas. Fiz um "mix", com três tipos de patrulhas mecanizadas para os biomas. Essas patrulhas serão disponibilizadas para os Municípios, que as disponibilizarão para as associações. Serão 1.500 patrulhas mecanizadas e também retroescavadeiras e motoniveladoras, que contribuirão para a segurança alimentar e ajudarão a resolver problemas de logística. O Vilson, da Fetaemg, também abordou a importância disso.

Pergunta de Fernanda Rosa, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jordânia: "Para a safra 2012-2013, estarão disponíveis as caminhonetes financiadas pelo Mais Alimentos?". Participei de reunião, esta semana, com representantes da Volkswagen, Ford, Chevrolet e Peugeot, para discutirmos os preços dessas caminhonetes, que hoje estão em torno de R$31.000,00. Estamos fechando com eles o preço de R$25.000,00 ou R$26.000,00, adquiridas através do programa. A proposta é que essa aquisição esteja disponível nos próximos 30 a 40 dias, em nosso sistema, para os agricultores familiares.

Pergunta de Juarez, de sindicato de trabalhadores rurais: "Por que todas as medidas de renegociação emitidas pelo governo dão sempre mais ajuda para inadimplentes, e não para os adimplentes?". Essa é uma reivindicação antiga de todos os agricultores. Às vezes, quem não paga é mais beneficiado do que quem pagou. Pelo último Manual de Crédito Rural – MCR -, pelas últimas medidas tomadas pelo governo, isso não está acontecendo mais. É claro que temos uma carteira de crédito que precisa ser limpa. Muitos agricultores familiares do Pronaf A receberam crédito, mas ainda não tinham aptidão para trabalhar com agricultura familiar. Nós do governo devemos ter sensibilidade para pensar esse problema, porque ele precisa ser resolvido. Não dá para conceder perdão total da dívida nesse processo. Sabemos que também não dá para ficar fornecendo Bolsa Família o resto da vida. Precisamos trabalhar de forma a trazer esse agricultor familiar novamente para o acesso ao crédito, mas não podemos penalizar quem já pagou. Temos de conceder benefícios paritários.

A inadimplência, especificamente no Mais Alimentos, onde existem cerca de 200 mil contratos, é baixa. Claro que grande parte desses contratos começou a vencer no final de 2011, início de 2012, e a inadimplência não chega a 1,5%. Cerca de 3% do "spread" de perda é bancado pelo governo. O valor está dentro da margem, é normal. Até então, estamos muito tranquilos com a inadimplência no programa Mais Alimentos. Grande parte da inadimplência existente ainda é do Pronaf A ou do Pronaf B. Não podemos privilegiar quem não paga, mas sim quem paga. A lógica do governo, a partir de 2011, deixou mais claro que se deve privilegiar quem paga.

Agradeço a todos vocês. Não existe inclusão sem tecnologia. A melhor forma de incluir é através da educação e da tecnologia. O Mais Alimentos é um programa de inclusão tecnológica. A agricultura familiar é responsável por mais de 50% da alimentação que está na mesa do consumidor, de todos nós. Temos a certeza de que foi um programa acertado, ao qual desejamos agregar mais famílias.

Agradeço o espaço a mim concedido neste debate. O tempo foi pequeno, gostaríamos de falar por uma hora, mas, depois, poderemos conversar um pouco mais. Podem procurar-nos por meio do "e-mail" maisalimentos@mda.gov.br, que responderemos a qualquer crítica ou receberemos sugestões e sanaremos dúvidas. Muito obrigado, Deputado Vanderlei Miranda.

O Sr. Presidente – Com a palavra, o Sr. João Augusto de Freitas.

O Sr. João Augusto de Freitas – O companheiro Vilson, da Fetaemg, referiu-se à questão da logística. Nessas unidades de apoio à distribuição de alimentos da agricultura familiar, as primeiras contratações começaram a ser feitas em 2011, em Territórios da Cidadania. Foram 26 unidades para 24 Territórios, e, neste ano, 73 unidades para 43 Territórios da Cidadania. Depois de atingirmos os 120 Territórios, queremos ir para outras áreas, outras regiões e, para isso, estamos fechando com o FNDE, o PNAE, o possível financiamento de caminhões para ajudar, na logística, no transporte de alimentos da agricultura familiar. Essas unidades ainda não estão implantadas, mas em fase de contratação para implantação. É uma ação nova, que o MDS desenvolve em parceria com o MEC. Trazemos essa pauta para que vocês, do Movimento das Margaridas e do Grito da Terra, comecem a pautar fortemente essa demanda, para que ela seja ampliada para além dos Territórios da Cidadania. O financiamento dos caminhões será fundamental para a logística.

Aproveito para responder a uma pergunta feita por Aline Oliveira, gerente de vendas da Cooperativa Agrícola do Alto Rio Grande, de Lavras: "Como a cooperativa pode acessar a Unidade de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para oferecer suporte aos seus cooperados? Esse apoio se estende à distribuição de logística do produto beneficiado?". Sim, essa unidade de apoio tem caráter multifuncional e também pode fazer o processamento. Como disse ao Vilson, a partir de 2013, com essas unidades implantadas, começaremos a financiar o transporte, a logística, assim os cooperados, as cooperativas e as associações poderão ter acesso sim. Como essas primeiras unidades estão em Territórios de Cidadania, será importante a pactuação em cada região, pois, apesar de estarem em um determinado Município, visam a atender ao conjunto do Território.

Esse entendimento entre as cooperativas, sindicatos e associações visa garantir o acesso a essas unidades. Calculamos que o tempo médio para que essas unidades estejam implantadas e funcionando é em torno de um ano e meio. Será fundamental, portanto, a fiscalização de vocês junto aos Municípios. Podemos passar para a Fetaemg as unidades que já foram contratadas em 2011 em Minas e as que estão sendo contratadas em 2012, a fim de que vocês possam, na ponta, junto ao Município e à Caixa Econômica, acompanhar a implementação. Cada unidade tem quatro metas. Uma é o projeto básico de arquitetura e engenharia, que o Município tem de executar. A segunda meta é a execução da obra em si. A terceira é a compra de equipamentos para a unidade, e a quarta é o material de consumo. O controle social de vocês, para agilizar esse processo junto à regional da Caixa no Estado e ao Município, é fundamental para que não aconteça como alguns equipamentos, que demoram cinco, seis anos para serem implantados. Queremos fazer a implantação num prazo máximo de dois anos.

A outra pergunta foi feita pela Soraia Souza, da Prefeitura de Belo Horizonte – Secretaria de Segurança Alimentar do Município: "Por que o PAA municipal – compra direta com doação – utiliza como parâmetros de preço os praticados pela Conab, e não os praticados pelos Ceasas locais?". O Ceasa é o nosso operador nacional, tem capilaridade nos vários Estados. Se pulverizássemos localmente esses preços, não teríamos o controle. Como a Conab acaba operando grande parte do recurso que o Ministério do Desenvolvimento Social repassa, teríamos muitas dificuldades em trabalhar localmente. No entanto se recomenda – e a Conab faz isso – levar em consideração os preços locais praticados pelo Ceasa, mas a Conab tende a uniformizar isso nacionalmente.

Queria citar um comentário feito por um produtor quando abordou a questão do conjunto das informações, muitas palestras, muitos dados. Concordo com ele, temos de repensar esses formatos para os próximos encontros; fazer uma articulação prévia entre nós, até em nível de governos, para apresentarmos algo mais consistente e articulado. Muitas ações do governo federal e do governo de Minas acontecem em parceria, e poderíamos até apresentar isso conjuntamente para dar uma ideia de articulação e intersetorialidade e fortalecer o debate. Talvez menos expositores na Mesa; enfim, a ideia é boa.

Por outro lado, estamos ainda num processo de construção das nossas políticas, muitas ainda não foram consolidadas. Eu participava de debates há 10 anos, inclusive com a Fetaemg – está ali o companheiro Rômulo, prazer em revê-lo. Naquela época, final de década de 80 e início da década de 90, período ainda forte do neoliberalismo e da ausência do Estado, brigávamos para o Estado formular políticas que fossem ao encontro da agricultura familiar. Hoje estamos debatendo como aprimorar, melhorar e avançar nas políticas que o Estado vem construindo ao longo desses 10 últimos anos. Isso é fundamental porque, no Estado, se não houver essa interlocução direta com a sociedade, tendemos a nos acomodar com as políticas que foram feitas e achar que são suficientes. Esse questionamento é fundamental para não nos acomodarmos no aparelho de Estado e para que possamos ajustar permanentemente as políticas, avançando e ampliando a inclusão do conjunto dos agricultores familiares. Não podemos nunca perder isso de vista, tanto nós que estamos dentro do Estado quanto vocês que estão fora dele, que estão no papel de questionar e de avançar nessa consciência.

Encerrando, quero falar de uma coisa de ordem mais geral. Nos últimos 10 anos, conseguimos manter a estabilidade da economia, o que foi importante para valorizar o salário mínimo, a previdência rural, o Bolsa-Família e avançar em algumas ações da agricultura familiar, do ponto de vista social e econômico. Existe uma terceira área que estamos devendo, como sociedade e como Estado. Do ponto de vista cultural e educacional, da formação política de um novo modelo de Estado, deixamos a desejar. Falo da reforma política do Estado, falo da reforma administrativa do Estado, o que faz com que não tenhamos garantia de consolidação de algumas ações que fizemos nesses 10 anos. A Argentina, a Bolívia, a Venezuela, o Equador estão avançando e nós, no Brasil, temos que ter um

avanço cultural, um avanço educacional, um avanço de consciência crítica, porque ainda estamos sendo pautados somente pela mídia. E o grande debate sobre as políticas estratégicas não aparece na mídia, e deixamos a desejar com relação a isso. Muito obrigado e um bom ciclo de debates para vocês.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Com a palavra, o Sr. Élido Bonomo.

O Sr. Élido Bonomo – Em função do adiantado da hora, vou direto às perguntas, com respostas objetivas. Alice, da Universidade Federal de Lavras, pergunta por que o programa de abastecimento não abrange as universidades federais e estaduais, podendo ser destinados também recursos da alimentação na agricultura familiar. O Arnoldo já falou um pouco sobre isso. As universidades podem, com recursos próprios, só que elas são de outra dotação. As universidades federais e os restaurantes são mantidos por outra dotação. Existe a escola, a pré-escola, o ensino fundamental, o ensino médio, a EJA e o Mais Educação, que são abrangidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. As universidades federais, se quiserem comprar da agricultura familiar, deverão fazê-lo com recurso de sua própria dotação, tanto da federal quanto das regionais.

O Jorge pergunta qual é a dificuldade para se colocar o leite e derivados na alimentação escolar e em creches. Talvez o Marcílio, que é veterinário, possa nos ajudar. A nossa legislação sanitária foi feita em outro período, para a agroindústria. Ela precisa de uma adequação, o que não impede que o Município ou o IMA possam fazer esse acompanhamento ou fazer o Sistema de Inspeção Municipal ou outro sistema que garanta isso. O problema é comprarmos uma galinha ou um porquinho para comermos em família; outro é levar esse alimento para 5 mil pessoas. Uma contaminação é de responsabilidade do responsável técnico e do produtor. Essa tem sido uma das grandes discussões nas formações de que temos tratado.

Há algumas soluções, mas que não servem para todos. São soluções em que o agricultor repassa o produto para algum laticínio ou algum frigorífico, disputa como agricultor, recebe do programa de alimentação escolar e paga a parte que compete ao laticínio ou ao agricultor. Algumas experiências deram muito certo, não sei se continuam e se essa é a melhor alternativa, porque alguns locais não têm frigorífico nem laticínio.

Há uma pergunta da Alcione, da Secretaria de Estado de Educação, mas acredito que não sou a melhor pessoa para responder a ela. O que tem sido feito para viabilizar a compra para as escolas de Belo Horizonte? Não sei se ela está se referindo às escolas municipais ou às estaduais, e só quem é gestor poderá dizer o que está sendo feito. Como a resolução e a lei falam que acima de R$100.000,00 a compra deve ser especificamente de DAP jurídica, só as cooperativas e associações têm que fornecer. Então, existe uma discussão com as cooperativas para ver como fornecer, não apenas para Belo Horizonte, mas também para as grandes cidades. Isso está sendo discutido em Minas Gerais. Em relação à iniciativa específica do Estado e dos Municípios para comprar da agricultura, não sei dizer o que está sendo feito atualmente.

A Aline, da Cooperativa Agrícola do Alto Rio Grande, pergunta sobre a alteração da Resolução 38. Ela permite um limite máximo de até 20 mil por DAP. Ela é individual. Se há uma cooperativa com 20, 100 ou 200 cooperados, multiplica-se isso pelo número de DAP física dentro da DAP jurídica da cooperativa. Portanto, a cooperativa não pode se limitar a 20 mil, mas sim multiplica-se pelo número de cooperados, obviamente pensando-se num limite para atender a mais agricultores.

O Jô pergunta qual a punição aos Municípios que não tiveram nenhuma ação. Ele está se referindo aos 35 Municípios que citei e que não participaram de nenhuma ação do Centro Colaborador da Ufop. Não há punição, por isso ele é de livre iniciativa. Mandamos um recado, um "e-mail" dizendo que há, por exemplo, um reunião em que se discutirá com um nutricionista. Procuramos saber o nome e telefonamos várias vezes. Algumas vezes o próprio trabalhador não quer, outras vezes não é liberado. O mesmo acontece com os CAEs e a mesma coisa com os agricultores. A ideia do Centro Colaborador não é punir, nem fiscalizar, mas colaborar para ampliar o conhecimento e a informação em torno do tema, para que tenhamos um programa que funcione adequadamente.

Vamos a mais duas perguntas que, na verdade, são duas afirmativas. A Laurita Oliveira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeira, diz que foi feita uma ação inicial de visitar os Municípios. Isso pode continuar por mais um tempo. O Centro Colaborador do Programa Nacional de Alimentação Escolar tem duas ações no Municípios. Uma é a que chamamos de assessoria. Uma dupla vai e fica três, quatro dias discutindo com todos os autores e pactuando ao final. Depois de um tempo, volta para ver se o pacto foi cumprido. Há uma outra que é uma experiência nova com território. Mandamos um educador, um articulador, um agrônomo e um nutricionista, que fica na região dialogando com os trabalhadores, com os gestores, dentro de uma outra metodologia. Esse são 90 dias. Funciona dessa forma porque o recurso que temos financiado pelo governo federal é para 90 dias e mantendo as pessoas da região, que depois vai para outro território. Assim, a ideia é essa. Então, acontece no Município que já tem denúncia, que já está em diligência, que tem um CAE que não funciona, que não tem regimento, que não está comprando. Fomos, então, a 94, e mais 5 territórios no final do ano.

Por último, a Isaura, do CAE de Manhuaçu, diz que há um número de quase 8 mil alunos e que várias vezes já fizeram esforços para contratar mais profissionais da nutrição. Só há lá um nutricionista. Em relação a isso, tenho estimulado o Conselho Regional da 9ª Jurisdição, que é aqui em Minas, que presidi no passado, a visitar e fiscalizar. Há a Resolução nº 465, do Conselho Regional de Nutricionistas, que define as atribuições do nutricionista no Programa de Alimentação Escolar e que deu parâmetros pelo número de alunos, o número que deveria existir. Como é uma resolução, muitos governantes não obedecem a legislação argumentando que ela não tem força de lei. É uma disputa tentando convencer o governo para que tenhamos mais profissionais, como é o caso do Estado que, há alguns anos, vem prometendo nutricionistas por superintendência, mas até hoje não tem. Achamos que esse profissional é fundamental, entre outros, para colaborar na execução do programa.

Assim, concordo com as exposições sobre número de pessoas, sobre falas, que o ciclo de debates tem de ter consequência depois de realizado. Em vários ciclos de debates de que temos participado, Vilson, temos dado conta de executar apenas algumas coisas. Não podemos, então, ser mais um ciclo de debates que traga as pessoas e que não tenha consecução na profundidade que merece. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Jacqueline Junqueira.

A Sra. Jacqueline Junqueira - Foram feitas perguntas por Laurita, de Bandeira, Adriana, de Muriaé, Alcione, da Secretaria de Educação, e Joaquim Carlos, da Cáritas. Reorganizei as perguntas. Há uma sobre o programa estruturador Cultivar, Nutrir e Educar: como ele chegará ao agricultor familiar na ponta?

Como diz D. Mauro Morelli, enquanto o alimento for tratado como mercadoria, haverá fome. O "como" é proposto de forma a respeitar o direito humano à alimentação adequada, com o desafio da intersetorialidade. Como esse programa quer chegar lá na frente? Com o conhecimento e a informação do que é segurança alimentar, usando menos os agrotóxicos, os venenos, e respeitando mais a sociobiodiversidade, valorizando a produção local e os modos de vida saudáveis. Então, esse "como" se refere à intersetorialidade. Essa é a grande inovação do Programa Cultivar, Nutrir e Educar. São as ações executadas lá na ponta pela Secretaria de Agricultura, por intermédio da Emater, do IMA, da Ruralminas e da Epamig; pela Secretaria de Saúde, por intermédio do Sistema Único de Saúde e, também, pela Secretaria de Educação, por intermédio das escolas estaduais. Esse programa não terá repasse para o agricultor inicialmente.

Há uma pergunta em relação ao volume de recursos existentes para esse programa neste ano. Temos as três Secretarias executoras. A Seapa tem R$1.000.000,00 sendo executados neste ano, R$500.000,00 na fonte do Estado e R$500.000,00 com uma emenda parlamentar. Na Secretaria de Saúde, temos R$1.500.000,00 sendo executados por intermédio da estrutura da própria Secretaria de Saúde, do Sistema Único de Saúde.

Temos, também, o recurso para a alimentação, que é o recurso que vem do FNDE, repassado diretamente para o Programa de Alimentação Escolar. O Estado de Minas Gerais descentraliza o recurso para as escolas. Portanto as Diretoras de escolas têm autonomia para fazer a chamada pública. No caso dos Municípios, as Prefeituras também fazem essa aquisição. No Município, há a execução, feita pelo próprio Município e pelas Diretoras de Escola. Ainda não há suplementação do Estado. No encaminhamento feito pela última reunião do Comitê Temático de Segurança Alimentar, formou-se um grupo técnico para fazer um estudo de viabilidade para essa suplementação, a fim de verificar quanto o Estado poderá suplementar para essa alimentação escolar nas escolas estaduais. Muitos Municípios já suplementam essa aquisição.

A Adriana pergunta sobre a agroindústria, mas não há previsão para este ano, embora esteja em nosso planejamento para o próximo ano que sejam feitos investimentos na agroindústria familiar. Neste ano, tanto o IMA quanto a Vigilância Sanitária estão se capacitando para cadastrar e habilitar a agroindústria familiar, a fim de apoiarmos essa agroindústria com investimentos no próximo ano.

Neste ano, inicialmente foram atingidos 45 Municípios. Temos a projeção de que esse programa seja ampliado para os demais Municípios gradativamente, atingindo o percentual de 853, ou seja, 100% dos Municípios. Ainda não temos a previsão de quando atingiremos os 853 Municípios; estamos aprendendo a fazer fazendo. A intersetorialidade é muito importante para que todos contribuam para uma articulação no Município.

Há uma pergunta em relação a Belo Horizonte: o que tem sido feito para a aquisição da agricultura familiar? Tanto em Belo Horizonte como nos outros Municípios, a orientação do Estado é uma só. A legislação orienta que seja feita a primeira chamada pública no Município. Não tendo no Município, como é o caso de Belo Horizonte, que tem uma limitação muito grande em relação à agricultura familiar, determina-se que também se faça a chamada no entorno. Sabemos que, na Região Metropolitana, existem agricultores, mas que, na cidade propriamente, há dificuldade, então já estamos vendo aqui uma janela de oportunidade com o Mercado Livre do Produtor para fazer a identificação e ampliar esse mercado também nos grandes centros, principalmente em Belo Horizonte, ou seja, buscaremos a estrutura para viabilizar também por meio do Mercado Livre do Produtor. Obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira.

O Sr. Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira - Obrigado, Deputado. Na relação de perguntas, há inicialmente o questionamento de um dirigente da Fetaemg cujo nome, desculpem-me, não guardei. Quero fazer um especial agradecimento a esse órgão, que tem sido um grande parceiro da Conab, trazendo críticas construtivas por meio de seu Presidente, Vílson, e também as preocupações de vocês, produtores rurais do Estado. Realmente, recebemos os questionamentos, principalmente do Vílson, e procuramos, de alguma forma, modificar e caminhar. Todas as considerações são pertinentes, e a Conab realmente tem tido sucesso no programa devido a essa parceria que temos construído por meio do Presidente Vílson. Muito obrigado.

O colega Virgílio, da Fetaemg, perguntou sobre os projetos. Realmente, temos em carteira mais de uma centena de projetos, que estão aguardando análise para efetivamente os implementarmos. Neste momento exponho, mais uma vez, uma preocupação. Citei que temos 117 projetos aparentemente prontinhos, engatilhados para a homologação por parte da Conab - são aproximadamente R$27.000.000,00 -, mas eles não andam porque as entidades não complementam a documentação. Seria, então, muito importante - e voltamos a falar das nossas parcerias - haver um grupo de acompanhamento, a fim de termos, no contexto do Estado, uma participação efetiva, com a contribuição da Emater, dos sindicatos e das associações. Assim, poderemos ter esses projetos implementados e não devolveremos o dinheiro, que está carimbado, aguardando a estruturação deles.

Então, senhor dirigente, efetivamente temos a preocupação de dar esse andamento. O quadro profissional da Conab, apesar de ser pequeno, tem feito um esforço muito grande, trabalhando diuturnamente, nos fins de semana e à noite, para todos os projetos serem encaminhados a tempo. Nesta semana mesmo, repassamos a Brasília uma dezena de processos cujo prazo inicial seria 31/8/2012. Graças a esse esforço, felizmente conseguimos fazê-lo. E recebemos a boa notícia de que foi assinado um termo de parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social para o repasse de recursos - são mais R$350.000.000,00. Esperamos que, até o final do ano, cresça muito mais o número de projetos em Minas Gerais. Não sei se respondi ao questionamento feito.

O Sr. Roberto Ribeiro - Boa tarde. Sou Diretor Executivo da Cooperativa Mista dos Assentados e Agricultores Familiares do Noroeste de Minas Gerais - Cooperfan. Queria falar da análise dos projetos. Neste ano refiz apenas um projeto por quatro vezes. Sabemos das burocracias. Concordo que, quando há a DAP vencida, realmente temos de refazer. Em relação às certidões, concordo também. Mas tem outra questão. Fiz um projeto e tive de refazê-lo quatro vezes. No projeto constava polpa de fruta. Todas as vezes que me mandaram refazer o projeto, não falaram da questão da polpa de fruta. Falaram que eu havia colocado polpa de fruta, mas não

havia especificado que polpa. Sempre fizemos projeto, mas nunca especificamos porque o preço da fruta é o mesmo. Da primeira à quarta vez poderiam ter me pedido para retificar isso. As frutas do agricultor familiar são de época. Não dá para especificar a fruta. Não posso colocar "abacaxi", porque não vou ter abacaxi para entregar o ano inteiro. Não posso colocar "manga" porque não vou ter manga o ano inteiro. Estou falando no caso específico da polpa de fruta, e gostaria que a Conab fizesse uma revisão disso.

Outra questão: tenho 35 instituições inscritas no meu projeto. Toda vez que vou fazer uma mudança, tenho de pegar 70 assinaturas de Diretoras e representantes das instituições. Como fui pegar a assinatura das Diretoras quatro vezes, elas já estão desconfiando de mim. Vou lá, pego a assinatura, e o projeto não acontece; volto lá e pego outra assinatura, e novamente o projeto não acontece. Gostaria de ver com a Conab uma forma de resolver isso, porque não tenho mais coragem de pegar assinaturas. Liguei à Conab falando que tentaria mais uma vez, mas que, se não desse certo, eu ia desistir porque não tinha mais cara de pegar assinatura das Diretoras. Pedi até que devolvessem o projeto para eu mostrar que o projeto não deu certo por esse ou aquele motivo, mas também não pode. Sei que às vezes não depende da Conab Minas, é uma norma da Conab, mas temos de ver uma forma de facilitar isso. Essa é minha fala. Desculpem-me.

O Sr. Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira - Está correto. Existe um grupo gestor em Brasília ao qual nós vamos levar essas questões. Você sempre deve nos mostrar isso para que possamos mudar o que está lá normatizado. Sabemos tranquilamente da sazonalidade da produção de determinadas polpas, mas as orientações emanadas desse grupo gestor para a Conab cumprir são assim. Então temos de tentar modificar essa questão na raiz. Vou registrar sua sugestão e vamos levá-la à frente.

Sei que o tempo está correndo, por isso vou tentar ser bem sintético. Existem outras questões. O Sebastião Pereira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Botumirim, pergunta qual a lei que o Município tem de ter para contratar com a Conab. Não existe lei. Como demonstrei, a Conab é executora dos programas sociais de abastecimento do governo federal. Assim como existe o PNAE, se ele optar por entregar em outro programa social não tem problema nenhum. A determinação da política do abastecimento social agroalimentar do País passa pelo Ministério da Agricultura e pela Conab, só por isso não existe obrigatoriedade.

Duas perguntas que tenho aqui já foram mais ou menos respondidas. É sobre a questão de preço de referência. Essa é realmente uma grande preocupação nossa porque, como eu disse, o preço de mercado acompanha a lei tradicional da oferta e da procura. Em dado momento se faz um projeto em que o preço está estipulado como média do Estado e, de repente, esse preço sobe por uma crise de produção. Então, a Conab não tem essa flexibilidade de gerenciar o preço. Nas oportunidades que tenho ressalto em Brasília que deveríamos ter uma flexibilidade. Nosso Estado é um país. Os preços do Norte de Minas não podem ser iguais aos do Sul de Minas porque o custo de produção do agricultor do Norte é diferente do do produtor do Sul de Minas. Deveríamos ter de alguma forma essa flexibilidade de trazer no projeto os preços diferenciados. Seria bom termos condições de avaliar o preço em um período de tempo menor. Ou seja, gostaríamos que essa tabela de preços para os produtos fosse atualizada em menos meses. O sinal tocou para mim. Sou respeitador, mas não sei se devo continuar respondendo às perguntas que me foram feitas.

O Sr. Presidente - O senhor poderia eleger uma pergunta que respondesse à maioria das outras.

O Sr. Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira - Bom, vou dar uma sugestão. Existem duas ou três perguntas que informam o seu endereço eletrônico, e a Conab poderia responder a elas diretamente aos interessados. Uma das pergunta é da Cooperativa Agrícola do Alto Rio Grande. A pergunta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Padre Carvalho não tem endereço eletrônico, mas há uma outra aqui que tem. Nesse caso, vou responder às perguntas que não informaram o endereço eletrônico.

O Sr. Presidente - O senhor poderia responder a elas por "e-mail".

O Sr. Marcílio Magalhães Vaz de Oliveira - O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Padre Carvalho quer saber quais documentos os agricultores familiares precisam para poder entregar seus produtos, ou melhor, para participar desse programa de venda de alimentos. Todas essas informações estão disponibilizadas no "site" da Conab, por meio de um programa extremamente simples de ser preenchido. Entretanto o referido preenchimento não pode ser feito por agricultor, e sim por associação ou cooperativa. Como já disse, todas essas informações estão disponibilizadas no "site" da Conab, www.conab.gov.br., dentro do programa da agricultura familiar. Todas as informações estão lá.

Além disso, a Conab de Minas Geais se coloca à disposição de qualquer agricultor para falar diretamente com ele para esclarecê-lo e orientá-lo como proceder nesse projeto. Só oriento os senhores para que não procurem determinadas instituições que estão surgindo no Estado para fazer projetos, porque elas estão exaurindo os pequenos recursos dos agricultores, inclusive cobrando taxas exorbitantes para fazer projetos. No mais, estamos à disposição de vocês como não poderia ser diferente. Muito obrigado.

O Sr. José Antônio Dias Silveira - Deputado, se V. Exa. me permite, gostaria de dizer que a primeira pergunta que foi feita não foi respondida, e a resposta que agora foi dada tem a ver com a minha pergunta.

São imputadas às cooperativas e associações algumas responsabilidades. Compete à cooperativa fazer o cadastramento e entregar a produção do cooperado nas escolas. Aliás, a minha pergunta questiona exatamente isso. O que está sendo feito em apoio ao desenvolvimento do associativismo e do cooperativismo para que as cooperativas e associações possam prestar aos seus associados ou cooperados o trabalho de sua competência? Como exemplo, foi citada várias vezes a Prefeitura de Belo Horizonte. Assim, é importante esclarecer que, para entregarmos os nossos produtos para as escolas de Belo Horizonte, é necessária uma frota de 12 caminhões para atender à demanda de todas as escolas de Belo Horizonte, porque aqui praticamente não há produção. Como o produtor da agricultura familiar poderá prestar um serviço como esse se ele não tem condição de fazê-lo sozinho e se as cooperativas e associações também não tiverem condição de dar-lhe esse suporte? A minha pergunta é: o que está sendo feito e como proceder para dar às cooperativas e associações o apoio que será repassado aos nossos cooperados?

A grande dificuldade das associações e das cooperativas é justamente na hora de acessar o crédito. É difícil conseguir mais de R$100.000,00 para comprar um caminhão se não tivermos garantia. Sem garantia, não há compra. Além disso, normalmente as pequenas cooperativas e associações não têm como dar essa garantia. Era isso. No mais, queremos o apoio do governo do Estado e do governo federal para que essa condição seja criada, a fim de que as cooperativas e associações prestem esse apoio aos produtores.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. José Bismarck Campos.

O Sr. José Bismarck Campos - Agradeço à nossa companheira a pergunta sobre o processo de cadastramento dos produtores em nosso MLP. De maneira bem sintética, explicarei como funciona o processo e de quem são as responsabilidades.

Nesse processo, o agricultor vai, a qualquer momento, a uma central nossa, que estará totalmente pronta para recebê-lo. Em questão de minutos, ele pode pegar uma autorização precária e provisória para a comercialização do seu produto, com validade de um dia, e poderá comercializar a sua safra tranquilamente. Terminado o processo de comercialização, ele retorna à central para esclarecimentos sobre a documentação necessária. A partir desse esclarecimento, o seu prazo é prorrogado para 30 dias.

Nesse período, exigimos dele o seguinte: temos um convênio firmado com a Emater para que o técnico visite a sua produção e nos encaminhe um atestado dizendo que aquele produtor, efetivamente, é da região e informando o que produz e qual é o seu período de produção estimado. Com base nisso, ele retorna com mais alguns poucos documentos. Emitimos um crachá definitivo, que será o seu documento de comercialização.

Reduzimos muito esse tempo, pois, antes, teria de entregar cópias de diversos documentos, foto 3x4 etc. Tudo isso foi abolido. Fazemos a captura eletrônica da imagem, e os documentos são apresentados uma única vez. Inserimos essa documentação no sistema. Isso melhorou e agilizou muito o processo.

Ela fala sobre os laudos do IMA em relação à questão sanitária. Temos uma parceria muito grande e próxima com o IMA, que tem um laboratório de química agrícola instalado no próprio Ceasa de Contagem. O IMA tem um posto para verificar as nossas portarias, mas não nos cabe exercer a mesma função que ele tem de fiscalizar a sanidade. E o mesmo acontece com os atestados da Emater, pois acreditamos na parceria com os outros órgãos e no projeto.

A segunda pergunta é do Vitório Aparecido, de Uberlândia, da Sohorta: "Por que o Ceasa não tem se empenhado na formação da cooperativa criada no MLP de Uberlândia?".

O Sr. Vitório Aparecido Franzão - Essa cooperativa foi formada praticamente no começo do ano e já conta com mais de 50% dos produtores do MLP de Uberlândia. Ela foi formada no MLP e teve início na Secretaria de Agricultura do Município de Uberlândia. A Seapa também se envolveu nessa questão. O Lucas esteve lá com o Tizé. A Emater abraçou a causa. Somente o Ceasa não se envolveu. Para liberar uma sala, que estava fechada, foram necessários seis meses. Essa sala era necessária para que, pelo menos, a cooperativa pudesse fazer o pagamento dos seus produtores.

O Ceasa não se envolve. Tenho sentido que ele se considera o local do comerciante, e não do produtor. Ele só se envolve com cobranças de tarifas e com disponibilidade do local para o produtor trabalhar, mas não se envolve com projetos para desenvolver a agricultura. O que o Ceasa poderia fazer para melhorar a situação da agricultura familiar?

O Sr. José Bismarck Campos – Vitório, posso dizer o seguinte: temos mantido contato e estamos verificando alguns projetos, como para melhorar, na unidade de Uberlândia, a informação de mercado e dos preços. Temos a seção de unidade no interior, na qual você tem uma atuação grande, que é a coordenada pelo Toné. Está presente o Joaquim, que trabalha em nosso setor de qualidade, que é bem envolvido com o cooperativismo. O Joaquim, de uma forma geral, trabalha no barracão do produtor. Representando o João e a direção do Ceasa, posso garantir que a nossa política sempre foi de apoio ao produtor.

Há diversos produtores aqui. Uma cooperativa de Belo Horizonte que se encontra presente pode atestar isso que estou falando. Você acha que apoiamos a venda de tarifa, mas quero deixar claro que temos uma consciência muito grande da importância dos agricultores - como mostrei na minha exposição -, da democratização do espaço. Sabemos que o MLP deve ser usado por todos os produtores, de todas as regiões e que não deve haver, de maneira alguma, privilégio nessa ocupação. Tentamos, ao máximo, dar essa igualdade no uso, todo o tempo.

Pela sua pergunta, você falou da necessidade de uma parceria maior. Sugiro-lhe que procure o Joaquim. Posso afirmar que a palavra de toda a nossa direção é a seguinte: o Ceasa apoia o cooperativismo. Diversas ações comprovam isso. Se há uma questão localizada em um projeto, em Uberlândia ou em uma cooperativa, é fácil resolvê-la: vamo nos sentar com o Joaquim e ver em que o Ceasa pode apoiar, não é, Joaquim? O Joaquim está à sua disposição.

O Sr. Presidente – Com a palavra, o Sr. Lucas de Oliveira Scarascia.

O Sr. Lucas de Oliveira Scarascia – Obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. Vou procurar ser breve, porque já são 13h15min. Estamos falando do painel "Abastecimento alimentar, comercialização e acesso ao mercado". É impossível discutir um tema desses em uma hora e meia. Foi consenso entre nós que a Mesa está grande, apesar de todas as palestras serem importantes. Precisamos melhorar a metodologia desses ciclos de debates, para darmos mais chances a todos e, por isso, provocamos a realização de um seminário estadual sobre abastecimento alimentar que envolva todos vocês. Rediscutir isso e, em três dias, falar de abastecimento alimentar, comercialização e acesso a mercados não dá. Esses temas são muito amplos e precisam ser objeto de um debate mais extenso.

Foi dito pelo João Augusto, do MDS, que multinacionais têm tomado conta dessa cadeia agroalimentar. Até 1991, o Walmart e o Carrefour não tinham uma loja fora dos seus países e, hoje, já têm quase 10 mil lojas no mundo inteiro. Então, como a agricultura familiar vai enfrentar esse grande desafio? O Vilson tem falado muito sobre infraestrutura.

Na sua fala, o José Antônio abordou três pontos. Primeiro, que este não é um ciclo de debates, mas um ciclo de palestras. Realmente, discordamos um pouco dessa metodologia que foi proposta, apesar de estarmos participando, mas, obviamente, é uma construção coletiva. Segundo, que deve ser considerada a experiência dos agricultores na assistência técnica. Aí, ele fala de um evento interessante e que faz contraponto à Semana do Fazendeiro, que é a troca de saberes na UFV, coordenado pelo CAA, que leva em consideração a experiência dos agricultores, que tem de ser considerada.

A pergunta do Carlos Miguel, técnico da Emater de Uberlândia é na linha do que o Vilson disse: "Ô, Lucas, vamos aproveitar o MLP, os barracões produtores". Eles nada mais são que unidades de centrais de abastecimentos, mas, às vezes, não têm o caráter multifuncional, como o colega disse, porque ainda não têm o registro sanitário e fazem um beneficiamento mínimo. Como aproveitar isso nas grandes metrópoles, nos grandes centros urbanos? Os sete grandes centros urbanos de Minas Gerais têm mais de 20% dos alunos e não têm agricultor familiar. Esse debate ainda é muito incipiente na própria academia. Ainda temos pouco artigo, pouco

estudo e pesquisa nessa área específica de como abastecer os grandes centros urbanos nessa lógica de defender os circuitos locais e cursos de comercialização. Mas e os grandes centros urbanos, como é que ficam? Eles também têm de ser atendidos.

A experiência de Uberlândia é trazida pelo Vitório e pelo Vilson. Cem por cento dos cooperados da cooperativa de agricultura familiar de lá, não 70%, são agricultores familiares e eles já estão vendendo para mais de 220 escolas, tanto municipais quanto estaduais, de Uberlândia e região. E ainda o técnico do Ceasa faz um trabalho de qualidade dos alimentos antes de eles chegarem às escolas. Foi um esforço conjunto, interessante, que tem dado certo. Aí, acato a sua proposta, provoco o Bismarck, a Coopemg e a Aphcemg, associações de Contagem, a fim de discutirmos com a Fetaemg e com os outros movimentos as formas de abastecer Belo Horizonte utilizando as estruturas do MLP e do Barracão do Produtor.

A Aline Oliveira, da Cooperativa Agrícola Alto Rio Grande, formulou a seguinte pergunta: "As vendas por meio das chamadas públicas cumprem qual ordem de prioridade?". Aline, tem sido muito discutido internamente no programa Cultivar, Nutrir e Educar, especificamente dentro do Pronaf, a qualificação das chamadas públicas. Temos conversado com a diretoria do Suprimento Escolar, com a Valéria e a Clarice, para que qualifiquem as chamadas públicas, mas não somente quanto à ordem de prioridade. Muitas vezes colocam o menor preço, mas o resultado é uma licitação de menor preço um pouco mascarada. Isso não pode ser feito. Não é o menor preço. É o local, depois o regional, o grupo formal e informal. Devemos qualificar as chamadas públicas. Substituição de produtos, calendário de entregas. Talvez num futuro próximo possamos alinhar as chamadas públicas estaduais com as municipais, com o agricultor familiar. Ele é um só, não vai repartir a sua produção para Estado e Município. Como existe essa dificuldade logística, deve haver coerência entre as chamadas públicas estaduais e municipais.

Foram abordadas outras questões. O Vanberley e o José Antônio falaram sobre o apoio a cooperativas e associações. Para fornecer ao PNAE o repasse acima de R$100.000,00 pelo FNDE é necessário que seja cooperativa. Os Municípios maiores, que têm repasses acima de R$100.000,00, necessitam de uma cooperativa nos Municípios limítrofes, vizinhos, já que não têm agricultores familiares, para fornecer alimentação aos grandes centros urbanos. Estamos buscando esse trabalho com o Núcleo de Organização e Mercado da Emater – o Ademar e o Cláudio são especialistas na área -, estamos construindo um projeto de apoio para desburocratizar a cooperativa filial da Ocemg. Vanberley, depois conversamos a respeito disso, porque o tempo é curto. Ainda temos um painel importante sobre a agroindústria familiar, que não deve, mas pode sofrer algum tipo de intervenção maléfica. Obrigado.

O Sr. Presidente - A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais manifesta os seus agradecimentos aos expositores desse 1º Painel.

2º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa para o 2º Painel os Exmos. Srs. Arnoldo Anacleto Campos, Diretor do Departamento de Agregação de Valor e Renda da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA –; Cláudio Augusto Bortolini, Gerente do Departamento Técnico da Emater, representando o Presidente, Marcelo Lana Franco; e Gilson de Assis Sales, Gerente de Educação Sanitária e apoio à Agroindústria Familiar do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA.

Com a palavra, o Sr. Arnoldo Anacleto Campos, para a sua exposição.

Palavras do Sr. Arnoldo Anacleto Campos

Obrigado, Deputado. O meu tema aqui é "Agroindústria familiar". Trabalho na Secretaria de Agricultura Familiar, no Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor, que contém o programa Agroindustrialização da Produção dos Agricultores Familiares, do MDA. Posteriormente, outros palestrantes vão trazer mais informações para vocês, mas vou dar-lhes a posição do MDA nesse assunto, isto é, o que estamos fazendo e como vemos esse tema atualmente.

Estamos muito otimistas em relação à agroindústria familiar, porque, hoje, o Brasil, muito diferentemente de alguns anos e décadas atrás, possui um cenário composto por importantes mudanças. Pelo fato de haver uma classe média em ascensão - diferentemente de antes, em que existiam tantas famílias que se preocupavam com o que comer -, hoje as pessoas conseguem comprar eletrodomésticos, veículos e até reformar suas casas. Há um número cada vez maior de brasileiros de classe média, e isso também reflete o consumo da nossa população, que hoje deseja mais um produto regional e de qualidade. Eles querem produtos com identidade, típicos da sua região, e a agroindústria familiar dialoga muito com esse desejo do consumidor de encontrar produtos diferenciados.

Hoje, no mercado, percebemos que há uma vontade grande de comprar produtos diferenciados, principalmente aqueles que têm raiz, que dialogam com a sua cultura e que permitem que o consumidor saiba de onde vieram e como foram feitos. No mercado brasileiro, percebemos que há uma tendência de crescimento dessa vontade por esses produtos.

Por outro lado, há oportunidade de compras governamentais. Por exemplo, em Minas Gerais, milhares de escolas recebem diretamente o dinheiro para a alimentação escolar. Quem compra os alimentos é o Diretor da escola, preferencialmente dos fornecedores locais. Isso gera uma grande oportunidade para que as nossas agroindústrias familiares forneçam os seus produtos. Elas já estão fazendo isso para a alimentação escolar, sobretudo quando o Município é pequeno e quando a escola recebe esse dinheiro diretamente. É mais difícil para uma pequena agroindústria abastecer um Município como Belo Horizonte. Isso já é tarefa para uma cooperativa ou associação. Contudo, a pequena agroindústria pode atender a um circuito curto.

O PAA compra muito da agroindústria familiar. No ano passado, por seus recursos, compramos R$690.000.000,00 em todo o Pais. Este ano, atingiremos R$1.300.000.000,00 em compras para a alimentação escolar. Até 2014, atingiremos R$2.000.000.000,00.

No Plano Safra, realizamos uma reforma importante no PAA. A partir de julho, todo Município, Estado e órgão da União também podem comprar com recursos próprios, utilizando a regra do PAA. Um restaurante universitário pode comprar da agricultura familiar. Não é somente a alimentação escolar, o PAA-Conab e o PAA com o Estado que podem fazer isso. Para presídio, para hospital, asilo e creche, com seu próprio dinheiro, a partir da reforma no PAA, com dispensa de licitação, utilizando o procedimento do PAA, essa compra pode ser feita. Isso abre uma grande oportunidade. Hoje a agroindústria familiar tem espaço no mercado.

O que estamos fazendo neste momento para tentar dar conta desse desafio? Desenvolvemos e tentamos qualificar políticas públicas. Por exemplo, em relação a financiamento, poucos sabem que o Pronaf pode financiar a agroindústria, individual ou coletivamente. Infelizmente, temos o costume de buscar o fundo perdido para a agroindústria, e, muitas vezes, são necessários dois ou três anos para se conseguir esse dinheiro. Podemos procurar o financiamento com um agente financeiro, com os desafios do crédito. Não se trata de uma tarefa simples, como não é a do fundo perdido, mas há milhares de agroindústrias no País financiadas pelo Pronaf. Precisamos trazer essa cultura do financiamento da agroindústria para a região, para que o Pronaf passe a investir.

O Gilson falará isso em relação ao IMA. Estamos formalizando as agroindústrias familiares, cadastrando e identificando os desafios para se adequarem. Onde encontrarão os recursos? No Pronaf, a 1% ao ano, com 10 anos para pagar e com até 3 anos de carência. Esse instrumento importante está a serviço, com R$16.000.000.000,00, e uma parte desse recurso do Pronaf é para a agroindústria familiar.

Estamos articulando outra ação importante com nossos recursos e com recursos dos parceiros. Os movimentos sociais deve nos ajudar, cobrando a ampliação disso. Necessitamos de assistência técnica à pessoa jurídica para o negócio. A assistência técnica porteira para dentro é para se saber como produzir melhor, com boas práticas, como aumentar a produção de leite e como melhorar a produtividade do milho. Para saberem como comercializar, registrar o produto, fazer o rótulo, encontrar uma máquina, administrar e fazer um financiamento, necessitam do entendimento da porteira para fora. Essa assistência técnica, além de agrônomos e veterinários, é dada por administrador, contador, advogado, engenheiro de alimentos e nutricionista, para apoio à gestão desses empreendimentos no mercado. O MDA tem criado linhas de assistência técnica específica à pessoa jurídica. Temos executado essas atividades também em Minas Gerais.

Há outra ação importante. O PAA tem uma linha de formação de estoques. O PAA tem uma linha de formação de estoques que é pouco utilizada e cujos recursos podem apoiar organizações coletivas que trabalham com agroindústria, para que comprem, à vista, dos produtores e vendam, por exemplo, alimentos escolares e recebam com 45, 60 e 90 dias. Aí, o giro no banco ainda não existe, porque aquele empreendimento é novo e frágil. O Formação de Estoques pode trabalhar isso, apesar dos recursos serem limitados.

Estamos trabalhando em parceria com os Estados. No momento em que tivermos que demonstrar isso na prática, teremos que fazer uma parceria com os Estados, para que haja mais regularização de agroindústria. Queremos que as instituições estaduais de inspeção atuem tanto no campo da educação, qualificação, que é o que estamos fazendo aqui, quanto no registro, porque, sem o registro sanitário do produto vegetal ou do produto animal, o produtor não pode vender, pois não tem nota, e não consegue, por exemplo, fazer a comercialização no PAA e no PNAE. É um grande desafio fazer com que Estados e Municípios tenham o serviço de inspeção e trabalhem nessa direção. Hoje, temos uma parceria com o Estado e com a Confederação Nacional dos Municípios. Que esse assunto seja pautado nos Municípios. Precisamos dos serviços de inspeção municipais. Temos um diálogo com a Anvisa e precisamos simplificar esse processo. É o que estamos fazendo.

Precisamos do apoio do Parlamento, seja estadual, seja federal. Na legislação, consta a parte sanitária, mas ela é uma vergonha. Sou do governo e não sinto vergonha em dizer isso. Não me refiro à de Minas, que é um exemplo. Há legislação para a agroindústria familiar e programa de agroindústria, que está tentando formalizar-se, mas a legislação federal de agroindústria ainda é de 1950. Isso é uma vergonha! O Suasa ainda não conseguiu ser implementado. O desafio é melhorar a legislação sanitária para que seja mais adequada à agroindústria familiar e de pequeno porte. Reconhecemos que temos que trabalhar.

Precisamos muito do apoio da sociedade e do Congresso para ajustar essa lei de 1950, que não se adéqua mais à nossa realidade. Infelizmente, ainda não conseguimos fazer isso. Mesmo no sistema Anvisa, é importante simplificar. Temos uma proposta, que já foi aprovada pela Presidenta, e estamos negociando para que a agroindústria familiar individual possa criar uma pessoa jurídica para facilitar a sua vida em termos de registro, nota fiscal e formalização, porque hoje, se ela fizer isso, perde a condição de segurado especial. Se a pessoa tem uma casa de farinha ou uma queijaria e quer criar uma microempresa para tocar o seu negócio, terá que abrir uma cooperativa e juntar, no mínimo, 21 cooperados. Agora, se quiser formalizar o seu negócio individualmente – em Minas, há mais de 40 mil agroindústrias familiares, a maioria de fabricação de queijo –, terá de ser um microempreendedor individual. Hoje, até barraquinha de cachorro - quente é pessoa jurídica, tem formalidade, está cadastrado. Mas o agricultor familiar, que tem uma casa de farinha ou de mel, que fabrica embutido, queijo, etc., não consegue, porque, senão, perde a condição de segurado especial. Então, estamos propondo uma pequena mudança na lei previdenciária para que, mesmo criando essa pessoa jurídica, ele não perca a condição de segurado especial e consiga formalizar o seu negócio.

Pedimos apoio para essa proposta, porque a consideramos muito importante. Precisamos de uma política tributária para essas pessoas jurídicas da agricultura familiar. A Presidenta nos autorizou a discutir isso no Estado e na União. As nossas agroindústrias familiares pagam os mesmos impostos que uma Sadia e que uma Perdigão. Então, como podemos reduzir ICMS, PIS-Cofins? Esse debate é importante no âmbito federal. Considero esse problema um desafio, porque ainda não o resolvemos. Muito raramente, nos âmbitos federal e estadual, na pauta de reivindicação dos movimentos, vem a questão tributária. Todas as vezes que saímos da condição de matéria-prima e vamos para qualquer beneficiamento, os impostos tiram a nossa competitividade. O governo tem política tributária para a linha branca, para automóveis, para o aeroespacial, mas ainda não tem política tributária para a agroindústria familiar, e é importante criar essa movimentação.

Por fim, um tema com o qual as organizações e o governo têm dificuldade. Devemos trabalhar a questão da profissionalização e da organização econômica dos nossos empreendimentos. Para capturar essas oportunidades, se um restaurante, um hotel, um bar, uma escola, um hospital necessitarem do nosso produto, devemos ter cada vez mais profissionalismo para garantir qualidade, regularidade e formalidade. Isso exige de nós organização econômica. Não temos uma associação de agroindústria familiar do Estado de Minas que represente as agroindústrias familiares e coloque essa pauta, que não é a mesma da Fetaemg e do MST. Pode estar lá dentro, mas, geralmente, está diluída. Então, como vamos erguer as agências específicas da agroindústria familiar para que tenhamos interlocutores que entendam de política tributária, de financiamento? Hoje alguém consegue um financiamento para pessoa física, para a família, mas o financiamento para pessoas jurídicas exige de nós toda uma conquista a fim de que funcione regularmente.

É muito importante ter organização econômica dos empreendimentos da agricultura familiar, como as cooperativas e empreendimentos individuais, que têm pouca agenda, pouca pauta, nossa ou dos movimentos. Dessa forma, conseguiremos fazer uma cobrança maior, um diálogo com o governo para que consigamos fazer avançar a agenda da agroindústria. As oportunidades existem. O problema maior é a falta de produtos, e não a falta de mercado, como ocorria há 10 ou 15 anos, em que havia recessão e não tínhamos espaço para colocar o nosso produto. Todo o mundo comprava sempre o mais barato para conseguir abastecer a família. O cenário hoje é diferente.

Agradeço muito a todos. Peço-lhes desculpas por falar e sair. Ontem passei aqui para discutir a política da agroecologia, mas não consegui, porque o tempo estava esgotado. Peço-lhes desculpas por isso. Estou à disposição para voltar numa próxima oportunidade. O Alcides está aqui. Podemos debater este assunto, tentar melhorar o andamento das políticas públicas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Cláudio Augusto Bortolini, para sua exposição sobre o tema "Agroindústria familiar".

Palavras do Sr. Cláudio Augusto Bortolini

Boa tarde. Represento Marcelo Lana, Presidente da Emater. Peço licença ao Deputado para falar rapidamente com vocês. Vamos abordar os trabalhos da Emater voltados à agroindústria familiar em Minas Gerais. A Emater, como todos sabem, trabalha com assistência técnica. Dentro do corpo técnico, ela tem profissionais da área de bem-estar, de agricultura e foca também a agroindústria familiar de alimentos, como vocês podem ver na tela.

Usaremos um estudo feito em 2009 em 1.153 estabelecimentos dos cerca de 40 mil existentes. A pesquisa mostrou que 37% dos estabelecimentos trabalham com leite, 24% com cana, 24% com frutas e vegetais, 19% com mandioca, e apenas 2% processam carne. Alguns dados mostram que 83% dos agricultores são proprietários. A metade dos estabelecimentos tem até 75ha, e 72% deles têm gestão da própria família, ou seja, não contam com profissionais capacitados para ajudar. Além disso, apenas 65 são inspecionados, e 95 têm regularização ambiental. Os estabelecimentos que mais demandam mão de obra são os de cana e de mandioca, a metade utilizando água de nascente, 18% têm água tratada, e 70% afirmaram que em algum momento contam com a Emater.

Com base nesses dados, a Emater elaborou um documento de políticas e diretrizes técnicas. Vou tratar de dois pontos. Um deles seria o apoio ao desenvolvimento da agroindústria familiar de alimentos para a inserção do produto no mercado. Há muito trabalho para que o produto chegue até o mercado. O outro é trabalhar para garantir a segurança alimentar na produção do queijo de minas artesanal no Estado. Quais as estratégias? Por meio da Secretaria de Agricultura, trabalhar a capacitação de técnicos e de agricultores em toda a cadeia, da produção até a infraestrutura e gestão; identificar recursos, possibilidades de financiamentos e outros apoios; e orientar a legalização sanitária, ambiental, fiscal e tributária. Hoje fazemos isso em parceria com todos os órgãos do governo, especialmente com o IMA, também presente, o que facilita os processos. Trabalhar, ainda, na orientação da construção de estabelecimentos que atendam a legislação, organizar eventos que promovam a agroindústria familiar de alimentos – falou-se da Agriminas e da Superagro -; ações para resgatar o valor do queijo, como os concursos de qualidade; construção e adequação de instalações que produzam leite; e prestação de assistência técnica especializada.

Por que trabalhar com esses empreendimentos da agroindústria? A agricultura como produtora apenas da matéria-prima básica corre um sério risco de exclusão, e isso não gera renda. Ninguém comercializa marmelo, mas todo o mundo gosta de marmelada. Esse é o objetivo. A agroindústria é uma grande oportunidade para a agricultura familiar. Por quê? Com a tradição da cultura local, é grande a busca por produtos e existe ainda a questão da identificação de origem. A agricultura familiar tem grande potencial para atender os apelos da sociedade em relação aos agroecológicos e orgânicos. Aliás, muito mais do que as grandes empresas.

Aí está um exemplo de agricultura na produção de polvilho de mandioca, por meio do Programa Minas sem Fome, do Estado, com o apoio da Secretaria de Agricultura, de vários órgãos e do governo federal. A Emater desenvolve projetos, presta assistência, de acordo com sua capacidade, como disse. Durante os últimos seis anos, forneceu muitos equipamentos a cerca de 80 agroindústrias no Estado. O que há de resultado? O aproveitamento das potencialidades locais, regionais - grande exemplo disso é a cadeia produtiva do pequi -; o fortalecimento dos agricultores, com a agregação de valores; a inserção produtiva; a capacitação; a valorização e a divulgação dos produtos mineiros processados artesanalmente. Esse é um exemplo de uma comunidade em Brasília de Minas, uma situação muito encontrada antes do apoio institucional. Depois a comunidade se capacitou, e vocês podem ver a diferença.

Em relação ao queijo de minas, produto tipicamente mineiro, há muito a ser feito. A Emater junto ao Estado, ao IMA e a outros órgãos, como a Vigilância Sanitária Municipal, estão preocupados. Trabalhamos na cadeia produtiva do queijo, visando à fabricação de um produto com garantia de segurança alimentar. O grande lance do programa é fomentar o cadastramento das queijarias junto ao IMA, aqui representado. Hoje há mais de 200 queijarias cadastradas, visando à agregação de valor e visando a colocar dinheiro no bolso.

Esse é o exemplo do que encontramos em uma propriedade que produz leite e queijo e o que se busca fazer. Houve grande avanço da legislação estadual, como foi dito. A legislação federal é de 1950. Em 2011, Minas conseguiu esse grande avanço, com o esforço de todo o Estado. A lei foi sancionada pelo nosso Governador e define uma série de questões interessantes e específicas, diferenciando um pouco as agroindústrias familiares de uma Sadia ou Perdigão, como foi dito. Há uma legislação específica e outras. É interessante dizer a vocês - que são poucos, mas o debate será transmitido a todos pela TV Assembleia - que muitos agricultores têm medo de legalizar seus estabelecimentos. Hoje há uma facilidade muito grande para se fazer isso. O IMA, nosso órgão coirmão, está muito preocupado em dar orientação aos agricultores. Trabalhamos muito em parceria para legalizar esses empreendimentos.

A agricultura familiar é definitivamente a estratégia para o desenvolvimento rural. Ninguém tem dúvida disso. O governo de Minas trabalha na expectativa do Programa Estruturador Cultivar, Nutrir e Educar, que visa, nada mais nada menos, a garantir segurança alimentar e alimentação por meio dos mercados institucionais. No programa há uma linha de trabalho em 45 Municípios, o que está sendo feito neste ano, para se fazer a habilitação sanitária, sobre a qual falaremos daqui a pouco.

Gostaria de falar sobre alguns fatores restritivos. É preciso avançar no conhecimento das especificidades da produção da agroindústria de pequeno porte e na legislação, por meio de políticas públicas, como estamos fazendo. Minas está à frente, com

certeza. É preciso ter atenção em relação à viabilidade financeira, ou seja, fazer um estudo, um plano de gestão. Para isso são necessários profissionais especializados, capacitados. Também temos de ver a capacidade da Emater, que é limitada. É isso aí. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente – Com a palavra, o Sr. Gilson de Assis Sales, para sua exposição sobre o tema "Agroindústria familiar".

Palavras do Sr. Gilson de Assis Sales

Cumprimento os agricultores, o Deputado Vanderlei Miranda e, em seu nome, o Cláudio, bem como todos os presentes. Foi pedido que falássemos um pouco sobre as políticas públicas que vem sendo desenvolvidas em prol da agricultura familiar. Vou falar um pouco sobre o fortalecimento da agricultura familiar no Estado de Minas Gerais. Para que possamos falar da agricultura familiar e do papel do Estado, precisamos saber aonde queremos chegar, que tipo de agricultura familiar queremos para a nossa sociedade. Não queremos uma agricultura baseada em práticas abusivas de agrotóxicos, mas em práticas agroecológicas, orgânicas e de respeito ao meio ambiente. Não queremos uma agricultura que traga alimentos de qualidade nutritiva inferior para os nossos alunos. Queremos alimentos de qualidade sanitária e nutricional para a sociedade. Não queremos obter uma matéria-prima em condições não satisfatórias, mas uma agricultura familiar que obtenha sua matéria-prima de maneira adequada e com inocuidade do produto que está sendo colocado. Não queremos uma agricultura em que o processamento de alimentos não seja adequado, que coloque em risco a saúde do consumidor, mas uma agricultura com alimentos de qualidade. Tampouco queremos uma agricultura que não tenha boas práticas de fabricação, pautadas na produção de alimentos. Queremos uma agricultura que respeite as boas práticas de fabricação. Não temos a intenção de ensinar o produtor familiar a produzir alimentos. Ele sabe fazer isso. Saber fazer é inerente ao agricultor familiar, ao produtor do campo. Queremos ensinar-lhes as boas práticas de fabricação, para que consigam acesso ao mercado formal. Não queremos uma agricultura familiar que não inclua o aluno, mas uma agricultura familiar que mantenha as crianças na escola, aprendendo e com uma alimentação adequada. Por fim, queremos uma agricultura familiar sustentável, forte, alicerçada em dados concretos.

Para isso, o IMA, na mesma Lei Delegada nº 180, que criou a Subsecretaria de Agricultura Familiar, reivindicação muito antiga dos movimentos sociais, da sociedade civil, criou a Gerência de Educação Sanitária e de Apoio à Agroindústria Familiar. Por que colocar essa gerência junto à agroindústria familiar e à educação sanitária? Porque a educação sanitária é atividade estratégica e instrumento de defesa agropecuária. Ela tem intenção de promover o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral. É um processo ativo e contínuo, capaz de educar e desenvolver a consciência crítica no público-alvo. Então, a educação sanitária faz com que o indivíduo tenha condição de decidir, por si próprio, quais práticas irá adotar, visando alimentos de melhor qualidade.

O IMA é dividido em coordenadorias regionais. Há 20 coordenadorias regionais. Em cada coordenadoria, há uma pessoa específica para trabalhar com a agroindústria familiar, para trabalhar com o agricultor familiar especificamente. Vamos falar um pouco à frente sobre isso. O IMA ainda é dividido em 212 escritórios seccionais. Seu organograma é dividido, e nossa gerência está colocada na base da pirâmide, podendo alimentar as coordenadorias regionais e os escritórios, por meio dos representantes.

O IMA desenvolve projetos em prol da agricultura familiar e da sociedade como um todo. Temos o Sanitaristas Mirins, um projeto que promove o aprendizado, disponibilizando informações sanitárias e agropecuárias para os alunos da rede pública de ensino municipal e estadual, com a expectativa de influenciar positivamente no comportamento do aluno e no de seus familiares, bem como da comunidade em que vive no que se refere a assuntos da sanidade animal, vegetal e da segurança alimentar. Os assuntos da agropecuária são inseridos na grade curricular desses alunos.

Aqui, temos o grande avanço que o programa teve ao longo dos anos. Mais de 100 Municípios foram atendidos pelo Sanitaristas Mirins, que evoluiu para o Sanitarista Juvenil, que já é formado por adolescentes, e o logotipo é a figura de um adolescente de óculos. São jovens escolares que aprofundam os conteúdos abordados no livro, aprendem a formar hortas, jardins e a trabalhar com alimentos, entre outros, e repassam os ensinamentos para o Sanitaristas Mirins. É uma cadeia.

O IMA ainda desenvolve um programa de apoio à saúde e à agropecuária em parceria com a Fetaemg e a Vallée. É realizado o treinamento de trabalhadores rurais para fazer a vacinação nos animais. Trata-se de um projeto de caráter inovador de inclusão social, com o intuito de promover o trabalho no campo.

Temos ainda o projeto para controle do "greening", a citricultura de São Paulo e dos Estados Unidos não foi citada. Há uma praga muito séria que tem comprometido a produção da citricultura no Estado de São Paulo. Esse projeto visa a controlar o avanço dessa praga na citricultura do Estado de Minas Gerais. Isso afetará não só o grande produtor, mas também o pequeno agricultor familiar, que tem o seu pomar e vai entregar, sazonalmente, algumas frutas de época, como o colega produtor disse.

Por fim, temos alguns projetos de recolhimento de embalagens vazias. Por esse projeto, recolhemos embalagens provenientes da vacinação no campo. Esses são projetos gerais. Falando um pouco mais dos projetos específicos de agricultura familiar, celebramos convênio com a Ocemg e a Secretaria de Agricultura em que financiamos a análise microbiológica e físico-química de produtores do campo para o cadastramento de queijarias. Temos ainda a emenda parlamentar, aprovada nesta Casa, com o objetivo de beneficiar o consórcio de Municípios da região Centro-Oeste, liderada pelo Município de Candeias. Temos o Cultivar, Nutrir e Educar, realizado junto ao Consea e ao governo do Estado.

Por fim, o que foi falado pelo Arnoldo, o convênio do IMA com o MDA. Sobre as atividades desenvolvidas no convênio, primeiro fizemos a seleção e treinamento dos representantes de educação sanitária e apoio à agricultura familiar. O IMA vem com caráter inovador, disponibilizando um servidor específico para trabalhar com agricultura familiar em cada uma das coordenadorias. Esses servidores passaram por um treinamento de 160 horas entre os meses de junho e julho. Foi um treinamento extenso, cansativo, porém muito abrangente de todos os assuntos que serão abordados na agricultura familiar. O treinamento ocorreu em Simão Pereira, com a

participação da Emater, da Vigilância Sanitária, do Sebrae, do MDA, e diversos outros parceiros, com a parte prática e a parte teórica realizadas na própria agroindústria.

Passamos para a segunda etapa, que foi o diagnóstico de 700 agroindústrias no campo. Foi um mês de diagnóstico. Sabemos que existem mais agroindústrias, mas esse diagnóstico norteará os trabalhos futuros de educação sanitária, inspeção e orientação do agricultor familiar. Também adquirimos veículos para deslocamento dos servidores: equipamentos para contribuir com o trabalho e confeccionamos os "folders" que estavam à disposição dos senhores na entrada.

As próximas atividades serão fundamentais para a agroindústria familiar, como a construção de normas. O IMA está construindo normas específicas e simplificadas para a agricultura familiar que ajudarão, e muito, os agricultores no processo de regularização sanitária. O IMA é um parceiro do agricultor familiar. Ele tem a intenção de inserir o agricultor no mercado formal. No nosso convênio com o MDA, ainda temos reuniões de sensibilização e oficinas de qualificação dos agricultores familiares, temos o cadastro e as visitas à agroindústria.

Apresentaremos a vocês alguns resultados preliminares do nosso diagnóstico. Se estudarmos esses gráficos, observaremos que eles nos dizem muito. Dos produtores das agroindústrias visitadas, 79% são de produtos lácteos; mel, 10%; ovos, 2%; carne, 5%, e pescado, 4%. Observamos o quanto é importante o setor de lácteos no Estado de Minas Gerais. Ali está a distribuição dos entrevistados quanto à idade, e observamos que 83% são produtores acima de 40 anos, o que nos preocupa quanto à sua sucessão no campo. Temos de dar condições a esses agricultores para que tenham sucessores no campo.

Aqui, o comportamento dos entrevistados quanto à venda dos produtos. Observamos que 65% dos produtores vendem na sede do Município, 18% vendem em outros Municípios, e 9% na sede de outros Municípios. Se juntarmos esses três índices, observaremos que o comércio é tipicamente regional, o que nos faz refletir que precisamos de um serviço de expressão municipal atuante, eficaz e que garanta a qualidade dos produtos. Além disso, o IMA, quando editar o Serviço de Inspeção Municipal, trará equivalência para o referido serviço, que se estenderá pelo trânsito intermunicipal. Suasa é importante? Muito importante. Mas esses 90% de comércio já são muito significativos para nós.

Observamos que 74% dessas agroindústrias não têm nenhum tipo de registro sanitário. A Emater encontrou um dado, até mais preocupante, apontando para o registro de apenas 6% das agroindústrias. Isso demonstra que precisamos regularizar as agroindústrias e trazer o produtor para o mercado formal, dando-lhe condições de financiamento, de assistência técnica, de legislação.

Quanto às inovações da Lei nº 19.476, relativa ao estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte, o produtor, após receber o diagnóstico educativo de sua situação, receberá um cadastro, que é a sua habilitação sanitária. Automaticamente, o agricultor poderá comercializar os seus produtos. Por meio dessa permissão transitória, o agricultor assinará um termo de compromisso, com prazo estabelecido não superior a dois anos, e será acompanhado por meio da educação sanitária. No fim do processo, esperamos que esse agricultor tenha seu registro final, definitivo, no IMA. Mas vale chamar a atenção para um ponto: o agricultor que não cumprir os prazos parciais não chegará até o final do processo. São dois anos em que ele estará capitalizando-se e regularizando sua situação. Acompanharemos o agricultor na prática de educação sanitária, mas não será um processo de fiscalização, em absoluto, o IMA trabalhará com a orientação, com o acompanhamento do agricultor, buscando a sua inclusão no mercado formal. Além disso, o agricultor poderá ser responsável por sua própria agroindústria, desde que passe por um treinamento, lembrando que ele já é responsável, pois todo agricultor produtor de alimentos é responsável pelo que produz. No entanto, ele pode substituir o responsável técnico, como mais uma política pública de desoneração do agricultor, não sendo necessário que ele pague um técnico.

O IMA, seguindo os processos de auditoria do sistema de inspeção municipal e a equivalência desse serviço, já iniciou os seus trabalhos em São João del-Rei. Há um consórcio de Municípios no Campo das Vertentes, com 17 Municípios, que já têm equivalência com o IMA. Quero demonstrar aos senhores a importância dos produtos de origem animal na alimentação escolar, sendo o leite o terceiro ingrediente mais utilizado, com 79%. Com nossas agroindústrias de leite a 80%, precisamos regularizar esses agricultores.

Tendo cumprido todas essas etapas, estaremos exercendo a missão do IMA, que é a defesa sanitária animal e vegetal, a inspeção e a fiscalização de produtos, contribuindo para a preservação da saúde pública e do meio ambiente. Era o que eu tinha a dizer aos senhores. Agradeço a oportunidade. O que vocês estão vendo no painel é a logo da agroindústria familiar, da nossa gerência, do Instituto Mineiro de Agropecuária. Parabenizo a Assembleia pela iniciativa. Fico à disposição dos senhores para qualquer pergunta. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Agradecemos aos expositores Cláudio Augusto Bortolini e Gilson de Assis Sales.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente – Passamos à fase dos debates. Solicito àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e se atenham aos temas em pauta.

Debates

O Sr. Presidente – Os microfones estão franqueados. Felipe Russo, do MST, para fazer a sua pergunta.

O Sr. Felipe Russo – Bom dia ou boa tarde. Na verdade, minha pergunta era dirigida ao rapaz do MDA. Agora todos estão com fome, não sei para que vamos discutir na hora do almoço; o debate sobre as agroindústrias familiares ficou um pouco comprometido. Mesmo assim, é importante fazer um comentário e pedir o suporte da Secretaria de Agricultura, do Gilson e dos companheiros da Emater, para ver como conseguiremos intervir.

Foram citados vários programas do MDA, mas tão limitante para a reforma agrária, principalmente em Minas Gerais, é a existência de uma norma do próprio Incra, dispondo que, para acessar o Pronaf e as outras modalidades de crédito, há que se ter recebido todos os benefícios do próprio Incra. Esse é o entrave para conseguirmos acessar o Pronaf Agroindústria. Produção em escala nós temos. Em muitas áreas de assentamento, o pessoal está produzindo na tora. Estivemos há pouco na região do Rio Doce, e um levantamento por alto mostra que existem lá 10 mil litros de leite em seis assentamentos. Só que, desses seis assentamentos, nenhum tem água,

nenhum recebeu nem o Pronaf inicial. Como conseguiremos estruturar uma agroindústria numa área dessa, que também é de agricultores e uma alternativa de desenvolvimento rural sustentável? Queria, então, citar esse caso dos agricultores que ainda não conseguem acessar essas políticas públicas.

Queria ver com o Gilson como faremos essas denúncias, porque vários agricultores estavam aqui, e temos problemas da fiscalização lá na ponta. A questão do mel é a mais emblemática. Temos de atender às normas da Vigilância Sanitária, e nem sempre a quantidade de produção de mel é suficiente. Para atender à megaestrutura que as normas da Vigilância Sanitária exigem, às vezes não há viabilidade econômica no projeto. No Norte de Minas, onde há a Codevasf, muitas vezes, depois de certo tempo é que a quantidade de produção terá viabilidade econômica para atender às normas da Vigilância Sanitária. Teria de haver um mecanismo para facilitar à agricultura camponesa e familiar o atendimento a essas normas. Um processo que atendesse à Vigilância Sanitária, mas que também permitisse o acesso às outras políticas públicas.

Por fim, o rapaz do MDA proferiu a palestra e foi embora, mas queria saber como vamos triangular com outras Secretarias e como a própria Secretaria de Agricultura daria suporte à capacitação, para que os agricultores consigam fazer a gestão do empreendimento. Ora, há assistência técnica, como disseram os companheiros da Emater, mas temos áreas com quatro, cinco anos sem assistência técnica. Esses agricultores têm de ser sujeitos do processo, têm de aprender a fazer a gestão do próprio empreendimento. Como vamos fazer não só a gestão econômica, mas também a gestão sanitária, para se atender às normas do IMA?

Para concluir, como esta Casa vai fiscalizar as Prefeituras que não estão operacionalizando as políticas públicas? Um exemplo disso está em Montes Claros. Moramos num assentamento a 20km da cidade, queria entregar produto para merenda escolar, e a Prefeitura não quis aceitar. Agora, estourou a máfia do pequi com laranja, que todos viram. Como esta Casa vai monitorar essas Prefeituras, principalmente no Norte do Jequitinhonha, onde a direita está coordenando as Prefeituras e não faz a integração com as políticas públicas do governo federal? Era o que tinha a dizer.

O Sr. Presidente - Antes de passar a palavra ao Sr. Gilson, para responder ao Sr. Russo, gostaria de dizer ao companheiro que, no caso das Prefeituras, é competência dos legisladores municipais fazer esse acompanhamento. A nossa competência como Deputado Estadual é fiscalizar as ações do Executivo Estadual, o que não nos impede de fazer intervenções municipais, desde que cheguem até nós essas demandas. Um instrumento forte que temos é a realização de audiências públicas que, com certeza, produzem um resultado muito positivo. Estamos à disposição. Se o companheiro, no seu relacionamento com as Câmaras de Vereadores, tiver alguma demanda que precise da nossa intervenção, com toda a certeza, a Comissão de tema sobre esse assunto, na Casa, não se furtará a dar a sua contribuição. Com a palavra, o Sr. Gilson de Assis Sales, para suas considerações.

O Sr. Gilson de Assis Sales - Felipe Russo, dentro do seu questionamento, você disse que a regularização das agroindústrias é pautada em grandes estruturas. Como foi dito, a legislação que regulamenta a produção de alimento de origem animal, o Riispoa, que é o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, é de 1952. Realmente ela é muito restritiva para o agricultor familiar. E, a partir de 2010, com o Decreto nº 7.216, que é um decreto da Casa Civil, o País deu ao Estado autonomia para legislar sobre assuntos relativos à sua estrutura, respeitando as características produtivas, as escalas de produção e as formas tradicionais de produção. Diante disso, o Estado de Minas Gerais se articulou e montou um grupo técnico, em que participaram Ima, Emater, Epamig e a própria Vigilância Sanitária, que editou a Lei nº 19.476 e seu Decreto nº 45.821, sancionado em dezembro de 2011. Essa lei trata especificamente da simplificação dos processos de habilitação sanitária das agroindústrias familiares. Sendo assim, o Ima está em processo final de edição das normas específicas.

Então, hoje, será possível, respeitando as características de boas práticas e higiene, construir agroindústrias menores para cada agricultor familiar. É claro que a viabilidade econômica é muito relativa, vai depender do agricultor familiar, mas não será necessário produzir grandes estruturas, para atender a qualidade sanitária que esperamos propiciar ao consumidor final. Será possível fazer construções, não só para o mel, mas para o leite, o queijo, para os ovos e pescados. E a lei que abrange, protege e atende ao agricultor familiar é a Lei nº 19.476. Lembramos que quem fiscaliza o comércio de modo geral não é Vigilância Sanitária. Quem fiscaliza a produção é o IMA. Em cada coordenadoria regional há uma pessoa específica para trabalhar com isso, além do apoio da inspeção.

Recebi uma pergunta do Sr. Antônio Marques de Oliveira, da associação rural da cidade de Tarumirim, que diz: "Como ficam os Presidentes de associações que querem e precisam produzir alimentos de qualidade, saudáveis? Um órgão proíbe, mas não fiscaliza; outro incentiva a aplicação de agrotóxicos". Há uma legislação específica para a aplicação de agrotóxicos. O IMA é uma das instituições que fiscaliza a aplicação e o uso de agrotóxicos no campo. Lembramos que não conseguimos fiscalizar todas as propriedades. O que defendemos é a aplicação racional, pois sabemos que agrotóxico, no caso de monocultura, no controle de pragas é importante, é uma peça significativa para a produção. Então, o IMA controla, normatiza e orienta o agricultor familiar nesse sentido, haja vista o nosso projeto.

Mais uma vez, colocamos o IMA à disposição. Lembramos que os produtos "in natura", de origem vegetal, não necessitam de habilitação sanitária, porque não passam por processamento, como as frutas, verduras e legumes. Alguns deles precisam apenas do Certificado Fitossanitário de Origem - CFO - e a sua consequente Permissão de Trânsito Vegetal – PTV -, que é retirada em todos os escritórios seccionais do IMA. São os alimentos da citrocultura, além de banana, abacaxi e maracujá. Fora isso, não há necessidade de habilitação sanitária.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Cláudio Augusto Bortolini, para suas considerações finais.

O Sr. Cláudio Augusto Bortolini - A pergunta do colega foi direcionada ao governo federal, mas o que podemos falar para vocês com relação ao Incra é que as decisões são federais. Nós da assistência técnica trabalhamos em parceria, contratados para fazer intervenções em assentamentos, inclusive com diminuição do número de famílias, por exigência do Incra, não só para a Emater, mas também para as outras empresas de assistência técnica. O que podemos fazer é levar, por meio da coordenação, essa sua preocupação. Sabemos que há vários dificultadores.

Com relação à gestão, há uma preocupação muito grande. Isso foi falado pelo colega do MDA e reforçado na minha fala, porque passamos da porteira para encarar o mercado. O que o governo do Estado está buscando é estimular a produção. Volto a falar da

parceria com as Secretarias. Por meio do programa Cultivar, Nutrir e Educar, vamos trabalhar no ano de 2012 com um número pequeno de agroindústrias, mas priorizaremos a gestão. Estamos trabalhando, este ano, com 25 agroindústrias em 45 Municípios. Esperamos ter sucesso. Sabemos que teremos de ensinar a pescar.

Volto a dizer: temos condições limitadas para atender a toda a demanda do Estado. A nossa empresa tem em torno de 1.400 profissionais, e não há profissionais especializados. Vamos ajudar. O governo do Estado está sensível a essa questão. Agradeço a oportunidade à Assembleia Legislativa e a vocês. Em nome do Presidente Marcelo Lana, colocamos a Emater à disposição dos questionamentos.

O Sr. Presidente - Temos mais uma intervenção no Plenário. Seu nome, por favor, e a sua pergunta.

A Sra. Delfina Resende Furtado – Sou de Candeias. A minha pergunta é para o Gílson. Gostaria de saber como você vê, hoje, a parceria com o consórcio das agroindústrias. Agradeço ao IMA e a esta Casa a aprovação da nossa emenda popular. Obrigada.

O Sr. Gílson de Assis Sales - Delfina, o IMA observa os consórcios de Municípios e os serviços de inspeção municipal como uma ferramenta importante para resolver a inspeção dos produtos nos Municípios. O Estado de Minas Gerais não tem pernas para acompanhar, fiscalizar e inspecionar todas as agroindústrias. Como vimos no próprio gráfico, o grande comércio é regional, por ser uma característica da agricultura familiar. Como instituição de fiscalização e inspeção, consideramos que o consórcio de Municípios é uma saída viável e definitiva para a saúde pública dos agricultores familiares. Será muito mais fácil o agricultor trazer essa relação junto aos Municípios. Haja vista o nosso convênio que estamos executando com o consórcio de Municípios, apoiamos e esperamos que esses convênios se alastrem pelo Estado de Minas Gerais. O IMA fará a auditoria dessas agroindústrias e dos serviços de inspeção municipal, e esses serviços, estando aptos e aprovados pelo instituto, terão a autonomia, a equivalência com o órgão e poderão ter trânsito intermunicipal, e não fora do Estado, pois aí já é uma questão federal, do SIF e da Suasa. Observamos e acreditamos que essa seja a grande saída.

O Sr. Presidente - Agradecemos a todos os ilustres debatedores que passaram por aqui hoje.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 29ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 31/8/2012

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Hélio Augusto Martins Rabelo - Palavras da Sra. Macaé Evaristo - Palavras da Sra. Maria Ceres Pimenta Spinola Castro - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Palavras do Sr. Carlos Augusto Vaz de Souza - Palavras da Sra. Elice Eliane Nobre Ribeiro - Debates - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Gustavo Valadares - Rogério Correia - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Vanderlei Miranda, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates "Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável", com os seguintes painéis: "Educação do campo e juventude" e "Saúde rural".

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Hélio Augusto Martins Rabelo, Secretário de Estado de Trabalho e Emprego de Minas Gerais; as Exmas. Sras. Macaé Evaristo, Diretora de Políticas para Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais do Ministério da Educação; Maria Ceres Pimenta Spinola Castro, Coordenadora do Grupo de Trabalho Educação do Campo da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais; e Elice Eliane Nobre Ribeiro, Diretora de Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, representando o Superintendente de Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Sr. Vicente Augusto Jaú; e o Exmo. Sr. Carlos Augusto Vaz de Souza, Coordenador-Geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, dos alunos da Escola Municipal Governador Milton Campos. Temos um programa para alunos de escolas públicas e particulares que vêm até a Assembleia para conhecer o nosso Parlamento. Estamos discutindo, discutimos na parte da manhã a alimentação escolar. Este aqui é um debate com os nossos pequenos produtores e agricultores familiares que produzem o alimento que vem para a nossa mesa na cidade. São pequenos produtores. Agora estamos discutindo a educação no campo. Então, alunos da Escola Municipal Mílton Campos, sejam bem-vindos.

Está aqui presente também o Alcides, o Pida, Delegado Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas. O MDA tem aqui três apoios importantes na área de educação. No que diz respeito ao governo federal, há o programa Casas Digitais, que disponibiliza computadores na área rural - quase 300 Casas Digitais foram implantadas em Minas Gerais -, e o programa Arca das Letras, que é uma minibiblioteca com 200 livros também para as comunidades rurais. É só para vocês saberem de outros programas feitos, além do apoio às escolas de famílias agrícolas.

Palavras do Sr. Hélio Augusto Martins Rabelo

Boa tarde a todos e a todas. Deputado Rogério, queria apenas explicar que, como já me preparei para a minha viagem, ficaria para o debate se se falasse primeiro sobre a educação. Como estenderam o debate, não poderei ficar, pois não quero me atrasar. Não que não queira participar do debate, pelo contrário, lamento não poder participar do debate, pois vim a esta Casa mais para debater. Se houvesse outro sistema, participaria sem problemas.

Falarei rapidamente sobre alguns programas da nossa Secretaria. Qual é a missão da nossa Secretaria? Promover políticas públicas integradas ao trabalho, com inclusão produtiva, contribuindo para o desenvolvimento de Minas Gerais. Projetos em execução. Temos quatro programas que estão, realmente, ligados à questão dos jovens, principalmente da área rural: ProJovem Trabalhador, que é o primeiro e que explicarei daqui a pouco; Programa de Economia Popular Solidária, vinculado ao Ministério do Trabalho; Inclusão Produtiva; e Travessia Renda. São quatro projetos, e, em apenas um, ou seja, no ProJovem, trabalhamos apenas com jovens; em outros, trabalhamos principalmente com jovens, mas outros setores podem ser trabalhados.

O que é o ProJovem? É uma parceria do governo do Estado com o governo federal. Por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, felizmente, conseguimos trazer para Minas Gerais o maior ProJovem do Brasil. São 15.000 vagas, um programa interessantíssimo. Aproveitamos esse ProJovem e trabalhamos também a juventude rural. Em princípio, o nosso ProJovem seria somente para o meio rural, mas, em conversa com o Ministério e com os movimentos sociais de luta pela terra, especialmente com a Fetaemg e com os companheiros do MST, o estendemos para a juventude rural.

O que é, então, o ProJovem? Promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho, por meio da qualificação socioprofissional com vistas à inserção na atividade produtiva. Ou seja, pessoas que realmente têm dificuldade para conseguir um trabalho e estão vulneráveis nos setores mais pobres da sociedade e que, muitas vezes, não têm espaço.

Qual é o público do ProJovem? Jovens de 18 a 29 anos, em 110 Municípios do Estado. Quero lembrar que trabalhamos, principalmente neste ano, com jovens da região da área da Sudene: Mucuri, São Francisco, Jequitinhonha e Norte de Minas. Esse nosso convênio, que pelo menos neste ano não trabalhará outras regiões. O nosso objetivo para o ano que vem é trabalhar o Sul de Minas, a região Central, a região de Valadares, que está tendo grande problema, e a Zona da Mata, que está precisando ser reconstituída e se reerguer, pois passou por uma fase meio apertada. Porém, infelizmente, este ano trabalhamos apenas na área da Sudene mineira.

Quem são esses jovens? Eles devem estar em situação de desemprego, ou seja, desempregados; devem ser membros de famílias com renda mensal "per capita" de até um salário mínimo, ou seja, o pessoal que mora e vive do Bolsa Família, que está em alta vulnerabilidade social, que têm salários, como poderíamos dizer, indignos, pois, na verdade, ninguém vive com um salário mínimo. Outra coisa, que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental. Isso é uma condição imprescindível: cursando ou que tenham concluído o ensino fundamental; estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio; e não estejam cursando nem tenham concluído o ensino superior. Pegamos esses jovens que, realmente, estão mais necessitados.

Volto a lembrar que é um programa em parceria com o governo federal, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, que existe no Brasil inteiro, mas falaremos agora sobre uma parceria interessante da juventude rural. Estamos fazendo um projeto pioneiro. Nunca no Brasil se fez um projeto específico de ProJovem para a juventude do campo. Em vez de tirar esses jovens que moram em assentamentos, que custaram a conquistar a sua terra, esses jovens cujos pais foram à luta para conquistar um espaço e hoje moram a 40km, 50km da cidade, esses cursos deverão ser ministrados dentro do assentamento. Caso contrário, os jovens terão de sair todos os dias para irem à cidade fazer esses cursos que, muitas vezes, não lhes servirão em nada no assentamento.

Esses cursos são ministrados dentro dos assentamentos, mas isso não impede que outros jovens que moram e trabalham no entorno rural tenham espaço. São agregados, e o curso é ministrado no assentamento. Para a juventude do campo foram ofertadas 1.400 vagas, 10% delas, e foram promovidas ações para inserção no mercado de trabalho por meio do emprego formal, estágio, aprendizagem ou formas geradoras de renda. O nosso ProJovem não é mais como antes, quando uma entidade X ofertava o curso. Fazemos um grande trabalho e fizemos. Quero parabenizar a Fundep, nossa grande parceira. Temos procurado, tanto no meio rural quanto no urbano, com os empresários, as Prefeituras, os postos do Sine ligados à nossa Secretaria, saber quais são as demandas reais de emprego no Município. Queremos formar esses jovens dando-lhes possibilidade de emprego. Não adianta dar mais um diploma e ser mais uma frustração porque não conseguem emprego. Só damos cursos que tenham reais condições de contratação desses jovens. No caso da juventude rural, são cursos ligados à área de agroextrativismo, piscicultura e outros. Se existe uma marcenaria e querem produzir móveis dentro do assentamento, também é possível. Não têm que trabalhar só com agroextrativismo, mas com algo que tenha relação com o que é feito dentro do assentamento ou de acordo com as suas necessidades.

Não vou citar todas as cidades em que trabalhamos com assentamentos rurais, mas, em Pedras de Maria da Cruz, estendemos os cursos para a comunidade quilombola e, em São João das Missões, para jovens de comunidades indígenas. É orientação do governo Anastasia trabalhar com todo tipo de jovem e trabalhador. Não importa se são quilombolas, da população indígena ou outros. Em Montes Claros, estamos trabalhando com jovens que estão dentro de presídios, em prisão albergue, para que não saiam sem qualificação. É um trabalho pioneiro, e parabenizo a Josefina, nossa coordenadora.

Volto a dizer que o ProJovem normal era feito somente em comunidades tradicionais urbanas, e as pessoas do campo e que não viviam em torno das cidades eram esquecidas. Tanto isso é verdade que estamos trabalhando dentro de presídios, em comunidades

quilombolas e indígenas e em assentamentos rurais, junto à juventude rural. O Ministro Brizola Neto nos procurou e lhe fizemos um convite; ele se comprometeu a participar de duas cerimônias de formatura. Então, vamos tentar, junto aos movimentos, fazer uma formatura única.

Quanto ao ProJovem, sabemos que existem problemas, como os companheiros da Fetaemg disseram. Quando se começa um projeto, é lógico que há problemas. Até encontrar entidades que fizessem isso foi uma loucura. Não sabíamos quem trabalhava com ProJovem para qualificar pessoas dentro de assentamentos. Enfrentamos dificuldade para encontrar entidades. Até o nosso... tinha uma certa "expertise", e daí conseguimos implantar. Enfrentamos diversos problemas. Quando se começa um programa novo, aparecem muitos problemas, mas o mais importante é a vontade política de realizar, a vontade social de, realmente, querer fazer um trabalho que atinja todos os jovens de Minas Gerais.

Felizmente, esse projeto tem dado visibilidade para nós, para Minas Gerais e para os movimentos sociais, e o governo federal quer expandi-lo junto à juventude rural, a todos os ProJovens do Brasil. Estamos até provocando o Ministro Brizola Neto, grande companheiro nosso, meu companheiro de partido, para que, em 2014, façamos um ProJovem específico para a área rural, que inclua as populações indígenas e quilombolas e a juventude rural de assentamentos ou jovens que vivem em comunidades rurais.

Falarei rapidinho porque só tenho mais 5 minutos. Outro programa nosso é o Economia Popular Solidária. Lembro-me de que o Ministério do Trabalho abriu um edital de concurso de projetos para todos os Estados do Brasil. Os Estados deveriam apresentar um projeto sobre a Economia Popular Solidária. Mandamos o projeto. Felizmente Minas foi o Estado de maior votação. Dos 100 pontos possíveis, conseguimos 98%. Foi o projeto mais bem avaliado. Conseguimos o recurso de R$2.200.000,00.

Quais as metas desse projeto Senaes? Promover ações formativas e implementar a Economia Solidária, além de promover 10 cursos de 60 horas. Estou falando de forma sucinta, porque meu tempo está se acabando. Outras metas são a criação de um "site" desenvolvido pelos jovens e mulheres das comunidades e a publicação e impressão de jornal informativo, além de várias outras coisas.

Quais são os públicos atendidos? Isso é o mais importante dentro desse nosso projeto da Economia Popular Solidária. Quanto aos quilombolas, estamos começando a trabalhar com o pessoal do Brejo dos Crioulos, começando a fazer os contatos. Devemos auxiliar esse pessoal que já produz alguma coisa, como produtos de artesanato, e não sabe como transformá-los de modo que possam vender esses produtos. Eles não sabem onde vendê-los, como comercializá-los, como melhorar sua qualidade e como certificá-los. As pessoas já produzem algo ligado à Economia Popular Solidária, mas ainda ficam só nas imediações de sua cidade. O trabalho é ir a essas comunidades, pegar esses produtos e ir mais longe, a fim de, por exemplo, vendê-los em Belo Horizonte.

Temos um sonho, Deputado Rogério Correia. Falamos muito sobre esse trabalho de Economia Popular Solidária. Não há prateleiras, em supermercados de Belo Horizonte, com produtos "diet" e com produtos importados? Então nosso sonho é que em breve tenha também, em Belo Horizonte e em outras grandes cidades, prateleiras com produtos específicos da Economia Popular Solidária.

Quais os públicos com os quais trabalhamos? Os quilombolas, do Brejo dos Crioulos, na região de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia; os índios maxacalis, na região de Santa Helena de Minas, Bertópolis, Ladainha e Teófilo Otôni; e os ribeirinhos de Salto da Divisa, Belmonte e Jacinto. Essas pessoas tinham problemas com as barragens, junto com a Bahia. Não falarei sobre os beneficiários, porque meu tempo já está quase se acabando, e há mais um projeto.

Acho que esse projeto, Deputado Rogério Correia, além do ProJovem, é um dos mais importantes. Trata-se de uma parceria com o governo federal, com o Ministério do Desenvolvimento Social. Felizmente esse projeto entrou no programa Brasil sem Miséria. É um projeto único. Não é um projeto-padrão do Ministério. Você não chega ao Ministério e diz que quer um projeto de inclusão produtiva como o nosso. O projeto foi feito por companheiras nossas da Secretaria e é único no Brasil. Ele se chama Núcleo de Inclusão Produtiva.

Trabalharemos em 75 Municípios mineiros, em todas as regiões, inclusive na metropolitana, mas principalmente no Norte de Minas e Jequitinhonha. Implantaremos 25 Núcleos de Inclusão Produtiva. Para que esses servem? Para assessorar 7.500 empreendimentos individuais e familiares; para assessorar, qualificar e apoiar a aquisição de equipamentos e melhoria de infraestrutura de 200 empreendimentos econômicos coletivos, englobando cerca de 600 mil beneficiados, num período de 30 meses. Deve qualificar também 8.827 pessoas num período de 30 meses. Ao todo, serão beneficiadas 13.500 pessoas.

O que é o inclusão produtiva? Gosto de falar que, dentro da Economia Solidária, quando estamos trabalhando as comunidades indígenas e os quilombolas, as pessoas já sabem da sua vocação, já produzem alguma coisa ligada à Economia Solidária. Já a inclusão do produtivo é uma forma que estamos trabalhando para tentar tirar as pessoas do Bolsa Família e do CadÚnico. Essas pessoas com as quais trabalhamos são aquelas que estão nesses programas, neles nasceram, viveram e, se deixarmos, morrerão no Bolsa Família, o que não queremos. Estamos buscando essas pessoas do CadÚnico e do Bolsa Família, realizando pesquisa, de casa em casa, para levantar a vocação de cada um. Às vezes a pessoa costura a calça do filho, mas não sabe que pode virar uma grande costureira. Ela já tem a vocação, mas não sabe disso. É diferente da Economia Popular Solidária, em que as pessoas já deslancharam, só estão precisando de uma ajuda para melhorar ou de um curso ou outro. Nesse caso estamos trabalhando pessoas que não sabem que têm a vocação.

Para nós, é o mais importante de todos, além do ProJovem, que, para nós, é fantástico, esse também. Estamos trabalhando principalmente com jovens nessas comunidades de pessoas mais pobres. Pessoas que podem virar grandes cozinheiros. Trabalhamos nas áreas de reciclagem, de serviços, de agricultura familiar, de culinária e em diversas outras áreas. Esse trabalho, na verdade, é um projeto de R$29.000.000,00, e é único no Brasil e, se der certo em Minas, o pessoal do Ministério, do IDF já nos falou, vai ser um projeto que realmente poderá virar um projeto-padrão. Ele é trabalhado no Norte de Minas, região central, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce.

Só para completar, pessoal: estamos imbuídos, junto com o governo do Estado, do propósito de trabalhar realmente as comunidades alternativas, mas não queremos mais fazer projeto nenhum que não seja para as pessoas terem possibilidade de ser contratadas. Não queremos dar curso por dar curso, qualificação por qualificação. O nosso objetivo maior, como diz o Governador Anastasia, é gerar

emprego de qualidade para jovens trabalhadores, não interessa onde. Como falei aqui, isso poderá ser em qualquer comunidade, de negros, de quilombolas, de presidiários, sem terras, com terras, qualquer um, desde que sejam trabalhadores e jovens mineiros. Estamos prontos para este debate e temos certeza de que ano que vem teremos mais e mais projetos nessa área. Muito obrigado, saúde e alegria.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Aproveito também para mandar um abraço ao Presidente Lula. Ele vinha para cá, para outras atividades, e mandou um abraço para todos vocês.

Palavras da Sra. Macaé Evaristo

Boa tarde a todas e a todos. Quero agradecer o convite ao Deputado Rogério Correia e a oportunidade de participarmos deste ciclo de debates e de podermos discutir um pouco a questão da educação do campo. Não posso deixar de saudar os alunos da rede municipal que estão ali, da escola integrada, da Escola Mílton Campos. É sempre uma alegria vermos essa meninada toda participando conosco.

Vou apresentar o Pronacampo, que hoje é o principal programa do Ministério da Educação para a educação escolar do campo e as várias outras ações. O Pronacampo foi lançado em março deste ano, e temos ações em várias linhas.

Já de olho no meu tempo, esclareço que é muito importante este debate, porque o Ministério da Educação tem consciência e convicção de que precisamos fazer um grande investimento para melhorar a qualidade do atendimento à educação no campo, desde a educação infantil, passando por toda a educação básica, pelo ensino médio, pela questão profissional e pelo ensino superior. Daí a necessidade de estruturarmos um programa para responder a uma série de demandas. Sabemos que a nossa educação escolar no campo, nos últimos anos, vem sofrendo com o fechamento de escolas. Muitas vezes a política de educação no campo mantém um foco maior no transporte dos estudantes do que em pensar uma proposta pedagógica aliada, de fato, à história, à vida e à perspectiva de construir uma sustentabilidade no espaço onde as pessoas vivem, o que considero muito importante.

Falo sobre minha diretoria com muita alegria, porque ela incorpora áreas muito relevantes: educação no campo, educação escolar indígena e educação para as relações raciais. Infelizmente, se formos fazer o corte, teremos índices menos animadores da educação nacional. Por isso temos de assumir essa área com muito afinco, para que, de fato, possamos construir respostas que cheguem às comunidades onde as pessoas mais precisam.

Quero começar mostrando alguns indicadores da taxa de atendimento. Esses indicadores não são de Minas Gerais, e sim do Brasil. É necessário termos essa referência. Hoje, na educação infantil, temos somente creches. Quando falamos em atendimento de crianças de até 6 anos, vemos que apenas 6,98% das crianças do campo são atendidas por essa área da educação. Na educação infantil, pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos, temos atendimento para 66,8% das crianças. No ensino fundamental são 91,96%. Temos de lembrar que, no Brasil, quando pegamos o indicador geral de atendimento do ensino fundamental, chegamos a 98% das crianças e adolescentes atendidos. E, no campo, ainda temos esse indicador de 91,96%. No ensino médio, esse número é mais dramático, 18,43%; na EJA do ensino fundamental, 4,34%, e do ensino médio, 3,10%. Temos 76 mil escolas no campo e 6.200.000 matrículas. São 342.000 professores que atuam no campo.

Esse dado é importante e chama-nos a atenção: nos últimos cinco anos foram fechadas 13.691 escolas do campo, o que é muito preocupante. Precisamos trabalhar para reverter esse número. O Ministério da Educação, por meio do Pronacampo, tem desenvolvido ações com foco em quatro eixos. O primeiro eixo é Gestão e Práticas Pedagógicas; o segundo, Formação de Professores; o terceiro, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológico; e o quarto, Infraestrutura Física e Tecnológica.

No Eixo I, Gestão e Práticas Pedagógicas, quais ações estão em curso? A primeira ação é a construção de um Programa Nacional do Livro Didático - PNLD Campo - específico para as escolas do campo. A nossa perspectiva é que, a partir de 2012, as escolas do campo tenham um programa de livro didático pensado especificamente para elas e que contenham obras de referência que levem em conta as especifidades dessas comunidades. Quando falamos "campo", esse conceito é amplo. Mas lembramos que, nas escolas do campo, temos de pensar também nas escolas quilombolas. Nesse sentido, o Ministério da Educação está fazendo uma ação para todas as escolas do Brasil, no Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE -, com uma literatura especifica que trata das questões do campo e das comunidades quilombolas.

A nossa meta para 2013, com o PNLD, é atingir 3.200.000 estudantes com livros didáticos específicos, e com o PNBE, 1.900.000 estudantes. Ainda no eixo gestão e práticas pedagógicas, trabalhamos com formação e acompanhamento pedagógico para escolas com classes multisseriadas. O acesso se dá através do Plano de Ações Articuladas – PAR. Os Municípios e Estados podem solicitar esse apoio, que aliás, não é apenas técnico, mas também financeiro, destinado à formação e ao acompanhamento de professores que atuam nas escolas do campo, especificamente com foco nas classes multisseriadas.

Em 2012, estendemos ao campo o Programa Mais Educação, do Ministério da Educação, que dissemina a perspectiva de trabalhar a ampliação do tempo dos estudantes com atividades educativas. Para vocês terem ideia, nossa meta é atingir 10 mil escolas em 2012. O prazo de adesão dos Municípios e dos Estados foi até junho, devido ao processo eleitoral. Até esse mês, 9.997 escolas do campo aderiram ao programa. E até 17 de agosto, descentralizamos recursos do Mais Educação para 3.117 escolas municipais e 524 escolas estaduais em todo o Brasil. O Programa Mais Educação trabalha com alguns campos específicos e descentraliza recursos financeiros, para auxílio aos monitores e para aquisição de matérias pedagógicos para o trabalho a ser desenvolvido nas oficinas. Além disso, esse programa amplia os recursos para a alimentação escolar. Parte das atividades está ligada ao acompanhamento pedagógico. A escola do campo que faz adesão ao Mais Educação triplica seus recursos destinados à merenda escolar por aluno. Um dos pressupostos do programa é garantir almoço às crianças, já que ficam mais tempo envolvidas com as atividades educativas.

Quanto à formação de professores, temos 342.845 profissionais atuando em escolas do campo, sendo que apenas 182.526 têm formação superior. Uma das metas do Pronacampo é ampliar a oferta de cursos de licenciatura, através da Universidade Aberta do Brasil - UAB - e de convênios com instituições de ensino superior ligadas à rede federal. Os cursos são de formação inicial e de aperfeiçoamento e especialização. Além disso, ele prevê financiamento de pesquisas voltadas à educação no campo e à educação

quilombola. Tenho a certeza de que alguém me perguntará sobre a educação escolar indígena. Não estou falando desse tema, porque estamos construindo um programa específico para essa população. Algumas dessas ações que citei serão estendidas às escolas indígenas, mas com especificidades.

Outro eixo importante do Pronacampo é a elevação da escolaridade e a expansão da educação profissional e tecnológica. A nossa meta até o final de 2014 é expandir para 180.000 as vagas existentes de formação profissional para trabalhadores e jovens no campo e criar mais 300.000 novas vagas destinadas a elevar a escolaridade associada à formação profissional deles. Estamos trabalhando com a diretoria de educação de jovens e adultos, para que façamos uma resolução específica que contemple a especificidade da educação de jovens e adultos no campo.

Outro eixo importante - eixo 4 - diz respeito à melhoria das condições de acesso e qualificação da infraestrutura. Dentro desse eixo, temos a demanda por construção de escolas. Portanto, o Ministério pretende apoiar a construção de 3.000 novas escolas no Brasil. Talvez esse seja um dos grandes desafios que temos: garantir a construção dessas escolas. Com relação ao campo há uma questão muito importante. Estamos trabalhando para que o Inep possa mudar a forma de coleta de dados, porque sabemos que, no campo, muitas vezes os dados que aparecem no censo são os daquelas escolas-sede. Na verdade, sabemos que muitas vezes não é bem assim que a coisa funciona, não é mesmo? Temos uma escola-sede e várias turmas que funcionam em outros lugares com uma série de problemas: ausência de energia elétrica e de água, falta de computadores e acesso à internet.

No programa de melhoria das condições de acesso, está a nossa preocupação de garantir essa infraestrutura. Também precisamos melhorar muito a nossa forma de coleta dessa informação para, de fato, termos um dado. Por exemplo, estamos aí tentando trabalhar com o Programa Luz para Todos, na tentativa de fazer chegar energia elétrica a todas as escolas. No entanto, muitas vezes temos o endereço da escola, mas, quando a firma chega lá para instalar a energia solar, o endereço não é o da escola. Às vezes é o endereço da Secretaria de Educação ou de uma escola que fica sendo referência daquela comunidade. Portanto, estamos trabalhando para conseguir fazer o georreferenciamento de todas essas escolas, para trabalharmos em parceria com o MDA e o Ministério das Minas e Energia, a fim de conseguirmos garantir o acesso à energia elétrica e à água para todas essas nossas escolas.

Para concluir - antes que a campainha apite -, queria destacar uma questão importante, para quem ainda não sabe. Tivemos a aprovação em 25/7/2012 da Lei nº 12.695, que contempla com recursos do Fundeb as instituições comunitárias que atuam no campo e que têm como proposta pedagógica o regime de alternância. Essa é uma conquista muito grande. Precisávamos garantir esse repasse do Fundeb, e agora já estamos trabalhando nisso. Sei que aqui em Minas Gerais já há uma lei - inclusive, já temos escolas conveniadas com o governo do Estado -, mas não tínhamos essa garantia do financiamento, via repasse dos recursos do Fundeb. Então acho que essa também é uma medida que nos ajudará muito para que possamos garantir cada vez mais a qualidade nas escolas do campo. Muito obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras da Sra. Maria Ceres Pimenta Spínola Castro

Boa tarde a todas e a todos os presentes. Cumprimento o Deputado Rogério Correia e a Profa. Macaé, minha amiga, em cujas pessoas cumprimento os componentes da Mesa. Temos trabalhado com a educação do campo e ficamos muito satisfeitas, Macaé, de você estar lá agora. Certamente você será uma aliada importante nesse enorme desafio que é garantir direito à educação, à cultura, ao conhecimento de todos os povos que habitam, trabalham e vivem no campo.

Queria aqui também agradecer a alguns dos membros do grupo Educação do Campo pela presença: à Helen, à Alcione, às Profas. Guiomar e Maria Lisboa e à Gabriela. Temos militado com essas companheiras desde o ano passado, tentando construir um diálogo com os diferentes movimentos, organizações e instituições que trabalham com as questões da educação do campo, a fim de construirmos uma diretriz normativa, operacional, que é fundamental para orientar o Estado, por meio de sua Secretaria de Educação - há a participação da Undime no grupo de trabalho - e também de diferentes Municípios que oferecem a educação do campo no campo.

Esse grupo de educação do campo foi criado em abril do ano passado. Não sei se o senhor se lembra, Deputado Rogério Correia, que houve uma grande reunião com representantes do movimento dos sem-terra - acho que o Hélio também estava presente nessa reunião na Via Campesina - e de diferentes órgãos do governo estadual. Lá recebemos uma pauta com uma série de demandas relativas à educação do campo, orientações do Governador Antonio Anastasia e da Ana Lúcia Gazzola, Secretária de Educação, àquela época Secretária Adjunta. Começamos a nos reunir com uma série de representantes de movimentos e fizemos um planejamento de trabalho, alguns seminários internos, discussões, etc. Discutimos sobre qual estratégia poderíamos desenvolver, de maneira que não tivéssemos apenas uma atuação pontual em relação àquelas demandas e que houvesse um diagnóstico da situação da educação do campo para, dessa forma, construirmos uma diretriz operacional que orientasse os gestores públicos em relação aos problemas, desafios e medidas a serem tomadas para trabalharmos com a educação do campo.

A partir de todas essas questões, em 26/1/2012 foi publicada uma resolução da Secretaria de Educação que criou o Grupo de Trabalho de Educação do Campo em Minas Gerais. Esse grupo de trabalho tem natureza propositiva e tem o objetivo de promover discussão sobre os elementos que deverão compor uma política pública educacional dos povos do campo no Estado. Fizemos, então, esse grupo, que se reúne quinzenalmente, num trabalho árduo de debate, de acaladoras discussões importantes para todos nós. Ele é composto pela Secretaria de Estado de Educação, pelos representantes da Undime-MG, da Uemg, da Fetaemg, do MST, da Amefa, da UFMG, do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais - Coping -, do Conselho Estadual de Educação e da Comissão Pastoral da Terra.

Vou repassar alguns dados de 2011, relativos a algumas questões do campo. São 403 escolas situadas no campo, sendo 7 em áreas de assentamento, 13 em áreas remanescentes de quilombos, 16 em terras indígenas e 367 em comunidades rurais. Dentro das questões expostas pela Macaé, temos 403 escolas e cerca de 800 endereços no campo. Temos escolas na cidade que têm turmas anexas ou segundo endereço no campo. Isso traz várias facilidades, muitas vezes, para a pessoa acessar a escola e várias dificuldades de gestão, de equipamentos, de capacitação de professores.

Em relação aos Municípios, temos 4.495 escolas municipais, sendo 44 em áreas de assentamento, 121 em áreas remanescentes de quilombos e 4.330 escolas em comunidades rurais. Para vocês terem uma ideia, vemos no mapa, em 208 Municípios, a localização das escolas estaduais. O Estado está quase todo em verde e há 698 Municípios nas suas áreas rurais. É interessante vermos que muitos Municípios não têm área rural. Belo Horizonte, por exemplo, não tem, mas é curioso que São Joaquim de Bicas e Igarapé também não.

Então, uma das questões para a qual gostaria de chamar a atenção, Deputado Rogério Correia e Macaé, é que é preciso que façamos, e isso está entre as questões que foram mencionadas no grupo de trabalho, um estudo melhor, para termos uma melhor definição do que é área rural e área urbana, para termos uma compreensão melhor disso, buscarmos os dados e as informações para sabermos, de fato, a que população essas escolas estão atendendo e onde essas pessoas moram.

Passaremos, agora, as informações sobre matrículas totais, com dados também de 2011. É preciso lembrar que as escolas indígenas são apenas estaduais. É de competência exclusiva do Estado a oferta de educação indígena. Temos 326.470 matrículas em Minas Gerais, municipais e estaduais. Há também a informação por modalidade de ensino. São, na educação infantil, 34 mil alunos; no ensino fundamental, nos anos iniciais, 186 mil; no ensino fundamental, nos anos finais, 17 mil; ensino médio, e esse de fato é o grande desafio, 14.942; na educação de jovem e adultos, ensino fundamental, 9 mil; na educação de jovens e adultos, ensino médio, 1.193 alunos.

Quero lhes mostrar um dado que torna a questão mais complexa e nos deixa um desafio maior, que temos de enfrentar e que temos discutido no grupo. Refiro-me aos totais de alunos transportados por dia em Minas Gerais. São transportados 529.966 alunos por dia em Minas Gerais; intracampo, ou seja, alunos que moram no campo e estudam em escolas no campo, são transportados 172.194 alunos por dia; do campo para a cidade, são 357.772 alunos por dia.

Aqui, a grande questão é a definição do que é rural e do que é urbano. Muitas vezes o aluno mora em uma comunidade pequena, ao lado de um Distrito que faz parte da sua comunidade de pertencimento, mas cuja sede é definida como rural. Então, ele nem é transportado por longo tempo, nem sai de sua comunidade de pertencimento; entretanto, não temos certeza de como isso funciona exatamente. Aliás, estamos propondo como diretriz que se faça um estudo sobre as condições rural e urbana em Minas Gerais, que tem 853 Municípios, cujo plano, no caso de alguns, não define área rural. É muito importante sabermos isso.

Outro dado para o qual quero chamar a atenção é o transporte escolar por etapa e modalidade de ensino. Na educação infantil, são transportados 35.126 alunos, alguns intracampo, alguns do campo para a cidade. No ensino fundamental, transportam-se 369.375 alunos. No ensino médio, acontece algo interessante: se contamos 14 mil matrículas no ensino médio, são 105.689 alunos sendo transportados. Portanto, o dado sobre a população do campo que cursa o ensino médio tem de ser incorporado a essa informação e tem de ser trabalhado da seguinte forma: não basta apenas considerar se esses alunos estão sendo transportados de maneira adequada, com segurança e eficiência, mas também se estão sendo deslocados da comunidade de origem, de pertencimento, o que tornaria mais grave a situação. Se estão sendo transportados dentro de uma mesma região, a escola pode ser um pouco maior e ter melhores condições de infraestrutura física.

Um dos problemas que temos com o segundo endereço é este: muitas vezes o MEC vê uma escola só, mas ela tem oito outros endereços. Aí, manda apenas um computador e um livro para a biblioteca, mas ela deveria receber nove de cada. Tudo isso torna complexa a situação, que estamos tentando enfrentar com propostas de estudo que melhorem a nossa apropriação dessa informação, para que tenhamos políticas mais adequadas a essa situação.

Algumas pessoas estavam presentes quando falamos, mas quero lembrar a todos que, nos dias 29, 30 e 31 de maio, fizemos o I Seminário Educação do Campo: Propostas de Diretrizes para Minas Gerais, no Canto das Seriemas, a cujo encerramento o Deputado Rogério Correia compareceu. Foi um seminário promovido e financiado pela Secretaria de Educação, que contou com a participação de mais de 300 pessoas de movimentos sociais - todos aqueles representantes que estão presentes nos grupos de trabalho tiveram uma cota, ou seja, trouxemos pessoas de diferentes lugares de Minas Gerais. De fato, fizemos um seminário rico, em que se travou um debate importantíssimo, com uma abertura muito importante e relevante e com a presença de representantes de praticamente todos os órgãos estaduais e federais afetos à educação no campo, como o Ministério. Foi uma participação muito rica, o que deu ao seminário muita legitimidade. A ideia básica é que o diálogo entre a sociedade civil, o Estado, os movimentos sociais e as entidades de formação de educadores e educadoras seja mediação fundamental na construção dos saberes necessários à formulação de uma política pública educacional pertinente às necessidades dos povos do campo.

No seminário, tivemos 12 grupos de trabalho e 3 temáticas - campo, escola do campo e sujeito do campo. Esses grupos de trabalho produziram um consolidado de propostas e questões, que foi trabalhado pelo grupo de trabalho Educação do Campo. Produzimos agora um relatório preliminar que foi devolvido aos participantes. Eles têm até o dia 9 para fazer alterações, dar sugestões e fazer críticas, para assim terminarmos no dia 13 e apresentar à Secretaria de Estado de Educação o relatório final desse seminário, com as proposições das normativas para a diretriz operacional para a educação do campo. O relatório preliminar do primeiro seminário se estrutura em quatro partes: a primeira é uma introdução com o histórico da educação do campo e do próprio seminário; a segunda tem os pressupostos básicos da educação do campo; a terceira, as propostas e diretrizes; e a quarta são as demandas emergenciais. As propostas de diretrizes abordam os aspectos de formação de educadores e educadoras, o ingresso na carreira docente, a gestão, o projeto político-pedagógico da escola do campo, as recomendações da Secretaria de Educação e as articulações setoriais.

Faltam 33 segundos para terminar o tempo a mim concedido, antes, porém, quero dizer a vocês que temos sido levados, motivados e dirigidos por uma frase de Guimarães Rosa. Para se ter uma educação do campo que seja merecedora desse nome e que garanta o direito ao conhecimento, direito à educação, ao acesso, nós só precisamos "de pés livres, de mãos dadas, e de olhos bem abertos". Muito obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Solicitamos aos inscritos que fizerem uso do microfone que se identifiquem. Cada participante disporá de até 2 minutos para a sua contribuição. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de questionamentos aos expositores são feitos de acordo com o volume de inscrições recebidas. As inscrições já foram encerradas. Faremos as perguntas em bloco, começando pelas orais. Ainda temos algumas perguntas escritas. Depois passaremos a palavra aos membros da Mesa para que possam responder a elas.

Gostaria de informá-los de que estamos ao vivo pela TV Assembleia e que as apresentações feitas estarão disponíveis no "site" da Assembleia: www.almg.gov.br. As apresentações de ontem já estão disponíveis e, a partir de segunda-feira, com certeza já teremos os "slides" das apresentações para os que quiserem.

Informamos que a publicação da ata deste ciclo de debates estará disponível na versão eletrônica do "Diário do Legislativo", na edição do dia 6 de setembro, e pode ser acessada pelo portal da Assembleia Legislativa, www.almg.gov.br. Aos interessados em gravar as reuniões, esclarecemos que a reprise será exibida pela TV Assembleia nos seguintes dias e horários: dia 29, reprise dia 3/9, às 13h30min; dia 30, manhã, reprise dia 7/9, às 7h30min; dia 30, tarde, reprise dia 7/9, às 13h30min; dia 31, manhã, reprise dia 9/9, às 8 horas; dia 31, tarde, reprise dia 16/9, às 8 horas. As reprises ocorrerão em dias diferenciados porque o debate se realizou durante três dias. Alguns "slides" dos conferencistas, a quem agradecemos, já foram disponibilizados no "site" da Assembleia Legislativa. A partir de segunda-feira, todo o material já estará disponível.

Debates

O Sr. Presidente - Há quatro companheiros inscritos, que contarão com 2 minutos cada, para fazerem a pergunta e as indagações. Há uma pergunta dirigida ao Secretário Hélio. Fecharíamos então esse ciclo da área da educação com essas quatro inscrições. Mais do que isso não será possível. Mais perguntas serão feitas depois, no outro painel. Estão inscritas a Mayara Almeida e a Maria Alves. Com a palavra, Mayara, do Sindicato dos Professores Rurais de Almenara. Em seguida, falará a Sra. Maria Alves, da Fetaemg.

A Sra. Mayara Almeida Santos Pessoa - Boa tarde a todos! Vou ler para eu não me perder na fala. A nossa situação no campo é muito complicada, porque as escolas existentes no campo atendem, no máximo, à 8ª série, quando existe até 8ª série. Os jovens, após terminar esse período, vão para a cidade para continuar os estudos. E o jovem do campo que vai para a cidade para estudar não retorna mais para o campo e leva junto a sua família, provocando o êxodo rural.

Eu gostaria de responder a uma pergunta direcionada ontem ao pessoal e que não foi respondida: o que deve ser feito para melhorar a situação do jovem no campo? A resposta é que, enquanto não existir uma educação diferenciada, de qualidade, nunca será possível resolver-se a nossa situação. Deve ser uma educação voltada especificamente para a juventude rural. Os jovens de hoje anseiam por tecnologia e lazer, e muitas coisas mais que nossas escolas não oferecem. Vejo que os programas que qualificam os jovens são de grande interesse, mas o que mais preocupa é que, daqui a algum tempo, não mais existirão jovens para acessá-los. A minha pergunta e reivindicação é: existem projetos voltados para essa questão, ou seja, escolas para atender aos jovens do seu primeiro ano até o ensino médio e qualificação profissional voltada para o jovem do campo, como, por exemplo, escolas famílias? Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Mayara. Com a palavra, a Sra. Maria Alves de Souza, da Fetaemg, que contará com 2 minutos.

A Sra. Maria Alves de Souza - Boa tarde a todos e a todas! Vou tentar ser rápida e não utilizar os 2 minutos. Primeiro, eu gostaria de dizer para Macaé que é até um pouco mais tranquilizante para nós saber que tem uma pessoa do seu perfil ocupando o espaço que você ocupa hoje, para dialogar não só sobre questões de educação do campo, mas também sobre questões dos povos e comunidades tradicionais, raça, ética e etnia.

Começando pela nossa Secretaria Estadual de Trabalho, quero dizer ao companheiro Hélio que também trabalhamos a questão do ProJovem junto ao MST e outros movimentos. Seria muito bom se conseguíssemos levar o Projovem para além do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas. Até porque as demais regiões do Estado também têm jovens em vulnerabilidade social que requerem, com certeza, não só a formação profissional por via do ProJovem como também o fortalecimento, a participação e a garantia do acesso às demais políticas, como o Pronatec, o Pronacampo e várias outras políticas que não puderam ser trazidas a este espaço, mas que requerem um olhar especial não só dos nossos governantes como também do movimento social, para que os nossos jovens de fato tenham sua formação profissional e social. Fica aí a nossa demanda, principalmente para as comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhos, acampados, que agora estão sendo prioridade no ProJovem; mas precisamos garantir, na sua diversidade, a participação desses povos.

Queria fazer também um desabafo no que tange à questão mais profunda da educação do campo, aproveitando o que a Macaé destacou, enquanto governo federal, e também a nossa colega da Secretaria de Educação. É importante demais que consigamos, enquanto Estado e movimentos sociais, garantir a participação efetiva, o debate e o fortalecimento da educação do campo, no que tange não só à questão da construção de novas escolas, de pesquisa, mas também à garantia do ensino de qualidade, naquilo que trazem os nossos debates sobre a educação no campo para os que já estão na escola. O fechamento de escolas hoje em nosso país é uma questão séria, que requer de nós um olhar tão especial, que vá para além do fechar escola em sua dimensão de porta, parede e tijolo. Requer também o fechamento das pessoas enquanto protagonistas de vida, do espaço da escola como sujeito de produção de valor, de construção social na nossa sociedade. Isto é para refletirmos: os alunos que estão hoje no ensino primário, médio e fundamental no campo precisam de um olhar especial, porque a escola do campo não traz só a questão de a escola funcionar no campo. Hoje há um grande número de alunos que participam das escolas estaduais e que são do campo. Nessas escolas, estaduais ou municipais, não há nenhum conteúdo de ensino que garanta a essas crianças a qualidade de um ensino voltado para as questões do campo. Escolas essas que fomentam cada dia mais o êxodo rural e a saída do jovem do campo, desde o ensino primário até o ensino médio. Digo isso porque tive oportunidade não só de estudar na escola do campo, mas de participar de programas como o Caminho da Cidadania e o Acertando o Passo. Mas tive também a oportunidade de ser do movimento social, de pertencer a um quilombo e ter como ideologia de vida a transformação do ser humano como protagonista do seu próprio desenvolvimento.

Posso hoje dar depoimento do meu exemplo de vida e dizer que precisamos, para transformar este país cada vez mais, ter a escola como espaço fundamental para elevação do sujeito, e não a escola dar condição de o aluno dizer que o lugar em que vive é ruim para se viver; dar-lhe a condição de avaliar sua realidade e propor condição de superação no meio em que vive. É dessa escola que estamos falando e é essa escola que queremos. Para isso não é preciso ir muito longe, não é preciso inventar um ciclo e não é preciso inventar a roda. É preciso olhar para o Estado que temos, o País em que vivemos e dizer: se podemos mudar agora, agora podemos começar. É olhar para as escolas que já temos e as crianças que lá estão matriculadas.

Eu disse no GT, onde tenho a oportunidade de participar das reuniões, que as crianças que hoje estão matriculadas na nossa escola, estadual, municipal, no campo ou nas cidades, têm endereço, identidade, e a elas isso não é negado, se a escola quiser, garantir e reconhecer os seus valores enquanto pressuposto, enquanto sujeito de vida, em que a vida seja importante não somente enquanto geração de renda, mas enquanto espaço cultural, modo de produção, tradição de um povo.

Para fechar, quero reafirmar à Ceres que fico triste, mais uma vez, quando a Secretaria reafirma que a construção do GT se deu somente por aquele exemplo que aconteceu aqui na Assembleia, porque isso é também verdadeiro. No entanto, reafirmar que é só por isso que se deu a construção do GT é negar a história da educação do campo em Minas Gerais. Queremos reafirmar a luta e a construção coletiva de todos os movimentos que se deram em Minas Gerais para garantir a construção de um debate democrático como proposta de educação do campo não só para o Estado, mas também para o país em que todos vivemos. Sabemos de cor e salteado que cada região tem uma realidade diferente. Além disso, que a educação do campo se propõe a discutir e valorizar cada dia o sujeito onde quer que ele esteja, suas condições de vida, sua realidade, seu diferencial e seu potencial. É isso que a educação do campo propõe e quer que ocorra. Portanto, neste espaço, preciso reafirmar isso e valorizar cada sujeito que faz a história acontecer e superar-se como proposta de desenvolvimento social, democrático e sustentável. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado. A Maria falou pela Ellen, pelo Russo, pela Renata e pelo Chumbinho. Agora, como ela falou muito bem falado, escutaremos também os outros companheiros. Com a palavra, a Sra. Ellen Vieira Santos, da Fetaemg, que disporá de 2 minutos.

A Sra. Ellen Vieira Santos - Falar depois da Maria fica difícil. Boa tarde, educadores, movimentos sociais e Deputados! O meu nome é Ellen e estou como Assessora de Educação da Fetaemg e sou educadora popular. Quero, primeiramente, parabenizar os expositores e dizer que a criação de espaços de diálogos como este é sempre um avanço, assim como está sendo um avanço o fato de o Legislativo e o Executivo de Minas Gerais estarem pautando a educação do campo agora. Segundo, ressaltar e lembrar o dia da abertura deste ciclo de debates, quando muitos falaram sobre o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável que está sendo criado.

Quero registrar a importância do GT de Educação do Campo, que, como bem lembrou a Maria, é o marco histórico em Minas Gerais, oriundo de todas as reivindicações dos movimentos sociais. Sobre o que está sendo pensado de propostas para o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, é preciso ressaltar o que todos já sabem: só haverá desenvolvimento, ou seja, Minas só será um bom Estado para se viver se tiver acesso à educação de qualidade. Proponho que o que for deliberado neste seminário seja somado à proposta desse plano que está sendo pensado, pois estamos tratando de um tema tão caro para os movimentos sociais, qual seja, "Educação do campo".

Queria me dirigir à Sra. Macaé, que hoje está no Ministério da Educação. Realmente o Pronacampo para os movimentos sociais está sinalizando hoje mais do que um programa. De fato, tem evidenciado a intencionalidade do governo federal por uma política de educação básica para o campo.

Peço a todos licença para registrar três pontos que listei. Inicialmente, falou-se sobre as 3 mil escolas, que é uma meta inicial, e foram fechadas mais de 20 mil escolas só em Minas Gerais. Então, acredito que o Pronacampo deve ter essa atenção. Depois se falou muito sobre o analfabetismo. Você demonstrou alguns dados. Sabemos que, dentro do Pronacampo, não se prevê EJA - alfabetização e escolarização - que é um tema caro também para os movimentos sociais. Conforme todos sabemos, o nível de analfabetismo é muito grande nos assentamentos rurais.

Chamar a atenção também, dentro do Pronatec Campo, para o que está se pensando em termos de profissionalização para os jovens do campo, que é a concepção de trabalho colada à dinâmica e às especificidades de uma cultura que os povos do campo trazem e que, a meu ver, o Pronatec está desconsiderando.

Por fim, mais uma vez, ratifico o que a coordenadora Maria ressaltou no tocante a uma educação básica de qualidade. Isso não acontecerá se não houver uma formação de professores do campo e se o Pronacampo não se direcionar para isso. Não dá para efetivar, de fato, uma política de educação do campo e no campo se o Pronacampo não possuir meios legais que garantam a participação dos movimentos sociais, apresentando demanda, monitorando e avaliando a política.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Ellen. Quero dizer aos expositores - esqueci-me de dizer isso, no início - que o movimento optou exatamente pela composição das exposições dos integrantes do governo e, depois, esse diálogo com os movimentos sociais. A nossa intenção é fazer uma avaliação de como estão funcionando as políticas. Às vezes, quem planeja as políticas públicas tem uma visão, mas quem as recebe tem outra. É exatamente isso que queremos complementar. Então, houve esse formato para que pudéssemos escutar não só as demandas, mas também as avaliações do funcionamento das políticas públicas na área rural. Então, agradeço à Ellen. O próximo inscrito é o Russo, da Via Campesina, do MST. Dois minutos, Russo.

O Sr. Felipe Russo - Para alguns picuinheiros que dizem que falamos em todos, afirmo que não tivemos condições de atender a todas as regiões e a todas as companheiras e companheiros. Aliás, os que participam do GT também estão neste espaço. Esperamos que, nos próximos encontros, tenhamos uma construção que envolva, aliás, a condição concreta, para que as Secretarias de governo deem suporte aos agricultores, a fim de eles virem para este espaço. Eles devem vir até aqui com a condição de poder ficar até o final. Temos companheiros que precisaram sair daqui às 14 horas, a fim de chegar a Montes Claros às 23 horas e, depois, rachar para Jaíba. Então, devemos esclarecer que só tivemos a oportunidade de falar por 2 minutos, enquanto, nesses três dias, o Estado foi o que mais falou. Calazans, então, nem se fala. Então, agora devemos pegar o microfone e falar até quando quisermos.

Já fui bem contemplado pela fala das companheiras que me antecederam. Devemos, porém, fazer uma avaliação: todo esse processo de educação do campo no Estado de Minas Gerais foi fruto de luta. Se não tivesse ocorrido o 3º Encontro dos Movimentos Sociais, há 2 anos, e todo esse processo de mobilização e articulação, não teríamos isso que hoje está sendo apresentado pela Secretaria de Estado. Lembro-me muito bem de que participamos daquela primeira reunião que houve aqui. Naquele primeiro momento, o Estado de Minas Gerais e a Secretaria de Educação não tinham nada sobre educação no campo. Os movimentos sociais, junto a algumas universidades - e merecem destaque a Uemg e a FAE, da UFMG -, estiveram presentes e foram propositivos. Então, também devemos valorizar esse processo. Quando o Estado resolve escutar os trabalhadores e construir... Mas isso é na base da pressão. Os debates com o Estado não foram tranquilos, mas, pelo menos, de maneira progressiva, está havendo algo, como o protocolo de boas intenções.

Quero chamar a atenção para alguns aspectos concretos. Lembro-me também de que tínhamos a demanda de três escolas, sendo uma delas da minha região, onde um jovem voltando da escola morreu na estrada. Isso ocorreu em um assentamento em São Francisco. Temos um acampamento e um assentamento, em Campo do Meio, com mais de 500 famílias, e o governo está querendo fazer diagnóstico de quantas crianças e jovens existem lá. Por que o governo não vai até lá, a fim de fazer esse diagnóstico e esse levantamento do número de crianças? Isso já foi colocado nos conselhos municipais e no conselho estadual, e cadê essas escolas? Então, para concretizarmos o apoio do governo estadual com a educação do campo, devemos construir escolas no campo. Não é só colocar anexos, como ocorreu em várias escolas municipais. A maioria é anexo e, quando vamos para o assentamento e o acampamento, vemos que quem está construindo essas escolas são os trabalhadores com as suas próprias economias. Então, devemos materializar essa política de educação do campo com ações concretas e para além dos protocolos de boas intenções.

Para concluir, acho que a questão da escola e da educação no campo é uma política que mexe com o cerne do desenvolvimento rural sustentável. Foi dito pelos outros palestrantes que as organizações do governo deveriam acumular e estudar a questão da geração e sucessão, no meio rural. O que garantirá que o jovem participe do ProJovem e que a criança ainda tenha expectativa de continuar no campo será o fato de eles terem condições de ficar no campo. Se não existe nem a estrada para essas crianças irem para a escola, como fortaleceremos a educação no campo? Então, para isso é importante que a Secretaria de Educação faça um apelo junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia e à Secretaria de Agricultura, a fim de criarmos condições para que os assentamentos e as comunidades rurais sejam o melhor lugar para se viver. Não adianta criar uma política de protocolo de boas intenções da escola, se a criança, para ir à escola, precisa andar 4km.

A escola é criada, coloca-se o professor lá, mas a criança tem de andar 4km, com fome, para chegar até ela. Outra coisa que devemos registrar é que há muitos educadores do campo formados, com todo o profissionalismo que a educação do campo exige, mas até hoje eles não conseguiram dar aulas nas escolas. Acho que isso também deve ser registrado. Há vários assentados de reforma agrária que passaram pela UFMG, por outras universidades, estudaram por via do Pronera, mas ainda não lhes foi dada a oportunidade de ministrar, protagonizar a construção da educação do campo. É isso que queria dizer.

O Sr. Presidente - Obrigado, Russo. Agora passaremos a palavra à Renata Karine Lacerda, da Fetaemg. Chumbinho, depois é você, pois tenho de dar preferência às mulheres. Fique por aí de uma vez, pois, depois da Renata, será a sua vez.

A Sra. Renata Karine Lacerda - Exatamente. Muito obrigado, Deputado. A minha pergunta vai para a Macaé e, na verdade, nem é uma pergunta, mas um pedido. O companheiro acabou de falar sobre a questão da formação dos professores. Temos aí vários cursos de formação de professores para o campo, mas não temos, em lugar nenhum, um concurso público que atenda a eles.

Outra coisa é a construção de escolas. Tive a oportunidade de ser consultora de educação do campo do MDA, em 2009 e 2010, trabalhei muito, fiz várias análises de projeto para a Secretaria de Educação do Campo, da Secad, e acompanhei os 250 milhões destinados para a construção de escolas, o que não se conseguiu executar por uma questão de burocracia e por não atender às exigências do Ministério. Trabalhamos, junto à Casa Civil, para que pudéssemos construir essas escolas, mas elas não foram construídas e o dinheiro foi devolvido. Então o pedido é para que façam com que as escolas sejam, realmente, construídas. Quanto aos outros aspectos, a Maria e outros companheiros já falaram a respeito. E não é só construir, é preciso garantir o acesso às escolas de qualidade.

Os dados mostrados até me assustaram um pouco, pois vi que, nos últimos cinco anos, 13 mil escolas foram fechadas. Sabemos que, mesmo havendo uma Secad no governo Lula, foram fechadas 20 mil escolas. E agora, nos últimos cinco anos, mais 13 mil. É fecha escola, constrói escola, fecha escola, constrói escola. Aonde vamos parar com isso?

Quero falar também sobre o livro didático. Que esse programa, realmente, atenda às especificidades do campo. Se cairmos, de novo, em livros como o "Escola ativa", estaremos perdidos, pois esse não foi um livro que atendesse o campo. Queria lembrar a todos que temos produção agrícola em Igarapé. Obrigada. É isso que queria dizer.

O Sr. Presidente - Obrigado, Renata. Passo a palavra ao último orador inscrito, o Chumbinho, do MST, que disporá de 2 minutos.

O Sr. Alexandre Chumbinho - Rogério, Helinho, Ceres e demais componentes da Mesa, acho que o debate mais conjuntural da situação calamitosa que vivemos no campo, principalmente a juventude e a infância, já foi abordado nos últimos dois dias. Entretanto é sempre bom reforçar que o quadro que existia na década de 40, no Brasil, era de 80% da população vivendo no campo e 20% na cidade. Hoje em dia, em termos gerais, no Brasil vivemos o inverso disso. Temos 80% da população amontoada nas grandes cidades - literalmente amontoada - e só 20% vivendo no campo. Se depender das grandes empresas, Rogério, que querem usar o Brasil não apenas como plataforma de acumulação financeira, mas também - e principalmente daqui para a frente, com a redução de juros e todas essas coisas que a Dilma está fazendo - como principal país exportador de "commodities", ainda mais camponeses e famílias serão expulsos, migrarão para a cidade, até chegar à taxa de São Paulo, que são as ideais hoje para o capital, ou seja, de 9% da população vivendo no campo e 91% na cidade. Assim, cada vez mais piorando o problema de violência, de transporte, de poluição, etc.

Historicamente, quem migra para a cidade tem sido o jovem. Por isso não podemos dizer que todas as políticas não têm que chegar ao campo. Todas as políticas públicas devem chegar ao campo. O que segura o jovem lá é, principalmente, a educação, a cultura, o lazer, o esporte, e tudo o mais, mas, fundamentalmente, a geração de renda, que deve chegar ao campo.

E quando vemos esforços como esse feito pelo Secretário Hélio Rabelo, dentro de uma pauta de luta unitária do MST e dos povos do campo, é gratificante. Na semana passada, reunimo-nos com 7 mil agricultores em Brasília para denunciar esse quadro, debater e negociar a pauta nacional com a Dilma, e também fizemos isso em Minas Gerais no ano passado. Para nós é muito gratificante ver um esforço conjunto das várias esferas de governo, como é o ProJovem. É um programa federal da Presidente Dilma, que está sendo executado pelo governo estadual, que é do PSDB, que está dialogando e conseguindo abranger, entre os 15 mil jovens, 10% de jovens do campo. Como o Elinho falou, é um programa urbano, mas que está abrindo concessões e fazendo flexibilizações necessárias para abranger esse público rural.

É gritante a necessidade de uma política emergencial para a juventude do campo, para ajudar a reverter ou pelo menos segurar esse quadro de êxodo. É preciso que todos os gestores públicos foquem nisso agora. Nós, do campo, temos o privilégio de ter como Secretária Nacional de Juventude a Severine Macedo, uma jovem da Fetraf Sul, do meio rural. Ela tem feito todo esforço para emplacar uma política emergencial de juventude, mas não tem conseguido. O máximo que conseguimos é o ProJovem, que, apesar do mérito do ProJovem de Minas ao abranger o público do campo, ainda é insuficiente. Vou dizer em que ele precisa melhorar, e peço ao Secretário Hélio Rabelo que anote, se ele ainda não sabe.

Em primeiro lugar, ele precisa ser ampliado para toda Minas Gerais. Não pode estar só no Jequitinhonha e no Mucuri, por conta de contrapartida do governo. Do mesmo jeito é preciso reforçar a pasta do Gadelha, porque é um absurdo ter R$500.000,00 por ano para fazer toda política de agricultura do campo, para Minas Gerais inteira. É uma vergonha, isso não é Orçamento. O lote do ProJovem do campo, esses 1.400 jovens, tem cinco vezes mais o Orçamento que o Gadelha tem para tocar toda a política da Subsecretaria. Isso é um absurdo. Precisam ampliar.

Precisam também enviar recurso para o Elinho. Não quero ver o Governador Anastasia, no ano que vem, dizendo que não vai haver ProJovem para o resto do Estado, porque não pode colocar uma contrapartida, que só vai jogar na Sudene porque a contrapartida é menor, e abranger novamente só o Norte e o Jequitinhonha. Tem de ser para todo o Estado. E o nosso público do MST, da Fetaemg e dos trabalhadores rurais está esperando, porque esse programa está conseguindo, minimamente, manter esses jovens lá mais seis meses, senão já teriam migrado para São Paulo para colher café e ficado por lá mesmo.

Em segundo lugar, tem de permitir alternâncias. Isso ainda é uma limitação. A Josefina, Coordenadora do ProJovem na Secretaria do Trabalho, sabe disso, do nosso empenho e da nossa dificuldade com os nossos jovens, porque é uma política feita simplesmente para a cidade, para o jovem urbano que vai todos as noites para a sala de aula. Para as nossas realidades de assentamentos, o ProJovem tem de ser feito em módulos de 15 em 15 dias, reunindo durante 3 ou 4 dias intensivos, como acontece em todos os cursos de educação no campo. Tem que flexibilizar no Codefat, ou onde seja.

Terceiro, tem que adaptar os materiais pedagógicos. Para nós, do MST, não entra material pedagógico para falar bem de agrotóxico. Não permitimos que entre, porque é convicção dos nossos jovens e nossa, somos contra os agrotóxicos. Então, o material tem de ser adaptado para a matriz tecnológica que estamos defendendo e que boa parte da sociedade defende, que é a agroecologia. Isso tem que ser permitido e legitimado, ao invés de se ficar debatendo uma coisa e dizendo o contrário ao mesmo tempo. É um absurdo o material que vem do Ministério do Trabalho. Da mesma forma que deve incluir a economia popular solidária, o microcrédito. Nossos jovens querem estudar isso na base, ressalte-se, nas 50 turmas do ProJovem que estão sendo beneficiadas por essa política.

Por último - e o Elinho já sabe disso - tem-se que aumentar o recurso, porque R$4,50 por cada hora de aula torna impossível às entidades executoras operarem o ProJovem na realidade rural. Existem as previsões de alguém em Brasília indicando que o jovem que vive a 1,5km da sala de aula tem de ter transporte.

No assentamento rural, como dar vale-transporte para o jovem? O povo vai de jegue, de carroça, de caminhão de leite para a sala de aula. Como bancar isso? Como lidar com a realidade do transporte alternativo? Não há salas de aula em assentamentos, o que é um absurdo. Há uma pauta, como o Russo acabou de ressaltar, com a Secretaria de Educação, mas de médio prazo, pois não se constrói uma sala de aula de um dia para o outro. O que fazer na hora em que temos de pegar jovens do assentamento e levar para uma comunidade periurbana, para uma estrutura de sala de aula? O que fazer no caso de ser preciso reformar um galpão para uma turma de ProJovem de um assentamento, se o recurso é insuficiente? Tem de haver previsão de mais orçamento para essas turmas, isso é extremamente necessário. Lidamos com essa situação, que é gritante. Temos interesse em avançar e ampliar esse programa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Chumbinho. Buscando o término desse painel, passaremos a palavra aos expositores, aos quais pedirei que também se limitem ao prazo de 5 minutos. Ainda temos, depois desse painel, outro referente à saúde. Com a palavra, o Sr. Hélio Augusto Martins Rabelo, Secretário de Estado do Trabalho e Emprego de Minas Gerais.

O Secretário Hélio Augusto Martins Rabelo - Em primeiro lugar, gostaria de responder à pergunta do To'é, Ivan Pankararú: "Qual foi o critério usado para a seleção dos povos indígenas contemplados pelo programa Economia Popular Solidária?". Na verdade, esse é um projeto do governo federal. Eles colocaram até cinco comunidades para fazer o programa. Não podia passar de cinco, e, como vimos que o recurso era pouco, definimos tudo junto ao Conselho Estadual de Economia Popular Solidária. Quero lembrar-lhes que essa definição não foi feita só pela Secretaria: foi debatida com os movimentos, com os agrupamentos de economia solidária e aprovada pelo Conselho Estadual de Economia Popular Solidária. Então poderíamos trabalhar comunidades diferentes. Tivemos de escolher cinco comunidades, que teriam de ser diferentes. Poderíamos trabalhar uma comunidade indígena e uma comunidade alternativa, mas não duas ou três comunidades. Estamos abertos ao diálogo, Ivan. Depois passarei meu cartão para você. Temos outros programas dentro da Secretaria. Quem sabe poderemos trabalhar no ProJovem do próximo ano? Todavia, no caso do Economia Popular Solidária, tivemos de escolher, e escolhemos 3, entre os 2.200.000. Se escolhêssemos cinco, ficaria curto o recurso, que já é pequeno. Volto a lembrar que foi uma definição em conjunto com o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária.

Desculpem minha ignorância. Falei povos maxacalis e, na verdade, como me esclareceram, são povos maxacali e cidade Maxacalis. Não repetirei o erro.

Pergunta do Rômulo, da Fetaemg: "Peço informar-me a respeito do Aitec e do sistema de ensino a distância para qualificação profissional, organizado pelo governo". Na verdade, na questão de qualificação profissional, Rômulo, estamos juntando todos os programas existentes no governo e trabalhando o Estado em rede. Havia o Qualificação da Educação, o Qualificação da Ciência e Tecnologia, o programa da Emater e o da Secretaria de Trabalho. Juntamos todos e apresentaremos, até o final do ano, um grande programa de educação a distância de todas as áreas do governo, para não repetir, na questão de ensino a distância, algo que acontecia. Numa mesma cidade existiam diversos programas muito parecidos. Não queremos repetir isso. Estamos fazendo uma grande seleção. Numa cidade, por exemplo, onde já existe o Pronatec e o ProJovem, não precisa haver o Travessia Renda ou o Economia Solidária. Pode não haver jovens, pessoas a qualificar. Não queremos repetir esse erro, mas equacionar os recursos financeiros do Estado ou do governo federal, o que é muito importante. Então faremos um grande trabalho, até mesmo com a Utramig, órgão vinculado à nossa Secretaria de Trabalho.

Lembro-lhes também que a nossa Secretaria - esqueci-me de falar isso no início - tem só um ano e meio. Não existia no Estado uma secretaria específica de trabalho e emprego. Tudo para nós é novo. Essa Secretaria começou agora com o Secretário e Deputado Carlos Pimenta. Eu, que era só adjunto, estou somente há 3 meses lá, acompanhando o trabalho dele.

Pedimos calma, porque estamos aprendendo a ter uma política pública de trabalho, emprego e renda, como disse o Governador. Estamos trabalhando bem, estamos no caminho certo. Hoje o Estado tem as menores taxas de desemprego do País. A taxa de desemprego da região metropolitana está em torno de 5%, o que é considerado, praticamente, pleno emprego; e, no resto do Estado, essa taxa está em torno de 7%.

Hoje temos um problema contrário. Há mais de 20 mil vagas sobrando nos postos do Sine, e faltam pessoas para trabalhar. Estão sobrando essas vagas. Até aproveitamos para fazer um apelo às pessoas que estão nos acompanhando pela TV Assembleia para que procurem os postos do Sine. Desculpem-me por fazer propaganda, mas essa é uma questão social. O postos do Sine, no Estado inteiro, têm mais de 20 mil vagas.

No tocante à qualificação profissional, ouso dizer que hoje temos qualificação profissional à disposição das pessoas em praticamente todas as áreas do Estado. Temos condições de, a partir dos programas das nossas secretarias, como Pronatec, ProJovem, Economia Solidária, Inclusão Produtiva, Travessia Renda, qualificar 100 mil pessoas no Estado. Hoje estamos preocupados com isso, pois está tendo curso, mas estão faltando alunos. Então, procurem os postos do Sine, os Creas e os Cras, porque hoje há qualificação profissional em todas as áreas. Volto a dizer: há a preocupação sempre de qualificar as pessoas - jovens, mulheres, trabalhadoras - de todas as áreas de Minas Gerais, mas qualificar com a possibilidade de inserir as pessoas no mercado de trabalho.

Respondendo ao Russo, se depender de nós, continuaremos com mais e mais programas de qualificação profissional, como o ProJovem, pois essa é a nossa função. Chumbinho e Maria, estamos batalhando essa questão com o governo federal para o Estado inteiro e já estamos conseguindo resolvê-la. Tenho certeza de que no ano que vem colocaremos o ProJovem no resto do Estado, porque há muita gente necessitada. Com certeza, iremos ampliá-lo.

Deputado Rogério, faço um apelo aos Deputados, já que estamos aqui, na Assembleia Legislativa: façam emendas e nos encaminhem recursos para a qualificação profissional. Não somos pobres soberbos, precisamos desses recursos. Então faço um apelo a todos os Deputados que estiverem nos ouvindo e participando desta reunião. O Deputado Rogério poderia passar isso para a frente. Os recursos que já nos foram repassados, soubemos utilizar bem, pois sabemos da importância da qualificação profissional.

Por último, vem a questão do transporte, sobre a qual o Chumbinho fez uma pergunta. Temos uma boa notícia. Até este ano pagam-se R$4,50 pela hora-aula do aluno que busca qualificação profissional. O Ministro comunicou-nos, na semana passada, que a partir do ano que vem, esse valor dobrará, e a hora-aula passará para R$9,00, R$9,50. Se o curso for mais difícil, serão necessários técnicos gabaritados, com uma graduação maior, então a hora-aula poderá chegar até R$18,00, o que será um grande avanço.

Por último, Rogério, e para encerrar, agradeço ao Presidente da Assembleia, a você e aos parceiros. Terei de sair, mas a Josefina, nossa coordenadora, ficará aí, caso haja algum problema ou alguma discussão quanto ao ProJovem. No tocante ao ProJovem, não podemos nos esquecer do apoio que tivemos dos movimentos e principalmente da Fetaemg e do MST. Realmente, Maria, levamos os programas e conversamos. Se não houvesse a mobilização deles, em tempo recorde... Acredito que obteremos sucesso, porque temos uma grande parceria, há uma forte integração entre os governos federal e estadual e os movimentos que lutam e que se preocupam com esses jovens. Muito obrigado. Saúde, alegria e um bom final de semana para todos.

O Sr. Presidente - Obrigado, Secretário Hélio Rabelo. Com relação às emendas, veremos se será possível colocar um recurso a mais no orçamento. Jurei que não falaria aqui nada a respeito do governo do Estado. Estou em um trabalho institucional aqui, mas ele nos cutuca. Eu e o André Quintão, que somos Deputados da Oposição, colocamos recursos na Subsecretaria de Agricultura Familiar. Ele veio desse tamanho, bem pequeno assim, e demos uma ampliada boa nele, mas, mesmo assim, ele ficou pequeno, como o Chumbinho falou.

O Secretário Hélio Augusto Martins Rabelo – Pode incluir emendas, que não acharemos ruim, não.

O Sr. Presidente - Faremos isso, sim, mas a emenda para a Subsecretaria de Agricultura Familiar foi dos Deputados do PT. Então, foi um puxão de orelha no Governador, porque o dinheiro ainda estava mais curto, Chumbinho. O que veio foi por meio de nossa emenda, negociada pelos Deputados do PT. Com a palavra, a Profa. Macaé, por 5 minutos.

A Sra. Macaé Evaristo – Quase que dava para falar por uns 15 minutos novamente. Vou escolher apenas três pontos fundamentais. Acho que o debate continua. Há muitos questões apresentadas que são importantes para nós, que estamos coordenando a revisão da política.

Ressalto a questão da infraestrutura. Tanto a Renata Karine quanto a Ellen falaram que temos de construir, que se fez investimento, mas que não se conseguiu construir. Realmente o problema é complexo, principalmente a questão das obras em lugares de difícil acesso. O FNDE está trabalhando em um projeto de modelo de escolas que sejam pré-moldadas. Estamos tentando fazer um pregão nacional para tentar resolver o problema de construção de escolas em lugares mais difíceis. Há uma política de descentralização de recursos, mas, muitas vezes, o Município ou o Estado não conseguem construir.

Posso falar muito bem disso, pois estou saindo da gestão e sei da dificuldade que há para se negociarem os termos dessa construção e se operarem obras no modelo da Lei nº 8.666. Enfrentamos uma série de dificuldades, desde quando a empresa ganha a licitação, começa a obra, mas, no meio do caminho, desaparece, quebra, e não encontramos o dono para resolver a situação. Então, o FNDE está tentando trabalhar com outras metodologias para conseguirmos ter um impulso maior para a construção dessas escolas.

A Karine brincava: "O que é isso? Fecham escolas e precisam construir outras?". Na verdade, muitas vezes não fechávamos a escola, ela saía do tempo. É isso o que acontecia. Muitas escolas estavam em situação muito precária. Eram chamadas de escolas, mas a sua infraestrutura era precaríssima. Falamos fechar, mas aquela unidade deixa mesmo é de existir. Muitos dos seus alunos são absorvidos por outras escolas ou não. Não temos esse mapeamento.

Concordo com a Ceres: é importante termos um olhar mais detalhado para esses indicadores. Acredito que esse trabalho realizado é interessante. Nós do Ministério da Educação estamos trabalhando junto ao Ineb para melhorar a forma de coletar os dados para a educação do campo. Assim, os dados expressados no censo estarão mais próximos da realidade.

Em relação à formação, temos uma agenda grande e vários editais, mas a questão do concurso público é interessante. Devemos discuti-la com mais profundidade, pensando, aliás, no caso do professor que atua em escolas do campo. O concurso público é a forma mais democrática que construímos no nosso país para provimento das funções e dos cargos públicos. Mas, se por um lado ele é bastante democrático, pois abre oportunidade para todos concorrerem igualmente, por outro, depois da efetivação, a democracia pode acabar. As comunidades têm pouca possibilidade de contar com a gestão, o acompanhamento do trabalho dos profissionais. Aprendi isso acompanhando a educação escolar indígena. Já vivi situações em que a comunidade às vezes abandonava o professor, deixava-o sozinho. As crianças andavam 3km, mas não iam à aula daquele professor. Procuramos entender o que estava acontecendo. A comunidade tem o poder de interferir e determinar quem ela quer que seja o professor de seus filhos. O nosso modelo democrático ainda não avançou o suficiente para atingir esse patamar, pois é universalista, de concurso público, e nem sempre dá conta das especificidades com as quais tratamos ao falar em educação no campo.

Estamos fazendo o primeiro edital do PNLD. De fato, queremos superar o modelo do Escola Ativa. Sempre é bom lembrar que, no primeiro ano em que propusemos um edital, provocamos o mercado a se adaptar à oferta. Tentamos construir um edital diferenciado, pois ele abrange ideias de quem trabalha com turmas multisseriadas, seriadas, abordagem interdisciplinar. As escolas e as redes de ensino terão oportunidade de fazer escolhas no catálogo. Estamos negociando a possibilidade de uma mesma rede trabalhar com coleções diferenciadas porque, às vezes, numa mesma rede, há escolas organizadas numa dinâmica seriada e outras em dinâmica multisseriada. Isso é um aprendizado. O importante é que, ao instituir a especificidade do PNLD Campo, abrimos uma metodologia para garantir a adequação do material didático a ser disponibilizado aos estudantes das nossas escolas do campo.

O Sr. Presidente - Agradecemos à Sra. Macaé e passamos a palavra à Sra. Maria Ceres Pimenta Spínola Castro.

A Sra. Maria Ceres Pimenta Spínola Castro – Gostaria de dizer que temos avançado muito em relação à educação do campo. Isso é fruto do esforço e da luta dos movimentos sociais e também do grupo que está na Secretaria de Educação investindo nessa área. Sempre brinco dizendo que o único movimento deste planeta feito sem esforço e luta é o da rotação. Todos os restantes dependem de esforço, luta, contraposição.

Queria falar com a Maria que gosto demais das colaborações dela. Perdoe-me, mas, no meu PowerPoint estava escrito que se iniciou naquilo ali e que, depois, recebeu acolhimento de todos os outros setores da educação. Aliás, a Fetaemg foi citada por mim mais de uma vez e está lá no grupo dando uma colaboração absolutamente fundamental. Você colocou que a escola do campo não precisa estar localizada só no campo, e isso é muito importante, afinal ela precisa tratar das questões do campo. Nesse sentido, Chumbinho, é fundamental uma questão quando fazemos a proporção rural e a urbana da população.

Hoje chamamos educação de campo, e não educação rural, para tirar essa pecha do rural como atrasado, etc. A Renata disse assim: "Há produção agrícola, mas, no seu plano diretor, não há área rural". É preciso que pensemos nisso. Será que as pessoas que moram no campo são as mesmas que estão na área rural? O José Eli da Veiga é um autor interessante que fala que o Brasil é muito mais rural que os indicadores de população e o IBGE dizem que é. Então, precisamos trabalhar essa questão. Por exemplo, um menino sai de Alvação e vai estudar em Ponte dos Ciganos. Aquela escola em Ponte dos Ciganos, sede do distrito, é considerada rural ou urbana? O menino sai de Alvação, da mesma comunidade de pertencimento dele. Ele anda 4km de ônibus. Temos crianças de educação infantil sendo transportadas, mas qual é a distância máxima adequada para transportar uma criança de educação infantil?

Precisamos ter protocolos de boas intenções mesmo, viu, Russo? Protocolos de boas intenções devem orientar-nos para que possamos saber onde construir as escolas. Fizemos a discussão em nosso grupo de trabalho sobre onde construir as escolas. Não se constrói escola e, daqui a 10 anos, muda o seu local - ainda não inventamos uma escola de rodinha. Precisamos ter informação para saber onde construí-las. Tivemos uma luta enorme na desapropriação daquele terreno para aquela Escola Família Agrícola - inclusive, o Rogério acompanhou o pessoal do grupo de trabalho. Aquela escola precisa ficar ali, é importante. Precisamos ter outras indicações de onde construir essas escolas, para que possam ser acessíveis, trabalhar a realidade, a cultura e os valores da escola do campo.

O problema de concurso é a discussão que temos feito no grupo de trabalho. Ele é importante, só que temos um Estado com 853 redes municipais que fazem concurso. Portanto, precisamos criar algum tipo de protocolo – viu, Russo? - que nos ajude, porque o Estado, numa normativa operacional, não pode determinar para outro ente federado como ele fará concurso. No entanto, podemos fazer um protocolo, sim, para que o concurso no Município incorpore alguma vantagem - se possível e de acordo com as normas universalistas de concurso público - de quem tem formação na área de educação no campo ou quem tem experiência. Para isso, é preciso acordar por meio de protocolos para que possamos acertar e, de fato, fazer algo, porque nenhum de nós quer transformar o concurso público em uma prática clientelista, entendeu? Queremos concurso público com critérios universalistas, que levem em consideração as características daquele Município ou daquela região. O Estado, por exemplo, faz concurso por Município, e o professor, que vai para uma escola do campo, tem a liberdade de passar do estágio probatório e ser professor aqui em Belo Horizonte, porque é funcionário do Estado.

Todas essas questões tornam esses elementos problemáticos. No relatório, temos como propostas desenvolver estudos e ações no sentido de construirmos possibilidades para que os editais de concurso público na rede estadual e nas redes municipais - só aí são 854 concursos - e o processo de designação de profissionais de educação da rede estadual de ensino levem em consideração a formação específica para a educação do campo, criem formas para que as escolas do campo da rede estadual e das redes municipais acolham educadores e educadoras com formação específica para atuação nessas escolas.

Precisamos estudar isso para ver como será feito, assim como precisamos estudar para saber onde é necessário haver escolas de ensino médio. Para isso, devemos identificar, porque, no momento em que construirmos a escola, ela precisa durar 50 anos, no mínimo, atendendo a um grupo de meninos, de jovens. Como faremos isso? Precisamos de elementos. Quanto custa uma escola boa, Macaé? R$3.000.000,00? Exatamente. A Secretaria de Educação já está buscando recursos junto ao Pronacampo. Mas onde será feita a escola? Muitas das escolas desativadas têm a ver com o processo do êxodo rural, o que é muito ruim. Mas elas foram desativadas também, muitas vezes, pela precariedade do projeto. É preciso haver projetos arquitetônicos específicos. Uma escola indígena deve ser igual, do ponto de vista do projeto arquitetônico, a qualquer outra escola? Não sei, talvez ela deva ser diferente. Uma escola em território remanescente de quilombo precisa ser igual a uma escola na área de assentamento? Não sei. A questão dos acampamentos é muito complicada. Não posso construir nem estabelecer prédio público em área de litígio, vocês sabem disso. Há também limites para o gestor. Adoro essas questões, porque tenho oportunidade de dizer essas coisas.

Quero dizer que essa luta é de todos nós. Temos compromisso com a educação de todos, e isso não é um protocolo de boas intenções. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Ceres. Quero agradecer ao Secretário Hélio, à Macaé e à Ceres a contribuição.

Iniciaremos outro painel, mas, antes, quero dizer que veremos posteriormente, na Assembleia, a sequência que será dada a esse ciclo de debates. Uma parte expressiva dos trabalhadores, os que vieram de mais longe, de ônibus, teve de sair no período da tarde - já é o terceiro dia de debates - e não pode participar dessa etapa. Mas eles acompanharão depois pela TV Assembleia as discussões da parte da tarde. Eles solicitaram às entidades que avaliássemos a possibilidade de, no ano que vem, haver um seminário legislativo na Assembleia que fosse regionalizado. Fizemos um, no ano passado, por todo o Estado sobre combate à pobreza, e foi muito positivo. Agora estamos pensando em fazer um sobre a agricultura familiar, para discutir agregação de valor, geração de trabalho e renda no campo. E ao falar de agregação de valor e relação de trabalho e renda, é claro, será pressuposta também a discussão que estamos fazendo aqui da educação a todo esse debate.

Estou, junto com o Deputado Antônio Carlos Arantes, apresentando um requerimento para que a Assembleia Legislativa estude essa possibilidade de fazermos, no ano que vem, o seminário. O próximo ano é interessante, porque não é ano eleitoral e, então, podemos trabalhar com mais tempo. Provavelmente daremos sequência a este debate também nas regiões. Poderemos fazer um balanço do funcionamento de cada política pública e do que aqui foi dito, em cada região, aprofundando este debate. O que queria dizer é que essa discussão não acaba aqui.

Foi muito importante a discussão sobre a educação no campo; é um dos temas que mais as entidades pedem para trazermos à Assembleia Legislativa. Quero, então, agradecer.

Há questionamentos que foram feitos e não respondidos. Estou aqui com vários, inclusive de painéis anteriores. Como o nosso tempo está escasso, essas questões por escrito serão respondidas, sintetizadas por nossa equipe e colocadas à disposição no "site" da Assembleia Legislativa para avaliarmos as propostas. Vamos verificar com a equipe técnica se será possível fazer uma síntese também das questões feitas oralmente. Teremos de escutá-las.

Assim, a ideia é fazermos as respostas por escrito, bem como as propostas. Com relação às perguntas que foram feitas oralmente, procuraremos fazer uma compilação. Temos o objetivo de dar continuação a este ciclo de debates, com painéis regionalizados pelo interior do Estado. Com a palavra, o Sr. Carlos Augusto de Souza, que falará, portanto, sobre saúde rural.

Palavras do Sr. Carlos Augusto Vaz de Souza

Na pessoa do Deputado Rogério Correia, agradeço o convite da Assembleia Legislativa de Minas Gerais ao Ministério da Saúde. É um prazer estarmos fazendo esta discussão.

Tenho aqui dois desafios enormes: um é falar em 15 minutos; o outro é falar em pé, parado, que é uma coisa terrível para mim. Sempre falo me movimentando, mas tentarei ficar quietinho aqui, na frente do microfone. A apresentação que eu trouxe está muito mais completa, daria para muito mais de 15 minutos. Tentarei fazer um compacto dos melhores momentos para cumprirmos o tempo.

Sou Coordenador-Geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde. Essa Coordenação fica na Secretaria de Vigilância em Saúde. O convite para essa nossa participação acabou sendo endereçado à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, que é o órgão que coordena a discussão da política nacional de saúde integral das populações do campo e da floresta. Então, é uma parceria. Estou representando os meus colegas também da Segep.

Vou pular alguns "slides". Uma das questões mais importantes de todo esse movimento é que as políticas públicas só avançam se houver pressão dos movimentos sociais. Tanto na constituição como na implementação dessas políticas públicas é fundamental que exista o comprometimento da gestão, movido pela força popular e dos movimentos sociais. A política será tão melhor quanto a capacidade dos atores sociais progressistas de influenciarem a construção dessa política.

O meu fio condutor será a política nacional de saúde integral das populações do campo e da floresta. O primeiro aspecto é que falamos dos atores sociais que estão relacionados com essa política, primeiramente como sujeitos. Então, esse é o conceito fundamental. São sujeitos da política, construtores e implementadores.

Vemos aqui a relação de alguns desses atores sociais que estiveram envolvidos com esse processo e vão estar envolvidos com o processo de implementação da política. São os agricultores familiares, os trabalhadores rurais assentados ou acampados, assalariados e temporários. Infelizmente, boa parte deles já não está aqui, neste momento, mas estamos juntos em vários momentos da discussão. As comunidades tradicionais também foram muito citadas e representadas aqui, na nossa audiência pública.

Aqui neste "slide" queria destacar que também já foi exposto o quanto é difícil para a população rural o acesso aos serviços de saúde. Ele mostra que, no campo, ainda hoje são encontrados os maiores índices de mortalidade infantil, de endemias, de insalubridade, de analfabetismo, apesar de termos tido alguns avanços nos últimos tempos. Essa é uma questão primordial a mover a constituição dessas políticas públicas voltadas para a população do campo e da floresta. Essa é uma realidade no dia a dia de todos vocês.

Aqui, são os princípios do SUS, que nunca é demais ressaltarmos. Nesse espaço, quero destacar o princípio do controle social, da participação da comunidade. Para a área da saúde do trabalhador, que é a minha, essa é uma característica fundante e fundamental. Sem a participação das representações dos trabalhadores e dos movimentos sociais, é impossível fazer qualquer condução dessa política. Portanto esse é princípio mais caro a nós, que estamos nesse campo.

Aqui, quero apenas registrar a preocupação institucional do Ministério da Saúde com a redução das desigualdades sociais, ou seja, com a participação da saúde nesse processo. O principal "slogan" do Ministério da Saúde para essa discussão está expresso no Plano Plurianual 2012-2015 e foi o principal tema da XIV Conferência Nacional de Saúde, realizada no final do ano passado: "Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada". Ainda é um desafio refletirmos a filosofia do reforço à atenção básica, de forma que os investimentos na saúde se direcionem mais para estruturar esse serviço, que é o que está mais próximo da população - em muitos lugares, talvez seja o único que está perto da população.

Aqui, vemos os instrumentos que formalizaram a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Ela foi institucionalizada pela Portaria nº 2.866, de 2/12/2011. Consequentemente, fez-se uma resolução na Comissão Intergestores Tripartite, que reúne gestores na esfera federal - o Ministério da Saúde; na estadual - Conass; e na municipal - Conasems, trabalhando o desdobramento dessa política com um plano de operacionalização. É importante dizer que o processo de construção dessa política foi bastante longo e dialogado, com participação de todos os atores dos movimentos sociais do campo, em suas diversas manifestações - Grito da Terra e Marcha das Margaridas, por exemplo. O processo de organização que o Ministério da Saúde faz com os movimentos sociais do campo é para dar vazão a essas demandas do Grupo da Terra. Então essa construção foi feita por um processo participativo, que, como todo processo de formalização de uma política, foi difícil, feito com muita discussão e negociação até chegarmos ao final. Portanto, esse é um patrimônio nosso, e agora temos de trabalhar para que essa política seja implementada.

Foi uma demanda dos gestores estaduais e municipais que essa política viesse acompanhada de um plano de operacionalização. Acontece muitas vezes que uma política é elaborada, mas nela não se distinguem os elementos concretos para sua operacionalização. Então foi necessário que essa política saísse já com um plano operativo, que tem quatro eixos, dos quais vou destacar alguns itens. O primeiro eixo fala do acesso das populações do campo e da floresta na atenção à saúde. Entre os diversos itens desse eixo, quero destacar dois. O primeiro é o processo de articulação para a participação de representação do movimento social do campo e da floresta nos conselhos de saúde. Os conselhos de saúde são o grande espaço de acompanhamento e formulação de políticas no âmbito do SUS, mas, em muitos deles, desde o nacional até os municipais, a representatividade das populações do campo e da floresta não é a ideal, o que dificulta que se coloquem suas pautas nas políticas públicas do Sistema Único de Saúde. Um dos nossos compromissos é auxiliar esse processo.

O segundo item que quero destacar nesse eixo é a realização de estudos e pesquisas sobre a situação de saúde dessas populações. Temos uma oficina agendada para o mês que vem, e a ideia é que seja lançado um grande edital de pesquisa para que instituições de ensino e pesquisa desenvolvam pesquisas voltadas para a situação de saúde das populações do campo e da floresta. É um processo que também está sendo discutido pelo Grupo da Terra, e há uma perspectiva de que implementemos essa política.

O segundo eixo da política fala de ações de promoção e vigilância em saúde das populações do campo e da floresta. Sobre esse item eu vou falar um pouquinho mais, porque é um processo que cabe mais à área que eu coordeno. São três ações: ações para a redução dos fatores de riscos e de agravos decorrentes dos processos de trabalho. Aí entram a questão dos agrotóxicos, o mercúrio, importante na região Norte e em outras regiões, nos garimpos, e outras questões mais, por meio de três tópicos, e vou falar um pouquinho de cada um desses tópicos nos 5 minutos que me restam.

Falando da redução dos fatores de risco, em especial dos agrotóxicos, muito citados aqui, hoje entendemos esse fator como um importante problema de saúde pública para a população do campo, não só do campo e da floresta, mas das cidades também, os produtos saneadores que utilizamos em casa, os produtos utilizados no combate a endemias. No campo, em especial, essa problemática é muito importante, então apresento uma notícia super-recente: ontem houve reunião da Comissão Intergestores Tripartite – CIT - e foi aprovada uma portaria do Secretário de Vigilância em Saúde que vai oferecer aos Estados e Municípios um incentivo financeiro para implementarem ações de vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos. Ontem houve a decisão, existe ainda um trâmite até essa portaria ser publicada, que é passar pela consultoria jurídica do Ministério e o Ministro assinar. De qualquer maneira, a decisão política e na gestão está tomada.

Nessa portaria foi feita uma pontuação para os 27 Estados brasileiros. Os recursos serão divididos em cinco grupos de Estados, recursos que vão de R$1.000.000,00, em quatro anos, para os Estados que tiverem maior pontuação em relação a produção agrícola, utilização de agrotóxicos, notificação de intoxicações por agrotóxico em sistema de informação do SUS, e de até R$600.000,00 para os Estados com menor pontuação. Minas Gerais é dos Estados que está com a pontuação máxima, então vai receber recurso de R$1.000.000,00 para o Estado e para os Municípios. Vai haver definição dos Municípios prioritários, também a ser feita no âmbito do Estado, na CIB, envolvendo as secretarias estaduais e municipais, que desenvolverão ações relacionadas à vigilância em saúde junto às populações expostas a agrotóxicos. O modelo de vigilância orientador para essas ações também vai constar em anexo dessa portaria.

Falando sobre a minha área, saúde do trabalhador, duas iniciativas dialogam com esse nosso processo. Uma delas é que no final do ano passado tivemos uma portaria do Ministro da Saúde que permitiu a implementação de mais 10 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, que são centros ligados, nesse caso, às Secretarias Municipais de Saúde, mas trabalhando numa determinada região,

com essa prioridade: que eles sejam localizados em regiões em que a grande problemática seja a produção rural, o trabalho rural, a saúde dos trabalhadores rurais. É importante dizer que essa foi uma conquista dos movimentos sociais do campo, em especial da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. Foi uma demanda colocada no Grito da Terra, na Marcha das Margaridas, que chegou até a Presidenta Dilma, e houve essa tomada de decisão. Mais uma vez reforço a importância desse trabalho diário de vocês nos seus espaços. Um desses 10 centros está previsto para ser habilitado no Estado de Minas Gerais, e minha colega vai falar a respeito, espero – e é bom que passo este meu tempo e ganho mais 2 minutinhos.

Outra questão importante, fruto desse nosso processo sistemático de discussão, de diálogo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, é que no ano passado foi também assinado um acordo de cooperação, assinado pelo Ministro da Saúde e pelo Presidente da Contag para articularmos esforços para atuar na questão da saúde em geral, com foco especial na saúde do trabalhador e na saúde ambiental. Haverá um comitê para fazer a gestão desse acordo com representante do Ministério da Saúde, da estrutura geral da Contag, das Secretarias de Estado de Saúde e das federações de trabalhadores de alguns Estados. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais é um representante titular dos trabalhadores nesse comitê. Estamos aguardando as indicações para o comitê iniciar suas atividades.

Faltou falar uma coisa importante do segundo eixo. O terceiro tópico é relativo a ações de saneamento ambiental, e tenho uma informação importante para vocês. Há um grande plano, o Plano Nacional de Saneamento Básico, que estará em consulta pública até 3 de setembro. Então convidamos aqueles que não se apropriaram desse processo a participar dele. Nesse plano há um componente importante voltado para o saneamento rural, que é uma ação pilotada pela Fundação Nacional de Saúde. O acesso a essa consulta pública é pelo "site" do Ministério das Cidades, então conclamo a oferecerem contribuições para esse processo.

O terceiro eixo fala da educação permanente e da educação popular em saúde, com foco nas populações do campo e da floresta, que acho que já foi muito bem colocado aqui pelo painel anterior. O quarto ponto do plano operativo fala do monitoramento e avaliação do acesso às ações e serviços de saúde às populações do campo e da floresta. Aqui também, muitas vezes, é um nó uma política pública pela falta de espaço para se fazer periodicamente avaliação e monitoramento dessa política. Também o plano operativo prevê espaço para que esse monitoramento ocorra, e o espaço principal para isso, que estamos propondo e está escrito na política, é o Grupo da Terra, que reúne os atores do Sistema Único de Saúde, principalmente os atores da esfera federal, mas também representação dos Secretários Estaduais e Municipais de Saúde e os diversos movimentos sociais do campo estão representados nesse grupo, que se reúne regularmente em Brasília.

Esse "slide" é mais uma propaganda da minha área. Na última semana, conseguimos uma conquista que entendemos como histórica para o campo da saúde do trabalhador, que foi a política de saúde do trabalhador e da trabalhadora assinada pelo Ministro da Saúde. A Portaria nº 1.823, de 23/8/2012, é mais uma política para andarmos com ela debaixo do braço, e conclamo todos a estarem conosco nesse esforço de implementá-la. Foi uma conquista que teve toda a aprovação na pactuação no Conselho Nacional de Saúde. No conselho também houve participação importante das representações da população do campo nesse debate.

Já falei do Grupo da Terra, passarei essas figurinhas, e a apresentação fica para vocês. Quero somente fazer a mensagem final, que é muito cara para nós, mas muito bonita, do Sérgio Arouco, uma das grandes figuras na construção da saúde pública no País: "Nós fizemos a reforma sanitária que criou o SUS, mas o núcleo dele, desumanizado, medicalizado, está errado. Temos de entrar nesse modelo e mudar. Qual é o fundamento? Primeiro, é a promoção da saúde, e não da doença. O SUS tem de, em primeiro lugar, perguntar: o que está acontecendo no cotidiano da vida das pessoas e como eu posso interferir para torná-las mais saudáveis".

Isso expressa o quanto fazer política pública de saúde e promoção de saúde é fazer num processo dialogado e conversado, o tempo todo, com todos os segmentos da sociedade. Essa é a última mensagem. Apresentei aqui para vocês, basicamente, políticas e iniciativas importantes que conseguimos formalizar de 2011 para cá, e o desafio permanente é fazer com que essas políticas se implementem e se fortaleçam. Precisamos de todos para esse esforço. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Obrigado, Carlos Augusto. Com a palavra, a Sra. Elice Eliane Nobre Ribeiro.

Palavras da Sra. Elice Eliane Nobre Ribeiro

Bom final de tarde a todos. Cumprimento o Deputado Rogério Correia e o parabenizo pela iniciativa, o Carlos, meu chefe do Ministério e grande parceiro, e todos os presentes. É um prazer imenso estar aqui.

Quando pensamos em agricultura familiar, precisamos ver que alguns avanços ocorreram ao longo do período, como o reconhecimento oficial da diversidade do meio rural, a legitimidade das demandas da agricultura familiar, o mecanismo de proteção e garantia de renda e dos financiamentos e produção, temas de agroecologia, biodiversidade e sustentabilidade incorporados em programas de políticas públicas de agricultura familiar. Esses são alguns dos avanços.

Como o tempo está curto, seremos rápidos. Para que os senhores entendam a lógica com que vamos trabalhar a saúde do trabalhador em Minas Gerais, faz-se necessário conhecer como ela está organizada no âmbito da Secretaria de Saúde. Dentro da sua organização há o nível central, onde estamos ligados à Subsecretaria de Vigilância e Proteção à Saúde. Dentro dela há a Superintendência de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador, na qual há uma diretoria em que temos o Cerest estadual. No nível regional, temos 28 instâncias regionais; e municipal, a saúde do trabalhador organizada nos Municípios, sobre a qual falaremos posteriormente.

Em Minas Gerais ele é dividido em 28 territórios administrativos, no que diz respeito às regiões de saúde, sendo 18 Superintendências Regionais de Saúde – SRS - e 10 Gerências Regionais de Saúde. Por que estamos dizendo isso? Porque essas 28 regiões estão inseridas na forma administrativa da Secretaria de Saúde em 13 macrorregiões e 77 microrregiões. Dentro dessa fregional, deste Estado todo, conforme o Carlos disse, há o Cerest estadual, que fica ligado à Diretoria de Saúde do Trabalhador, que funciona na Secretaria estadual, e 17 Cerests regionais, que são de gestão municipal, mas vários Municípios são de abrangência dos Cerests.

Como o Carlos disse, Minas Gerais foi contemplada com um Cerest rural. Para subsidiarmos onde implantar o Cerest rural em Minas Gerais, elaboramos um estudo a partir exatamente da atividade econômica agropecuária. Aliás, esse estudo foi apresentado na semana passada a vários representantes da Fetaemg, que o aprovaram e sinalizaram onde precisaríamos pôr um Cerest rural com a característica que está registrada na portaria. Aproveitando a oportunidade, Carlos, quero dizer que precisamos de bem mais Cerest rural. Sei que o senhor sabe disso. Levaremos essa demanda. Conversamos sobre isso com a Fetaemg pela característica, pelo tamanho deste Estado e pela complexidade do perfil do agronegócio.

Houve o Decreto nº 45.812, de 2011, que instituiu a Diretoria de Saúde do Trabalhador. Temos algumas perguntas que norteiam o nosso trabalho. O desafio está posto. Como desenvolver ações em saúde do trabalhador nos 853 Municípios mineiros, com a característica dos nossos Municípios, em que mais de 70% deles têm população de menos de 10 mil habitantes? Aliás, inúmeros deles têm população inferior a 5 mil habitantes. Então, há algumas perguntas que norteiam o nosso trabalho.

Como e o que fazer para que as ações em saúde do trabalhador sejam desenvolvidas nos 853 Municípios? Esse é um desafio que está posto para todos nós. Como e o que fazer para que as ações em saúde do trabalhador sejam desenvolvidas em todo ponto de atenção? O que significa "em todo ponto de atenção"? Significa que temos de preservar e batalhar. Trabalharemos daqui a pouco sobre o que entendemos acerca de ponto de atenção. Como desenvolver ações em saúde do trabalhador nos Municípios que não têm Cerest em sua área de abrangência? Outra grande pergunta que norteia o nosso trabalho é esta: como dar visibilidade ao adoecimento relacionado com o trabalho, principalmente fortalecendo as notificações do SUS?

A partir das perguntas que norteiam nosso trabalho, definimos algumas ações prioritárias. Temos muita coisa para fazer, mas, a partir do entendimento, definimos algumas macroações. A primeira delas: realização do diagnóstico estratégico situacional em saúde do trabalhador. O que é isso? Na realidade, é identificar o perfil produtivo e o perfil epidemiológico desses trabalhadores. Temos a Relação Anual de Informações da Saúde – Rais -, em que conseguimos saber quantos e quais são os trabalhadores formais, o que precisamos investir e estamos investindo, e identificar os trabalhadores que não são formais. Estamos desenvolvendo uma ação e falaremos sobre ela daqui a pouco. Precisamos, a partir da atenção primária, que é a porta de entrada do sistema e onde estão os usuários do SUS, saber onde está e mora o cidadão, quantos são os trabalhadores, quem são esses trabalhadores, quais são os riscos a que eles estão expostos, de que adoecem esses trabalhadores, de que morrem esses trabalhadores e, quando adoecem, para onde vão. Então, esse é o desafio que está posto, e Minas Gerais está traçando várias estratégias para que tenhamos a resposta. A partir dela, desenvolveremos ações para os cidadãos. Entendemos que todo cidadão é um trabalhador. Além disso, estamos orientando toda a nossa rede de atenção a usar o sistema de informação que mostra o que está acontecendo com esse trabalhador.

Temos vários sistemas de informação. Por exemplo, o SIM, que registra a mortalidade. Então, de que estão morrendo esses trabalhadores? Com ele conseguimos ter acesso a essa informação. Temos o SIH, que mostra por que esse trabalhador está sendo hospitalizado. Ele está adoecendo e, quando isso ocorre, ele vai para o hospital. Por que ele está adoecendo e de que está adoecendo? Precisamos identificar, nos nossos ambulatórios, as pessoas que chegam vítimas de acidente de trabalho. Em que horário ele vem? De que setor ele vem? Qual é a faixa etária em que está acontecendo o acidente? Precisamos também ter um sistema de informação, como o Siab, para verificar isso. Se isso for identificado nas nossas redes por meio das perguntas, poderemos nortear a política pública voltada para a população trabalhadora e com a especificidade que ela merece e precisa.

Outra macroação definida para o Estado foi a indicação de uma referência técnica em saúde do trabalhador para os 853 Municípios mineiros. Esse foi um desafio posto. Desenvolvemos várias estratégias. Em julho de 2012, dos 853 Municípios mineiros, 820 tinham uma referência técnica municipal de saúde do trabalhador, ou seja, 96% dos Municípios do Estado. Isso significa que temos uma referência em cada Município mineiro. Esses profissionais são os pilares de sustentação e apoiam a gestão da saúde do trabalhador nos Municípios, a partir das diretrizes da política nacional e da Política Estadual de Saúde do Trabalhador.

Outra macroação foi a inclusão da saúde do trabalhador nos planos municipais de saúde e nas programações anuais em saúde. Como gestores do SUS, sabemos que é preciso ter a ação em saúde do trabalhador e todas as outras incluídas nos planos municipais e nas programações anuais, a fim de garantir que essas ações sejam realizadas nos Municípios. O que estamos fazendo para isso? Iniciamos um inquérito em todos os Municípios. Estamos perguntando a eles se, nos planos municipais de saúde e nas programações anuais vigentes, estão incluídas ações de saúde do trabalhador. Até agora o resultado desse inquérito foi: 52% dos Municípios mineiros nos responderam. Esse inquérito vai até o mês que vem. Dos 52% dos Municípios que responderam, apenas 35% têm ação de saúde do trabalhador nos seus planos municipais e nas suas programações anuais. O que pretendemos com esse inquérito? Fazer uma parceria - e o Carlos ressaltou isso - sobre a importância e a preciosidade que é o controle social na área temática da saúde do trabalhador. Pretendemos fazer parcerias com o Conselho Estadual de Saúde e também com os Conselhos Municipais de Saúde para que, realmente, garantam que as ações de saúde do trabalhador estejam incluídas nos instrumentos de gestão do Estado e, obviamente, de todos os Municípios.

Outra ação prioritária foi o aumento das notificações dos agravos relacionados ao trabalho. Precisamos investir nisso, e estamos investindo muito. Precisamos dar visibilidade ao adoecimento relacionado ao trabalho. Se formos ao banco de dados do INSS, veremos que há, no mínimo, 10 vezes mais registros do que acontece no sistema público. Qualquer que seja a doença ou o acidente, o primeiro lugar aonde o trabalhador vai é o SUS. É exatamente o SUS que não notifica esse agravo. Para isso, estamos investindo maciçamente em capacitação dos profissionais de saúde, a partir, principalmente, da atenção primária à saúde. Em dois anos, capacitamos mais de 900 profissionais de saúde da atenção primária, para serem sensibilizados e, obviamente, ensinados, capacitados quanto aos protocolos e às rotinas para que atendam a esses trabalhadores, notificando e registrando os agravos.

Para aumentar as notificações, há várias outras estratégias, como pactuação na CIB da Rede Sentinela, capacitação – como disse – dos profissionais da saúde, Pacto pela Vida e o Pavs, que colocou isso em seu indicador. Monitoramos, de forma muito rigorosa e sistemática, essas notificações, através das nossas instâncias regionais e das nossas referências municipais, e colocamos um acordo de resultados da Secretaria Estadual de Saúde na área de saúde do trabalhador, pois devemos aumentar, no mínimo, 20% das notificações

em relação ao ano passado, que foi o pico de notificação, o maior ano de notificação que tivemos. Pularemos alguns "slides", porque o tempo é curto. Com certeza, já viram a questão do agrotóxico e do perfil produtivo.

Para considerarmos a saúde do trabalhador na agricultura familiar, devemos levar em consideração várias características, entre elas: estruturas produtivas variáveis, técnicas tradicionais, mão de obra predominantemente familiar ou quase exclusivamente, cultivos diversificados e o consumo familiar. A partir desse entendimento, precisamos fazer a vigilância dos riscos e dos perigos. Para isso, estamos priorizando a vigilância. Precisamos identificar os riscos e os perigos, principalmente nós, profissionais de saúde, e levar a todos os trabalhadores o conhecimento, a identificação e o reconhecimento dos riscos e perigos a que estão expostos. São vários: ergonômicos, físicos, biológicos, acidentais e químicos. O agricultor familiar está exposto a todos esses riscos e perigos, que podem gerar danos e agravos à saúde, se não forem eliminados, evitados ou controlados. Daí, a importância de investigar e avaliar os ambientes e os processos de trabalho locais, com foco na agricultura familiar.

São vários riscos, mas temos pouco tempo para trabalhar esse assunto. Um exemplo de risco químico são os fertilizantes e agrotóxicos, que está muito claro nesses "slides". Há aqui todos os riscos e perigos que os trabalhadores não apenas da agricultura familiar mas também de toda agricultura estão expostos, além de todos os danos e agravos impostos a eles. Os riscos físicos também estão demonstrados, como radiação, frio, calor, umidade e vibrações. Os biológicos são vários, como exposição a vetores de doenças infecciosas, micro-organismos patogênicos e animais peçonhentos. A agricultura familiar, como toda agricultura, passa por riscos enormes de acidentes com animais peçonhentos. Há também os riscos ergonômicos, como posturas incorretas, esforços repetitivos e acidentes que, a cada dia, aumentam neste Estado. Estamos em alerta e trabalhando, principalmente, focando acidentes de trabalho graves, estabelecendo algumas parcerias para minimizar e diminuir esses acidentes.

Várias estratégias devem ser consideradas pela diretoria no foco da atenção integral à saúde do trabalhador. Para isso, se faz necessário, e estamos trabalhando nesse assunto, definir diretrizes de vigilância em saúde, no que diz respeito à promoção, à proteção e à recuperação do trabalhador rural. Estamos trabalhando e precisamos investir muito mais que hoje na pesquisa, na divulgação e no apoio de projetos para implementação de políticas seguras e sustentáveis, ligadas ao uso seguro de agrotóxico; no aumento das notificações dos agravos ao trabalhador e na realização de ações educativas, tanto para as referências técnicas municipais como para os profissionais de saúde e os trabalhadores rurais.

Não adianta apenas fazer ação educativa e capacitar profissional de saúde, pois a partir deles tem de envolver o trabalhador rural, principalmente, na identificação em seus ambientes de trabalho, dos riscos e perigos a que estão expostos, e fazer ações de promoção e prevenção. E quanto à população em geral, realizar ações intra e intersetoriais, monitorar a realização dessas ações e implantar e ampliar a cobertura dos Cerests regionais em Minas Gerais.

Em Minas Gerais, como no Brasil, o modelo de atenção na saúde deixou de ser uma rede hierarquizada para ser poliárquico, em que todo ponto de atenção é importante, mas a ordenadora do cuidado é a atenção primária. Como o Carlos expôs anteriormente, entendemos que todos os pontos são igualmente importantes e que a saúde do trabalhador tem de ser considerada em todo ponto da rede de atenção. Esse é o grande desafio posto a todos nós e a todos os profissionais de saúde.

Na atenção primária, estamos trabalhando na elaboração do perfil produtivo. Foi desencadeado no Estado o projeto de fortalecimento e vigilância em saúde, ao qual 846 Municípios aderiram, e será repassado recurso financeiro para fazer vigilância em saúde. Incluímos no projeto três ações de saúde do trabalhador: fazer o mapeamento do perfil produtivo, notificar acidente de trabalho grave e notificar acidente com produto perigoso, principalmente com algumas malhas viárias em que estão ocorrendo acidentes graves. Essa foi uma conquista muito grande, porque a atenção primária, cuja maior cobertura no País é em Minas Gerais, a partir deste mês já passou a fazer uma pesquisa com todos os moradores. O agente comunitário tem acesso ao domicílio e vínculo com a pessoa, e vamos buscar no domicílio quais atividades econômicas estão sendo feitas dentro do domicílio, qual é a ocupação ali. Fizemos uma parceria com a vigilância sanitária para perguntar se o morador planta na sua área, principalmente na zona rural, onde tem cobertura do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS. Ao morador será perguntado se ele planta, se é para consumo próprio, se usa agrotóxico, se manipula produtos químicos, etc. Em parceria com a vigilância sanitária, com esse diagnóstico, pretendemos subsidiar a atenção primária para fazer ações de promoção à vigilância no território de abrangência.

Na rede de urgência e emergência, estamos trabalhando na capacitação, para que, ao atender o usuário do SUS, essa rede identifique se existe relação da queixa da doença com o trabalho. Se a pessoa chegou acidentada, onde ocorreu o acidente? Se chegou intoxicada, é do trabalho? Se está com uma dor ou tonteira, o que aconteceu? Estamos trabalhando para que esse profissional da rede de urgência e emergência seja sensível para identificar a queixa relativa ao trabalho. Os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador – Cerests - já desenvolvem isso com mais habilidade.

E alguns projetos estão sendo desenvolvidos de forma parceira pela Secretaria de Saúde, focados na questão da agricultura familiar. O programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos está sendo desenvolvido pela Anvisa, no âmbito do Ministério da Saúde, com a Secretaria de Estado de Saúde, colocando toda parte da vigilância sanitária na questão de alimentos, como a saúde do trabalhador e a promoção. O objetivo desse projeto é avaliar a qualidade do alimento e implementar ações do controle de resíduos de agrotóxicos no alimento consumido. Outro projeto é o Cultivar, Nutrir e Educar, em parceria com a Secretaria de Agricultura, a Secretaria de Saúde - Promoção de Saúde do Trabalhador – e a vigilância sanitária, para garantir o direito humano à alimentação saudável, com foco na escola. Vamos ensinar à criança a importância da qualidade da alimentação e o que significa o alimento. E o projeto de Fortalecimento da Vigilância em Saúde, para desenvolver essas questões.

Para finalizar, cito algumas das ações que o Programa de Saúde do Trabalhador está desenvolvendo. Elaboração das diretrizes estaduais de vigilância à saúde do trabalhador, com enfoque no risco de contaminação por agrotóxico. Temos todo o subsídio do Ministério, mas o estudo já está bastante avançado em âmbito estadual.

Elaboração do material educativo para o canal Minas Saúde, com o público da agricultura familiar. O canal Minas Saúde, que tem mais de 4 mil antenas, expandiu-se para mais de 2 mil escolas. Enfocaremos a saúde do trabalhador ligada à agricultura familiar e à elaboração do Cerest Rural, como já dissemos. Estamos concluindo um estudo para propor a todos os profissionais de saúde uma

cartilha de como identificar o trabalho infantil, um problema sério. Soltaremos essa cartilha exatamente para o profissional do SUS. Instruiremos todos os Agentes Comunitários de Saúde para que saibam identificar o trabalho infantil e, a partir dessa identificação, fazer o encaminhamento. Ele precisa saber identificar os parceiros e as redes de proteção. Esgotei meu tempo. Muito obrigada. Estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Obrigado, Elice.

Debates

O Sr. Presidente - Uma pergunta será feita pelo Divino Reis dos Santos e dirigida à Elice ou ao Carlos Augusto. Com a palavra, Divino Reis dos Santos.

O Sr. Divino Reis dos Santos – Boa noite. Cumprimento todos os participantes. Direciono minha pergunta à Elice: já está sendo feito, no campo da agricultura familiar, o trabalho de orientação ao agricultor, quanto à segurança e à saúde do trabalhador rural? Há um treinamento ou uma orientação para esse trabalhador no campo? Não há tempo suficiente para ele sair do campo e deslocar-se até o posto médico. Gostaria de saber se esse treinamento já está sendo feito no campo, se há agente disponível para fazer o trabalho.

Teimo em dizer que em Igarapé existe uma extensa área de produção rural, mesmo que essa não conste no plano diretor da cidade. Obrigado.

O Sr. Presidente – Mais algum questionamento? Rômulo, da Fetaemg.

O Sr. Rômulo Luiz Campos – Primeiramente, boa tarde. Gostaria de dizer algo que já disse na Assembleia. Na área de saúde e segurança do trabalho, não há nenhum relatório assinado no Brasil afirmando que o trabalhador sofreu intoxicação por agrotóxicos. Em 100% dos laudos, em que consta "osseointoxicação", há no mínimo cinco indicações.

Li um texto sobre a Monsanto e entendi por que os médicos têm tanto medo de assinar embaixo disso. Esse medo ocorre em razão do poderio das grandes empresas de agrotóxicos. Não acredito que seja falta de conhecimento, não acredito mesmo. As escolas de saúde, as universidades brasileiras, com certeza não vão querer ficar com essa pecha de dar péssima formação aos profissionais de saúde. Acredito que seja receio, nessa situação.

O segundo ponto não chega a ser uma divergência, mas é algo que precisamos usar como meta do nosso trabalho. O diagnóstico sobre o trabalhador empregado no setor rural não dá mais para ser pelo Caged, que só dá certo para o setor urbano. Mais de 95% dos trabalhadores do setor urbano são de empresas. No setor rural, mais de 95% são pessoas físicas. Pode ser fornecido um dado apenas representativo, mas que não espelha a realidade. A grande maioria das pessoas do setor rural é contratada por pessoa física. Então, quero deixar essa opinião para os profissionais de saúde.

Para encerrar, gostaria, primeiro, de dizer à Dra. Elice que gostei muito da reunião que tivemos lá – eu e meus colegas com vocês. Foi uma reunião muito positiva, mas nada ainda ficou resolvido. É preciso deixar bem claro isso aqui. Segundo, gostei muito da reunião sobre agrotóxicos, porque fiquei conhecendo o Carlos, naquela discussão toda que vocês, do Ministério da Saúde, organizaram. Foi uma reunião muito positiva. Parabéns para vocês.

O Sr. Presidente - Obrigado, Rômulo. Agora, passaremos a palavra ao Sr. Carlos Augusto, para que ele responda e faça suas considerações finais. Depois, passarei a palavra à Elice Eliane.

O Sr. Carlos Augusto Vaz de Souza – O comentário geral diz respeito à questão do diagnóstico da intoxicação. Entendemos que isso ainda é um nó. É por isso que, às vezes, parece meio estranho colocarmos como meta aumentar a notificação. Fica parecendo que estamos querendo mostrar o aumento de pessoas doentes. Na verdade, não é isso. O que queremos é aumentar a capacidade de identificar uma realidade. Para mim, o agrotóxico é o produto perigoso que tem maior disseminação na sociedade e um controle deficiente. Ele faz parte de um grupo de substâncias químicas perigosas. Realmente, a toxicidade dele está prejudicando a saúde da população brasileira, que ainda está tremendamente subestimada pelo sistema de informações do SUS. Esse é um trabalho de formiguinha.

A Eliane expôs, aqui, uma perspectiva muito interessante de capacitação da rede. Esse processo tem de ser feito. Temos ouvido também muitos fóruns de profissionais da saúde. Há necessidade de um suporte até jurídico para os profissionais de saúde dessa nossa área de enfrentamento, que é a da saúde do trabalhador, nas ações de vigilância. Também temos procurado estratégias para reforçar isso, e a ideia da portaria que dará incentivo para implementar o sistema de vigilância dos expostos aos agrotóxicos é também um dos quesitos que representam um investimento na melhoria da capacidade de identificação dessas intoxicações. É importante ressaltar também que ficar apenas contando casos de intoxicação não serve para nada. Cada intoxicação teria de resultar em uma investigação, para saber em que processo produtivo esse trabalhador, essa pessoa se contaminou, para prevenir a contaminação de outras pessoas que estão nesse mesmo processo produtivo. Então, acho que isso temos de construir, na teoria, as fichas que estão no sistema nacional de agravos e notificação representam que existe uma investigação, mas nem sempre. Recebemos essas informações, tão incompletas, na esfera federal, que denotam, com certeza, que não houve uma investigação do serviço de vigilância e saúde. Mas, esse é um caminho que temos de seguir juntos.

Gostaria de reforçar duas coisas: uma delas é que essa meta da habilitação dos 10 Cerests, voltados, prioritariamente, para a população do campo, é a meta de saúde do trabalhador que está na agenda estratégica do Ministério da Saúde. Então, quinzenalmente, o Ministro da Saúde faz a apreciação do andamento dessas metas. Dos 10 Cerests que temos para habilitar, 3 ainda estão em um estágio em que ainda não chegaram ao Ministério da Saúde. Um deles é daqui de Minas Gerais, estamos muito próximos aqui e desejamos chegar ao final feliz da habilitação do centro, que também é uma etapa. Uma etapa é habilitar, a outra é funcionar, e por aí vai. Mas essa é uma meta que, para nós, da área de saúde do trabalhador, cumpri-la bem, dará uma visibilidade muito importante para o nosso campo. Além de tudo, há esse detalhe que é muito importante.

O terceiro ponto ressaltado pelo Rômulo se refere à oficina de agrotóxico. Essa oficina foi casada, na mesma semana, com a Contag, como uma maneira de desenvolver o nosso acordo de cooperação. Depois, realizamos um seminário ou oficina, que, além da

Contag, contou com os outros movimentos sociais do campo. Foram dois momentos muito ricos de discussão, que culminaram com a elaboração de um relatório. O produto final do seminário da Contag foi muito bem recebido nessa oficina mais geral, principalmente pela qualificação da discussão realizada. Portanto, esse é o caminho. Temos de estar sistematicamente juntos, discutindo e fazendo com que a política pública avance. Obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Carlos Augusto, pela contribuição. Agradeço a sua presença e agradeço também ao Ministério da Saúde. Remeta um abraço ao Ministro Padilha, que é meu amigo particular, grande Ministro e companheiro, que tem desenvolvido um trabalho excepcional no Ministério da Saúde. Com a palavra, a Sra. Elice Eliane, para responder às perguntas e fazer as considerações finais.

A Sra. Elice Eliane Nobre Ribeiro – Divino, quanto ao que disse de levar ao trabalhador do campo informações sobre a segurança do trabalho, os riscos a que estão expostos, ressalto que já estamos desenvolvendo essa ação em todos os Municípios com foco tanto no Saúde da Família quanto no Pavs, que atuam principalmente na zona rural. Ainda este ano, a partir do momento em que identificarmos esse perfil e levantarmos esse cenário, prepararemos principalmente os agentes comunitários de saúde, os profissionais de Saúde da Família e do Pavs, de como abordarão todas essas questões com a população trabalhadora. Isso acontecerá fundamentalmente com os trabalhadores da região rural, que é de cobertura não só do Saúde da Família mas também do Pavs. Não estamos desenvolvendo isso ainda. São ações muito pontuais que ainda não são tratadas como diretrizes demandadas pelo Estado. Como disse, a partir dessa ação do perfil produtivo domiciliar de atividade econômica, tanto do território urbano quanto rural, concomitantemente, estamos preparando um material para orientar os profissionais da saúde. Nesse material consta orientações para, a partir do diagnóstico que encontrarem, verificarem o que farão; como trabalharão nisso; que informação terão de dar, a quem ela deve chegar e em que periodicidade. Ressalto que não temos ainda nenhuma ação definida, tudo está em processo de construção.

Completando a fala do Carlos, quero dizer que essa notícia de uma portaria de vigilância, de incentivo financeiro voltado principalmente para agrotóxico, realmente, é algo que merece parabéns. Parabenizo essa proposta do Ministério. Fica clara a sua preocupação, bem como a dos Estados e de todos com a questão do agrotóxico. Quando temos essa preocupação no âmbito das políticas públicas, ela tem de ser representada com recursos financeiros. Isso não se faz com bola mágica. Eu não sabia. Essa é uma grande conquista, é algo de primeira mão. Foi ontem? Que bom!

Outra questão, motivo de orgulho para nós – tenho pouco tempo na área de saúde do trabalhador – foi a publicação da Política Nacional do Trabalhador que norteará a todos. Cada Estado tem a sua política, mas temos de ser orientados por uma política nacional. Então, realmente foi uma conquista da área, que nos dará um norte muito maior.

O Carlos fala sobre algo precioso. Os nossos sistemas de informação são muitos, só que as informações contidas neles são muito ruins. Se olharmos o Banco de Intoxicação, o Sinan, se puxarmos casos relacionados ao trabalho, veremos que não chegam a 10%. Por quê? Os nossos profissionais não estão sensibilizados ao ponto de preencherem algumas informações que são preciosas. Não estamos querendo contar mortos nem doentes, mas precisamos identificá-los; precisamos saber de onde vêm, para sabermos o que fazer com eles, principalmente na lógica, como disse o Carlos, de fazer política de promoção, de vigilância, com o objetivo de identificar riscos e antecipar realmente o adoecimento e a morte.

Rômulo, ficamos felizes em inciar essa parceria que estabelecemos lá. Espero que possamos desencadear as ações do Cerest Rural. No mais, estamos à disposição. O desafio está posto, temos várias perguntas. Podem ter certeza de que a Secretaria de Estado de Saúde, nas pessoas do Secretário Antônio Jorge, do Subsecretário Carlos Alberto, do Superintendente Jaú e de toda a equipe da diretoria de saúde do trabalhador, está fazendo todos os esforços possíveis para implementar a política estadual de saúde do trabalhador nos 853 Municípios mineiros. Um abraço de toda a equipe da Secretaria. Até outra oportunidade. Estamos sempre às ordens.

O Sr. Presidente - Obrigado, Elice. Agradeço à Secretaria de Saúde. Desejamos que o trabalho esteja cada vez mais afinado com o Ministério da Saúde, de forma a melhorar o atendimento e a saúde pública no campo e nas cidades.

Com base no que foi apresentado aqui e com o consenso das entidades participantes, no ano que vem tentaremos realizar um seminário legislativo para debater o tema regionalmente. Conversaremos sobre isso com o Presidente da Assembleia, com o Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, Deputado Antônio Carlos Arantes, a quem agradecemos a abertura. Com esse seminário, esperamos atingir todo o Estado de Minas Gerais. Que possamos contar com uma participação ainda maior dos agricultores familiares, de maneira a formatar um documento mais completo. No início do ano que vem, a Subsecretaria de Agricultura Familiar fará uma conferência para discutir esse assunto. Esse evento pode ser realizado em conjunto com a Assembleia Legislativa. Além de melhorar a situação no campo e avaliar as políticas públicas, temos particular interesse em que este debate nos ajude a elaborar um projeto de lei voltado para a agricultura familiar. Já temos lei, sancionada pelo Presidente Lula, criando a figura do agricultor e da agricultura familiar, identificando-os e mostrando os seus direitos. Mas é preciso que isso seja destrinchado para Minas Gerais. A nossa ideia é que tenhamos, então, uma lei que estabeleça quais são os deveres do Estado com a agricultura familiar em cada um desses pontos que discutimos, como o acesso à terra, embora tenha toda uma legislação federal relacionada com esse tema. Por exemplo, vimos debilidades no crédito fundiário, então como fazer para o crédito fundiário avançar do ponto de vista de acesso à terra? O que podemos inovar na legislação em Minas em relação às terras devolutas do Estado? Enfim, quais são as obrigações que o Estado de Minas Gerais tem com a questão do acesso à terra?

Discutimos infraestrutura rural e acesso à água. São vários os programas. No entanto, como Minas Gerais e o governo se colocam nos programas já existentes e quais programas poderemos em lei colocar como existentes, independente de qual governo tenhamos no Estado de Minas Gerais? Esse é também um tema apaixonante para discutirmos e aprofundarmos, do ponto de vista da legislação de infraestrutura rural e acesso à água.

Tivemos um painel sobre assistência técnica e extensão rural. Há muitas debilidades existentes, do ponto de vista de prestação de serviço de assistência técnica. Como garantir uma assistência técnica universalizada que não temos no Estado? Como fazer isso? Que tipo de legislação pode ser complementar à que temos? Como modernizar a Emater e a assistência técnica? Que outros mecanismos

poderemos ter para universalizar a assistência técnica no Estado? No meu entender, isso deve ser algo presente numa legislação. A lei garante não apenas como uma política de governo, mas também passar a ser uma política de Estado. Com isso você tem essas garantias, independente do tempo e de quem é eleito.

Também tivemos um painel muito importante sobre agroecologia e sociobiodiversidade. Trata-se de outro tema apaixonante para aprofundarmos em lei. Como estabelecer políticas que beneficiem a agroecologia em Minas Gerais? Já temos várias, mas creio que seja possível avançar mais em relação a esse tema e estabelecer legislação específica para isso em Minas Gerais.

Outro painel importante: o abastecimento alimentar, comercialização e acesso a mercado. Por exemplo, o Deputado Antônio Carlos Arantes já tem um projeto de lei sobre o PAA mineiro. Também nos foi recomendado que fosse feito em cada Estado o PAA para o Estado de Minas Gerais. Que obrigações o Estado tem, além do governo federal, no PAA? Quanto ele investe? Todos esses programas dependem de recursos, então, temos de estabelecer em lei que recursos sejam obrigatórios no orçamento anual, a fim de que não seja preciso ficar brigando para estender um pouquinho de recurso para a agricultura familiar por não ter a legislação que o garanta. Você tem a legislação, que diz que o governo é obrigado a prestar tais serviços, e espera que isso esteja planejado do ponto de vista orçamentário. Então, aqui está um exemplo fundamental de uma legislação que precisaríamos ter do ponto de vista da comercialização.

Fizemos o painel da agroindústria familiar. Temos, por exemplo, o programa de agroindústria do Pronaf Mais Alimento. Mas pode haver uma complementariedade do governo do Estado para esse programa na agroindústria? Penso que sim. O que pode ser estabelecido do governo do Estado como obrigatoriedade anual para as associações e entidades que trabalham a questão da agricultura familiar?

Por fim, falarei rapidamente sobre os painéis de hoje. "Educação do campo e juventude." Muitos são os deveres que ainda não temos em lei sobre a educação do campo, e foram aqui citados a mesma questão em relação à saúde rural. A nossa ideia, portanto, é que esse nosso seminário sirva para aprofundar esse projeto de lei. Apresentei um projeto de lei ainda bastante genérico sobre o que seria o papel da agricultura familiar no Estado de Minas Gerais. Ele foi aprovado na Comissão de Justiça e está agora sendo debatido na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. Esse projeto foi passado também à Subsecretaria de Agricultura e a todas entidades: MST, Fetaemg, Fetraf e ao Sindicato. Estamos acumulando um debate, mas acho que seria um grande avanço se conseguirmos, nesta legislatura – e tenho a esperança de que consigamos –, aprovar uma lei para a agricultura familiar em Minas Gerais. Seria um ganho enorme, uma contribuição que a Assembleia Legislativa certamente faria aos nossos agricultores familiares, que tanto trabalham e tanto respeitamos. O Adoniram, ex-Secretário de Agricultura Familiar, disse-me, quando eu trabalhava no Ministério do Movimento Agrário: "Rogério, se existe um povo de Deus, esse é o povo que trabalha na roça pela simplicidade e pela pureza de espírito". Devemos muito ao pequeno produtor e ao agricultor familiar. Acho que, no mínimo, devemos fazer uma legislação que seja avançada.

Agradeço demais a todos pela presença, pela contribuição que deram ao debate. Agradeço também a toda a equipe da Assembleia Legislativa, aos servidores de todos os gabinetes que nos ajudaram e à equipe especializada da Casa.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 4 de setembro, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 4/9/2012.). Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 4/9/2012

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Henrique - Adalclever Lopes - Bosco - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Lafayette de Andrada - Tiago Ulisses - Zé Maia.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h7min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 5, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/9/2012

Foi aprovada a seguinte proposição:

Projeto de Lei nº 3.372/2012, do Governador do Estado, com as Emendas nºs 1 e 2.

MATÉRIA VOTADA NA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/9/2012

Foi aprovada a seguinte proposição:

Em 2º turno: Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares.

Foram mantidos, em turno único, os seguintes vetos do Governador do Estado:

o Veto Total à Proposição de Lei nº 21.146; e

o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.254, exceto os seguintes dispositivos: acréscimo do § 6º ao art. 10 da Lei nº 15.424, de 2004, promovido pelo art. 3º; acréscimo de "caput", §§ 1º e 2º ao art. 10-A à Lei nº 15.424, de 2004, promovido pelo art. 4º ; alteração do "caput", dos incisos I a III e do § 4º do art. 33 da Lei nº 15.424, de 2004, promovida pelo art. 12; alteração do "caput" do art. 34 da Lei nº 15.424, de 2004, promovida pelo art. 13; alteração dos incisos I a IX do art. 37 da Lei nº 15.424, de 2004 e acréscimo de parágrafo único ao mesmo artigo, promovidos pelo art. 15; acréscimo da Nota IX à Tabela 1 do Anexo da Lei nº 15.424, de 2004, promovido pelo art. 17; acréscimo da alínea "c" ao item 5 da Tabela 5 do Anexo da Lei nº 15.424, de 2004, promovido pelo art. 17; alteração do item 1 da Tabela 7 do Anexo da Lei nº 15.424, de 2004, promovida pelo art. 17; e alteração do item 7 da Tabela 7 do Anexo da Lei nº 15.424, de 2004, promovida pelo art. 17.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/9/2012

1ª Parte
1ª Fase (Expediente)
(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)
(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)
1ª Fase
(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase
(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.372/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal - Proinveste - e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DAS ENCHENTES, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/9/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 6/9/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/9/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.813/2011

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Délio Malheiros, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Democrata – Aspade –, com sede no Município de Além Paraíba.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 21/5/2011 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.813/2011 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Democrata – Aspade –, com sede no Município de Além Paraíba.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no art. 30, que as atividades de seus Diretores, Conselheiros e associados não serão remuneradas, sendo-lhes vedado o recebimento de lucro, gratificação ou vantagem; e, no art. 32, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere, sem fins lucrativos, que possua título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.813/2011 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Sebastião Costa, Presidente - Bruno Siqueira, relator - Gustavo Valadares - Glaycon Franco - André Quintão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.764/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado André Quintão, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Amigos Morada do Vale – Amorvale –, com sede no Município de Governador Valadares.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.764/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Amigos Morada do Vale – Amorvale –, com sede no Município de Governador Valadares, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a prática de atividades nas áreas da saúde e do meio ambiente.

Na consecução de seus propósitos, a instituição promove a segurança alimentar e nutricional; defende a proteção do idoso e de crianças, especialmente aquelas em estado de subnutrição, orientando seus pais ou responsáveis; estimula o desenvolvimento sustentável; luta pela conservação do meio ambiente; apoia ações de inclusão produtiva, oferecendo planejamento e pesquisa voltados a associações comunitárias de produtores rurais e agricultura familiar.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Amorvale em prol da melhoria das condições de vida da comunidade em que atua, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n° 2.764/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2012.

Juninho Araújo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.892/2012

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Grupo Semente Esperança, com sede no Município de Araguari.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.892/2012 pretende declarar de utilidade pública o Grupo Semente Esperança, com sede no Município de Araguari, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo prestar assistência gratuita e permanente a portadores de câncer.

Com esse propósito, a instituição reintegra o paciente de câncer em seu núcleo familiar e de apoio, por meio de maior aproximação entre a família e os cuidadores, visando à melhoria da qualidade de vida do doente e de seus familiares; forma parceria com profissionais que acrescentam recursos e apoio a seus atendidos; incentiva especialistas das áreas de saúde e ação social a participar do trabalho como voluntários; promove programas socioeducativos, por meio de palestras, cursos e treinamentos voltados para a prevenção do câncer e a inclusão de seus portadores; distribui cestas básicas, suplemento alimentar e medicação específica a pacientes mais carentes.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Tendo em vista o importante trabalho humanitário desenvolvido pelo Grupo Semente Esperança, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n° 2.892/2012, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Hely Tarqüínio, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.947/2012

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Fabiano Tolentino, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos de Entre-Rios de Minas – Apadeq –, com sede no Município de Entre-Rios de Minas.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 10/3/2012 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.947/2012 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos de Entre-Rios de Minas – Apadeq –, com sede no Município de Entre Rios de Minas.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, no § 1º do art. 5º, que as atividades de seus diretores, conselheiros e associados não serão remuneradas; e, no parágrafo único do art. 35, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Embora não haja óbice à tramitação da proposição, apresentamos, ao final deste parecer, a Emenda nº 1, que dá nova redação ao art. 1º, com a finalidade de adequar a denominação da entidade ao previsto no art. 1º de seu estatuto constitutivo.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.947/2012 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos – Apadeq –, com sede no Município de Entre-Rios de Minas.".

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Sebastião Costa, Presidente - Glaycon Franco, relator - Gustavo Valadares - André Quintão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.019/2012

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Amparo e Recuperação de Dependentes Químicos de Raposos, com sede no Município de Raposos.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 24/3/2012 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.019/2012 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Amparo e Recuperação de Dependentes Químicos de Raposos, com sede no Município de Raposos.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina, nos arts. 16 e 20, que as atividades de seus diretores e conselheiros fiscais não serão remuneradas; e, no art. 34, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.019/2012 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Sebastião Costa, Presidente - Bruno Siqueira, relator - Gustavo Valadares - Glaycon Franco - André Quintão.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.125/2012

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Relatório

De autoria do Deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro de Equitação e Equoterapia do Sul de Minas – Equosaúde, com sede no Município de Varginha.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.125/2012 pretende declarar de utilidade pública o Centro de Equitação e Equoterapia do Sul de Minas – Equosaúde, com sede no Município de Varginha, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo contribuir para a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência ou necessidades especiais.

Na consecução de seu propósito, a instituição fomenta a utilização da equoterapia como método terapêutico e educacional, em uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência ou necessidades especiais; colabora para a reeducação e a reabilitação de seus assistidos; incentiva cursos, pesquisas e estudos para a formação de profissionais na área em que atua.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Centro de Equitação e Equoterapia do Sul de Minas – Equosaúde, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n° 3.125/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Elismar Prado, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.292/2012

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária da Comunidade do Mato Seco, com sede no Município de Bom Despacho.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.292/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária da Comunidade do Mato Seco, com sede no Município de Bom Despacho, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo promover o bem-estar dos moradores da referida comunidade.

Com esse propósito, a instituição presta assistência social; estimula as iniciativas que tragam benefícios a seus assistidos; apoia a construção e manutenção de estruturas comunitárias voltadas para a melhoria das condições sociais e econômicas locais.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pela Associação Comunitária da Comunidade do Mato Seco em prol do desenvolvimento dessa localidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n° 3.292/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.301/2012

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado João Leite, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Subdistrito da Barroca – ACSB –, com sede no Município de Mariana.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.301/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Subdistrito da Barroca – ACSB –, com sede no Município de Mariana, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo lutar pelo bem-estar dos habitantes da comunidade.

Com esse propósito, a instituição trabalha pelo desenvolvimento da Barroca; incentiva a integração e a melhoria do convívio entre seus moradores; desenvolve projetos de melhoria da qualidade de vida local, visando ao desenvolvimento sustentável da comunidade.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pela Associação Comunitária do Subdistrito da Barroca, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n° 3.301/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2012.

Juninho Araújo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.305/2012

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do Deputado Gustavo Corrêa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Guarani Esporte Clube, com sede no Município de Itapecerica.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.305/2012 pretende declarar de utilidade pública o Guarani Esporte Clube, com sede no Município de Itapecerica, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão do civismo e da cultura física.

Com esse propósito, a instituição incentiva a prática do futebol e de outras modalidades esportivas amadorísticas especializadas, além de promover reuniões de caráter social, cultural e recreativo.

Cabe ressaltar que a prática de atividades desportivas traz benefícios individuais e sociais, pois contribui para a formação física e psíquica dos indivíduos e reduz a probabilidade do aparecimento de doenças. Especialmente na adolescência, quando os jovens podem ser influenciados por hábitos prejudiciais, que geram conflitos internos capazes de desvirtuar valores e dificultar a aprendizagem, o esporte se reveste de indiscutível importância, prestando grande contribuição ao desenvolvimento da sociedade.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pelo Guarani Esporte Clube, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n° 3.305/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Fabiano Tolentino, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.319/2012

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação ao Centro de Pesquisas Aplicadas da Fundação João Pinheiro.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.319/2012 pretende dar a denominação de Centro de Pesquisas Aplicadas Maria Aparecida Arruda ao Centro de Pesquisas Aplicadas da Fundação João Pinheiro, criado pela Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011, art. 217, inciso III, alínea "g".

Em sua análise sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça, apresentou a Emenda nº 1, com a finalidade de acrescentar, no art. 1º da proposição, que a instituição está localizada no Município de Belo Horizonte e adequar o texto à técnica legislativa.

Cabe destacar que o nome de Maria Aparecida Arruda foi sugerido pelos próprios servidores da Fundação João Pinheiro, fundamentado em sua trajetória como servidora estadual, quando se transformou em referência para os técnicos da instituição e para o público externo, nas áreas de planejamento e regionalização.

A homenageada atuou como grande incentivadora na formação dos pesquisadores e coordenou diversos trabalhos importantes para o Estado, como o Plano de Desenvolvimento Regional da Área de Influência da Companhia Vale do Rio Doce, o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste de Minas Gerais – Planoroeste II –, o Programa do Corredor de Transporte e Exportação GO/MG/ES – Projeto Minas Gerais – e as Regiões de Planejamento.

Tendo em vista os relevantes serviços prestados por Maria Aparecida Arruda à Fundação João Pinheiro e a Minas Gerais, consideramos meritória a homenagem que lhe será feita com a denominação do Centro de Pesquisas Aplicadas da referida Fundação.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.319/2012, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2012.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.338/2012

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da Deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Corporação Musical Santa Cecília, com sede no Município de Timóteo.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 14/7/2012 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.338/2012 tem por finalidade alterar a Lei nº 7.526, de 31/7/79, que declara de utilidade pública a Corporação Musical Santa Cecília, da Paróquia de São José, com sede em Acesita, com o objetivo de adequar a denominação da entidade e a localização da sua sede às alterações estatutárias posteriores, que mudaram seu nome para Corporação Musical Santa Cecília e sua sede para o Município de Timóteo.

É importante ressaltar que as alterações estatutárias não incidiram sobre as características e finalidades da entidade e foram mantidos os requisitos exigidos pela Lei nº 12.972, de 1998, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública. Com efeito, o estatuto constitutivo da instituição, alterado em 22/3/2012, determina, no art. 5º, que as atividades de seus dirigentes, conselheiros e associados

não serão remuneradas; e, no art. 40, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Note-se, pois, que a proposição em análise visa sanar o conflito existente entre a atual razão social e a sede da entidade e as anteriores, consideradas pela Lei nº 7.526, de 1979.

Nesse sentido, orienta-se pela Lei Complementar nº 78, de 2004, que dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis no Estado. Essa norma, em seu art. 13, determina que uma lei deve ser modificada por meio de outra lei, que lhe dê nova redação, acrescente ou revogue dispositivo.

Embora não haja óbice à tramitação do projeto de lei sob comento, apresentamos, no final deste parecer, o Substitutivo no 1, com a finalidade de adequar seu texto à técnica legislativa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei no 3.338/2012 na forma do Substitutivo no 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera o art. 1° da Lei n° 7.526, de 31 de julho de 1979, que declara de utilidade pública a Corporação Musical Santa Cecília, da Paróquia de São José, com sede em Acesita.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – O art. 1° da Lei n° 7.526, de 31 de julho de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° – Fica declarada de utilidade pública a Corporação Musical Santa Cecília, com sede no Município de Timóteo.".

Art. 2° – A ementa da Lei n° 7.526, de 1979, passa a ser: "Declara de utilidade pública a Corporação Musical Santa Cecília, com sede no Município de Timóteo.".

Art. 3° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Sebastião Costa, Presidente e relator - Gustavo Valadares - André Quintão - Glaycon Franco.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.339/2012

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria da Deputada Liza Prado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Ciclistas de Contagem – ACC –, com sede no Município de Contagem.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.339/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Ciclistas de Contagem – ACC –, com sede no Município de Contagem, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a promoção do esporte, do lazer e da cultura.

Com esse propósito, a instituição incentiva a adoção da bicicleta como transporte alternativo e não poluente para a preservação do meio ambiente; estimula o uso desse veículo como instrumento de promoção da saúde e do bem-estar físico e mental; desenvolve programas esportivos, culturais, artísticos e educacionais para a juventude; contribui para o movimento esportivo popular, visando ao desenvolvimento harmônico da sociedade.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação dos Ciclistas de Contagem, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n° 3.339/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.362/2012

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do Deputado Anselmo José Domingos, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais Alunos da Escolinha de Futebol da Mocidade Independente de Moeda – Mimo –, com sede no Município de Moeda.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.362/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Pais Alunos da Escolinha de Futebol da Mocidade Independente de Moeda – Mimo –, com sede no Município de Moeda, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural e assistencial.

A instituição tem como finalidade contribuir para o estabelecimento de políticas públicas e programas intersetoriais que garantam a universalidade e a qualidade da atenção à criança, com a perspectiva de concretizar seus direitos e oportunidades de acesso aos bens necessários a seu desenvolvimento humano e social; estabelecer intercâmbio, produzir pesquisas e publicações e realizar eventos como reuniões, círculos de estudos, debates e cursos, visando à construção e à divulgação de conhecimentos sobre a infância.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pela Mimo em prol das crianças de Moeda, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n° 3.362/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Fabiano Tolentino, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.386/2012

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do Deputado João Vítor Xavier, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Beisebol e Softbol de Belo Horizonte – ABSBH –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.386/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Beisebol e Softbol de Belo Horizonte – ABSBH –, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão de atividades sociais, cívicas, culturais e desportivas.

Com esse propósito, a instituição incentiva a prática do beisebol e do softbol no Estado, visando ao desenvolvimento integral do ser humano; promove e participa de torneios e campeonatos dessas modalidades; fomenta relações amistosas e solidariedade entre seus associados e os diferentes grupos sociais; estimula a prática desportiva como instrumento para o desenvolvimento físico e humano e para a integração social de seus praticantes; defende a proteção do patrimônio cultural, do meio ambiente e dos direitos sociais.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pela referida Associação, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n° 3.386/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Marques Abreu, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.396/2012

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Dinis Pinheiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo instituir o dia 18 de novembro como o Dia do Barroco Mineiro e 2014 como ano de comemoração do bicentenário de Aleijadinho.

Analisada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, a proposição vem agora a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 190, combinado com o art. 102, XVII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em análise institui o Dia do Barroco Mineiro, fixando a data de 18 de novembro para sua comemoração, com a finalidade de promover o patrimônio cultural associado ao barroco mineiro e à obra de Aleijadinho e de sensibilizar a sociedade para a herança artístico-cultural do nosso Estado. A Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1, de modo a adequar a proposição nos aspectos jurídicos, constitucionais e legais. Cabe agora a esta Comissão de Cultura tecer suas considerações quanto ao mérito da iniciativa.

A obra de Aleijadinho é considerada a máxima expressão plástica do barroco mineiro, tendo alcançado renome internacional por meio dos livros de Germain Bazin, pesquisador do Louvre, que publicou "A arquitetura religiosa barroca no Brasil ", em 1956, e "Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil", em 1963.

A primeira biografia de Aleijadinho data ainda no século XIX, mais precisamente de 1858, e foi escrita por um membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHG –, Rodrigo Ferreira Bretas. De acordo com Guiomar de Grammont, na obra "Aleijadinho e o

aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial", de 2008, o IHG, com a simpatia de D. Pedro II, estimulou a identificação de personagens representativos da nova nação brasileira, dando-lhes contornos românticos e míticos, e Aleijadinho foi um desses heróis.

Essa biografia de Ferreira Bretas vale-se de uma publicação anterior, o "Livro de Registros de Fatos Notáveis da Cidade de Mariana", do Vereador José Joaquim da Silva, de 1790, cuja autenticidade foi posta em dúvida por alguns. Bretas, de acordo com Grammont, inspirado no Quasímodo de Victor Hugo, ou, ainda, no deus Hefestos, promoveu a imagem do mestiço bastardo que, apesar de suas deformidades, produz arte e beleza, um paralelo do que seria o próprio Brasil.

À composição romântica do personagem Aleijadinho, no século XIX, sobreveio a busca por sua autenticidade, no século XX, tarefa levada a cabo pelos intelectuais fundadores do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – atual Iphan –, entre eles Mario de Andrade e Rodrigo de Melo Franco. Os modernistas buscaram comprovar a existência do artista e fundamentar a autoria das obras a ele atribuídas, assim como identificar e proteger as obras-primas e os monumentos arquitetônicos associados ao passado constitutivo da nação brasileira – ideia de nação que estava então em processo de reafirmação pelo Estado Novo.

Ouro Preto, elevada à condição de "monumento nacional" em 1933, e as obras de Aleijadinho são erigidos em símbolos dessa identidade brasileira, por representarem o que seria tipicamente nacional.

É importante ressaltar que desde os anos 1970 esses conceitos que inspiraram as primeiras ações de proteção ao patrimônio cultural se amplificaram, incluindo referências mais plurais e diversas dos grupos formadores da sociedade brasileira, como está consagrado na Constituição da República de 1988.

Assim, se as referências culturais representativas dos diferentes segmentos que constituem o povo brasileiro estão legitimadas a integrar o patrimônio nacional, o que está em questão, atualmente, é a inserção da proteção desses bens – e das ações dela decorrentes – na contemporaneidade. A apropriação e o uso dos bens e sítios protegidos e a importância de conferir-lhes inserção na dinâmica cultural e econômica estão no centro do debate sobre as políticas públicas relativas ao patrimônio cultural. Como afirma o próprio Iphan, "preservar o patrimônio não é apenas olhar o passado, mas pensar nas coisas que devem fazer parte do futuro".

A oportunidade de celebrar o barroco mineiro e a obra de Aleijadinho dá ensejo à reflexão sobre os marcos referenciais da cultura mineira e brasileira, as formas mais adequadas para a sua proteção e ao debate de como essas referências culturais podem contribuir para o desenvolvimento do Estado e do País, razão pela qual somos favoráveis à aprovação do projeto em epígrafe, na forma do substitutivo apresentado pela Comissão precedente.

Conclusão

Em vista dos argumentos expendidos, somos pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.396/2012 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2012.

Elismar Prado, Presidente e relator - Duarte Bechir - Tiago Ulisses.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 255/2011

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Elismar Prado, o projeto de lei em tela, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 634/2007, "dispõe sobre a prestação de serviços públicos de saneamento básico".

Preliminarmente, a proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Em seguida, a Comissão de Saúde emitiu parecer pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Em atendimento ao disposto no art. 173, § 2º, do Regimento Interno, foi-lhe anexado o Projeto de Lei nº 595/2011, de autoria do Deputado Fred Costa, que dispõe sobre o mesmo assunto tratado pelo projeto em análise.

Vem agora a proposição a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe obriga as concessionárias de serviço público de saneamento básico a enviar "cronograma de implantação de estação de tratamento de esgoto - ETE - em todas as localidades por elas operadas" para apreciação do Poder Legislativo competente. Estabelece a prioridade para as localidades que tenham "maior volume de esgoto produzido e lançado sem tratamento" e "maior grau de deterioração do meio ambiente em virtude do lançamento de esgoto não tratado".

O projeto determina que as concessionárias do serviço de saneamento sejam responsáveis pelos investimentos a serem realizados, sem ônus para o poder concedente. Além disso, estipula o "prazo de até 5 anos para a implantação do serviço de tratamento de esgoto nas localidades onde haja cobrança de tarifa de esgoto por período superior a dez anos". Nessa situação, caso a concessionária não implante o serviço mencionado, a cobrança da tarifa referida deverá ser suspensa e a concessionária deverá pagar multa ao poder concedente.

De acordo com o autor do projeto, o grande volume de recursos hídricos existentes no Estado e a anunciada escassez de água disponível para uso no planeta exigem que o Estado implemente políticas de proteção desse recurso natural que abranjam o tratamento de esgotos.

Em seu exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça observou que saneamento básico é competência comum da União, dos Estados e dos Municípios, mas que a prestação desse serviço é responsabilidade dos Municípios, conforme o disposto no inciso II do art. 3º da Lei nº 11.720, de 1994, que "dispõe sobre a política estadual de saneamento básico e dá outras providências". A

responsabilidade do Estado se deve ao fato de que o impacto do esgoto não tratado é sentido não apenas no Município, mas em toda a região em que foi gerado. Com o objetivo de preservar a autonomia municipal, a Comissão apresentou o Substitutivo nº 1, que transformou o principal comando do projeto em diretriz para a elaboração da política estadual de saneamento básico, por meio de alteração na Lei nº 11.720, de 1994.

A Comissão de Saúde informou que o saneamento básico influencia nas condições de saúde da população, sendo que "cada dólar aplicado em saneamento representa uma economia de cerca de quatro dólares em medicina curativa". A Comissão alertou que vários Municípios mineiros possuem água tratada, mas não possuem tratamento de esgoto. O art. 49 do Código de Saúde do Estado de Minas Gerais, Lei nº 13.317, de 1999, estabelece que o esgoto coletado deve ser tratado antes do lançamento nos cursos de água. Além disso, a medida está de acordo com o que determina a Lei nº 11.720, a qual, no inciso XIV do art. 4º, determina que a política estadual de saneamento básico considere "a solução das questões relativas à disposição sanitária adequada dos esgotos". Assim, entendendo que o projeto contribuirá para a melhoria das condições de saneamento no Estado, a Comissão opinou pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Com relação ao Projeto de Lei nº 595/2011, anexado ao projeto em tela, temos a informar que proposição em análise abrange seu conteúdo.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, aspecto que compete a esta Comissão analisar, o projeto original não cria despesa para o Estado, apesar de impor ônus às concessionárias de serviço público de saneamento. O Substitutivo nº 1 tampouco gera ônus ao erário estadual, pois a obrigação de instalar estação de tratamento de esgoto ficaria com os Municípios.

No que tange ao mérito, foram solicitadas diligências às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para que se pronunciassem sobre a matéria. A primeira foi favorável ao projeto desde que o órgão ambiental fosse consultado e procedesse à sua avaliação, devendo considerar também a deliberação Normativa Copam nº 128, de 28/11/2008. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, manifestou-se contrariamente ao Substitutivo nº 1, alegando que ele não traz a força impositiva necessária para a regularização material da questão, e sugeriu alterações na proposição inicial. No entanto, entendemos que o comando sugerido pela Secretaria não pode ser inserido na matéria, haja vista que estaria criando obrigações aos Municípios e contrariando a Constituição da República.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao apresentar o Substitutivo nº 1 para sanar esse mesmo vício existente no projeto inicial, propôs o acréscimo do inciso XVII ao art. 4º da Lei nº 11.720, de 1994, medida com a qual concordamos.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 255/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Zé Maia, Presidente e relator – Lafayette de Andrada – Tiago Ulisses – Adalclever Lopes.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.250/2011

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, a proposição em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.986/2009, "dispõe sobre os critérios para a realização de leilões de veículos usados por parte do Estado de Minas Gerais".

Publicado no "Diário do Legislativo" de 28/4/2011, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos do art. 188 do Regimento Interno.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em tela pretende autorizar o Poder Executivo a doar aos Municípios e a entidades filantrópicas de Minas Gerais 50% dos veículos dispensáveis à frota oficial e apontados para leilão. O projeto dispõe ainda que apenas as entidades filantrópicas declaradas de utilidade pública nos termos da Lei n° 12.972, de 1998, poderão beneficiar-se das doações, as quais dependem de avaliação prévia e são dispensadas de licitação quando se comprovar sua finalidade e uso de interesse social.

A Comissão de Constituição e Justiça, apesar de já se ter manifestado pela inconstitucionalidade da matéria em legislatura anterior, entendeu que o projeto, apenas autorizando a doação, não invade a esfera discricionária do Poder Executivo. Desse modo, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou, para suprimir artigo que estabelece prazo para o Poder Executivo regulamentar a lei.

Quanto à análise que cabe a esta Comissão, destacamos alguns aspectos.

Para melhor entendimento do estado dos veículos destinados a leilão, bem como do impacto financeiro-orçamentário da matéria, o projeto foi baixado em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag.

Em resposta à Casa, a Secretaria informou que os veículos considerados dispensáveis à composição da frota oficial e apontados para leilão são aqueles enquadrados como inservíveis ou antieconômicos ao Poder Executivo Estadual, conforme o Decreto n° 45.242, de 2009. De acordo com o decreto, material inservível é o que não pode mais ser utilizado para o fim a que se destina, em virtude da perda de suas características, de sua obsolescência devido à modernização tecnológica, independentemente do seu valor de mercado.

Já material antieconômico é definido como aquele que possui manutenção onerosa ou rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsoletismo.

Tendo em vista tais conceitos, a Seplag não recomenda a doação dos referidos veículos devido às condições em que se encontram, pois demandariam recuperação onerosa e apresentariam possíveis riscos à segurança do usuário.

A Secretaria informou, ainda, que a doação para entidades filantrópicas já é contemplada pelo decreto supracitado, em seu art. 71, V, e ressaltou que as entidades têm sido atendidas conforme a disponibilidade de veículos em boas condições de uso no Poder Executivo.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei n° 1.250/2011.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2012.

Zé Maia, Presidente - Romel Anízio, relator - Tiago Ulisses - João Vítor Xavier.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.471/2011

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria da Deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a inclusão da temática Educação Fiscal no currículo escolar das escolas de ensino fundamental e médio do sistema estadual de educação.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Ciência e Tecnologia. Examinado, preliminarmente, pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, o projeto vem agora a esta Comissão para que seja emitido parecer quanto ao mérito, nos termos do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, VI, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em estudo tem por objetivo determinar que sejam estudados, nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio de Minas Gerais, conteúdos que propiciem aos alunos informação e orientação sobre a arrecadação e gastos de recursos públicos no Estado.

As escolas têm papel fundamental na formação de jovens protagonistas, que sejam capazes de reconhecer, valorizar e exercer os direitos e os deveres inerentes à cidadania. Entretanto, incluir conteúdos e disciplinas nos currículos escolares é assunto complexo, que merece análise cuidadosa. Esta Comissão tem se detido cuidadosamente sobre projetos de natureza similar à proposição em comento e, mais uma vez, apresenta as considerações exaradas em oportunidades anteriores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 –, estabeleceu os princípios que deverão inspirar a elaboração dos currículos no Brasil. Em seu art. 26, dispõe que os currículos dos níveis fundamental e médio de ensino deverão ter uma base comum nacional unificada – fixada nos Parâmetros Curriculares Nacionais – e uma parte diversificada, a ser estipulada pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a atender às características locais e regionais do vasto e múltiplo País em que vivemos. Além disso, a LDB, no art. 15, determinou que todos os entes da federação devem assegurar às unidades escolares públicas de educação básica graus progressivos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. E estabeleceu, ainda, no art. 12, que os estabelecimentos de ensino são obrigados a elaborar e executar sua proposta pedagógica.

Ora, o cerne da proposta pedagógica de uma escola está expresso no currículo que ela estabelece para seus alunos, professores e comunidade de entorno, considerando, é evidente, as diretrizes estabelecidas na LDB e os parâmetros definidos para a base comum nacionalmente unificada dos currículos escolares.

O processo de seleção, sequenciamento e ordenação de assuntos e temas que constituirão o currículo de uma comunidade escolar específica implica tomada de decisão sobre aquilo que é mais pertinente, dentre a vasta gama de conhecimentos disponíveis, tendo em vista as aptidões que se pretende desenvolver nos estudantes e o contexto social, cultural e econômico no qual estão inseridos. Assim, a elaboração de um currículo pressupõe um planejamento ordenado e lógico, que possibilite, ao mesmo tempo, o respeito às diretrizes curriculares nacionais, à diversidade sociocultural dos alunos e à progressiva autonomia dos estabelecimentos escolares.

Alterações e inclusões curriculares não coordenadas entre si e alheias ao princípio da construção pedagógica coletiva, que envolva todos os atores da comunidade escolar, não colaboram para o aprimoramento da qualidade da educação; ao contrário, são iniciativas isoladas e distantes dos verdadeiramente envolvidos no processo educativo.

Quando alterações curriculares são determinadas por meio de lei, ocorre uma justaposição de disciplinas e atividades implementadas de forma vertical e externa aos processos pedagógicos escolares – que devem se pautar pela horizontalidade, inclusão e participação – sem nenhuma ou quase nenhuma interação com a realidade escolar. Além disso, essas iniciativas legislativas geralmente não levam em conta a organização do tempo escolar, a relação dos conteúdos curriculares entre si e as peculiaridades locais. Dessa forma, são aprovadas muitas vezes sem o necessário diálogo com os responsáveis pela condução das políticas adotadas nos sistemas e nos estabelecimentos de ensino. Isso resulta em leis inócuas, não assimiladas pela comunidade escolar, o que enfraquece o Poder Legislativo e inflaciona o ordenamento jurídico.

De acordo com Rosimar de Fátima Oliveira, professora da Faculdade de Educação da UFMG, cuja tese de doutoramento em Educação, na USP, teve como título “O papel do Legislativo na formulação das políticas em educação”, as proposições sobre currículo escolar, tanto no Congresso Nacional, quanto nas assembleias estaduais, normalmente versando sobre temas prementes, revelam que há uma tendência em se atribuir à escola função de instituição reparadora dos problemas sociais brasileiros. Essa é uma sobrecarga sobre educadores e gestores escolares, que já fazem grande esforço para educar com qualidade uma população bastante heterogênea.

O Observatório da Educação, organização da sociedade civil dedicada ao estudo e acompanhamento das políticas educacionais brasileiras, alerta, em diversos artigos na imprensa, para a proliferação desses projetos de inserção de temáticas diversas no currículo escolar, que muitas vezes ignoram o fato de o conteúdo ou a disciplina que se pretende incluir, na imensa maioria dos casos, já integrarem o conteúdo de disciplinas, ou temas transversais existentes.

Esse é, precisamente, o caso da proposição em tela, que pretende inserir na grade curricular das escolas disciplina optativa que trate da educação fiscal e informe os estudantes sobre as contas públicas.

Em 2004, a então Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia realizou reunião com especialistas da área educacional para debater a aplicação do disposto na legislação vigente, bem como todos os projetos de lei referentes à inclusão de conteúdos nos currículos de ensino fundamental e médio da rede estadual. Os convidados afirmaram que as normas legais vigentes sobre a inclusão de disciplinas ou conteúdos na grade curricular não estavam sendo aplicadas e demonstraram receio acerca da apresentação de projetos de lei sobre o tema. Foram unânimes em considerar inócuas essas proposições, e mais: afirmaram que, se fossem aplicadas, inviabilizariam o aprendizado das matérias da base curricular obrigatória exigida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Desse entendimento resultou que projetos de inclusão de conteúdos e disciplinas no currículo passaram a não mais prosperar nesta Casa, já que a última lei com esse teor entrou em vigor em 2005. A referida lei – Lei nº 15.476, de 12/4/2005 – trata justamente da inclusão de conteúdos referentes à cidadania nos currículos das escolas de ensinos fundamental e médio. Conforme dispõem os incisos III e VII do art. 2º dessa lei, a organização político-administrativa dos entes federados integra os conteúdos e as atividades relativos à cidadania.

A natureza dessa norma, assim como a de outras 19 aprovadas entre 1991 e 2005, foi justamente o objeto da análise crítica dos convidados da supramencionada audiência pública desta Comissão de mérito.

Desde a realização dessa audiência, a Secretaria de Estado de Educação, quando consultada acerca de projetos dessa natureza, tem repetidamente se posicionado desfavoravelmente à instituição de conteúdos e disciplinas por meio de lei, afirmando que o sistema de ensino brasileiro é dotado de autonomia e flexibilidade para versar sobre os temas estabelecidos nacionalmente com a adequada abordagem local e regional que o assunto exigir.

Em razão dos argumentos mencionados, é possível, portanto, reafirmar a atualidade do entendimento adotado por esta Comissão.

Por conseguinte, em relação ao caso em tela, estamos diante de uma dupla inconveniência. Além de não ser adequado estipular conteúdos e disciplinas em lei, como já era consenso nesta Comissão, o conteúdo da proposição já se encontra atendido, com a devida generalidade, em lei estadual vigente.

Dessa forma, ao serem divulgados os conteúdos e as atividades relativos à cidadania nas escolas de ensinos fundamental e médio, conforme já determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais ou da forma preconizada pela Lei nº 15.476, de 2005, inevitavelmente será alcançado o intuito que motivou a apresentação do projeto de lei em análise, tornando-se, assim, desnecessária a sua aprovação.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.471/2011.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2012.

Bosco, Presidente - Glaycon Franco, relator - Duarte Bechir.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.128/2011

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Delvito Alves, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a exigência de colocação de grades protetoras em volta de piscinas e dá outras providências.

Foi a proposição distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Constituição e Justiça, em análise preliminar, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que propôs.

Em seguida, a Comissão de Segurança Pública, em análise de mérito, opinou pela aprovação do projeto na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Agora, vem a matéria a esta Comissão para análise da repercussão financeira, nos termos do art.100, combinado com o art.102, inciso VII, alínea "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em pauta tem por objetivo estabelecer que os clubes, sociedades recreativas, associações, hotéis e similares, condomínios, colégios, edifícios e casas residenciais e quaisquer outras entidades de natureza pública ou privada que possuam piscinas fiquem obrigados a colocar grades de proteção em sua volta. O projeto visa estabelecer, também, que:

I – a aprovação de planta de edificação, bem como a concessão de alvará de construção, fiquem sujeitas ao cumprimento dessa medida de segurança;

II – para o efeito do disposto na futura lei, o termo "piscina" abrange a estrutura destinada a banho e a prática de esportes aquáticos, coberta ou descoberta, edificada ou não, utilizada para atividades de recreação, competição e afins;

III – o descumprimento do disposto na futura lei sujeitará o responsável pela piscina ao pagamento de multa pecuniária no valor de 2.000 Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais – Ufemgs – e, em caso de reincidência, a piscina será interditada até a adoção das medidas de segurança em tela;

IV – os responsáveis deverão tomar as providências para se adequar às exigências da futura lei no prazo de 60 dias contados da data da publicação da futura lei.

O autor da proposição, a título de justificação, cita o Anuário Estatístico do Brasil, editado pelo IBGE, segundo o qual uma das principais causas de óbito no País é o afogamento e a submersão acidentais, responsáveis por cerca de 10 mil óbitos anuais, sendo essa a segunda causa de morte acidental de crianças. Trata-se, nas palavras do autor, de um drama que começa num segundo e acaba em poucos minutos. E não se ouve barulho. A criança não esbraceja, nem grita com a cara dentro de água: afoga-se em silêncio absoluto. Acrescenta que, para cada afogamento, ocorrem sete ou mais quase afogamentos, muitos deles acompanhados de graves sequelas. Para ele, acidentes e óbitos dessa natureza poderiam ter sido evitados caso adotada essa medida preventiva. Por outro lado, em piscinas semipúblicas ou públicas, mesmo com grande número de usuários, os afogamentos praticamente não acontecem, em razão da obrigatoriedade de se manter um salva-vidas.

A Comissão de Constituição e Justiça teceu um pertinente esclarecimento sobre as categorias de piscina: "As piscinas podem ser classificadas como sendo de uso comum ou privativas. As primeiras podem ser coletivas ou públicas. Coletivas são as localizadas em entidades públicas ou privadas em que haja uso coletivo e seleção dos usuários por critérios como associação, matrícula, hospedagem, moradia ou internação, como, por exemplo, as localizadas em clubes, parques aquáticos, sociedades recreativas, condomínios, clínicas, academias, hotéis, escolas, creches. Já as piscinas públicas são aquelas destinadas ao público comum". Por outro lado, "as piscinas privativas são as domésticas, como, por exemplo, as de chácaras, sítios, casas e apartamentos de cobertura, ou seja, aquelas frequentadas apenas pelos proprietários das residências nas quais se encontram e seus convidados".

Em vista dessa classificação, a Comissão concluiu que, no que tange às piscinas privativas ou domésticas, a matéria é inconstitucional, pois confronta os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Deve haver proporção entre os meios e os fins. Trata-se de medida desarrazoada do poder público que interfere na autonomia da vontade do particular. E, por estarem situadas dentro de residências, protegidas pela inviolabilidade domiciliar prevista no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal, a imposição dessa obrigação seria inócua.

Assim, a medida pode ser aplicada apenas a piscinas de uso comum.

Além disso, a Comissão concluiu que o parágrafo que dispõe sobre a aprovação de plantas de edificações e concessão do alvará de construção é inconstitucional, por se tratar de matéria de interesse local, logo de competência legislativa exclusiva municipal.

Com essas ressalvas, a Comissão concluiu que a matéria encontra amparo na Constituição da República, está inserida no rol de competências legiferantes do Estado – legislação concorrente – e não afronta nenhuma norma relativa à deflagração do processo legislativo. Porém, visando solucionar os problemas antes expostos, a Comissão apresentou o Substitutivo nº 1, que acolhemos.

A Comissão de Segurança Pública opinou sobre a relevância do tema abordado no projeto, a qual pode ser aquilatada pelos resultados da pesquisa elaborada pela Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, a partir da análise de dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde. Segundo a pesquisa, o afogamento é uma das principais causas de morte da população até 29 anos. Isso atesta a necessidade da edição de lei com vistas a incrementar medidas de prevenção contra tais acidentes.

Já no âmbito de competência da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, qual seja a análise da repercussão financeira da proposição, esta deve ser vista por dois ângulos: repercussão financeira da medida nos cofres públicos e impacto financeiro do projeto na sociedade, ou seja, o seu custo social.

Após pesquisa de mercado, verificamos que o custo da grade é baixo, da ordem de R$100,00 por metro linear. Ademais, em muitas piscinas, principalmente públicas, esse custo não será necessário, pois já existe essa grade.

Verificamos, também, que o mercado disponibiliza grades removíveis que poderiam ser retiradas quando se fizer necessário. Isso evitaria o argumento de que a grade poderia trazer prejuízo estético ou arquitetônico ao imóvel.

Vale ressaltar, ainda, que o valor da mencionada multa, que corresponde atualmente a R$4.658,20, é adequado para o fim a que se propõe.

Assim, entendemos que, sob qualquer um dos referidos ângulos, a medida é procedente. Não há como comparar o valor de uma vida humana com o custo de uma grade.

Conclusão

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.128/2011 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2012.

Zé Maia, Presidente – João Vítor Xavier, relator – Romel Anízio – Tiago Ulisses.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.789/2012

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Romel Anízio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo alterar a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 8.392, de 1982, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter, por doação, o imóvel que menciona à Prefeitura Municipal de Campo Florido.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 9/2/2012 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, nos termos dos arts. 188 e 102, III, "a", do Regimento Interno.

Em 13/3/2012, a relatoria solicitou fosse a proposição baixada em diligência à Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, para que se manifestasse sobre a pretendida alteração.

De posse da resposta, passamos à análise da matéria.

Fundamentação

A Lei nº 8.392, de 1982, autoriza o Poder Executivo a fazer reverter, por doação, ao Município de Campo Florido, o imóvel situado na Rua Governador Valadares, esquina com a Rua Padre Júlio de Rass, nesse Município, para, de acordo com o art. 2º, ser destinado à construção de uma creche e de um posto de assistência social.

Pretende o Projeto de Lei nº 2.789/2012 alterar a destinação do imóvel, que passaria a se destinar à construção de um centro de convenções.

Cabe ressaltar que o Prefeito Municipal de Campo Florido, por meio do Ofício nº 216/2011, informou que já foram construídos, em outros locais, um centro de referência em assistência social – Cras – e duas creches, de modo que a nova destinação do imóvel doado possibilitará ao Município a construção de um centro de convenções no terreno, onde serão realizadas atividades cívicas, educacionais, sociais e culturais.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, por seu turno, por meio da Nota Técnica nº 663/2012, posicionou-se favoravelmente à nova destinação do imóvel, considerando a finalidade pública que a ele será dada.

Saliente-se que a proteção do interesse coletivo é princípio de observância obrigatória pela administração do Estado, pois, no trato da coisa pública, prepondera o que é conveniente para a coletividade; por isso, nas proposições em que esta Casa autoriza a alienação de bens estaduais, conforme determinam o art. 18 da Constituição do Estado e o art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, há sempre a existência de salvaguarda, encontrada nas cláusulas de destinação e reversão do bem a ser alienado.

Constata-se, portanto, que a alteração proposta requer o estabelecimento de prazo para o cumprimento da obrigação determinada pela norma, sob pena de fazer o imóvel reverter ao patrimônio do Estado.

Como não há óbice à alteração pretendida, apresentamos, ao final deste parecer, o Substitutivo nº 1, a fim de alterar a destinação do imóvel prevista na Lei nº 8.392, de 1982, acrescentar cláusula de reversão ao patrimônio do Estado e adequar o texto da proposição à técnica legislativa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.789/2012 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a destinação do imóvel de que trata a Lei n° 8.392, de 30 de dezembro de 1982, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter, por doação, imóvel que menciona à Prefeitura Municipal de Campo Florido.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – O imóvel de que trata a Lei n° 8.392, de 1982, passa a destinar-se à construção de um centro de convenções.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere este artigo reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da publicação desta lei, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no "caput".

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Sebastião Costa, Presidente – André Quintão, relator – Gustavo Valadares – Glaycon Franco.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.818/2012

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Guaranésia o imóvel que especifica.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Agora, vem a proposição a este órgão colegiado a fim de receber parecer quanto à possível repercussão financeira que poderá originar, conforme dispõe o art. 188, combinado com o art. 102, VII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.818/2012 tem como finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Guaranésia o imóvel constituído pela área de 3.240m², situado nesse Município, para o funcionamento de órgãos públicos.

Em seu art. 2º, a proposição determina que o imóvel reverterá ao doador se, no prazo de três anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista.

Em sua análise sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou a Emenda nº 1, que dá nova redação ao art. 1º do projeto, com a finalidade de adequar o texto à técnica legislativa.

Cabe ressaltar que a autorização desta Assembleia Legislativa para a transferência de domínio de bem público é exigência da Lei Federal nº 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. No § 2º de seu art. 105, essa norma estabelece que a movimentação dos valores pertencentes ao ativo permanente do Tesouro só pode ser realizada com a referida autorização.

A proposição de lei em análise atende aos preceitos legais que versam sobre a transferência de domínio de bens públicos, não acarreta despesas para o erário e não tem repercussão na Lei Orçamentária.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.818/2012, no 1º turno, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2012.

Zé Maia, Presidente - Tiago Ulisses, relator - Romel Anízio - João Vítor Xavier.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.848/2012

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Hely Tarqüínio, o projeto de lei em epígrafe visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de São Gotardo o imóvel que especifica.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Agora, vem a proposição a este órgão colegiado a fim de receber parecer quanto à possível repercussão financeira que poderá originar, conforme dispõe o art. 188, combinado com o art. 102, VII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.848/2012 tem como finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de São Gotardo o imóvel constituído pela área de 2.000m², situado no local denominado Guarda dos Ferreiros, nesse Município.

A proposição determina, no parágrafo único de seu art. 1º, que o bem será destinado à ampliação do cemitério local, de acordo com o interesse daquela comunidade. Em seu art. 2º, prevê que o imóvel reverterá ao doador se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista.

É importante observar que a autorização legislativa para a transferência de domínio de bem público é exigência da Lei Federal nº 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. No § 2º de seu art. 105, essa norma estabelece que a movimentação dos valores pertencentes ao ativo permanente do Tesouro só pode ser realizada com a referida autorização.

O projeto de lei em análise atende aos preceitos legais que versam sobre a transferência de domínio de bens públicos, não acarreta despesas para o erário e não tem repercussão na Lei Orçamentária.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.848/2012, no 1º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2012.

Zé Maia, Presidente - João Vítor Xavier, relator - Romel Anízio - Tiago Ulisses.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.896/2012

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Anselmo José Domingos, o Projeto de Lei nº 2.896/2012 "determina que no mínimo 10% (dez por cento) dos empregos oferecidos por pessoas jurídicas com fins lucrativos que tenham sido beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal outorgada pelo Estado sejam reservados a pessoas que procuram o primeiro emprego".

Publicado no "Diário do Legislativo" de 1º/3/2012, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno, manifestar-se preliminarmente quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição.

Fundamentação

A proposição em tela determina que as empresas com fins lucrativos beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal concedidos pelo Estado reservem, no mínimo, 10% de suas vagas ao primeiro emprego.

A Constituição da República de 1988 dispõe, no "caput" de seu art. 6º, que o trabalho é um direito social, entre outros. Além disso, o "caput" do art. 170 da Carta Maior estatui que nossa ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo como finalidade assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social. Dentre os princípios que a norteiam, destaca-se a busca do pleno emprego.

No entanto, analisando a matéria pelo prisma jurídico-constitucional, verificamos clara ofensa ao princípio da igualdade. A proposta impõe o mesmo percentual de reserva de vagas para todas as empresas, qual seja, um décimo do quadro de pessoal, independentemente do incentivo fiscal a que elas fazem jus.

Por conseguinte, a proposta não leva em conta os diferentes incentivos que podem ser concedidos e que acabam resultando em benefício maior ou menor para diferentes empresas. Vejamos um exemplo hipotético. Uma empresa que conta com um benefício de redução de base de cálculo de ICMS de 20% nas operações com seus produtos terá a mesma obrigação de uma empresa que conta com isenção total de ICMS. Tal fato também implica quebra da igualdade, uma vez que estabelece tratamento igual para pessoas que se encontram em situação desigual.

Além disso, a reserva de vagas imposta poderia frustrar os objetivos visados pelo Estado quando da concessão de incentivo fiscal. Isso porque, em determinadas situações, as empresas, julgando mais onerosa a fruição do benefício frente à imposição legal de reservar 10% do seu quadro para pessoas em busca do primeiro emprego, acabariam por optar pelo pagamento do tributo. Dessa forma, a medida estaria anulando o comportamento almejado pelo Estado.

Cumpre-nos observar que cabe ao Chefe do Poder Executivo a representação do ente político, a direção dos seus negócios e a administração da coisa pública. A elaboração e a execução de plano ou programa administrativo são atividades que integram o rol de competências do Executivo para realizar ações de governo. Não cabe ao Legislativo criar ações governamentais dessa natureza. Isso porque tais ações devem apoiar-se em estudos criteriosos que venham a estabelecer os seus reais parâmetros e a mensurar seus efeitos.

Assim sendo, o Projeto de Lei que deu origem à Lei nº 14.697, de 2003, que institui o Programa Primeiro Emprego no Estado, teve como autor o Governador do Estado. O programa mineiro tem como diretrizes: articulação com os programas federal, municipal e de iniciativa privada; prioridade para o segmento de jovens em situação de risco social, em especial de regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – do Estado; potencialização da capacidade geradora de emprego e renda do Estado, por meio de instrumentos de incentivos fiscais e creditícios às empresas participantes do Programa; promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização; estímulo ao desenvolvimento das cooperativas de trabalho e das micro, pequenas e médias empresas, bem como das propriedades do setor rural, das entidades sem fins lucrativos, dos profissionais liberais ou autônomos; fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e de renda no Estado.

Cumpre ressaltar, no entanto, que, embora denominado Primeiro Emprego, o programa estimula a oferta de estágio. Nos termos do art. 14 do Decreto 43.706, de 18/12/2003, que regulamentou o programa estadual, o empregador participante do programa faz jus ao reembolso de dois terços de meio salário mínimo por estagiário contratado.

Questionamos, ainda, a eficácia de lei contendo a medida em análise. Isso porque qualquer lei ordinária posterior que conceda benefício fiscal poderia afastar a imposição de reserva de vagas, uma vez que, neste caso, trata-se de instrumentos normativos de mesma hierarquia.

Assim sendo, apresentamos, ao final do parecer, substitutivo que altera a Lei n° 14.697, de 2003, com o fito de acrescentar inciso ao seu art. 2º, prevendo projeto de reservas de vagas para o primeiro emprego em empresas beneficiadas por incentivos fiscais e creditícios.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.896/2012, na forma do Substitutivo nº 1 apresentado a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera o art. 2º da Lei nº 14.697, de 30 de julho de 2003, que institui o Programa Primeiro Emprego no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 2º da Lei da Lei nº 14.697, de 30 de julho de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V :

"Art. 2º – (…)

V – reserva de vagas para o primeiro emprego em empresas beneficiadas por incentivos fiscais e creditícios.".

Art. 2º - Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Sebastião Costa, Presidente - André Quintão, relator - Glaycon Franco - Gustavo Valadares.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.924/2012

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, a proposição em epígrafe "proíbe a venda de colírios a base de corticoide ou corticosteroide, sem apresentação de prescrição médica".

Publicado no "Diário do Legislativo" de 8/3/2012, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Preliminarmente, vem a matéria a esta Comissão para receber parecer sobre sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição sob exame pretende proibir a comercialização de colírios com corticoide ou corticosteroide, sem receita médica, no território do Estado de Minas Gerais. Em sua justificação, o autor ressalta os efeitos negativos para a saúde humana causados pelo uso incorreto desses colírios, especialmente a suscetibilidade a infecções e o risco de dependência física e de aumento da pressão intraocular.

Verificamos, inicialmente, que a matéria tratada no projeto não se encontra entre aquelas de iniciativa privativa, indicadas no art. 66 da Constituição do Estado.

No que se refere à competência legislativa, observamos que a proposição visa fundamentalmente à proteção da saúde da população, além de regular o consumo de determinados produtos, pelo que se enquadra no campo da competência legislativa concorrente, de acordo com os incisos V e XII do art. 24 da Constituição da República. Significa isso, conforme os §§ 1o a 4o do mesmo artigo, que à União compete editar as normas gerais da matéria, cabendo aos Estados membros da Federação suplementar essas normas,

estabelecendo disposições específicas, em função das respectivas peculiaridades, e editar suas próprias normas gerais em temas eventualmente não regulados por lei federal.

Por seu turno, dispõe o art. 198 da mesma Constituição que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.

De acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.080, de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", a execução de ações de vigilância sanitária e o controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde incluem-se no campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS. E, segundo o § 1º desse artigo, "entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: (…) o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; (…)."

Por sua vez, dispõe o art. 2º da Lei Federal nº 9.782, de 1999, que "define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências", que compete à União, no âmbito desse sistema, normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde. Nesse sentido, segundo os arts. 7º e 8º dessa lei, compete à Agência estabelecer normas, propor, acompanhar e executar as políticas, as diretrizes e as ações de vigilância sanitária; estabelecer, coordenar e monitorar os sistemas de vigilância toxicológica e farmacológica; e regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, entre os quais se incluem os medicamentos de uso humano, suas substâncias ativas e demais insumos, processos e tecnologias.

Nesse diapasão, a Diretoria Colegiada da Anvisa editou a Resolução nº 138, de 2003, que "dispõe sobre os grupos de medicamentos cuja venda dispensa a prescrição médica". Segundo esse ato, antissépticos oculares podem ser vendidos sem receita médica, exceto os que contenham corticoides. Assim, a proposição sob exame nem mesmo inovaria o ordenamento jurídico, pelo que carece também desse requisito para a sua válida transformação em norma jurídica.

Conclusão

Pelas razões expostas, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.924/2012.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Sebastião Costa, Presidente - André Quintão, relator - Glaycon Franco - Gustavo Valadares.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.955/2012

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a outorga coletiva do direito de uso de recursos hídricos.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 15/3/2012, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Minas e Energia e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno, examinar a juridicidade, a constitucionalidade e a legalidade da proposição.

Tendo em vista o transcurso do prazo de suspensão da tramitação, previsto no art. 301 do Regimento Interno, emitimos nosso parecer, embora, até o momento, não nos tenha chegado o resultado da diligência.

Fundamentação

O projeto de lei em tela pretende regulamentar, no âmbito do Estado, a chamada outorga coletiva de direito de uso de recursos hídricos, procedimento administrativo participativo por meio do qual pode ser pactuada proposta contendo direito de uso múltiplo das águas entre os usuários de um sistema hídrico em conflito, assim definida no art. 1º da proposição.

A possibilidade de solicitação de uma outorga coletiva permitirá que os usuários de recursos hídricos negociem entre si a melhor maneira de dar aproveitamento sustentável a esses recursos, submetendo a proposta elaborada ao órgão gestor. Dessa forma, busca-se estimular o fortalecimento de um ambiente de diálogo entre os usuários, resolvendo ou mesmo evitando conflitos de interesse quanto ao uso da água.

De acordo com o projeto, pessoa jurídica criada e composta por usuários interessados na outorga coletiva de direito de uso de recursos hídricos poderá propô-la e recebê-la do poder público.

O projeto prevê também a regulamentação de um procedimento participativo a ser utilizado para a resolução de conflitos de interesses já instalados envolvendo o direito de uso da água, qual seja a alocação negociada do uso de recursos hídricos.

Nesse procedimento, os acordos são construídos por metodologias participativas, inovando quanto aos tradicionais instrumentos de comando e controle unilaterais. Esses acordos podem incluir ou não a outorga coletiva de direito de uso de recursos hídricos.

A alocação negociada poderá ser utilizada em sub-bacias demarcadas como áreas de conflito, ou seja, aquelas nas quais for constatado tecnicamente que a demanda pelo uso da água é superior à vazão ou ao volume disponível.

O art. 4º da proposição prevê a possibilidade de realização de ajustes na outorga e na cobrança pelo uso da água, a fim de que os usuários sejam estimulados a investir em ações de regularização da disponibilidade de recursos hídricos, seja no contexto da alocação negociada da água, seja em outros momentos em que tais acordos se tornarem convenientes.

Há ainda a previsão da possibilidade da utilização das Parcerias Público-Privadas – PPPs – para a execução das obras de uso múltiplo da água, definindo-as como a implantação, manutenção e a modernização de infraestruturas de reservação e distribuição de

águas com o objetivo de incrementar sua disponibilidade para fins econômicos e sociais, bem como para a manutenção dos sistemas ecológicos.

Por fim, o projeto regulamenta o rateio dos custos inerentes às obras de uso múltiplo de recurso hídricos, estabelecendo o instrumento do termo de rateio com as respectivas obrigações das partes e sanções aplicáveis no caso do seu descumprimento.

Apresentada uma breve síntese, passamos a analisar os aspectos de legalidade, constitucionalidade e juridicidade da proposição.

Inicialmente, sobre o aspecto da competência, é necessário destacar que a Constituição Federal de 1988 prevê expressamente competir à União legislar sobre águas (art. 22, IV) bem como instituir o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.

Por outro lado, o art. 26, I, da Constituição Federal consignou expressamente que se incluem entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, tendo ainda trazido em seu art. 25, §1º, a competência legislativa remanescente dos Estados federados, reservando-lhes todas as atribuições legislativas e administrativas que não lhes sejam vedadas pelo texto constitucional.

Dessa forma, é possível concluir que o Estado federado é competente para instituir o seu sistema estadual de gerenciamento dos recursos hídricos situados em seu território (art. 26, I, da Constituição Federal), dispondo sobre os critérios de outorga de direitos de uso, bem como sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo administrado e pela administração pública para fins de sua concessão.

Contudo, é importante observar que, ao tratar dos referidos assuntos, o legislador estadual não pode contrariar o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, devendo ainda observar a legislação nacional sobre águas e sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos (Decreto nº 24.643, de 1934, e Lei nº 9.433, de 1997).

Especificamente quanto às normas da Política Nacional de Recursos Hídricos, chama-se a atenção para o disposto no art. 30, inciso I, da Lei Federal nº 9.433, de 1997, que assim dispõe:

"Art. 30. Na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, cabe aos Poderes Executivos Estaduais e do Distrito Federal, na sua esfera de competência:

I - outorgar os direitos de uso de recursos hídricos e regulamentar e fiscalizar os seus usos; [...]".

Como se vê, em relação ao uso de recurso hídricos estaduais, a própria Política Nacional de Recursos Hídricos reconhece competir a cada Estado federado outorgar os direitos de uso e regulamentar o seu procedimento de concessão.

Frise-se que o Estado de Minas Gerais, por intermédio do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, vem se empenhando na tentativa de estabelecer procedimentos e normas gerais para a concessão e outorga coletiva de uso de recursos hídricos. Nesse contexto, o referido órgão editou a Resolução nº 284, de 2011 (alterada pela Resolução nº 294, de 2011), a qual cria um grupo de trabalho que tem como objetivo estabelecer procedimentos e normas gerais para a concessão de outorga coletiva.

Corroborando a argumentação apresentada acerca da competência legislativa estadual para tratar do tema, vale lembrar que o nosso Estado já possui norma que regulamenta a outorga do direito de uso de recursos hídricos no âmbito estadual, o seu procedimento, assim como as questões atinentes às obras de uso múltiplo e as suas compensações. Trata-se da Lei nº 13.199, de 1999.

A Subseção V, da Seção II, do Capítulo III da referida lei estadual regulamenta exatamente o procedimento de outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, enquanto a Subseção VIII da mesma seção do mesmo capítulo dispõe sobre o rateio de custos das obras de uso múltiplo de interesse comum ou coletivo.

Por outro lado, quanto à pretensão de inserir as obras de uso múltiplo de interesse comum ou coletivo no rol de atividades que podem ser executadas por meio de parcerias público privadas, bem como quanto à regulamentação do "termo de rateio", são necessários alguns esclarecimentos.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu art. 22, inciso XXVII, a competência legislativa privativa da União para editar normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

No exercício da competência legislativa em questão, a União editou a Lei nº 8.666, (institui normas para licitações e contratos da administração pública) e a Lei nº 11.079 (institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública).

Sendo assim, remanesce ao Estado federado a possibilidade de legislar sobre contratos administrativos e contratação de parceria público-privada desde que em observância às normas gerais estabelecidas pela União.

É importante ressaltar que o nosso Estado já possui norma específica sobre a contratação de parceria público-privada, qual seja, a Lei nº 14.868, de 2003.

Analisando o conteúdo da proposição, constata-se que as normas pertinentes ao termo de rateio, assim como as relativas à parceria público-privada, não conflitam com as normas gerais nacionais sobre o tema, encontrando-se dentro da competência remanescente do Estado prevista no art. 25, § 1º, da Constituição Federal.

Quanto ao aspecto da iniciativa, não há óbice quanto à deflagração do processo legislativo por parte de parlamentares, visto que a temática não se encontra inserida em rol privativo de determinada autoridade ou órgão.

Por fim, no que tange ao conteúdo do projeto, entendemos serem necessárias algumas alterações para fins de melhor adequá-lo à técnica legislativa, uma vez que, conforme já informado, as matérias tratadas na proposição já encontram previsão em leis estaduais específicas, quais sejam, a Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, e a Lei nº 14.868, de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas.

Sendo assim, as inovações trazidas pela proposição, na medida em que guardam estrita pertinência com as matérias tratadas nas leis estaduais em questão, devem ser nelas inseridas, razão pela qual se propõe o Substitutivo nº 1 a seguir redigido.

Conclusão

Pelas razões expostas, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.955/2012 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, e a Lei nº 14.868, de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 18 da Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, o seguinte § 3º:

"Art. 18 (…)

§ 3º – A proposta de outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser apresentada por pessoa jurídica criada e composta pelos usuários interessados, sendo a ela deferida a outorga coletiva.".

Art. 2º – Fica acrescentado à Lei nº 13.199, de 1999, o seguinte art. 18-A:

"Art. 18-A – Em sub-bacia previamente demarcada como área de conflito pelo poder público, será adotada a alocação negociada do uso de recursos hídricos.

Parágrafo único – Para os fins desta lei, considera-se:

I – área de conflito a sub-bacia em que for constatado tecnicamente que a demanda pelo uso de recursos hídricos é superior à vazão ou volume disponível para a outorga de direito de uso;

II – alocação negociada do uso dos recursos hídricos o procedimento participativo em que se pactua proposta quanto aos direitos de uso múltiplo das águas entre os usuários de um sistema hídrico.".

Art. 3º – O § 1º do art. 19 da Lei nº 13.199, de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19 – (...)

§ 1º – A outorga levará em conta a necessidade de se preservar o uso múltiplo e racional das águas, considerando a variação sazonal de sua disponibilidade natural.".

Art. 4º – Fica acrescentado à Lei nº 13.199, de 1999, o seguinte art. 22-A:

"Art. 22-A – A compensação relativa a investimentos de usuários para a regularização da disponibilidade de recursos hídricos poderá ser pactuada com o poder público utilizando-se de ajuste compensatório da cobrança pelo uso de recursos hídricos e da outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.".

Art. 5º – Fica acrescentado à Lei nº 13.199, de 1999, o seguinte art. 29-A após a subseção VIII Do Rateio de Custos das Obras de Uso Múltiplo de Interesse Comum ou coletivo:

"Art. 29-A – Para os fins desta lei, entende-se como obras de uso múltiplo dos recursos hídricos a implantação, manutenção e modernização de infraestruturas de reservação e distribuição de águas com o objetivo de incrementar a sua disponibilidade para fins econômicos e sociais dos vários usuários, bem como para a manutenção dos sistemas ecológicos.

Parágrafo único – Entre as obras de uso múltiplo, incluem-se:

I – barramentos e seus respectivos reservatórios;

II – transposição de bacias;

III – infraestruturas de reúso das águas;

IV – perímetros de irrigação;

VI – demais infraestruturas coletivas que beneficiem mais de um usuário de recursos hídricos.".

Art. 6º – Ficam acrescentados ao art. 30 da Lei nº 13.199, de 1999, os seguintes §§ 3º, 4º e 5º:

"Art. 30 – (…)

§ 3º– O rateio dos custos inerentes às obras de uso múltiplo de recursos hídricos, de interesse comum ou coletivo, será firmado por meio de termo de rateio, o qual especificará as obrigações dos usuários beneficiários e as sanções a eles aplicadas nos casos de inadimplência ou descumprimento dos deveres acordados.

§ 4º – Entre as obrigações a que se refere o § 3º, inclui-se o rateio dos custos de implantação, manutenção e modernização dos serviços e das infraestruturas coletivos.

§ 5º – As sanções por inadimplência ou descumprimento dos deveres acordados no termo de rateio deverão constar expressamente em seu texto consistindo, de acordo com a gravidade da infração, em:

I – advertência;

II – multa em percentual previamente definido;

III – suspensão da outorga do direito de uso dos recursos hídricos e do acesso aos serviços e infraestruturas coletivos;

IV – rescisão unilateral do termo de rateio.".

Art. 7º – Fica acrescentado ao "caput" do art. 5º da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, o seguinte inciso VII:

"Art. 5º – (...)

VII – as obras de uso múltiplo das águas, nos termos dos arts. 29-A e 30 da Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999.".

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Sebastião Costa, Presidente - André Quintão, relator - Gustavo Valadares - Glaycon Franco.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.004/2012

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues, a proposição em epígrafe altera o inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 20.010, de 5/1/2012, que dispõe sobre o sistema de ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

Publicado, foi o projeto distribuído à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Administração Pública. A requerimento, aprovado em 15/5/2012, a Comissão de Constituição e Justiça solicitou que o projeto fosse baixado em diligência aos Comandos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, para que se manifestassem a respeito da medida nele proposta.

Em exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Agora, vem o projeto a esta Comissão para receber parecer de mérito, nos termos do art. 102, I, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise visa incluir a menção aos dependentes dos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBM –, de modo expresso, entre o público cujo acesso é prioritário às vagas do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM. Para tanto, o projeto em comento propõe a alteração do inciso I do art. 6º da Lei nº 20.010, de 5/1/2012, que dispõe sobre o sistema de ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

O Ginásio Tiradentes da Polícia Militar foi criado em 1949 com o objetivo de oferecer educação escolar aos militares e seus dependentes. Na atualidade o CTPM vem se destacando positivamente pelos resultados obtidos em avaliações de qualidade do ensino, como o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc –, também conhecida como Prova Brasil. É, portanto, uma instituição de ensino respeitada, cujas vagas são muito disputadas.

Conforme já apontou a Comissão de Constituição e Justiça, com a promulgação da Emenda nº 39, de 2/6/99, o Corpo de Bombeiros Militar foi separado da estrutura orgânica da Polícia Militar e, da forma como está redigido, o dispositivo legal que se pretende modificar por meio do projeto em análise reafirma a sistemática da legislação anterior à referida emenda e desequipara os integrantes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e do Corpo de Bombeiros Militar no que diz respeito à ordem de prioridade tradicionalmente observada na destinação das vagas dos CTPM aos seus dependentes.

Estamos de acordo com a interpretação da Comissão que nos precedeu. Em uma leitura exegética da lei que se pretende modificar, cabe a interpretação de que os dependentes dos bombeiros militares não tenham o mesmo direito que assiste aos filhos dos policiais militares quanto ao acesso prioritário de vagas no Colégio Tiradentes. Entretanto, os dependentes dos membros de ambas as corporações devem ser portadores dos mesmos direitos e obrigações, uma vez que as duas são de natureza militar.

A proposição foi baixada em diligência às duas corporações militares, para que se manifestassem a respeito da medida proposta no projeto, mas não se obteve resposta.

Por fim, ressaltamos que o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça confere mais clareza ao texto e apresenta normas que conferem mais efetividade ao mencionado sistema, mantendo-se o objetivo original do projeto.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.004/2012 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Délio Malheiros, Presidente e relator - Ana Maria Resende - Maria Tereza Lara - Ivair Nogueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.085/2012

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Romel Anízio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo autorizar o Município de Iturama a alienar imóvel doado pelo Estado por meio da Lei nº 19.995, de 29 de dezembro de 2011.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 14/4/2012 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, nos termos dos arts. 188 e 102, III, "a", do Regimento Interno.

Em 15/5/2012, esta relatoria solicitou fosse a proposição baixada em diligência à Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, para que se manifestasse sobre a pretendida alienação.

De posse da resposta, passamos à análise da matéria.

Fundamentação

A Lei nº 19.995, de 2011, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Iturama o imóvel com área de 2.000m², situado na Avenida Rio Paranaíba, esquina com a Rua Ituiutaba, naquele Município, para, de acordo com o parágrafo único de seu art. 1º, ser destinado ao desenvolvimento de atividades de interesse público. No art. 2º, essa norma estabelece que o imóvel reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista.

Pretende o Projeto de Lei nº 3.085/2012 autorizar o Município de Iturama a alienar o imóvel em questão, de modo que os recursos provenientes dessa alienação sejam destinados ao desenvolvimento de atividades de interesse público, conforme previsto na Lei nº 19.995, de 2011.

Consultada a respeito, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, por meio da Nota Técnica nº 693/2012, posicionou-se favoravelmente à alienação do imóvel, informando que o referido bem foi doado ao Estado pelo Município de Iturama, em 1967, para que ali fosse construída uma escola estadual. No entanto, o Estado encontrou outro imóvel que atendia melhor a essa pretensão, no Bairro Bom Sucesso, onde hoje está instalada a Escola Estadual Joaquim Tiago de Queiroz. Como o imóvel era de propriedade do Município, a Prefeitura Municipal de Iturama ajuizou, em 2010, ação de reversão referente a esse imóvel, pleiteando que o Estado o devolvesse ao Município. Foi proposta, então, uma permuta entre os imóveis citados, que se concretizou pela doação recíproca entre esses entes.

Agora, pretende o Município de Iturama alienar o referido imóvel a fim de aplicar os recursos obtidos no desenvolvimento de atividades de interesse público.

Entretanto, é importante lembrar que a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 – veda, em seu art. 44, a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Dessa forma, com o objetivo de resguardar a aplicação dos recursos obtidos com a alienação do imóvel, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentamos, ao final deste parecer, a Emenda nº 1, que dá nova redação ao art. 1º do projeto.

Faz-se necessário também revogar a cláusula de reversão do imóvel, prevista no art. 2º da Lei nº 19.995, de 2011, uma vez que, com a alienação, tal dispositivo se torna inócuo, razão pela qual apresentamos a Emenda nº 2.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.085/2012 com as Emendas nºs 1 e 2, a seguir redigidas.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º – Fica o Município de Iturama autorizado a alienar o imóvel doado pelo Estado por meio da Lei nº 19.995, de 29 de dezembro de 2011.

Parágrafo único – Os recursos provenientes da alienação do imóvel a que se refere o "caput" serão destinados ao desenvolvimento de atividades de interesse público, respeitado o disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.".

EMENDA Nº 2

Acrescente-se ao projeto o seguinte art. 3º, renumerando-se o seguinte:

"Art. 3º – Fica revogado o art. 2º da Lei nº 19.995, de 29 de dezembro de 2011.".

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Sebastião Costa, Presidente - André Quintão, relator - Gustavo Valadares - Glaycon Franco.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.346/2012

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, o Projeto de Lei nº 3.346/2012 "proíbe a emissão do boleto de oferta, sem autorização prévia, para contratação de produtos ou serviços".

Publicado no "Diário do Legislativo" de 3/8/2012, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer.

Cabe agora a esta Comissão emitir parecer sobre os aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, nos termos do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela proíbe a emissão de boleto de oferta, sem autorização prévia, para contratação de produtos ou serviços. Veda, assim, que o fornecedor emita, sem solicitação do consumidor, boletos com ofertas para a contratação de produtos ou serviços.

Segundo o parágrafo único do art. 1º da proposição, entende-se como boleto de oferta todo instrumento padronizado por meio do qual o fornecedor apresenta uma oferta de produtos ou serviços, ao mesmo tempo em que torna viável o pagamento antecipado da referida proposta.

O art. 2º do projeto estabelece que a infração às disposições dessa lei acarretará ao responsável infrator as sanções previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor –, aplicáveis na forma de seus arts. 57 a 60.

Segundo o autor, "vários consumidores, ao receberem os boletos com oferta de produtos, principalmente os bancários, acabam por pagar essas faturas sem perceber que se trata apenas de ofertas. Consequentemente, o consumidor que aderiu ao produto, claramente por engano, solicita o cancelamento e estorno dos valores, e com muita frequência se vê obrigado a recorrer aos órgãos de proteção e defesa do consumidor para conseguir a restituição dos valores".

A matéria tratada na proposição enquadra-se na temática de produção e consumo, a qual se encontra inserida no art. 24, V, da Constituição da República de 1988, sendo, portanto, de competência legislativa concorrente entre a União e Estados. Assim, incumbe à União editar as normas gerais e aos Estados membros suplementá-las, de acordo com o seu interesse regional.

O Código de Defesa do Consumidor, que é, no caso, a norma geral a ser suplementada pelos Estados, estabelece que "é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas (...) enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço" (art. 39, III).

Ademais, segundo o art. 6º do mesmo código, "são direitos básicos do consumidor: (...) II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações; III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; e IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços".

A proposição se coaduna, portanto, com a preocupação do legislador nacional, sendo de grande importância para impedir o pagamento indevido de boletos de oferta por parte do consumidor mineiro, que constantemente é induzido ao erro em razão da semelhança entre os documentos de cobrança.

É digno de nota que, recentemente, no intuito de proteger os clientes do sistema financeiro, o Banco Central do Brasil editou a Circular nº 3.598, de 6/6/2012, que aperfeiçoa os boletos de oferta e aprimora suas regras. A intenção da circular é permitir que o cidadão possa, com mais facilidade, distinguir o pagamento de uma dívida da contratação de um serviço a ser eventualmente prestado. Deve-se reconhecer que a diferenciação entre os boletos é uma medida positiva, pois pode evitar que o consumidor pague o boleto inadvertidamente. No entanto, a medida do Banco Central não afasta o risco do pagamento indevido, que representa efetiva lesão ao consumidor. Ademais, o envio destes boletos de oferta não se restringe aos agentes do sistema financeiro, sendo utilizado em várias outras atividades econômicas.

Como é sabido, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor determina que as relações de consumo devem se pautar pela transparência e pelo reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor. Assim, no intuito de obstar que o consumidor mineiro possa continuar sendo levado ao erro, pagando o boleto e contratando um serviço que não quer, mostra-se fundamental a medida contida na proposição em exame.

Conclusão

Com fundamento nos argumentos expendidos, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.346/2012.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2012.

Sebastião Costa, Presidente - André Quintão, relator - Glaycon Franco - Gustavo Valadares.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.372/2012

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Governador do Estado, autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal – Proinveste –, e dá outras providências.

Aprovado no 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2 apresentadas pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, retorna, agora, o projeto a esta Comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 102, VII, combinado com o art. 189, do Regimento Interno.

Segue, anexa, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito até o limite de R$1.326.389.531,69 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – para financiar atividades e projetos do Estado, em especial ações definidas no PPAG, nas áreas de infraestrutura de transporte e logística, mobilidade urbana, saneamento básico, ciência e tecnologia, gestão fazendária e segurança pública.

Conforme manifestação desta Comissão no 1º turno, a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, em seu art. 40, autoriza os entes a concederem garantia em operações de crédito internas ou externas, observadas as normas de seu art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal.

O art. 32 da LRF determina que o Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições fixados pelo Senado Federal relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas direta ou indiretamente, e que o ente interessado formalizará seu pleito demonstrando o atendimento das seguintes condições:

a) existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

b) inclusão, no orçamento ou em créditos adicionais, dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

c) observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

d) autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

e) atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, que veda a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa.

Quanto à verificação do Ministério da Fazenda, destaca-se que o Estado deverá encaminhar a esse órgão o pedido de autorização para a realização de operação de crédito acompanhado da autorização legislativa, conforme dispõe o inciso II do art. 21 da Resolução do Senado Federal n° 43, de 2001.

Em relação à prévia e expressa autorização em lei específica, o projeto de lei em comento pretende suprir tal exigência.

No que diz respeito às exigências da LRF, de inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, e da Lei Federal n° 4.320, de 1964, que em seu art. 3° dispõe que a lei de orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei, ressaltamos que os recursos provenientes da operação de crédito pretendida deverão ser consignados como receita orçamentária do Estado.

Os limites e as condições fixados pelo Senado Federal estão consubstanciados nas suas Resoluções nos 40 e 43, de 2001. A primeira dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e a segunda, sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização.

Já a Resolução n° 40, de 2001, determina, em seu art. 3°, que, ao final do 15° exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de sua publicação, a Dívida Consolidada Líquida – DCL – não poderá ser superior a duas vezes a RCL. Dispõe, ainda, em seu art. 4°, que, no mesmo período citado anteriormente, o excedente apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de um quinze avos a cada exercício financeiro. Conforme o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1° quadrimestre de 2012, elaborado pela Secretaria de Estado da Fazenda, o percentual da DCL sobre a RCL é de 170,37%, inferior, portanto, ao percentual do limite de endividamento, que é de 200% .

Vale ressaltar que o atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição da República, o qual veda a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, é complementado pelo disposto no art. 32, § 3°, VI, da LRF. A fim de viabilizar o disposto na Constituição Federal, o citado § 3° dispõe que:

"Art. 32 - (...)

§ 3° Para fins do disposto no inciso V do § 1°, considerar-se-á, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas (...).".

Com vistas à verificação de tal limite, informamos que a Lei nº 20.026, de 10/1/ 2012, a Lei Orçamentária Anual – LOA –, fixa as despesas de capital em R$5.966.511.326,00 para 2012, enquanto as operações de crédito previstas totalizam R$277.045.574,00. Adicionando-se ao montante das receitas de operação de crédito previstas o valor da operação de crédito que se pretende contratar, ou seja, R$1.326.389.531,69, obtém-se o valor de R$1.603.435.105,69, inferior, portanto, ao montante das despesas de capital, o que atende à exigência do inciso III do art. 167 da Constituição Federal.

Quanto à exigência do § 1º do art. 40 da LRF, a proposição, em seu art. 3º, autoriza o Poder Executivo a oferecer como contragarantia para a realização da operação de crédito as receitas geradas pelos tributos a que se refere o art. 155 e os recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, "a", e II, da Constituição da República.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.372/2012 na forma do vencido em 1º turno.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2012.

Tiago Ulisses, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Adalclever Lopes - Rômulo Viegas.

PROJETO DE LEI Nº 3.372/2012

(Redação do Vencido)

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal – Proinveste –, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, nos termos da Resolução nº 4.109, de 5 de julho de 2012, do Banco Central do Brasil, até o limite de R$1.326.389.531,69 (um bilhão trezentos e vinte e seis milhões trezentos e oitenta e nove mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta e nove centavos) a serem aplicados na execução das ações estabelecidas no Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal – Proinveste.

Parágrafo único - A operação de que trata o "caput" tem por objetivo financiar atividades e projetos do Estado, em especial ações definidas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, nas áreas a seguir relacionadas:

I – Infraestrutura de Transportes e Logística;

II – Mobilidade Urbana;

III – Saneamento Básico;

IV – Ciência e Tecnologia;

V – Gestão Fazendária;

VI – Segurança Pública;

VII – Habitação.

Art. 2° - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer, como garantia para a realização da operação de crédito prevista nesta lei, os recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, "a", e II, da Constituição da República.

Art. 3º - Havendo garantia da União para a realização da operação de crédito objeto desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer, como contragarantia à União, as receitas geradas pelos tributos a que se refere o art. 155 e os recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, "a", e II, da Constituição da República.

Art. 4º - Os recursos provenientes da operação de crédito de que trata esta lei serão consignados como receita orçamentária do Estado.

Art. 5º - O Orçamento do Estado consignará, anualmente, recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER SOBRE AS EMENDAS NºS 3 A 5 AO PROJETO DE LEI Nº 3.372/2012

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Governador do Estado, autoriza o "Poder Executivo a realizar operação de crédito no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal – Proinveste –, e dá outras providências".

Inicialmente, o projeto foi distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária manifestou-se favoravelmente à aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou.

Em Plenário, na fase de discussão do projeto no 1º turno, foram apresentadas a Emenda no 3, de autoria do Deputado Rogério Correia, e as Emendas nºs 4 e 5, de autoria do Deputado Sávio Souza Cruz, que vêm a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, § 2º, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Emenda nº 3, de autoria do Deputado Rogério Correia, estabelece que a operação de crédito a ser contratada somente poderá se efetivar mediante a comprovação junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais da execução dos recursos mínimos previstos constitucionalmente para as áreas de educação e saúde.

Em que pese a intenção do autor, o estabelecimento de condições para a contratação de operações de crédito está definido na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, cujo art. 32 determina que o Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições fixadas pelo Senado Federal relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação. Nesse sentido, entendemos não ser pertinente que a lei autorizativa estabeleça condições para a efetivação da operação de crédito, razão pela qual opinamos pela sua rejeição.

A Emenda nº 4, de autoria do Deputado Sávio Souza Cruz, define valores para as áreas nas quais os recursos serão aplicados, alterando, para tanto, a redação dos incisos I a VI do parágrafo único do art.1º do projeto.

Entendemos que a emenda não é oportuna, uma vez que o projeto original já prevê que os recursos oriundos da referida operação de crédito sejam aplicados em ações definidas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e relacionadas às áreas de infraestrutura de transporte e logística, mobilidade urbana, saneamento básico, ciência e tecnologia, gestão fazendária e segurança pública. Dessa forma, verifica-se que a emenda em análise redunda em detalhamento desnecessário ao objeto da autorização legislativa, motivo pelo qual deve ser rejeitada.

Já a Emenda nº 5, também de autoria do Deputado Sávio Souza Cruz, determina a liquidação da operação de crédito até 31/12/2014. Tal emenda não merece ser aprovada, uma vez que o prazo para a liquidação da operação de crédito será estabelecido em contrato a ser negociado entre o Poder Executivo e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Ademais, o prazo máximo para liquidação de operação de crédito, qual seja 20 anos, já está definido na Resolução nº 4.109, de 5/7/2012, do Banco Central do Brasil.

Por fim, há que se destacar que o prazo de pagamento de dois anos previsto na Emenda nº 5 importaria maior ônus a ser absorvido pelo Estado, o que pode resultar em prejuízos para a implementação e execução de políticas públicas.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela rejeição das Emendas nºs 3 a 5 ao Projeto de Lei nº 3.372/2012.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2012.

Tiago Ulisses, Presidente – Romel Anízio, relator – Antônio Júlio – João Vítor Xavier – Luiz Humberto Carneiro.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 4/9/2012, a seguinte comunicação:

Do Deputado Adalclever Lopes, notificando o falecimento de Dom Hélio Gonçalves Heleno, Bispo Emérito da Diocese de Caratinga, ocorrido em 4/9/2012, em Caratinga. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 3/9/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr

exonerando Arlinda Freire França do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;
exonerando Fernanda Amaral França do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;
exonerando Leonardo Alves de Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
exonerando Tânia Mara Pinheiro do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
nomeando Arlinda Freire França para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
nomeando Leonardo Alves de Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
nomeando Mary Lucy Rodrigues Melo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

Gabinete do Deputado Carlos Mosconi

exonerando Adriana Ferreira de Carvalho do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
nomeando Adriana Ferreira de Carvalho para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa

exonerando Aimar Carlos Duarte Ferraz do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas;
exonerando Celio de Oliveira Dias do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
exonerando Débora Vieira Fonseca do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
exonerando Inácio Antunes Azevedo Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;
exonerando Junia Duarte Ferraz Demetrio do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;
exonerando Jussara Campos Guabiroba do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
exonerando Kariny Nunes Caldeira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;
exonerando Mônica Miranda Gomes Pereira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;
exonerando Natanael Medeiros Souza do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;
exonerando Raquel Braga Paulino do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;
exonerando Sandra Christina Valadares Farah do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;
nomeando Aimar Carlos Duarte Ferraz para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Celio de Oliveira Dias para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;
nomeando Débora Vieira Fonseca para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
nomeando Inácio Antunes Azevedo Silva para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;
nomeando Junia Duarte Ferraz Demetrio para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
nomeando Jussara Campos Guabiroba para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;
nomeando Kariny Nunes Caldeira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;
nomeando Mônica Miranda Gomes Pereira para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;
nomeando Natanael Medeiros Souza para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
nomeando Raquel Braga Paulino para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
nomeando Sandra Christina Valadares Farah para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete da Deputada Liza Prado

nomeando Janaina Teixeira Siqueira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Romel Anízio

nomeando Izabela Pacheco Bonfim para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 79/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 20/9/2012, às 14h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço global, através da internet, tendo por finalidade o fornecimento de materiais de automação para refrigeração.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R$ 0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 5 de setembro de 2012.
Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

ERRATAS

PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.254

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 5/9/2012, na pág. 17, na Conclusão, onde se lê:
"acréscimo da Nota IX à Tabela 1 do Anexo da Lei nº 15.424/2004, promovido pelo art. 17", leia-se:
"acréscimo da Nota XI à Tabela 1 do Anexo da Lei nº 15.424/2004, promovido pelo art. 17".

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 5/9/2012, onde se lê:
"padrão VL-44", leia-se:
"padrão VL-47."